UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
DOUTORADO

THIAGO CANCELIER DIAS

O *língua* e as línguas: aldeamentos e mestiçagens entre manejos de mundo indígenas em Goiás (1721-1832).

Goiânia

Março de 2017

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR AS TESES E DISSERTAÇÕES ELETRÔNICAS NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

1. Identificação do material bibliográfico: **[ ] Dissertação** **[x] Tese**

2. Identificação da Tese ou Dissertação

Nome completo do autor: Thiago Cancelier Dias

Título do trabalho: O *língua* e as línguas: aldeamentos e mestiçagens entre manejos de mundo indígenas em Goiás (1721-1832)

3. Informações de acesso ao documento:

Concorda com a liberação total do documento [X] SIM [ ] NÃO[1]

Havendo concordância com a disponibilização eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF da tese ou dissertação.

Thiago Cancelier Dias

____ Data: 31/12/2017

Assinatura do (a) autor (a) [2]

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. A extensão deste prazo suscita justificativa junto à coordenação do curso. Os dados do documento não serão disponibilizados durante o período de embargo.

[2] A assinatura deve ser escaneada.

THIAGO CANCELIER DIAS

O *língua* e as línguas: aldeamentos e mestiçagens entre manejos de mundo indígenas em Goiás (1721-1832).

Tese de doutoramento apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal de Goiás, como requisito parcial para obtenção do título de doutor em História

Área de concentração: Culturas, Fronteiras e Identidades

Linha de pesquisa: Poder, Sertão e Identidades

Orientadora: Profa. Dra. Cristina de Cássia Moraes

Goiânia

Março de 2017

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do
Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Cancelier Dias, Thiago
O língua e as línguas [manuscrito] : aldeamentos e mestiçagens entre manejos de mundo indígenas em Goiás (1721-1832) / Thiago Cancelier Dias. - 2017.
f.

Orientador: Profa. Dra. Cristina de Cássia Pereira Moraes.
Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de História (FH), Programa de Pós-Graduação em História, Goiânia, 2017.
Bibliografia. Anexos.
Inclui siglas, mapas, abreviaturas, lista de figuras.

1. Aldeamento. 2. História Indígena. 3. História de Goiás. 4. Povos indígenas. 5. Mestiçagem. I. Pereira Moraes, Cristina de Cássia , orient. II. Título.

CDU 94(81)"1548/1822"

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Ata da Sessão de julgamento da Defesa de Tese de Doutorado de **Thiago Cancelier Dias**. Aos 31 (trinta e um) dias do mês de março de dois mil e dezessete (2017), com início às 14h30min, nas dependências da Faculdade de História da Universidade Federal de Goiás, teve lugar a sessão de julgamento da Defesa de Tese de Doutorado de **Thiago Cancelier Dias**, cujo título foi **"O *língua* e as línguas: aldeamentos e mestiçagens entre manejos de mundo indígenas em Goiás (1721-1832)"**. A Banca Examinadora foi composta, conforme Portaria nº019/17-PPGH, de 16 de março de 2017, pelos seguintes Professores Doutores: **Cristina de Cássia Pereira Moraes (UFG), Juciene Ricarte Apolinário (UFCG), Ângela Domingues (UNL), Alexandre Herbetta (UFG/FCS), Maria Lemke (UFG), Leandro Mendes Rocha (UFG)** e, como suplentes **Danilo Rabelo (UFG/CEPAE)** e **Antonio César Caldas Pinheiro (PUC-GO)**. Os Examinadores arguiram na ordem acima citada. Às [illegible] horas a Banca Examinadora passou a julgamento em sessão secreta tendo sido o candidato aprovado

Profª. Drª. **Juciene Ricarte Apolinário (UFCG)** Ass.:
Decisão (aprovado)

Profª. Drª. **Ângela Domingues (UNL)** Ass.:
Decisão (aprovado)

Prof. Dr. **Alexandre Herbetta (UFG/FCS)** Ass.:
Decisão (APROVADO)

Profª. Drª. **Maria Lemke (UFG)** Ass.:
Decisão (Aprovado)

Prof. Dr. **Leandro Mendes Rocha (UFG)** Ass.:
Decisão (aprovado)

Presidente da Banca Profª. Drª. **Cristina de Cássia P. Moraes (UFG)**, Ass.:
Decisão (aprovado)

Reaberta a Sessão Pública, a Presidente da Banca Examinadora proclamou os resultados e encerrou-a, da qual foi lavrada a presente ata que vai assinada por mim, Hélida Carolinne Medeiros de Moraes Silva, secretária do Programa de Pós-Graduação em História, e pelos membros da Banca Examinadora.

Coordenador: ....
Prof. Dr. Marlon Jeison Salomon

Secretária: ....
Hélida Carolinne Medeiros de Moraes Silva

Para minha mãe, pai e irmão amados.

Para minha querida companheira Elisa Abrão,

que a vida continue a lhe ser bela.

Para meu bom amigo José Cohxy Krikati.

Agradecimentos.

Quando se interpreta a vida como uma viagem que não se sabe da onde se partiu e aonde se chegará, a única coisa que importa é a companhia com a qual se trilha a estrada. Nisso, sou felizardo por estar junto de uma companheira incrível, Elisa Abrão, onze anos juntos na estrada da vida e ainda com vigor de crianças curiosas pelo mundo. Agradeço a outros amigos de viagem, que com sua experiência, sensibilidade, humildade e destreza, ensinaram-me em pequenos atos acreditar no humano: Ana Marcia Silva, Cleber Dias, Guarany Lavor, Humberto de Deus, Mariano da Silva Alves, Philipe Medeiros da Costa, Rafael Martins Ricardo, Ricardo Neumann, Rubia Mar Nunes Pinto, Silvestre Santiago e Warla Paiva e tantas outras pessoas que marcaram esses anos pela amizade e por calorosas discussões sobre o fazer humano. Agradeço a minha orientadora e amiga Cristina Moraes, pelos bons diálogos e cuidados, pelo interesse na história de Goiás e abertura para pensar os indígenas. Outras quatro pessoas especiais que contribuíram com minha pesquisa foram à queridíssima Ângela Domingues, que me tratou como amigo, para além de pesquisador, nas ótimas horas de conversa e troca de experiências quanto ao fazer histórico. Agradeço a Maria Lemke carinhosa de meu texto, apontou incongruências que só o olhar de quem ama o fazer histórico é possível. Sou grato a Juciene Apolinário, pois me acolheu como pesquisador em Portugal e propiciou conversas agradáveis sobre os indígenas coloniais. E a Leandro Mendes Rocha, que em suas aulas apresentou leituras e argumentações importantes para essa pesquisa, contribuindo com a discussão teórica.

Agradeço aos professores da licenciatura indígena da UFG, que me trataram com respeito como humano, professor e pesquisador, em destaque Maria do Socorro e Elias Nazareno, que me acolheram com paciência e empatia, assim como: Alexandre Herberta, Carlos Bianchi, Lorena Dallara, Kenia Costa, Monica Veloso Borges e Themis Bruno, pelas boas conversas e interesse em comum pelo bem dos indígenas. Agradecimento especial aos Krikati e Kanela do Maranhão, em suas aldeias entendi um pouco o que é ser indígena e o papel do professor na sociedade. Agradeço aos Krikati, em especial a José Cohxy e Silvia Krikati, e amigos Augusto, Dórcio, Feliciana, Jair, Márcia, Marineuza, Marli, Milton, Miracema, Mozart, Katiana, Raimundo, Tantate, Wagner e tantos outros que me trataram como Krikati; Agradeço em especial aos Kanela: Ari Karompey, Edivaldo, Evandro, Edival, Fabiana Fete, Oziel e em memória a Prefete, um grande homem. Assim como ao meu pai

cultural Kanela Raimundinho, vulgo, Beato, que me tratou como filho e a quem tenho saudades.

Agradeço o governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva e da presidenta Dilma Rousseff pelo investimento em pesquisa e educação, foi o que possibilitou fazer graduação, mestrado e doutorado em universidades gratuitas e com qualidade. Agradeço a Capes pela bolsa de doutoramento e de doutorado sanduíche, o que viabilizou a pesquisa.

Resumo

A presente tese investiga a agência indígena, em especial a realizada por *línguas*, no período de 1721 a 1832 em Goiás. Pesquisa-se, principalmente, os contatos, descimentos e os aldeamentos das nações indígenas Iny (Karajá e Javaés), Akwén (Akroâ, Xacriabá e Xavante), Boé (Bororó) e Paraniá (Kayapó do Sul). Foram doze aldeamentos organizados por governadores portugueses, com a presença de sertanista, jesuítas, tropas de pedestres, diretores e padres, assim como, *maiorais*, caciques, índios principais, pajés, corredores, cantores, guerreiros e *línguas*. Investigou-se o papel do *língua* na politica indígena e indigenista, e na mestiçagem entre manejo de mundo indígena e práticas territoriais portuguesas.

Palavras-chave: aldeamento; história indígena; história de Goiás; povos indígenas; mestiçagem.

Abstract

The present thesis investigates the indigenous agency, especially that realized by military interpreters (línguas), in Goiás (1721 to 1832). Investigated indigenous nations Karajá and Javaés; Akroâ, Xacriabá and Xavante; Bororó; Kayapó do Sul. There were eleven villages organized by Portuguese governors, with the presence of sertanista, jesuits, pedestrian troops, directors and priests, as well as indigenous chiefs, pajés, corridors, singers, warriors and military interpreters. The role of military interpreters in indigenous and indigenist politics and in the miscegenation between indigenous world management and Portuguese territorial practices were investigated.

Keywords: aldeamento; indigenous history; history of Goiás; indian people; miscegenation

Lista de ilustrações

Lista de Siglas

AHC - Arquivo Histórico de Coimbra

AME – Arquivo Municipal de Évora.

BN - Biblioteca Nacional do Brasil

BNP - Biblioteca Nacional de Portugal

BDMA - Biblioteca Digital Mario de Andrade

MB - Museu da Bandeira

RIHGB - Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

Sumário

Introdução

Esta tese foi concebida a partir de experiências como professor da Educação Intercultural Indígena da Universidade Federal de Goiás. O curso era ancorado em conceitos como interculturalidade, transdisciplinaridade, diversidade, sustentabilidade e educação plurilíngue, o que levou ao desafio: como ensinar sobre a cultura indígena para indígenas e como ensinar sobre a sociedade envolvente a indígenas, sendo não indígena? Os temas contextuais ministrados em Goiânia eram relativos à organização e reprodução social; terra, território e ocupação; tempo, espaço e interculturalidade; informática; direitos indígenas, ecologia do cerrado, dentre outros.

Nas discussões sobre territorialidade se debateram as práticas territoriais indígenas e ocidentais, momento que chamou a atenção ao fato de que apesar de séculos de contato, de muitas aldeias atuais ficarem em antigos aldeamentos e da constante pressão da sociedade envolvente, os conhecimentos tradicionais indígenas de manejo do território em parte se mantinham, mesclavam-se e eram somados a saberes, técnicas e aparatos modernos ocidentais.

As aulas ministradas nas aldeias levaram a pensar questões relativas ao empoderarmento dos professores indígenas como interlocutores nas aldeias e na sociedade envolvente, os códigos indígenas e ocidentais nessa intermediação, a importância do conhecimento da fala e da escrita na língua materna e no português, a importância do território e os diferentes espaços próprios de poder/saber indígena. Os professores indígenas em certa maneira foram percebidos como *línguas* contemporâneos, o que levou o interesse em entender como historicamente foi constituído esse cargo/função de interlocutor/intermediador. Nas aldeias eram os professores que sabiam ler, fazer contas e indicar soluções quanto à sociedade envolvente, como ajudar em pedidos de aposentadoria, escrever cartas com reinvindicações da aldeia para as autoridades, ler documentos diversos, tratar com a burocracia estatal etc.

Essas indagações propiciaram pesquisar a história indígena de Goiás, momento que houve o contato com o texto “O Selvagem” de José Couto Magalhães e soube da existência do colégio de Línguas Princesa Imperial Dona Isabel (1870-1886), que se localizou ao largo da Ilha do Bananal. Um colégio destinado a formar, dentre outros ofícios, o de *língua*. Percebendo que havia certa continuidade entre a existência de instituições e a formação de interlocutores, recuou-se mais para tentar compreender a relação entre indígenas e o processo

colonizador que ganhou maior força com a descoberta do ouro em Goiás colonial a partir de 1726.

Outra importante experiência foi oriunda de uma bolsa da Capes de Doutorado Sanduíche, que propiciou por um pouco mais de seis meses pesquisar em arquivos e centros de memória portugueses. Pesquisa que possibilitou algum contato com a discussão portuguesa sobre colonização, como também, permitiu vivenciar a cultura portuguesa atual. A historiografia portuguesa de maneira geral desconsidera a violência que houve no período colonial envolto nos processos de reterritorialização, assim como o teor ideológico do conceito "descoberta". A experiência em Portugal permitiu melhor compreensão sobre a memória histórica portuguesa atual sobre o processo colonizador, positivada pela repetição dos grandes feitos. A memória coletiva portuguesa sobre a colonização era de que foi um processo suave, pois na compreensão generalizada da população, diferente das outras nações europeias, os portugueses se permitiram mestiçar, ato que acarretaria um domínio colonial brando.

Houve a felicidade de ter como supervisora de estágio a pesquisadora portuguesa Ângela Domingues, o que possibilitou proveitosas discussões, acrescentou bibliografias e outras leituras. Duas obras suas contribuíram, a primeira é sua tese "Quando os índios eram Vassalos" (1998) que versa sobre as relações de poder envoltos no processo colonizador ocorridos com a efetivação do Diretório dos Índios no Norte da América Portuguesa. Outra foi a sua coletânea de artigos "Monarcas, Ministros e Cientistas" (2012), nas quais se encontram três pesquisas de interesse nessa tese. A primeira é sobre "o papel do intérprete no Brasil em inícios do século XVI" com destaque a portugueses e ocidentais nascidos no Brasil que ocuparam essa função/ofício de poder. Um segundo artigo versa sobre a mudança da conduta da Coroa quanto aos *régulos do sertão*[1], em especial tratavam das mudanças ocorridas com o governo pombalino e a perseguição a esses poderosos sertanistas[2]. Um

---

[1] Ângela Domingues pesquisando sobre o Grão-Pará afirmou que os "régulos dos sertões" eram na maioria portugueses e nascidos no Brasil que comandavam tropas de descimentos formadas por brancos pobres, mestiços, índios aldeados e administrados, com a intenção de suprir a necessidade de mão-de-obra barata cativa indígena de fazendas, arraiais, vilas e aldeamentos (2012, p.54-55). Muitas vezes eram acompanhados por missionários jesuítas, como ordenava a Lei. Atuavam tanto em descimentos ordenados pela Coroa, como pombeiros, com a caça de indígenas em incursões aos sertões e venda dos cativos aprisionados com a conivência, outras sem conhecimento, dos agentes da Coroa. Na tese utilizo o termo *sertanista* para falar de qualquer comandante de tropa de descimento, em concordância com o uso mais comum encontrado na documentação.

[2] Entendo sertanista como uma ocupação de cunho familiar, pois a cada geração os pais eram substituídos pelos filhos nessa empreita. Os filhos seguiam os pais nas bandeiras desde quando se tornavam jovens adultos (adolescentes). Viajavam para terras inóspitas na caça de *gentios* para serem escravizados, reaviam escravos fugidos, destruíam quilombos, faziam a segurança de rios, estradas e arraiais. Eram a "ponta de lança" do sistema colonizador, pois a Coroa, mas principalmente os moradores, os contratavam para fazerem negociação,

terceiro artigo chamado “Conhecimento dos domínios coloniais” discorre sobre a rede de informação de cunho prático e investigatório formado a partir de pressupostos ilustrados em fins do século XVIII, no intuito de dinamizar e ampliar a produção natural, manufatura e comércio advindo dos recursos coloniais.

Assim, a tese que se delineia nas páginas a seguir versa sobre a história indígena da capitania de Goiás. História permeada por deslocamentos, permanências e migrações indígenas, implicando em novas adaptações às condições biológicas e geográficas, adequações nas relações sociais constituídas dentro das sociedades indígenas e delas com a sociedade colonial. A delimitação espacial da pesquisa é a área que em 1749 se configurou política e administrativamente como capitania de Goiás, a qual pode ser visualizada no mapa abaixo.

Imagem 01

Fonte: ROCHA, Leandro Mendes; MORAES, Cristina de Cassia Pereira (org.). *Atlas histórico*: Goiás pré-colonial e colonial. Goiânia: Editora do CECAB, 2001, p.61.

aprisionamentos e combate às aldeias indígenas e quilombos, além da prospecção de ouro em terras não exploradas. Comandavam no geral tropas de índios aldeados e administrados, soldados da Coroa, mercenários e homens livres e alforriados que os seguiam, ou que foram de maneira compulsória alistados em suas tropas. Foi a partir do implemento da política pombalina paulatinamente substituídos por soldados profissionais que comandavam tropas de soldados pedestres. Os sertanistas mais atuantes no norte da Capitania foram Antonio Leite e Wenceslau Gomes da Silva, enquanto no sul foram Antonio Pires de Campos, seu irmão Manuel Bicudo e João Guadiley (entre 1730-1760).

O mapa apresenta às delimitações político-administrativas da capitania de Goiás, assim como a existência de uma população colonial de cinquenta e cinco mil pessoas (1772 – 1782), a origem dessa população se deu com a vinda de milhares de mineiros e seus escravos atraídos pela descoberta de ouro nos sertões dos Guayases a partir de 1726. O mapa abaixo destaca a área de produção aurífera e os maiores arraiais.

Imagem 02

Fonte: ROCHA, Leandro Mendes; MORAES, Cristina de Cassia Pereira (org.). *Atlas histórico*: Goiás pré-colonial e colonial. Goiânia: Editora do CECAB, 2001, p.43.

Na década de 1750, parte considerável da área destacada estava sendo prospectada por mineiros. Desde a presença do primeiro minerador houve conflitos com os indígenas, principalmente Kayapó ao sul[3] e Akroâ e Xacriabá ao norte. A partir da década de 1760, houve acentuada queda na produção de ouro, o que acarretou políticas agressivas por parte dos governadores para expandir a área em busca de novos descobertos, ocasionando guerras ofensivas e o aldeamento milhares de indígenas. Com a expansão colonial, outras populações foram afetadas, como Karajá, Javaés e Xavante. Para lidar com os indígenas fundaram entre 1741 e 1788, doze aldeamentos: seis organizados a partir de Leis Régias e das Juntas da Missão de São Paulo e do Maranhão e outros seis a partir da normativa do Diretório dos Índios (1758-1798).

O limite temporal desta tese é delimitado com a bandeira realizada a partir de Belém do Pará rumo a Ilha do Bananal em 1721 e finaliza com o fechamento do aldeamento São José de Mossâmedes em 1832. Esses limites são escolhidos pelo fato de a bandeira de 1721 ser a primeira incursão a sair do Grão-Pará, descer o Tocantins e chegar ao Araguaia no século XVIII, nas imediações da Ilha do Bananal. Na primeira parte dessa tese são discutidos os moradores da Ilha do Bananal e imediações. Já o limite temporal final advém do fechamento do aldeamento São José de Mossâmedes, esvaziado com a morte da *língua* Kayapó Damiana da Cunha, acarretando na fuga dos Kayapó em 1832.

A pesquisa se baseia em documentos que versam sobre contatos, bandeiras e aldeamentos indígenas. As populações indígenas, seus sujeitos sociais e os aldeamentos para os quais foram deslocadas são o foco dessa pesquisa. As nações indígenas estudadas eram de formações socioculturais Akwén [Akroâ, Xacriabá e Xavante], Iny [Karajá e Javaés], Boé [Bororo] [4] e Panariá [Kayapó do Sul] [5]. Centra-se o estudo nas práticas territoriais indígenas,

---

[3] Procura-se seguir a "Convenção para a Grafia dos Nomes Tribais" (1954) para o nome das etnias encontradas na atualidade, como: Bororo, Kayapó, Karajá, Javaés, Xavante, Xacriabá etc. Junto a esses etnônimos, muitas vezes, é apresentada à autodenominação daquele povo. Há casos onde se manterá a escrita do século XVIII e XIX, pois se trata de povos extintos e pouco estudados, como os Taquanhunas que seriam nomeados pela ortografia antropológica de Takwañwna, seguem outros nomes mantidos: Oroupores, Caravinares, Mangarirubaz e Cururuz, Mortigura, Curumarê, Pindaê, Crixás, Pinaré, Jacundá, Tacuayuna, Aruaque, Uacuruhá, Araueré, Carauadú, Carauaú, Iparanim, Tapirasse, Turiuara etc. Para informações sobre o uso e desuso da Convenção ler texto escrito por Júlio Melatti em 1999, no qual faz critica dos diferentes usos feitos por estrangeiros e brasileiros, etnólogos, linguistas, indigenistas etc <http://www.juliomelatti.pro.br/notas/n-cgnt.pdf acesso em 15.04.2017>.

[4] Os Bororo em questão era um grupo classificado atualmente de Bororo Ocidental, em oposição aos Bororo Orientais, ou Coroados. <https://pib.socioambiental.org/pt/povo/bororo/241 acesso em 12.12.2016>

[5] Possivelmente, os Kayapó aldeados em Goiás eram de uma formação sociocultural chamada na atualidade por eles de Kreen Akrore (GILRADIN, 2000, p.174). Saint Hilaire afirmou que os Kayapó que encontrou em 1819 se auto intitulavam Panariá (SAINT-HILAIRE, Auguste. *Viagem à Província de Goiás*. São Paulo: Edusp; Belo Horizonte: Itatiaia, 1975, p.66). Odair Giraldin acredita que os Kayapó do sul são conhecidos contemporaneidade como Panará (GILRADIN, 2000, p.178)

luso-brasileiras e portuguesas nos descimentos e aldeamentos, incluso as relações sociais que as constituíam. Os aldeamentos foram espaço de afirmação, combate, apropriação e ressignificação de cargos, ofícios e funções de saber/poder indígenas pelos próprios indígenas e pelos colonizadores. Em especial, o presente estudo enfoca nos agentes sociais conhecidos como *língua*, os quais, no geral, eram bilíngues interlocutores militares entre os colonizadores e indígenas, mas que poderiam assumir outras funções tanto dentro da sociedade indígena, como colonial.

No Brasil, a resistência entre historiadores em discutir a temática indígena mudou nas últimas décadas do século XX, antes entendida como campo de analise apenas da antropologia. John Monteiro apontou que havia certo desinteresse entre os historiadores, talvez, oriundo de pressupostos estabelecidos na historiografia brasileira quanto aos indígenas, tecidos inicialmente na escrita da história nacional no século XIX. Cita Francisco Adolfo de Varnhagen e Carl von Marthius, o primeiro considerava os indígenas sem história e o segundo como populações prestes a desaparecer. Em suma, povos sem história e sem futuro (MONTEIRO, 2001, p.04). Esta perspectiva perdurou ao menos até fins da década de 1980, os indígenas apareciam na História somente quando entendidos como parte da ordem colonial, na posição de submetidos na condição de escravos ou aldeados, "aculturavam-se", ou seja, perdiam sua especificidade e deixavam de serem índios e desapareciam de nossa história na massa amorfa de despossuídos. Pouco se considerava a pessoa indígena[6], como também sua política e agência, indicando-o apenas como vítimas de uma política e práticas externas.

Os indígenas a partir de seu agenciamento ganharam visibilidade política nas décadas de 1970-80, chegando ao ponto de ser eleito como deputado federal o Xavante Mario Juruna, além dele outros se destacaram no cenário nacional e internacional como Ailton Krenak, Álvaro Tukano e Raoni. Em fins da década de 1980, assistiu-se o fortalecimento do estudo da história indígena e do indigenismo a partir da analise de documentos históricos. Tal mudança não se deu por acaso, e derrubava a tese de que os indígenas estavam fadados a desaparecer. Publicações de trabalhos acadêmicos demonstraram que a população indígena estava aumentando, como de Mércio Gomes chamado "Os índios e o Brasil" (1987)[7].

Em 1999, John Monteiro afirmou que a historiografia brasileira sobre o contato entre indígenas e colonizadores era pensada pelo binômio no qual se opõe um tipo de indígena

---

[6] O termo indígena usado nessa tese se refere aos povos originários de maneira geral, atemporal e generalizante.
[7] O autor publicou nova edição corrigida e ampliada: GOMES, Mércio Pereira. *Os índios e o Brasil*: passado, presente e futuro. São Paulo: Contexto, 2012.

resistente e aguerrido a outro colaborador dos colonizadores (MONTEIRO, 1999, p.240). História colonial contada com o ser, estar e fazer indígena sempre "sobre determinado de fora" (BHABHA, 1998, p.75). O indígena seria alguém que sempre sofre a ação, apenas reage às mudanças, como uma "somatória de externalidades: frentes de expansão, fricções interétnicas, políticas indígenas e indigenistas[8], ações da sociedade nacional e reações nativas" (SÁEZ, 2005, p.39). Nessas interpretações criticadas pelos autores acima, os indígenas têm seus comportamentos padronizados, esvaziados como pessoas atuantes e proponentes diante do mundo, anulando o sujeito, como indivíduo político, controverso e atuante (MONTEIRO, 1999, p.240).

Nessa tese a narrativa está escrita com conceitos próprios do século XVIII-XIX. Em todo o período colonial havia classificações sociais relacionadas à "origem, cor de pele (..) situação socioeconômica, inserção religiosa e ritual, prestígio social, funcionavam como variáveis num sistema em permanente reavaliação" (ARRUTI, 1997, p.10). Esse sistema era operacionalizado pelos colonizadores que subdividiam os povos originários pela sua condição religiosa, como quando designados como *gentio*, ou seja, pagão e não batizado, os quais constituíam nações de *gentios*[9]. O termo *gentio* [10] se contrapunha ao chamado índio, índio era termo que durante o século XVII "(..) indicava específica e exclusivamente um residente dos aldeamentos" (MONTEIRO, 1987/88/89, p.159-160), contudo em Goiás do século XVIII, poderiam ser nativos batizados, que viviam aldeados ou administrados em fazendas e arraias. *Gentio* era também a condição social que marcava uma diferenciação entre aqueles que viviam nos sertões daqueles que estavam em território dominado pelos portugueses.

Os indígenas escravizados, principalmente falantes do tupi, apareciam como negros, ou negros da terra, ou Karijó na documentação das primeiras décadas do século XVIII. Somente com o aumento do comércio de africanos e com as mudanças legais quanto à liberdade dos índios foram publicitadas normatizações na tentativa de mudar essa identificação atrelada à escravidão, como no Diretório dos Índios (1758-1798) (ARRUTI, idem, p.15). Na década de 1750, o termo que mais aparece na documentação era o de índio administrado. O administrado era o índio descido pelos sertanistas, ou que nasceu entre os colonizadores e vivia nas fazendas e arraiais, na maioria mulheres, tratadas, de maneira geral,

---

[8] Entende-se politica indígena como aquela pensada e executada pelos indígenas, em prol de seus interesses. Já a política indigenista é feita por não indígenas sobre populações indígenas.

[9] BLUTEAU, Raphael. Vocabulário portuguez & latino: áulico, anatômico, architectonico ... Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712 - 1728. 8v., p.57.

[10] É utilizado o termo gentio em itálico para destaca-lo como conceito, assim como é feito com a palavra maioral e "desinfestar os sertões".

ainda pior que os cativos negros. Essas afirmações podem ser comprovadas na discussão feita a partir documentos emitidos pelo governador Dom Marcos José de Noronha e Brito, na década de 1750.

Havia também os índios ladinos que, no século XVIII, falavam uma língua indígena e o português e transitavam tanto entre os colonizadores, quanto nas aldeias. Na análise da documentação se percebe que muitos índios ladinos eram tratados com a alcunha de bastardos ou cabras (indígena com branco), caburés (negro e indígena), carijós (índio administrado), vermelhos, mestiços e administrados. Todas essas designações apresentadas variavam dependendo de quem escrevia e para quem era endereçado o documento, mudavam com o passar dos anos e tinham características locais. Havia um ofício em específico que os ladinos eram preferidos, função chamada de *língua*, ou intérprete militar, um dos eixos de investigação desta tese.

Essas designações não eram normatizadas pela Coroa, mas eram de uso comum nos documentos históricos, com diversas outras variações. A padronização do uso de termos não objetiva inferir uma regra geral, ou norma, mas sim fornecer um parâmetro para essa pesquisa, uma coesão textual, que condiga com a leitura feita dos documentos históricos.

A historiografia sobre os aldeamentos indígenas na capitania de Goiás

A historiografia de Goiás pelo menos até fins da década de 1980, assim como boa parte da "história dos índios no Brasil se resumia basicamente à crônica de sua extinção, misturando um tom de denúncia com a pesquisa em fontes históricas" (MONTEIRO, 2001, p. 04). Uma produção que quando considerava o indígena o fazia a partir de "posturas historiográficas arraigadas desde longa data, que desqualificam os indígenas enquanto atores sociais legítimos ou, quando muito, os deslocam para um passado remoto" (MONTEIRO, 1999, p.239). Os historiadores de certa maneira contribuíram com o processo de invisibilidade do outro, que somando ao processo sociocultural de "eliminação física e étnica dos índios sua eliminação como sujeitos históricos" (CUNHA, 1998, p.18).

Os primeiros estudos históricos relativos ao período colonial que se propõem a discutir a temática indígena remetem às estruturas e ao lido dos colonizadores em relação aos nativos. Tratavam das leis, políticas indigenistas, estruturas e organizações colonizadoras, alocando o indígena como apêndice dos acontecimentos históricos, alguém que reage a um inimigo com

forças desproporcionais. Uma das primeiras crônicas, talvez a mais lida, a fornecer um panorama da estrutura política administrativa da capitania de Goiás e a traçar a política portuguesa quanto aos indígenas foi a do cronista e cônego Luiz Antônio da Silva e Sousa (+/- 1813). Seu texto abrangeu de 1725 a aproximadamente 1812. Apresentou o movimento colonizador a partir das bandeiras de apresamento, deixando clara a violência dessas diligências e a reação dos indígenas à invasão de suas terras. Forneceu detalhes sobre as bandeiras e bandeirantes, apontou a estrutura promovida pelos moradores na ocupação e exploração do território, destacou a organização administrativa da Coroa Portuguesa, descreveu o descimento e a fundação dos aldeamentos e por fim apresentou as nações indígenas com maior número e representatividade, enumerou dezenove nações em Goiás.

Outros cronistas do século XIX eram tributários de Silva e Souza, repetindo e ampliando seus argumentos, tais como Manuel Aires Casal que, apesar de nunca ter estado em Goiás, fez uma síntese a partir de documentos oficiais e crônicas (1817); José S. A. Pizarro e Araújo e a discussão sobre a estruturação da governança (1820). Raimundo José de Cunha Mattos relatou sua excursão em terras de Goiás em sua “Corográfica Histórica da Província de Goiás” (1824); Antônio Baena discorreu sobre a comunicação mercantil entre o Pará e Goiás (1848); Francisco Barata sobre melhoramentos na agricultura e comércio (1848); Joaquim Norberto Souza e Silva e seu texto sobre “Brasileiras Célebres” (1862), no qual apresentou Damiana da Cunha e seu texto “(..) recenseamentos da população geral do Império e de cada província de *per si* tentados desde os tempos coloniais até hoje feitas (..)” (1870). Joaquim Moraes Jardim (1880) descreveu sua viagem ao Araguaia; Virgílio Franco relatou a viagem de Minas Gerais a Goiás (1888), Sylvio Romero fez estudo sobre a Etnografia Brasileira (1888)[11].

Nessa corrente se destacou para essa pesquisa o texto de José Martins Pereira de Alencastre (1864), uma releitura e uma ampliação da obra de Silva e Souza amparada por fontes históricas. Quando se referiu às ações dos moradores e administradores em relação aos indígenas, apresentou-a a partir da ótica dos colonizadores. Denunciou o extermínio ocasionado pela rápida ocupação das terras devido à ocupação por mineiros e consequente escravização de *gentios*. Apontou a prática dos agentes da Coroa de cobrar o quinto sobre os *gentios* presos em guerras justas. Lamentou que houvesse a morte de tantos braços úteis ao trabalho (p.17). Alencastro com maior riqueza de detalhes e com documentos transcritos,

[11] Para mais informações ver: SILVA, Cleube Alves da. *Confrontando mundos*: os Xerente, Xavante, Xacriabá e Akroá e os contatos com os conquistadores da Capitania de Goiás (1749-1851). [Dissertação de mestrado.]. UFGD, 2006.

apresentou a estruturação da governança na capitania de Goiás e a expansão da empresa extrativa de ouro em detrimento do domínio e da vida dos *gentios*.

O texto de Marivone Matos Chaim (1974) foi um dos primeiros textos historiográficos acadêmicos que tem como temática especifica os indígenas em Goiás. Elaborou uma síntese da política indigenista sobre o período de 1749-1811. Entendeu que a política indigenista era resultado das demandas da Coroa e que houve mudança em sua formulação e execução a partir de 1772, com o governo de José de Almeida Vasconcelos de Soveral (Barão de Mossâmedes), que passou a efetivar a política do Diretório dos Índios (1758-1798) com a construção de aldeamentos a partir dessa normativa. Apontou que o objetivo dos aldeamentos pombalinos era confinar os indígenas com o fim de descaracterizá-los e aculturar para transformá-los em trabalhadores (CHAIM, 1987/88/89, p.176). Contrapôs os aldeamentos fundados na década de 1740-50, com os normatizados pelo Diretório dos Índios fundados na década de 1770-80. Contraposição que também é feita nessa tese. Quando tratou da mestiçagem afirmou que houve pouca mistura, o que supôs que decorreu do fato do colonizador não querer se misturar aos indígenas, pois "cria-lo como um instrumento de trabalho e não como ser humano" (idem).

Na mesma intenção de investigar a política indigenista, há os textos de Oswaldo Martins Ravagnani (1977). Além de sua tese, publicou mais três artigos sobre os aldeamentos na capitania de Goiás, nos quais analisou a expansão portuguesa pela ótica da expansão do capitalismo. Assim como Marivone Chaim, compreendeu que houve duas fases de fundação dos aldeamentos. Uma primeira entre 1741 a 1751, quando houve a criação de seis aldeamentos. O objetivo seria combater as nações indígenas resistentes à ocupação de suas terras pela indústria de extração do ouro; para o autor os mineiros entendiam o indígena como "intruso que deveria ser morto ou expulso da área, uma vez que sua mão de obra no garimpo era dispensável e fartamente substituída pelo escravo africano" (RAVAGNANI, 1996, p.224-225).

Oswaldo Ravagnani discorreu sobre a política da Coroa e sobre as ações do sertanista Antônio Pires de Campos em torno do que conceituou como aldeamentos-quartéis de Bororo vindos de Cuiabá. Apontou os aldeamentos como espaços de sedentarização, nos quais havia a perda, pelos indígenas, da autonomia quanto ao trabalho, a perder sua cultura em detrimento da cultura cristã (RAVAGNANI, idem, p.237). Acentuou a existência de uma política de "desinfestar os sertões", que perduraria até a efetivação da política pombalina a partir das Instruções remetidas ao governador José de Almeida Vasconcelos de Soveral em 1771. A

aplicação dessa normativa marcaria uma segunda fase, com a construção a partir de 1774/75 até 1788 de mais seis aldeamentos (RAVAGNANI, 1986/87, p.122). O autor partiu de uma leitura feita por Luís Palacin das punições relativas a quem molestasse os índios para afirmar que a mestiçagem com eles nos aldeamentos foi ocasional e não relevante no período colonial em Goiás (RAVAGNANI, 1996, p.237).

Há a dissertação de Leandro Mendes Rocha defendida em 1988, que delineou a politica indigenista do século XIX, pesquisando as mudanças jurídicas, politicas, econômicas e sociais relativas às instituições colonizadoras como aldeamentos e presídios. Outra publicação em destaque para a história indígena de Goiás é a sua tese, na qual faz importante discussão historiográfica, destacando a politica indigenista governamental, centrando o estudo nas instituições e contatos interétnicos (1996)[12].

Em 1992, Luís Palacin indagou o porquê da ausência do indígena na memória goiana do século XIX e XX. Cita Americano do Brasil e sua pesquisa sobre poesia popular e lírica produzidas no século XIX. Afirmou que Americano apesar de ter arrolado mais de mil escritos, não percebeu a ausência do indígena nessas composições literária, mesmo sendo período de conflitos. (PALACIN, 1992, p.64-65). Segundo Palacin, houve esquecimento na literatura popular, fábulas e folclore do elemento indígena. Sua explicação está nos estereótipos que recaiam aos indígenas, como selvagens, bárbaros e *gentios*. Cita Conde dos Arcos que afirmou que os moradores desejavam ordem para matar qualquer indígena com mais de dez anos, e Johaan Pohl que os moradores viam o indígena como bicho que deveria ser exterminado (PALACIN, 1992, p.67). O motivo apontado para a amnésia na literatura e nos memorialistas de Goiás do elemento indígena seria o fato de recair uma "(..) censura inconsciente por motivos culturais e morais(..)" (idem, p. 68), um peso pela escravização e morticínio de indígenas, o que era contra as leis da Coroa e religiosidade cristã. Aponta uma única exceção a esse esquecimento do elemento indígena, tratava-se de Damiana da Cunha (p.62), conhecida em fins do século XIX e boa parte do século XX, como princesa Kayapó, ou missionária. Identificada nessa tese como *língua*.

Algumas pesquisas partem da análise da política indigenista a partir da leitura da trajetória histórica de etnias específicas, delineando relações interétnicas e analisando os indígenas em relação às estruturas e aos agentes coloniais. O estudo histórico das relações de contato entre colonizadores e nativos conta com autores como Aracy Lopes da Silva (1992) e seu texto sobre a resistência Xavante ao contato com o colonizador; com análises de

[12] Sua tese foi publicada em livro e em português em 2003, com o nome "A política Indigenista no Brasil 1930-1967".

Eurípedes Abreu sobre a cultura europeia, Karajá e Xavante na condição de contato (1992), a investigação de Dulce Madalena Rios Pedroso (1992) sobre a mestiçagem, as condições de contato e territórios dos Avá-canoeiros; com o texto de Lídia Barroso (1997) sobre a resistência cultural Xerente; com Jézus Ataídes (1998) e sua discussão sobre a política indigenista e os Kayapó do sul e sua diferenciação quanto ao grupo do norte.

Odair Giraldin (1997) estudou os Kayapó, e analisou a trajetória de contato dessa etnia com os colonizadores, a contemporaneidade dos “extintos” Kayapó do Sul na existência da etnia Paraná (2000), seu sistema de vingança e a imagem disseminada pelos colonizadores (2001), a resistência branca em Porto Real aos Xerente (2002). Há também os textos de Cleube Silva e a discussão sobre os Akroá, Xacriabá, Xerente e Xavante e os percursos históricos diante do contato com os não indígenas (2006 e 2012).

O estudo de Juciene Apolinário (2005) é central para essa tese pela densidade de documentos arrolados e por apresentar a política indígena não reduzida à situação de reação à política indigenista, mas também derivada das vontades, experiências e saberes indígenas. A autora focou sua pesquisa em um povo indígena específico chamado Akroâ e seus contatos com outros povos indígenas e com os colonizadores. Sua pesquisa abordou a trajetória dos Akroâ, desde o Piauí até a migração dos mesmos ao norte de capitania de Goiás, seu respectivo aldeamento na Missão São Francisco Xavier e em São José de Mossâmedes. A autora analisou as migrações e consequentes territorializações dos Akroâ, além de descrever as estratégias e os campos de atuação políticos. Delimitou sua pesquisa até aproximadamente meados da década de 1780.

Mary Karasch se ateve aos aldeamentos fundados a partir da normativa do Diretório dos Índios (1758-1798), partiu de 1775 e adentrou o século XIX. Em seu artigo mais conhecido publicado na coletânea organizada por Manuela Carneiro chamada História dos Índios do Brasil (2009), buscou analisar a política indigenista e sua relação com a política indígena, em Goiás nos séculos XVIII e XIX. Seu texto traçou um panorama sobre as atitudes e os programas oficiais dirigidos pelos colonizadores aos indígenas. Nessa perspectiva investigou os processos de extermínio e assimilação conduzidos por moradores, missionários e pela Coroa Portuguesa e posteriormente durante o império. Sua investigação se iniciou com a identificação das primeiras políticas indigenistas extraoficiais, que se resumiam a bandeiras de aprisionamento de indígenas vindas de São Paulo e de missões jesuítas vindas de Belém, que se estabeleciam no vale do rio Tocantins (KARASCH, 2009, p. 398). Estudou as políticas indigenistas e os aldeamentos construídos a partir do Diretório dos Índios (1758-1798), norma

que foi seguida em Goiás aproximadamente até 1845 (KARASCH, idem). Identificou a aliança entre Xavante, Xerente e Karajá em torno do ataque a fortalezas portuguesas construídas no vale do Araguaia-Tocantins no início da segunda década do XIX.

Com o título de "Rethinking the Conquest of Goiás" (KARASH, 2005), estuda o período de 1775-1819. Inicia a partir da leitura da política praticada pelo governador Barão de Mossâmedes (1771-1777), que consistia em distribuição de presentes e tratamento "brando" (p.467). Política de assimilação da população nativa que, em fins do século XVIII e no primeiro terço do século XIX, perdeu força com o retorno da política colonial de "desinfestar os sertões", ocasionando destruição de aldeias que estavam no vale do Araguaia e Tocantins. Logo, o sistema de aldeamentos fundados a partir da normativa do Diretório dos Índios (1758-1798) tinha como objetivo último transformar aldeias em aldeamentos, aldeamentos em vilas.

Parte dos indígenas aldeados voltou aos sertões com fugas e revoltas, com o conhecimento de novas técnicas, tecnologias e força dos ocidentais. Em fins do século XVIII, os colonizadores estavam novamente em guerra com os Xavante, foi quebrada a aliança com Karajá e Javaés firmada em 1776 e declarada guerra a povos que ainda não tinham sidos citados nos documentos antes de fins da década de 1780, como os (Avá) Canoeiros e os Xerente.

Em outros dois textos Mary Karasch abordou os *línguas* em Goiás. No primeiro datado de 1981 com o título de "Damiana da Cunha: Catechist and Sertanista", elaborou uma narrativa enfatizando a Kayapó chamada Damiana da Cunha, a *língua* responsável por vários descimento de Kayapó para os aldeamentos de Maria I (1781-1813) e São José de Mossâmedes (1775-1832). Dezenove anos depois publicou uma comunicação na ANPUH, na qual abordou a agência indígena dos índios ladinos, apontando a trajetória de indígenas, mestiços e colonizadores que atuavam na fronteira em torno da conquista das nações indígenas. Seu texto "Índios ladinos, intérpretes e intermediários na capitania de Goiás, 1775/1835" (KARASCH, 2000) foi um dos provocadores do estudo que se faz nessas páginas sobre a mestiçagem de culturas e sujeitos sociais oriundos desse entrecruzar de civilizações.

Os *línguas.*

A chave interpretativa desta tese são os indígenas coloniais e os contextos que perfizeram suas escolhas: o campo de atuação, as vivências e agência social na situação colonial[13]. A ênfase são os espaços e cargos de poder ocupados por indígenas e agentes coloniais na fronteira. Analise da trajetória daqueles que ocuparam funções e cargos de poder nas aldeias indígenas e nos aldeamentos portugueses. Como eixo, discuto a presença de sujeitos sociais com a função de intermédio social conhecido como *línguas*. Os *línguas* eram interlocutores e, como tal, eram tratados de maneira singular pelos colonizadores, pois eram os primeiros a contatar os outros de sua nação com o intuito de descê-los para aldeamentos. Nos aldeamentos, os *línguas* exerciam seu papel de interlocutor, tantos dos índios aldeados, quanto dos agentes coloniais.

Nesta tese, discuto a atuação de alguns *línguas*. O primeiro a ser discutido foi o caso do *maioral* Xacriabá, que na segunda vez que foi aldeado cedeu seu filho ao governador Barão de Mossâmedes em 1775, que se tornou seu padrinho. O governador adquiriu cinco jovens indígenas de nações diferentes, provavelmente filhos de *maiorais*, que moraram em sua casa em vila Boa de Goiás, assim como em Viseu (Portugal), para onde foram enviados para se formarem missionários em uma congregação oratoriana. O objetivo da formação religiosa era que voltassem e atuassem como *línguas* em Goiás..

Anos antes, houve o caso em torno de disputas entre jesuítas e sertanista por único *língua* Akroâ disponível na Missão São Francisco Xavier na década de 1750, que por fim morreu e foi substituído por um escravo negro, casado com uma Akroâ. Quase duas décadas depois, os Akroâ foram novamente aldeados, agora no aldeamento São José de Mossâmedes, dessa vez o interlocutor foi o *língua* Akroâ Roque da Costa Maciel, cabo da tropa no aldeamento do Duro.

Na primeira bandeira ao Araguaia do século XVIII, dois *línguas* que moravam em Belém, um chamado Marcos, outro seu sobrinho, foram enviados. Os dois eram irmão e sobrinho de um *maioral* Karajá. Atuaram como *língua* na bandeira que saiu de Belém pelo rio

[13] Entendo por situação colonial ações administrativas e normatizações elaboradas pelos colonizadores em torno da dominação econômica, política, social e cultural sobre nativos. João Pacheco de Oliveira relacionou situação colonial ao "aparato político-administrativo que integra e representa um Estado" (OLIVEIRA, 1998, p.54). Os agentes da Coroa usavam um sistema burocrático permeado por leis regulatórias que versavam sobre o cerceamento do outro, em defesa do colonizador, embasados em ideologias que reafirmavam o direito a presença europeia em terras indígenas. Leis interpretadas e postas em prática por um corpo jurídico, religioso e militar. O aldeamento era a mais elaborada instituição organizada com fins coloniais com destino a controlar as populações indígenas. Essa situação colonial não definia o indígena, mas o modificava (BALANDIER, 1963, p.109-110).

Tocantins até o entorno da Ilha do Bananal em 1721. Outro Karajá foi a *língua* chamada Xuanam-piá, interlocutora da bandeira que negociou o aldeamento Karajá e Javaés em Nova Beira em 1775-1776. Nessa mesma bandeira, os Karajá utilizaram como interlocutor um *língua* Bororo, demonstrando que os indígenas também tinham essa prática.

Alguns *línguas* contribuíram com os colonizadores, convencendo os demais a sair do sertão e se aldear próximo dos arraiais, envolvidos nas negociações de paz e vassalagem. Usavam de sua prerrogativa como interlocutores para administrar as perdas envolvidas no processo colonial e conduzir os seus interesses e de seu grupo familiar. Por vezes, eram os que organizavam revoltas e fugas, desarticulavam bandeiras, apresentavam exigências, negociavam e interpretavam as normativas e as práticas coloniais a favor de sua aldeia.

Um caso de *língua* que procurava desarticular os colonizadores, foi dos Kayapó Feliciano e José, interlocutores ativos no descimento dos Kayapó que começou a ser negociado em 1781. Um desses dois *língua* foi o líder de uma revolta que acabou não se efetivando no aldeamento Maria I, entre 1783-84.

Uma *língua* que se destona era Kayapó e se chamava Damiana da Cunha, foi informante dos naturalistas Johann Emmanuel Pohl e Auguste Saint Hilaire, por eles se sabe que fez diversos descimentos e era liderança dos Kayapó. Com a morte de Damiana, os Kayapó se revoltaram e fugiram do aldeamento São José de Mossâmedes (1832). Damiana fazia um jogo duplo, por um lado atendia os colonizadores no anseio de utilizar os Kayapó como mão de obra, por outro lado, contribuía na manutenção e reprodução de instituições indígenas dentro do aldeamento.

Outro caso foi o do *língua* José (Akroâ), que participou das negociações para o descimento dos Xavante para o aldeamento Carretão. Junto a ele, foi atuante nas negociações o *língua* apadrinhado pelo governador Tristão da Cunha Meneses, que chegou a morar na casa do governador, homônimo do governador. Os dois *línguas* foram interlocutores no descimento dos Xavante para o aldeamento Carretão.

A indagação central dessa tese é entender como *línguas* de diferentes nações indígenas influenciaram no processo de reterritorialização que envolveu a estadia de Akroâ, Xacriabá e Xavante (Akwén); Karajá e Javaés (Iny); Kayapó (Paraniá) e Bororo (Boé) em onze aldeamentos em Goiás. Os *línguas* eram agentes sociais próprios da fronteira, trabalhavam como interprete militar, embaixador, índio principal, capitão de tropa, missionário, prático/guia e até na direção de aldeamento, cargo ocupado na prática por Damiana da Cunha e seu irmão. O processo de reterritorialização nos aldeamentos era permeado pela agência

indígena, que incluía a ação consciente ou não, contestação e criatividade cultural como fatores. A agência indígena criou e recriou estratégias socioculturais que buscavam criar identidades duradouras, apesar de contextos descontínuos, radicais e adversos (MONTEIRO, 2001, p.56-57), como encontrados nos aldeamentos.

A política de "formação" de *línguas* mudou com os três governadores ilustrados (1772-1800). A escolha dos *línguas* passou a ser feita dentre os membros de famílias nobres na estrutura hierárquica indígena. Eram apartados de suas famílias pelos colonizadores quando jovens adultos (adolescentes). Recebiam nomes portugueses, eram batizados e adentravam no mundo colonial como afilhados de governadores, capitães, "nobres" e comerciantes. O apadrinhamento por pessoas com poder sociopolítico e econômico fazia parte da política de formação de *línguas*. A violência continuava sendo a principal estratégia para "formação" de *línguas*, contudo, de igual importância era a adulação. A formação de *línguas* por esses procedimentos ocasionava um duplo pertencimento, de um lado muitos eram de estirpe nobre indígena, de outro, eram apadrinhados por famílias importantes na estrutura colonial.

O papel dos *línguas* não perdeu sua importância no século XIX, pelo contrário, o presidente de província José V. Couto Magalhães publicou o livro "O Selvagem" em 1876, no qual seu objetivo era apresentar um método para formar intérpretes militares em tupi, para que fossem intermediários no ensino de português aos indígenas que viviam nos sertões. A ideia consistia no aproveitamento dos *línguas* para auxiliar o missionário; segundo ele, "(..) da mesma maneira que os antigos jesuítas faziam (..)" (COUTO MAGALHÃES, 1876, p. XIX). Objetivava ocupar os sertões com famílias cristãs e apaziguar os indígenas (Idem, p. VIII) para, com isso, adquirir trabalhadores braçais e terras de domínio indígena. Para efetivar sua proposta de assimilação dos indígenas de Goiás, Couto de Magalhães criou o colégio de *Línguas* Princesa Imperial Dona Isabel (1870-1886)[14] em Leopoldina, onde hoje é o município de Aruanã (no vale do rio Araguaia).

Esse presidente de província fez uma afirmação que é uma das interrogações desta tese: "os antigos portugueses, que foram incontestavelmente grandes mestres, como raça colonizadora, organizaram com o nome de corpo de *línguas* os intérpretes militares, a cuja ação pacífica devemos hoje mais de a metade da população operária do Brasil" [grifo nosso] (Idem, p. X). Das palavras de Couto Magalhães emerge a questão: quanto esses agentes

[14] Sobre esse colégio publiquei o artigo "Contatos e Desacatos: os *línguas* na fronteira entre sociedade colonizadora e indígenas (1740-1889)" na Revista Espaço Ameríndio em 2013. Artigo oriundo do projeto dessa tese.

sociais foram viscerais na expansão do domínio português e quão eram importantes como via de comunicação entre os indígenas e os ocidentais?

Se o sertanista era pessoa chave na expansão e manutenção das fronteiras da Coroa portuguesa, era requisitado no jogo de interesses entre a Coroa, vilas, arraias, fazendas com os indígenas e quilombolas. O mesmo pode ser dito sobre os *línguas*, pois tanto nas bandeiras, quanto nos aldeamentos, os sertanistas eram acompanhados por *línguas*, que eram guias, traduziam e faziam a interlocução com as aldeias indígenas. Alguns desses *línguas* foram os responsáveis pelo sucesso das expedições, enquanto outros foram os desarticuladores, e em alguns casos os sabotadores.

Mary Karasch argumenta que em todas as bandeiras que cruzavam os sertões "inclui homens indígenas das nações conquistadas no passado" (KARASCH, 2000, p.65). Aponta a importância dos indígenas e dos "mestiços" com indígenas que compunham tropas de arcos e tropas de pedestres[15] nos descimentos e aldeamento. O intermédio entre sociedade colonial e nações indígenas era realizado por "índios mansos" que assumiam postos como: "soldados nas bandeiras formadas pelos governadores da capitania e pedestres pagos; guias, canoeiros e remadores dos barcos, guardas dos registros e correios; intérpretes, diplomatas e pacificadores; sertanistas e catequistas" (idem, p.65). Aponta a importância dos indígenas que cumpriam serviço militar em bandeiras organizadas pelos governadores, participando como tropa de arcos ou tropa de pedestres, em especial os que ocupavam a função de mediadores.

Segundo a Mary Karasch, estudar a questão dos intermediários "conduz às mais amplas questões da continuidade das relações índio-portugueses pelos séculos" (idem, p.68). As experiências desses indígenas plurilíngues são chave interpretativa conceitual para fornecer um panorama sobre o sujeito colonial, pois o "que se interroga não é simplesmente a imagem da pessoa, mas o lugar discursivo e disciplinar de onde as questões de identidade são estratégica e institucionalmente colocadas" (BHABHA, 1998, p.81).

A situação colonial agencia identidades contrastivas, que, no caso dos *línguas,* constituem-se no "entre", como dito por Homi Bhabha "não é o Eu colonialista nem o Outro colonizado, mas a perturbadora distância entre os dois lados que constitui a figura da alteridade colonial"(idem, p.76). Alteridade exercida como ofício pelos *línguas*, os quais eram

---

[15] Tropa formada por soldados provenientes das camadas mais pobres da sociedade, maioria mestiços livres, africanos forros, brancos pobres e índios aldeados, comandados por um ou mais oficiais portugueses. Muitos eram alistados à força. Deveriam receber metade do soldo de um soldado dragão, o que ocorria, às vezes, com anos de atraso. Serviam descalços, denotando o espaço social que ocupavam. Mais informações ver capítulo Sete.

em sua maioria índios ladinos, mestiçados se não de sangue, de costumes, gestos e saberes, devido à experiência de vivenciar o mundo colonial e indígena.

A ideia é entender onde se enquadrava o sujeito indígena na ordem colonial, quais suas possibilidades de agência, pois os indígenas possuem lógicas culturais próprias que se "caracterizan por su capacidade a pensar, integrar y digerir la alteridade, a estabelecer relaciones permanentes de complementariedade humana" (BOCCARA, 1999, p.17). O espaço colonial era espaço de fronteira, de mestiçagem, hibridização, negociação e conflito.

À semelhança de Serge Gruzinski utilizo o termo mestiçagem para denotar as "misturas que ocorreram em solo americano (..) entre seres humanos, imaginários e formas de vida, vindo de quatro continentes - América, Europa, África e Ásia" (GRUZINSKI, 2001, p.62). Assim como "hibridização para quando as misturas se desenvolvem dentro de uma mesma civilização ou de um mesmo conjunto histórico" (Idem). João Pacheco de Oliveira entende "mistura" como os "processos de circulação de significados, enfatizando que o caráter não estrutural, dinâmico e virtual é constitutivo da cultura" (idem, p.69). A ideia de "mistura" advinda dos processos de mestiçagem e hibridização permite "explicitar valores, estratégias de ação e expectativas dos múltiplos atores presentes nessa situação interétnica" (idem, p.52). É central ter ciência de que "cada grupo étnico repensa a 'mistura' e afirma-se como uma coletividade precisamente quando se apropria dela segundo os interesses e crenças priorizados (idem, p.60).

Posiciono o indígena como sujeito capaz de agenciar sua vida a partir de interesses e experiências próprias, da negociação com o outro, com uma cultura dinâmica e por campos de atuação social permeadas de escolhas possíveis dentro dos processos históricos que perpassam a vida. Apropria-se da compreensão de Anthony Giddens sobre o agir social, que se expressou em sua proposta de "teoria da estruturação", para se pensar a agência indígena. Para ele "(..) um agente é ser capaz de exibir (cronicamente no fluxo da vida) uma gama de poderes causais, incluindo o de influenciar os manifestados por outros. A ação depende da capacidade do indivíduo de 'criar diferença' em relação ao estado de coisas ou curso dos eventos preexistentes" (2003, p.17). Exercer poderes causais "presume reflexividade" no sentido de monitoramento pelo agente do seu meio social (GIDDENS, 2003, p.04).

Logo, indaga-se qual seria a capacidade de agência dos *línguas*? Como poderiam criar diferença? Quais seus poderes causais? Como influenciavam na interlocução entre os indígenas e colonizadores? Qual seria o papel dos *línguas* na apropriação, negação e

mestiçagem do manejo de mundo indígena com as práticas territoriais ocidentais[16] encontradas nos aldeamentos? Respondem-se essas perguntas analisando a agencia e os contextos que permearam contatos, descimentos e aldeamentos indígenas.

Anthony Giddens (2000) entende estrutura, como regras e recursos sociais implicados na reprodução dos sistemas sociais (p.31). Segundo ele, as estruturas se manifestam em suas propriedades estruturantes, as quais são as aplicações práticas das regras e recursos (p.32). Regras entendidas como geradoras, ou como "(..) meio de produção e reprodução das práticas"(p.37). Instituições são formadas por práticas "(..) constitutivas dos sistemas sociais que se encontram mais profundamente enraizadas" (p.32). Já os sistemas sociais implicariam "(..) relações regularizadas de interdependência entre indivíduos e grupos, que nas suas formas mais típicas podem ser analisadas como práticas sociais recorrentes" (p.35).

Era central para reprodução de um corpo social a manutenção de mecanismos de reprodução de práticas, como eram as instituições indígenas. Encontram-se nos relatos coloniais a presença de instituições indígenas nos aldeamentos, como indicadas pela presença de rituais funerários, casamentos tradicionais, brincadeiras e ritos de passagem, pajelanças, cantorias, corridas de tora, narração de histórias, caçadas e pescas coletivas, pinturas corporais, presença de *maiorais*, curadores, guerreiros e anciões. Procura-se investigar na tese como práticas institucionalizadas no tempo-espaço nas aldeias dos sertões se mantiveram, foram adaptadas, esquecidas pelos indígenas, ou negociadas e combatidas pelos agentes da Coroa, quando aldeias foram transferidas para aldeamentos.

Os rituais indígenas eram instituições que demarcavam passagens importantes da vida social do indivíduo e da coletividade, demarcavam hierarquias, reafirmavam a memória e o fazer coletivo com danças, músicas, jogos, brincadeiras, contar histórias e pajelanças. Momento que os pajés afastavam espíritos daninhos com oferendas e dialogavam com o sagrado pedindo curas, boas colheitas, caçadas e buscavam clarividências sobre o futuro. Os rituais demandavam a feitura de roças, caças, pescarias e refeições coletivas. Adornava-se o corpo com miçangas, tecidos, pinturas corporais, penas, flores, sementes etc. Os rituais continuavam a serem realizados nos aldeamentos apesar da situação colonial.

---

[16] Para estudar indígenas no século XVIII, é necessário compreender sobre território e ocupação, o que no caso é feito a partir do estudo das práticas territoriais e manejos de mundo envolvidos nos aldeamentos. As práticas territoriais são compreendidas a partir do estudo dos processos históricos, contextos biofísicos e atores sociais envolvidos (GODOI, 2014, p.444). Utilizo esse conceito para tratar das práticas territoriais ocidentais. Quando forem tratadas as práticas territoriais próprias dos indígenas dos sertões utilizo o conceito de manejo de mundo. Esse conceito diz respeito ao cotidiano, ou não, com o território, acentuando os rituais, o calendário anual de manejo de plantas e animais, a proteção e tratamento de doenças, as formas de se alimentar e morar, a formação da pessoa como ser social indígena (CABALZAR, 2010, p.13).

A sociedade indígena era recriada pelos meios pelos quais seus partícipes se expressavam e agiam em suas práticas sociais, pois "(..) ação envolve logicamente poder no sentido de capacidade transformadora" (GIDDENS, 2003, p. 17). Os indígenas como agentes sociais agiam de maneira racional, no sentido de manter "um continuo 'entendimento teórico' das bases de sua atividade" (Idem, p.07), pois "tem razões para suas atividades e também esta apto, se solicito, a elaborar discursivamente essas razões (inclusive mentindo sobre elas)" (idem, p.03). Esse agir racional implicava no processo de reflexividade dos índios aldeados, no qual delineava como agir para manter as instituições pagãs em um aldeamento português cristão: negociando, criando e aproveitando brechas e fissuras que se apresentavam na situação colonial.

Os indígenas eram sujeitos que, apesar das adversidades, com as limitações de seu tempo, espaço e condição social sempre agenciaram suas vidas[17], elaboraram estratégias a partir de interesses próprios, possuíam experiências significativas, eram atuantes e proponentes de mudanças e permanências, mesmo em situação colonial. Como afirmou Anthony Giddens, mesmo estando em posição de extrema subordinação "é de primordial importância reconhecer que as circunstancias de coerção social, em que os indivíduos 'não tem escolha', não podem ser equiparadas com a dissolução da ação como tal. 'Não ter escolha" não significa que a ação foi substituída por reação" (2003, p.17).

As práticas sociais e o poder de ação dos sujeitos, assim como das coletividades, tem a capacidade em maior, ou menor monta, de intervir no fluxo de saberes e fazeres sociais. Tem-se a hipótese que os indígenas agenciaram nos aldeamentos a permanência de suas instituições e a apropriação das instituições ocidentais, e que *línguas* tinham o papel como agentes na hibridização das práticas entre os indígenas e mestiçagem com as práticas territoriais ocidentais.

Entendo mestiçagem como estratégia de reterritorialização. Os indígenas se apropriavam das práticas territoriais ocidentais em favor da reprodução social indígena, pois permitia a manutenção, negociação e resistência de determinadas práticas indígenas nos aldeamentos, às vezes, com outras roupagens. A mestiçagem era parte da estratégia de criar espaços de intermediação com os ocidentais, fazia parte da economia de perdas e ganhos negociado pelos agentes sociais. Era entendida de maneira própria pelos indígenas, em muitos

---

[17] "Quando é dito que pessoas ou grupos agenciam algo, não se está querendo passar a falsa percepção de que os agentes sociais são claros e agem e discursam como sujeitos centrados em si, cônscio de seus atos. Mas sim que são feitas escolhas a partir das experiências pessoais, que efetivamente mudam o mundo em menor ou maior escala e que deixam indícios capazes de serem analisados e interpretados" (DIAS, 2008, p.17).

casos percebida como possibilidade de “resistência y sobrevivencia política y cultural de los grupos indígenas como em la creación de espacios simbólicos y físicos de intermediación y entendimiento” (BOCCARA, 1999, p.17).

Parte-se da problemática da ocupação do território e dos diferentes processos de territorialização instaurados pela presença colonial, que deflagrou nas sociedades indígenas “transformações em múltiplos níveis de sua existência sociocultural” (OLIVEIRA, 1998, p.54). Os documentos sobre os aldeamentos apresentam espaços pluriétnicos e consequentemente de hibridização e mestiçagem. Neles, os indígenas eram chamados, geralmente, pelo nome da nação que compunha nos sertões, até o momento que passavam a ser enquadrados na “qualidade” de mestiço. Um dos termos que representa a mestiçagem na documentação era o termo ladino. Ladino geralmente era aquele índio batizado, falante do português, alguns sabiam fazer comércio, às vezes, exerciam algum ofício, ou eram soldados.

Indígenas deslocados dos sertões e que viviam em aldeamentos por anos, ou décadas, quando retornavam às suas aldeias de maneira pontual ou definitiva, ou voltavam para os sertões e fundavam novas aldeias, causavam estranhamento e talvez já não fossem reconhecidos como “iguais” por seus pares que viviam nos sertões, por apresentarem outras práticas territoriais (POLONI-SIMARD, 1999, p.113). Houve caso em que a mesma aldeia Akroâ foi aldeada duas vezes, em uma diferença de tempo de quase vinte anos.

Um termo central para se pensar a história indígena do século XVIII é o de nação. Uma sociocultura indígena poderia receber diferentes nomes de nação, como foi o caso dos Iny, pois o nome variou de Carajaúna, Crixás, Curumaré, Pindaé, Javaés, Xambioá e Karajá. Os moradores de determinada aldeia poderiam receber diferentes nomes, como foi o caso da situada na parte leste da Ilha do Bananal chamada de São Pedro pelos portugueses, que teve seus moradores inicialmente nomeados de Curumarê, depois de Pindaê e definitivamente de Karajá.

Uma categoria central para a história indígena colonial é a noção de nação. Conceito constantemente repetido nos documentos, central para entender os processos de territorializações indígenas. O dicionário de Raphael Bluteau (1728) indica que nação é o nome coletivo para designar gente que vive em um território “debaixo do mesmo Senhorio (..) nação compreende muitos povos (..)”[18]. O dicionário elaborado por Antônio de Moraes Silva

[18] BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário portuguez & latino: áulico, anatômico, architectonico* (..). Coimbra: Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1712 - 1728. 8 v, p.658

(1789) cita nação como “a gente de um país, ou região, que tem língua, leis e governo á parte (..) gente de nação(..)”[19].

O termo nação se origina do latim e tem relação com o verbo *nascor* (nascer) e com o substantivo que advém desse verbo chamado *natio* (nação). O termo significa “indivíduos nascidos ao mesmo tempo de uma mesma mãe” (CHAUÍ, 2000, p. 9). Na Idade Média o termo nação foi apropriado pela Igreja Católica e passou a ser utilizados para identificar os pagãos, em detrimento do *populus Dei* (povo de Deus), em Portugal era utilizado também para se referir aos estrangeiros (idem). Na América Portuguesa foi utilizado para se referir aos *gentios* que, na visão dos colonizadores, ocupavam as terras do Rei, eram tratados como estrangeiros e invasores em seu próprio território.

Os portugueses do século XVIII entendiam o conceito de nação, de maneira geral, no sentido de ser “um grupo de pessoas ligadas nitidamente pela ascendência, língua ou história compartilhada a ponto de formarem um povo distinto” (MATORY, 1999, p.60). Nos sertões do Brasil, na prática sertanista, a nomeação de nação demarcava um determinado território, mais do que propriamente os *gentios* que moravam nele (LUCIDIO, 2013, p.79). O lugar das nações indígenas eram os sertões.

Os sertões dos Guayases, que viria ser capitania em 1749, tinha essa toponímia supostamente devido aos *gentios* dessa nação, encontrado pelos primeiros sertanistas. E colocada em dúvida pelo artigo do Antón Quintela. Segundo o autor, a toponímia “goyaz” teria derivado dos *gentios* chamados pelas alcunhas de ‘goyazes’, ‘guayazes’, ‘guaiás’, ‘guoyá’, ‘goyá’ ou ‘goiá’ (QUINTELA, 2003, p.153). Esses termos têm em sua raiz semântica tupi o sentido de “parecido”, ou “semelhante”, logo, foi compreendido por cronistas como sendo região de *gentio* pertencente à nação tupi, pois eram falantes de tupi os soldados das bandeiras, que poderiam nomear outra nação com a terminologia de pessoas semelhantes (Idem, p. 155).

A divisão por nações pelos colonizadores poderia alocar diferentes grupos étnicos no mesmo agrupamento sociopolítico, enquanto na percepção indígena deveriam ser diferentes. Por outro lado, alocar diferentes nações com a mesma designação poderia fazer parte da politica indigenista portuguesa, na qual entrar em guerra justa contra uma aldeia de determinada nação, era entrar em guerra contra todas.

---

[19] SILVA, Antonio Moraes. *Diccionario da língua portugueza* - recompilado dos vocabulários impressos ate agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado, por ANTONIO DE MORAES SILVA. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813.

Os portugueses aparentemente não levavam em questão que aldeias com língua, cultura e fazeres sociais semelhantes poderiam ser inimigas entre si, ou terem mais proximidade política e econômica com aldeias de outras culturas e línguas indígenas (LUCIDIO, 2013, p.115). De igual modo, aldeias com línguas e sociabilidades diferentes poderiam ser percebidas de maneira homogeneizadora pelos colonizadores, como se fossem da mesma nação, por dividirem territórios (idem, p.80).

Em um território poderiam coabitar diferentes aldeias indígenas que possuíam, ou não, a mesma língua, cultura, mitos, fazeres sociais, ritos, fenótipos, costumes etc. Essas poderiam ainda "manter relações bastante estreitas, amarradas em redes de parentesco ou de alianças, sem que estas relações, porém, se caracterizassem enquanto unidades políticas ou territoriais expressivas" (MONTEIRO, 1994, p.21). Lembra John Monteiro que as alianças entre aldeias sofriam mudanças quanto à composição e duração, essas relações variavam com o momento histórico, "esta mutabilidade escapou à atenção dos cronistas, que descreviam grupos de aldeias como se fossem conjuntos políticos mais abrangentes e fixos" (Idem).

Os agentes da Coroa quando declaravam determinada nação como aliada ou inimiga, estava alocando diferentes aldeias como pertencentes ao mesmo agrupamento político, sem respeitar as divisões étnicas internas daquela formação sociocultural. A unidade politica básica indígena é a aldeia. Logo, quando se declarava guerra a uma nação, fazia-se com todas as aldeias que tivessem supostamente a mesma língua e apresentassem os mesmos sinais diacríticos (na percepção dos colonizadores), como se fossem um só agrupamento politico.

Os portugueses tentavam condicionar a seu favor as relações entre as nações indígenas nos sertões, fomentando guerras e alianças, realizando escambo, promovendo espaços de diálogo e conflito. Nos aldeamentos os sertanistas utilizavam da estratégia de dividir para conquistar, fomentando divisões étnicas dentro da mesma nação, ou aldeia, assim como promoviam desentendimentos entre diferentes nações.

Havia populações indígenas que entendiam que os brancos vinham tirar suas terras e vidas e, por isso, faziam guerras. Existiam outras que percebiam nos brancos a proteção contra outras nações indígenas, contra o ataque realizado pelos próprios colonizadores, além de que a proximidade favorecia adquirir bens materiais (QUIJADA, 2002, p.112) e receber assistência contra epidemias. Assim como *gentios de nação* buscavam a proteção dos cristãos, os colonizadores buscavam o apoio dos índios. De acordo com Maria Celestino "colaborar com os portugueses podia significar estratégia de negociação de perdas" (ALMEIDA, 2013, p.73).

Quando um *maioral*[20] assinava um termo de vassalagem, esse termo poderia representar para os indígenas somente a sua aldeia, ou a confederação que representava, mas não necessariamente todas as aldeias de uma mesma "nação". Além de que, quando uma aldeia declarava guerra aos ocidentais não necessariamente todas outras concordavam, ou tinham conhecimento sobre isso, como os portugueses acreditavam.

O termo nação estudado nesta tese, não é considerado no sentido compreendido pelos portugueses coloniais de ser unidade política a *priori*. Parto da premissa que as nações eram formadas por "grupos distintos que não podem ser apreendidos como unidades" (LUCIDIO, 2013, p.87), pois possivelmente, cada aldeia tinha autonomia política. Não se quer dizer que as aldeias eram isoladas, mas sim que havia redes de sociabilidade entre os moradores das aldeias, que partiam de laços de parentesco, línguas em comum, trocas culturais, escambo, convivência devido à vizinhança de territórios, compartilhamento de áreas de caça e pesca por utilizarem dos mesmos rios e caminhos, aliança contra aldeias inimigas, existência de aldeias aliadas em comum etc. Sem necessariamente haver coesão politica.

Os portugueses identificavam além das nações, as confederações. Confederação era uma união de aldeias de diferentes nações, às vezes, com poucas afinidades sociolinguísticas, uma aliança, que designava a existência de tratados de soberania, com fins militares e/ou econômicos (MALDI, 1997, p.201). As confederações elegiam um grupo de guerreiros e *maiorais* como liderança para lidar com a situação, tendo, às vezes uma liderança geral atribuída a um *maioral* especifico, com responsabilidade circunstancial ao conflito.

As divisões em capítulos segue a lógica narrativa de pesquisar os contatos, descimentos e aldeamentos de diferentes nações indígenas. Sempre procurando apresentar diferentes contextos de análise, que envolvem agência indígena e colonização.

Os capítulos

A ordem dos capítulos segue a sequência cronológica da fundação dos aldeamentos, tendo como ponto inicial e central o aldeamento São José de Mossâmedes (1775-1832). Para tanto, o primeiro capítulo versa sobre a politica indigenista aplicada pelo governador e capitão

---

[20] *Maioral* – autoridade indígena de uma aldeia, seu poder era relacionado à força de sua rede de parentesco, seus feitos e capacidade organizativa.

general José Almeida Vasconcelos Soveral de Carvalho, o qual lhe rendeu o título de Barão de Mossâmedes. Ele colocou em prática o Diretório dos Índios (1758-1798)[21] e as Instruções de 1771[22]. Fundou dois aldeamentos, reorganizou um terceiro e elaborou as estratégias que seriam seguidas pelos dois governadores seguintes.

É discutida a Carta Régia de 31 de julho de 1779 que lhe agraciou com o título de barão, principalmente no que tange a seus silêncios quanto à politica indigenista empregada na capitania. Em nenhum momento o documento se refere a maior obra de Mossâmedes, que seria o aldeamento modelo construído por ele, que levava seu nome. Essa carta é contraposta a documentos encontrados no Arquivo Ultramarino de Lisboa, mais especificamente do Projeto Resgate. Assim como, ao conjunto de documentos encontrados na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro chamado "Coleção de Notícias da Capitania de Goiás"[23]. Essa coleção é uma compilação de seu governo na capitania, transcrita pelo ajudante de ordens Thomaz de Souza[24], que escreveu e copiou diários, cartas particulares e documentos oficiais a mando de Mossâmedes, que tinha a intenção de solicitar mercês e o título de barão.

Na segunda parte do primeiro capítulo se interroga os processos de reterritorialização que os indígenas vivenciaram nos aldeamentos, com foco no aldeamento de São José de Mossâmedes. Por fim, destacam-se as mudanças na formação de *línguas* com a existência de escolas nos aldeamentos pombalinos em Goiás, onde se ensinava português, catecismo e os costumes portugueses. Nessa parte se acrescenta a discussão um mapa sinalizando os aldeamentos fundados no século XVIII e as áreas ocupadas por colonizadores e por nações indígenas em Goiás. Por fim, é investigado o aldeamento São José de Mossâmedes a partir da planta de sua construção encontrada na Biblioteca Nacional de Lisboa.

No segundo capítulo é analisada a restruturação feita pelo Barão de Mossâmedes do aldeamento de Santa Anna do Rio das Velhas em 1775. Destaca-se o aldeamento dos Xacriabá nessa instituição, após uma guerra com os portugueses que durou mais de dez anos. Mossâmedes utilizou de *línguas* para o descimento dos Xacriabá e apadrinhou o filho do

---

[21] FURTADO, Francisco Xavier de Mendonça. *Diretório*, que se deve observar nas Povoações das Índias do Pará, e Maranhão em quanto Sua Majestade não mandar o contrário. Lisboa: Oficina de Miguel Rodrigues, 1757.

[22] As instruções se encontram na integra ALENCASTRE, José Martins Pereira. Anais da Província de Goiás. Revista do IHGB: 3º semestre - Tomo XXVII (segunda parte), 1864, p.234-258.

[23] Esse documento é dividido em partes. A primeira conta o trajeto do governador do Rio de Janeiro a vila Boa de Goiás, iniciada em dezessete de maio de 1772 e finalizada em vinte e cinco de julho de 1772. A segunda parte é um diário acerca de sua viagem dentro da capitania, na qual visitou, inspecionou e tomou providências sobre arraias, fazendas, estradas e rios. Essa marcha se iniciou em dois de junho de 1773 e durou até vinte e quatro de setembro. Por último, a terceira parte do documento é uma coletânea de cartas particulares e documentos resumindo seu governo na capitania, principalmente no que tange aos indígenas.

[24] Ajudante de ordens de praça vindo do Rio de Janeiro que veio com a comitiva do governador João Melo em 1759, no lugar de João Pinto que foi transferido a Bahia, em conformidade como decreto de 2 de agosto de 1748, (SILVA e SOUZA, 1872, p.450)

maioral, que foi enviado junto a mais quatro indígenas de nações diferentes a Portugal, para se tornarem missionários. A história dos Xacriabá em Goiás está atrelada a dos Akroâ.

No terceiro capitulo se defende que os Akroâ, assim como os Xacriabá, eram da sociocultura Akwén. O conflito entre mineiros e essas nações indígenas se iniciou com os primeiros mineiros invadindo suas terras poucos anos depois da descoberta do ouro em Goiás. A primeira tentativa de aldeamento dessas nações ocorreu com o sertanista Antônio Leite na década de 1730. Após anos de guerra com os moradores, as duas nações foram aldeadas na missão São Francisco Xavier, formada por Xacriabá no aldeamento Duro (1751-1757), junto ao aldeamento Akroâ, chamado Formiga (1751-1755). Em 1762, o governo de João Manoel de Melo decretou guerra aos Xacriabá e Akroâ. Apenas em 1774, o governador Barão de Mossâmedes chegou a um acordo de paz, com o aldeamento dos Xacriabá em Santa Anna do Rio das Velhas e dos Akroâ em São José de Mossâmedes em 1775. O foco do capitulo é investigar o processo de aldeamento e reterritorialização dos Akroâ, com destaque as estratégias dos sertanistas, a presença de cinco jesuítas vindos do colégio de São Paulo, os gastos exorbitantes, a agencia indígena, as revoltas, existência de *línguas*, pajés e *maiorais*.

No segundo e terceiro capítulo é trabalhada além da documentação já citada, uma coleção de cartas e documentos avulsos encontrados no Arquivo da Universidade de Coimbra chamada Coleção Conde dos Arcos. Essa coleção tem a peculiaridade de apresentar a comunicação do governador Marcos de Noronha com seus subalternos na capitania, ordens a sertanistas, juízes, ouvidores, capitães de tropa, padres, fazendeiros, mineiros etc, assim como as solicitações realizadas por esses sujeitos ao dito governador. Dom Marcos José de Noronha e Brito (1749-1755), chamado nesta tese por seu título Conde dos Arcos, foi o primeiro governador a administrar a capitania de Goiás e dele foram as ordens para fundar e organizar a missão jesuíta de São Francisco Xavier, a qual aldeou Xacriabá e Akroâ. Essa experiência foi contraposta a ordenada por Barão de Mossâmedes anos depois, quando reestruturou o aldeamento de Santa Anna e fundou São José de Mossâmedes.

No quarto capítulo são discutidas duas tentativas de aldear os indígenas Iny da Ilha do Bananal, uma primeira ocorreu em 1721 e é descrita em um documento ímpar encontrado no Arquivo Municipal de Évora, que consiste em um relato de viagem narrado pelo jesuíta Manoel da Motta a seus superiores, sobre sua participação na bandeira do sertanista Domingos Portilho de Mello, descendo de Belém pelo rio Tocantins até o rio Araguaia, às imediações da Ilha do Bananal. Na segunda parte desse capítulo, investiga-se a Coleção Conde dos Arcos para compreender como foi a segunda tentativa de aldear indígenas Iny,

moradores do rio Araguaia, no caso chamados de Curumarê, pelo sertanista Antônio Pires de Campos, a mando do governador Dom Marcos José de Noronha e Brito na década de 1750.

No quinto capítulo o foco são três outras bandeiras ao rio Araguaia, enviadas por Barão de Mossâmedes. São detalhadas as bandeiras e em especial se analisa a participação de uma *língua* Karajá nas negociações em torno do tratado de vassalagem e fundação do aldeamento Nova Beira em 1776. Destaca-se a politica indígena e as formas de liderança nativas. O objetivo da Coroa era interligar Cuiabá a vila Boa de Goiás por terra, e vila Boa a Belém via rios Vermelho, Araguaia e Tocantins. Em 1781, o governador Luís da Cunha Meneses transferi Karajá e Javaés do aldeamento Nova Beira para os aldeamentos Salinas e São José de Mossâmedes. Em Salinas os indígenas eram utilizados na exploração do sal, e em São José eram instruídos nos mais diversos ofícios, com o fim de se tornarem "vassalos úteis". A aliança entre portugueses e Iny perdurou até a primeira década do século XIX, quando em 1812 foi decretada guerra justa pelos portugueses.

No sexto capítulo são discutidos os contatos, descimentos e aldeamentos dos Bororó e dos Kayapó em Goiás. Houve incessante guerra entre Kayapó e mineiros desde a década de 1730. Os primeiros aldeamentos fundados na capitania, chamados de Rio das Pedras (1741), Lanhoso (1748) e Pissarão (provavelmente 1748), foram formados por Bororô deslocados de Cuiabá para o combate dos Kayapó. Assim como um quarto aldeamento chamado Santa Anna do Rio das Velhas (1751), também composto por Bororó, também contra Kayapó. Os três primeiros aldeamentos foram organizados pelo sertanista Antônio Pires de Campos, a mando do governador da capitania de São Paulo Luís de Assis Mascarenhas. O quarto foi fundado pelo governador Dom Marcos José de Noronha e Brito e era comandado por um jesuíta e um oficial de tropa de pedestres. A guerra entre colonizadores e Kayapó durou muitos anos, apenas com a fundação do aldeamento Maria I (1781-1813) houve "paz", a partir do intermédio de *línguas*. Em 1813, os Kayapó de Maria I foram transferidos para São José de Mossâmedes, perdurando a estadia até 1832, quando há uma revolta e fuga para os sertões com a morte da *língua* Damiana da Cunha.

No sétimo capítulo, destaco a carta do governador e general da capitania de Goiás Luís da Cunha de Meneses (1778-1783) a seu irmão Tristão da Cunha Meneses que o sucederia no governo em 1783, transcrita na dissertação de João Aparício. Tal carta relata os usos e costumes dos indígenas aldeados na capitania. Essa documentação é confrontada com os relatos dos viajantes naturalistas Johann Emmanuel Pohl e Auguste de Saint-Hilaire, que a partir da visita ao aldeamento São José de Mossâmedes e contato com a *língua* Damiana da

Cunha, fornecem um panorama sobre o cotidiano dos aldeamentos Maria I e São José de Mossâmedes, morada Kayapó. Objetiva-se compreender a manutenção do manejo de mundo indígena e as mestiçagens ocorridas com práticas territoriais portuguesas nos aldeamentos portugueses.

No oitava capítulo, apresento a terceira nação Akwén aldeada em Goiás do século XVIII, chamada pelos portugueses de Xavante, moradores no norte da capitania. Os primeiros relatos sobre os Xavante são de 1762 e apontam que de pacíficos vizinhos passaram a ser aguerridos inimigos, fizeram guerra desde a desde 1760, até serem aldeados em 1788, pelo governador Tristão da Cunha Meneses. Os Xavante tinham uma maneira própria de lidar com os colonizadores, pela astúcia de suas estratégias, eram acusados de receberem apoio de índios enviados por jesuítas espanhóis em meados da década de 1760. Tinham como tática de sobrevivência sequestrar escravos e integra-los nas suas aldeias, aprendendo táticas e fazeres ocidentais pelo seu intermédio. Os Xavante nos sertões eram percebidos pelos portugueses como formados por dois grandes grupos politicamente autônomos, um deles teve aldeias descidas para o aldeamento Pedro III, vulgo Carretão (1788-?) e aldeamento Salinas (indeterminado), enquanto o outro procurou manter distante e arredio. A paz, o tratado de vassalagem e a formação do aldeamento Carretão foi possível devido a negociações intermediadas por *línguas* Akroâ e por um *língua* apadrinhado pelo governador Tristão da Cunha Meneses, chamado Tristão. Além da documentação citada, é analisado um livro encontrado na Biblioteca Digital Mário de Andrade chamado “Relação da Conquista do Gentio Xavante”. Nesse livro de capa pintada a ouro consta a descrição da bandeira que ocasionou o descimento dos Xavante para formarem o aldeamento Carretão.

Primeiro Capítulo.

A política indigenista aplicada pelo governador e capitão general José Almeida Vasconcelos Soveral de Carvalho.

O governador e capitão-general José Almeida Vasconcelos Soveral de Carvalho governou a capitania de Goiás entre 1772 e 1778. Foi o governador com mais poderes, possuindo até "prerrogativas majestáticas como a de agraciar e perdoar" (ALENCASTRE, 1864, p.234). Rico, influente entre os ministros, fidalgo da Casa Real, amigo do Rei José I, era do Conselho de S.M., comendador de Santa Maria de Alcofra na Ordem de Cristo, décimo terceiro donatário de Mossâmedes, dos reguengos São Paulo da Cruz, Lamações e Alagoa (Viseu no Algarve), senhor da Vila de Lapa[25], Donatário de Albergaria de São Pedro de Crê e nono donatário senhor do Conto de Vieiro (ALENCASTRE, idem, p.234)[26]. Nos fins do século XVIII, recebeu o título de Visconde da Lapa, provavelmente referente ao seu governo posterior ao realizado em Goiás, em Angola.

Ao término de seu governo na capitania de Goiás em 1778, entrou com pedido para receber o privilégio de mercês e o título de Barão de Mossâmedes, o qual recebeu por Carta Régia datada de 31 de julho de 1779, assinada pelo Visconde de Villa Nova da Cerveira. Os argumentos apresentados pelo Visconde em prol do pedido de Mossâmedes eram embasados na sua trajetória militar, política e administrativa, como governador da capitania de Goiás. Destacou-se no documento também mérito de seu pai e de seu tio[27]. O documento base pelo qual foi solicitado o título e as mercês se chama "Coleção de Notícias da Capitania de Goiás, vindas às mãos de particulares assim por diários e cartas, como por cópias de papéis de ofício, e deduzidas por sua ordem (1772-1777)". O ajudante de ordens Thomaz de Souza escreveu e copiou diários, cartas particulares e documentos oficiais a mando de Mossâmedes.

---

[25] Requerimento de José António Pacheco, à rainha [D. Maria I], solicitando confirmação da carta patente no posto de capitão da Companhia dos Pardos do arraial da Anta, capitania de Goiás [16.10.1778] *AHU_ACL_CU_008, Cx. 30, D. 1942*.

[26] Algumas dessas honrarias se encontram apresentadas também no documento: CARTA PATENTE do [governador da Capitania de Goiás, Barão de Mossâmedes], José de Almeida Vasconcelos [Soveral de Carvalho], nomeando Tomás de Sousa no posto de sargento-mor do Regimento da Cavalaria Auxiliar da capitania de Goiás [20.01.1778]. AHU_ACL_CU_008, Cx. 30, D. 1904.

[27] Biblioteca Nacional de Portugal. Coleção Pombalina. Miscelânea – Carta Regia de 31 de julho de 1779 criando o Titulo de Barão de Mossâmedes. In Coleção das Leis do reinado da Rainha D. Maria I, incluindo o tempo da sua enfermidade, governo que findou em 15 de julho de 1799. PBA 461 Tomo I, p.341v

O título traz indícios que possibilitam compreender o que a Coroa esperava de um governador e qual mercê ele poderia esperar de um bom governo realizado. Mossâmedes, nome pelo qual ficou conhecido em Goiás, ascendeu de uma carreira militar, iniciada como capitão de Praça de Almeida[28] em 1759, seu último posto em Portugal foi de tenente coronel do Regimento dos Cavalos[29].

Alguns argumentos que endossam receber o título eram oriundos da atuação como governador da capitania de Goiás. Dentre os méritos atribuídos no documento havia a criação da Junta de Justiça, que foi presidida por ele (em resposta à Carta Régia que a solicitava de 12.08.1771), a criação do subsidio literário (em resposta a de 11.10.1773), o fato de ter remetido "o Quinto de maneira competente", as contas estarem em dia "e os cofres mais abundantes" [30] do que achou.

Destacaram-se seus êxitos na política colonial quanto aos *gentios*. O argumento central foi de que seu comando partiu da "suavidade e brandura" para contatar e os aldear. No documento consta que houve êxito no aldeamento Xacriabá em Santa Ana do Rio das Velhas, "conseguindo com efeito adea-los, sem perda de uma gota de sangue; e conserva-los obedientes católicos civis e constantes debaixo da proteção do Governo"[31]. Foi citado que para o aldeamento s Karajá, Javaés e Xambioá,

> (..) expediu para os sertões do continente do seu governo, descobrir o extenso Pais que rega o Araguaia (a qual denominou Nova Beira) e nele as nações de índios silvestres Karajá, Javaés e Xambioá; em número **de nove mil habitantes** que se acham em sossego e paz; captando-lhes a vontade com **presentes**: conservando por espaço de três anos esta amigável correspondência, **sem fazer despesa alguma a Fazenda Real**; não obstante as **grande remessas** que lhes enviava; não só de gêneros comestíveis; mas também de drogas mais agradáveis [grifo nosso][32].

[28] Fortaleza na fronteira com a Espanha chamada atualmente de Praça-forte de Almeida.

[29] Biblioteca Nacional de Portugal. Coleção Pombalina. Miscelânea – Carta Regia de 31 de julho de 1779 criando o Titulo de Barão de Mossâmedes. In Coleção das Leis do reinado da Rainha D. Maria I, incluindo o tempo da sua enfermidade, governo que findou em 15 de julho de 1799. PBA 461 Tomo I,, p.338.

[30] Biblioteca Nacional de Portugal. Coleção Pombalina. Miscelânea – Carta Regia de 31 de julho de 1779 criando o Titulo de Barão de Mossâmedes. In Coleção das Leis do reinado da Rainha D. Maria I, incluindo o tempo da sua enfermidade, governo que findou em 15 de julho de 1799. PBA 461 Tomo I, p.340-341.

[31] Idem, 340v.

[32] Idem.

Um dos silêncios que mais chamou atenção na Carta Régia foi o fato de não ser citada a sua maior obra, o aldeamento modelo de São José de Mossâmedes (1775-1832). Para explicar essa falta, apresentam-se dois possíveis motivos. Um deles foi o fato do governador ter usado ouro da Real Fazenda na construção e manutenção desse aldeamento, entrando em contradição com a afirmação de que não gastou ouro da Real Fazenda.

Outro fator, foi não ter seguido as indicações do Diretório dos Índios, assim como das Instruções recebidas, de agir com suavidade e brandura. Em seu governo houve a destruição de uma aldeia Kayapó e uma Xacriabá, com centenas de mortos e prisioneiros. Além disso, o governador julgou quatro líderes Akroâ por uma suposta sublevação, decapitando-os, pendurando suas cabeças em postes no entorno do aldeamento São José de Mossâmedes. Essa discussão é feita com mais detalhes no seguir da Tese.

Mossâmedes recebeu Instruções em 1771, com objetivos sobre como deveria governar Goiás a partir de 1772. A ênfase de seu trabalho foi a civilização e catequese dos *gentios* que viviam nos sertões para torná-los vassalos úteis. Além disso, procurou estimular o aumento do número de fazendas de produção agropastoril, a descoberta de novos veios auríferos e diamantes, a conquista de terras indígenas e consequente ampliação do território de domínio português, promover fornecimento e qualificação de mão de obra indígena, tentar viabilizar a navegação dos rios Araguaia e Tocantins rumo a Belém do Pará (apesar das ordens régia proibirem), reorganizar as tropas, os registros e caminhos, aumentar a arrecadação de impostos etc.

Para efetivar os objetivos da Coroa, Mossâmedes enviou bandeiras aos sertões e fundou dois aldeamentos Nova Beira (1776-1781) e São José de Mossâmedes (1775-1832) e reestruturou outro, fundado pelo Conde dos Arcos, o de Santa Ana do Rio das Velhas (1751-?). Promoveu mudanças quanto ao lido com os *gentios*, passou-se da prática de *desinfestar* os sertões, para a vontade de torna-los "vassalos úteis", na intenção de povoar os sertões como índios súditos, cristãos, falantes de português, para servirem de mão de obra, povoamento e defesa contra inimigos da Coroa. Logo, sua atuação foi de encontro à politica pombalina de usar os índios para garantir o território e expandi-lo.

José Martins Alencastre publicou na integra as Instruções de outubro de 1771, que foram a base de como deveria ser a governança de Mossâmedes em Goiás. As Instruções eram uma compilação de "cartas régias, ordens e ofícios" destinadas a apresentar os objetivos do governo. Nela consta as ordens para que Mossâmedes visitasse os principais arraiais da capitania (fez em 1773), devassar as contas e despesas feitas pelas câmaras nos últimos dez

anos, fiscalizar os contratadores e dizimeiros, combater as extorsões feitas por padres (na feitura de testamentos, como também na emissão de excomunhão contra autoridades e população para auferir ganhos), criar uma Junta da Fazenda e Junta de Justiça, regular a arrematação dos ofícios, mudar o método de arrecadação da Real Fazenda, fazer o levantamento das tropas e da população etc (ALENCASTRE, 1864, p.234-258). Logo, uma grande operação de reorganização do sistema administrativo, tributário e de ocupação do território.

Parte considerável do texto das Instruções de 1771 versava sobre como povoar a capitania de Goiás. A solução apontada era fazer "com os mesmos nacionais da mesma América" (Idem, p.246), pois sem eles "nem poderia haver cultura, nem comércio, nem opulência, nem segurança, que não fosse precária" (idem). Afirma que a "civilidade dos índios era objeto muito mais importante, pelas suas consequências, que todas as outras riquezas (..) e que a civilidade os índios se pode facilmente conseguir, logo que se acerte o método de a praticar" (idem).

A política indigenista de Mossâmedes foi baseada nas normativas do Diretório dos Índios (1758-1798) e nas Instruções de 1771. A maneira como interpretou e objetivou essas normativas se tornou "método de a praticar" para mais dois governadores, os irmãos, Luís da Cunha Meneses (1778-1783) e Tristão da Cunha Meneses (1783-1800).

Essas normativas, na prática, combatiam o domínio privado de índios administrados, a favor da administração pela Coroa. De uma maneira, ou outra, os índios aldeados não eram homens livres, mesmo após essas normativas que inferiam igualdade jurídica, pois aos aldeados era obrigatório o trabalho compulsório. Trabalho organizado pela burocracia portuguesa, com agentes da Coroa, que deveriam utilizar os índios nas roças, na lida com o gado, como carregadores, remadores, guias, *línguas*, soldados, trabalhadores especialistas em carpintaria, ferraria, tecelaria, fiaria e como curadores. Os aldeados eram alugados e havia cobrança de jornais dos moradores pelo uso da mão de obra, gerando impostos como o dízimo.

A política pombalina do Diretório dos Índios foi aplicada em Goiás com o objetivo de assimilar, apropriar, negar e mestiçar o ser, estar e fazer dos *gentios* a partir de um modelo de civilidade e religiosidade português. Nos aldeamentos pombalinos era proibida o uso da língua materna; prescrevia-se o batismo, o casamento interétnico, ordenava-se o uso de roupas e destinavam-se casas e alimentação nos moldes ocidentais. Desejava-se que os *gentios* estivessem em contato direto com a sociedade colonizadora, fossem vassalos do Rei,

trabalhadores, detentores de preceitos cristãos, conhecedores dos costumes e língua portuguesa.

A política de atrair *gentios* dos sertões era possibilidade de adquirir vassalos e almas, que como consequência ampliaria a reserva de mão de obra disponível e liberaria terras para posse dos colonizadores, ampliando o número de fazendas e arraiais de ouro em terras novas[33]. Os aldeamentos, de forma geral, serviriam como formação e reserva de mão de obra, como unidade produtiva, espaço de difusão do cristianismo e tropa aquartelada, espaços para constituir bandeiras, onde os homens eram alistados em tropas de descimento, captura de fugitivos, combater quilombos, ou para "desinfestar" de outro grupo indígena, determinada área de interesse da Coroa e moradores. Eram dispostos no território com fins de desobstruir caminhos e rios, povoar os sertões que se desejava conquistar com vassalos úteis, servir de alicerce para a manutenção de registros e presídios, produzir renda e impostos etc.

O Diretório dos Índios se destinava a secularizar os aldeamentos, estruturando-os para se tornarem vilas[34] (com índios no cargo de juízes ordinários, vereadores e oficiais de justiça). Havia apenas uma única vila em todo o período colonial na capitania de Goiás, diferente do Pará e Maranhão nenhum aldeamento se tornou vila. Aldeamento como Maria I fundado em 1781 para os Kayapó perdurou no tempo, teve população e estrutura necessária para se tornar vila. Assim como o aldeamento São José de Mossâmedes, o mais estruturado de todos. Provavelmente, não havia interesse da Coroa em ter mais de uma vila em Goiás, visto somente um arraial ter se tornado vila, o arraial de Santana foi a ocupação base que deu origem a capital vila Boa de Goiás em 1749[35].

Uma das prerrogativas apresentadas pelo Diretório para um aldeamento se tornar vila era haver no mínimo cento e cinquenta aldeados, número que deveria ser mantido no tempo. O número mínimo deveria ser alcançado com novos descimentos, união de aldeamentos e

[33] ANDRADE, Joaquim José Freire de [Capelão da Esquadra e do aldeamento Nova Beira]. Falas ao General em Congresso festivo da sua sala que se transcrevem por parecer que a folhagem do Elogio não lhe destrói a sincera, e considerável circunstancia de que resumem e de algum modo confirmam, o deduzido nesta Coleção (26 de julho de 1774). In SOUZA, Thomaz de. Coleção de notícias da Capitania de Goiás, vindas às mãos de particulares assim por diários e cartas, como por cópias de papéis de ofício, e deduzidas por sua ordem (1772-1777). BN. Loc. 07,4,070, p.148-156

[34] FURTADO, Francisco Xavier de Mendonça. *Diretório, que se deve observar nas Povoações das Índias do Pará, e Maranhão em quanto Sua Majestade não mandar o contrário*. Lisboa: Oficina de Miguel Rodrigues, 1757. Artigo 02.

[35] Para resolver a questão das grandes distancias e haver apenas uma vila, os arraiais eram divididos em julgados, sendo o maior arraial chamado de cabeça de julgado, onde se localizavam estruturas de uma vila, como o Concelho e juízes, tendo arrecadação própria.

nações indígenas[36]. O porquê de nenhum arraial, ou aldeamento, tornar-se vila, além da capital, são questões em aberto.

Na capitania de Goiás, os aldeamentos que havia quando Barão de Mossâmedes assumiu a governança eram três pequenos aldeamentos ao sul e um ao norte. Ao sul havia dois deles, um era, provavelmente, Rio das Pedras (1741-?), junto às fazendas que outrora pertenceram ao sertanista Antônio Pires de Campos. Enquanto o outro era Santa Ana do Rio das Velhas (1751-?), onde residiam alguns poucos Bororo e Kayapó[37]. No norte, havia o aldeamento Duro (1751-?) com cento e vinte indígenas em 1774[38]. Tanto, o aldeamento Rio das Velhas, quanto do Duro, era chamado também presídio e funcionava junto a um registro. Havia quatro instituições ocidentais na fronteira em Goiás: os aldeamentos, presídios, registros e contagens.

Chama atenção o fato dos aldeamentos serem chamados também de presídios, o que deixa a dúvida se havia um presídio ao largo dos aldeamentos, ou se os aldeamentos eram os presídios, ou se presídio seria outro nome dado a determinado tipo de registro, ou contagem, no sentido de um pequeno posto fiscal. Caso presídio signifique pequeno posto fiscal, explica o fato de um único aldeamento não ser chamado de presídio, o de São José de Mossâmedes, pois não havia registro em suas imediações. Mesmo quando os moradores do aldeamento eram indígenas aliados como foi o caso dos Karajá e Javaés, no aldeamento Nova Beira, era chamado de presídio, apesar de não haver registro na ilha do Bananal. Nos mapas dos aldeamentos consultados, como o de Santa Anna do Rio das Velhas (1751-?), São José de Mossâmedes (1775-1832) e Maria I (1781-1813) não apresentam uma construção chamada

[36] FURTADO, Francisco Xavier de Mendonça. *Diretório, que se deve observar nas Povoações das Índias do Pará, e Maranhão em quanto Sua Majestade não mandar o contrário*. Lisboa: Oficina de Miguel Rodrigues, 1757, Artigo 77.

[37] Os primeiros três aldeamentos fundados na primeira leva eram quartéis-aldeamentos (Rio das Pedras – 1741; Lanhoso – 1748; Pissarão - provável 1748) formados por indígenas Bororo vindos de Cuiabá (RAVAGNANI, 1986/1987, p.119), Esses eram administrados pelo sertanista Antonio Pires do Campo e se localizavam no curso da estrada do ouro de Goiás - São Paulo e eram mantidos com a alimentação e ferramentas provenientes da Coroa. O objetivo era combater e criar uma barreira contra os *Kayapó* e proteger o caminho do ouro, além de constituir tropa para combater os Akroá no norte da capitania (APOLINARIO, 2006, p.87). A partir desses aldeamentos militares foi erguido o de Sant´Ana do Rio das Velhas (1750), organizado por uma tropa de pedestres e um jesuíta "construído para os índios Araxá, que não chegaram a ser aldeados. Outros índios foram aldeados ali, principalmente Bororo, mas também havia Curumarê, Tapirapé, Karajá, Javaés, Xakriabá" (MOURA, 2006, p.33).

[38] Custava "vinte oitavas de ouro [0,072 kg] por mês, para sustentar 120 índios bravos que se acham na mesma aldeia, por não haver outro modo de mantê-los." OFÍCIO do [governador e capitão-general de Goiás, Barão de Mossâmedes], José de Almeida Vasconcelos [de Soveral e Carvalho], ao [secretário de estado dos Negócios Estrangeiros], marquês de Pombal, [Sebastião José de Carvalho e Melo], sobre a nomeação do intendente [Joaquim José Freire de Andrade] para diretor dos índios, e acerca de um incidente com os índios Xacriabás onde procurou persuadi-los ao aldeamento e à consequente cristianização [02.07.1775]. AHU_ACL_CU_008, Cx. 28, D. 1820

presídio, registro ou contagem. Apesar de se saber por outras fontes que Santa Anna havia um registro.

Elisabeth Salgado Resende, em sua analise sobre os índios "destribalizados" como homens livres pobres, informou que "os aldeamentos e presídios tiveram a mesma localização em função da segurança interna, na preservação dos espaços e na arregimentação da mão-de-obra indígena" (RESENDE, 2003, p.08). Os registros "(..) eram postos de fiscalização nas regiões fronteiriças, onde se procedia à cobrança dos direitos de entrada, taxação sobre mercadorias que entravam na capitania, bem como era um recurso para coibir o contrabando do ouro" (RESENDE, 2003, p. 04). O presídio serviria para controlar e expulsar os indígenas indesejáveis, dar um ponto de segurança aos colonos que quisessem formar fazendas e minerar nas terras indígenas do entorno e cobrar impostos. Supõe-se que as contagens funcionavam para cobrar imposto sobre o gado que transitava de uma capitania a outra, servindo também como estância para descanso e pastagem.

O autor dessa tese concorda com Joel Bevilaqua que afirma que os presídios eram instituições que faziam parte da cadeia de cativeiro e tráfico de índios, pois eram pontos avançados que recolhiam, aprisionavam, trocavam e distribuíam indígenas que serviam como mão de obra, cônjuge e mercadoria (MARIN, 2009, p.160).

A maioria das leis portuguesas que versavam sobre descimentos e aldeamentos indicavam que se deveria agir com suavidade e brandura, mas ao mesmo tempo permitiam o aprisionamento e ataque daqueles que não permitissem a catequização, que cometessem antropofagia, ou que estivessem em guerra contra a Coroa. As Instruções de 1771 eram complementares ao Diretório dos Índios, no sentido de apresentarem um método para os primeiros contatos que os agentes da Coroa deveriam seguir.

Barão de Barão identificou uma lacuna no Diretório dos Índios, pois não tratava dos indígenas que estariam nos sertões, pois foi pensado para aldeamentos consolidados, que deveriam virar vilas e não para populações de *gentios* não pacificados[39]. A única indicação presente nessa normativa era o artigo noventa e quatro, o qual afirmava que os índios não podem ser obrigados pelos Diretores a serviço algum antes de dois anos, período que

---

[39] OFÍCIO do [governador e capitão-general de Goiás, Barão de Mossâmedes], José de Almeida Vasconcelos [de Soveral e Carvalho], ao [secretário de estado dos Negócios Estrangeiros], marquês de Pombal, [Sebastião José de Carvalho e Melo], sobre a nomeação do intendente [Joaquim José Freire de Andrade] para diretor dos índios, e acerca de um incidente com os índios Xacriabás onde procurou persuadi-los ao aldeamento e à consequente cristianização [02.07.1775]. AHU_ACL_CU_008, Cx. 28, D. 1820

deveriam ser assistidos pela Coroa[40]. Para suprir essa lacuna, Barão de Mossâmedes recebeu Instruções em 1771. Em 1778, ele deixou um documento no qual fez uma leitura dessas instruções, apresentou seus atos como governador e indicou ações para o governo seguinte.

Barão de Mossâmedes indicou que o método para lidar com indígenas que viviam no sertão deveria ser semelhante aos utilizados por franceses e ingleses, que supunha mais suaves e brandos, “fazendo-lhes presentes para os atraírem, dando-lhes os gêneros, que mais lhes agradavam”[41]. Foram Condenados os métodos espanhóis e portugueses de brutal violência e o consequente esvaziamento populacional, chamados nessa tese de *desinfestar os sertões*. Nas Instruções escritas pelo Barão de Mossâmedes havia uma meia culpa, quando indicava que “as dificuldades que se encontravam na sua redução, todas nasciam da nossa e não da sua barbaridade”[42]. A fragmentada, inconstante, dúbia, pragmática e violenta política indigenista portuguesa resultaram

> (..)internarem-se os mesmos Índios pelos Matos, e Sertões, e fazerem-nos dali uma continua, incomoda, e desvantajosa Guerra em sua justa e natural defesa, e ter sua Majestade, todo o centro das suas Colônias coberto de inimigos implacáveis do nome Português, em lugar de ter vassalos uteis, que fertilizassem, e enriquecessem as terras das mesmas Colônias [43].

O Diretório dos Índios era normativa com fim de laicizar os descimentos e aldeamentos, substituindo os sertanistas contratados e missionários por agentes da Coroa e padres seculares. Dever-se-ia instruir os nativos nos costumes e sociedade civil, o que

---

[40] FURTADO, Francisco Xavier de Mendonça. *Diretório, que se deve observar nas Povoações das Índias do Pará, e Maranhão em quanto Sua Majestade não mandar o contrário*. Lisboa: Oficina de Miguel Rodrigues, 1757.

[41] OFÍCIO do ex-governador de Goiás, [Barão de Mossâmedes], José de Almeida Vasconcelos de [Soveral e Carvalho], ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, sobre as confirmações das patentes dos oficiais citados na instrução que deixou ao governo interino, acerca do estado das Companhias de Ordenanças e Pedestres de Goiás; os postos que se encontram vagos nas ditas Companhias, e solicitando que se passem os avisos necessários para o propósito da Congregação do Oratório de Viseu tomar conta dos índios vindos do Brasil para serem educados [02.01.1779]. AHU_ACL_CU_008, Cx. 31, D. 1959, p.8-9.

[42] No final de seu governo, em maio de 1778, Mossâmedes escreve Instruções para o governo interino que o substituiria e governaria enquanto o governador Luis da Cunha Meneses não assumisse. Este documento tem o caráter de ser um resumo ditado por ele de seus feitos que tem por finalidade, também, justificar sua conduta a Rainha Maria I. Idem, p.8-9.

[43] OFÍCIO do ex-governador de Goiás, [Barão de Mossâmedes], José de Almeida Vasconcelos de [Soveral e Carvalho], ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, sobre as confirmações das patentes dos oficiais citados na instrução que deixou ao governo interino, acerca do estado das Companhias de Ordenanças e Pedestres de Goiás; os postos que se encontram vagos nas ditas Companhias, e solicitando que se passem os avisos necessários para o propósito da Congregação do Oratório de Viseu tomar conta dos índios vindos do Brasil para serem educados [02.01.1779]. AHU_ACL_CU_008, Cx. 31, D. 1959, p.07.

supostamente facilitaria serem catequisados de maneira mais eficaz, pois “depois de sociáveis, e civilizados, que as Santas Doutrinas do Evangelho, podem produzir copiosos frutos”[44]. Mossâmedes recriou os métodos de descimentos e aldeamentos, segundo ele, a partir de experiências não ibéricas expressas como mais eficazes nas Instruções, “que me fizeram vir munido de livros, por onde estudassem na História da América Setentrional, os meios de que usaram os franceses e ingleses, e que nós devíamos ter adotado, e corregido pela prática”[45].

Barão de Mossâmedes deixou as Instruções de 1771, somados a instruções suas, para que os governadores que o substituíssem seguissem. Em suas considerações aos seus sucessores, havia exemplos de como se deveria agir com os indígenas de Goiás, como de uma fazenda de Minas Gerais, no rio São Francisco, organizada pelo presbítero Felix Ferreira da Rocha, cujas “fazendas estão cercadas por toda a parte do *gentio* Kayapó, Akroá, Xacriabá, e Xavante (..) procedem (..) com suavidade e brandura (..) o quanto são suscetíveis de amizade sem ser com armas nas mãos, como nós fazemos” (ALENCASTRE, 1864. p 251). No documento foram apresentados mais dois exemplos de fazendeiros que convivem com os indígenas do entorno de maneira pacifica.

A aplicação do Diretório dos Índios e das Instruções de 1771 por Mossâmedes se basearam, aparentemente, na prática de adulação e castigo, o que não era uma prática nova, ou localizada apenas em Goiás. Nos primeiros contatos se presenteava com ferramentas, miçangas, comida, drogas diversas, tecidos etc, permanecendo os galanteios em relação principalmente às famílias de estirpe nobre durante o processo de aldeamento. A meta era obter o domínio politico e sobre a distribuição de mão-de-obra, enquanto o aldeamento estava sendo sustentado pelo Real Erário, cujo prazo era dois anos, momento que deveria por si só se manter e render impostos[46]. Pune-se, por outro lado, de maneira dura, inconteste e exemplar qualquer forma de sublevação, ou descontentamento.

O Diretório dos Índios e as Instruções de 1771 foram normativas que prevaleceram até meados do século XIX, apesar dessas leis serem revogadas em 1798. A maneira como Mossâmedes organizou o contato e os aldeamentos se tornou modelo seguido pelos dois

---

[44] OFÍCIO do ex-governador de Goiás, [Barão de Mossâmedes], José de Almeida Vasconcelos de [Soveral e Carvalho], ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, sobre as confirmações das patentes dos oficiais citados na instrução que deixou ao governo interino, acerca do estado das Companhias de Ordenanças e Pedestres de Goiás; os postos que se encontram vagos nas ditas Companhias, e solicitando que se passem os avisos necessários para o propósito da Congregação do Oratório de Viseu tomar conta dos índios vindos do Brasil para serem educados [02.01.1779]. AHU_ACL_CU_008, Cx. 31, D. 1959, p.8-9.

[45] Idem, p.9.

[46] FURTADO, Francisco Xavier de Mendonça. *Diretório, que se deve observar nas Povoações das Índias do Pará, e Maranhão em quanto Sua Majestade não mandar o contrário*. Lisboa: Oficina de Miguel Rodrigues, 1757, artigo 94.

governadores seguintes, os irmãos Luís da Cunha Meneses (1778-1783) e Tristão da Cunha Meneses (1783-1800). Nas Instruções de 1771, o tal método foi descrito da seguinte maneira:

> (..) todo o seu cuidado foi ganharem a confiança dos mesmos Índios, por meio da sua suavidade, e brandura, fazendo-lhes **presentes** para os atraírem, dando-lhes os gêneros, que mais lhes agradavam, em troco dos que as ditas Nações do Sertão traziam, e **deixando-os voltar para as suas habitações**, sossegados, seguros, e contentes, até virem por suas livres vontades estabelecerem-se nas margens dos Rios, e lugares mais cômodos [grifo nosso] (ALENCASTRE, 1864, p. 248)

Os presentes, o escambo, o convencimento de indígenas com adulação e a liberação dos contatados, na maioria dos casos, depois de passarem alguns meses sendo bem tratados no aldeamento São José de Mossâmedes, ao invés do aprisionamento como anteriormente era praxe, foram atos repetidos pelos três governadores que seguiram o Diretório dos Índios. Por eles foram enviadas bandeiras com tratados de vassalagem, construídos aldeamentos nas bordas dos sertões de domínio *gentio* ou em pontos estratégicos dentro das terras que se queria conquistar.

Os governadores temiam migração de parte da população portuguesa, junto ao plantel de escravos no qual eram donos, pela escassez de ouro e o alto preço dos alimentos e produtos comercializáveis no geral[47]. Para combater a escassez do ouro, foram enviadas bandeiras por Mossâmedes para fazer a prospecção dos sertões em busca de ouro e descer *gentios* para liberar terras mais de doze bandeiras somente entre meados de 1773 a julho de 1774[48]. A maioria não encontrou a desejada riqueza, segundo o governador, a "indocilidade e brutal conduta"[49] dos sertanistas ocasionaram frustradas a descoberta de novos descobertos auríferos.

---

[47] Biblioteca Nacional de Portugal. Miscelânea – Coleção das Leis do reinado da Rainha D. Maria I, incluindo o tempo da sua enfermidade, governo que findou em 15 de julho de 1799. Coleção Pombalina. PBA461 Tomo I, p.339.

[48] ANDRADE, Joaquim José Freire de. Falas ao General em Congressos festivos da sua sala, que se transcrevem por parecer que a folhagem do elogio não lhes destroem a sincera, e considerável circunstancias de que resumem, e de algum modo confirmam o deduzido nessa Coleção. In SOUZA, Thomaz de. Coleção de notícias da Capitania de Goiás, vindas às mãos de particulares assim por diários e cartas, como por cópias de papéis de ofício, e deduzidas por sua ordem (1772-1777), p. 154

[49] OFÍCIO do ex-governador de Goiás, [Barão de Mossâmedes], José de Almeida Vasconcelos de [Soveral e Carvalho], ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, sobre as confirmações das patentes dos oficiais citados na instrução que deixou ao governo interino, acerca do estado das Companhias de Ordenanças e Pedestres de Goiás; os postos que se encontram vagos nas ditas Companhias, e solicitando que se passem os avisos necessários para o propósito da Congregação do Oratório de Viseu tomar conta dos índios vindos do Brasil para serem educados [02.01.1779]. AHU_ACL_CU_008, Cx. 31, D. 1959

No termo que conferiu o título de Barão de Mossâmedes foi afirmado que as bandeiras organizadas por ele, foram feitas "sem a menor despesa da Real Fazenda"[50]. Em outro documento Mossâmedes explica de onde surgiu o dinheiro para tantas bandeiras "não havendo coisa mais importante a Republica de Minas, me pareceu devia concorrer o rendimento do Concelho, além do extraordinário com que os Mineiros se ofereceram, o tenho Câmara ordenado, formando essa seca três bandeiras, sem o menor gasto da Real Fazenda"[51].

O uso do dinheiro dos Concelhos (cada Julgado tinha um) foi contínuo em seu governo, mesmo sem o consentimento dos vereadores e sem uma Ordem Real que autorizasse, o que era considerado crime para um governante. Ciente desse fato, Mossâmedes pede ao Rei que dê beneplácito a essa atitude, pois

> (..) prudentemente ficaria desvanecida a violência da Câmara, e do Ministro, que lhe preside, vendo-me arrogar a inspeção dos seus rendimentos, o que me pareceu não pode encontrar as Resoluções do Soberano, que confiando-me esta honra com a sua Real Fazenda, não posso imaginar que os bens do Concelho, sejam mais sagrados[52].

No documento que atribuiu o titulo e as mercês a Mossâmedes, o Visconde de Villa Nova da Cerveira apresentou como evidências de um bom governo o fato de Mossâmedes supostamente não ter gasto o ouro do Real Erário em momento algum e de ter utilizado dinheiro próprio para fazer bandeiras e aldeamentos[53]. Seu ganho anual como governador era

---

[50] ANDRADE, Joaquim José Freire de. Falas ao General em Congressos festivos da sua sala, que se transcrevem por parecer que a folhagem do elogio não lhes destroem a sincera, e considerável circunstancias de que resumem, e de algum modo confirmam o deduzido nessa Coleção. In SOUZA, Thomaz de. Coleção de notícias da Capitania de Goiás, vindas às mãos de particulares assim por diários e cartas, como por cópias de papéis de ofício, e deduzidas por sua ordem (1772-1777) p.154

[51] CARVALHO, José de Almeida Vasconcelos de Soveral e. Pela Secretaria d' Estado do Ultramar, sobre as continuados insultos do *gentio*, e expedição das bandeiras a explorarem o sertão [20.06.1774] Livro de Ofícios dirigidas a Corte de Lisboa (..) [1771-1777]. AHU_ACL_CU - Cod. 1656, p.46v-47

[52] CARVALHO, José de Almeida Vasconcelos de Soveral e. Pela Secretaria d' Estado do Ultramar, sobre as continuados insultos do *gentio*, e expedição das bandeiras a explorarem o sertão [20.06.1774] Livro de Ofícios dirigidas a Corte de Lisboa (..) [1771-1777]. AHU_ACL_CU - Cod. 1656, p.46v-47.

[53] OFÍCIO do ex-governador de Goiás, [Barão de Mossâmedes], José de Almeida Vasconcelos de [Soveral e Carvalho], ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, sobre as confirmações das patentes dos oficiais citados na instrução que deixou ao governo interino, acerca do estado das Companhias de Ordenanças e Pedestres de Goiás; os postos que se encontram vagos nas ditas Companhias, e solicitando que se passem os avisos necessários para o propósito da Congregação do Oratório de Viseu tomar conta dos índios vindos do Brasil para serem educados [02.01.1779]. AHU_ACL_CU_008, Cx. 31, D. 1959

em torno de doze mil cruzados[54], ou 26,88 kg de ouro[55]. Houve quatro grandes bandeiras em 1774, apenas na bandeira encaminhada aos sertões dos Kayapó, foi financiada, aparentemente, por moradores e pelo mineiro capitão Francisco Soares de Bulhões. Mas se sabe que nas outras três bandeiras, segundo relato em sua Coleção de Notícias, gastou ouro próprio, em torno de um conto de réis (1.000$000 réis, ou 833,3 oitavas de ouro, ou em torno de 2,99 kg de ouro)[56].

Na Carta Régia foi dito que Mossâmedes não gastou dinheiro da Fazenda Real, esse argumento era parcial, pois ele utilizou ao menos para "aumento de praças da Companhia de Pedestres, e o estabelecimento da Aldeia dos índios da nação Akroâ [aldeamento São José de Mossâmedes]"[57]. O governador que o substituiu, Luís da Cunha Meneses, afirmou que Mossâmedes tinha gasto da Real Fazenda no tempo de seu governo 22:236$752 reis, ou 18.530,627 oitavas de ouro (66,432 kg de ouro) para pagamento das tropas e construção do aldeamento São José de Mossâmedes. Em 1778, Luís da Cunha Meneses pagou pela Real Fazenda o saldo devedor da construção do aldeamento, que somou 5:149$686 réis, ou 15,385 kg de ouro quintado[58].

O próprio Barão de Mossâmedes em um documento de 1779 afirmou que somando todas as folhas e ordenados militares, eclesiásticos e administrativos, a construção do aldeamento São José de Mossâmedes e o "transporte e estabelecimento dos Xacriabás em Santa Anna do Rio das Velhas, construção de casas [em vila Boa de Goiás] para o Tribunal da Junta e Residência dos Generais custou 15.541$279 rs" [59], ou seja, o valor de 46,43 quilos de ouro do dinheiro da Real Fazenda.

---

[54] REQUERIMENTO do governador nomeado para a capitania de Goiás, José de Almeida e Vasconcelos [de Soveral e Carvalho], ao rei D. José, solicitando quatro mil cruzados anuais de ajuda de custo além dos oito mil cruzados de seu soldo [09.11.1770]. AHU_ACL_CU_008, Cx. 25, D. 1623.

[55] A conta feita é que uma oitava de ouro vale 3,586 gramas de ouro, ou 32 vinténs, ou 1200 réis. Logo um vintém corresponde a 0,112 gramas de ouro. Um cruzado de ouro vale 20 vinténs, ou 2,24 gramas de ouro, ou 750 réis.

[56] SOUZA, Thomaz de. Continuação das noticias subsequentes a Visita Geral da Capitania. In SOUZA, Thomaz de. Coleção de notícias da Capitania de Goiás, vindas às mãos de particulares assim por diários e cartas, como por cópias de papéis de ofício, e deduzidas por sua ordem (1772-1777) Vila Boa de Goiás. [25.04.1775 ?]. BN. Loc. 07,4,070, p.72

[57] CARVALHO, José de Almeida Vasconcelos de Soveral e. Ao mesmo Ex.mo Sr. sobre a felicidade com que tem continuado a conquista da Nova Beira, e do socorro que S. Excelência lhe enviou [15.06.1776]. Livro de Ofícios dirigidas a Corte de Lisboa (..) [1771-1777] AHU_ACL_CU - Cod. 1656, p.68v-69.

[58] Carta de Luis da Cunha Meneses ao Secretário Martinho de Mello e Castro [09.09.1781]. RJ: *RIHGB*, 1918, p.144.

[59] OFÍCIO do ex-governador de Goiás, [Barão de Mossâmedes], José de Almeida Vasconcelos de [Soveral e Carvalho], ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, sobre as confirmações das patentes dos oficiais citados na instrução que deixou ao governo interino, acerca do estado das Companhias de Ordenanças e Pedestres de Goiás; os postos que se encontram vagos nas ditas Companhias, e solicitando que se passem os avisos necessários para o propósito da Congregação do Oratório de Viseu tomar conta dos índios vindos do Brasil para serem educados [02.01.1779]. AHU_ACL_CU_008, Cx. 31, D. 1959, p.9

Já o governador que o substituiu em 1778, Luís da Cunha Meneses, afirmou que de 1774 até 1780, tinha-se gasto do ouro da Real Fazenda com a civilização dos indígenas em torno de 29:075$629 réis [86,863 kg de ouro quintado], dos quais 6:838$877 [20,431 kg de ouro quintado] foram feitos por ele em apenas um ano de governo 1779-1780, o restante por Mossâmedes (1772-1777)[60].

O governador Tristão da Cunha Meneses em 1788, afirmou que apenas "duas Aldeias que atualmente se acham estabelecidas, se tem despendido [pela Real Fazenda] nos anos de 1775 até 1785, para cima de 150:000 cruzados [448,123 kg de ouro quintado]; com obras, sustento, e vestuário dos índios, da Fazenda de Gado, salário dos vaqueiros"[61]. Provavelmente as aldeias citadas se tratem do aldeamento São José de Mossâmedes e Maria I. Um documento de 1806, no qual se desconhece o autor, informou que foi de 920.000 cruzados [2.060,8 kg de ouro quintado] gastos com os *gentios* até 1804[62], somente contando os gastos que encontrados nos livros da Real Fazenda.

O viajante naturalista Johaan Emanuel Pohl, em 1819, afirmou que o valor gasto na construção do aldeamento São José de Mossâmedes foi de 67:346$066 [201,196 kg de ouro quintado][63]. O autor da tese tem dúvida sobre os valores apresentados por Johaan Pohl, pois ele fez afirmações não verdadeiras, como a de que o aldeamento Mossâmedes tinha sido fundado em 1755 (ao invés de 1775), afirmou que os Karajá e Javaés foram transferidos do aldeamento Duro, ao invés do aldeamento Nova Beira. Os valores apresentados pelo Barão de Mossâmedes na devassa de seu governo eram parciais, assim como os descritos pelo governador Luís da Cunha Meneses.

É difícil chegar a um número exato dos gastos feitos com ouro da Real Fazenda, devido os diferentes documentos apresentarem valores divergentes. O que fica desses dados é que o governador Mossâmedes utilizou ouro da Real Fazenda, apesar da Carta Régia que lhe

---

[60] CARTA (cópia) da Junta [da Fazenda Real da capitania de Goiás], à rainha [D. Maria I], sobre a remessa do rendimento do quinto e escovilhas das Casas de Fundição de Goiás de 1778; o estado de decadência em que se encontra a capitania; os motivos que levaram a Junta da Fazenda Real a não enviar o quinto como nos anos anteriores; as grandes despesas que tem arcado as folhas militar, civil e eclesiástica e a necessidade de continuar com a civilização dos índios Kayapó [31.071781]. AHU_ACL_CU_008, Cx. 32, D. 2021.

[61] OFÍCIO do contador geral da Contadoria Geral do Território da Relação do Rio de Janeiro, África Oriental e Ásia Portuguesa, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro], sobre os índios Xavantes, Akroás, Xacriabás e suas aldeias; a necessidade de se povoar a América Portuguesa com os nativos da terra; o exemplar modelo dos franceses e ingleses no povoamento da América do Norte; as experiências frutíferas que mostraram serem os índios do Brasil não feras indômitas, mas homens hábeis para toda educação, e acerca das medidas a tomar para se implementar a civilização indígena sem diminuição dos rendimentos reais [17.10.1788] *AHU_ACL_CU_008, Cx. 37, D. 2291*

[62] Reflexões econômicas sobre as tabelas estatísticas da capitania de Goiás. pertencentes ao ano de 1804. E feitas no ano de 1806. RJ: *RIHGB*, n.º137, 1918, p.280

[63] POHL, Johaan, *Viagem ao Interior do Brasil*. Belo Horizonte: Livraria Itatiaia Editora, 1976, p.152

concede o título de Barão dizer que não utilizou. E o enorme gasto com a politica indigenista pela Coroa. Gasto que deveria ser um dos motores da economia local e que foi aprovado diretamente por Marquês de Pombal, além disso, expediu "a junta as mais precisas ordens para se prontificarem os meios necessários a execução dos meus [Mossâmedes] projetos" (1775) [64].

O grosso dos custos que o governo de Mossâmedes fez com a civilização dos *gentios*, entretanto, foi em boa parte feito com ouro dos moradores e dos Concelhos das Juntas e da República de vila Boa de Goiás. Utilizou-se dos cofres das câmaras sem Ordem Real, o que era ilegal. Afirmou Mossâmedes que por suposta falta de "Resoluções do Soberano" contrária, utilizou o dinheiro da republica de vila Boa e dos concelhos dos julgados de Meia Ponte, Traíras e Pilar para aldear os Karajá, Javaés e Xambioá em Nova Beira[65]. O uso do ouro da republica e concelhos na politica indigenista, também, fomentava a economia local.

Segundo Barão de Mossâmedes houve uma reação "vituperada" de alguns vereadores ao fato de não ter Ordem Régia que autorizasse utilizar o ouro dos Concelhos para a colonização dos *gentios* e prospecção de ouro em novas terras[66]. Somando a isso, Mossâmedes seguiu as Instruções de 1771 e fez devassa das contas dos Concelhos. Sua interferência foi a tal ponto que mudou o sistema de receita e despesa dos Concelhos, padronizando-os, igual ao da Junta de Justiça, que teve sua organização delineada a partir das ditas Instruções[67].

O presidente da Câmara de vila Boa e bacharel Bernardino de Souza Brandão questionou de maneira publica as manobras de Mossâmedes a partir de 1776. Em 1778, foi aberta uma devassa em torno da situação: Bernardino acusa Mossâmedes de utilizar a exorbitante soma de mais de vinte mil cruzados somente em 1774 (em um total de 44,8 kg de

---

[64] CARVALHO, José de Almeida de Vasconcelos de Soveral e. Carta familiar do General com data no Arraial de Meia Ponte a 10 de Agosto de 1775, que se transcreve já neste lugar, por pertencer aqui o Capitulo Final da mesma. [10.08.1775]. In SOUZA, Thomaz de. Coleção de notícias da Capitania de Goiás, vindas às mãos de particulares assim por diários e cartas, como por cópias de papéis de ofício, e deduzidas por sua ordem (1772-1777) Meia Ponte, 1775. BN. Loc. 07,4,070, p.104-106

[65] REQUERIMENTO do ex-vereador da Câmara de Vila Boa, bacharel Pedro Bernardino de Sousa Brandão, à rainha [D. Maria I], solicitando que se mande proceder às informações sobre a injusta e violenta prisão que o governador e capitão-general de Goiás, [Barão de Mossâmedes], José de Almeida de Vasconcelos de Soveral e Carvalho, lhe queria fazer, em represália por ter protestado contra as extraordinárias despesas que mandou fazer pela Câmara, com a formação de bandeiras, de que não resultou fruto algum, e a criação da aldeia do Bananal, denominada Nova Beira, a qual nunca foi aldeia, por não ter já há três anos, índio algum [19.06.1778]. AHU_ACL_CU_008, Cx. 30, D. 1922, p05

[66] OFÍCIO do [governador e capitão-general de Goiás, Barão de Mossâmedes], José de Almeida Vasconcelos [de Soveral e Carvalho], ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, sobre a conquista da Nova Beira e acerca de mantê-la sem despesa da Fazenda Real, com os recursos do cofre da Justiça e da Câmara, além de contribuições de particulares[25.09.1777]. AHU_ACL_CU_008, Cx. 29, D. 1894

[67] Idem.

ouro) com três bandeiras e de ter gasto o ouro das Câmaras em todas as bandeiras e em três anos no aldeamento Nova Beira, no valor em torno de sessenta mil oitavas de ouro (+/- 215,16 kg de ouro). Nas palavras do vereador, "aplicado tudo para bandeira de que não resultou fruto algum para Aldeia do Bananal, hoje denominada Nova Beira, que também se julga nunca ser Aldeia, por se a dar a perto de três anos [1775- 1778] sem redução alguma de um só índio"[68].

Devido às acusações, Bernardino, foi perseguido pela tropa de pedestres, a mando de Mossâmedes, entretanto não conseguiram encontra-lo. Bernardino pediu em carta ao rei uma devassa das contas relativas ao ouro retirado das câmaras por Mossâmedes e permitisse retornar para Vila Boa de Goiás e ter suas "perdas, danos e interesses, que com semelhante violência terá causado" pagos por Mossâmedes[69].

O governador e capitão general Luís Meneses da Cunha, que o substituiu, fez defesa de Mossâmedes, escreveu uma carta apresentando dados para justificar o uso do dinheiro das câmaras. Dentre eles o fato de moradores e o governador contribuírem com dinheiro pessoal. Logo, argumentou que os Concelhos deveriam fazer o mesmo. Apresentou alguns poucos dados relativos a gastos feitos por seu antecessor, para contrapor os valores apresentados pelo vereador. Descreveu o pagamento de duas certidões encontradas na Câmara de Vila Boa, que totalizam um mil trezentos e setenta e quatro oitavas de ouro (aproximadamente 4,93 kg de ouro). Não foi dito se houve mais certidões, apenas que o maior gasto foi feito pelos julgados de Traíras, Meia Ponte e Pilar e que esses documentos ele não tinha acesso[70].

Mossâmedes, no giro pela capitania em 1773, estimulou os moradores a fazerem bandeiras por conta própria, defendendo invasões em terras dos gentios em busca do esmerado ouro. Segundo Luís da Cunha Meneses, Mossâmedes incentivou os moradores a contribuírem

---

[68] REQUERIMENTO do ex-vereador da Câmara de Vila Boa, bacharel Pedro Bernardino de Sousa Brandão, à rainha [D. Maria I], solicitando que se mande proceder às informações sobre a injusta e violenta prisão que o governador e capitão-general de Goiás, [Barão de Mossâmedes], José de Almeida de Vasconcelos de Soveral e Carvalho, lhe queria fazer, em represália por ter protestado contra as extraordinárias despesas que mandou fazer pela Câmara, com a formação de bandeiras, de que não resultou fruto algum, e a criação da aldeia do Bananal, denominada Nova Beira, a qual nunca foi aldeia, por não ter já há três anos, índio algum [19.06.1778]. AHU_ACL_CU_008, Cx. 30, D. 1922

[69]Idem.

[70] idem.

> (..) dispondo aos lavradores a concorrerem uns com milho, outros com feijão, outros com farinha, outros com toucinho(..) aos mineiros, foi incumbido darem, uns, um, ou dois soldados prontos para a Bandeira; outros um, ou dois escravos com a sua competente ferramenta para se fazerem as experiências, e pelas Rendas dos Concelhos, suprir-se com outras despesas (..) no que de comum acordo convieram o Ouvidor Geral e Corregedor da Comarca, e os Juízos Ordinários dos Julgados de Trarias e Meia Ponte[71].

Foram feitas mais de doze bandeiras nos anos de 1773 e 1774, entre as quais quatro se destacaram. Em 1774, as quatro saíram no período de seca para revirar os córregos e rios atrás do ouro, apesar de ser a pior época para navegar nos rios. Uma das bandeiras saiu de vila Boa com cem armas em direção às cabeceiras do Rio Grande (provavelmente à procura do Rio Rico); outra saiu de Meia Ponte para o vale dos rios Anicuns e Corumbá. Uma terceira bandeira saiu de Pilar em direção à Pontal para os Sertões dos Xavante; e a ultima saiu de Traíras, também para o território dos Xavante, que se situava entre os rios Maranhão (afluente do Tocantins) e Araguaia, em direção à Ilha do Bananal. Estas duas últimas foram compostas, também, "por trinta e dois até quarenta capitães do mato"[72], enviado pelos Concelhos dos Julgados. O objetivo era pacificar *gentios*, encontrar novos descobertos de ouro e combater quilombolas.

Como resultado dos contatos feitos pelas bandeiras de 1773 e 1774, o governador Mossâmedes enviou outras e com isso organizou dois novos aldeamentos chamados de São José de Mossâmedes (Akroâ - 1775) e Nova Beira (Karajá, Javaés e Xambioá – 1776) e reestruturou um terceiro chamado Santa Ana do Rio das Velhas acrescentando aos Bororo e provavelmente Kayapó[73], indígenas Xacriabá (1775). Discute-se a seguir o aldeamento São José de Mossâmedes, fundado para ser modelo, foi espinha dorsal do sistema de aldeamento

[71] REQUERIMENTO do ex-vereador da Câmara de Vila Boa, bacharel Pedro Bernardino de Sousa Brandão, à rainha [D. Maria I], solicitando que se mande proceder às informações sobre a injusta e violenta prisão que o governador e capitão-general de Goiás, [Barão de Mossâmedes], José de Almeida de Vasconcelos de Soveral e Carvalho, lhe queria fazer, em represália por ter protestado contra as extraordinárias despesas que mandou fazer pela Câmara, com a formação de bandeiras, de que não resultou fruto algum, e a criação da aldeia do Bananal, denominada Nova Beira, a qual nunca foi aldeia, por não ter já há três anos, índio algum [19.06.1778]. AHU_ACL_CU_008, Cx. 30, D. 1922.

[72] REIS, Francisco Martins dos Reys. Carta dirigida ao Sargento Mor Francisco Martins dos Reys sobre a expedição da Bandeira do Julgado de Trahiras. Livro 1ª. Que serve de registro das cartas de ofício (..)[1772-1778]. Cód. Nº1656 p.34v O capitão do mato era um oficio destinado aqueles que caçavam escravos fugitivos e reuniam tropas para combater quilombos.

[73] OFÍCIO do [governador e capitão-general de Goiás, Barão de Mossâmedes], José de Almeida Vasconcelos [de Soveral e Carvalho], ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, sobre a conquista da Nova Beira e acerca de mantê-la sem despesa da Fazenda Real, com os recursos do cofre da Justiça e da Câmara, além de contribuições de particulares[25.09.1777]. AHU_ACL_CU_008, Cx. 29, D. 1894

português. Produzia gado, manufaturados e formava trabalhadores e soldados, dentre eles *línguas*, que eram utilizados para contatar, descer e aldear os *gentios* dos sertões para os novos aldeamentos.

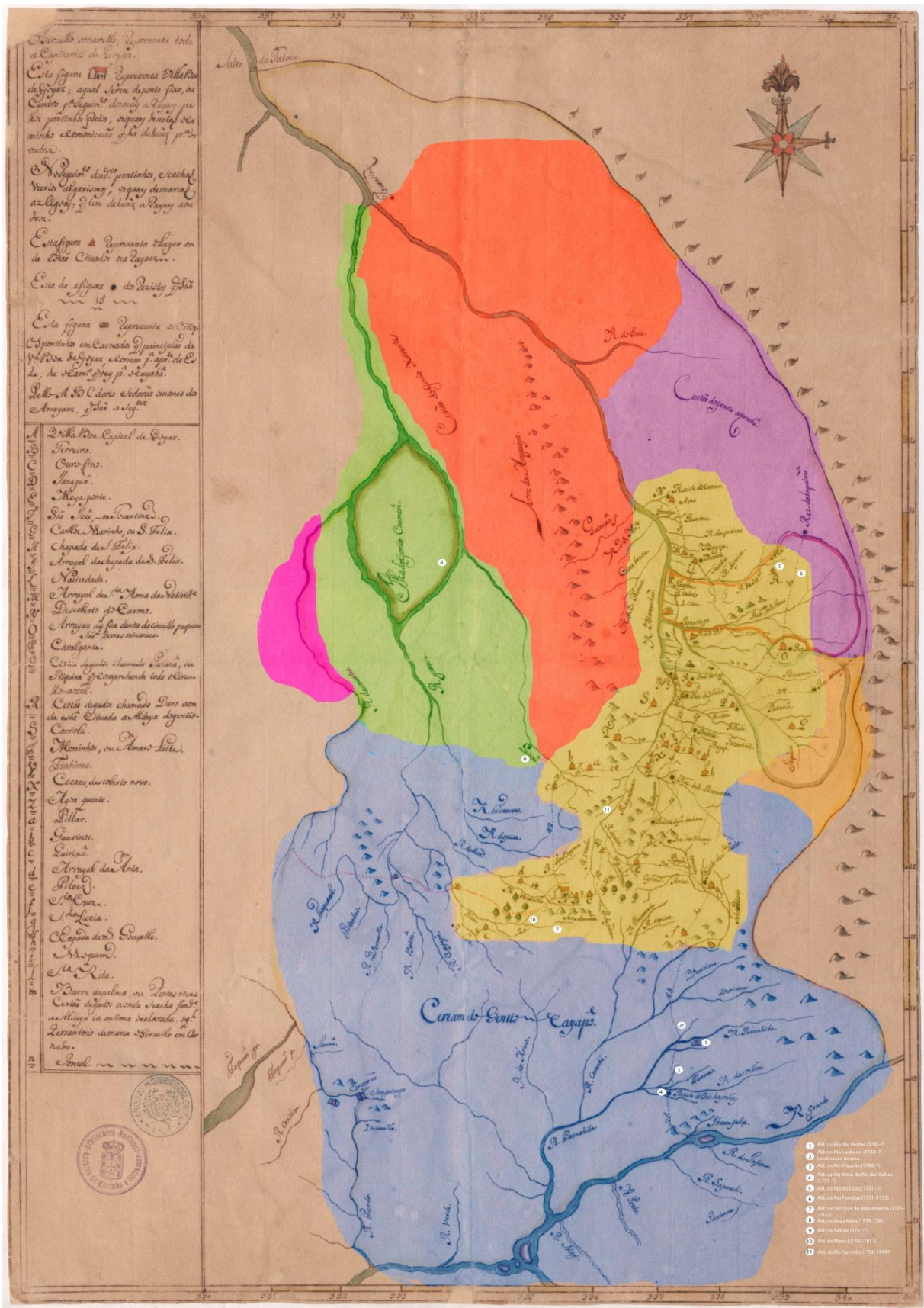
Territorializações e o aldeamento de São José de Mossâmedes (1775-1832)

Os aldeamentos fundados em Goiás eram espaços estruturados pelos colonizadores para a conversão dos *gentios* ao catolicismo, reserva de mão de obra nativa, formação dos indígenas em ofícios (*língua*, agricultor, carregador, correio, criador de animais, ferreiro, fiador, guia, missionário, pedreiro, prático, remeiro e tecelão), unidade produtiva (produtos agrícolas diversos, farinha de milho, cachaça, pecuária, produção de sal e salitre, ferro, extração de drogas do sertão, couros, fios e tecidos) e era a instituição à qual cabia a defesa dos caminhos, espaços produtivos e de moradia. Eram, também, após o governo de Mossâmedes, espaços de pesquisa de drogas do sertão com fins medicinais, alimentares, cordoaria e madeira, visando o comércio.

Nos aldeamentos havia tropas aquarteladas, que além de suas atribuições quanto aos índios, organizavam presídios e registros localizados ao largo dessas instituições, acarretando além da presença de soldados pedestres, soldados dragões. Dos aldeamentos partiam os descimentos para reduzir os *gentios* dos sertões, combater quilombolas e o contrabando (PERRONE-MOISÉS, 1992, p.120). Eram instituições pensadas como barreiras para proteger as populações coloniais dos ataques das nações indígenas e quilombolas dos sertões. Tinham a função de desocupar as terras indígenas e quilombos dos sertões com o deslocamento de aldeias para permitir extração do ouro, a formação de fazendas e a abertura de caminhos.

No mapa modificado da capitania de Goiás abaixo, original datado de 1753, é possível visualizar modificações feitas pelo autor dessa tese, como pontos brancos representando onze aldeamentos e áreas coloridas sinalizando territórios de domínios de nações indígenas em Goiás no século XVIII.

Mapa 03.

Mapa alterado: Ângelo dos Santos. *Mapa geral da Capitania de Goiás*. AHU_CARTm_008, D.867, 1753

A área em amarelo era dominada pelos colonizadores e era interligada por um caminho que distava perto de 302 léguas (aprox. 1812 km)[74], do arraial mais ao sul chamado Santa Cruz, seguindo sempre pelo caminho a oeste do Tocantins, até a última povoação mineradora mais ao norte chamado Carmo. Era uma grande área que poucas tropas deveriam controlar, com uma população colonial aproximadamente de cinquenta e cinco mil, na década de 1780 (ROCHA; MORAES, 2001, p.61). A área em amarelo foi dominada pelos colonizadores em um pouco mais de vinte e sete anos, o que torna evidente a violência com os povos que ali viviam. Os aldeamentos eram instituições centrais na expansão e manutenção do poder colonial.

Visualizando no mapa do sul para o norte, os quatro aldeamentos mais abaixo eram Bororo (Boé) vindos de Cuiabá (entre 1741-1751). Acima e mais ao centro estava o aldeamento de São José de Mossâmedes. Nele foram aldeados diversas nações diferentes, iniciou com Akroâ (1775). Acima está o aldeamento de Maria I, formado por Kayapó em 1781. A área de predomínio Kayapó é azul no mapa e rosa é Bororo, chamados de Araéz[75] no período. Os aldeamentos citados serviam na proteção de vila Boa, combate do Kayapó e proteção da estrada que ligava Cuiabá a vila Boa e Rio de Janeiro, onde eram encaminhados os impostos a Portugal.

Mais ao norte se encontrava o aldeamento do Carretão, fundado para abrigar os Xavante (Akwén). A área de predomínio Xavante está de vermelho. Logo mais acima havia o aldeamento de Salinas (1780), onde foi alocado Karajá e Javaés (Iny) para produção de sal, deslocados do aldeamento de Nova Beira (fundado na Ilha do Bananal em 1776). A área de domínio Iny está de verde. A leste do rio Tocantins fica o aldeamento de Formiga (Akroâ) e do Duro (Xacriabá) fundados em 1751. Protegiam o caminho de vila Boa para as capitanias situadas no nordeste, principalmente Bahia. O território Akroâ aparece em roxo, enquanto Xacriabá em laranja no mapa.

Havia um duplo movimento quanto aos aldeamentos fundados em Goiás, de um lado, eram instituições pensadas e organizadas para subordinar o indígena, mas também escravos, forros e livres pobres que ali habitavam. Eram instituições projetadas para em todos os aspectos “reduzir” os indígenas, seja em relação ao tamanho da população, mobilidade,

---

[74] "(..) as distâncias consideradas léguas, são as marchas de cavalo medianamente bom durante o espaço de uma hora: já se vê que n´este modo de calcular léguas, há erros enormíssimos, porque em um espaço de tempo dado, caminha-se maior proporção de terreno plano e limpo, do que de terreno áspero e cortado: as tortuosidades dos caminhos também obstaram á exatidão do cálculo" (CUNHA, 1874. p.218). A légua era medida prática, que ficaria na média entre seis a sete quilômetros de caminhada de cavalo por uma hora.

[75] Araéz é considerado por Mário Bordignon Enawuréu como do tronco-linguístico Macro-jê, da família-linguística Boé, ou seja Bororo (1987, p.01).

quanto ao uso da língua e práticas da cultura indígena, proibição das relações próprias com o sagrado, produzindo tanto mudanças de *habitus*[76], quanto alimentação, relações de poder, saberes e técnicas, divisões do trabalho etc.

De outro lado, os aldeamentos eram locais de atração dos *gentios* que estavam nos sertões, e como tal, eram espaços de negociação. Eram instituições nas quais os indígenas eram atraídos por terem acesso a ferramentas de metal, miçangas, tecidos, armas, medicamentos e alimentos, produtos que para além do uso prático, seu domínio conferia status e reforçava identidades. Lá havia também acesso a técnicas e saberes ocidentais, africanos e de outros povos indígenas quanto à agricultura, pecuária, manufatura, guerra, mineração, religiosidade e medicina, o que acarretava mestiçagens e hibridizações.

Os aldeamentos eram instituições onde os indígenas poderiam buscar assistência contra as epidemias (doenças de brancos) que grassavam os sertões, obter aliança contra nações indígenas inimigas e proteção contra a violência dos moradores e sertanistas. Índios administrados poderiam buscar os aldeamentos para fugir do cativeiro em fazendas e arraias, ao mesmo tempo em que os aldeados que saíssem poderiam ser escravizados (PERRONE-MOISÉS, 1992, p.123).

Os aldeamentos eram instituições que proporcionavam mudanças quanto aos princípios organizadores das sociedades indígenas que o frequentaram, pois a territorialização proposta pelos colonizadores "instaura uma nova relação da sociedade com o território, deflagrando transformações em múltiplos níveis de sua existência sociocultural" (OLIVEIRA, 1998, p.54). Ao mesmo tempo, a convivência com indígenas fez com que os colonizadores aprendessem hábitos, costumes, línguas indígenas, saberes sobre a natureza e formas de organização social. Logo, os aldeamentos são compreendidos como espaços de fronteira, locais de mestiçagem e hibridizações, onde corpos, práticas, saberes e técnicas resistem, eram misturados, apropriados e combatidos no contato. Locais onde ocorrem inter-relações entre duas ou mais sociedades que possuem, geralmente, além de línguas diferentes; processos econômicos, sociais, políticos, culturais e históricos próprios.

Os aldeamentos são compreendidos como espaço de uma fronteira porosa e permeável, lugar de inter-fluxos culturais, espaço de intercâmbio de fazeres, local de convívio, apropriação e subtração entre diferentes territorialidades. Tendo em conta a assimetria de poder presente, essas instituições propiciavam a colonizadores, quanto

---

[76] *Habitus* como a relação entre o individuo e o mesmo enquanto ser social, composto pela sua autoimagem e pela composição social que faz dos elementos socioculturais disponíveis, vinculando-se e sendo vinculado em maior ou menor monta com grupos e identificações sociais (ELIAS, 1994).

indígenas, modificarem-se e serem modificados pela presença do outro (QUIJADA, 2002, p.108). Acredito que o conhecimento mútuo e convívio entre indígenas e colonizadores reordenaram as práticas sociais nos aldeamentos, a ponto de se criarem novas rotinas da vida social.

Com os aldeamentos e a decorrente fixação/sedentarização promovida pelos ocidentais, os indígenas passavam a compor mesmo temporariamente, sociedades centralizadas, ao invés de se manterem segmentadas em aldeias nos sertões, estavam submetidos a uma situação colonial mantida por um Estado colonizador e centralizador "afetando profundamente o funcionamento das suas instituições e a significação de suas manifestações culturais" (OLIVEIRA, 1999, p, 55).

O processo de expansão do território europeu produziu a extinção de muitas formações étnicas nativas, pela persistência algumas se mantiveram, enquanto outras se reinventaram (MONTEIRO, 2001, p.56). Nos aldeamentos a situação colonial incidiu na construção de outros mecanismos políticos especializados, com diferentes práticas quanto ao lido com o ambiente, com uma cultura mestiça e híbrida, e uma consequente reelaboração do passado, mas também outras expectativas de futuro, ocasionando formações étnicas outras (OLIVEIRA, 1998, p, 55). Nos aldeamentos houve também permanências do manejo de mundo indígena dos sertões.

O processo de reterritorialização que os indígenas passaram, quando saíram de aldeias dos sertões e foram morar em aldeamentos "(..) não deve jamais ser entendido simplesmente como de mão única, dirigido externamente e homogeneizador, pois a sua atualização pelos indígenas conduz justamente ao contrário, isto é, à construção de uma identidade étnica individualizada daquela comunidade" (OLIVEIRA, 1998, p.60).

Os aldeamentos são considerados instituições limítrofes no sentido de comporem a fronteira, pois havia de um lado a sociedade colonial com a vila Boa de Goiás, arraias, fazendas, caminhos e rios dominados e ocupados por colonizadores a partir de 1726. No outro extremo havia o sertão que se contrapunha como espaço incontrolado pelas autoridades coloniais laicas e eclesiásticas, ocupado com aldeias das mesmas nações daquelas aldeadas, por nações indígenas inimigas e aliadas e por quilombos. Entre a sociedade colonial e os sertões eram alocados os aldeamentos que eram espaços fronteiriços precariamente controlados pelo poder colonial, habitados por índios "pacificados" e aliados, brancos, cabras, mulatos, bastardos, escravos e forros, dentre outras gentes enquadradas nos documentos a partir de suas "qualidades".

Janaína Amado (1995) afirmou que sertão no século XVI tem o sentido de "grandes espaços interiores, pouco ou nada conhecidos (..) 'terras sem fé, lei ou rei' (..) sobre as quais a autoridade portuguesa (..) detinha pouca informação e controle insuficiente" (p.149). O sentido do termo sertão depende do *locus* de anunciação de quem o exprime: "para o colonizador 'sertão' constituiu o espaço do outro por excelência da alteridade" (p.150), para os índios, africanos e despossuídos poderia significar liberdade em relação à "sociedade que os oprimia, esperança de outra melhor" (idem).

Os agentes da Coroa associavam o sertão à desordem e instabilidade, espaço ocupado por pessoas sem "civilidade", onde o barbarismo reinava. Segundo Anthony John Russel-Wood, quando a palavra sertão aparece nos mapas, vem acompanhada de uma designação etnográfica. O autor entende que sertão simbolizava um lugar para além do alcance da Coroa, fora do império, espaço autônomo "para todos, salvo para os sertanejos, o sertão era um estado de espírito e de percepções: descrevê-lo como simples periferia é ignorar a multiplicidade de conotações que a palavra e a região evocam" (RUSSEL-WOOD, 1998, on-line).

Os três segmentos que compunham a fronteira vivenciada por indígenas em relação aos colonizadores: os espaços coloniais; os aldeamentos como lugares de interseção entre a cultura ocidental[77] e ameríndia; e os espaços indômitos dos sertões, área de domínio principalmente de diferentes nações indígenas e quilombolas, são pontos centrais dessa tese.

O estudo das práticas territoriais ocidentais e manejos de mundo indígena nos aldeamentos são chave para compreender a história indígena colonial, pois compõem o processo de territorialização. Territorialização que vai além do uso do espaço físico e dos recursos naturais, pois estão relacionadas às relações sociais que permeiam as vivências das pessoas que o habitam e a elaboração e difusão de símbolos que o representam e fornecem subsídios para a sua compreensão pelos seus habitantes (GODOI, 2014, p.444).

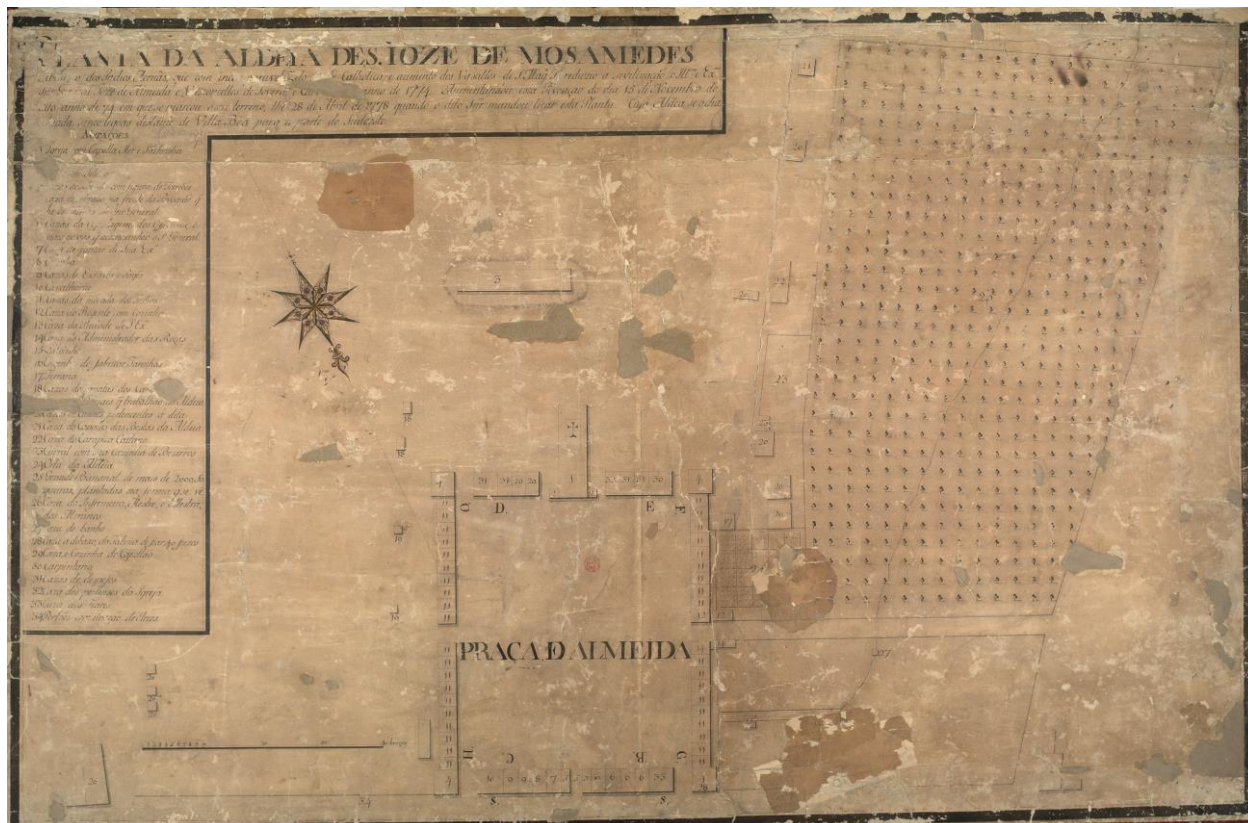
Territorialidade é fazer coletivo que envolve "apropriação, controle, usos e atribuição de significados" a paisagem[78] (GODOI, 2014, p, 444). A existência de um território abrange sistemas de representações e princípios organizativos que envolvem "lugares de morada, de trabalho, de celebrações, de hierarquias sociais, as relações com os grupos vizinhos" (idem). Com os aldeamentos os indígenas vivenciaram instituições onde havia práticas territoriais do

[77] Instituições como aldeamentos e presídios compunham a sociedade colonizadora em um movimento de ocidentalização do Novo Mundo (GRUZINSKI, 1999, p.284).
[78] Paisagem resulta do humano e sua interação com o ambiente, dimensão física e biológica do ecossistema, sistema aberto, não linear, com mutabilidade permanente e submetidos aos variados tipos de ação humana, com resultados imprevisíveis (SILVA, 1997, p.304).

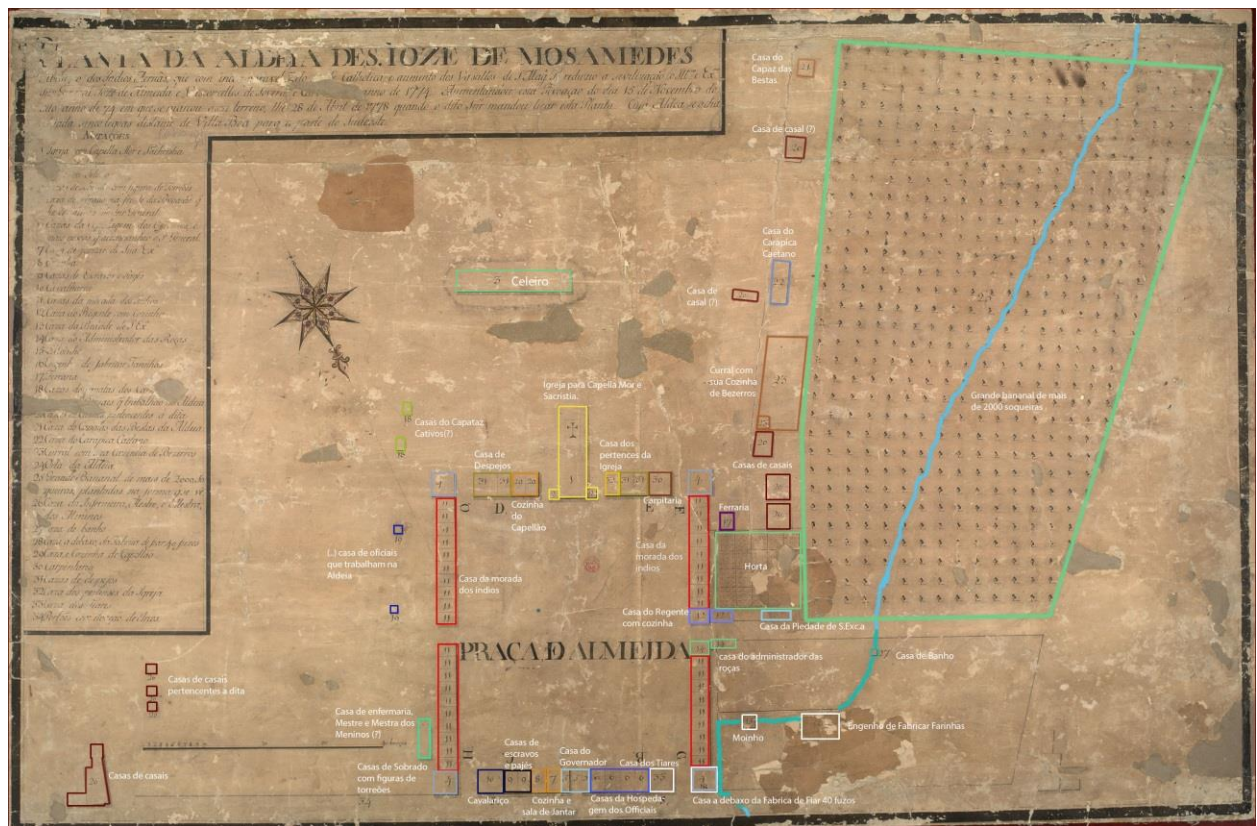
Estado colonial português, no que tange a língua, rituais, costumes, produções culturais e ordenamento social e físico-espacial (GODOI, 2014, p, 446), assim como os colonizadores tinham contato com o manejo de mundo indígena.

O aldeamento São José de Mossâmedes é central nessa pesquisa para pensar processos de territorialização, pois foi modelo e suporte para os aldeamentos posteriores. Foi posicionado no território dos Kayapó, de maneira a proteger vila Boa de Goiás[79] dos ataques indígenas, cuja base era a Serra Dourada. Foi alocado de modo que a vila, a serra e o aldeamento ficassem a distância de quatro a cinco léguas entre o primeiro e o terceiro, expandido assim a área de disputa para dentro do território Kayapó, para além da Serra. No aldeamento havia uma tropa de pedestres, que atuava na defesa do aldeamento, no controle dos aldeados e nas bandeiras em direção aos sertões. Esse aldeamento foi pensado como instituição modelo e teve sua arquitetura racionalmente pensada para tornar os aldeados produtivos, civilizados e cristãos. Conforme se pode observar no mapa abaixo:

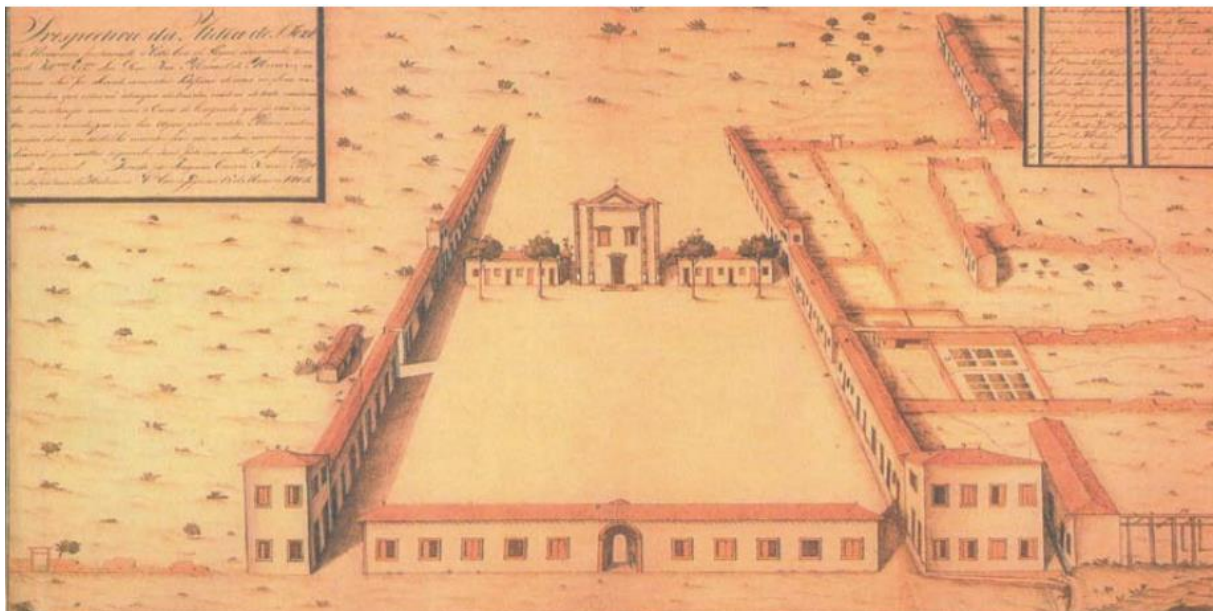
[79] Vila Boa tinha no período um total de Homens 5.484 (3.787 passiveis de pegar em armas) e 2.928 mulheres OFÍCIO do [governador e capitão-general de Goiás, Barão de Mossâmedes], José de Almeida Vasconcelos [de Soveral e Carvalho], ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, remetendo mapa dos moradores de Goiás, organizado a partir das relações recebidas dos párocos em 1773 [25.01.1774]. AHU_ACL_CU_008, Cx. 27, D. 1762.

Imagem 04.

Planta da aldeia de s. Ioze de Mosamedes [material cartográfico] : abitaculo dos indios acruâs, que com incomparável zelo da fé catholica e aumento dos vassalos de s. Mag.e f. Reduzio a sevilização illmo e Exmo Snr. General Joze de Almeida e Vasconcellos de Soveral e c (...) Anno de 1774 : aumentando ce esta povoação do dia 15 de novembro do dito anno de 74 em que se marcou o seu terreno the 28 de abril de 1778 quando o dito snr mandou tirar esta planta : cuja aldea se acha situada sinco legoas distante da villa boa para a parte do sudoeste (1778). Biblioteca Nacional de Portugal. Coleção Iconografia, Cota D. 117 R. <ver http://purl.pt/892 21.04.2016>

Abaixo segue o mesmo mapa, mas alterado pelo autor dessa tese, com destaque as construções e paisagens com cores. Cada cor representa função da construção, as variações de vermelho são moradias indígenas, de azul são casas destinadas aos agentes da Coroa e soldados, as variações de verdes são casas dos capatazes e áreas de produção e armazenamento agrícola, em amarelo são as casas destinadas ao poder sacro, de branco são as casas destinadas a manufaturas e beneficiamento de produção agrícola, de marrom as casas e áreas destinadas aos criadores e criações de gado e outros animais. Destaca-se em verde o bananal e a horta e em azul o rio desviado para atender o aldeamento.

Imagem 05:

O aldeamento foi projetado em formato quadricular, de maneira a possibilitar o controle sobre os aldeados e as nações indígenas que, por ventura, resolvessem atacar. Haviam casas de sobrado com dois andares com a função de serem torres em cada canto, para facilitar a observação do centro e do entorno do aldeamento. No centro do mapa do aldeamento se observa o nome Praça de Almeida, nome que lembra Barão de Mossâmedes, pois foi capitão da Praça-forte de Almeida, principal fortaleza de defesa portuguesa dos ataques vindos de território espanhol.

Abaixo, o aldeamento sobre outra perspectiva, do início do XIX:

Imagem 06:

Aldeia São José de Mossâmedes, perspectiva geral. Estampa de Joaquim Cardozo Xavier (Biblioteca Municipal Mario de Andrade). In: TELES, Mendonça José, PINHEIRO, Antonio Cesar Caldas; APOLINARIO, Juciene Ricarte. Catálogo de verbetes dos manuscritos avulsos da campitania de Goiás existentes no Arquivo Histórico Ultramarino. Brasilia: Ministério da Cultura. Goiania Sociedade Goiana de Cultura, 2001, p.34. Apud. APOLINÁRIO, Juciene Ricarde. *Os Akroá e outros povos indígenas na Fronteira do Sertão*: As práticas das políticas indígena e indigenistas no norte da capitania de Goiás - século XVIII (tese). Recife, UFPE 2005

Na entrada principal do aldeamento ficavam as instalações associadas ao poder temporal: a casa do governador general e seus oficiais, que assim podiam acompanhar de perto o processo de redução dos *gentios*. Por isso, havia espaços reservados, ocupados esporadicamente como a "residência do governador", "casa de jantar de Sua Excelência" e "casa da piedade de Sua Excelência" (a única que ficava deslocada desse local), além de casas destinadas aos seus oficiais e pessoas que o acompanhavam, havia ainda uma casa destinada ao casa ao cavalariço que acompanhava o governador em suas andanças. Há documentos oficiais, presentes no Arquivo Ultramarino (Lisboa), que eram assinados pelo governador e tinha como endereço de remetente o aldeamento, além de o próprio governador afirmar que "procurando eu em S.m Jozé de Mossâmedes, com a minha presença, e com os estímulos que

posso descobrir, adiantar a civilidade que em todo o desejo se radique, sendo para isto obrigado a multar a Fazenda Real, na despesa do edifício"[80].

Do lado oposto à casa do governador, residia o capelão responsável pela catequização e batismo dos aldeados e moradores não indígenas do aldeamento. Aqui que se localizavam espaços como a Igreja e Sacristia, a casa dos pertences da Igreja, uma casa com cozinha para o capelão. Igreja e sacristia eram os espaços dos batizados, casamentos, missas, pregações e extrema unção dada aos moribundos. Foi o governador Luís da Cunha Meneses que terminou a construção da Igreja[81]. Havia junto a essas construções uma casa de despejos.

Não se sabe ao certo a função da casa de despejos, o autor dessa tese conjectura a partir de dicionários de época. Raphael Bluteau indicava que poderia ser casa onde se guarda aquilo que poderia ser jogar fora. Algo que está provisório. Afirmou o autor do dicionário que a palavra tinha origem no espanhol: "despejo é coisa ruim, porque o pejo era coisa boa"[82]. Já o dicionário de Antônio de Moraes Silva, datado de 1789, afirmava que despejo era "desocupar, largar", "lugar da casa onde se metem trastes velhos, ou que não servem para sempre", "falta de pejo, turvação, que causa o temor" e "falta de pudor"[83]. Logo, a hipótese é que a casa de despejos poderia servir para guardar objetos para se jogar fora posteriormente, temporários, coisas velhas, ou que não estão em uso. O mais provável era que a casa de despejos serviria para a guarda dos corpos antes de serem enterrados. Pois, a mortandade nos aldeamentos era significativa e os corpos eram aquilo a ser guardados de maneira provisória, junto à capela.

Nas laterais ficavam as moradias dos aldeados, com suas portas e janelas voltadas para a praça, o que facilitava o controle dos colonizadores. Em consonância com o Diretório dos Índios, havia casas unifamiliares para os aldeados casados, na parte externa do quadrilátero. Para exemplificar o processo de territorialização, que incluía morar em casas unifamiliares, expõe-se o relato feito por Thomas de Souza Villa Real em 1793, sobre a moradia Karajá.

---

[80] CARVALHO, José de Almeida Vasconcelos de Soveral e. Ao mesmo Ex.mo Sr., dando S. Ex.a conta da construção do Edifício da Aldeia de São José de Mossâmedes (20.09.1776). Livro de Ofícios dirigidas a Corte de Lisboa (..) [1771-1777]. AHU_ACL_CU - Cod. 1656, p.68v-69 p.70v-71

[81] Carta de Luis da Cunha Meneses ao Secretário Martinho de Mello e Castro [09.09.1781]. RJ: *RIHGB*, n.º137, 1918, p. 144.

[82] BLUTEAU, Raphael. Vocabulário portuguez & latino: áulico, anatômico, architectonico ... Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712 - 1728. V.8, p.164.

[83] SILVA, Antonio Moraes. Diccionario da língua portugueza - recompilado dos vocabulários impressos ate agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado, por ANTONIO DE MORAES SILVA [1789]. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813, p.595.

> (..) a primeira povoação dos Karajá, que é do principal Teducurabedú (..) a dita aldeia tem somente três casas, porém compridas, cobertas e tapadas de palha a que chamam Euá-uassú: cada casa tem unicamente na frente uma pequena abertura, que lhe serve de porta. O número de pessoas que se deixam ver foi de cento e quarenta pouco mais ou menos, entre homens, mulheres e crianças, que as mais, disse o principal, estavam uns nas roças, outras nas caças e pescarias (e alguns talvez escondidos)[84].

Esse relato expõe como era artificial obrigar indígenas a morar em casas unifamiliares, mais de cento e quarenta Karajá viviam em três casas comunais. Indígenas como os Karajá, que foram aldeados em São José de Mossâmedes em 1781, foram incentivados a ter práticas territoriais ocidentais, em detrimento do manejo de mundo próprio dos indígenas.

Junto à casa dos aldeados, havia casas para acolher os soldados e oficiais da tropa de pedestres. Além dos soldados, havia os administradores e artificies, cujas casas ficavam em torno do aldeamento e, em sua maioria, posicionadas do lado direito. Havia as casas daqueles que deveriam zelar pela estrutura produtiva do aldeamento, uma casa com cozinha para o Diretor ou Regente, casa para o administrador das roças, casas para os capatazes das bestas, casas de capatazes cuja função se desconhece devido ao mau estado do mapa, mas provavelmente eram casas dos capatazes dos cativos africanos. Além destas, havia a casa destinada a carpintaria, assim como uma casa para ferraria. Ofícios esses que se instruíam os aldeados. Uma casa foi intitulada no mapa do aldeamento como do "Carapica Caetano", a qual se tratava provavelmente da casa a qual servia para produzir e armazenar madeira destinada a carpintaria, inicialmente habitada por Caetano.

No mapa havia ainda uma horta, que em conjunto com roças feitas ao largo do rio Fartura, alimentavam o aldeamento e produziam excedentes. Eram plantados: feijão, batata, inhame, milho, amendoim e abóbora, vegetais esses que com a carne eram a base alimentar indígena. Havia as já citadas plantações de mamona para a produção de azeite para a iluminação e algodão para fabricar tecidos. No mapa era possível delinear também uma grande plantação com duas mil soqueiras de banana. Além de servir para a alimentação, provavelmente foram cultivadas para secar o terreno alagadiço. A banana era cultivada, igualmente, por suas qualidades saneadoras, pois havia uma "tradição portuguesa de aproveitamento de terras incultas e alagadas por meio de aterramento, urbanização e

[84] Thomas de Souza Villa Real. Diário da viagem que se fez pelos rios Tocantins e Araguaia a transportar os índios silvestres de nação Karajá as suas habitações. In. Viagem de Thomaz de Souza Villa Real pelos rios Tocantins, Araguaia e Vermelho: acompanhada de importantes documentos oficiais relativos à mesma navegação. RJ: *RIHGB*, 1891, p.430

jardinagem” (BARCELOS 2013, p.70). Havia um celeiro ao fundo que servia para guardar a produção agrícola.

Existia um córrego que foi desviado e cruzava a plantação de bananas, servia para irrigar a horta. Essas águas foram direcionadas para cruzar a povoação, por uma “vala de légua e meia de extensão, aberta desde um córrego que desce da Serra Dourada e entra no ribeirão Fartura” (MATTOS, 1874, p. 244). As águas eram utilizadas para manter com a força motriz o trabalho do Moinho, do engenho de fabricar farinhas de mandioca e milho e da casa de fiar. Ao lado deste moinho, ficavam os teares nos quais as mulheres produziam panos de algodão para roupas. O córrego desviado servia como fonte de água para as pessoas e animais. No mapa se encontra uma casa especial nesse córrego, para a higiene, chamada de Casa de Banho. Provavelmente, a casa deve ter sido pensada para as mulheres se banharem sem a vista dos homens.

Junto ao aldeamento havia uma Fazenda Real, onde os indígenas acompanhados por capatazes criavam gado vacum. Dentro do aldeamento havia um curral para a criação dos bezerros e obtenção de leite. Esse gado servia a alimentação, produção de couros e força de tração animal. Além do gado, criavam-se cavalos, porcos, galinhas, patos e provavelmente cães para a caça. Todos esses animais, com exceção dos patos, oriundos da América do Norte, foram introduzidos pelos colonizadores.

O Diretório dos Índios indicava que a presença de brancos nos aldeamentos deveria promover a comunicação e o comércio, sendo que qualquer morador de qualquer qualidade ou condição pode ir morar no aldeamento “logrando todas as honras, e privilégios, que sua Majestade foi servido conceder aos moradores” (artigo 80) – deveriam construir suas próprias casas, com o auxilio do Diretor, mas sem tomar terra dos índios[85].

Havia algumas condições para um colono poder ir morar nos aldeamentos, como primeiro não poderiam possuir a terra legalmente (artigo 82); segundo, conservar-se em paz com os índios, reconhecendo-os como vassalos (artigo 83). Terceiro, os índios teriam preferência quanto a cargos honoríficos, contudo, na prática, os brancos continuavam a ter a prioridade (artigo 84). A quarta era que os moradores não indígenas, livres ou forros, teriam que trabalhar a terra (artigo 85) [86].

Havia duas casas para escravos negros junto à casa do governador no aldeamento. Provavelmente, a pouca distância entre casas indicaria que eram escravos domésticos,

[85] FURTADO, Francisco Xavier de Mendonça. *Diretório*, que se deve observar nas Povoações das Índias do Pará, e Maranhão em quanto Sua Majestade não mandar o contrário. Lisboa: Oficina de Miguel Rodrigues, 1757.
[86] Idem.

destinados a serviços domésticos. Junto aos escravos deveriam morar os pajés, percebidos como feiticeiros e adoradores do diabo pelos cristãos. Os pajés representavam à última e mais poderosa linha de defesa das tradições indígenas, geralmente eram lideres que atuavam na cura das doenças, protetores da comunidade contra os espíritos malignos e adivinhadores do futuro. Na história indígena, eram os pajés os principais combatentes dos preceitos cristãos, afirmando que os batismos, a extrema unção, os benzimentos e rezas levavam a morte, as práticas cristãs disseminavam doenças.

Junto aos escravos estavam os pajés, provavelmente esse feitio foi pensado pelo governador Mossâmedes, a partir da leitura da documentação produzida por Conde dos Arcos e de uma revolta que ocorreu poucos meses depois do aldeamento Akroâ em São José de Mossâmedes.

Os pajés eram os mediadores entre a aldeia e os espíritos (MONTEIRO, 1994, p.24), faziam "curandeirismo, interpretações de sonhos, proteção da sociedade local contra ameaças externas, entre elas os espíritos malévolos" (Idem, p25). Eram figuras que devido as suas designações quanto ao sagrado e cura poderiam ser lideranças contundentes. Os pajés, junto aos anciões, eram os guardiões das tradições e do calendário ritual, combatidos pelos colonizadores.

O isolamento do pajé dos demais e sua alocação junto aos escravos fazia parte da tentativa de cercear e eliminar os pajés, pois eram interlocutores indígenas nas relações com o sagrado. Eram tratados pelos padres como diabólicos, sinônimo daquilo a combater, representavam a cultura indígena que se queria extirpar, pois eram a expressão máxima do gentilismo. O desígnio em torno da cristianização das "implicou oposição ferrenha à figura dos pajés, porta-vozes das tradições culturais indígenas, que, por meio de visões e sonhos, tornavam-se elos de comunicação entre as aldeias indígenas, além de estabelecer conexões entre o mundo dos vivos e o mundo dos mortos" (KOK, 2011, p.02). Houve imposição da separação entre poder temporal e poder sagrado de cunho indígena nos aldeamentos, pela não adequação da figura do pajé a necessidade da aldeia de interlocução entre o mundo indígena e o colonizador.

Na legenda do mapa consta a existência de uma casa para o mestre e mestra dos meninos. Apesar de não desenhado no mapa onde situaria tal escola, uma hipótese possível é a localização ser ao lado das casas que eram morada do poder temporal, em uma casa desenhada no mapa, que não possui legenda. O responsável por organizar a educação era o diretor Izidoro Rodrigues da Silva.

As escolas fundadas em aldeamentos pelo governo pombalino eram os primeiros experimentos para reforma da instrução em todo o reino. A reforma educacional conduzida pelo governo pombalino se iniciou com a expulsão dos jesuítas e a substituição deles em "34 faculdades e seminários" (MAXWELL, 1995, p.104) em Portugal e no Brasil "25 residências, 36 missões e 17 faculdades e seminários" (idem). Os diretores dos aldeamentos deveriam ocupar os lugares dos missionários e duas escolas públicas deveriam ser estabelecidas em cada aldeamento, uma para meninos e outra para meninas (idem).

O item seis do Diretório dos Índios apresentava que todos os povos que conquistaram novos domínios introduziram seu próprio idioma como forma de conseguir a obediência ao Príncipe. No documento havia a critica ao fato dos primeiros conquistadores terem como base a língua Nheengatu, compreendida como empecilho que impossibilitaria por si só civiliza-los. O Diretório obrigaria o uso da língua portuguesa nos aldeamentos, em especial em suas escolas indígenas. Duas escolas; uma de meninos e outra de meninas, as quais deveriam ensinar Doutrina Cristã, ler e escrever. Na de meninos se ensinaria também a contar, enquanto na de meninas se instruiria em fiar, fazer renda, cultura, e "todos os mistérios próprios daquele sexo" (artigo 7). A escola deveria ser mantida pelos pais das crianças, ou pelas pessoas "em cujo poder elas vivem, pagando em dinheiro, ou em 'efeitos'" (artigo 8)[87]. Apesar de não estar claro no Diretório, as escolas formariam *línguas* no momento que ensinavam português, catecismo e costumes portugueses.

O processo de formação de *línguas* era realizado pelos portugueses em todas suas possessões ultramarinas, Diogo Curto analisa esse processo na África. Afirma que a história do uso de *línguas* como agentes especializados na comunicação e contato com povos díspares era anterior à vinda dos portugueses à América e não foi invenção portuguesa. Entretanto, utilizaram da prática de maneira intensiva (CURTO, 2009, p.29). Segundo o autor, a atuação e o *status* de quem exerce esse oficio variava de acordo com sua origem, havia filhos de reis africanos ensinados nos costumes, língua e religião ocidental em Portugal; bem como escravos intérpretes obtidos para trabalhar como intérpretes para os portugueses.

Diogo Curto afirma que já no século XVI a Coroa tinha um ideal de "língua companheira do Império" (2009, p.27). Havia dois tipos de formação e atuação, uma baseada no português para converter povos de outras culturas, outra que partia das línguas nativas (século XVI) (idem, p.39). Ou seja, expandir o uso da língua portuguesa era entendido como

---

[87] FURTADO, Francisco Xavier de Mendonça. *Diretório, que se deve observar nas Povoações das Índias do Pará, e Maranhão em quanto Sua Majestade não mandar o contrário*. Lisboa: Oficina de Miguel Rodrigues, 1757.

concomitante a expandir o Império. E por isso “se poderá falar de esforços regulares de exercício de uma política educativa. Mas é preciso acrescentar que as atividades pedagógicas se encontram subordinadas ao objetivo de alargar o grupo de agentes de mediação, incluindo tradutores” (idem).

A expansão imperial portuguesa era delineada a partir dos interesses econômicos e da ideologia religiosa de conversão dos *gentios*. A expansão do Império promoveu a organização de um sistema de intérpretes nativos e a prática sistemática de sua formação e utilização no contato entre portugueses e mouros, africanos e reinos estrangeiros não ocidentais no geral (CURTO, 2009, p.19). Esses nativos eram “instrumentos de contato confinado a comunicação oral, geralmente submetidos a propósitos diplomáticos, militares ou mercantis, quer como informadores de notícias” (idem, p.28). “Uma das provas da centralidade desse sistema, nos contatos estabelecidos pelos portugueses, encontra-se no fato de as viagens pelo litoral africano avançarem ao ritmo do conhecimento linguísticos dos intérpretes” (idem, p.29).

Ângela Domingues (2012) esclarece que os portugueses coloniais tinham a compreensão que o domínio sobre a língua nativa era indispensável para ter soberania territorial em terras indígenas e implantar o domínio colonial (p.34). Aponta que os portugueses tinham métodos práticos de formação de intérpretes e interlocutores, um deles era conhecido na época como lançado, ou seja, homens degredados deixados para trás pelas embarcações para aprenderem a língua nativa e criarem relações com os indígenas. Esclarece que o escambo e a troca de presentes era a maneira de fazer comércio e formar alianças. No contato afirma que o “papel mais relevante coube aos intérprete s ou ‘línguas’” (p.35). Acentua que para além do dialogar com a voz, os *línguas* cumpriam papel na análise da cultura corporal, logo os gestos e atitudes do outro (p.35). Quando se tratavam de portugueses que eram *línguas* havia o costume de casarem com filhas de *maiorais* e viverem em concubinato com mais de uma mulher. Os *línguas* portugueses mais reconhecidos conseguiam juntar grande exército indígena, alguns tinham fama de feiticeiros (idem).

Os *línguas* portugueses nos primeiros séculos teriam a função de aprender a língua e informar sobre o que havia na terra, serviam de guias, avaliavam os recursos naturais, procediam experiências agrícolas e eram intermediários comerciais. Aponta Ângela Domingues que poderiam ser colonos, missionários, crianças indígenas ensinadas em colégios jesuítas, pessoas que foram capturadas por indígenas, indígenas prisioneiros e mestiçados etc. Interlocutores que estavam entre “duas ordens sociais e morais, em estreita relação com os processos de mestiçagem e transculturação” (DOMINGUES, 2012, p.36) e eram peças chave

no jogo de alianças entre ocidentais e indígenas, o que possibilitava a fixação de população europeia em terras nativas (p.38). Entre os próprios indígenas era prática comum haver intérprete s e interlocutores nas relações entre diferente aldeias e línguas (p.39).

A motivação ideológica na colonização da América pelos portugueses era religiosa, a catequese era "instrumento de reprodução de línguas" (FREIRE, 2004, p.20). Foram elaborados dicionários, gramáticas, livros de catequese, orações e músicas em *nheengatu* (língua boa) (MONTEIRO, 2001, p.43-45), assim como surgiram missionários, moradores e militares falantes da língua geral a partir de meados do século XVII. Os portugueses entendiam que as línguas gerais eram de compreensão geral pelos indígenas, mesmo pelos ditos tapuias e outras designações não tupi-guarani.

O conhecimento das línguas gerais indígenas era maneira de expandir o cristianismo, pela catequização. Assim como possibilitava Coroa, missionários e colonos organizarem a população aldeada e administrada a partir de interesses socioeconômicos, sendo esse saber meio de organizar "a força de trabalho indígena" (FREIRE, 2004, p.20). Ribamar Freire afirma que a política linguística portuguesa partia de uma "tática política pragmática e gradual, processo casual, não deliberado, ou planejado" (Idem, p.19).

Antes da chegada dos ocidentais, os povos originários da América possuíam línguas "mais gerais", que possibilitavam a comunicação com indígenas de outras famílias linguísticas. Havia a prática entre povoações indígenas de utilizarem intérpretes especializados formados nos preceitos indígenas no intermédio com outros povos (CURTO, 2009, p.34).

O termo "línguas gerais" era relativo àquelas línguas que "extrapolavam sua base geográfica original, permitindo a comunicação entre diversos grupos, que habitavam diferentes territórios, embora não fosse sua língua materna" (FREIRE, 2004, p.10). Com a chegada dos europeus e africanos as línguas gerais tupi ganharam outros contornos, a mestiçagem criou novas palavras, deu significados e pronuncias outras, criando-se, por exemplo, a língua mestiça chamada de *nheengatu*.

Consolidaram-se duas "línguas gerais" na relação colonizador e nativo. Uma disseminada junto às bandeiras paulistas chamada na atualidade de língua geral paulista; outra consolidada na Amazônia conhecida como língua geral amazônica (FREIRE, 2004, p.10). A existência de línguas gerais chamadas na época de *nheengatu* era decorrente do esforço dos jesuítas em organizar uma língua que possibilitasse a comunicação interétnica a partir de uma língua "supraétnica, difundida amplamente pelos missionários, através da catequese" (idem).

Assim como decorria dos moradores ocidentais conviverem diariamente com índios administrados tupi, os quais eram maioria do litoral brasileiro.

Este modelo de interlocução construído a partir do nheengatu fornecia subsídios para o lido com as etnias indígenas do litoral. Mas, com a expansão das fronteiras coloniais, o embate com os tapuia foi inevitável. O arcabouço linguístico historicamente adquirido e construído pelos colonizadores a partir do tupi não se adequava ao contato. É provável que o primeiro grupo tapuia a terem sua fala analisada por missionários e traduzida em catecismos foram os Kiriris (1698), do vale do Rio São Francisco (MONTEIRO, 2001, p.47-49). A maioria das nações indígenas de Goiás não possuía até meados do século XX mais do que alguns palavras transcritas em textos de cronistas e viajantes naturalistas. Esse desconhecimento das falas do tronco linguístico Macro-jê pelos colonizadores e a pluralidade de famílias linguísticas, fez com que a figura do *língua* como interlocutor bilíngue fosse decisiva para as situações de fronteira em todo período colonial. Maria Cândida de Barros afirma sobre a questão do *língua* tapuia e do missionário

> A medida em que os religiosos adquiriam capacidade discursiva em tupi, foi-se restringindo o uso do intérprete apenas para casos dos idiomas tapuias. A Provisão sobre a repartição de índios, de 1680 recomendava que os intérpretes tapuias fossem criados em "obediência e sujeição", por serem os referidos índios os "instrumentos de conversão dos *gentios*" os primeiros contatos com os nativos de língua semelhante à sua para posterior redução às missões (BARROS, 1986, p. 06-07).

Pela dificuldade entre colonizadores e indígenas de se comunicarem, a presença do *língua* foi uma constante na documentação referente aos descimentos, bandeiras, aldeamentos, presídios e escolas voltados aos indígenas. Não só nativos poderiam assumir esse ofício, pois desde o início da expansão do império português sobre terras indígenas houve certa institucionalização do cargo de *língua*. Os *línguas* poderiam receber soldo, o ofício ser transferido a um filho e receber mercê o que tornava atrativo aos portugueses. O exercício do ofício poderia render a alforria do escravo intérprete. Entre os portugueses ficou conhecido o que era chamado de lançado, ou seja, aqueles que eram degredados, deixados, ou por interesse de receber mercê, ou soldo decidiam viver nas aldeias indígenas (CURTO, 2009, p.32-37), aprendendo a língua e os costumes, tornando-se *línguas*, ladinos na cultura e sociedade indígena. Não há como saber se os indígenas também utilizavam a estratégia do lançado, mas se pode inferir que essa possibilidade existia.

No período pombalino foram proibidas a línguas indígenas e *nheengatu* nos aldeamentos e se tornou obrigatório o uso da língua portuguesa como língua oficial (FREIRE, 2004, p.11). Essa proibição se dava na relação entre os indígenas e os colonizadores, visto ser impossível proibir que os aldeados falem entre si em língua materna indígena. Logo, devido à normatização do Diretório dos Índios (1758-1798) os agentes da Coroa não deveriam falar língua indígena, acentuando a importância dos *línguas*.

Quando possível, a preferência era sempre por um indígena para ser *língua*, pois além da questão comunicativa eram os mais aptos a andarem nos matos. Outro fator decisivo para a escolha, era o reconhecimento pelos indígenas que viviam nos sertões do *língua* como pertencente à parentela, aldeia, ou nação indígena. Visto isso, os *línguas* eram escolhidas preferencialmente dentre as famílias indígenas de estirpe nobre, geralmente as mais antigas e com maior número de membros. Eram pessoas chave dentro da hierarquia própria das aldeias indígenas, como também nos aldeamentos. Como demonstrado no seguir dessa Tese, os *línguas* de estirpe nobre tinham tratamento diferenciado, eram batizados e apadrinhados por portugueses e nascidos no Brasil influentes, como governadores, nobres e comerciantes de grosso trato.

No geral, era utilizado como *língua* o indígena versado em português e em língua indígena, de preferência ladinos, ou seja, aquele indígena que fala português e era adaptado de alguma maneira aos costumes portugueses (ADORNO, 1994. p.383). Os ladinos eram aqueles que sabiam transitar na cultura, língua, costumes e nos fazeres sociais dos colonizadores, pois morando em fazendas, arraiais, aldeamentos ou vila, aprendiam sobre a cultura ocidental.

Os *línguas* ladinos tinham algum prestígio devido oficio de mediadores, instruídos a terem a colonização como bem maior, eram inseridos e angariavam espaços de atuação na sociedade colonizadora. Ao mesmo tempo, eram os interlocutores dos indígenas com os colonizadores, defendendo muitas vezes sua aldeia e etnia. Os ladinos em Goiás eram índios que tinham a possibilidade de transitar, viviam “em suas malocas, falar em suas línguas e andar entre as vilas e aldeias luso-brasileiras e o mato, o que deu uma grande frustração aos governantes portugueses” (KARASCH, 2000, p.62).

Os *línguas* faziam a intermediação utilizando as mais diversas e ambíguas estratégias na mediação cultural, que inevitavelmente os ladinos praticam (ADORNO, 1994. p.383), pois eram agentes sociais próprios da fronteira interétnica. O trato dos ocidentais em relação a eles era ríspido, alguns eram tratados como escravos, enquanto outros tinham certa autonomia,

podendo acessar bens materiais, formar família e ter prerrogativas na situação colonial de homem livre.

Os índios ladinos e índios “mansos” no geral serviram como “soldados nas bandeiras formadas pelos governadores da capitania e pedestres pagos; guias, canoeiros e remadores dos barcos, guardas dos registros e correios; intérpretes, diplomatas e pacificadores; sertanistas e catequistas” (KARASCH, 2000, p.65) .

Os *línguas* indígenas eram peças chave nos espaços de fronteira e contato, sua lealdade era conquistada em um jogo que fazia parte do processo de formação. Aqueles que obedecessem e cumprissem as ordens tinham maior chance de serem tratados com tolerância, diferenciados com acesso a outros espaços de enunciação e ação, recebiam presentes e melhores condições. Os que não se adequavam, ou que resistiam ao processo de servir e de ser intermediário pelos portugueses eram tratados com toda a violência própria do processo colonizador.

Doação de presentes, pagamento de soldo, castigos exemplares, tratamento diferenciado, permissão para transitar entre os colonizadores, possibilidade de ir aos sertões de maneira mais autônoma, compunham a formação não formal dos *línguas.* Para manter o *língua* sob controle e ele exercer o intermédio a favor dos colonizadores se recorria à catequização, adquiri-los no início da idade adulta, obediência a partir do medo, uso de castigos físicos, manter suas famílias sob estreito domínio enquanto o *língua* faz as diligências (CURTO, 2009, p.29) e premiação quando age em prol dos colonizadores.

Nos descimentos e aldeamentos, a atuação do *língua* era decisiva, os portugueses tinham plena consciência da importância de terem intermediários indígenas bilíngues no contato e convívio diário. Como é apresentado na tese, encontram-se também portugueses, ocidentais nascidos no Brasil e africanos, que de alguma maneira e por motivos diversos falavam língua indígena e possuíam trânsito dentro de sociedade indígena e portuguesa. Cita-se o caso do uso de africano como *língua* para lidar com os Akroâ na década de 1750, ou do português que ficou preso entre os Xavante, o qual foi libertado em 1788 com a fundação do aldeamento rio Carretão.

Mary Karasch indica que os documentos apontam que havia diferença no tratamento e uso do *língua* dependendo de seu gênero. A autora afirma que os *línguas* homens no geral eram “recrutados, muitas vezes contra as suas próprias vontades, para fazer os trabalhos duros ou perigosos numa fronteira violenta. Em contraste, as mulheres indígenas trabalhavam como intérpretes, diplomatas e catequistas” (KARASCH , 2000, p.66).

Essa interpretação não pode ser generalizada. Tanto *línguas* homens, quanto mulheres, participavam de incursões às aldeias. Para ser *língua* havia certa preferência por mulheres, o que advém primeiro do fato de predominância de mulheres e crianças nos descimentos forçados (quando se origina da guerra os resistentes eram mortos, o que na maioria eram homens); segundo o fato de que na prática era maior a tendência de *línguas* homens reagirem e serem mais violentos.

No seguir é apresentado os contatos, descimentos e aldeamentos dos Xacriabá, destacando a agencia dos *línguas*. Os Xacriabá e os Akroâ foram as nações indígenas que sofreram o primeiro embate no norte da capitania, suas terras ficavam em região aurífera cobiçadas por mineiros. Os Xacriabá foram aldeados primeiro na década de 1750, sob a normativa das Leis Régias e das Juntas da Missão de São Paulo e do Maranhão e mais de vinte anos mais tarde, a partir do Diretório dos Índios e Instruções de 1771, por Barão de Mossâmedes.

Segundo Capítulo

Os *línguas* e os Xacriabá: aldeamento Duro (1751-?) e aldeamento Santa Anna do Rio das Velhas (1775-?_).

Os Xacriabá, que habitavam o vale do Rio São Francisco (Minas Gerais) tinham um histórico de luta e alianças com sertanistas, foram combatidos pelo paulista Matias Cardoso de Almeida em meados do XVII, que os aprisionou e utilizou como mão de obra para abrir “fazendas e na fundação do arraial de Nossa Senhora da Conceição de Morrinhos” (SANTOS apud SILVA, 2006, p. 63-64). Parte dos Xacriabá que lutou contra o sertanista formou dois grupos distintos e tiveram iniciativas diferentes. Um, devido às ameaças Kayapó e dos colonizadores fez aliança com o filho do bandeirante, o mestre de campo Januário Cardoso de Almeida que os aldeou no rio Urucuia. O outro grupo teria rumado a oeste do vale do São Francisco, em direção ao norte do que viria a ser a Capitania de Goiás em 1749. Esse grupo teve conflitos registrados em Natividade (1734) e Arraiais (1740) (Idem, p.64).

A primeira tentativa de aldear os Xacriabá foi com Antônio Gomes Leite, quando enfrentou Akroâ e Xacriabá em 1731. Aparentemente, sem receber ajuda da Coroa, ou mineiros, não conseguiu manter o aldeamento e os *gentios* se dispersaram, ou foram vendidos[88]. As duas nações tinham território na região chamada do Duro (nome devido ao Rio Duro), local que se sabia haver ouro e que não se conseguir extrair devido à hostilidade indígena[89]. O conflito por essas terras entre mineiros e fazendeiros e esses com os indígenas era recorrente, assim como guerras entre Akroâ e Xacriabá.

O sertanista Wenceslau Gomes Silva morava em Pernaguâ (Maranhão) na década de 1740[90], quando foi convidado pelos moradores a trabalhar na conquista, proporão a ele três mil oitavas [10,755 kg] por ano[91]. Os moradores de Arraias, Terras Novas, Paranã, Barra de Palma e São Felix o contrataram para desinfestar os sertões dos Xacriabá em meados de 1751[92] quando fez “grande morticínio” a uma aldeia da região conhecida como Oliveiras. Vendendo prisioneiros Xacriabá para fazendeiros, tirando o quinto e destinando joia para o

---

[88] NORONHA, Marcos de (governador). AUC. Coleção Conde dos Arcos [08.03.1752], Códice VI – III – I – I – 25. Carta 7, p. 25
[89] Idem, Carta 31 p. 62 v ; 63 [22.02.1752]
[90] Idem, Carta 7 p. 23v [08.03.1752]
[91] Idem.
[92] NORONHA, Marcos de (governador). AUC. Coleção Conde dos Arcos [11.08.1751], Códice VI – III – I – I – 25, Carta 129 p. 104 e AHC - Coleção Conde dos Arcos [22. 05.1753], Códice VI-III-I-I-26, Carta 99 – pag. 98

governador como era praxe no Maranhão[93]. O governador Conde dos Arcos descontente com a guerra ofensiva mandou os aprisionados serem entregues ao missionário Bento Soares do aldeamento Rio do Duro[94] para serem catequizados "e estando vendido, o mesmo valor deles se devem entregar as pessoas que os compraram (..) sem que isso pode por em dúvida alguma as pessoas por quem se distribuíram os quarenta e três índios, que por nenhum direito os podem possuir a título de seus escravos"[95].

Entre 1757-1758, os Xacriabá junto aos Akroâ se revoltaram, dispersando-se pelos sertões, esvaziando a Missão São Francisco Xavier, que perdeu o status de missão com a expulsão dos jesuítas em 1759. Entretanto, o aldeamento presídio do Duro, que era junto ao registro, manteve-se ativo e com indígenas ao menos até meados do século XIX.

Em 1773, o governador e capitão general Mossâmedes percorreu os principais arraiais da capitania. Quando estava em Santo Antônio dos Montes Claros entrou em contato com o sertanista Manoel Alvez de Souza. Enviou-o com mais trinta armas para o sertão de Urucuia, em busca dos alojamentos dos Xacriabá. Segundo o governador tinha o intuito de os "persuadir os mesmos sentimentos de pacificação, que a todos intimar desejava"[96]. Aparentemente, o intento do governador foi frustrado pela violência da bandeira enviada por ele, pois "pela aversão do mesmo sertanista, que suposto se mostrou convencido do meu projeto; nem uma coisa o faria conter quando os seus tiros pudesse empregar naqueles miseráveis"[97].

Após esse violento contato, Mossâmedes encontrou "três índios da nação Xacriabá, me servi destes para atrair os mais que nas brenhas se achavam, e estimulando-os com dádivas e com promessas, os mandei com uma carta a seu cacique, fazendo-lhes decorar vantajosas proposições se quiserem aldear-se"[98].

---

[93] NORONHA, Marcos de (governador). AUC. Coleção Conde dos Arcos [12.10.1751], Códice VI – III – I – I – 25. Carta 176, p.127.

[94] Foram os moradores e juízes que tomaram a resolução de onde deveria ficar as aldeias, diferente do que manda o rei de que os índios é que devem escolher. Idem, Carta 176, p.127 [12.10.1751]

[95] NORONHA, Marcos de (governador). AUC. Coleção Conde dos Arcos [11.08.1751]. Códice VI – III – I – I – 25, Carta 130 p. 104v-106

[96] OFÍCIO do ex-governador de Goiás, [Barão de Mossâmedes], José de Almeida Vasconcelos de [Soveral e Carvalho], ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, sobre as confirmações das patentes dos oficiais citados na instrução que deixou ao governo interino, acerca do estado das Companhias de Ordenanças e Pedestres de Goiás; os postos que se encontram vagos nas ditas Companhias, e solicitando que se passem os avisos necessários para o propósito da Congregação do Oratório de Viseu tomar conta dos índios vindos do Brasil para serem educados [02.01.1779]. AHU_ACL_CU_008, Cx. 31, D. 1959, p.9

[97] Idem.

[98] OFÍCIO do [governador e capitão-general de Goiás, Barão de Mossâmedes], José de Almeida Vasconcelos [de Soveral e Carvalho], ao [secretário de estado dos Negócios Estrangeiros], marquês de Pombal, [Sebastião José de Carvalho e Melo], sobre a nomeação do intendente [Joaquim José Freire de Andrade] para diretor dos índios,

Aparentemente esses três Xacriabá foram encontrados em uma fazenda, onde eram tratados como administrados. O governador utilizou esses três índios ladinos como *línguas*, e descobrindo-os "domesticados, partiu sem demora esta tropa de feras a verificar as minhas promessas"[99]. Uma carta foi enviada ao *maioral* pelo governador, provavelmente consistia em um termo de vassalagem, procedimento que repetiu com outras nações indígenas, como Karajá e Javaés. O desfecho desse contato realizado com emprego de administrados Xacriabá denota que o uso de *línguas* foi eficiente, pois se chegou o objetivo de aldea-los.

Os Xacriabá aceitaram sua proposta se apresentando em maio de 1775, "vendendo dos meus pés, arcos, flechas e lanças e pedindo perdão dos seus frequentes insultos"[100]. No total cento e vinte e dois Xacriabá foram até vila Boa, quando "chegaram a minha residência, e que no seguinte (coberta a desnudez de um e outro sexo), me acompanharam todos a igreja; onde os inocentes receberam o Sacramento do Batismo com a possível solenidade"[101]. Esse grupo Xacriabá, talvez, fosse dos sobreviventes da aldeia atacada por Manoel Alvez de Souza.

O documento que confere título de Barão e as mercês a Mossâmedes desconsiderou o ataque do sertanista Manoel Alvez de Souza a aldeia, pois afirmou que vieram para "receber os seus benefícios, conseguindo com efeito aldea-los, sem perde de uma gota de sangue; e conserva-los obedientes católicos civis e constantes debaixo da proteção do Governo, e das ordens do Regente"[102]. Um dos motivos para Mossâmedes ter recebido o título foi o argumento que ele agiu com brandura e suavidade com os indígenas.

A escolha por aldear os Xacriabá em Santa Anna do Rio das Velhas em 1775 adveio por ser um aldeamento já estruturado, no qual moravam alguns Bororo e Kayapó, junto a moradores forros e livres, assim como oficiais e soldados das tropas de pedestres e de

---

e acerca de um incidente com os índios Xacriabás onde procurou persuadi-los ao aldeamento e à consequente cristianização [02.07.1775]. *AHU_ACL_CU_008, Cx. 28, D. 1820*

[99] CARVALHO, José de Almeida Vasconcelos de Soveral e. Pela secretária de Estado da Repartição dando S. Ex. conta da pacificação dos índios Xacriabá, de ter nomeado ao Dr. Intendente, Diretor deles, e de os aldear no Rio das Velhas. [25.08.1775] Livro de Ofícios dirigidas a Corte de Lisboa (..) [1771-1777]. *AHU_ACL_CU - Cod. 1656, p. 62v-63*

[100] OFÍCIO do ex-governador de Goiás, [Barão de Mossâmedes], José de Almeida Vasconcelos de [Soveral e Carvalho], ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, sobre as confirmações das patentes dos oficiais citados na instrução que deixou ao governo interino, acerca do estado das Companhias de Ordenanças e Pedestres de Goiás; os postos que se encontram vagos nas ditas Companhias, e solicitando que se passem os avisos necessários para o propósito da Congregação do Oratório de Viseu tomar conta dos índios vindos do Brasil para serem educados [02.01.1779]. AHU_ACL_CU_008, Cx. 31, D. 1959, p.9

[101] CARVALHO, José de Almeida Vasconcelos de Soveral e. Pela secretária de Estado da Repartição dando S. Ex. conta da pacificação dos índios Xacriabá, de ter nomeado ao Dr. Intendente, Diretor deles, e de os aldear no Rio das Velhas [25.08.1775]. Livro de Ofícios dirigidas a Corte de Lisboa (..) [1771-1777]. AHU_ACL_CU - Cod. 1656, p. 62v-63

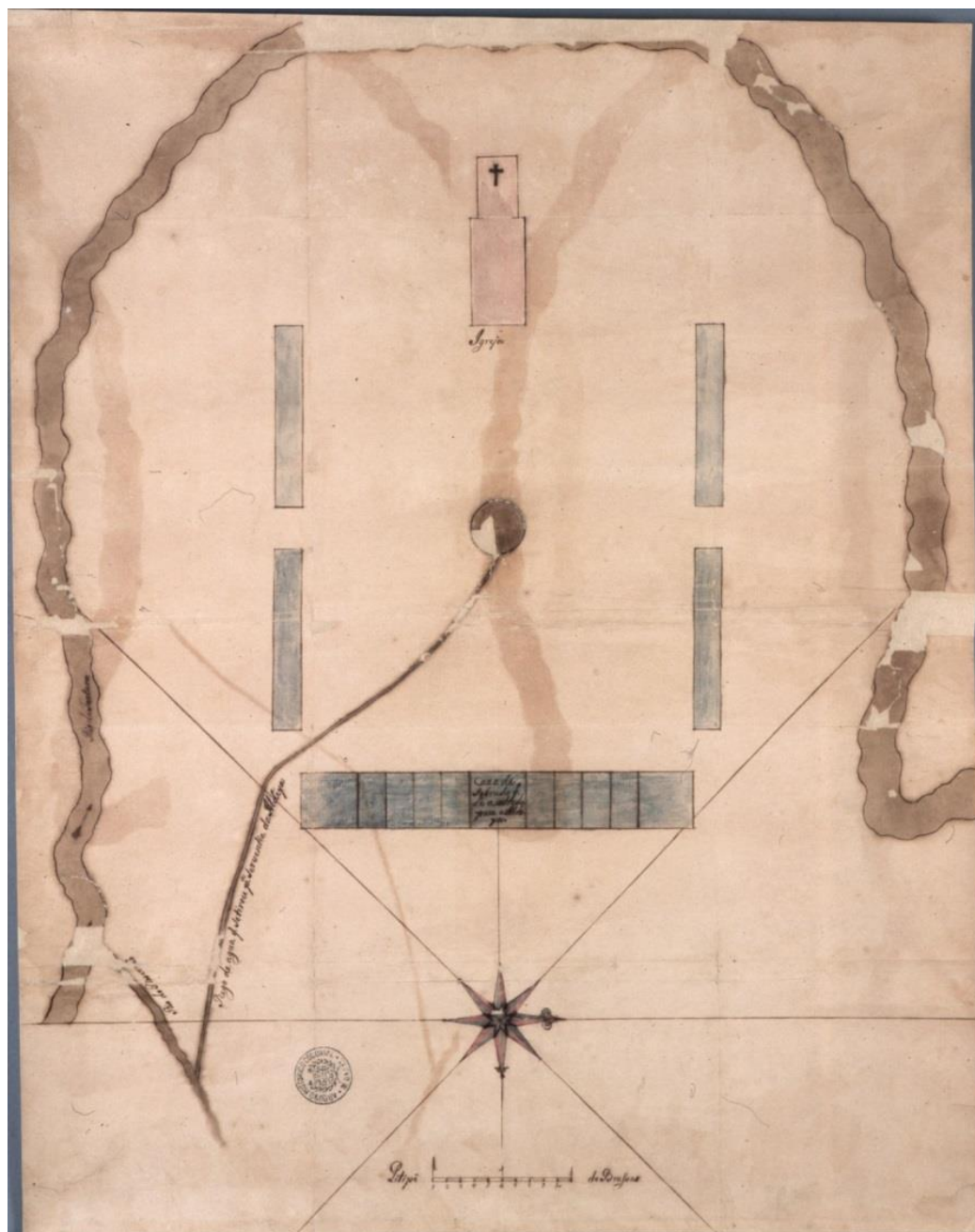
[102] Biblioteca Nacional de Portugal. Miscelânea – Coleção das Leis do Reinado da Rainha D. Maria I, incluindo o tempo da sua enfermidade, governo que findou em 15 de julho de 1799. Coleção Pombalina. PBA461 Tomo I, p.340v

dragões, além de escravos africanos. Localizava-se nas terras mais férteis da capitania, perto da Estrada Real que ligava São Paulo, Minas Gerais, Goiás e Cuiabá. A lei era que os aldeamentos deveriam ser fundados nas terras indígenas, o que não foi feito, pois os Xacriabá foram enviados para um aldeamento situado em território dos Kayapó.

No aldeamento havia uma igreja construída e uma casa para o capelão, que serviam também para assistir os outros aldeamentos Bororo. Em Santa Anna foi organizado o registro mais importante da Capitania "com guarnição de dragões, e pedestres, que imponha respeito a aqueles reconciliados [Xacriabá]"[103]. Os Xacriabá, junto aos Bororo, serviriam como defesa e apoio aos comboieiros e viandantes que percorriam a estrada contra os Kayapó, quilombolas e contraventores. A tropa de pedestres, que alistava também índios aldeados, vigiava, ainda, as terras diamantíferas do rio Claro e Pilões.

O mapa abaixo produzido em 1775, a mando do governador Mossâmedes, tem delineado as construções do aldeamento Santa Ana do Rio das Velhas. Chama a atenção o tamanho desproporcional do desenho da Igreja no mapa, o que representa a importância que se dava a religião na época. Havia quatro construções laterais que em tese era para a moradia para os indígenas, uma "casa de sobrado que dá entrada para a aldeia" dividida em onze partes ocupada por oficiais, soldados e escravos. Havia também um "rego de água que se tirou serventia da Aldeia", o qual desviava parte da água do rio do Pissarão, afluente do rio Farturas, o qual em parte circundava a aldeia portuguesa.

[103] Idem, AHU_ACL_CU - Cod. 1655, p. 62v-63

Imagem 05

Planta da Aldeia de Santa Ana, na capitania de Goiás, 1775
AHU_CARTm_008, D. 0874

Num documento de três anos após o aldeamento Xacriabá em Santa Anna do Rio das Velhas, consta que estava sendo organizada por um soldado dragão Miguel de Arruda, que tentava lhes ensinar a “ambição de negociar com os tropeiros, recebendo destes o sal, e as

drogas necessárias para o vestuário, em troco de mantimentos, e das criações que lhes vendem"[104].

O comércio feito por aldeados era normatizado pelo artigo trinta e seis do Diretório dos Índios que instituía a instrução da civilidade aos aldeados pelo comércio. Os soldados responsáveis pelo registro, aldeamento, presídio e pela patrulha contra os Kayapó utilizavam os Xacriabá e Bororo como soldados e mão de obra nas roças, na criação de gado, extração de drogas do sertão, para produzir tecidos de algodão e no comércio que efetuavam e em troca, segundo o documento, deveriam receber roupas e mantimentos[105].

No momento que os Xacriabá estavam em vila Boa sendo recebidos como indígenas vassalos em 1775, provavelmente seguindo os ritos de beija mãos e a missa, houve uma conversa de Mossâmedes e o *maioral*. Segundo o relato de Mossâmedes, o *maioral* tinha passado por um aldeamento em Goiás fundado pelo Conde dos Arcos na Missão São Francisco Xavier do Duro (junto ao registro e ao presídio do Duro) e por isso falava português. Quando soube disso Mossâmedes o interrogou sobre a rebelião de 1757, "depois de manifestar-lhe com afagos, e benefícios"[106].

> Desta averiguação, vim a conhecer, que a ambição dos jesuítas, foi a causa de toda esta desordem; porque não Wenceslau Gomes da Silva, que eles fossem só os que do roubo da Real Fazenda, se aproveitassem, tendo com eles grandes disputas; rompeu o Pe. Veiga, na maquiavélica máxima de conciliar a amizade dos índios; declarando-lhes em confidencia, que o dito Wenceslau Gomes, tinha ordem do General, para no primeiro descuido, passar tudo a espada. Eu fugi com os meus parentes, sem a menor culpa (me dizia sucessivamente o índio) porque assim me mandou o Pe. Veiga, e o Pe. Matos[107]

A rebelião ocorreu em um período de perseguição da Coroa aos jesuítas, que culminou com a expulsão e apropriação de seus bens. Chama a atenção o fato de o *maioral* Xacriabá já

[104] OFÍCIO do ex-governador de Goiás, [Barão de Mossâmedes], José de Almeida Vasconcelos de [Soveral e Carvalho], ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, sobre as confirmações das patentes dos oficiais citados na instrução que deixou ao governo interino, acerca do estado das Companhias de Ordenanças e Pedestres de Goiás; os postos que se encontram vagos nas ditas Companhias, e solicitando que se passem os avisos necessários para o propósito da Congregação do Oratório de Viseu tomar conta dos índios vindos do Brasil para serem educados [02.01.1779]. AHU_ACL_CU_008, Cx. 31, D. 1959, p.12
[105] Idem.
[106] CARVALHO, José de Almeida Vasconcelos de Soveral e. Ao Ilmo e Ex.mo Sr. Marques de Pombal, com a noticia da chegada dos índios da nação Xacriabá no dia 15 de agosto de 1775 (26.08.1775). Livro de Ofícios dirigidas a Corte de Lisboa (..) [1771-1777] AHU_ACL_CU - Cod. 1656 p.63v-64
[107] Idem.

ter sido aldeado há mais de dezessete anos. Apesar de ter voltado para o sertão, não esqueceu o português e manteve na memória os eventos que ocasionaram a rebelião.

A experiência passada em um aldeamento e o conhecimento sobre o que os colonizadores eram capazes, fez com que o *maioral* oferecesse, ou cedesse à coação, ou o fizesse com fins políticos, a entrega de seu filho ao governador. Na interpretação que Mossâmedes quis passar no documento, o *maioral* Xacriabá estava mostrando "tão bom animo, que me pediu fosse padrinho de seu filho, e o conservasse comigo para educa-lo, e o tenho em minha companhia pondo o cuidado possível em desempenhar a petição do Pai" [108]. Partindo do principio que o *maioral* era conhecedor dos costumes portugueses, poderia saber dos compromissos que envolviam o compadrio, uma salvaguarda quanto ao bem estar de seu filho.

A partir da politica indigenista do governo Mossâmedes se tornou prática entre os governadores pombalinos em Goiás batizar e apadrinhar (e reter) os filhos dos *maiorais* e os usar como *línguas*. O apadrinhamento era prática comum nos aldeamentos pombalinos, sendo que na capitania esse papel era assumido principalmente por comerciantes, militares e padres. O rito do apadrinhamento tornava o padrinho o responsável por "instruir" os indígenas no catolicismo e trabalho, em um ofício, em beneficio próprio, utilizando-os como mão de obra em suas fazendas, deveriam pagar jornais ao diretor do aldeamento, como a lei exigia, o que não se sabe se ocorreu.

Com a expulsão dos jesuítas e demais missionários regulares, a tentativa passou a ser formar indígenas como missionários em seminários seculares portugueses. O filho do *maioral* Xacriabá pode ter sido um dos indígenas da região enviado por Mossâmedes a Portugal, pois o governador

> (..) deixando entregue o governo (..) trazendo em sua companhia cinco índios dos reduzidos e civilizados, para que neste Reino se pudesse também verificar a aptidão que eles têm para qualquer destino, a que os aplicarem, e os grandes interesses, que recebe o citado com a aquisição daqueles incultos bárbaros e silvestres nações. Tendo feito a despesa do transporte dos referidos cinco índios a sua custa; e também

[108] CARVALHO, José de Almeida Vasconcelos de Soveral e. Ao Ilmo e Ex.mo Sr. Marques de Pombal, com a noticia da chegada dos índios da nação Xacriabá no dia 15 de agosto de 1775 (26.08.1775). Livro de Ofícios dirigidas a Corte de Lisboa (..) [1771-1777] AHU_ACL_CU - Cod. 1656 p.63v-64

> aos que fizeram nos anos em que os conservou na sua própria casa, para lhes dar a primeira educação[109].

O objetivo de Mossâmedes e do secretário do ultramar Martinho de Mello e Castro em levar indígenas para Portugal fica mais claro em outro documento assinado por Mossâmedes,

> (..) em todo o tempo do meu governo, trabalhei em atrair, pacificar e civilizar os índios silvestres que se achavam nos Sertões do mesmo Continente, e julgando necessário desterrar lhes as suas desconfianças, todos os atos, que podiam comprovar lhes o meu apreço, e desabusar de prejuízos os ignorantes, puxei para a **minha casa** um rapaz de cada uma das Nações, para que vestidos, calçados e com adiantamento na mais própria educação, servirem a os Índios de **modelo** e aos incrédulos justifica-se a sua preocupação [grifo nosso][110].

O aldeamento São José de Mossâmedes foi idealizado como instituição modelo. Os indígenas que moraram na casa de Mossâmedes em Goiás e depois em Viseu (Portugal) deveriam se tornar modelo. A pergunta é se eram modelos que serviriam para convencer a aristocracia portuguesa de que era possível civilizar *gentios*, ou seriam modelos aos outros *gentios* que estivesse em processo de aldeamento?

Esses índios seriam catequisados, aprenderiam a língua e os costumes portugueses. Enquanto estivessem na Europa, serviram de estandarte do projeto colonizador pombalino, desejava-se que servissem como prova que os *gentios* eram passíveis de serem civilizados. Esses *gentios* foram enviados, mas não se sabe se algum deles retornou para a capitania de Goiás. A ideia era que quando voltassem servissem de modelo a outros, estimulando a vontade dos *gentios* de viver entre os brancos nos aldeamentos. Trabalhariam como missionários e *línguas*, logo, fariam descimentos e catequisariam os *gentios* nos aldeamentos e sertões.

---

[109] Biblioteca Nacional de Portugal. Miscelânea – Coleção das Leis do reinado da Rainha D. Maria I, incluindo o tempo da sua enfermidade, governo que findou em 15 de julho de 1799. Coleção Pombalina. PBA461 Tomo I, p.341v

[110] OFÍCIO do [Barão de Mossâmedes], ex-governador e capitão-general de Goiás, José de Almeida Vasconcelos [de Soveral e Carvalho], ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, suplicando a distribuição de cinco índios de cada uma das nações indígenas da capitania de Goiás, por colégios, seminários ou comunidades, concedendo-lhes comedoria e vestuário [20.12.1778]**.** AHU_ACL_CU_008, Cx. 30, D. 1957

O empenho de Mossâmedes em realizar o que foi solicitado pelo secretário de ultramar Martinho de Mello não foi pequeno, os *gentios* seguiram com ele na caravana que os levou ao Rio de Janeiro e depois Portugal.

> O interesse da Religião e do Estado não só me fez sacrificar a prosseguir este objeto (assaz incomodo) na Capitania de Goyâses, mas também a conduzir a cinco destes novos Catequistas 360 Léguas de terra, e imensas de mar, com o pensamento de voltarem ministros Evangélicos para colherem os copiosos frutos que a cultura de tantas almas nos promete: porém como as minhas forças são muito débeis, e a levar a conclusão este objeto. Suplico a V. Exc. a queira representar a sua Majestade para mandar distribuir estes rapazes para os colégios, seminários, ou comunidades consignante uma ordinária racionável para comedoria, e vestuário, o que talvez se pode se conseguir na congregação da Cidade de Viseu [111].

O barão tinha os indígenas em sua guarda em Portugal (1779), fez o pedido para que a Coroa os enviassem para a congregação Ordem de São Filipe Néri de Viseu[112], que ficava provavelmente nas vizinhanças ou no reguengo da Alagoa (Viseu no Algarve), onde era donatário. Os indígenas de Goiás não seriam os primeiros enviados

> (..) e os Índios que sua Mag. quer mandar educar me tem feito uma considerável despesa de que não pretendo indenizar-se, mas sim que sua Mag. mando dirigir os avisos necessários ao P.e Propósito da Congregação da Oratória da Cidade de Viseu, para tomar a sua conta os ditos Índios, recebendo de qualquer Tesoureiro, a porção que se lhe arbitrar, que me parece poder regular-se, pela que se confere aos **Canarinz** , e que para **ensino, vestuário, comedoria, casa, e mais misteres** se deem 9600 por mês a cada hum [grifo nosso**]**[113].

---

[111] OFÍCIO do [Barão de Mossâmedes], ex-governador e capitão-general de Goiás, José de Almeida Vasconcelos [de Soveral e Carvalho], ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, suplicando a distribuição de cinco índios de cada uma das nações indígenas da capitania de Goiás, por colégios, seminários ou comunidades, concedendo-lhes comedoria e vestuário [20.12.1778]**.** *AHU_ACL_CU_008, Cx. 30, D. 1957*

[112] A existência dessa ordem secular é de 1575, tendo sua finalidade à "instrução do povo", conhecidos por fazerem também estudos científicos, por fazerem "representações musicais (..) deram origem à forma musical do Oratório" (ROMAG, 1941. p.103). Era prática comum entre os missionários utilizarem da música para atrair os indígenas. A partir de Mossâmedes se tem notícia da utilização da música para atração de indígenas em Goiás, por bandeiras comandadas por oficiais da tropa de pedestres Ver. FONSECA, José Pinto da. Carta que o alferes José Pinto da Fonseca escreveu ao Exmo. General de Goyazes, dando-lhe conta do descobrimento de duas nações de índios, dirigida do sitio onde portou. RJ: Revista Trimensal de Historia e Geografia. v. 8, n. 3, tomo VIII, 1867.

[113] OFÍCIO do ex-governador de Goiás, [Barão de Mossâmedes], José de Almeida Vasconcelos de [Soveral e Carvalho], ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, sobre as confirmações das patentes dos oficiais citados na instrução que deixou ao governo interino, acerca do estado das Companhias de Ordenanças e Pedestres de Goiás; os postos que se encontram vagos nas ditas Companhias, e solicitando que se passem os avisos necessários para o propósito da Congregação do Oratório de Viseu tomar conta dos índios vindos do Brasil para serem educados [02.01.1779]. *AHU_ACL_CU_008, Cx. 31, D. 1959*

Não se sabe a proveniência dos Canarinz, apenas se sabe que Mossâmedes não foi o único a levar nativos de outros continentes para seminários portugueses. Formar missionários indígenas era a saída encontrada devido à expulsão dos jesuítas, que deixou uma lacuna quanto à catequização e formação de *línguas*.

Desde o início do avanço português sobre as terras indígenas, sertanistas, governadores, militares e missionários buscaram adquirir índios para trabalharem como *língua* por doação, coação, rapto, troca por ferramentas, armas, tecidos, comida e por promessas e ameaças. Difícil acreditar que Mossâmedes tenha levado um grupo de cinco indígenas, com o consentimento ou desejo dos pais ou dos *maiorais*, principalmente quando se trata de indígenas inimigos, como Xacriabá.

Não se tem mais notícia do *maioral* Xacriabá e seu filho apadrinhado por Mossâmedes. A trajetória de vida dos cinco indígenas enviados a Portugal sobre os cuidados de Mossâmedes não foi possível de ser traçada pela falta de documentos sobre.

A trajetória de existência dos Xacriabá na capitania de Goiás esta entrelaçada com a dos Akroâ, nações inimigas entre si, cujo inimigo comum eram os colonizadores. A história de conflito entre colonizadores e essas duas nações já ocorria ao menos desde o século XVII nas capitanias de Minas Gerais e Pernambuco (Xacriabá); Maranhão e Piauí (Akroâ). A expansão das fazendas de gado e consequentemente do Império Português levou a expulsão desses dois grupos em direção ao norte da capitania de Goiás. Território ocupado por outras nações Akwén.

Na década de 1750, esses dois grupos foram aldeados na Missão São Francisco Xavier, um na aldeia do Duro (Xacriabá - 1751) e outro da Formiga (Akroâ - 1751). Em 1757, os dois grupos se revoltaram e houve o esvaziamento do aldeamento. Compreender esses dois aldeamentos vai proporcionar elementos para discutir os descimentos e aldeamentos feitos no período pombalino, além de esclarecer a história indígena.

O *maioral* Xacriabá cujo filho foi apadrinhado, não era o único com memória sobre a Missão São Francisco Xavier na década de 1750, havia muita documentação produzida pelo Conde dos Arcos como governador, que fundou os aldeamentos dessa missão. Mossâmedes e seus auxiliares leram essa documentação e tiveram resoluções a partir dela para aldear novamente os Xacriabá e os Akroâ dezessete anos depois. Essa leitura contribuiu para pensar a política indigenista no reordenamento do aldeamento Santa Anna do Rio das Velhas (Xacriabá) e na fundação do aldeamento modelo de São José de Mossâmedes (Akroâ).

No capítulo seguinte são analisados os dois aldeamentos Akroâ fundados na capitania de Goiás, o primeiro na década de 1750, pelo governador Conde dos Arcos, chamado Formiga, localizado há poucas léguas do aldeamento Xacriabá. O segundo aldeamento foi ordenado pelo governador Barão de Mossâmedes, mais de vinte anos depois, e foi construído para ser modelo dos aldeamentos.

Terceiro Capítulo

Os aldeamentos Akroâ

Para iniciar a história dos Akroâ na capitania de Goiás, o autor dessa tese tenciona uma questão que emergiu a partir da pesquisa de Juciene Apolinário: qual seria a formação sociolinguística e cultural à qual os Akroá pertenciam? Essa informação é importante para a compreensão da narrativa que segue. Especialistas das áreas de antropologia, linguística e história afirmam que os Akroâ poderiam ser *Mehin* (Timbira), *Akwén* (Xacriabá, Xavante, Xerente), ou se enquadrariam em uma terceira formação sociocultural distinta, chamada Akroâ. No caso, um ramo sociolinguístico com fazer cultural e língua própria.

Uma hipótese é apontada por Juciene Apolinário, que descreveu os Akroâ como Timbira (2005, p.16), afirmação que reiterou em 2011, quando alegou que “os Akroá faziam parte da família Jê e sua língua falada era Timbira” (2011, p.146). Em concomitância com Beatriz Dantas e demais autores que se basearam, dentre outros documentos, no mapa da distribuição das nações indígenas construído por Curt Nimuendajú. A conclusão dos autores é de que os Akroâ eram Timbira e ocupavam o centro sul do Piauí (DANTAS et al, 1998, p.434). Para esses autores, a frente pastoril luso-brasileira seguiu colonizando o rio São Francisco desde a Bahia, entrando em confronto com os Timbira do centro sul do Piauí chamados de “Akroá, Gueguê e Jaikó”, assim como, com os Akwén "Xacriabá, Xerente e Xavante”, que moravam no sul do Piauí e oeste da Bahia (Idem). Luís Mott afirmou que os “Timbira, Akroás e Gueguês” eram “designados pelos sertanejos com o nome comum de Gamelas” (1979, p.64).

Uma segunda possibilidade interpretativa foi apontada por Curt Nimuendajú. Para quem os Akroâ teriam a mesma língua dos Gueguê e que esta seria diferente da língua Mehin (Timbira) e Akwén (Xavante, Xerente etc.), constituindo uma terceira formação sociolinguística dos Jê Central chamada Akroâ (1942, p.2).

Odair Giraldin, provavelmente em concordância com Curt Nimuendajú, afirmou que os Akroá, subdividiam-se em: “Gueguê, Aricobé, Xakriabá” (2002b, p.04). Logo, não só os Akroâ, mas também os Xacriabá, não seriam nem Merin ou Akwén, mas sim Akroâ. John Hemming tem a mesma hipótese, e sugere que "entre el Sao Francisco y los cursos medios Tocantis y el Araguaia formaban la región natural de las tribus guerreras de los ge: los shicriabá y Akroá (guenguen) " (HEMMING, 1997, p.114).

Cleube Silva (2006, p.19) e Marlene Moura (2006, p.46), identificaram os Akroâ como nação *Akwén*, assim como os Xavante, Xerente e Xacriabá. Dulce Pedroso elaborou uma configuração social semelhante, pois compreendia que Akroâ, Xacriabá, Xavante e Xerente eram Akwén, ela partiu da compreensão de que os dois primeiros eram "intimamente aparentados entre si (..). Porém, Curt Nimuendajú não considera os Akroás como grupo acuén. Já [Čestmir] Loukotka classifica-os como grupo linguisticamente vinculado aos acuén" (PEDROSO, 1994, p 21). James Welch inferiu que os Akwén possuíam duas ramificações, uma na qual estavam os Xavante, Xerente e Xacriabá, e outra na qual Akroâ-Assú, Akroâ-mirim e Gueguê. (WELCH, 2013, p.11). David Maybury-Lewis (2014, p.34) afirmou a partir de sua leitura de Curt Nimuendajú que os Akroâ eram "intimamente ligados linguisticamente aos Xavante e Xerente"; logo: Akwén.

Os linguistas Fernando Carvalho e Gean Damulakis analisaram a filiação sociolinguísticas dos Akroá, Xacriabá, Xavante e Xerente, a partir de relatos de viajantes do século XIX. Compararam a listas de palavras escritas pelo bávaro Carl Friedrich Philipp von Martius (1867) sobre os Akroâ Mirim, com duas palavras escritas pelo inglês George Gardner (1848), como também, com o texto do alemão Curt Nimuendajú, que compara as línguas Akroâ, Mehin (Timbira) e Akwén. Segundo os autores, Curt Nimuendajú listou noventa palavras Akroâ, das quais oito eram cognatas de palavras Timbira, entretanto mais da metade aparece como cognata de palavras da língua Akwén. Argumento apresentado pelos linguistas para defender que os Akroâ seriam Akwén (CARVALHO; DAMULAKIS, 2015, p. 19-20).

Quanto aos Xacriabá, os linguistas analisam o texto de Carl Friedrich Philipp von Martius (1867), que foi uma compilação ampliada do texto *Brasilien die neue Welt* do alemão Wilhelm Ludwig von Eschwege (1830) e do texto *Voyage aux Source du Rio S. Francisco* do francês Auguste Saint Hilaire (descreve trinta e nove palavras Xacriabá), ambos obtidos a partir da conversa com o mesmo *língua* Xacriabá (CARVALHO; DAMULAKIS, 2015, p. 20). Chegaram à conclusão que Xacriabá era um ramo dos Akwén.

As hipóteses dos linguistas pairam na compreensão que os Akroâ, Xerente e Xacriabá formam um grupo linguístico Akwén, separado do outro agrupamento Akwén: Xavante (Idem, p.30). Essa separação se daria por diferenças linguísticas quanto à redução ou supressão tanto por Akroâ, Xerente e Xacriabá de algumas vogais, o que não ocorreria entre os Xavante. Ciente das limitações quanto a analise de duas línguas mortas, Akroâ e Xacriabá, com poucas palavras disponíveis em relatos de viajantes e as mudanças que os processos históricos acarretaram nas línguas Xavante e Xerente atuais, os autores afirmam não poder

dizer se havia dois ramos Akwén, ou apenas um, entretanto, deixam claro que Akroâ, Xavante, Xerente e Xacriabá possuem língua da sociocultural Akwén.

A pesquisa do linguista Eduardo Ribeiro coaduna com essa informação, segundo sua interpretação de George Gardner, que descreve duas palavras Akroâ: “Shòdò, o nome do fruto de uma palmeira, e Ropechedy 'belo lugar'”, cuja etimologia é semelhante à palavra “Ropese” dos Xavante, como indício de pertencerem ao mesmo grupo. Ribeiro soma a análise informações do vocabulário “Akroá-Mirim" de Carl von Martius para indicar à filiação sociolinguística a família Jê Central (Akwén), “a despeito de propostas recentes [Apolinário] de que eles teriam sido parte dos Timbira (Jê Setentrional)" (RIBEIRO, 2012, on-line).

Defendo, nesta tese, que os Akroâ eram Akwén a partir da leitura dos argumentos já apresentados, mas também pela análise dos documentos. Um primeiro ponto que chamou foi a divergência entre os Karajá e Javaés com os oficiais da bandeira de 1775, sobre qual grupo estava atacando as suas roças. De um lado, os Iny afirmaram que eram Akroâ, do outro os colonizadores, que eram os Xavante (capítulo três). Outro ponto a favor de que os Akroâ eram Akwén foi o uso de *línguas* Akroâ nas campanhas para aldear os Xavante, as quais são apresentadas no capítulo seis.

Os Akroâ eram uma nação oriunda do Piauí e Maranhão, que em sua migração para Goiás sofreu massacres, epidemias, aldeamentos e ocupação de suas terras por fazendas de pastoreio. Aldeias da nação Akroá migraram para o norte do que viria a ser a capitania, provavelmente a partir do século XVII, quando se acirram os conflitos no nordeste. Em Goiás, Akroâ e Xacriabá ocupavam terras ao leste do rio Tocantins, enquanto os Xavante viviam entre o Araguaia e o Tocantins.

Os Akroâ e os Xacriabá foram combatidos no norte da capitania entre as décadas de 1730 até 1750 pelo grupo comandado pelo sertanista Antônio Gomes Leite, que tirava seu sustento vendendo cativos indígenas, empregando-os como mão de obra em suas fazendas e nas contribuições com ouro e gado dadas pelos moradores. Antônio Gomes Leite perdeu o apoio dos moradores na década de 1750, devido às muitas mortes que suas bandeiras faziam. Com as mortes e sequestros feitos pelo sertanista, aumentavam as incursões de vingança dos Akroâ e Xacriabá[114].

Na década de 1730, os Akroâ criaram pânico entre os moradores dos arredores de Natividade, Arraias, Terras Novas e Ribeirão do Paranã. Chama atenção no relato dos moradores sobre o ataque dos Akroâ que "mataram escravos, destruíram roças, comeram-lhe

---

[114] NORONHA, Marcos de (Governador). AUC. Coleção Conde dos Arcos [04.10.1750]. Códice VI-III-I-I-25, p115v-116

gado e o que mais impressionou foi que roubaram os cavalos" (APOLINARIO, 2005, p.90). A presença colonial possibilitou que os indígenas tivessem acesso a novas técnicas e tecnologias, alimentação, vestuário, símbolos e armas ocidentais, muitas vezes apropriadas dos colonizadores, como no caso o uso e a criação de cavalos.

O sertanista Wenceslau Gomes da Silva era classificado como mestiço na documentação. Foi contratado na década de 1750 para desinfestar os Akroâ das terras auríferas do norte da capitania. Atacando-os na região da fazenda Palmeiras em 1751[115]. O sertanista afirmou ao governador que quando chegou à aldeia tinha sido queimada pelos próprios *gentios*, por pensarem que ele estava vindo fazer guerra. Provavelmente a destruição da aldeia foi feita por ele, que tentou mascara-la com a desculpa do fogo, pois era proibida atacar aldeias sem a guerra justa declarada. Ficou seis dias na aldeia e capturou noventa e dois Akroâ Assú[116]. Os capturados foram batizados pelo jesuíta Bento Soares e aldeados na Missão São Francisco Xavier do (rio) Formiga em 1751.

Wenceslau Gomes da Silva utilizava táticas de "dividir para conquistar". Tentava colocar um grupo indígena contra o outro nas negociações envolvidas nos descimentos. Em outras vezes, dentro do aldeamento utilizava dos capitães indígenas [*maiorais*] para aplicar os castigos (Apolinário, 2005, p.125). Talvez esse seja o motivo dos Akroâ do aldeamento de Formiga formar dois grupos diferentes, talvez duas aldeias diferentes de Akroâ, ou duas nações diferentes de Akroâ (havia os Akroâ Assú e Mirim em Goiás).

Havia dois *maiorais*, um chamado de velho e outro de novo na documentação. Segundo Conde dos Arcos o velho já tinha entrado de paz com os colonizadores por nove vezes e esse estava ameaçado de morte pelo outro grupo Akroâ[117]. Provavelmente, os dois grupos eram oriundos de aldeias diferentes. Em carta ao jesuíta Bento Soares o governador esclarece

> (..) o ponto mais essencial que nela necessita de resposta é o que pertence ao **xaramatuê novo** e o **xaramatuê velho (**..) consta as contendas que entre si tais xaramatuê, julgo que o único modo de se concluírem é mandar V.Pe. o xaramatuê velho para esta Vila para eu o remeter ao Rio das Velhas, e de outra sorte nunca cessaram as contendas não ignora o V.Pe. o quanto se deixam persuadir os índios de suas apreensões, e como tem entendido que o xaramatuê lhe deu **feitiços** a sua gente não será fácil persuadi-los o que os que morreram é porque naturalmente lhe sobreveio queixa, pois tem entendido que a causa é mesmo feitiço (..) Sinto eu muito

[115] NORONHA, Marcos de (Governador). AUC. Coleção Conde dos Arcos. Códice VI-III-I-I-25, Carta 176, p.127 [12.10.1751]
[116] Idem, Carta 218 p. 151v e 152 [01.12.1751]
[117] Idem, Carta 31, p. 62 v ; 63 [22.02.1752]

> que na aldeia de Formiga tenha havido tanta **doença**, e receio que se continuarem as **mortes**, os índios se resolvam a fugir [grifo nosso][118].

Os xaramatuê eram *maiorais* e, no caso ao menos do velho, adquiriu seu poder como líder, provavelmente, como pajé, pois a acusação por feitiçaria traz esse indício. O velho foi enviado para a fazenda do intendente e comissário do arraial de Natividade Manoel Albuquerque Aguiar, separando-o de seu grupo e do grupo que tinha desavenças[119]. Enquanto isso, as sezões matavam em torno de dezesseis Akroâ em 1752, aumentando a preocupação do governador Conde dos Arcos e do jesuíta Bento Soares por uma revolta como a que aconteceu com Antônio Gomes Leite, a partir de acusações de que os brancos estavam fazendo feitiçaria[120].

Tanto padres, como missionários, de maneira geral, acusavam os pajés de serem manipulados pelo demônio. Por outro lado, os pajés atribuíam aos padres e jesuítas a morte pelo batismo, realizado muitas vezes nos enfermos, associando o batismo à morte e "o padre, ao que 'leva os mortos' ou 'emissários da morte'" (KOK, 2011, p.03). Segundo Glória Kok, a partir do texto do jesuíta Manuel da Nobrega (século XVI), já se afirmava que "os pajés difundiram pelas aldeias que os jesuítas davam 'a doença com a água do batismo e com a doutrina, a morte e o remédio estava em fugirem dos padres'" (idem).

Em setembro de 1752, houve uma epidemia de sarampo que ocasionou morte de Akroâ do aldeamento Formiga; Xacriabá do aldeamento Duro. Principiando uma primeira rebelião localizada no aldeamento Akroâ. A epidemia os levou à fuga para os matos, esvaziando os aldeamentos, "(..)abusando dos remédios, e por lhe faltarem estes e o trato devido, muitos se acharam mortos nos matos daquelas vizinhanças" [121]. Os soldados encontraram mais de duzentos espalhados pelos matos[122].

Foram enviados ao aldeamento quatro embaixadores da aldeia grande Akroâ. O governador Conde dos Arcos acreditava que ao invés da paz como se faziam acreditar, o objetivo seria invadir e matar os aldeados (Xacriabá e/ou um grupo rival Akroâ) e colonos

---

[118] NORONHA, Marcos de (Governador). AUC. Coleção Conde dos Arcos. Códice VI-III-I-I-25, Carta 49 p.73-73v [13.04.1752].
[119] Idem, Carta 103, p. 93 [15.07.1752]
[120] Idem.
[121] Idem, Carta 226. p 149 [26.12.1752].
[122] Idem.

como vingança[123]. Restaram, com a epidemia, apenas cinquenta e quatro Akroâ em Formiga. Em um documento do ano posterior afirmou que o envio dos quatro embaixadores era para averiguar a situação dos doentes[124]. Na epidemia, um dos mortos era o único *língua* que havia e, por isso, para suprir essa falta os sertanistas procuraram alternativas.

> Como o índio que morreu era o *língua* por onde se explicavam aos outros, e VM felizmente pode descobrir um negro que os entendesse a eles e pudesse servir de intérprete para os brancos justamente o deve conservar todo aquele tempo que lhe parecer necessário pagando-se ao Sr. dele aqueles jornais que conforme ao estilo da terra costuma vencer qualquer outro que trabalha, e deste modo fica seu senhor sem receber o menor prejuízo e S. Maj. tão bem servido[125].

Estabelecer uma linguagem em comum e criar possibilidades de diálogo era o que possibilitava a negociação em uma guerra, o que demandava interlocutores entre as partes. Ao mesmo tempo, em que havia embates armados, em 1754, entre colonizadores e Akroâ, ocorria uma negociação paralela, uma "troca que pretendiam os Akroâ, de nos darem dois prisioneiros nossos, que se acham na aldeia grande, em refém do seu Xaramatuê grande, que esta preso em casa de [Manoel] Albuquerque [Aguiar]"[126].

O governador estava temeroso que o Manoel Albuquerque Aguiar tivesse feito à troca, "pois não deixa de ser matéria de ponderação atendendo aos danos que nos pode resultar, ocasionados do mesmo Xaramatuê, que é tão desesperado como Vosmecê [Francisco Roiz] sabe" [127]. O nome em português do Xaramatuê grande era João Frr[a] (Ferreira)[128] e foi motivo do envio de uma *língua* por Wenceslau Gomes da Silva "mandou falar com os seus parentes, que lhe fosse dar parte da soltura do Índio João Frr[a], para ver se por esse modo os reduzia ao ajuste da paz, e a que entregasse as duas presas que tem em seu poder" [129].

O Conde dos Arcos recebeu aprovação das despesas feitas com a Missão São Francisco Xavier em 1753. No mesmo ano, Marquês de Pombal aprova pedido do Conde dos

---

[123] NORONHA, Marcos de (Governador). AUC. Coleção Conde dos Arcos [20.12.1752]. Códice VI-III-I-I-25, Carta 222 p.145v 146

[124] NORONHA, Marcos de (Governador). AUC. Coleção Conde dos Arcos [08.03.1753], Códice VI-III-I-I-26, Carta 37, p.64v e 65

[125] Idem.

[126] Idem, Carta 64 p.75v-76 [1754]

[127] Idem, Carta 64 p.75v-76 [1754].

[128] Idem, Carta 137 p.116-116v [sd]

[129] Idem.

Arcos de retirar ouro da Fazenda Real para reduzir os Akroâ[130]. Quatro jesuítas (José Vieira, José Mattos, José Batista, André de Frazão e Francisco Tavares) chegaram ao Arraial de São Felix em meados de 1754, onde encontraram o Conde dos Arcos e o sertanista Wenceslau Gomes da Silva. O Conde estipulou que a côngrua fosse de cem mil reis [0,299 kg de ouro quintado] por ano para cada um, que a cada semana se distribuísse três bois, sendo uma para os padres, outro para os soldados e o terceiro para os indígenas do aldeamento Duro. Os jesuítas substituíram um capelão franciscano, contratado de maneira esporádica por Wenceslau Gomes da Silva em substituição ao jesuíta Bento Soares.

Ordenou o governador a organização de uma fazenda que comportasse quatrocentos bois que deveriam ser doados pelos moradores. Os soldados eram pagos a cada três meses. A despesa referente a gastos da Coroa feita pela Missão São Francisco Xavier deveria ser paga por Francisco Roiz de Mattos, o "qual no distrito de Natividade tem o seu cargo o contrato dos dízimos" [131], ordenou ainda que Wenceslau Gomes da Silva comprasse algodão para fiar as roupas, "alguns surrões de sal, e rolos de fumo para se distribuir com os mesmos Índios"[132].

No encontro entre jesuítas, o governador e o sertanista conversaram novamente sobre o xaramatuê grande, segundo o missionário José Mattos

> Nesta mesma ocasião consultou se se devia soltar, ou não um Índio Cacique da nação Akroâ, que havia dois anos e meio estava preso em um tronco, com grilhões e corrente ao pescoço, por se dizer queria rebelar-se outra vez, assim como já o tinha feito cinco ou seis vezes, segundo afirmavam os moradores da Natividade[133].

---

[130] OFÍCIO do [governador e capitão-general de Goiás, Barão de Mossâmedes], José de Almeida Vasconcelos [de Soveral e Carvalho], ao [secretário de estado dos Negócios Estrangeiros], marquês de Pombal, [Sebastião José de Carvalho e Melo], sobre a nomeação do intendente [Joaquim José Freire de Andrade] para diretor dos índios, e acerca de um incidente com os índios Xacriabás onde procurou persuadi-los ao aldeamento e à consequente cristianização [02.07.1775]. *AHU_ACL_CU_008, Cx. 28, D. 1820*

[131] CARTA do [governador e capitão-general de Goiás], Conde de São Miguel, [D. Álvaro José Xavier Botelho de Távora], ao rei [D. José], sobre as missões e catequese indígena; as aldeias de Formiga, Duro e Santa Ana do Rio das Velhas e remetendo o ofício do missionário das missões da Natividade, frei José de Matos, sobre a situação das missões da Natividade, aldeia do Duro e presídio de Formiga [14.10.1755]. *AHU_ACL_CU_008, Cx. 13, D. 771.*

[132] Idem.

[133] CARTA do [governador e capitão-general de Goiás], Conde de São Miguel, [D. Álvaro José Xavier Botelho de Távora], ao rei [D. José], sobre as missões e catequese indígena; as aldeias de Formiga, Duro e Santa Ana do Rio das Velhas e remetendo o ofício do missionário das missões da Natividade, frei José de Matos, sobre a situação das missões da Natividade, aldeia do Duro e presídio de Formiga [14.10.1755]. *AHU_ACL_CU_008, Cx. 13, D. 771.*

Formou-se uma junta, para decidir o destino do *maioral* Akroâ, formada por juízes ordinários, reverendo local, jesuítas e o sertanista Wenceslau Gomes da Silva chegaram à conclusão que o dito *maioral* deveria ser solto, mas sob os cuidados do coronel sertanista, no entanto, afirmava o jesuíta que xaramatuê conseguiu fugir[134].

Em 1754, as notícias sobre os Akroâ em outras capitanias era em Pernambuco um grupo pediu paz na Fazenda do Castelo, enquanto outro grupo fez o pedido no Pará [135] Em março daquele ano houve mais embates do sertanista com os Akroâ perto do Arraial do Carmo, com argumento de que os Akroâ tinham atacado uma roça dos Xacriabá nas vertentes do rio Preto. Foi enviada uma escolta de indígenas Xacriabá e soldados do aldeamento Duro. O objetivo dessas incursões fica mais claro quando se sabe que foram feitas "aprisionarem dez mulheres e dezessete crianças, além de muitos mortos e feridos com que se retiraram"[136]. Nenhum homem foi aprisionado indicando que todos foram mortos, ou trocados nos sertões por mercadoria e ouro.

Os aldeamentos administrados por sertanistas e jesuítas recebiam ouro da Coroa levando em conta o número de aldeados. A contagem era realizada por ambos e o número de indígenas aldeados era maior no papel do que na prática. Os aldeados fugiam, morriam e eram vendidos a fazendeiros e mineiros como índios administrados, mas continuavam a constar na solicitação do pagamento do aldeamento.

Quando os jesuítas chegaram ao aldeamento Duro havia uma casa de vivenda para os missionários, uma capela, moradia dos índios que o jesuíta José Mattos chamou de "arapucas, porquanto as suas casas estavam somente principiadas"[137], foram acabadas posteriormente. O primeiro superior foi o padre Francisco Tavares, enquanto o missionário José Matos ficou como responsável pelo aldeamento s Akroâ. Segundo o missionário

---

[134] CARTA do [governador e capitão-general de Goiás], Conde de São Miguel, [D. Álvaro José Xavier Botelho de Távora], ao rei [D. José], sobre as missões e catequese indígena; as aldeias de Formiga, Duro e Santa Ana do Rio das Velhas e remetendo o ofício do missionário das missões da Natividade, frei José de Matos, sobre a situação das missões da Natividade, aldeia do Duro e presídio de Formiga [14.10.1755]. *AHU_ACL_CU_008, Cx. 13, D. 771*.
[135] NORONHA, Marcos de (governador). AUC. Coleção Conde dos Arcos. Códice VI-III-I-I-26. Carta 164, p. 128-128v [07.09.1774]
[136] Idem, Carta 64 p.75V E 76 [1754]
[137] CARTA do [governador e capitão-general de Goiás], Conde de São Miguel, [D. Álvaro José Xavier Botelho de Távora], ao rei [D. José], sobre as missões e catequese indígena; as aldeias de Formiga, Duro e Santa Ana do Rio das Velhas e remetendo o ofício do missionário das missões da Natividade, frei José de Matos, sobre a situação das missões da Natividade, aldeia do Duro e presídio de Formiga [14.10.1755]. *AHU_ACL_CU_008, Cx. 13, D. 771*

> (..) cheguei ao Presídio da Formiga do *gentio* da nação Akroá, e confesso a V. Ex.cia que quando me saíram a tomar a benção os poucos índios que lá estavam, vendo o miserável estado em que os tinha posto aquele lugar me vieram às lágrimas aos olhos. Uns feito cadáveres vivos, outros pálidos e macilentos, outros inchados, e todos finalmente cobertos de uma lepra, ou sarna tão tirana que julguei era aquele lugar algum Lazareto [138].

O "miserável estado em que os tinha posto aquele lugar" [139] matou muitos com a presença de uma epidemia de sarampo. Segundo o governador Conde de São Miguel (Álvaro Xavier Botelho de Távora), um grupo de cinquenta Akroá fugiu para os matos, sendo que "este acidente influiu tal horror nos bárbaros, persuadidos ser traição dos católicos que ainda vivem na desconfiança, muitos foram encontrados mortos nos caminhos do entorno[140].

Se o governador estiver correto e houver um grupo de Akroá "traidor católico", ou seja, um grupo cristão; havia outro resistente ao catolicismo. Essa bipolarização pode estar relacionada à separação entre dois grupos de Akroâ, um deles comandado por um pajé renomado, chamado de Xaramatuê grande; enquanto o outro era favor dos jesuítas.

O missionário resolveu mudar a aldeia de lugar em decorrência das seguidas epidemias. De maneira proposital, ou não, o fez em concordância com as práticas indígenas de mudar a aldeia de lugar quando havia muitas doenças ou existisse acusação de feitiçaria. O lugar apropriado seria junto à região chamada de Oliveiras, lugar onde em 1751 foi morto e capturado Xacriabá, um dos poucos onde havia mata o bastante para comportar uma população indígena e que não era ocupado por fazenda nessa região. Mas como era região aurífera, achou melhor, depois de consultar os moradores, alocar os vinte e sete Akroâ sobreviventes ao largo da aldeia dos Xacriabá.

O jesuíta José Mattos afirmou que o sertanista Wenceslau Gomes da Silva dizia que os Akroâ "não faziam aliança com os Xacriabá", eram inimigos irremediáveis, entretanto, a constatação do missionário era que os Akroâ visitavam regularmente o aldeamento s Xacriabá "e muitas vezes lá se demoravam 15 e 20 dias" [141]. Visitas que trazem o indício de que a

---

[138] CARTA do [governador e capitão-general de Goiás], Conde de São Miguel, [D. Álvaro José Xavier Botelho de Távora], ao rei [D. José], sobre as missões e catequese indígena; as aldeias de Formiga, Duro e Santa Ana do Rio das Velhas e remetendo o ofício do missionário das missões da Natividade, frei José de Matos, sobre a situação das missões da Natividade, aldeia do Duro e presídio de Formiga [14.10.1755]. *AHU_ACL_CU_008, Cx. 13, D. 771*.
[139] Idem, Doc.2
[140] Idem.
[141] CARTA do [governador e capitão-general de Goiás], Conde de São Miguel, [D. Álvaro José Xavier Botelho de Távora], ao rei [D. José], sobre as missões e catequese indígena; as aldeias de Formiga, Duro e Santa Ana do Rio das Velhas e remetendo o ofício do missionário das missões da Natividade, frei José de Matos, sobre a

comunicação poderia ocorrer devido proximidade entre as línguas derivadas da mesma família Jê, dialeto Akwén[142]. Ou, talvez, pudessem utilizar *línguas* e tradutores para se comunicar.

Houve disputa entre os jesuítas e o sertanista Wenceslau Gomes da Silva pelo domínio do *língua* africano versado em Akwén. Ter um Akroâ como *língua* era certamente, diferente do que ter negro escravo versado em língua indígena no intermédio, pois eram outras as relações de consanguinidade, experiências e memórias compartilhadas, costumes, maneiras de fazer e reconhecimento. Além do preto havia outro *língua* e era indígena Akroâ.

Em 1755, só restavam na Missão São Francisco Xavier os jesuítas José Vieira (nos Akroâ) e José Batista (nos Xacriabá)[143], pois Francisco Tavares morreu e Bento Soares voltou para o colégio de São Paulo[144]. Nesse mesmo ano foi publicado um Alvará para inibir a presença de regulares nos aldeamentos[145]. Em carta ao missionário José Vieira, ao Conde dos Arcos afirmou que

> Sinto eu muito que o Tenente Coronel Wenceslau Gomes da Silva, entrasse na duvida de largar de si qualquer dos dois línguas, sendo estes tão precisos para se poder adiantar a redução dos índios dessa Aldeia, porque ao mesmo tempo que por estes intérprete s os iriam VV.PPes catequisando tão bem se iriam fazendo senhores da sua língua, porém em faltando a paz e a boa união, sucedem destes, e ainda maiores desconcertos[146].

A solução apontada pelo governador e inicialmente conversada com o sertanista foi de Wenceslau Gomes da Silva ficar com o preto *língua* e o missionário José Mattos pegar

---

situação das missões da Natividade, aldeia do Duro e presídio de Formiga [14.10.1755]. *AHU_ACL_CU_008, Cx. 13, D. 771*

[142] Troncos e famílias indígenas <https://pib.socioambiental.org/pt/c/no-brasil-atual/linguas/troncos-e-familias acesso 05.12.2016>

[143] NORONHA, Marcos de (governador). AUC. Coleção Conde dos Arcos [07.07.1755]. Códice VI-III-I-I-26 Carta 106 p.91 e 92

[144] Idem, Carta 105 p. 97 [04.07.1755]

[145] OFÍCIO do [governador e capitão-general de Goiás, Barão de Mossâmedes], José de Almeida Vasconcelos [de Soveral e Carvalho], ao [secretário de estado dos Negócios Estrangeiros], marquês de Pombal, [Sebastião José de Carvalho e Melo], sobre a nomeação do intendente [Joaquim José Freire de Andrade] para diretor dos índios, e acerca de um incidente com os índios Xacriabás onde procurou persuadi-los ao aldeamento e à consequente cristianização [02.07.1775]. *AHU_ACL_CU_008, Cx. 28, D. 1820*

[146] NORONHA, Marcos de (governador). AUC. Coleção Conde dos Arcos [sd]. Códice VI-III-I-I-26 Carta 53 p 48v 49v

emprestado um Akroâ ladino com o sertanista quando precisasse. O governador afirmou que o aldeamento Formiga estava vazio e por isso a necessidade de *língua* era circunstancial[147].

> (..) nenhuma razão tem o P. Jozé Batista para duvidar mandar o preto que serve de *língua* com o pretexto de que lhe faz falta, a qual eu não considero, porque estando ele, como tem estado em casa de Wenceslau Gomes da Silva, donde há varias pessoas que tão bem são *línguas*, não lhe seria dificultoso o levar uma consigo, todas as vezes que fosse a aldeia, para se fazer entender dos índios e perceber o que eles dissessem, além disso o negro foi comprado com o ouro de El Rei. As aldeias pertencem ao mesmo Sr., e assim é justo que mutualmente donde for mais urgente, e se V.Pe. a tinha do negro, para assentir aos enfermos, e poder de alguma sorte instrui-los a hora da morte, para não morrerem sem batismo, fez sumamente mal o Pe. Jozé Batista em não o mandar para coisa tão precisa, que não dependia dela, nada menos do que a salvação de algumas almas[148].

O argumento dos jesuítas da Missão São Francisco Xavier em torno da necessidade de posse do escravo intérprete usa-lo para consolar os enfermos e os instruir na hora da morte [149]. Esse escravo aprendeu a língua Akwén casado com uma Akroâ chamada Domingas [150]. O escravo estar casado era entendido pelos portugueses como privilégio concedido pelo senhor escravista. A possibilidade de atuar como *língua*, talvez possibilitasse ao escravo melhor condição de sobrevivência, pois a Coroa pagava jornal ao seu dono pelo seu ofício.

Na tentativa de resolver as disputas pelos *línguas*, o governador Conde dos Arcos sugeriu aos jesuítas encontrar índios administrados nas fazendas e os trazer para o aldeamento, pois além da intermediação como *línguas* poderiam servi-los, pois como "como são ladinos e criados em casas de brancos, não só sabem fazer de comer, lavar roupa, mas tudo o mais de que se necessita para o serviço de uma casa"[151].

---

147 NORONHA, Marcos de (governador). AUC. Coleção Conde dos Arcos [sd]. Códice VI-III-I-I-26 Carta 53 p 48v 49v.

148 Idem, Carta 105 p. 97-98 [04.07.1755]

149 Idem.

150 CARTA do [governador e capitão-general de Goiás], Conde de São Miguel, [D. Álvaro José Xavier Botelho de Távora], ao rei [D. José], sobre as missões e catequese indígena; as aldeias de Formiga, Duro e Santa Ana do Rio das Velhas e remetendo o ofício do missionário das missões da Natividade, frei José de Matos, sobre a situação das missões da Natividade, aldeia do Duro e presídio de Formiga [14.10.1755]. *AHU_ACL_CU_008, Cx. 13, D. 771*

151 NORONHA, Marcos de (governador). AUC. Coleção Conde dos Arcos [04.07.1755]. Códice VI-III-I-I-26 Carta 105 p. 97v

> (..) o Pe. Francisco Tavares me tinha pedido que lhe mandasse alguns índios ladinos (..) nesse Distrito, ou na Natividade há vários índios ladinos em casa de vários moradores que ordinariamente não costumam dar a melhor educação especialmente as índias, porque servem delas para usos ilícitos, será justo que V.pe. vá puxando para essa Aldeia (..) porque os índios livra-os de estarem quase sujeitos as leis da escravidão, porque são tratados ainda pior que os escravos, e aos moradores tão bem os livra de andarem em amancebado habitual, e o pior que depois de se desgostarem delas, casam-nas com seus próprios escravos, vindo a ficar cativos os filhos, que por todo o direito divino e humano são livres de toda a escravidão[152]

Como parte da solução da falta de *línguas*, o jesuíta José Mattos estava aprendendo as primeiras palavras em Akroâ. Segundo carta do governador para Wenceslau Gomes Silva, "com boa vontade se vá instruindo na língua dos índios, para os poder mais suavemente catequisar. Espero eu que os seus companheiros sigam também este bom exemplo, e que todos tenha perdido aquele horror, de que se achavam tão preocupados".[153] Em outra carta manifesta Conde dos Arcos o desejo que o padre crie uma escrita da língua para facilitar o aldeamento e lhe saciar a curiosidade, afirmou "de que se vá fazendo tão senhor da língua, que já possa escrever nela alguns apontamentos, grande gosto teria eu de vê-los, porque ainda que esteja para largar este País, para qualquer donde me levar o destino, sempre vai comigo a mesma curiosidade"[154].

Os jesuítas reclamaram ao governador sobre a maneira de agir dos índios, como andarem armados, o que foi respondido pelo governado com Condescendência

> (..) tem mostrado a experiência destes sertões: todo o índio, seja de qualquer nação que for, tem um tão distinto amor as suas armas, ou sejam estas de fogo, ou seja arco e flecha (..) e como estas seja a criação em que estão postos, para lhe tirarem as armas como V.Pe. pretende, e fazerem-se recolher todas ao Armazém, é preciso jeito, e modo [155].

Outra reclamação dos jesuítas foi quanto à catequização dos Akroâ, pois apesar de ter havido um franciscano Francisco da Conceição Capucho e um "Padre da Cunha Freitas" vigário de Arraiais responsável pelos batismos e catecismo, somando-se aos esforço dos

---

[152] NORONHA, Marcos de (governador). AUC. Coleção Conde dos Arcos [04.07.1755]. Códice VI-III-I-I-26 Carta 105 p. 97v.
[153] Idem, Carta 164, p. 128 128v [07.09.1754]
.[154] Idem.
[155] NORONHA, Marcos de (governador). AUC. Coleção Conde dos Arcos [04.07.1755]. Códice VI-III-I-I-26, Códice VI-III-I-I-26. Carta 54 p,49v-54v. [05.03.1755]

jesuítas, os pagãos não queriam abandonar o gentilismo e abraçar a religião católica. Afirmava o governador "os índios dessa Aldeia não fação adoração devida à sagrada hóstia, nem as Santas Imagens deem aquele culto que elas merecem"[156].

O governador Conde de São Miguel fez feitas criticas a condução e ao cargo do filho de Wenceslau Gomes da Silva, afirmava que com apenas dezoito anos era o cabo e comandante do aldeamento, recebendo "duzentas oitavas de ouro anualmente" [0,717 kg] [157] e viver amancebado com índias, afirmou o governador era um problema sem solução, pois

> (..) for preciso que haja capitão e soldados, sempre há de ter destas queixas porque são males necessários, a que nunca se pode achar remédio, e por isso quase todas as aldeias, estão fora das povoações, e é defendido que pessoas nenhuma esteja nelas por mais de três dias, e nenhuma destas precauções bastam, porque em todas as partes se experimentam o mesmo, que V.Pe. ali lamenta [158].

As normatizações legais e as ordens dos governadores não foram o bastante para evitar o assédio dos portugueses, dos ocidentais nascidos no Brasil e escravos, as índias. Era difícil obter qualquer isolamento dos aldeamentos, visto serem fundadas ao lado de regiões auríferas, junto a registros, presídios e no caminho das estradas. Os aldeamentos da Missão São Francisco Xavier estavam às margens da estrada que ligava a capitania de Goiás à Bahia, Piauí e Pernambuco. Ao sul, havia os aldeamentos Bororo do Rio das Pedras, Pissarão, Lanhoso e Santa Anna do Rio das Velhas, os quais estavam no caminho Real que ligava a capital vila Boa a capitania de São Paulo e Minas Gerais.

No ano de 1754, o governador Conde dos Arcos assinalava uma posição contrária a empregar artesões pagos nos aldeamentos, como quando negou o pedido de que era "preciso para a aldeia um negro ferreiro, dois carpinteiros, um sangrador e um tecelão" [159] que iriam ser utilizados também na instrução dos índios nesses ofícios, o motivo apontando foi que esse

---

[156] NORONHA, Marcos de (governador). AUC. Coleção Conde dos Arcos, Códice VI-III-I-I-26. Carta 53 p 48v 49 49v p.49 [07.03.1755]

[157] CARTA do [governador e capitão-general de Goiás], Conde de São Miguel, [D. Álvaro José Xavier Botelho de Távora], ao rei [D. José], sobre as missões e catequese indígena; as aldeias de Formiga, Duro e Santa Ana do Rio das Velhas e remetendo o ofício do missionário das missões da Natividade, frei José de Matos, sobre a situação das missões da Natividade, aldeia do Duro e presídio de Formiga [14.10.1755]. *AHU_ACL_CU_008, Cx. 13, D. 771*

[158] NORONHA, Marcos de (Governador). AUC. Coleção Conde dos Arcos. Códice VI-III-I-I-26. Carta 54 p,49v-54v [05.03.1755].

[159] NORONHA, Marcos de (Governador). AUC. Coleção Conde dos Arcos. Códice VI-III-I-I-26, Carta 112 p.104-107v

tipo de escravo cobrava muito caro, e que a Majestade mandou formar aldeias, e não colégios afirmou o governador [160].

No ano de 1755, o Diretório dos Índios foi publicado como norma da política indigenista no Vice-Reino do Grão-Pará e Maranhão, acarretando mudanças também na política indigenista em Goiás. Na capitania foi recomendado pela Coroa que a o privilégio passasse a ser a formação dos índios como vassalos trabalhadores. Como dito pelo governador Conde dos Arcos que "se apliquem a vida civil, como seja ler, escrever, aprenderem ofícios, plantarem roças" [161] e os missionários deveriam obrigar "aos índios a que falem português, e que procurem faze-los aprenderem alguns ofícios (..) mandarem ensinar algumas raparigas a cozer, e a fiar algodão"[162]. Aprendizado de ofícios que demandavam o envio de artesões para instruir os aldeados.

No contrato com a Companhia de Jesus para formação oficial da Missão em 1753, havia o envio semanal de um gado para sustento dos índios, um para os soldados e um para os jesuítas[163], acordo não cumprido por Wenceslau Gomes da Silva, apesar das solicitações do Conde dos Arcos. Em todo o período do Governo do Conde dos Arcos, os arraiais vizinhos à área de conflito com os Akroâ e Xacriabá enviaram gado para os aldeamentos do Duro e Formiga, administrado pelo sertanista, os moradores de "Ribeira do Paranâ se comprometeram a dar 480 bois e mais trinta oitavas de ouro" [164]. Nesse caso, o governador propôs vender o gado por duas oitavas por cabeça a Antônio Fernandes de Araújo (já tinham assinado a venda, faltava o gado ser enviado pelos moradores) [165].

Em 1755, na tentativa de cumprir o acordo feito pelo governador com os jesuítas e refletindo a mudança de política indigenista foi enviado "mais cem bois e cento e dezoito vacas para reestabelecer a fazenda"[166] da Missão São Francisco Xavier. Naquele momento foram contratados vaqueiros que custavam "quarenta oitavas [0,143 kg de ouro quintado] por ano, e uma quarta de farinha a cada dez dias", afirmou o governador Conde dos Arcos que

---

[160] NORONHA, Marcos de (Governador). AUC. Coleção Conde dos Arcos. Códice VI-III-I-I-26, Carta 112 p.104-107v.
[161] Idem, Carta 105 p.97 [04.07.1755]
[162] Idem.
[163]Idem.
[164] NORONHA, Marcos de (governador). AUC. Coleção Conde dos Arcos [04.01.1752]. Códice VI-III-I-I-25. Carta 8 p.55
[165] Idem.
[166] NORONHA, Marcos de (governador). AUC. Coleção Conde dos Arcos [07.07.1755]. Códice VI-III-I-I-26 Carta 106 p.91-92

> (..) poderá suprir-se a falta destes escravos com alguns índios das mesmas aldeias, porque como tem muitos rapazes, se o forem admitindo, poderão servir para este emprego: não lhe pareça VM muito fora de proposito esta reflexão, porque todas as fazendas de gado que tem o sertão de Pernambuco, costeiam-se com índios e as grandes boiadas e cavalarias que passam pelo rio de São Francisco, para Bahia, se não todos a maior parte dos vaqueiros, e condutores são índios, que se alugam nas aldeias, e deste principio provém aquela queixa universal que fazem os missionários de que os mesmos que lhe alugam os índios, lhes não tornam a restituir as próprias aldeias[167].

O governador afirmou que havia mais de quatrocentas pessoas na Missão São Francisco Xavier em 1755. Nesse ano, os Xacriabá e os Akroâ estavam a apenas poucas léguas de distância, visto o segundo grupo Akroâ ser transferido para as proximidades do aldeamento Xacriabá (Duro).

Nesse mesmo ano um grupo de Akroâ que estava nos matos atacou o grupo aldeado Akroâ, denotando conflito entre aldeias, talvez um grupo descontente nos sertões com aqueles que aceitaram o aldeamento e a catequese. Morreu uma Akroâ chamada Ivana, enquanto a índia Josefa de menos de oito anos e Theodosia mulher de Adriano foram levadas[168]. Wenceslau Gomes da Silva operacionalizou uma bandeira com "trinta e uma armas de fogo e trinta e oito arcos". A bandeira alcançou o grupo Akroâ dos sertões e fez "trezes presas, além das mortes que fizeram"[169], além disso encontraram um negro junto aos Akroâ.

Havia conflitos entre o Superior da Missão, Francisco Tavares, com o sertanista Wenceslau Gomes da Silva em torno dos pedidos do jesuíta sobre as certidões de batismo, ao ponto de em uma das discussões o sertanista jogar pelas janelas as certidões[170]. Era a partir do número de índios que o sertanista solicitava recurso ao seu sócio o contratador dos Dízimos do Arraial de Natividade[171] e contratador das Estradas[172] Francisco Roiz de Mattos.

---

[167] CARTA do [governador e capitão-general de Goiás], Conde de São Miguel, [D. Álvaro José Xavier Botelho de Távora], ao rei [D. José], sobre as missões e catequese indígena; as aldeias de Formiga, Duro e Santa Ana do Rio das Velhas e remetendo o ofício do missionário das missões da Natividade, frei José de Matos, sobre a situação das missões da Natividade, aldeia do Duro e presídio de Formiga [14.10.1755]. *AHU_ACL_CU_008, Cx. 13, D. 771*.
[168] Idem.
[169] NORONHA, Marcos de (governador). AHC.. Coleção Conde dos Arcos [09.03.1755]. Códice VI-III-I-I-26 Carta 58 p.55v-61v
[170] CARTA do [governador e capitão-general de Goiás], Conde de São Miguel, [D. Álvaro José Xavier Botelho de Távora], ao rei [D. José], sobre as missões e catequese indígena; as aldeias de Formiga, Duro e Santa Ana do Rio das Velhas e remetendo o ofício do missionário das missões da Natividade, frei José de Matos, sobre a situação das missões da Natividade, aldeia do Duro e presídio de Formiga [14.10.1755]. *AHU_ACL_CU_008, Cx. 13, D. 771*
[171] Idem.

Para conseguir a liberação de recursos, os sócios precisavam da assinatura de um dos jesuítas endossando os pedidos. Havia um quinto jesuíta, Manoel da Cruz, que assinava as solicitações, enquanto os outros jesuítas se negaram[173]. Até 1754, os sócios tinham gastos do ouro da Real Fazenda trinta e seis mil oitavas de ouro [129,06 kg de ouro][174]. Em 1755, foi levantada uma dívida restante da Fazenda Real a Wenceslau Gomes da Silva e seu sócio Francisco Roiz de Mattos, em torno de "5.085/8as e ¼ e 2v de ouro"[175] (aprox. 18,23 kg). Valor "desembolsado" pelos sócios para os aldeamentos do Duro e Formiga, que deveria ser reembolsável a partir do desconto nos impostos das entradas e dízimos do norte da capitania.

O jesuíta José Matos ao abandonar a missão, argumentou estar com escorbuto, teceu várias críticas ao sertanista ao novo governador e capitão general, o Conde de São Miguel (1755-1759). Dentre as acusações, estava a de Wenceslau Gomes da Silva desviar os soldados que deveriam trabalhar nos aldeamentos para "assistentes nas suas fazendas, já conduzindo gados, já feitorizando os seus escravos, já arriando, e tratando dos seus cavalos, e já em outras diligencias do seu serviço" [176]. O sertanista criava gado e mandava plantar para si nas terras da aldeia e depois revendia à Coroa para sustentar os aldeados, além de permitir que moradores colocassem roças no aldeamento[177]. Foi acusado de contar muito mais aldeados do que realmente havia para superfaturar as contas.

Em um documento que provavelmente foi escrito pelo governador João Manuel de Mello (1759-1770), datado de 1760, havia diversas acusações envolvendo os aldeamentos Akroâ e Xacriabá. Afirmava-se que Wenceslau Gomes da Silva vendia do seu próprio gado para a Coroa alimentar os índios, jesuítas e tropas por um preço avultado pago pela Real Fazenda, para atender um número que foi acusado de fictício de índios, pois era acusado de

---

[172] NORONHA, Marcos de (governador). AHC. Coleção Conde dos Arcos [07.08.1751]. Códice VI-III-I-I-25. Carta 126 p. 101.

[173] OFÍCIO do [governador e capitão-general de Goiás], Conde de São Miguel, [D. Álvaro José Xavier Botelho de Távora], ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Tomé Joaquim da Costa Corte Real, sobre as dívidas da Fazenda Real de Goiás; o estado da cota; a corrupção na administração das aldeias indígenas e enviando as cartas dos missionários e administrador delas. *AHU_ACL_CU_008, Cx. 13, D. 802* [03.09.1756]

[174] Carta de João Manuel de Melo ao Conde de Oeiras [30.12.1760]. RJ: *RIHGB*, 1918, p.75.

[175] NORONHA, Marcos de (Governador). AHC. Coleção Conde dos Arcos [07.07.1755]. Códice VI-III-I-I-26 Carta 106 p.91-95.

[176] CARTA do [governador e capitão-general de Goiás], Conde de São Miguel, [D. Álvaro José Xavier Botelho de Távora], ao rei [D. José], sobre as missões e catequese indígena; as aldeias de Formiga, Duro e Santa Ana do Rio das Velhas e remetendo o ofício do missionário das missões da Natividade, frei José de Matos, sobre a situação das missões da Natividade, aldeia do Duro e presídio de Formiga [14.10.1755]. *AHU_ACL_CU_008, Cx. 13, D. 771*

[177] Idem.

estimular os índios a irem para os sertões e estarem presentes nos momento de contagem, ganhando com a alimentação economizada[178].

Para fazer as roças se contratou escravos jornaleiros, o grupo deles utilizados foi trazido da Bahia por Agostinho Luiz, morador do Arraial de Natividade. Agostinho tinha vendido os escravos fiado e devido a dificuldade em receber seus ganhos, entrou em acordo com os sócios, propondo o aluguel dos negros oriundo de seus devedores. Segundo informação dada por João Felix Rebello - administrador do Registro, só a despesa com os jornais para roça foram gastos de maneira superfatura no valor de trinta mil oitavas de ouro (107,55 kg de ouro)[179]

João Alvares Vieira que era Caixa do Contrato das Entradas, aparentemente, também utilizou dos aldeamentos para superfaturar. Ele comprou vinte escravos de uma "arrematação de vinte pretos pelos defuntos, e ausentes"[180], por 80 mil réis [0,239kg de ouro quintado] cada um. Ele era quem pagava a farinha e outros mantimentos dos roceiros que serviam ao aldeamento. Ele pagou com os escravos que tinha comprado, afirmando não ter ouro, repassando pelo valor de 400 mil réis [1,195 kg de ouro quintado] cada um[181]. Ele revendeu outros escravos, como também "fazendas secas e molhadas que mandava vir do Rio de Janeiro e Bahia" (idem) no mesmo esquema de pagar as contas do aldeamento, "cobrava deles os recibos, e com estes fazia o pagamento a Provedoria"[182].

O missionário José Matos acusava o sertanista Wenceslau Gomes da Silva não ter publicado em lugar visível a todos o Regimento do aldeamento, nem de respeita-lo, pois a proibição de não molestar as mulheres indígenas, ou respeitar os jesuítas não era cumprida[183].

---

[178] Carta do governador e capitão general João Manuel de Melo ao Conde de Oeiras [30.12.1760] RJ: *RIHGB*, 1918, p.75
[179] Idem, 1918, p.74
[180] Carta do governador e capitão general João Manuel de Melo ao Conde de Oeiras [30.12.1760] RJ: *RIHGB*, 1918, p.75.
[181] Idem.
[182] Carta do governador e capitão general João Manuel de Melo ao Conde de Oeiras [30.12.1760] RJ: *RIHGB*, 1918, p.75.
[183] "Porquanto se faz preciso que haja regimento por donde se governem os soldados, e mais pessoas que assistem nas aldeias novamente estabelecidas, e que adiante se estabeleçam n´este governo. Ordeno e mando que se observe o seguinte, impondo-se as penas n´elle irrogadas a todas aquellas pessoas que contrariarem ao que n-ele vai determinado.
Cap. I – os soldados darão inteira obediência a aquela pessoa a cujo cargo estiver o governo da aldeia, e na falta d´esta a que por ela ficar nomeada para fazer as suas vezes, e havendo algum soldado que desobedeça as suas ordens será logo castigado como o delito o merecer.
Cap. II – O tambor tocará alvorada ao romper da aurora, e a recolher as 8 horas da noite, e fora destas duas ocasiões não poderá tornar a tocar senão a rebate, se for preciso, e tiver ordem para isso; a este toque se acharam logo prontos com os seus armamentos, não só os soldados, mas todos os índios, mais pessoas que assistirem na aldeia, para se lhe determinar os lugares que devem ocupar, e havendo algum soldado ou índio, ou qualquer pessoa, que não satisfaça prontamente esta obrigação, serão logo presos, para se lhes impor os mais castigos, que o delito merecer.

O fato do Jesuíta Vieira estar aparentemente decidido a não voltar ao aldeamento, com ódio dos soldados e sertanistas e ter havido rebelião resultando em mortes e fuga de parte dos índios, contribuiu para que acusasse o sertanista

> (..) que tinham se gasto trinta e tantas reses para alimentar os Akroâ e que eles não tinha consumido essa carne, mas sim somente milho, mas que na verdade os soldados, que não tinha ainda recebido nenhum salário, que provavelmente mataram esse gado, passando certidão sobre o consumo do gado que na maioria era seu [Wenceslau Gomes], como se fosse para alimentar os indígenas[184].

O conflito entre o superior da missão e o sertanista dificultava os jesuítas a terem acesso aos cavalos, ao milho, às criações, mão de obra indígena e proteção dos soldados. Segundo o missionário José Mattos, "a gênero algum de serviço não se acomodam, tanto

---

Cap. III – todas as pessoas assistentes nas mesma aldeias guardaram aos missionários todo o respeito e acatando devido ao seu grande caráter, para que, vendo a grande estimação que se faz deles, com este bom exemplo não só façam os índios o mesmo mas abracem copm mais fervor e eficiência a nossa santa fé.
Cap. IV – todo o soldado, índio ou qualquer pessoa, assistentes nas aldeias, que molestar ou intentar molestar aos missionários d´elas com obras ou com palavras menos decorosas, será logo preso e castigado com rigor, para que este exemplo faça conter a que se não continuem em semelhantes absurdos.
Cap. V. – Os soldados que estiverem de guarda aos armazéns de mantimentos ou munições serão rendidos de três em três horas, e não se consentirá que enquanto continue o tempo de sai sentinela esteja assentado, nem deitado, e o que o contrário fizer será preso no tronco de pescoço por tempo de três horas.
Cap. VI – O soldado que se achar dormindo no tempo em que estiver de guarda, ou largar o lugar assinado da mesma, será castigado com três horas de gollilha [gotilha?], e passando estas, com três de tronco de pescoço, e depois ficará retido em prisão o tempo que parecer conveniente ao comandante do presídio.
Cap. VII – o soldado que for achado dez passos fora do seu quartel sem o seu armamento, será castigado com três horas de gollilha [gotilha?], e havendo algum que consinta que os índios usem do seu armamento será castigado com seis horas de tronco de pescoço.
Cap. VIII – o soldado que consentir índia no seu quartel, ou seja de dia ou de noite, será castigado pelo termo de oito dias com seis horas de golinha, e outras seis horas de tronco de pescoço, e ficará retido em prisão todo o mais tempo que parecer conveniente ao comandante do presídio.
Ca. IX – o soldado que se achar fora dos quartéis depois de haver tocado a recolher as oito horas da noite será castigado com três horas de tronco no pescoço, e três horas de gollilha [gotilha?], se porém, constar que foi a aldeia dos índios ficará sujeito ao mesmo castigo, que se continuará pelo termo de oito dias, e findos eles ficará retido em prisão de tronco o mais tempo que parecer conveniente ao comandante do presídio.
Cap. X - O soldado que desinquietar mulher ou filha de índios será castigado por termo de oito dias com seis horas de gollilha [gotilha?], e seis de tronco de pescoço, além d´este castigo ficará retido em prisão o mais tempo que parecer conveniente ao comandante.
Este regimento se cumprirá inteiramente como n´ele se contém e para que se não alegue ignorância se lerá publicamente em presença de todas as pessoas da aldeia de São Francisco Xavier, e dele se extraíram cópias para as mais aldeias, que novamente se hão de estabelecer Dado no arraial de S. Felix aos 13 de junho de 1751 – D. Marcos de Noronha" (ALECASTRE, 1864, p.131- 132).

[184] CARTA do [governador e capitão-general de Goiás], Conde de São Miguel, [D. Álvaro José Xavier Botelho de Távora], ao rei [D. José], sobre as missões e catequese indígena; as aldeias de Formiga, Duro e Santa Ana do Rio das Velhas e remetendo o ofício do missionário das missões da Natividade, frei José de Matos, sobre a situação das missões da Natividade, aldeia do Duro e presídio de Formiga [14.10.1755]. *AHU_ACL_CU_008, Cx. 13, D. 771.*

assim que muitas vezes mandando o padre chamar alguns para buscar água, ou lenha para casa desculpavam-se que não podem, ou que estão molestados, ou que não são negros"[185].

Essa resposta estava relacionada à sua percepção de não serem pretos escravos. Os índios estavam se diferenciando em cor, status e condição social dos africanos, pois defendiam que eram livres, não podiam ser tratados como negros da terra. O Diretório dos Índios (1758-1798), publicado para o Grão Pará e Maranhão em 1755, igualava juridicamente os índios aos colonizadores e proibia chamar índios de negros, pois soaria a intenção de dizer que os mesmo eram escravos, enquanto em tese seriam "livres", pois deveriam ser entendidos como pessoas sem infâmia, o que os habilitaria a qualquer emprego "honorifico" (Artigo 10)[186].

No seguir da fala do missionário, há uma informação crucial quanto à política realizada pelo capitão Xacriabá. Afirma o padre: "antes um índio capitão Antônio, que tem a seu cargo os demais, é o mais insolente nas suas respostas, talvez com a ousadia mais do ordinário, que lhe tem dado o tenente coronel, cujo motivo não é para se aprouver"[187]. Antônio, que era capitão de tropa dos Xacriabá era aliado do sertanista Wenceslau Gomes da Silva e isso permitia-lhe ter o que o padre chamou de "ousadia mais do ordinário". Tem-se a hipótese que Antônio como capitão tinha acesso a armas, participava da organização da mão de obra, prerrogativa na distribuição de alimentos e ferramentas, possivelmente tinha acesso aos cavalos, poderia transitar nos arraiais e nos sertões etc.

O governador Conde de São Miguel descreveu o conflito que ocasionou a deserção dos Xacriabá e Akroâ da Missão São Francisco Xavier e que envolveu o citado capitão Xacriabá Antônio, que de inimigo dos jesuítas, tornou-se aliado.

> A deserção se afirma ser por ter brigado Wenceslau Gomes da Silva com um índio chamado o Capitão Antônio com cuja mulher tratava o dito Wenceslau Gomes, a beneplácito do dito capitão Antônio, que escandalizado da luta(?), e unido com o P.

---

[185] CARTA do [governador e capitão-general de Goiás], Conde de São Miguel, [D. Álvaro José Xavier Botelho de Távora], ao rei [D. José], sobre as missões e catequese indígena; as aldeias de Formiga, Duro e Santa Ana do Rio das Velhas e remetendo o ofício do missionário das missões da Natividade, frei José de Matos, sobre a situação das missões da Natividade, aldeia do Duro e presídio de Formiga [14.10.1755]. *AHU_ACL_CU_008, Cx. 13, D. 771*.

[186] FURTADO, Francisco Xavier de Mendonça. *Diretório, que se deve observar nas Povoações das Índias do Pará, e Maranhão em quanto Sua Majestade não mandar o contrário*. Lisboa: Oficina de Miguel Rodrigues, 1757.

[187] CARTA do [governador e capitão-general de Goiás], Conde de São Miguel, [D. Álvaro José Xavier Botelho de Távora], ao rei [D. José], sobre as missões e catequese indígena; as aldeias de Formiga, Duro e Santa Ana do Rio das Velhas e remetendo o ofício do missionário das missões da Natividade, frei José de Matos, sobre a situação das missões da Natividade, aldeia do Duro e presídio de Formiga [14.10.1755]. *AHU_ACL_CU_008, Cx. 13, D. 771*

> Missionário Jozé Vieyra, antes inimigo capital de Wenceslau Gomes e do Capitão Antônio, como consta das cartas que já mandei e agora reconciliado o dito Padre incitaram a sublevação por vingança a Wenceslau Gomes Administrador; o que se prova convir o capitão Antônio fazer as pazes com o Padre José Vieira, a sua Povoação três léguas afastada da outra, e ali matar o Capitão Antônio dezesseis pessoas entrando uma mulher e duas crianças que acaso viajavam, e todos os animais que viam, e deixando livre ao Padre (até ali seu inimigo) e a todos aqueles que ele apontou com o dedo, os seus rapazes, as suas bestas, e os seus cães que tudo se acha aqui em minha casa conduzido pelo mesmo Padre que me contou tudo isso, e reconvindo-o eu com a sua mesma carta que lhe mostrei, em que me referia o ódio do Capitão Antônio, se calou, sem peso algum porque os Reverendo Americanos participam mais dos costumes do Pais, que da modéstia da Religião[188].

O fato de Wenceslau Gomes da Silva "tratar" a mulher do capitão Antônio aparentemente foi o ponto de discórdia. Os documentos históricos consultados que tratam dessa sublevação apontam o jesuíta como aliado de Antônio, devido o fato dele não ter sido morto como os demais colonizadores. Em torno de dezenove anos depois um *maioral* Xacriabá foi indagado pelo governador Mossâmedes sobre essa rebelião, a conclusão que tirou foi que

> (..) rompeu o Pe. Veiga [Vieira], na maquiavélica máxima de conciliar a amizade dos índios; declarando-lhes em confidencia, que o dito Wenceslau Gomes, tinha ordem do General, para no primeiro descuido, passar tudo a espada. Eu fugi com os meus parentes, sem a menor culpa (me dizia sucessivamente o índio) porque assim me mandou o Pe. Veiga [Vieira], e o Pe. Matos[189]

O capitão Antônio organizou o levante, juntando os inimigos Xacriabá e Akroá contra os colonizadores. Nessa sublevação os indígenas roubaram e utilizaram armas de fogo que tinham aprendido manusear no aldeamento[190]. Wenceslau Gomes da Silva recapturou parte dos fugitivos, sendo que os "Akroá que desertou a Aldeia do Duro não fez hostilidade alguma

---

[188] OFÍCIO do [governador e capitão-general de Goiás], Conde de São Miguel, [D. Álvaro José Xavier Botelho de Távora], ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Diogo de Mendonça Corte Real, sobre o estabelecimento das aldeias de índios Tapirapé e Cururús, inimigos dos Kayapó; os Akroás da aldeia do Duro e as hostilidades que têm feito os Xacriabás [12.12.1755]. *AHU_ACL_CU_008, Cx. 13, D. 775.*

[189] CARVALHO, José de Almeida Vasconcelos de Soveral e. Ao Ilmo e Ex.mo Sr. Marques de pombal, com a notícia da chegada dos índios da nação Xacriabá no dia 15 de agosto de 1775 (26.08.1775). Livro de Ofícios dirigidas a Corte de Lisboa (..) [1771-1777] AHU_ACL_CU - Cod. 1656 p.63v-64

[190] CARTA do [governador e capitão-general de Goiás], João Manuel de Mello, ao rei [D. José], sobre os índios da capitania de Goiás [Akroás, Xacriabás e Kayapó]; a causa da sublevação da aldeia do Duro; a necessidade de se franquear a região dos rios Claro e Pilões à mineração devido à decadência das minas antigas, e acerca de se levantar uma forca em vila Boa para a boa administração da justiça [29.05.1760]. *AHU_ACL_CU_008, Cx. 17, D. 983.*

depois da deserção e já estão na Aldeia cento e oitenta outra vez reduzidos"[191], enquanto o "gentio Xacriabá é que tem feito alguma hostilidade com algumas mortes"[192].

Em 1757, dois anos após a primeira revolta, houve outra, cuja ação ocorreu em torno de um comboio que vinha da Bahia "cuja traição descoberta por uma índia, ficava frustrada, porque os soldados, e os comboieiros, se puderam em armas, e que somente os rebeldes conseguiram a fugida, mas que nos dias seguintes, vieram assaltar duas roças"[193]. Não se sabe qual nação era a índia delatora, nem o conteúdo que carregava o comboio. O comboio estava escoltado por soldados, mesmo assim despertou a cobiça dos índios, o que sinaliza que a carga era valiosa, talvez armas, ouro, ou escravos. Cem Akroá e trinta e três Xacriabá foram capturados e levados de volta (APOLINÁRIO, 2005, p.123), enquanto os que fugiram fizeram assaltos e invasões de roças e fazendas pelos sertões, "pois lhes duplicava alentos para as empresas o manejo das armas de fogo que imprudentemente lhe ensinaram"[194]. Como tática de guerra os índios atacavam comboieiros vindas da Bahia, roubando armas de fogos e libertando escravos (APOLINARIO, 2005, p.123).

Segundo informações do missionário José Mattos, no total, foram aldeados de 1751 a 1754, em torno de seiscentos e setenta e nove Xacriabá, desses, cento e setenta e nove foram batizados. Em 1754, a conta que o sertanista Wenceslau Gomes da Silva fazia sobre aquele ano é que havia quatrocentos e cinquenta e três Xacriabá. Já Akroâ, o total foi de trezentos e noventa e oito, sendo cento e três batizados. No total, o padre apontou que foram aldeados em torno de mil e setenta e sete indígenas e que em 1754 havia em torno de quinhentos e dezenove[195]. A redução da população se deu devido às epidemias, as fugas, a violência e fome.

---

[191] OFÍCIO do [governador e capitão-general de Goiás], Conde de São Miguel, [D. Álvaro José Xavier Botelho de Távora], ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Diogo de Mendonça Corte Real, sobre o estabelecimento das aldeias de índios Tapirapé e Cururús, inimigos dos Kayapó; os Akroás da aldeia do Duro e as hostilidades que têm feito os Xacriabás [12.12.1755]. *AHU_ACL_CU_008, Cx. 13, D. 775*

[192] Idem.

[193] CARTA do [governador e capitão-general de Goiás], João Manuel de Mello, ao rei [D. José], sobre os índios da capitania de Goiás [Akroás, Xacriabás e Kayapó]; a causa da sublevação da aldeia do Duro; a necessidade de se franquear a região dos rios Claro e Pilões à mineração devido à decadência das minas antigas, e acerca de se levantar uma forca em vila Boa para a boa administração da justiça [29.05.1760]. *AHU_ACL_CU_008, Cx. 17, D. 983.*

[194] CARTA do [governador e capitão-general de Goiás], João Manuel de Mello, ao rei [D. José], sobre as queixas dos habitantes do distrito de Natividade acerca das contínuas invasões dos índios Akroás e Xacriabás que depois da sublevação de 1757, quando assassinaram traiçoeiramente os guardas do presídio e abandonaram as aldeias de São Francisco Xavier do Duro e de São José, continuavam com maior ousadia e crueldade a praticarem mortes e roubos [23.12.1760]. *AHU_ACL_CU_008, Cx. 17, D. 1023.*

[195] CARTA do [governador e capitão-general de Goiás], Conde de São Miguel, [D. Álvaro José Xavier Botelho de Távora], ao rei [D. José], sobre as missões e catequese indígena; as aldeias de Formiga, Duro e Santa Ana do Rio das Velhas e remetendo o ofício do missionário das missões da Natividade, frei José de Matos, sobre a

O governador Conde de São Miguel pôs em dúvida os dados sobre a população dos aldeamentos e os gastos feitos. Aparentemente, o sertanista Wenceslau Gomes da Silva e seu sócio afirmavam haver muito mais índios aldeados do que havia. Para garantir mais recursos da Fazenda Real para a manutenção do aldeamento. Afirmou esse governador que seu antecessor gastou de 1751 a 1755 mais de "duzentos mil cruzados" (+/- 448 quilos) e "e perto de trinta de sustentação anual (67,2 quilos) "[196].

Em 1775, o governador Mossâmedes informava que até aquele ano se tinha gasto aproximadamente trezentos mil cruzados, ou seja, 672 quilos de ouro[197], com os aldeamentos do Duro e Formiga. Logo, em cinco anos 66,7% do ouro empregado, enquanto nos outros vinte anos, quando o aldeamento Duro estava servindo como presídio dos *gentios* aprisionados nas guerras contra Akroâ e Xacriabá, e como registro, empregou-se 32,3 % do ouro.

Com a expulsão dos jesuítas em 1759, os aldeamentos passaram a ter direção leiga, mas com sacerdotes seculares de outras ordens (RAVAGNANI, 1986/87, p.120) no caso dos aldeamentos Akroá e Xacriabá de um Carmelita (APOLINARIO, 2005, p.123).

O governador João Manoel de Mello (1759-1770) prendeu Wenceslau Gomes em Vila Boa por quatro meses para explicar os gastos (idem, p.130). Aparentemente, houve nova sublevação nos aldeamentos entre 1759-1760. O sertanista acusava que ela ocorreu devido o governador o tirar por quatro vezes de lá, somando quatro meses, "o que não sucedera se ele sempre lá estivesse, pois entendia a língua, pondo-lhes boas espias dos seus mesmos naturais"[198].

Wenceslau Gomes da Silva, por fim, recebeu um mandato de prisão por desvio de mercadorias e dinheiro[199], fugiu para Bahia, lá foi preso e enviado para Lisboa em meados de 1760 (Idem, p.131) e acabou morrendo em seguida.

O capitão que se elegeu entre os moradores para combater os *gentios* nos sertões era o filho do Wenceslau Gomes, foi batizado com o mesmo nome do pai. Ele era cabo do aldeamento, acompanhou o pai desde novo nas incursões. Tornou-se capitão de vinte soldados

---

situação das missões da Natividade, aldeia do Duro e presídio de Formiga [14.10.1755]. *AHU_ACL_CU_008, Cx. 13, D. 771*

[196] Idem.

[197] OFÍCIO do [governador e capitão-general de Goiás, Barão de Mossâmedes], José de Almeida Vasconcelos [de Soveral e Carvalho], ao [secretário de estado dos Negócios Estrangeiros], marquês de Pombal, [Sebastião José de Carvalho e Melo], sobre a nomeação do intendente [Joaquim José Freire de Andrade] para diretor dos índios, e acerca de um incidente com os índios Xacriabás onde procurou persuadi-los ao aldeamento e à consequente cristianização [02.07.1775]. *AHU_ACL_CU_008, Cx. 28, D. 1820*

[198] Carta do governador e capitão general João Manuel de Melo ao Conde de Oeiras [30.12.1760] RJ: *RIHGB*, 1918, p.70-81

[199] Wenceslau fala que teve acesso a 108 mil cruzados dos (241,92 kg) (APOLINARIO, 2005, p. 126)

pedestres. Metade dos pedestres que trabalhava no norte da Capitania era pago pela Coroa e outra metade pelos moradores em 1760[200].

Naquele ano, o governador João Manoel de Melo afirmou que havia setenta índios no aldeamento Duro, três soldados e um capelão[201]. Foi feita nesse ano uma junta no arraial de São Felix para decidir o que fazer quanto aos ataques dos índios Akroâ e Xacriabá. O governador fez pedido por guerra ofensiva ao Conselho Ultramarino, como única solução para os conflitos com os *gentios* na capitania. Em 1762, foi enviada carta pelo Rei deixando ao arbítrio de João Manuel de Melo o que fazer com a situação dos *gentios* na capitania, a solução foi permitir aos moradores fazerem guerra ofensiva aos Akroâ e Xacriabá, em especial atacar duas aldeias que foram feitas além do rio das Balsas, como também declarou guerra justa aos Xavante e Kayapó[202].

João Manoel de Melo enviou duas bandeiras de sertanejos a atacar as aldeias Xacriabá e Akroâ em 1762. Os Xacriabá estavam fazendo hostilidades no arraial de Ribeira do Paraná[203], na fuga dos bandeirantes a aldeia Xacriabá entrou nas terras Akroâ, pedindo auxílio àqueles que foram "sócios na rebelião (..) ofereceu cavilosamente os seus ranchos, e uma noite em que os Xacriabá estavam mais descuidados entregues ao sono foram assassinados pelos ditos Akroás"[204]. Dos Xacriabá sobraram quarenta que foram se entregar aos colonizadores e que juntos armaram bandeira para atacar os Akroâ. As mulheres e rapazes foram distribuídas "nas casas mais ricas dos povos circunvizinhos para serem administradas"[205]. Dois dos sobreviventes foram à presença do governador João Manoel Melo, que afirmou que "falavam bastantemente a nossa língua pela assistência que tiveram na Aldeia do Duro suponho que passaram de seiscentos assassinados"[206].

---

[200] CARTA do [governador e capitão-general de Goiás], João Manuel de Mello, ao rei [D. José], sobre as queixas dos habitantes do distrito de Natividade acerca das contínuas invasões dos índios Akroás e Xacriabás que depois da sublevação de 1757, quando assassinaram traiçoeiramente os guardas do presídio e abandonaram as aldeias de São Francisco Xavier do Duro e de São José, continuavam com maior ousadia e crueldade a praticarem mortes e roubos [23.12.1760]. *AHU_ACL_CU_008, Cx. 17, D. 1023*

[201] Idem.

[202] CARTA do [governador e capitão-general de Goiás], João Manuel de Mello, ao rei [D. José], sobre ter permitido que os povos e moradores da capitania de Goiás fizessem guerra ofensiva aos índios Akroás e Xacriabás [25.05.1762]. *AHU_ACL_CU_008, Cx. 18, D. 1101.*

[203] Carta do governador e capitão general João Manuel de Melo Sua Majestade José I. RJ: *RIHGB*, 1918, p.82-83.

[204] Idem.

[205] Ofício do [governador e capitão-general de Goiás], João Manuel de Melo, ao [secretario de estado da Marinha e Ultramar], Francisco Xavier de Mendonça Furtado, solicitando um seus substituto; sobre as bandeiras contra os índios Xacriabás, Akroâs e xavantes; o empréstimo em ouro solicitado pelo governador de Mato Grosso, Antonio Rolim de Moura; a chegada do novo ouvidor-geral de Goiás, desembargador Antonio José de Araújo e Sousa, do sindicante, Regimentos de Auxiliares e do ajudante de ordens do governo [29.12.1762] *AHU_AC_CU_008, Cx. 18, D.1121*

[206] Idem.

Outras bandeiras organizadas por particulares foram autorizadas por João Manoel de Mello (1759 - 1770). Uma delas sob comando do padre Pôsso do Arraial de Pilar, "que estando estabelecido com grande fábrica, vendeu tudo para se empregar n´este exercício", procurava o famoso "Araéz e a ilha do Bananal, guerreou algumas vezes com o Xavante, e adoecendo nas vizinhanças do Pontal veio a falecer, retrocedendo os seus companheiros sem algum fruto" (SILVA e SOUZA, 1872, p.452). Ou, quando enviou pago pelos moradores de Vila Boa, com o custo de vinte mil cruzados (44,8 kg de ouro), o sertanista e pedestre Victor Antônio que destruiu duas aldeias Kayapó (ALENCASTRE, idem, p.160)[207].

A guerras só deram trégua com o governo de Mossâmedes que, a partir de 1772, reordenou a política colonizadora. Em 1775, ele organizou um aldeamento pensando para ser modelo, no qual tiveram como os primeiros aldeados os Akroâ.

O governador e capitão general José A. V. de Soveral e Carvalho percorreu os principais arraiais da capitania em 1773, momento que organizou as bandeiras que ocorreriam em 1774. Nesse percurso quando visitava o arraial de Natividade encontrou o *língua* Roque da Costa Maciel, cabo do aldeamento rio Formiga da Nação Akroâ, e lhe perguntou sobre a situação na "Campanha dos Gerais do Rio Preto, ou Grande, do Norte, se passava, e ganhando o seu interessado ânimo, lhe dispôs o ir procurar os seus parentes, que na referida campanha ainda vagavam" [208].

Em decorrência do envio do *língua* em 1774, cento e oitenta Akroá procuraram o aldeamento e presídio do Duro, segundo Mossâmedes em busca "de benefícios, que lhe mandei oferecer"[209]. Um dos motivos dos Akroâ aceitarem se aldear pode ser o "temor das hostilidades do Coronel Ivão(?) do Rego Castello Branco, que da capitania do Piauí, ele tem feito a mais violenta e desumana guerra"[210].

---

[207] Silva e Souza afirmou que a expedição custou 8.000$000 (23,9 kg de ouro quintado), (1872, p.452)

[208] OFÍCIO do ex-governador de Goiás, [Barão de Mossâmedes], José de Almeida Vasconcelos de [Soveral e Carvalho], ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, sobre as confirmações das patentes dos oficiais citados na instrução que deixou ao governo interino, acerca do estado das Companhias de Ordenanças e Pedestres de Goiás; os postos que se encontram vagos nas ditas Companhias, e solicitando que se passem os avisos necessários para o propósito da Congregação do Oratório de Viseu tomar conta dos índios vindos do Brasil para serem educados [02.01.1779]. *AHU_ACL_CU_008, Cx. 31, D. 1959*, p.9

[209] CARVALHO, José de Almeida de Vasconcelos de Soveral e. Carta Dirigida ao Dr. Provedor da Real Fazenda da Capitania das Minas de Goiás, nomeando o Diretor Geral dos Índios [15.11.1774]. In SOUZA, Thomaz de. Coleção de notícias da Capitania de Goiás, vindas às mãos de particulares assim por diários e cartas, como por cópias de papéis de ofício, e deduzidas por sua ordem (1772-1777). BN. Loc. 07,4,070, p.85-97

[210] OFÍCIO do [governador e capitão-general de Goiás, Barão de Mossâmedes], José de Almeida Vasconcelos [de Soveral e Carvalho], ao [secretário de estado dos Negócios Estrangeiros], marquês de Pombal, [Sebastião José de Carvalho e Melo], sobre a nomeação do intendente [Joaquim José Freire de Andrade] para diretor dos índios, e acerca de um incidente com os índios Xacriabás onde procurou persuadi-los ao aldeamento e à consequente cristianização [02.07.1775]. *AHU_ACL_CU_008, Cx. 28, D. 1820*

Para viabilizar o aldeamento Akroâ o governador operacionalizou diversas portarias. Inicialmente, alocou o provedor da Fazenda Real e intendente do ouro Joaquim Jozé Freire de Andrade[211] como primeiro diretor geral dos Índios[212] em novembro de 1774 e o proveu com mil oitavas de ouro (+/-3,585 quilos) para custear os aldeamentos[213]. Destinou uma portaria para assistir os aldeados com "igual porção aquela, com que os Mineiros costumam manter os seus escravos" [214]. Organizou o aldeamento São José de Mossâmedes deixando ordens para se fazerem "ranchos de beira no chão" para os moradores "observando-se sempre a ordem que no Plano da Situação vai indicada"[215]. Desapropriou a roça de José Vaz, comprando-a, a qual ficava no mesmo terreno do aldeamento[216].

Para formar o aldeamento São José de Mossâmedes, assim como fez o Conde dos Arcos anos antes, mandou recolher índias solteiras ladinas que viviam no Rio Grande e as enviou para o aldeamento[217]. Mossâmedes preparou o lugar para a fundação do Aldeamento São José de Mossâmedes a cinco léguas de Vila Boa, cuja primeira estaca foi fincada em 19 de novembro de 1774[218]. Para tanto, em suas palavras, escolheu um terreno de "campo raso, boas águas, e muitos matos" [219] e fez "estabelecer grandes roças, uma boa fazenda de gado vacum e as manufaturas que o numero de habitantes podia animar"[220]. O objetivo era fazer

---

[211] Idem. *AHU_ACL_CU_008, Cx. 28, D. 1820*
[212] Aparentemente esse cargo só existiu na capitania de Goiás. O cargo não está indicado no Diretório dos Índios. (CANCELA, 2013, p.51)
[213] CARVALHO, José de Almeida de Vasconcelos de Soveral e. Portaria nomeando ao Dr. Provedor da Real Fazenda para Diretor Geral dos Índios [15.11.1774]. In SOUZA, Thomaz de. Coleção de notícias da Capitania de Goiás, vindas às mãos de particulares assim por diários e cartas, como por cópias de papéis de ofício, e deduzidas por sua ordem (1772-1777), BN. Loc. 07,4,070, p. 98-99
[214] CARVALHO, José de Almeida de Vasconcelos de Soveral e. Carta Dirigida ao Dr. Provedor da Real Fazenda da Capitania das Minas de Goiás, nomeando o Diretor Geral dos Índios [15.11.1774]. In SOUZA, Thomaz de. Coleção de notícias da Capitania de Goiás, vindas às mãos de particulares assim por diários e cartas, como por cópias de papéis de ofício, e deduzidas por sua ordem (1772-1777) BN. Loc. 07,4,070, p.85-97
[215] Idem.
[216] Carta do governador e capitão general José de Almeida Vasconcelos de Soveral e Carvalho ao Provedor da Real Fazenda Joaquim José Freire d´ Andrade. [15.11.1774]. RJ: *RIHGB*, 1918, p. 105.
[217] SOUZA, Thomaz de. Continuação das noticias subsequentes a Visita Geral da Capitania [25.04.1775 (?)]. In SOUZA, Thomaz de. Coleção de notícias da Capitania de Goiás, vindas às mãos de particulares assim por diários e cartas, como por cópias de papéis de ofício, e deduzidas por sua ordem (1772-1777) Vila Boa de Goiás. BN. Loc. 07,4,070, p. 64-75.
[218] Idem.
[219] OFÍCIO do ex-governador de Goiás, [Barão de Mossâmedes], José de Almeida Vasconcelos de [Soveral e Carvalho], ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, sobre as confirmações das patentes dos oficiais citados na instrução que deixou ao governo interino, acerca do estado das Companhias de Ordenanças e Pedestres de Goiás; os postos que se encontram vagos nas ditas Companhias, e solicitando que se passem os avisos necessários para o propósito da Congregação do Oratório de Viseu tomar conta dos índios vindos do Brasil para serem educados [02.01.1779]. *AHU_ACL_CU_008, Cx. 31, D. 1959*
[220] Idem.

“um estabelecimento regular, e permanente, que invejassem todos os índios silvestres, que de visita saíssem a povoado, servindo como de universidade aos que quisessem aldear-se” [221].

O termo universidade chama atenção, pois a única universidade que havia em terras portuguesas era a de Coimbra, logo pelos indícios o termo tende a significar mais um espaço de formação dos indígenas em ofícios. Essa declaração fica mais clara quando afirma que “por me parecer indispensável na vizinhança desta Vila, fazer um estabelecimento que sirva de modelo a todos, e lhes incitasse a indústria, sendo ao mesmo tempo Seminário dos Artífices”[222]. Desde o principio do aldeamento Mossâmedes “tem mandado ensinar as índias a fiar, e tecer algodão, e os maridos se empregam em lavouras, e os mais ágeis em ofícios necessários a aldeia”[223].

Como ação para receber os *gentios*, em concordância ao artigo 15 do Diretório dos Índios [224], no qual prevê que os aldeados devem usar roupas para cobrir a nudez, mandou comprar no Arraial de Meia Ponte “muitos rolos de algodão e os mandou para a Vila para que o dito pano se fizesse camisas para os homens e mulheres saias e bombachas para se vestissem aqueles pobres até ali abertos a seu próprio pêlo”[225] Os panos foram distribuídos “pelos casais das melhores famílias desta Vila a proporção das costureiras que tinham”, as saias foram tingidas de amarelo[226]. O Diretório dos Índios denotava a nudez como oriundo da rusticidade e que os aldeados deveriam por meios próprios adquirirem suas roupas, entretanto

---

[221] OFÍCIO do ex-governador de Goiás, [Barão de Mossâmedes], José de Almeida Vasconcelos de [Soveral e Carvalho], ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, sobre as confirmações das patentes dos oficiais citados na instrução que deixou ao governo interino, acerca do estado das Companhias de Ordenanças e Pedestres de Goiás; os postos que se encontram vagos nas ditas Companhias, e solicitando que se passem os avisos necessários para o propósito da Congregação do Oratório de Viseu tomar conta dos índios vindos do Brasil para serem educados [02.01.1779]. *AHU_ACL_CU_008, Cx. 31, D. 1959*.

[222] CARVALHO, José de Almeida Vasconcelos de Soveral e. Ao mesmo Ex.mo Sr., dando S. Ex.a conta da construção do Edifício da Aldeia de São José de Mossâmedes [20.09.1776]. Livro de Ofícios dirigidas a Corte de Lisboa (..) [1771-1777]. AHU_ACL_CU - Cod. 1655, p.70v-71.

[223] SOUZA, Thomaz de. Continuação das noticias subsequentes a Visita Geral da Capitania [25.04.1775 (?)]. In SOUZA, Thomaz de. Coleção de notícias da Capitania de Goiás, vindas às mãos de particulares assim por diários e cartas, como por cópias de papéis de ofício, e deduzidas por sua ordem (1772-1777) Vila Boa de Goiás. BN. Loc. 07,4,070, p. 64-75.

[224] FURTADO, Francisco Xavier de Mendonça. *Diretório, que se deve observar nas Povoações das Índias do Pará, e Maranhão em quanto Sua Majestade não mandar o contrário*. Lisboa: Oficina de Miguel Rodrigues, 1757.

[225] SOUZA, Thomaz de. Continuação das noticias subsequentes a Visita Geral da Capitania [25.04.1775 (?)]. In SOUZA, Thomaz de. Coleção de notícias da Capitania de Goiás, vindas às mãos de particulares assim por diários e cartas, como por cópias de papéis de ofício, e deduzidas por sua ordem (1772-1777) Vila Boa de Goiás. BN. Loc. 07,4,070, p. 64-75.

[226] Idem.

ressaltava que não se deveriam permitir por maneira algum andassem nus[227], o que originou a compra de tecidos e o pedido do governador aos moradores que fizessem roupas.

A distinção pela roupa pode ser percebida no ritual de "beija mãos", que Mossâmedes organizou no momento que aldeou os Akroâ em São José de Mossâmedes. Primeiro mandaram vestir os *gentios* no dia 20 de novembro de 1774, fora da Vila de Boa, depois os recebeu no dia posterior na Residência do Governador, junto à "Nobreza Militar, e popular"[228]. Aparentemente, as ruas estavam ocupadas por moradores curiosos, "e as casas, donde se podiam ver os índios cheias de mulheres"[229]. Segundo Mossâmedes, ele foi testemunha de ver "muitas pessoas, que com as mãos levantadas aos céus louvando a Deus choravam de gosto, e diziam feliz Governo e muito tempo vemos criaturas tão feras humilhando-se tanto a quem os governa" [230].

Mossâmedes recebeu os Akroâ com toda a pompa possível, com um rito que se dividia entre uma apresentação deles aos "homens bons" locais e, em um segundo momento, ao clero. Na recepção os oficiais e "nobreza" local seguiam o principio que relaciona status e roupa, com o governador como parâmetro, o qual se vestiu de "riquíssima farda". O objetivo do governador era impressionar os *gentios*, pois "faça impressão a grandeza do lugar que ocupo, quase incomparável distancia que dessa vai ao REI, o Senhor, donde emana todo o poder, toda a jurisdição, e toda a autoridade, para que essa prevenção se contenha no respeito, na obediência, que com maior cuidado devemos dedicar-lhes"[231].

Juntou toda a dita nobreza no local "na forma do que se prática em dia de beija mão", fazendo-os se organizarem na sala em duas alas, entre elas entraram os *gentios*. O primeiro a entrar foi o *maioral*, ele se ajoelhou e "beijou a mão, e o mesmo Senhor lhe disse por um *língua*, que em nome de Sua Majestade o faria Capitão daquela Gente, e que para se conhecesse a sua autoridade lhe dava aquele bastão, que tinha ali pronto"[232]. Todos os Akroâ

---

[227] FURTADO, Francisco Xavier de Mendonça. *Diretório, que se deve observar nas Povoações das Índias do Pará, e Maranhão em quanto Sua Majestade não mandar o contrário*. Lisboa: Oficina de Miguel Rodrigues, 1757.

[228] SOUZA, Thomaz de. Continuação das noticias subsequentes a Visita Geral da Capitania [25.04.1775 (?)]. In SOUZA, Thomaz de. Coleção de notícias da Capitania de Goiás, vindas às mãos de particulares assim por diários e cartas, como por cópias de papéis de ofício, e deduzidas por sua ordem (1772-1777) Vila Boa de Goiás. BN. Loc. 07,4,070, p. 64-75.

[229] Idem.

[230] Idem.

[231] OFÍCIO do [governador e capitão-general de Goiás, Barão de Mossâmedes], José de Almeida Vasconcelos [de Soveral e Carvalho], ao [secretário de estado dos Negócios Estrangeiros], marquês de Pombal, [Sebastião José de Carvalho e Melo], sobre a nomeação do intendente [Joaquim José Freire de Andrade] para diretor dos índios, e acerca de um incidente com os índios Xacriabás onde procurou persuadi-los ao aldeamento e à consequente cristianização [02.07.1775]. *AHU_ACL_CU_008, Cx. 28, D. 1820*

[232] SOUZA, Thomaz de. Continuação das noticias subsequentes a Visita Geral da Capitania [25.04.1775 (?)]. In SOUZA, Thomaz de. Coleção de notícias da Capitania de Goiás, vindas às mãos de particulares assim por

adultos se ajoelharam e beijaram a mão do governador, primeiro os homens e depois as mulheres, sendo que prometeu os governar com "amor, caridade e justiça"[233]. O bastão era um artefato que na sociedade portuguesa denotava poder demandado pelo Rei, juízes de fora e capitães recebiam e carregavam bastões.

O próximo passo foi a submissão ao poder espiritual, o governador e sua corte, junto aos Akroá, foram à Igreja "onde os recebeu o vigário, e todo o clero com um bem entoado *Te Deum Laudamus*; findo este, se disse Missa se batizaram dois Inocentes dos mesmos Índios, do que assistiram todos, e S.Exc. foi padrinho de ambos, e se recolheu ao Palácio ficando os índios na praça"[234]. O canto do *Te Deum Laudamos* (A vós, ó Deus, louvamos) era um louvor invocando a misericórdia e glória do Deus católico (BASTOS, 2011, p.11), mas também representava aos colonizadores presentes o júbilo quanto à vitória do descimento dos temidos Akroá. O canto dos religiosos era uma evocação ao sagrado e a igreja o espaço ritual. Segundo Thomaz de Souza o *maioral* mandou os índios homens e mulheres que festejassem a S. Exc. dançando e cantando.

> Logo fizeram um perfeito circulo meio formado de homens, e meio de mulheres, e alguns rapazes no Centro. Levantaram todos ao mesmo tempo vozes muito desconcertadas com movimento de todo o corpo a pé firme, tocando vários canzaes(?) e chocalhos se conservaram algum tempo neste destoante festejo [235]

Esse "destoante festejo" provavelmente era uma fragmento de um ritual[236] Akroá. A dança e a música foi um ato de reciprocidade política quanto ao realizado pelos ocidentais com o *Te Deum Laudamus*. O lugar próprio para a dança e música para os indígenas era como parte da expressão ritual, no qual era espaço integrador de discursos, que amalgamavam diferentes expressões, movimentos e sonoridades. Nos rituais as músicas eram somadas ao grafismo das pinturas corporais e dos adereços, que se complementavam com as ações corológicas advindas da dança e teatralização dos gestos (BASTOS, 2007, p.297-298). A

diários e cartas, como por cópias de papéis de ofício, e deduzidas por sua ordem (1772-1777) Vila Boa de Goiás. BN. Loc. 07,4,070, p. 64-75.

[233] Idem.

[234] Idem.

[235] Idem.

[236] Entende-se ritualização como o conjunto organizado de procedimentos gestuais, espaciais, gráficos e verbais que expressam e objetivam o campo simbólico da aldeia, a partir de categorias fundamentais e dinâmicas oriundas da cultura indígena e de agentes especializados. Os rituais eram momentos de passagem, calendário social e agrícola, vias de comunicação com o sagrado, potencializam o senso comunitário e solidário, afirmam igualdades e diferenças sociais entre os que vivenciavam (CASTRO, p. 1986, p.45).

música, a dança e a pintura corporal tinham relação com o sagrado, pois eram atos de afirmação do cosmos diante do caos, uma tradução dos nexos que compõem um ideal de organização social, reafirmando hierarquias, um ato de rememoração, identificação e imaginário.

Como ato final do ritual de beija mãos, a Companhia de Pardos Forros que naquela manhã recebeu os *gentios* na frente da Praça junto à Matriz, recolheu os Akroâ, a som de "caixas, flautas e rebecas"[237]. Foram aquartelados em uma chácara próxima da vila.

Da maneira semelhante que tinha feito aos Xacriabá aldeados em Santa Anna do Rio das Velhas, Mossâmedes distribuiu enxovais às índias Akroá que quisessem casar. Mandou o vigário oferecer dotes, deu enxovais e dinheiro a todos os casais formados, sobrando poucas mulheres solteiras[238]. As indígenas talvez tenham sido casadas com outros Akroá, mas não se descarta que poderiam ter sido com índios aldeados de outras aldeias e nações, assim como homes livres, soldados e moradores.

A aplicação do Diretório dos Índios intervinha na maneira como os *gentios* formavam famílias, pois proibia do uso de casas plurifamiliares, em prol de casas unifamiliares ocidentais, com divisões internas e destinadas a casais compostos por uma mulher e um homem [239]. Esse item era parte do objetivo de combater a poligamia. A mentalidade portuguesa era que os *gentios* deveriam aprender a sentir vergonha e uma maneira seria separar as famílias e "refutar maior relaxação nos vícios, sendo talvez o exercício deles, especialmente o de torpeza, os primeiros elementos que os pais educação seus filhos" (idem). Torpeza que viria deles viverem em famílias extensas e às vezes mais de uma família em uma só casa e serem poligâmicos, o que iria a contraposição aos "bons costumes portugueses". .

Parte do dote dado aos Xacriabá e Akroâ consistiu em dinheiro. As duas nações *gentios* já tinham sido aldeadas antes, mas provavelmente poucos sabiam lidar com dinheiro. A intencionalidade do governador, talvez, era adular com dinheiro para promover a civilidade pelo comércio e combater a ociosidade pela promoção da ambição, como era objetivo da normativa do Diretório dos Índios.

---

[237] SOUZA, Thomaz de. Continuação das noticias subsequentes a Visita Geral da Capitania [25.04.1775 (?)]. In SOUZA, Thomaz de. Coleção de notícias da Capitania de Goiás, vindas às mãos de particulares assim por diários e cartas, como por cópias de papéis de ofício, e deduzidas por sua ordem (1772-1777) Vila Boa de Goiás. BN. Loc. 07,4,070, p. 64-75.

[238] Idem.

[239] FURTADO, Francisco Xavier de Mendonça. *Diretório, que se deve observar nas Povoações das Índias do Pará, e Maranhão em quanto Sua Majestade não mandar o contrário*. Lisboa: Oficina de Miguel Rodrigues, 1757. Artigo 12

Os Akroá, por fim, foram levados ao local do aldeamento, onde os esperava uma roça plantada a custo do governador e espaço para construírem suas casas. Dois meses depois foi descoberta uma tentativa de matar os soldados, segundo o governador "sem outros motivos, que mais a sua maldade"[240]. Segundo o capitão Thomaz da Costa

> Descoberta a conjuração foram presos os cabeças, sendo o principal o cacique, e entregue a justiça, foram pronunciado na devassa quatro, e os mais soltos. Os pronunciados foram sentenciados a forca pelos vogais da Junta da Justiça com o parecer de S. Ex.cia como Presidente, que é dela, e sendo enforcados se lhes cortaram as cabeças, que se puseram em altos postes circundados a Aldeia, só com a fortuna de se batizarem antes de serem justiçados. [241]

A tal revolta que não se efetivou foi denunciada por um índio, que, como prêmio passou a ser cabo. A dura reação do governador "os pôs em total obediência"[242]. Tem-se hipótese nessa tese que na prática os aldeados eram, de maneira geral, tratados por um método de adulação quando fazem atos em favor dos colonizadores e com castigos exemplares quando agem contra, criam resistência ou não colaboram com os colonizadores.

Os Akroâ passaram a ser catequisados no aldeamento São José de Mossâmedes, em 23 de abril de 1775, o ouvidor ajustou casamentos entre eles. No dia seguinte, mercadores convidados se reuniram para batizarem e apadrinharem o casamento dos *gentios*. Os tais mercadores poderiam ser os membros da Irmandade dos Mercadores, responsáveis pela igreja de Nossa Senhora da Lapa, a qual só permitia membros portugueses.

O ouvidor mandou dar um enxoval para cada mulher Akroâ que quisesse se casar. Ele afirmou que os mercadores vestiram as mulheres e se não os "mandasse advertir vestiam as Índias de sedas, e sentindo serem quartados as vestiram de durantes, e baetas de alegres cores com muitas fitas, miçangas, coifas, e outros ornamentos, que as faziam alegres, e vistosas; e S. Ex.cia acudiu com alguma coisa, que faltava aos maridos"[243]. Os mercadores se tornavam padrinhos de batismo e de casamento dos índios, estabelecendo uma relação de compadrio que assumia determinadas características nesse contexto social.

---

[240] SOUZA, Thomaz de. Continuação das noticias subsequentes a Visita Geral da Capitania [25.04.1775 (?)]. In SOUZA, Thomaz de. Coleção de notícias da Capitania de Goiás, vindas às mãos de particulares assim por diários e cartas, como por cópias de papéis de ofício, e deduzidas por sua ordem (1772-1777) Vila Boa de Goiás. BN. Loc. 07,4,070, p. 64-75.
[241] Idem.
[242] Idem.
[243] Idem.

O sacramento do batismo além de purgar o pecado original, representava para a Igreja uma relação espiritual entre o padrinho e o batizado. Para se casar era preciso ser batizado. O compadrio oriundo do batismo e o apadrinhamento no casamento simbolizava "vínculo não do corpo, ou da carne, ou da vontade humana enquanto expressa na lei civil; ele representa, ao contrário, associação ou solidariedade, através da comunhão de 'substância espiritual'" (GUDEMAN; SCHWARTZ, 1988 p.41). Na prática "uma dimensão peculiar do compadrio é que é produzido na Igreja entre indivíduos que o carregam para fora da instituição formal" (idem, p. 37). Uma questão é por que Mossâmedes escolheu esses padrinhos mercadores, por que não soldados, mineradores, fazendeiros, padres etc.?

Stephen Gudeman e Stuart Schwartz afirmaram que entre os escravos na Bahia do século XVII, os donos, no geral, não eram os padrinhos (idem, p. 41). John Monteiro afirmou que na Capitania de São Paulo do século XVII, os cativos de guerra também não eram apadrinhados pelos seus "donos", "os senhores evitavam criar laços de igualdade ou de solidariedade com seus escravos [indígenas] adultos" (1994, p.161).

John Monteiro cita que "na relação entre padrinhos brancos e pais índios, os laços de compadrio fortaleciam a relação de dominação entre senhores e escravos" (idem, p.163). Nos aldeamentos pombalinos era intenção da Coroa fortalecer os laços entre afilhados e padrinhos, por se entender que os padrinhos iriam contribuir com a civilização dos *gentios* pelo trabalho e pagar jornais à Coroa.

No dia 24 de abril de 1775, "se ajuntou em Palácio toda a corte goiana, e a Igreja e matriz se ornou o mais que pode ser" [244] para o casamento dos índios, eles vieram "desvanecidos do seu antigo traje chegaram à presença de S. Ex.cia e lhe beijaram a mão" [245]. Depois se encaminharam junto a ele e a nobreza militar para a Igreja, houve os batismos, rezou-se missa. Pelas três horas dessa tarde os casais (já batizados) foram separados em duas colunas, "cada marido trazia sua mulher futura a direita, pegando com esta na mão esquerda da mulher, sendo o primeiro casal, ou testa da coluna o novo cabo, que S. Ex.cia fez depois da desgraça do cacique" [246].

Ao fim de seu governo em 1778, Mossâmedes deixou instruções para se conservar, em São José de Mossâmedes, o alferes de Dragões Manoel de Azevedo Souza como responsável

---

[244] SOUZA, Thomaz de. Continuação das noticias subsequentes a Visita Geral da Capitania [25.04.1775 (?)]. In SOUZA, Thomaz de. Coleção de notícias da Capitania de Goiás, vindas às mãos de particulares assim por diários e cartas, como por cópias de papéis de ofício, e deduzidas por sua ordem (1772-1777) Vila Boa de Goiás. BN. Loc. 07,4,070, p. 64-75.
[245] Idem.
[246] Idem.

pelas obras. O diretor Izidoro Rodrigues da Silva "pelo que pertence ao econômico dos frutos, e educação dos habitantes"[247] e dois soldados dragões, empregados como feitores, sendo o das roças Domingos Gomes Albernaz, enquanto na fazenda de gado Jozé Gomes da Fonseca. Os três nomeados, o diretor e os dois soldados, iriam receber em concordância com o Diretório dos Índios no artigo 34 a sexta parte do rendimento líquido do aldeamento[248].

O Diretório dos Índios indicava que parte do rendimento do aldeamento viria dos moradores e seria pago pelo jornal[249] cobrado pelo trabalho dos índios. O pagamento do jornal deveria ser entregue ao diretor pelo contratante, quando retirasse o índio do aldeamento e levasse para o trabalho (artigo 68). Um terço seria administrado pelo diretor e dois terços mantidos em um cofre em fiança, caso o índio fugisse ressarcir a Coroa (artigo 69). O tempo que um morador poderia ficar com o índio empregado era no máximo de seis meses (artigo 70). No caso do contratante não o devolver o índio, ou fugindo, o morador perde os dois terços do pagamento.

A normativa apontava a obrigatoriedade de licença do governador para um morador retirar um trabalhador. O morador de má fé poderia ficar com o índio como administrado, e só pagar dois terços do jornal, em conivência ou não com os administradores. Um dos prováveis motivos do esvaziamento de todos os aldeamentos e a necessidade de novos descimentos era o fato de moradores não devolverem os aldeados (artigo 67)[250].

A Coroa lucraria com os impostos, o Diretório dos Índios afirmava que se pagaria dízimo sobre tudo que vender e que comprar (artigo 27). Já o artigo trinta e três afirmava que o diretor ficaria com a sexta parte do dízimo de itens comestíveis, ou não, que os índios vendessem. Segundo essa normativa, o diretor seria aquele que regula o comércio, como intermediário devido o desinteresse e ignorância dos índios, e o conhecimento e ambição dos moradores. Os aldeados não poderiam comercializar sem o aval do Diretor (artigo 39) e não poderiam fazer escambo por cachaça (artigo 40)[251].

---

[247] OFÍCIO do ex-governador de Goiás, [Barão de Mossâmedes], José de Almeida Vasconcelos de [Soveral e Carvalho], ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, sobre as confirmações das patentes dos oficiais citados na instrução que deixou ao governo interino, acerca do estado das Companhias de Ordenanças e Pedestres de Goiás; os postos que se encontram vagos nas ditas Companhias, e solicitando que se passem os avisos necessários para o propósito da Congregação do Oratório de Viseu tomar conta dos índios vindos do Brasil para serem educados [02.01.1779]. *AHU_ACL_CU_008, Cx. 31, D. 1959***,** p.11

[248] Idem.

[249] Jornal era nome do regime de trabalho no qual o trabalhador era contratado por empreita, ou seja, negocia-se um valor fechado pelo trabalho finalizado, ao invés de se pagar por diárias.

[250] FURTADO, Francisco Xavier de Mendonça. *Diretório, que se deve observar nas Povoações das Índias do Pará, e Maranhão em quanto Sua Majestade não mandar o contrário*. Lisboa: Oficina de Miguel Rodrigues, 1757.

[251] SOUZA, Thomaz de. Continuação das noticias subsequentes a Visita Geral da Capitania [25.04.1775 (?)]. In SOUZA, Thomaz de. Coleção de notícias da Capitania de Goiás, vindas às mãos de particulares assim por

Como exemplo da aplicação do trabalho dos índios pelos colonizadores, ficou responsável o soldado Dragão Miguel de Arruda em relação à organização do aldeamento Santa Anna do Rio das Velhas (Bororo, Kayapó e Xacriabá). Deveria "(..) inspirando-lhes a louvável ambição de negociar com os tropeiros, recebendo destes o sal, e as drogas necessárias para o vestuário, em troco de mantimentos, e das criações que lhes vendem" [252].

Em suma, nesse capítulo se investigou os contatos entre Akroâ e colonizadores, percebidos como conturbados e violentos, em Goiás do século XVIII. O sertanista Antônio Gomes Leite nas décadas 1730 a 1750 fez bandeiras na tentativa de *desinfestar os sertões* e aldear os Akroâ. O aldeamento que organizou não perdurou devido a acusações de feitiçaria e falta de apoio dos moradores. Entre 1751 a 1757, os Akroâ foram aldeados por Wenceslau Gomes da Silva e cinco jesuítas na Missão São Francisco Xavier. Houve conflito entre *maiorais* Akroâ, um grupo com inclinações católicas, enquanto o outro comandado por um pajé, ou xaramatuê grande. Novamente, acusações de feitiçaria e duas revoltas devido à violência, fome, doenças e mortes. Um terceiro aldeamento Akroâ foi fundado por Barão de Mossâmedes em 1775, dois meses depois houve revolta e morte dos líderes.

A análise das conflituosas relações coloniais nos aldeamentos Akroâ expôs as divergências e confluências entre pajés e missionários quanto às doenças e o sagrado; a importância dos *línguas* na negociação em guerra, catequização e organização da mão de obra; os conflitos entre jesuítas e sertanista; o desvio de ouro nos aldeamentos. A presença de Akroâ em aldeamentos fomentou o contato com práticas territoriais ocidentais, noções de civilidade, divisão de trabalho e relações parentais outras, como o compadrio.

---

diários e cartas, como por cópias de papéis de ofício, e deduzidas por sua ordem (1772-1777) Vila Boa de Goiás. BN. Loc. 07,4,070, p. 64-75.

[252] OFÍCIO do ex-governador de Goiás, [Barão de Mossâmedes], José de Almeida Vasconcelos de [Soveral e Carvalho], ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, sobre as confirmações das patentes dos oficiais citados na instrução que deixou ao governo interino, acerca do estado das Companhias de Ordenanças e Pedestres de Goiás; os postos que se encontram vagos nas ditas Companhias, e solicitando que se passem os avisos necessários para o propósito da Congregação do Oratório de Viseu tomar conta dos índios vindos do Brasil para serem educados [02.01.1779]. *AHU_ACL_CU_008, Cx. 31, D. 1959*

Quarto Capítulo.

As duas primeiras tentativas de aldeamento dos Iny da ilha do Bananal.

Levando em conta a noção de nação indígena que permeia o discurso colonial sobre bandeiras e aldeamentos, a presença colonial nos sertões dos Goiás era sentida desde o primeiro século da invasão portuguesa a América. Franceses foram os primeiros europeus a trilhar o rio Tocantins, pelo comando de Charles Des Vaux, estabeleceram feitorias e batizaram o rio com o nome de uma nação indígena local. Fundaram a vila de Cametá e chegaram à foz do Araguaia em 1613 (FURTADO, 2016, p.369).

A bacia dos rios Araguaia e Tocantins foi visitada por incursões desde o século XVI, como a expedição dos sertanistas Domingos Luís Grou e Antônio Macedo. Bandeira a qual foi provavelmente o primeiro grupo português a chegar ao vale do rio Paraupava (Araguaia) entre 1590-1593 (ANDRADE; BASTIANI, 2011, p.84-86). Nessa incursão se alcançou a nascente do rio Tocantins (FURTADO, 2016, p.371), provavelmente se trata da nascente do rio Maranhão. Uma segunda expedição comandada por Pedro Domingues em 1598-1600 teve contato com nação Carajaúna (TORAL, 1992, p.34), seguida da de Domingos Rodrigues, momento que aprisionou nativos da nação Guayá (1596-1600) (FERREIRA, 1960, p.192; QUINTELA, 2003, p.159).

Houve ainda nesse período a bandeiras de Sebastião Marinho (1600) e do sertanista André Fernandes (1613-1615), o qual chegou à cabeceira do Paraupava (SILVA, 2006, p. 52), e em seu caminho, encontrou sete aldeias da nação Caatinga (falantes do tupi) no interflúvio entre o rio Paraupava e o Labeberia (Tocantins) (GALUCIO, 2010, p.806), assim como teceu contato com Kayapó (TORAL, 1992, p.34). Já a bandeira de Martim Rodrigues e Belchior Carneiro cruzou o rio Paraupava, Labeberia e Xingu (entre 1607 e 1615) (TORAL, 1992, p.18; SILVA, 2006, p.52), sendo que esses tiveram contato com Carajaúnas (Iny) e Bilreiros (Kayapó do Sul, ou Paraniá) (TORAL, idem, p.34). John Monteiro afirmou que essa bandeira ocorreu em 1613 e que chegou a Ilha do Bananal e encontrou Carajaúnas (Iny) e Caatingas (tupi), a "região deixou impressão bastante favorável, sendo a partir daí contada como uma fonte inexaurível de mão de obra indígena" (MONTEIRO, 1994, p. 80).

Havia a predileção tanto dos jesuítas, quanto dos sertanistas, por *gentios* de cultura de tupi, seja pela "maior densidade demográfica, a facilidade de comunicação através da 'língua

geral', e a maior possibilidade de formar alianças" (MONTEIRO, 1994, p.52), além da ideia de que os tupis eram mais propensos a trabalho que tapuias. Logo, os rios Tocantins e Araguaia que desde o primeiro século de colonização receberam bandeiras e missões, eram conhecidos também pela presença de tupis.

Houve ainda as bandeiras de Lázaro da Costa (1615-1618), a de Antônio Pedroso de Alvarenga (1616-1618). Houve também a de Francisco Lopes Buenavides (1665-1666), de Manoel Correa aos Araéz em 1647, Antônio Soares Pais (1671) (PARENTE, apud SILVA, 2006, p. 53), Luiz Castanho de Almeida (1671), Francisco Ribeiro de Moraes e Francisco Lopes Bernardes, Bartolomeu Bueno da Silva, vulgo Anhanguera pai, aos Araéz em 1682, Antônio Pires de Campos em 1684 aos Karajá e Araéz (TORAL, idem, p. 34), dentre outros[253]. Em 1671, Sebastião Paes de Barros tinha "assentado casas "nas cabeceiras do Tocantins", onde encontraram minerais e abriram 'estradas para a Vila de São Paulo' para o transporte dos indígenas" (FURTADO, 2016, p.371-372).

O desejo por riquezas minerais é indicativo das motivações em torno das bandeiras percorrem tão longo percurso, mas não era único, nem o principal. Os *gentios* eram à base do projeto colonial português, pois a mudança para a escravidão negra foi paulatina e mais representativa a partir de fins do século XVII. Sem os nativos não era possível no século XVI e XVII, cultivar a terra e produzir gêneros de primeira necessidade para a sobrevivência dos colonos, extrair riquezas, defendê-la de nações indígenas e europeias hostis (PERRONE-MOISÉS, 1992, p.116).

Joaquim Silva e Souza, em seu relato sobre o ouro e início da povoação de Goiás pelos colonizadores, esclarece que desde há muito tempo a região era visitada por paulistas ávidos por cativos, que, a partir da justificativa da guerra justa, pilhavam e aprisionavam *gentios*. Ele afirmou sobre os primeiros sertanistas que trilharam a região dos Goiás

> Traspassavam os justos fins da lei, iludiam ou surpreendiam os selvagens, e depois os cativos, com manha ou a força, os conduziam, como em triunfo, as povoações vizinhas do mar, aonde ou os vendiam, ou os empregavam no cultivo das terras e todos os ministérios servis, havendo casa em S. Paulo que chegou a contar 600 e ainda mais d´estes miseráveis escravos (SILVA E SOUSA, 1872, p. 431-432)

[253] Tem-se a hipótese que o número de bandeiras a Goiás foi maior do que foi possível inferir na bibliografia consultada e documentação disponível. Houve bandeiras e outras incursões de menores proporções que agiam na clandestinidade, como as feitas por pombeiros, com fim de capturar cativos e prospectar ouro, as quais não deixaram indícios escritos.

O rio Tocantins ganhou a fama de ser um dos rios mais ricos em ouro, enquanto o rio Araguaia que deságua nele, era conhecido como rio da Saúde, por prevenir e curar doenças (SOUTHEY, 1862, p.346). O vale formado por esses dois rios era trilhado também por missionários, que partiam do Pará e adentravam o rio Tocantins para formar suas missões, cujo objetivo ideológico era catequização, mas realizavam também a distribuição de *gentios* para moradores e fazendeiros (KARASCH, 2009, p.398). Os missionários tinham preferência por nativos falantes do tupi, percorriam o rio Tocantins e Araguaia visitando potenciais aldeias para serem aldeadas. Não se sabe quantas foram as incursões dos jesuítas a essa região, mas se pode afirmar a partir de José Martins Alencastre que houve uma incursão de jesuítas em 1625 e era comandada pelo jesuíta Christovão de Lisboa (1864, p.23).

Alguns anos depois, em Carta ao Rei (1655), o jesuíta Antônio Vieira atendeu ao pedido de relatar "do que sucedia nesta Cristandade" (VIEIRA, 1735, p.93). Em dado momento, sem dizer de qual nação se trata, aponta que havia duas aldeias de índios na região conhecida como Gurupi, região "que é outra capitania site entre o Maranhão e Pará" (Idem, p.94). Em outro momento relata que os Índios da nação Caatingas, nome da mesma nação que teve contato com a bandeira de André Fernandes (1613-1615), tiveram a visita de dois missionários, talvez um deles fosse Christovão Lisboa (ALENCASTRE, 1864, p.23), que junto a um cirurgião

> (..) trouxeram os Principais[254], ou Cabeças de duas delas, persuadindo que também seguisse, e se quisessem descer a ser vassalos de V. Majestade (..) uma dessas nações é a dos Catingas, que sempre foram inimigos dos Portugueses (..) mas já ficam de paz, assim conosco, como com outra nação também amiga, com que traziam guerra. Demais dessas trouxeram os Padres notícias de outras nações que habitam por todo aquele Rio do Tocantins, muitas das quais falam a língua geral, e se espera que com pouco dificuldade se reduzam a nossa Santa Fé (VIEIRA, 1735, p. 99).

Os sertanistas e missionários tinham predileção por *gentios* tupi-guarani, o que levava essas populações a serem mais procuradas do que outras formações socioculturais. Essas populações sofriam o impacto das bandeiras e missões que causavam grande morticínio nas aldeias pelo sequestro, aprisionamento e cativeiro, disseminação de doenças epidêmicas, pelo

---

[254] No Grão-Pará e Maranhão os líderes indígenas eram chamados comumente de *principal*, enquanto na capitania de São Paulo eram *cacique*, em Goiás eram chamados de *maioral*.

consumo não autorizado das roças e das reservas de caça e pesca, pelos ataques furtivos que matavam qualquer um que oferecesse resistência.

Era contado nos textos de história de Goiás, a partir da leitura do cronista Silva e Souza (1812), como a primeira bandeira à região a organizada pelo jesuíta Manoel Correa em 1647[255], que descobriu algum ouro e aprisionou Araéz (Bororo) e depois os Goyá (tupi) (SILVA E SOUSA, 1872, p.431).

Segundo José Martins Alencastre, o jesuíta fez grande aprisionamento de *gentios* que os vendeu em São Paulo, descobriu pouco ouro na região de Araéz, que apesar disso ecoou como um mito como sendo área de grande riqueza mineral (ALENCASTRE, 1864, p.26). Esse mito sertanista sobre as riquezas do território da nação Araéz vai impulsionar em todo o século XVIII, incursões para as terras dos indígenas Iny e Tupi, moradores do vale do rio Araguaia.

O texto que segue está dividido em duas partes. A primeira discute a primeira bandeira do século XVIII a Ilha do Bananal. Discorre-se sobre uma incursão que saiu de Belém do Pará em 1721, via rio Tocantins até à Ilha do Bananal e seu entorno em 1722, logo antes de ser instaurada a ocupação colonial que teve como marco a descoberta do ouro em 1726. Essa bandeira foi conduzida por dois grupos, um com o comando de um jesuíta e outro de sertanista. Esses dois grupos se juntaram e seguiram de Belém do Pará, pelo rio Tocantins, até o rio Taquanhunas (afluente do rio Araguaia) para descer os *gentios* da nação Taquanhunas, que tinham supostamente solicitado o aldeamento. Analisa-se a trajetória dessa bandeira para se discutir a composição das nações indígenas encontradas, a relação jesuítas e pajés, a presença de *línguas* na intermediação e os interesses de *gentios*, jesuítas e sertanistas no contato.

Em seguida, é analisada outra tentativa de aldeamento realizado entre os indígenas da Ilha do Bananal e rio Araguaia, organizada pelo governador Conde dos Arcos a partir de uma bandeira promovida pelo sertanista Antônio Pires de Campos na década de 1750, que na tentativa de escravizar os indígenas Tapirapé (Apyãwa; tupi), culminou com o descimento dos Curumarê (Iny).

[255] José Alencastre se embasou no texto de Antunes Frota para afirmar que, ao contrário do afirmado por outros cronistas, Manoel Correa chegou às terras dos *gentios* Araéz em 1719 (Southey afirma 1738, Pizarro anterior a 1670) e que levou “grande presa” para ser vendido em São Paulo e que somente conseguiu extrair 10 oitavas de ouro, que fez uma Coroa para Nossa Senhora do Pillar da Vila de Sorocaba. Sua expedição chamou atenção e a região da nação Araéz, que ficou demarcada no imaginário dos sertanistas como local de grandes riquezas (1864, p.25).

A bandeira a ilha do Bananal (1721): missionários e pajés: epidemias, fome e morte.

O governador Bernardo Pereira de Barreto e Castro (1718-1722) enviou de Belém do Pará uma incursão comandada pelo cabo de bandeira Domingos Portilho de Mello, junto ao jesuíta Jeronimo da Gama[256], em busca de ouro e de abrandar a "penúria de índios domésticos"[257] do Vice-Reino do Maranhão e Grão-Pará. Essa bandeira se uniu a outra que estava seguindo o mesmo percurso, promovida por um jesuíta, ambas subiram juntas o rio Tocantins a caminho da Ilha do Bananal.

O jesuíta se chamava Manoel da Motta, que pretendia aldear *gentios* Taquanhunas que fizeram um pedido para serem aldeados em 1720. Aparentemente, esses *gentios* "aportaram neste Pará pedindo socorro contra certos inimigos, prometendo de se reduzir-se ao grêmio da Igreja e vassalagem de S. Maj., porém isto ao depois de serem vingados"[258].

Além da motivação da vingança, as aldeias de maneira geral, procuravam os colonizadores para serem aldeados em busca dos recursos que estavam escassos nas aldeias, como alimentos, drogas medicinais e objetos de metal. Assim como devido as constantes guerras e epidemias. O acesso aos recursos dos portugueses era em certa medida uma tentativa pelos indígenas de angariar qualidade de vida e assim criar um contexto favorável para a manutenção das suas práticas sociais, possibilitando reprodução social do grupo.

Em algumas bandeiras alguns elementos são constantes, aparentemente as populações indígenas encontradas estavam desoladas por guerras, guerras às quais eram acompanhadas por epidemias e fome. Havia também casos em que as epidemias que ocasionaram a guerra, devido às doenças serem interpretadas a partir de acusações de feitiçaria e pela luta pelo domínio das roças. Com as guerras e a população doente não consegue plantar, logo, disputava-se o domínio das roças alheias, das áreas de caça e pesca, as quais eram fundamentais para combater um terceiro mal, a fome. As guerras, epidemias e fome traziam a morte.

Em meio ao caos das epidemias, guerras e fome surgiam bandeiras, compostos por índios, soldados, sertanistas e missionários; que muitas vezes ofereciam assistência medicinal, conhecimento de cura e alimentação. Além disso, dão e trocam ferramentas de metal, missangas, tecidos, alimento, drogas medicinais e bagatelas diversas.

[256] AME. Breve relação da entrada que o R. P. Manoel da Motta da Companhia de Jesus fez pelos Rios Tocantins e Taquanhunas na era de 1721(?) pª 1722, sucessos que teve gentes que desceu e deixou praticadas. As quais foram ao depois glorioso emprego dos trabalhos que com suas padeceu o R.P. Missionário Marcos Ant. Arnolssini. *Códice CXV/2-11*, p.333.
[257] Idem, p.331
[258] Idem, p.333.

Na busca por formar tropa para fazer descimento o jesuíta Manoel da Motta se preparou fazendo embarcações e "procurando os mais aprestos necessários como são mimos da todas as castas, que para com estes bárbaros sustiver a melhor prática"[259]. Com os mimos procurou convencer um "avalizado" Principal, o qual não estava interessado nos presentes e na oratória do missionário, até que

> (...) que sucedeu que tendo em certa ocasião o P. na canoa o tal índio o foi a visitar e vendo o caro uma faca o cobiçou e dando-lhe o Padre liberalmente o Tapuia não obstante o ter recebida outra, estimou tanto esta ação que logo respondeu – já que tu sem repugnância me da esta faca eu te prometo de te acompanhar com todos os meus vassalos[260].

Uma das principais características das relações de contato era a constante realização de trocas, característica fundamental a ser levada em conta nas relações entre indígenas e ocidentais (ALMEIDA, 2013, p.56). Assim como os colonizadores cobiçavam o ouro, adentrando os mais inóspitos sertões em busca de descobertos de ouro, os *gentios* cobiçavam as ferramentas e armas de ferro. Fato que fazia se aproximarem dos ocidentais, apesar do perigo de se tornarem cativos, ou mortos O índio principal em questão, aceitou organizar o corpo de guerreiros para suprir a incursão. Além dele, o jesuíta conseguiu convencer outro índio principal tapuia a fazerem a incursão, "levando cinco canoas possantes e uma pequena 18 índios de arco e remo toda a gente escolhida e entre dois abalizados principais"[261] (um deles se chamava Mandaguaçu), que junto a mais quatro soldados formavam o corpo da bandeira.

Em determinado momento, quando ambas as incursões se encontraram na cachoeira de Itaboca (Pedra Rachada) no rio Tocantins, o jesuíta Jeronimo da Gama que estava na tropa de Domingos Portilho adoeceu, fazendo com que o cabo da tropa não permitisse que a outra incursão do jesuíta Manoel da Motta partisse[262]. O padre conseguiu convencer o sertanista ao menos permitir que enviasse "canoa ao Principal dos Taquanhonas certificando-o da entrada

---

[259] AME. Breve relação da entrada que o R. P. Manoel da Motta da Companhia de Jesus fez pelos Rios Tocantins e Taquanhunas na era de 1721(?) pª 1722, sucessos que teve gentes que desceu e deixou praticadas. As quais foram ao depois glorioso emprego dos trabalhos que com suas padeceu o R.P. Missionário Marcos Ant. Arnolssini. *Códice CXV/2-11*, p.333.
[260] Idem.
[261] Idem, p.333v.
[262] Idem, p.335-335v

que pretendia fazer por aquele rio a busca-lo com as suas gentes, para cujo efeito lhe pedia mandasse alguns guias espera-lo a boca do rio, que o levassem as suas terras"[263].

Chegando ao rio da Saúde (Araguaia) pretendia encontrar além dos Taquanhonas, cinco aldeias dos Tamecoarí que acreditava morar no entorno do rio. Segundo o missionário "chama-se este rio na língua geral dos índios e pajé, e os portugueses Rio da Saúde (que que dizer o mesmo) pelos milagres que conseguem tudo que se lava"[264]. A capacidade curativa do suposto rio de águas milagrosas foi comprovada pelo padre Manoel da Motta, que observou que "não só em vários soldados que por meio desta água quase milagrosa se livraram de vários achaques, mas no P. Jeronimo da Gama a quem os infligiu chamados manauranas [uma planta aquática] lhe tinham farto"[265].

Outro nome do Araguaia era rio Vermelho, que segundo o padre tem esse nome devido à cor vermelha de suas águas que "os naturais com muita propriedade lhe chamam Arari (que este é o seu próprio nome) aludindo a umas araras assim chamadas que tem a cor vermelha"[266]. Depois de quatro dias de viagem pelo rio avistam o principal Taquanhonas "chamado Guaniguera acompanhado dos mais avalizados da sua nação trazendo consigo juntamente mulher e filhos, que entre este *gentio* é o maior sinal de confiança que pode haver"[267].

O objetivo da expedição do jesuíta Manoel da Motta fica mais claro nesse momento quando se afirma que desejava "praticar e tirar do mato o *gentio* que achasse pelo rio Taquanhona entrar pelo rio Araguaia que fica pouco distante a praticar o inumerável *gentio* que o habita e especialmente os agigantados Carajás" [grifo nosso] [268]. Tendo de antemão interesse na grande população dos Karajá, o jesuíta já tinha se precavido com um *língua* experiente, falante de línguas indígenas presente no Araguaia, como o Inyrybê, de família de estirpe nobre dentro da sociedade Iny. Segundo o relato, o padre Manoel da Motta

> (..) pediu ao Governador e Capitão General do Estado um famoso velho chamado Marcos, o qual além sabe a maior parte das línguas do *gentio* que habita aquele Rio, era ele tio do Principal dos Carajás e levava consigo iam-se sobrinho, irmão do

[263] AME. Breve relação da entrada que o R. P. Manoel da Motta da Companhia de Jesus fez pelos Rios Tocantins e Taquanhunas na era de 1721(?) pª 1722, sucessos que teve gentes que desceu e deixou praticadas. As quais foram ao depois glorioso emprego dos trabalhos que com suas padeceu o R.P. Missionário Marcos Ant. Arnolssini. *Códice CXV/2-11*, p.335v
[264] Idem, p.336v
[265] Idem.
[266] Idem, p.337
[267] Idem.
[268] Idem, p.337v

> mesmo Principal, que poucos anos antes em companhia do mesmo Marcos tinha vindo à Tropa que por aquele rio entrou ao descobrimento de ouro da que foi cabo Diogo Pinto da Guá [grifo nosso][269].

Marcos e o seu sobrinho foram designados como intérpretes e práticos da incursão do jesuíta, e como eram os únicos *línguas*, foram disputados pela outra bandeira comandada pelo cabo Domingos Portilho. O cabo aprisionou os *línguas* e ameaçou enviar o jesuíta de volta se não concordasse, estava propenso a aprisionar alguns Taquanhonas para lhes servir de guia na prospecção de ouro, o que era contra os desígnios e acordos entre o jesuíta e os *gentios*[270].

As duas incursões passaram a andar juntas, devido à falta de outros *línguas*. Assim, subiram o rio Araguaia, chegaram ao local onde anos antes tinha estado um jesuíta chamado Manoel Nunhez, o qual fez o descimento dos chamados Poquis (eram tapuia), sendo que o piloto da incursão do padre Manoel da Motta, que o acompanhava desde o Pará, era dessa nação. Provavelmente, essa incursão foi a mesma comandada pelo cabo Diogo Pinto da Guá, que desceu também o *língua* Marcos e seu sobrinho (idem, p. 338v).

No seguir ao seu destino as incursões chegaram à aldeia dos Taquanhonas, no qual havia "pouco mais havia de 400 pessoas, sem entre elas se acharem um só velho ou uma velha, e crianças de peito apenas se achou uma, quase toda essa gente bravamente morreu"[271]. Apesar dos sertões do vale do Araguaia se situarem longe do litoral e dos domínios ocidentais, as doenças epidêmicas se espalhavam pelos núcleos populacionais pulverizados em pequenas aldeias que congregavam no geral apenas algumas centenas de pessoas.

Apesar da fragmentação havia entre as populações um dinâmico intercâmbio e contato entre as diferentes nações e aldeias. Seja na paz com o escambo de penas, tartarugas, peixes, cestos, raladores, canoas, adornos etc[272], com os casamentos interétnicos, com a circulação dos pajés, com o compartilhamento de áreas de caça e pesca. E na guerra, quando havia contato ocasionado pela luta, ou quando havia o aprisionamento de prisioneiros, havia intercâmbio e disseminação de doenças.

Os Taquanhonas que foram ao Pará, talvez, foram os que trouxeram a contaminação quando foram pedir ajuda contra seus inimigos. Ou, quem sabe a incursão anterior do

---

[269] AME. Breve relação da entrada que o R. P. Manoel da Motta da Companhia de Jesus fez pelos Rios Tocantins e Taquanhunas na era de 1721(?) pª 1722, sucessos que teve gentes que desceu e deixou praticadas. As quais foram ao depois glorioso emprego dos trabalhos que com suas padeceu o R.P. Missionário Marcos Ant. Arnolssini. *Códice CXV/2-11*, p.337v
[270] Idem, p.338
[271] Idem, p.339
[272] Ver livro RIBEIRO, Berta G. *Os índios das águas pretas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

missionário Manoel Nunhez, tenha sido o vetor da epidemia. Outra possibilidade é a de que a presença de índios pombeiros[273] e pequenas incursões tenham espalhado as doenças. Com as mortes e enfraquecimento do corpo da aldeia dos Taquanhonas, chegou à fome por não poderem fazer roças, devido aos seus inimigos que estavam à espreita.

O padre tinha enviado um grupo de índios cristãos em direção aos Taquanhonas para aprontar a sua chegada, fazendo os batismos necessários daqueles que estavam em perigo de morte. Os índios cristãos tiveram que parar com os batismos, pois os Taquanhonas acreditavam que "os batizantes eram exíguos feiticeiros e com aquelas palavras que proferiram e juntamente com a água que lhes lançavam na cabeça os matavam mais depressa e que todos morreriam se acaso não lançassem fora, e matassem os obradores"[274].

O padre conseguiu acalmar os ânimos e se evitou a contenda sobre os acusados de feiticeiros, depois de dois dias de "prática". Ele enviou um dos dois principais que o acompanhavam desde o início, da nação Mortigura e de nome Manduguaçú, para a aldeia Taquanhonas. Enquanto esperava, pediu ao principal que avisasse caso houvesse algum moribundo, o que fez quando identificou provavelmente a última criança restante definhando. O missionário, metendo-se

> (..) em uma limitada canoinha, a qual virando-se logo com o P. deu com ele no fundo, porém saindo a terra como pode, assim molhado como estava e com a maior pressa, que lhe foi possível, chegou à criança a quem a mãe e mais parentes estavam já praticando por morta e o mesmo P. entrou em duvida se teria ainda vida, porém vendo dar um arranco a batizou[275].

Parte da aldeia se aglutinou para assistir a cena e havia a percepção dos Taquanhonas de que o missionário estava tratando da cura e que a iria "restituir a criança"[276]. Os *gentios* viam o missionário como pajé, pois a conversa que ele tem no batismo com Deus pode ser entendida como a realizada pelos pajés com os espíritos dos animais. O pajé cura doenças próprias dos indígenas, doenças essas transmitidas pelo espirito dos animais, pelo espirito dos

---

[273] Pombeiros eram grupos de homens armados, faziam pequenas incursões aos sertões em busca de escravos indígenas.

[274] AME. Breve relação da entrada que o R. P. Manoel da Motta da Companhia de Jesus fez pelos Rios Tocantins e Taquanhunas na era de 1721(?) pª 1722, sucessos que teve gentes que desceu e deixou praticadas. As quais foram ao depois glorioso emprego dos trabalhos que com suas padeceu o R.P. Missionário Marcos Ant. Arnolssini. *Códice CXV/2-11*, p.339

[275] Idem, p.339-339v

[276] Idem, p.339v.

mortos e de pajés, enquanto o missionário pode ter sido compreendido como pajé que cura as doenças próprias dos brancos, como as doenças epidêmicas.

Assim como podem curar doenças, os pajés podem mandar feitiços, fazer "interpretação de sonhos, proteção da sociedade local contra ameaças externas, entre elas espíritos malévolos" (MONTEIRO, 1994, p.25). Nesse sentido, os Taquanhonas associavam o missionário à figura do pajé.

As semelhanças entre os pajés e missionários não era só ambos serem intermediários com o sagrado e terem a conhecimento de curar. Havia o fato de que os jesuítas eram ensinados pelos catecismos a importância de imitar os gestos e fazeres dos pajés. Copiavam a maneira pela qual exerciam suas falas, seus gestos, seus atos de cura, pregando nas madrugadas assim como os pajés faziam. Ao mesmo tempo, havia pajés que utilizam da simbologia católica para legitimar suas ações (KLOCK, 2008, p.02). Um dos campos de atuação e antagonismo entre missionários e pajés era o da cura: "os primeiros valiam-se do batismo, atribuindo-lhe um poder especial, mágico, para recobrar a saúde dos enfermos, enquanto os pajés faziam uso práticas terapêuticas xamanísticas, como penas, rezas, ervas, sopros, sucções e pequenos objetos rituais" (idem) para lidar com os espíritos.

Em determinado momento, o jesuíta utilizou de seus conhecimentos medicinais, pois "cada vez mais apertavam as doenças e justamente a fome, pois não havia outra coisa que comer se não castanhas e algumas frutas do mato" [277]. Ele aproveitou o aprisionamento de algumas caças como jabuti, cutia ou tatu e fez a semelhança

> (..) mais preciosa galinha para purgar os muitos doentes, que no Arraial havia, e foi coisa prodigiosa que vendo estes animais de si carregadíssimos, e bastantes a causar doenças aos sãos, e sendo mais de 40 as purgas que o P. Miss.ro com eles deu todas tiveram admirável sucesso e nem uma só pessoa perigou convalescendo todos sem morte algum[278]

Os jesuítas eram a "ponta de lança" do sistema colonizador português. Além da tarefa missionária, atuavam na área de saúde, fundavam hospitais e realizavam estudos de plantas curativas. Mantinham boticas e enfermarias em seus colégios na Europa, África, Oriente e

---

[277] AME. Breve relação da entrada que o R. P. Manoel da Motta da Companhia de Jesus fez pelos Rios Tocantins e Taquanhunas na era de 1721(?) pª 1722, sucessos que teve gentes que desceu e deixou praticadas. As quais foram ao depois glorioso emprego dos trabalhos que com suas padeceu o R.P. Missionário Marcos Ant. Arnolssini. *Códice CXV/2-11*, p.341

[278] Idem, p.341

Brasil (CALAINHO, 2005, p.62). A assistência ao indígena era parte do movimento catequizador, em muitos aldeamentos jesuítas havia enfermarias e casas isoladas para assistência aos doentes. O oficio de cuidar da saúde do corpo e da alma fazia com que muitos jesuítas já viessem com formação médica para o Brasil, mas a maioria aprendia na prática a atuarem como boticários, enfermeiros, cirurgiões, físicos e sangradores (Idem, p.68).

Os missionários tinham uma noção anterior, sabiam que a maioria dos descimentos terminava em muitas mortes, inclusive dos missionários, nisso a importância dos conhecimentos medicinais. Tinham fé no batismo como sacramento da salvação para além da morte e acreditavam que esse sacramento tinha capacidade curativa conduzida pela fé. Logo, o batismo tinha dupla função. De um lado, acreditava-se que com esse sacramento se estaria salvo do pecado original; do outro, curava por intercessão do sagrado. Na compreensão dos missionários para encaminhar os *gentios* ao reino do Deus cristão, os *gentios* deveriam ser convencidos sobre o poder do batismo, preferencialmente realizado com o consentimento e o mínimo de conhecimento dos dogmas católicos.

A Companhia de Jesus possuía estratagemas consolidados para realizar os descimentos e aldeamentos, como converter os *gentios* principais, doutrinar os jovens e eliminar dos pajés (MONTEIRO, 1994, p. 47). A conversão dos principais se dava com muitos presentes e demonstrações de empatia. Buscavam com maior ênfase converter os jovens através de lições de religião, alfabetização e música (Idem, p.48). Combatiam aos pajés que "representavam a última e mais poderosa linha de defesa das tradições indígenas" (idem), que chamavam de feiticeiros. Em contraposição, os pajés espalhavam que a "água benta constituía a causa das doenças" (idem).

Segundo o relato, o missionário tentou explicar na língua geral explicar o que era o batismo, deixando a esperança de a criança ser curada. Após a conversa, o padre se recolheu na sua canoa, "deixando recomendado que em a criança acabando de respirar lhe dessem parte para ser amortalhada e sepultada com a solenidade possível, para que este Tapuia a quem a fé só entre por os olhos formasse algum conceito da nossa Santa Fé" [279].

Logo, a criança caso morresse seria sepultada nos moldes ocidentais, em oposição à maneira de velar e a enterrar Taquanhonas, o que na compreensão indígena poderia ser causa de mais mortes por doenças pela presença do espirito do morto, principalmente dos parentes, devido o espirito não ser encaminhada à aldeia dos espíritos pelo ritual apropriado.

---

[279] AME. Breve relação da entrada que o R. P. Manoel da Motta da Companhia de Jesus fez pelos Rios Tocantins e Taquanhunas na era de 1721(?) pª 1722, sucessos que teve gentes que desceu e deixou praticadas. As quais foram ao depois glorioso emprego dos trabalhos que com suas padeceu o R.P. Missionário Marcos Ant. Arnolssini. *Códice CXV/2-11*, p.339v.

O missionário como não tinha recebido notícia da morte, procurou o principal Manduguaçú, que tinha deixado na aldeia. A notícia que ele deu foi que a criança depois de batizada estava aparentemente morta, mas que "porém ao depois dando um suspiro abriu os olhos e se levantou do regaço da mãe onde estava e se pôs em pé"[280]. No dia seguinte a criança "por seu pé veio de ter na canoa com o P. e com ele se embarcou"[281]. Batizada com o nome de Maria, os soldados e índios a apelidaram de Maria Ressuscitada. Esse fato, segundo o relato, fez com que os Taquanhonas ficassem menos desconfiados do batismo "tanto assim que apenas algum adoecia a primeira coisa era pedir ao P. que a batizasse" [282].

Continuou o missionário em sua derrota pelo rio acima. Tinha perdido parte de sua tropa que tinha se debandado pelos matos, ou estava doente. No caminho intentou fazer a prática entre os Mucura, desistindo pela dificuldade de chegar lá. Depois enviou uma canoa com presentes ao principal de uma aldeia Oroupores que moravam na cabeceira do rio Araguaia, mas a canoa virou. O Principal acabou, devido ao acaso, encontrando-se com o padre no rio. Como o missionário estava na presença dos Taquanhonas, entenderam que vinham em paz. Nessa aldeia ocorreu o mesmo que nos Taquanhonas, pois a população que outrora era grande estava apenas com duzentas pessoas, sendo que o único velho avistado era o principal e não havia crianças de peito[283].

Os Oroupores contaram uma história que ilustra como o mais recôndito sertão como o rio Araguaia era visitado por índios fugitivos de aldeamentos e por índios pombeiros. Esses vinham em sua maioria da capitania de São Paulo, trazendo consigo doenças que rapidamente se espalhavam.

Quatro anos antes da bandeira do missionário Manoel Motta, um dos Principais Oroupores voltando para casa com outros "toparam com três índios que os desconheceram pelos virem vestidos com calções e camisa, trazendo justamente chapéu na cabeça, contas no pescoço e um fação a tiracolo"[284] Após a perseguição prenderam um dos índios, sendo que esses eram das Aldeias dos Paesabunas da capitania de São Paulo[285]. Os Oroupores fizeram o índio cristão cantar a noite toda e o mataram de manhã. Segundo o missionário, eles ainda

---

[280] AME. Breve relação da entrada que o R. P. Manoel da Motta da Companhia de Jesus fez pelos Rios Tocantins e Taquanhunas na era de 1721(?) pª 1722, sucessos que teve gentes que desceu e deixou praticadas. As quais foram ao depois glorioso emprego dos trabalhos que com suas padeceu o R.P. Missionário Marcos Ant. Arnolssini. *Códice CXV/2-11*, p.339v.
[281] Idem.
[282] Idem.
[283] Idem, p340
[284] idem, p.340.
[285] Idem, p.340v

mantinham o pau “que o mataram (..) um pedaço de facão e umas poucas contas do rosário que traziam que eram de coquinho”[286].

O missionário, em sua busca por voltar ao Pará com um grande descimento, não contente com os que já tinham acordado de acompanha-lo, envia “presente por seis índios aos tapuias chamados Goajairizes”[287], inimigos dos Oroupores. Esses *línguas*, que atuavam como embaixadores, foram enviados para conversar com seis principais daquele “Reino de Gentio e suposto sejam estes Principais de diversas nações e cada qual tenha seu especial nome, todos comumente se intitulam Goajairizes”[288]. Essa Confederação prendeu os seis embaixadores e segundo o documento seriam comidos como prisioneiros, entretanto “um Principal Tupinambá filho de uma Filippe, que antigamente tinha fugido da S. Paulo, batendo de pé no terreiro mandou que logo lhe trouxessem ali os embaixadores”[289]. Ele colocou os embaixadores em vigilância em casa no terreiro da aldeia, sem poder sair dela. Um dos principais chamado Matuá foi escolhido pelos Goajairizes para negociar com o missionário, enquanto os outros enviaram parentes. O principal tupinambá filho de Filippe aparentemente fez um acordo sobre o possível descimento e que era para o padre preparar grandes roças[290].

A confederação dos Goajairizes chegou a um acordo de descimento com o missionário, enviaram “os índios já convalescidos, mandando 360 rapazes, e raparigas, e justamente 50 índios para fazerem roças e fabricarem casas, vindo entre eles alguns abalizados parentes muito chegados dos Principais”[291]. O envio de pessoas doentes para fazer um trajeto tão longo pode denotar a crença nos poderes de cura do missionário. As famílias sãs, enviadas para fazer roça, começaram a adoecer no caminho a ponto de chegarem à conclusão ser impossível “aquelas crianças poderem chegar ao Areal, e ainda que chegassem nem poderiam caber nas canoas por razão dos muitos Tapuias que o P. tinha juntado para os levar”[292]. Como resultado da estratégia errada tanto dos *gentios*, como dos colonizadores, os Goajairizes foram enviados de volta “onde chegaram ficando muitos mortos no caminho; os

---

[286] AME. Breve relação da entrada que o R. P. Manoel da Motta da Companhia de Jesus fez pelos Rios Tocantins e Taquanhunas na era de 1721(?) pª 1722, sucessos que teve gentes que desceu e deixou praticadas. As quais foram ao depois glorioso emprego dos trabalhos que com suas padeceu o R.P. Missionário Marcos Ant. Arnolssini. *Códice CXV/2-11*, p.340v.
[287] Idem.
[288] Idem.
[289] Idem.
[290] Idem.
[291] Idem, p. 343v.
[292] Idem, p. 343.

índios porém que iam fazer roçarias, continuaram a derrota"[293] até o acampamento do missionário.

O missionário estava moribundo, o que não o salvou de ser motivo de curiosidade entre os Goajairizes, desconhecendo as formas de transmissão da epidemia que os afligia, entravam em contato e disseminavam a doença. Os *gentios* que eram imberbes pegavam na barba do missionário por curiosidade, como era o único branco tentaram despi-lo, além de terem deitado na rede do jesuíta[294].

Com curiosidade, fizeram uma série de perguntas para o missionário, que só foi entender a motivação quando contaram que "oito anos havia chegaram na aldeia 50 índios ornados com seus vestidos, trazendo armas de fogo, o semelhantes as nossas, as quais estiveram entre eles 8 dias sem fazerem operação alguma"[295]. O padre chegou à conclusão de que eram os índios aldeados Caravinares (?) da capitania São Paulo, "que toda aquele rio tinham despovoado de Tapuia, cujas Taperas, ou lugares de Aldeias o mesmo P. foi vendo, e por esse respeito, algum que escapou, se foi retirar para o centro dos matos mais recônditos"[296]. Esta expedição e todos os encontros anteriores narrados pelos *gentios* denotam que os sertões do vale do Araguaia e Tocantins, aparentemente isolados, eram muito visitados por pombeiros.

O missionário começou a despachar os *gentios* para serem aldeados, um primeiro grupo de quinhentas pessoas foi enviado pelo rio Taquanhonas, Araguaia e por fim Tocantins até o Pará. Parte considerável do *gentio* fugiu e morreu no caminho. O missionário na ambição de descer mais índios ficou para visitar outra nação que teve notícia, mas como a epidemia não cedia, resolveu descer até a Aldeia de São Miguel dos Tocantins, do qual era missionário R. P. Marcos Antônio Arnolfini.

Não havia roça para os *gentios* descidos, o colégio dos jesuítas do Pará ajudou com alguma farinha, o governador Bernardo Pereira de Barreto e Castro não ressarciu ao missionário os custos, ou ajudou na alimentação. O missionário antes de partir em direção ao litoral do Pará, enviou dois "índios de boas práticas"[297] ao restante dos Goajairizes para que descessem na próxima monção até determinado ponto, onde ficaram um ano e meio

[293] AME. Breve relação da entrada que o R. P. Manoel da Motta da Companhia de Jesus fez pelos Rios Tocantins e Taquanhunas na era de 1721(?) pª 1722, sucessos que teve gentes que desceu e deixou praticadas. As quais foram ao depois glorioso emprego dos trabalhos que com suas padeceu o R.P. Missionário Marcos Ant. Arnolssini. *Códice CXV/2-11*, p.343.
[294] Idem.
[295] Idem, p. 343v
[296] Idem.
[297] Idem, p.344v.

esperando o missionário, morrendo mais de trezentos por fome e doenças. Perto de quinhentos Goajairizes conseguiram chegar "e como não achasse roças ainda capazes de se comerem lhe continuaram as mesmas fomes, e doenças, de que foram morrendo quase todos"[298], restando apenas no final meia dúzia, que foi encaminhado para o colégio do Pará.

No relato do missionário Manoel Mattos, os *gentios* sempre aparecem ávidos por serem aldeados, querendo morar com os brancos. Qual seriam os possíveis motivos para essa suposta prontidão dos *gentios* em deixar suas terras, como também de ceder seus filhos aos jesuítas. Algumas possíveis causas podem levar ao acordo de descimento, tais como: o desespero advindo das epidemias, fomes e guerras, a vontade de ter acesso a armas e ferramentas, promessa de guerra contra inimigo, como também poderia ser uma tentativa de evitar, ou postergar um possível conflito.

Outro fator pode ser a narrativa colonial, pois o documento em questão é uma versão do que foi enviado pelo missionário Manoel da Motta a seu superior, que acrescentou informações e enviou ao visitador geral. Era de interesse dos jesuítas demostrar que nos sertões havia milhares de *gentios* desejosos de serem descidos pelos missionários para aldeamentos e fazendas.

Outra suposição é que para os *gentios,* de maneira geral, os jesuítas eram pajés dos brancos e como tal, segui-los era uma questão de respeitarem o sagrado personificado no espírito que o guiava e que intercedia com curas, com a obtenção de ferramentas, armas e com visagens do futuro. Missionários que poderiam também utilizar de feitiçarias, que se apresentavam aos *gentios* nos ritos católicos, como o batismo, missas, benzeduras, extrema-unção, nas rezas, nos resguardos etc.

O que levariam missionários a tão recônditos sertões, com todo o risco de acabarem mortos, para descer *gentios* para os seus aldeamentos? Seria uma questão de poder, pois seria uma conquista espiritual de almas, o que acarretaria prestígio e benesses oriundos de se ter angariado um significativo número de almas e trabalhadores? A expansão do território seria um ato de fé? Teria o missionário em questão Manoel da Motta crença que era um soldado de Cristo contra as artimanhas do Diabo e a favor de Deus? Se os missionários se percebiam como peça chave de um grande tabuleiro jogado por Deus e o Diabo, quem representaria o outro lado nessa luta? Houve três situações elencadas na narrativa como demonstrações dessa

[298] AME. Breve relação da entrada que o R. P. Manoel da Motta da Companhia de Jesus fez pelos Rios Tocantins e Taquanhunas na era de 1721(?) pª 1722, sucessos que teve gentes que desceu e deixou praticadas. As quais foram ao depois glorioso emprego dos trabalhos que com suas padeceu o R.P. Missionário Marcos Ant. Arnolssini. *Códice CXV/2-11*, p.345v

batalha, que envolvia não só os missionários, mas seus opositores os pajés, vistos como representantes do mal.

Um primeiro caso foi devido à saída de parte da bandeira para ir à frente conhecer o rio, caçar e pescar em um momento de muita fome e morte pela epidemia. Depois de três dias sem caça ou pesca, todos estavam passando a farinha e água, quando no quarto dia o sargento Nizario foi pego de surpresa, quando uma grande piraíba arrebentou a linha, fugindo, levando o anzol; restando ao missionário apenas um anzol que deu para um índio pescar. O sargento partiu com um grupo rio acima no mesmo intento, quando depois da meia noite parou em uma ilha, onde "pescou a mesma piraíba, achando na sua boca o anzol, que no dia dantes tinha arrebentado. Pela manhã tiveram todos seu banquete e matéria ampla para louvar a divina bondade pela Providência que tem das suas criaturas"[299]. Logo, houve a ação divina de Deus.

O segundo caso aconteceu no areal no meio do rio, onde estava acampada a expedição. O areal foi cercado e havia duas guaritas nas duas portas, em determinado momento quando todos dormiam, logo na primeira noite no areal depois das vinte horas, o sentinela presenciou "que um vulto sem saber quem era lhe pretendia com toda a força tirar o arco e flechas das mãos"[300]. A luta se estendeu e depois de um tempo o agressor desistiu da primeira e passou à segunda sentinela, durando esse evento até depois da meia noite.

> (..) até que depois de alguns tempos continuar esta fantasma nesta diligencia, se resolveu o P. Miss.ro a ir benzer aquele lugar lançando água benta. O sucesso foi o não tornar mais a fantasma entrar dentro, porém todas as noites andou continuamente rodeando o Areal pela parte de fora, e de poucos em poucos passos se sentia cair no chão, fazendo grande estrondo com arco e flechas, e todas às vezes, que passava pelas porteiras com serem de paus bem fortes e estarem bem enterrados os abalava com tal força, como se fosse uma limitada, e tênue cana; e desta maneira andava até que começavam a raiar os raios da aurora em que tal fantasma se despedia tocando a despertar, isto é batendo com tal força nas porteiras que todos os que estavam no Areal até os mais distantes ouviam o estrondo[301]

O terceiro caso apresentado pelo missionário aconteceu na casa que construiu provavelmente naquele areal, para se hospedar, os soldados e a Igreja. A Igreja ficava em uma

---

[299] AME. Breve relação da entrada que o R. P. Manoel da Motta da Companhia de Jesus fez pelos Rios Tocantins e Taquanhunas na era de 1721(?) pª 1722, sucessos que teve gentes que desceu e deixou praticadas. As quais foram ao depois glorioso emprego dos trabalhos que com suas padeceu o R.P. Missionário Marcos Ant. Arnolssini. *Códice CXV/2-11*, p.342

[300] Idem.

[301] Idem.

sala separada, onde ficava o altar portátil, o qual só se abria de manhã para a missa, enquanto à noite na ladainha só se abria a tampa onde se penduravam um pano com a imagem de Nossa Senhora e um crucifixo. Culminou que o missionário adoeceu, ao mesmo tempo, o altar começou a produzir sons inexplicáveis. Supondo que os sons vinham da rede do missionário o colocaram no centro da sala, onde dormiam os soldados. Em um dia, apesar de doente, saiu para atender outro doente, quando voltava com o altar e um grupo de soldados, os mesmo que dormiam junto ao altar, ouviram grande estrondo

> (..) que ninguém pudera dormir. Atribuiu o P. aquilo a ilusão de espécies por não ser possível entrar nele coisa alguma, porém por satisfazer as persuasões assim dos soldados, como dos índios, abriu o dito altar, que achou composto na forma que o tinha deixado, sem mais outra coisa nenhuma dentro, achou porém partida por o meio a cruz de crucifixo, e como não houvesse alguma contração, ou coisa que pudesse quebrar a dita cruz por estar posta sobre a Alva muito a sua vontade, começaram todos logo a augurar a morte do P. que todos lamentavam já por certa, porém com os seus agouros não eram profecias católicas, nem permitiu Deus, que o P. morresse (..)[302].

Não vem o caso inferir se essas narrativas são verdadeiras ou falsas, se houve ou não intercessão do sagrado, ou foi aplicada alguma artimanha pelo missionário, ou algum dos soldados, índios ou *gentios*, para algum fim não identificável. As três situações para os cristãos podem se apresentar como intercessão divina, como no caso de se pescar duas vezes o grande peixe, em lugares diferentes, ou como diabólicas no caso do espirito que rondava o acampamento e da quebra da cruz dentro do altar.

Para os *gentios*, pode ter se apresentado de outra forma, pois os três casos denotariam intervenção dos espíritos, sejam eles dos mortos que não passaram pelo zelo de rituais funerários indígenas, ou espírito do “dono dos animais”, entidade que poderia acompanhar, ou não, os pajés. No primeiro caso alguma entidade dos peixes intercedeu para salvá-los da fome. Na segunda o espírito de algum pajé, ou da entidade que o acompanha, ou de algum morto, rondou o acampamento espalhando o medo. No terceiro caso, a quebra da cruz dentro do altar poderia ser compreendida como obra de um pajé, ou de espíritos dos mortos que não foram

---

[302] AME. Breve relação da entrada que o R. P. Manoel da Motta da Companhia de Jesus fez pelos Rios Tocantins e Taquanhunas na era de 1721(?) pª 1722, sucessos que teve gentes que desceu e deixou praticadas. As quais foram ao depois glorioso emprego dos trabalhos que com suas padeceu o R.P. Missionário Marcos Ant. Arnolssini. *Códice CXV/2-11*, p.342

adequadamente enviados embora da presença dos vivos pelos rituais indígenas[303]. De uma maneira ou outra houve uma batalha espiritual, tanto na visão dos cristãos, quanto dos *gentios*, e como resultado a maioria dos soldados, índios cristãos e *gentios* morreu. Enfim, meras suposições, pois não é possível saber o que os agentes sociais pensaram, ou, como realmente se constituíram os fatos contados, conhecidos apenas pela narrativa do jesuíta Manoel da Motta[304].

A expedição desse missionário era composta de índios aldeados do Pará, como os Mortigura. Esse grupo se junto à outra bandeira, a do cabo Domingos Portilho de Mello. As expedições foram enviados para atender ao pedido dos Taquanhonas, que era uma aliança para fazer guerra ao seu inimigo e depois se aldearem. Para tanto, foi a mando do governador enviado o *língua* Marcos que era irmão e o sobrinho de um *maioral* Karajá, com o objetivo de conseguir fazer descimento dos Karajá que eram o grupo em maior número. Marcos conhecia muitas das línguas indígenas, assim como um dos pilotos era da nação tapuia Poquis, uma das encontradas pela esquadra. Encontraram-se também com os Oroupores que estavam em paz com os Taquanhonas, mas estavam em guerra com a confederação de maioria tupinambás chamada Goajairizes. Os Oroupores contaram terem encontrados índio Paesabunas que vinha de um aldeamento São Paulo. A Confederação Goajairizes também estava em paz com os Taquanhonas, assim como também encontrou índios Caravinares de aldeamentos paulistas, esses faziam uma incursão sem a presença de brancos.

Os missionários, por melhores que fossem suas intenções, propiciavam a destruição das aldeias, provendo a depopulação dos sertões. Da mesma maneira que os sertanistas e suas tropas, os religiosos tinham como objetivo a realização dos descimentos e diligências em busca de ouro. Essas incursões faziam com que os *gentios* morressem mais pela disseminação de doenças epidêmicas pelas tropas, do que pelo assassinato e escravização promovido pelas bandeiras. Muitas vezes, quando epidemias matavam a mão-de-obra indígena nas povoações coloniais, era quando se organizavam bandeiras, logo, as bandeiras eram vetores de disseminação de epidemias no território indígena. Por outro lado, "a introdução de elevados números de cativos ou de catecúmenos doentios contribuía para a insalubridade pública nas unidades coloniais" (MONTEIRO, 2001, p.62).

---

[303] Para mais informações ler capítulo nove, pois é discutido a relação entre as doenças, espírito de animais e pajés Kayapó.

[304] Ângela Domingues afirmou que o jesuíta Manoel da Motta era um tipo de intermediário sociocultural, um "régulo do sertão", ou seja, um agente social que faz a interlocução entre as sociedades indígenas dos sertões e os colonizadores, deslocando populações para trabalharem como mão-de-obra em aldeamentos e fazendas coloniais. A autora indicou que ele morreu em outra expedição, quando ele com seus outros "andavam em 'negócios' no rio Cavaboris e foram barbaramente assassinados por índios em uma revolta" (2012, p.51).

No seguir do texto, outras aldeias e nações que tinham seu território no vale do rio Araguaia, em especial que moravam na Ilha do Bananal e seu entorno, tem o contato com os ocidentais analisada. Quase trinta anos depois, outra grande bandeira formada principalmente por índios Bororo, adentra a Ilha do Bananal, comandada pelo sertanista mais reconhecido e agressivo dos que atuaram na capitania: Antônio Pires de Campos.

O governador Conde dos Arcos e os índios ladinos.

Na capitania de Goiás havia nações indígenas consideradas aliadas e inimigas pelos portugueses. A aliança acarretava certa garantia a essas populações de não serem atacadas por bandeiras, ocasionava o aldeamento dessas populações. As aldeias aliadas eram visitadas por oficiais e soldados pedestres no intuito de serem aldeadas, assim como, os indígenas enviavam embaixadores para Vila Boa para negociar o contato. Quanto às aldeias inimigas havia duas possibilidades, ou havia sido declarada guerra ofensiva, ou não.

Para as populações inimigas restava lidar com a política portuguesa de *desinfestar os sertões*, que era o extermínio de *gentios* que morassem em terras onde havia minerais valiosos, mantando-se todos que resistissem, em especial os homens, escravizando as mulheres e crianças nas fazendas. Essa prática era usual entre os sertanistas contratados, apesar de ser legal somente quando declarada guerra positiva pela Coroa, momento que se permitia atacar diretamente as aldeias. Apesar da proibição, muitas bandeiras dizimaram aldeias, não incorrendo nenhuma penalidade aos sertanistas. Fato que coloca em questão se para além dos regimentos de bandeiras ditados pelos governadores haveria acordos tácitos entre as partes para atacar determinadas aldeias, apesar da proibição.

A prática de *desinfestar os sertões* ocorria também no que era chamado de guerra defensiva, quando era proibido atacar aldeias, mas era usual se atacarem os *gentios* de corso. *Gentio* de corso seria aqueles que não estavam fixados em formato de aldeia, eram migrantes, ou estavam em excursão para realizar pescarias, caças, ou em diligências para atacar inimigos. Geralmente, não praticavam agricultura nessas andanças. Esses ataques podem ter sido muito mais comuns que os documentos permitem inferir, pois se intui que na maioria não eram relatados aos agentes responsáveis da Coroa.

Na prática os *gentios* inimigos eram atacadas por sertanistas que faziam a venda dos prisioneiros nas fazendas e às vezes em praça pública, liberando os caminhos e as terras auríferas aos colonizadores. Os governadores condenavam o cativeiro indígena, mas não faziam muito para impedir essa prática. Quando muito recolhiam os cativos que estavam nas fazendas e os enviavam para os aldeamentos, não distratando com os sertanistas, não eram aplicadas atitudes concretas contra eles.

A cultura luso-brasileira de lido com os *gentios* em Goiás era em parte oriunda da capitania de São Paulo. O Conde dos Arcos foi o primeiro governador da capitania de Goiás (1749-1755), após ser desmembrada da capitania de São Paulo em 1749. Em uma carta escrita para responder as missivas enviadas a ele pelo Tribunal do Conselho, descreveu como se operacionalizava a escravização dos *gentios* em Goiás. Afirmou que a cultura dos moradores era de utilizarem da desculpa que "não podiam sem gentios andar pelos sertões, nem tão bem fazer os descobrimentos do ouro" [305] e por isso os aprisionavam, "passando a dita administração aos herdeiros, e administradores e na falta deles, serem postos os tais índios nas Aldeias de V. Maj."[306]. Afirmou que os sertanistas quando saiam em diligência ao sertão aproveitavam a saída dos homens indígenas para caçar e pescar e vão logo à busca da aldeia indígena

> (..) a primeira diligencia é cativa-los, se eles se resistem vão matando todos os que podem, e logo cativando-lhes as mulheres, e os filhos. Se a bandeira é numerosa de gente vão atacar os mesmos alojamentos dos índios, em que são inumeráveis as mortes, e não menos os cativos que logo se repartem pelas pessoas de que se compõe a mesma Bandeira. Estes reputados senhores em chegando a qualquer povoação ou arraial deste governo, procura vender cada um os índios que lhe couberam, destes são uns vendidos, e outros trocados pelas fazendas de que necessitam, e para se livrarem de todo o escrúpulo que podiam ter semelhante vendas, tem introduzido entre si o abuso de dizerem que não vendem os índios, mas que vendem os somente à administração[307].

Na prática muitos moradores escravizaram *gentios* e índios cristãos, intitulando-os administrados, apesar da existência de Leis que garantiam a liberdade aos índios. O Conde dos Arcos comentou que havia um comércio de índios entre as capitanias e que um dos métodos utilizados para obtê-los era de induzi-los a fugir e/ou sequestrar aldeados, passando-

---

[305] NORONHA, Marcos de (governador). AHC - Coleção Conde dos Arcos [20.01.1751]. Códice VI – III – I – I – 25 Carta 01, p.13
[306] Idem.
[307] Idem.

os ao domínio de mercadores de escravos que os comercializavam em uma Capitania diferente daquela onde obtiveram o cativo. Conde dos Arcos afirmou que "daqui provém haver neste governo a grande quantidade que há de administrados, sendo muitos deles pertencentes às missões de São Paulo, Pernambuco, Maranhão e Pará"[308]. Nas décadas de 1740 e 1750, muitos provinham de Cuiabá e Mato Grosso, como os Bororo, Kayapó e Paresí.

Segundo o Conde dos Arcos o cativeiro dos índios era ainda pior que dos negros, enquanto os africanos eram comercializados como mercadoria e eram caros em áreas de mineração, o comércio de índios era ilegal e tinha como base a categoria social de *administrados*.

> (..) administrações dos índios, não são outra coisa senão cativeiro simulados, e ainda mais rigorosos do que o dos negros, porque como os senhores compram estes por muito maior preço, os tratam com muito maior cuidado. Ordinariamente índios administrado anda nú, a sua sustentação não passa de um pouco de milho. Se ausenta da casa do administrador é preso, e açoitado asperamente. Se o mesmo administrador casa alguma filha, como parte do dote se lhe dão tantos índios, se tem dividas e os credores procedem judicialmente contra os bens, são os índios penhorados, e vendidos em praça publica. Se morre o administrador, herdam os filhos a administração, e repartem por eles os índios. Se o administrador não tem herdeiro, testa livremente da administração, e se os bens de algum destes vem para o juízo dos defuntos e ausentes, por ordem do mesmo juízo são os índios penhorados, e vendidos em praça publica (o que eu já tenho presenciado) [309]

As Leis quanto à escravidão indígena eram dúbias, apesar de reafirmarem muitas vezes a liberdade indígena, possibilitavam outras a sua escravização, por motivos como impedir a propagação do evangelho, quando autorizada à guerra ofensiva, para resgatar presos na corda e combater a antropofagia. A proibição ocasionou a necessidade dos senhores escravistas de indígenas terem que "legalizar" de alguma maneira seus cativos devido a maior presença e cobrança dos ouvidores na capitania de São Paulo, a partir de fins do século XVII (MONTEIRO, 1994, p. 215-220). Na tentativa de "legalizar" a escravidão indígena houve a necessidade "(..) de criar uma estrutura institucional que ordenasse as relações entre senhores e escravos" (MONTEIRO, 1987/88/89, p.158).

---

[308] NORONHA, Marcos de (governador). AHC - Coleção Conde dos Arcos [20.01.1751]. Códice VI – III – I – I – 25 Carta 01, p.13.
[309] Idem, p.13v.

A artimanha estaria em atribuir *status* aos índios cativos de “administrados”. Administrados eram indígenas que eram obrigados ao trabalho "livre" forçado, a justificativa ideológica era que os colonos estavam prestando "serviço a Deus, ao Rei e aos próprios índios ao transferir estes últimos da barbárie à civilização e se firmava juridicamente no apelo ao ‘uso e costume’" (MONTEIRO, 1987/88/89,p.158)

Outro estratagema era prática comum de casarem as índias com escravos negros e assim “legitimar” a posse delas em uma categoria especial identificada por Maria Silva na documentação paulista como “servos” (SILVA, 2009. p.114). A necessidade de se “criar” uma nova categoria advinha do fato da descendência prover da mãe pelo princípio regulador *partus sequitur ventrem,* logo, os filhos de pai escravo e mãe indígena “livre”, deveriam ser livres e não obrigados ao trabalho forçado. Enquanto, caso fosse a mãe escrava e o pai indígena “livre”, o filho deveria ser escravo e de posse do dono da mãe, “pouco importando que o pai seja livre ou escravo” (MALHEIRO,1866, artigo 23).

A categoria “servo”, aparentemente, seria oriunda da política exercida pelos jesuítas em suas fazendas: “os sistema de os ter sempre separados do comércio dos brancos, para nunca poderem ser desabusados, e de os casarem com pretas e pretos escravos, batizando-os filhos como servos” (Idem, p.116), logo, legalizando a servidão compulsória. Os “servos” eram índios administrados, muitas vezes mestiçados. Essa prática deu origem a uma população cafuza, chamados geralmente de cabras, caburés, mamelucos e mestiços nos documentos “que mais tarde passou a ser englobada nos mapas de população no contingente dos ‘pardos’, tal como outros mestiços” (idem, p.115). Em Goiás, não se encontrou o termo “servo”, mas amplamente foi utilizada a categoria “índio administrado” nos documentos históricos.

Conde dos Arcos identificou a prática de casamentos interétnicos “além de todas essas violências, não é menor a que usam com as índias casando-as com seus escravos, e sendo os filhos deste matrimonio livres de toda a escravidão, nem por isso deixam de ser reputados como cativos, e como tais tratados e vendidos por seus senhores”[310]. Em outro documento reitera sua opinião, quando em 1755 mandou o missionário José Vieira, superior da Missão São Francisco Xavier, recolhesse índios administrados para compor a missão que estava esvaziada e que necessitava de maneira urgente de *línguas*. Conde dos Arcos enviou carta para o missionário José Vieira em 1774, afirmando que

[310] NORONHA, Marcos de (governador). AHC - Coleção Conde dos Arcos [20.01.1751]. Códice VI – III – I – I – 25 Carta 01, p.14

> (..) nesse Distrito, ou na Natividade há vários índios ladinos em casa de vários moradores que ordinariamente não costumam dar a melhor educação especialmente as índias, porque servem delas para usos ilícitos, será justo que V.pe. vá puxando para essa Aldeia todos quanto puder, no que fará um grande serviço a Deus, porque os índios livra-os de estarem quase sujeitos as leis da escravidão, porque são tratados ainda pior que os escravos, e aos moradores tão bem os livra de andarem em mancebo habitual, e o pior que depois de se desgostarem delas, casam-nas com seus próprios escravos, vindo a ficar cativos os filhos, que por todo o direito divino e humano são livres de toda a escravidão[311]

As mulheres índias tinham tratamento diferenciado e eram junto às crianças objetos de contrabando, com o diferencial de serem além de mão de obra, objetos de desejo sexual. O tratamento das mulheres índias no sul da Capitania pode ser inferido pela análise de alguns documentos que tratam dos quatro aldeamentos Bororo do sul da capitania. Três organizados pelo sertanista Antônio Pires de Campos junto ao rio das Pedras, Lanhoso e Pissarão. E, pelo aldeamento Santa Anna do rio das Velhas, o qual foi administrado no que tange ao espiritual por jesuítas e secular por oficiais de tropas de pedestres.

Em boa parte do período governado por Conde dos Arcos o jesuíta Jozé de Castilhos foi o responsável espiritual pelo aldeamento Santa Ana do Rio das Velhas[312], enquanto houve quatro administradores seculares somente entre os anos de 1751 a 1755[313]. Um desses sertanistas se destacou, o último deles, o alferes da Tropa de Pedestres João Godieley chamado pelo governador posterior, Conde de São Miguel Álvaro José Xavier Botelho de Távora (1755-1759), de "Paulista Régulo e assassino"[314], o qual serviu no sul da Capitania ao menos até o governo do Conde de Lumiares Luís da Cunha de Meneses (1778-1783).

Em carta Conde dos Arcos ficou evidente que havia conflito entre o sertanista Antônio Pires de Campos com o jesuíta José de Castilho e o sertanista João Godieley. Um dos motivos era o fato do jesuíta ter organizado uma grande roça, fazendo concorrência com a de Antônio Pires na venda aos comboieiros, viandantes e a própria Coroa, quando comprava suprimentos

---

[311] NORONHA, Marcos de (governador). AHC - Coleção Conde dos Arcos [04.07.1755], códice VI-III-I-I-26. Carta 105 p.97

[312] NORONHA, Marcos de (governador). AHC - Coleção Conde dos Arcos [08.05.1752], Códice VI-III-I-I – 25, Carta 60 p.79v

[313] NORONHA, Marcos de (governador). AHC - Coleção Conde dos Arcos [05.03.1755], Códice VI-III-I-I-26. Carta 54 p,49v até 54v

[314] CARTA do [governador e capitão-general de Goiás], Conde de São Miguel, [D. Álvaro José Xavier Botelho de Távora], ao rei [D. José], sobre as missões e catequese indígena; as aldeias de Formiga, Duro e Santa Ana do Rio das Velhas e remetendo o ofício do missionário das missões da Natividade, frei José de Matos, sobre a situação das missões da Natividade, aldeia do Duro e presídio de Formiga [14.10.1755]. *AHU_ACL_CU_008, Cx. 13, D. 771*.

para as tropas e aldeados[315]. Outro motivo era o fato do jesuíta ter atendido os Bororo dos aldeamentos do Rio das Pedras,

> (..) na quaresma confessando-lhe **algumas índias ladinas**, pediram ao Pe. que fizesse com que Antônio Pires as deixasse casar para se livrarem do miserável estado em que viviam. O falar o Pe. dessa matéria a Antônio Pires, deu motivo para os grandes escanda-los que publicou contra ele, passou a vingança nas mesmas índias, e só uma levou 600 açoites e porque Antônio Pires julgou que João Godieley era parcial do Pe [grifo nosso][316].

O jesuíta, provavelmente, utilizou o seu poder como governante quanto ao sagrado e aproveitou um suposto desejo pelos casamentos para tentar colocar o governador contra o sertanista Antônio Pires de Campos. Difícil acreditar no avultado número de seiscentos açoites. Mas porque casar os Bororo, enquanto grande parte da população colonial vivia em concubinato?

Os casamentos de índios viriam do esforço da Coroa, logo dos governadores, de catequizar e remodelar os costumes dos índios, como ter várias esposas, ou de viver em casas multifamiliares. As índias, talvez, tenham desejado o casamento, visto possivelmente serem ladinas e entenderem o peso social de se viver em concubinato. Elas poderiam perceber o casamento como uma forma de segurança diante da cultura de violência dos colonizadores, pois era argumento legal para não separação do casal, além de contribuir para evitar que as mulheres fossem prostituídas pelos escravistas. As índias mudariam com o casamento de um *status* de concubina, para esposa.

As mulheres na situação de concubinato carregavam um status pejorativo, pois indicava "relação ilícita e clara depreciação da figura feminina" (VAIFAS, 2001, p.131), muitas vezes denotando uma situação em que o casamento era inviável, por fatores não só econômicos, mas de diferença de Leis que envolviam a pureza de sangue. As Leis discriminavam aqueles que se casassem, ou fossem de proveniência das chamadas raças infectas: "judeus, mouros, negros, índios e mestiços" (Idem). Logo, ser livre e casar com um índio poderia manchar o sangue impossibilitando acender a cargos e receber mercês. Somente com o Diretório dos Índios (1758) o estatuto de pureza de sangue foi retirado quanto aos

[315] NORONHA, Marcos de (governador). AHC - Coleção Conde dos Arcos [12.11.1751]. Códice VI – III – I – I – 25 Carta 201 p.143
[316] Idem.

índios, que tiveram reconhecida a igualdade jurídica de homens livres, apesar de na prática continuavam sendo tratados como inferiores.

O Conde dos Arcos fez campanha utilizando dos oficiais de Tropas de Pedestres para recolher os índios que estavam cativos nas fazendas, contra as Leis e Cartas Régias que conferiam liberdade aos indígenas que a Coroa não estivesse em guerra ofensiva declarada. “Libertou” alguns indígenas que estavam em cativeiro, como quando mandou oficiais devolverem a índia Joanna que fugiu por sofrer maus tratos na casa de Amaro Barreto, à sua filha. Aparentemente na fuga deixou seu filho na casa de André e Maria Arruda.

> Antônio dos Santos Furtado, leva em sua companhia a índia Joanna, que até agora assentia em casa de Amaro da S.a Barreto, e ausentando-se da sua casa pelo mau tratamento que lhe fazia, deixou um filho, ainda por batizar em casa de André de tal casado com Maria de Arruda. Este tal filho em qualquer parte a don(?)... do seu chamado senhor, o mandará VM logo tirar e entregar a índia ....contra a qual nenhuma pessoa poderá ter com ela procedimento algum, nem .... em razão de cativeiro, porque na conformidade .... livres, e isento, e se (..) senhor de sua liberdade, em consequência do que logo Vosmecê [Domingos Pires] conseguir que lhe seja entregue seu filho ma[?] fará remeter outra vez a este Arraial, por pessoa (..) segura, e de confiança tal, que haja de me vir dar boa conta dela, e no caso que Amaro da Silva Barreto, como celerado titulo de seu senhor, queira embaraçar a execução desta ordem, ou ter alguma coação contra a índia VM procederá contra ele prisão, e o remeterá a este arraial, para o que lhe concedo a jurisdição necessária[317].

Conde dos Arcos fundou em seu governo três novos aldeamentos, dois deles pertenciam à missão São Francisco Xavier, no norte da capitania. Enquanto o terceiro estava no sul da capitania e era chamado de Santa Anna do Rio das Velhas. Para formar esse terceiro aldeamento, inicialmente, foi enviado do colégio jesuíta de São Paulo seis casais, que se somaram aos que foram recolhidos nas fazendas, como os vinte e nove das nações Bororo, Curumarê e Karajá[318]. Do norte da capitania foram enviados nove recolhidos das fazendas de Amaro Leite[319], e foi mandado enviar os trinta Akroâ vendidos nas fazendas por Wenceslau

[317] NORONHA, Marcos de (governador). AHC - Coleção Conde dos Arcos [26.05.1754]. Códice VI-III-I-I-26 Carta 87 p.91.
[318] NORONHA, Marcos de (governador). AHC - Coleção Conde dos Arcos [24.08.1751], Códice VI – III – I – I – 25. Carta 138 p. 110 v e 101
[319] Idem, Carta 114 p.95v 96 [04.08.1751]

Gomes da Silva, cativados depois de invadir uma aldeia[320], que nunca chegaram a Santa Anna, pois formaram o aldeamento Duro no norte da capitania.

Em carta, o governador deixa clara essa campanha para povoar os aldeamentos, ao ordenar aos oficiais para retirar

> (..) em poder de Antonio Jorge, se acha uma índia, que tem um filho, e além desta, outra reputada ainda por solteira. O título com que possui estas três índias é o de administrador, porém como este não é valioso, Vosmecê lhas mandará tirar todas as três, e as entregará ao capitão Antonio Lemos para as conduzir destas, de que com as mais, encarregando-lhe com especial cuidado a condução destas, de que lhe ei de pedir exata conta[321].

Segundo o relato do governador, a maioria dos indígenas recolhidos nas fazendas morreu no caminho para o aldeamento[322]. Desconfia-se dessas mortes relatadas pelos sertanistas ao governador, pois era prática comum dos mesmos mentirem nos relatos e apaziguarem seus atos, como quando invadiam aldeias sem autorização e vendiam os cativos.

Os indígenas administrados moravam em fazendas, como cativos eram obrigados a tarefas relativas ao trato da roça e gado, bem como carregadores, remeiros, práticos, enfermeiros, nos fazeres domésticos, além de serem concubinas etc. O próprio Conde dos Arcos distribuiu indígenas para fazendeiros como administrados. Em uma carta de 1754 ele repassa ordem ao Juiz de Pilar para prender "uma índia que a mandei depositar em casa de Jozé Pereira Lago, fugiu, estando o dito Jozé Pereira com sua mulher na Roça, e que para esta fugida entrevera alguma pessoa, introduzindo lhe uma lima, como que cortou as correntes em que se achava"[323]. Por outro lado libertou um Karijó que conversou com o tenente general João de Abreu, acusando "seu amo" que o queria cativar, apesar dele ser forro, ou seja, ter comprado sua liberdade[324].

Como no caso do Karijó, as leis eram utilizadas por índios ladinos que viviam entre os colonizadores para defenderem sua liberdade, utilizavam das regras que permeavam a situação colonial que os cerceava, a seu favor. Havia índios ladinos com conhecimento de

---

[320] NORONHA, Marcos de (governador). AHC - Coleção Conde dos Arcos [07.08.1751], Códice VI – III – I – I – 25, Carta 126 p. 101.
[321] Idem, Carta 116 p.96 96v [04.08.1751].
[322] Idem, Carta 93 p.80.
[323] NORONHA, Marcos de (governador). AUC. Coleção Conde dos Arcos [20.01.1774], Códice VI-III-I-I-26 Carta 1 – p.39
[324] Idem, Carta 117, p. 109

seus direitos legais, sabiam que eram livres e pela liberdade enviaram cartas ao governador. Um caso que se elenca foi de um indígena chamado Bernardo Garcia, que entregou um requerimento afirmando ser Paresí e ser casado com uma índia da nação Pantanâ. O governador Conde dos Arcos libertou os dois e por isso recebeu uma carta do escravista que os tinha em posse, fazendo uma reclamação formal. Seu argumento era que sim o homem era Paresí, mas a mulher era mulata, filha de uma mulata escrava. O Conde respondeu levando em conta as duas situações, uma ela ser mulata, outra ser índia, trabalhou com as duas possibilidades para manter seu veredito. Afirmou ele

> (..) como seria injustiça grande, se esta mulata fosse índia, e requerendo a sua liberdade, a que tem direito adquirido, eu a deixasse ficar sujeita as leis do cativeiro, só por atender a que VM tinha a feito a despesa da compra, como que não me embaraçaria, nem teria a menor duvida, em que vosmecê devia perder qualquer quantia que tivesse dado por ela [325].

Solucionou a questão mantendo a sua decisão e deixando nas entrelinhas que se ela fosse considerada índia o reclamante teria “que lhe satisfizesse tempo que o tivesse servido” [326] e que perderia o valor gasto em sua compra por ser ilegal, além de ter que pagar o tempo que o marido Paresí ficou em sua posse. Por fim, manteve a liberdade do casal e afirmou como contra partida “nem eu tão bem lhe embaraço que ele esteja em casa de vosmecê querendo voluntariamente faze-lo”[327].

Ao menos um dos jesuítas que se estabeleceu nos aldeamentos também distribuiu índios para serem administrados por terceiros. O Conde dos Arcos enviou o soldado dragão[328] Manoel de Moura retirar o “um índio de pouca idade, mas pertencente à Aldeia de Santa Anna” e que estava em posse do jesuíta Jozé Castilho que estava voltando para o colégio de São Paulo, ordenou que não permitisse “não tirasse pessoa alguma para a administração das

---

[325] NORONHA, Marcos de (governador). AUC. Coleção Conde dos Arcos [23.09.1754], Códice VI-III-I-I-26. Carta 155 p.124v

[326] Idem, Carta 155 p.124v [23.09.1754]

[327] Idem.

[328] Dragões era tropa montada, composta por soldados pagos, maioria mineiros portugueses e nascidos no Brasil, muitos possuíam escravos em “faisqueiras, no comércio e em outros negócios aumentava de sobremaneira a riqueza desses homens” (GOMES, 2013, p.69). A tropa de soldados dragões era alocada principalmente nos registros e contagens, como também, eram os responsáveis pelo carregamento do quinto e outros impostos para o Rio de Janeiro.

pessoas seculares, sem embargo de quaisquer pretextos, ou motivos que estas alegassem”[329] Existe a possibilidade que utilizasse a mão de obra indígena para auxiliar na mineração, pois ele solicitou minerar em dois córregos devolutos entre o rio das Velhas e o sítio de Furnas, pedido aceito pelo governo[330].

Na coleção documental encontrada na Universidade de Coimbra produzida pelo Conde dos Arcos, há informações que possibilitam, por exemplo, saber o preço de uma escrava indígena falante do tronco Macro-jê na década de 1750, no caso as informações são sobre uma mulher Bororo[331] que foi vendida por 32/8as de ouro (aprox.. 114,72 gramas de ouro) e que Conde dos Arcos mandou recolher e a enviou para o aldeamento Santa Anna do Rio das Velhas[332].

Para ampliar a discussão sobre a situação colonial em meados do século XVIII, analiso o governo do Conde dos Arcos em relação às bandeiras e descimentos realizados na Ilha do Bananal e seu entorno. Tenciono a relação entre a politica indigenista e indígena em seu governo, quanto aos *gentios*.

Os Curumarê e a bandeira de Antônio Pires de Campos.

As formações socioculturais indígenas de maior número na Ilha do Bananal eram a que contemporaneamente se autodenomina Iny. Essa cultura que se expressava pela língua Inyrobê formava muitas aldeias de diversas nações, como as já “extintas” aldeias dos Araéz, Curumarê e Pindaê, como também as que existem contemporaneamente e são citadas nos documentos como a dos Karajá, Javaés, Xambioá. Além dos Iny, encontram-se nos documentos sobre esse descimento e aldeamento nações tupi, como a dos Tapirapé, Mangarirubaz e Cururuz. A bandeira que é analisada foi comandada pelo sertanista, Antônio

---

[329] NORONHA, Marcos de (governador). AUC. Coleção Conde dos Arcos [21.04.1755], Códice VI-III-I-I-26, Carta 71 p.73 e 73v.

[330] NORONHA, Marcos de (governador). AUC. Coleção Conde dos Arcos [30.03.1751], Códice VI – III – I – I – 25, Carta 50 p.65v e 66

[331] Tronco linguístico Macro-jê; família Bororo; atual auto identificação Boé.

[332] Para ter paralelo, um escravo negro de minerar em 1783 custava, segundo o governador Luis da Cunha Meneses, em torno de 300 oitavas de ouro [1,0756 kg de ouro quintado], para se pagar em três a quatro anos. Ofício de Luís da Cunha de Meneses a Martinho de Melo e Castro em que propõe algumas medidas no sentido de melhorar a exploração do ouro na capitania para evitar a sua decadência. Carta de Luís da Cunha Meneses a Tristão da Cunha Meneses fazendo uma descrição etnográfica dos índios Kayapó e Karajá. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro - seção de manuscritos cód. 13.4.10, nº75. In APARÍCIO, 1998, p.359.

Pires de Campos, no governo de Marcos José de Noronha e Brito (1749-1755), ou Conde dos Arcos[333].

A partir da leitura de uma carta direcionada ao jesuíta Jozé de Castilho, que atuou no aldeamento Santa Anna do Rio das Velhas, é possível entender um pouco mais a cultura e prática de escravizar indígenas. Antônio Pires de Campos recebeu um pedido do Conde dos Arcos para fazer contato, fazer o descimento e aldear uma nação de língua geral. O Conde dos Arcos tinha mandado construir o aldeamento Santa Anna do Rio das Velhas em 1751, para abrigar os indígenas chamados de "Arachaz"[334], que viviam nas cabeceiras do Rio Grande. Entretanto, a aldeia foi arrasada supostamente pelo Kayapó antes do descimento[335].

Há dúvida se aldeia foi destruída pelos Kayapó, ou por algum sertanista. Era conveniente acusar os Kayapó da destruição e sequestro da aldeia Araxás. Os Araxás eram tupi, logo, visados para serem escravizados por pombeiros e sertanistas. Odair Giraldin (2001) defendeu que os Kayapó pelo seu sistema de vingança matavam todos, não deixando sobreviventes ou capturando cativos. Marcos de Noronha informou "que não contente de grande mortandade que lhe havia feito, lhe cativou todo o resto de sua gente que lhe ficará, que hoje se acham n'as suas aldeias obrigados a mais rigorosa escravidão" [336]. A dúvida é se eram cativos dos Kayapó, ou foram vendidos em outras capitanias como índios administrados, como era praxe.

Como resultado, o Conde dos Arcos enviou Antônio Pires de Campos aos sertões em busca de alguma nação de língua geral para aldear, o que fez seguindo as indicações de outro sertanista chamado Amaro Leite, que disse que os Tapirapé (Apyãwa), Mangarirubaz e Cururuz estavam "pedindo" missionário e queriam ser aldeados.

---

[333] Esse governador afirmou utilizar como fundamentação de suas ações quanto aos indígenas "So Lorzano, de Jure indiarum, e Monte Negro, e vários outros autores que tratam da matéria que professo" NORONHA, Marcos de (governador). AHC - Coleção Conde dos Arcos. Códice VI-III-I-I-26 Carta 118 p109v-110 [09.07.1754]. No caso, trata-se de jurista espanhol e ouvidor de Lima, chamado Joannis de Solorzano Pereira (1575-1655), que escreveu um tratado sobre as leis dos *gentios* americanos. O outro é provavelmente ser Alonso de la Peña Montenegro, arcebispo de Quito, que publicou autor de "Itinerário para Párocos de Índios em 1668". (BARROS; FONSECA, 2010)

[334] Maria Resende informa que os Araxás eram um grupo da nação dos Cataguases, descendentes dos Tremembé que, "do Jaguaribe, no Ceará, vieram para os vales do Alto São Francisco e Rio Paranaíba, entre Goiás, Minas e São Paulo". Os Tremembé pertenciam à família linguística dos cariris e foram renhidos combatentes dos tupis. (RESENDE, 2003, p.33-34). Afirma que na década de 1730, o Conde de Sarzedas permitiu por determinação Régia, que Antonio Pires do Campos recorresse à escravidão "por causa das mortes, roubos e insultos que tem feito os *gentios* Cataguases e mais bárbaros que infestam essas Minas (..) declarando a todos os *gentios* que se aprisionarem por cativos e que estes sejam repartidos pelas pessoas que se empregarem na dita guerra" (Idem, p.34-35). John Monteiro caracteriza Araxá como guarani (1994, p.61).

[335] NORONHA, Marcos de (governador). AUC. Coleção Conde dos Arcos [28.12.1750]. Códice VI-III-I-I-25, p.130-131.

[336] Idem, p.130-131. [28.12.1750]

O governador preparou “miçangas, baetas e varias bagatelas com que se costumam catequizar os *gentios*” [337] para que Antônio Pires de Campos fizesse o descimento. O que o governador e o sertanista não sabiam era que um sertanista de Cuiabá, chamado João Leme, no ano anterior, havia feito uma incursão e de “madrugada cercou-lhe a aldeia e além de muitas mortes que se fizeram cativou lhe mais de duzentas pessoas, que foi vendendo, e trocando no mesmo sertão”[338]. No momento que Antônio Pires de Campos chegou a uma das aldeias, os indígenas imediatamente agiram com a certeza de ser um ato de guerra. Entretanto, o sertanista conseguiu conversar com um dos *maiorais* que ouviu a proposta do sertanista e respondeu

> (..) que os Brancos os tinha já tratado eles como se fossem veados, ou outros animais silvestres, e que o que lhe tinham feito não permitia que se fiassem outra vez deles, e entrando a declamar e fazendo algumas ações com os braços, de sinal a sua gente, que vieram logo acudindo inumeráveis, pretenderam logo matar a Antônio Pires de Campos, e posto que o não conseguissem sempre o feriram com uma flecha perigosamente[339]

Os Tapirapé (Apyãwa) fizeram o ataque e logo em seguida se refugiaram nos matos, não dando oportunidade de vingança ao sertanista. Com a derrota, Antônio Pires de Campos volta da mal sucedida incursão, apesar de ferido por uma flecha envenenada, não quis voltar de mãos vazias e por isso se encaminhou com sua tropa de Bororo aos Curumarê. Após alguns dias de negociações pacíficas, distribuições das bagatelas que tinha levado e provavelmente tempo para se tratar da flechada (a ferida mal curada o matou tempos depois), atacou e matou todos aqueles que reagiram, aprisionando como praxe sertanista, principalmente mulheres e crianças. Conde dos Arcos em sua descrição atenua o que ocorreu, relata que

> (..) falando com o cacique distribuiu todos os prêmios que havia levado, convieram em querer aceitar o missionário, e vieram com o mesmo Antônio Pires mais de cento e cinquenta pessoas, porém com o vigor da estação, e com a grande epidemia que ordinariamente se encontra nos rios no tempo em que eles vão cheios, morreram

[337] NORONHA, Marcos de (governador). AUC. Coleção Conde dos Arcos [24.01.1751]. Códice VI-III-I-I-25, Carta 10, p.19v.
[338] Idem.
[339] Idem.

> muito mais de cem pessoas, e chegando junto ao rio claro com pouco mais de cinquenta índios de ambos os sexos.[340]

O mais provável que tenha acontecido é a versão contada anos depois pelo alferes da Tropa de Pedestre José Pinto Fonseca. A partir de informações conseguidas com a *língua* Karajá Xuanam-piá que o acompanhava a Ilha do Bananal, que Antônio Pires de Campos aprisionou os Curumarê "em árvores, fazendo dar-lhe por divertimento muitos açoites, dizendo que era para os fazer conhecer cativeiro (..) Pelas fazendas do sertão trocou muita d´esta gente por gado e cavalos, e a maior parte fugiu para a sua pátria, publicando nela a tirania dos brancos"[341].

Em uma carta direcionada ao missionário jesuíta Bento Soares, datada de dezembro de 1750, o governador Conde dos Arcos solicitou que ele fosse o missionário dos aldeamentos que Antônio Pires de Campos faria com os cinquenta indígenas da nação Curumarê capturados no rio Araguaia, e que desejava aldear no entorno de Pilões[342]. O governador entendia que esse aldeamento poderia chegar a um ganho de mil e quinhentas almas, o que segundo ele "assim o promete o cacique que aqui fica, de que nas secas futuras poderá trazer o lote de gente da mesma nação que quiserem"[343]. O governador estava inseguro que o jesuíta Bento Soares iria querer missionar os Curumarê e argumentou que o "gentio é civil, e com admiráveis costumes, e tão bons que não consta houvesse bárbara tão bem morigerados"[344]

Segundo o Conde, a escolha por Pilões era devido "não querer [outro lugar] por se tão longe de suas terras" [345]. Difícil acreditar que um sertanista sanguinário como Antônio Pires de Campos, que infringiu a lei que proibia a guerra positiva (ofensiva), iria levar em consideração a opinião dos *gentios* de uma aldeia que atacou, sobre onde eles queriam que fosse erguido o aldeamento. O interesse do sertanista e talvez do contratador de diamantes fosse os aldear perto do rio Claro, local de prospecção de diamantes. Os plano do Conde dos Arcos era que eles fossem enviados para o aldeamento Santa Anna do Rio das Velhas, que estava construindo.

---

[340] NORONHA, Marcos de (governador). AUC. Coleção Conde dos Arcos [24.01.1751]. Códice VI-III-I-I-25, Carta 10, p.19v.
[341] FONSECA, José Pinto da. Carta que o alferes José Pinto da Fonseca escreveu ao Exmo. General de Goyazes, dando-lhe conta do descobrimento de duas nações de índios, dirigida do sitio onde portou (1846). RJ: *RIHGB*,, v. 8, n. 3, tomo VIII, 1867, p.378.
[342] NORONHA, Marcos de (Governador). AUC. Coleção Conde dos Arcos [17.12.1750]. Códice VI-III-I-I-25, p.127v
[343] Idem.
[344] Idem.
[345] Idem.

No aldeamento provisório dos Curumarê havia o problema da comunicação, pois eram uma nação indígena que pertencia à cultura Iny e língua Inyrybê. O Conde dos Arcos remeteu uma carta solicitando a Antônio Pereira do Lago que conversasse com o irmão de Bartolomeu Bueno chamado Ignácio Bueno, que levou dois indígenas do Arraial de Anta para o Distrito de Papoã, para servirem de *línguas*.

> (..) um deles se chama Miguel, que me diziam ser de nação Cayará [Karajá?], ao qual VM lhe dirá da minha parte, e mo remeterá logo a esta Vila o tal índio com toda a segurança, por ser preciso ao serviço de S. Maj. , porquanto se acha um lote de gentios brabos a que ninguém entende a língua, e me dizem que só ele a sabe falar segurando-lhe VM que depois se lhe restituirá, no caso que ele duvide VM lho **tirará a força, e mo remeterá preso**. Isto só se fará depois de extinta todas as persuasões a que ele convenha por bem. Nem tão bem o bom efeito dela que espero a faça com grande atividade que costuma [grifo nosso][346].

O interesse dos mineiros em encontrar o local conhecido como dos *gentios* Araéz, que era uma região contada como sendo de muito ouro fez com que mais e mais sertanistas invadissem terras Iny e Tupi. As invasões e a captura de *gentios* fez com que aumentasse o número de índios ladinos, mantidos nas fazendas em situação de escravidão com status de índios administrados. Antônio Pires de Campos deixou os Curumarê a cuidados do contratador dos diamantes dos rios Claros e Pilões, enquanto o padre Bento Soares não chegasse.

O governador estava ciente dos procedimentos que Antônio Pires de Campos tinha utilizado no descimento, reafirmava a preocupação de resguardar os Curumarê para que eles não fugissem para os sertões e conversassem com os outros para que não se aldeassem[347]. Sabendo da prática comum dos moradores e das tropas de descimento, o governador agradeceu o contratador pelo cuidado que

> Se vosmecê não tivera tomado a sua conta o tratar deles, e acautelar que as fêmeas não fossem perseguidas por alguns habitantes desse Arraial, a quem a consciência não serve de grande embaraço, e como os índios seus maridos se tem esta afronta quanto ela merece, temo que qualquer descuido os possa desgostar de maneira que se ausentem, ou quando forem convidar os outros para que queiram vir para o Grêmio da Igreja, lhe digam tais coisas que eles se não sujeitam por sua vontade a

---

[346] NORONHA, Marcos de (Governador). AUC. Coleção Conde dos Arcos [28.12.1750]. Códice VI-III-I-I-25, p.131v

[347] Idem, p.128-128v [18.12.1750].

> quererem vir (..) o cacique e os mais que o acompanharam estão com tais saudades das mulheres que ninguém os pode dilatar mais[348].

Nos arraiais havia a preponderância de homens e muitos dos casados tinham suas esposas e filhos morando longe, em seu lugar de origem. Identificam-se alguns casos de concubinato com indígenas e de estupro das aprisionadas na documentação do Conde dos Arcos. Conde dos Arcos quis atenuar isso e por isso emitiu ordem e estipulou punição em carta ao Intendente de Pilões, no qual aquele que assediar ou estuprar uma indígena seria preso "em um tornilho por três dias sucessivos estando o tempo que baste em cada um dos dias, e não passará de quarto de hora em cada um deles, e o mais resto do tempo em tronco de donde não sairá sem ordem minha expressa" [349]. Com os brancos, a pena era diferente, deveria ser preso e depois ele decidiria o que fazer.

Conde dos Arcos recebeu o *maioral* Curumarê em vila Boa, prometendo-lhe que colocaria toda a sua nação em paz. Após esse evento "em uma noite fugiram todos, e pode conseguir-se apanhar-se outra vez a maior parte, porém sempre escaparam quatorze homens, e alguns que ficaram, e as mulheres, e as crianças se acham em rio Claro, a donde se aldearam"[350]. O fato das mulheres e crianças terem ficado eram evidência que levou o intendente do julgado de Pilões acreditar que os Curumarê voltariam com tropa para resgata-los, pois "o amor da mulher e dos filhos tem grande jurisdição nesta casta de gente, e posto que disto mesmo queira vosmescê entender que eles foram buscar forças para virem resgatar a mulher do cacique, porque a consideraram cativa" [351]. Segundo o Conde dos Arcos

> (..) eu me não admiro de que esses índios se mostrem tão desconfiados com os brancos, porque a experiência que tenho de lidar com perto de sessenta aldeias de diversas nações, me tem feito ver que nunca índio fez grande confiança de branco, e se isto sucede com os que estão já civilizados, como não sucederá o mesmo, e ainda muito mais com esses que estão ainda brutos, e ainda que Antônio Pires de Campos afirme que os reduziu com amor e com termos civis, eu sempre creio que a pólvora e bala foi a que os obrigou a largarem a sua terra e necessariamente hão de estar amedrontados, e como viram que lhe mataram alguns tudo lhe fará temor e receio de que os queiram matar tão bem a eles, e isto se prova porque de ouvirem tocar o

[348] NORONHA, Marcos de (Governador). AUC. Coleção Conde dos Arcos [28.12.1750]. Códice VI-III-I-I-25, p. 128v-129
[349] Idem, p.129-130 [18.12.1750]
[350] Idem, Carta 10, p.20. [24.01.1751]
[351] Idem, Carta 03, p. 43 [02.01.1751]

> tambor supuseram que os queria devorar, e daqui se originou o fugirem tão impensadamente como VM me diz[352]

Os trinta fugitivos capturados foram mantidos presos em correntes até a ordem de soltura do governador que só liberou as mulheres; o *língua* Miguel foi proibido de sair do aldeamento e seu "dono", de resgata-lo. Dos trinta restantes, cinco que estavam no aldeamento tiveram seus pedidos atendidos para que trouxessem seus parentes que estavam cativos na fazenda de Amaro Leite, para junto a eles.

Os Curumarê prisioneiros no aldeamento foram batizados e recebiam catequese. A despesa que o contratador de diamantes estava fazendo foi paga pela Fazenda Real, suprimentos como "milho, e carne, farinha, galinhas (..), como também os panos riscados"[353] Os indígenas conseguiram fugir o que deixou consternado o governador depois de todo o trabalho de conseguir os *línguas*, que apesar de não deixar claro, dá a transparecer que o contratador dos diamantes teria soltado das correntes e eles fugido[354].

Não há mais notícias de outras bandeiras à Ilha do Bananal depois da comandada por Antônio Pires de Campos (1750), até quando o Barão de Mossâmedes procura efetivar seu plano de salvar a economia com novos descobertos de ouro, com o descimento de nações de *gentios* para novos aldeamentos e a abertura da navegação dos rios Araguaia e Tocantins até Belém do Pará. As bandeiras que ocorreram na Ilha do Bananal a partir de 1774 levaram um grande grupo de Karajá e Javaés a serem aldeados em Nova Beira, aldeamento a margem do Araguaia em território de domínio Iny. Essas bandeiras trazem à tona nuances para se pensar os índios ladinos, os *línguas*, lideranças indígenas e o contato.

[352] NORONHA, Marcos de (governador). AUC. Coleção Conde dos Arcos [02.01.1751], Códice VI-III-I-I-25, Carta 03, p.44.
[353] Idem, p.44v.
[354] Idem, Carta 21 p.52 [28.01.1751]

Quinto Capítulo.

As bandeiras enviadas à Ilha do Bananal e seu entorno e o descimento de Karajá, Javaés e aliados para o aldeamento Nova Beira (1776-1781)

Os indígenas da Ilha do Bananal, e entorno, receberam uma série de bandeiras que ocasionaram a formação de um aldeamento chamado Nova Beira. Analiso o que foi chamado da "Conquista de Nova Beira" pelos portugueses coloniais. A partir dos relatos sobre esse feito se indaga o papel dos *maiorais*, dos embaixadores indígenas, dos *línguas*, dos oficiais de tropas, padres, ouvidores e governador, assim como a politica indígena e indigenista.

Os principais documentos trabalhados no texto que segue foram interpretados por Jozé de Alencastre (1863) e por Juciene Apolinário (2013). O primeiro a escrever sobre essas bandeiras foi o presidente de província José Martins Pereira de Alencastre, quando narra o momento que o governador Barão de Mossâmedes percorreu a capitania estimulando a criação de bandeiras ao vale do rio Araguaia em busca de ouro, em 1773. Descreveu as bandeiras de 1774 e 1775, comandadas por Jozé de Machado de Azevedo e Jozé Pinto da Fonseca a ilha do Bananal. Assim como, a organização dos moradores e governadores em torno do aldeamento de Nova Beira fundado em 1776. Ele descreveu na integra, mas com suas palavras, o relato escrito pelo alferes Jozé Pinto da Fonseca. Acresceu a transcrição do termo de vassalagem do *maioral* Karajá e Javaés e por fim, demonstrou a interferência na politica Javaés feita pelo governador.

Enquanto Alencastre estava preocupado com a politica dos governadores Barão de Mossâmedes e Luis da Cunha Meneses, a autora investigou a politica indígena dos Karajá e Javaés, sem desconderar a politica indigenista colonial. Para além do cronista, a autora apontou os documentos trabalhados e percebeu os nuances da trama colonial e indígena. Trabalhou o período de 1775 a 1780, momento que o aldeamento de Nova Beira foi em parte transferido a Salinas. Apresentou as bandeiras e destacou a carta do alferes José Pinto da Fonseca com a descrição da bandeira enviada ao governador Barão de Mossâmdes em 1775. Interpretou os tratados de vassalagem "assinados" pelos *maiorais*, remeteu-se a interferência na política indígena pelo governador. A autora destacou a politica realizada por uma mulher *língua* na bandeira e sua importância para ambos os lados, para a consolidação da paz e aliança (2011, p.279-312).

Tanto Alencastre, como Apolinário, quanto eu, nós aproximamos e nos afastamos nas interpretações do mesmo evento histórico, pensado a partir dos mesmos documentos. A primeira interpretação que tive sobre esse evento foi em 2013, quando publiquei artigo investigando três casos de *línguas* diferentes: Karajá Xuanam-piá, Kayapó Damiana da Cunha e a existência do colégio de *Línguas* Princesa Imperial Dona Isabel (1870-1886)[355]. A existência de um colégio de *línguas* me chamou a atenção, o presidente de província José V. Couto Magalhães partiu da leitura da politica colonialista portuguesa para defender e formar um colégio para formação de *línguas*. Além do colégio, publicou um livro para ensinar língua geral para os *línguas*.

Tentando entender o que significava a escolarização do ofício de *língua*, voltei o estudo para o caso da Kayapó Damiana da Cunha e da Karajá Xuanam-piá, para entender como era a formação dos *línguas* antes da existência do colégio. Esse artigo foi oriundo do projeto para seleção do doutorado. Analiso a seguir o mesmo caso, já discutido por Alencastre e Apolinário, aproximando-se mais do recorte feito por Apolinário, que destaca a política indígena e a participação da *língua* Xuanam-piá no acordo de paz e vassalagem assinada pelos *maiorais* Karajá e Javaés. Discuto, assim como os autores, a formação do aldeamento de Nova Beira e sua transferência para Salinas e São José de Mossâmedes. O principal documento analisado pelos três autores foi publicado na Revista do Instituto Histórico no ano de 1846[356], escrito pelo alferes José Pinto da Fonseca, relatando a bandeira de 1775. Entre 1775 a aproximadamente 1812, os Iny se tornaram aliados dos colonizadores, ano em que se confederaram com Xavante e Xerente no ataque a um presídio no Araguaia.

Essa história começa em 1774 quando saiu "do Arraial de Crixás uma bandeira comandada pelo alferes Jozé de Machado de Azevedo", com auxilio de José Pinto da Fonseca, rumo a Ilha do Bananal, onde encontrou o *gentio* Pindaê[357]. A bandeira foi financiada pelo Arraial de Traíras, formada à custa dos moradores, dirigiu as margens do rio

---

[355] Sobre esse colégio publiquei o artigo "Contatos e Desacatos: os *línguas* na fronteira entre sociedade colonizadora e indígenas (1740-1889)" na Revista Espaço Ameríndio em 2013. Artigo oriundo do projeto dessa tese.

[356] Fonseca, José Pinto da. 1846. Copia da carta que o alferes José Pinto da Fonseca escreveu ao Exmo. General de Goyazes, dando-lhe conta do descobrimento de duas nações de indios, dirigida do sitio onde portou. Revista Trimensal de Historia e Geographia ou Jornal do Instituto Historico e Geographico Brasileiro, tomo VIII, p. 376-390. Rio de Janeiro. [2ª. edição, 1867] <Permalink: http://biblio.etnolinguistica.org/fonseca_1846_copia acessado em 03.02.2017>. Biblioteca Digital Curt Nimuendaju - http://biblio.etnolinguistica.org

[357] OFÍCIO do [governador e capitão-general de Goiás], Luís da Cunha Menezes, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, sobre a atuação da bandeira comandada por José Machado de Azevedo descobridor dos índios Karajá e Javaés, e acerca da nomeação do alferes José Pinto da Fonseca para o posto de capitão da Companhia de Pedestres de Goiás e solicitando deferimento para o requerimento de António Gomes Barbosa, concedendo-lhe sua reforma, devido às moléstias que padece [?.03.1780]. *AHU_ACL_CU_008, Cx. 32, D. 1997.*

Araguaia, seguindo o roteiro dos Martírios (ALENCASTRE, 1864, p.263). O juiz ordinário do julgado do Tocantins, Mamede Mendes Ribeiro, enviou carta ao secretário de estado da Marinha e Ultramar Martinho de Melo e Castro, afirmando

> (...) estabelecer-se e lançar roça junto a Aldeia do *Gentio* Crixás, que dizem estar junto do Bananal, e isto por duas razões; a primeira porque para esta parte de que há mais bem fundada esperanças de haver minas: e a segunda porque com este *Gentio* além de ser de melhor condição, é maltratado pelo Xavante que todos os anos lhe faz guerra, fica mais fácil à conquista deste levando em sua companhia os outros [grifo nosso][358].

Aparentemente, Crixás era o nome da nação que ocupava o rio Crixás, afluente do rio Araguaia. Pindaê era a nação que ocupava, na visão dos portugueses, a parte mais ao sul da Ilha do Bananal, passa a ser chamada Karajá, nome que se fixou no tempo. As nações citadas são da sociocultura Iny.

Na Coleção de Notícias do governo do Barão de Mossâmedes consta o resumo da bandeira de 1774, que foi ao encontro dos Pindaê, no período de seca na Ilha do Bananal. Composta por cinquenta e seis armas, depois de um mês de andança, perto de um grande rio, foram atacados por grande grupo de índios, como não tinha levado *língua* que entendesse aquela língua, foram atacados com flechas, e

> (..) recorreram à indústria de mostrar-lhes instrumentos de ferro (mineral mais que eles apetecem, e os encanta; fazendo parecer(?), que só com pedras fabriquem perfeitamente canoas, flechas e lanças) ansiosos pelo ferro e desconfiadíssimos de que os Portugueses os procuram só para cativa-los, mostraram por acenos e gestos, que lhes lançarem ao rio toda a mencionada ferramenta, com que intentavam atrai-los: lançando-lhes pois um machado (sem esperança alguma de que pudessem pesca-los no fundo de um tal rio) três índios repentinamente mergulharam aquela joia, desaparecendo os mesmos três por tanto tempo, que a esquadra os julgava reduzidos a cadáveres, quando por cima da água se avistou primeiro o machado [359].

---

[358] OFÍCIO do juiz ordinário do julgado do Tocantins, Mamede Mendes Ribeiro, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, sobre a bandeira formada para concluir ação contra os insultos dos índios que invadiram o distrito de Amaro Leite, mataram um negro, roubaram ferramentas e possibilitaram a fuga de escravos, e solicitando provimento para subsistência da dita bandeira [10.06.1774]. *AHU_ACL_CU_008, Cx. 27, D. 1773*.

[359] FONSECA, Jozé Pinto da. Resumo de uma carta particular do Alferes de Dragões José Pinto da Fonseca, [01.02?.1775] In SOUZA, Thomaz de. Coleção de notícias da Capitania de Goiás, vindas às mãos de particulares assim por diários e cartas, como por cópias de papéis de ofício, e deduzidas por sua ordem (1772-1777), BN. Loc. 07,4,070, p.100-103.

Havia cobiça dos portugueses por ouro e dos Iny por ferro, metais utilizados com intenções muito diferentes. Uma questão que se apresenta é sobre o que levaria o desejo pelos Iny por artefatos ocidentais? Não há como saber quando foi o momento que os Iny conheceram e adquiriram as primeiras ferramentas e artefatos não indígenas, pois como já afirmado no capítulo um, eles tiveram contato com bandeiras e pombeiros, de maneira mais intensa, a partir do século XVII. Não necessariamente a obtenção e o conhecimento sobre os artefatos ocidentais pelos Iny tenha origem somente nos contatos pontuais com essas incursões de apresamento. A obtenção de artefatos portugueses pelos Iny pode ter ocorrido sem a presença de ocidentais, pois de maneira geral, entre os *gentios* havia dinâmicas redes de trocas entre aldeias, o que poderia acarretar a migração de artefatos dos empreendimentos coloniais para os "sertões".

É possível que os Iny percebessem as ferramentas de ferro para além do valor de uso, pois poderiam a semelhança dos Waiwai atuais, estudados por Catherine Howard, tratar o escambo de maneira estratégica, procurando manipular "os bens ocidentais como meio de controlar a situação de contato" (2002, p.26). A lógica dos sistemas de trocas tradicionais indígenas era de obter bens ocidentais e "'domestica-los' e pô-los a serviço de seu projeto de reprodução social" (idem, p.29) e bem comum. Como os Waiwai, os Iny poderiam estar utilizando de uma "linguagem ritual das trocas como instrumento para domesticar esses visitantes 'selvagens' e enigmáticos, e ao mesmo tempo para capturar algo de seus poderes exóticos e ameaçadores" (idem, p.25). A tentativa de pacificação dos invasores e de captura de seus poderes pode ser apresentado pela reação que houve quando os Iny obtiveram o machado que havia sido recuperado pelos mergulhadores Iny. O machado foi levado em "arvorado", ou seja, com os braços erguidos, sendo recebido por "mais de 500 índios, fazendo-lhes por toda a noite os seus festejos de gritos, danças e buzinas"[360]. Tais festejos poderiam ser parte das práticas territoriais Iny de pacificação do outro.

As aldeias indígenas possuíam complexos sistemas de troca, nas quais o escambo era uma relação de reciprocidade, a qual poderia criar laços de amizade e que poderiam durar no tempo (HOWARD, 2002, p.44). É importante a afirmação de Catherine Howard que "relações de troca não são apenas mecanismos dos colonizadores para dominar os povos nativos; elas também constituem a arena onde estes desafiam a dominação e procuram afirmar suas

[360] FONSECA, Jozé Pinto da. Resumo de uma carta particular do Alferes de Dragões José Pinto da Fonseca, [01.02?.1775] In SOUZA, Thomaz de. Coleção de notícias da capitania de Goiás, vindas às mãos de particulares assim por diários e cartas, como por cópias de papéis de ofício, e deduzidas por sua ordem (1772-1777), BN. Loc. 07,4,070, p.100-103.

próprias formas de controle” (idem, p.29). Os *gentios* davam outros significados aos artefatos ocidentais, inserindo-os

> (..) em novos contextos e ser submetidos a complexas transformações de significado e valor. Depois de metamorfosear e domesticar devidamente os bens de troca, os povos indígenas redirecionam nos e captam suas propriedades para satisfazer a seus próprios fins, numa tentativa de apropriação e pacificação dos poderes dos brancos. Tais processos implicam a desconstrução do capital simbólico do colonizador e sua reconstrução à imagem da sociedade indígena (idem, p.29).

Os artefatos ocidentais quando postos em uso a partir de práticas territoriais Iny possuíam funções e significações outras daquelas propostas pelos colonizadores. Em troca de “machados, facas, e vários outros instrumentos desta espécie” [361], os Iny ofereceram “redes de dormir perfeitamente obradas de algodão” [362], além de alimentos e artefatos indígenas. Como resultado da “prática”, os membros da esquadra foram recebidos por setecentos homens “pares de guerra sem mulher, ou criança alguma” [363], quando perguntado por elas responderam “que as veriam quando eles índios vissem as suas” [364]. A falta de crianças e mulheres era sinal claro, tanto para os sertanistas, quanto para os Pindaê, que o outro grupo poderia atacar e estava pronto a se defender.

Os interesses dos portugueses e dos Pindaê ficam mais claros, quando se negociou o ouro e a aliança contra os Akwén. Os Pindaê responderam uma pergunta sobre a existência de ouro, que “sim aparecia, mas que não lhe mostrariam sem que as nossas armas os defendessem do poderoso Xavante (a quem eles tão bem dão o nome de Akroá), que em tudo os hostilizava”[365]. Devido à falta de provisões e a chegada do inverno (época de chuvas), ficou acertado entre o alferes Jozé de Machado de Azevedo e os Pindaê que voltariam no próximo verão (época de seca no cerrado). O alferes ordenou que se construíssem ranchos e se erguesse uma cruz. Segundo Juciene Apolinário o ato de ficar uma cruz em território

---

[361] FONSECA, Jozé Pinto da. Resumo de uma carta particular do Alferes de Dragões José Pinto da Fonseca, [01.02?.1775] In SOUZA, Thomaz de. Coleção de notícias da Capitania de Goiás, vindas às mãos de particulares assim por diários e cartas, como por cópias de papéis de ofício, e deduzidas por sua ordem (1772-1777), BN. Loc. 07,4,070, p.100-103.
[362] Idem.
[363] Idem.
[364] Idem.
[365] Idem.

gentio, era ritual elaborado na tomada da Terra Santa e simbolizava a tomada da posse "em nome de Deus" (APOLINÁRIO, 2011, p.281).

Diferente da bandeira do ano 1774, que não havia *língua* em sua composição, na do ano 1775 havia ordem expressa do governador Barão de Mossâmedes, o qual "mandou *línguas*, encarregada esta diligência ao alferes de dragões Jozé Pinto da Fonseca" [grifo nosso][366], soldado português que esteve presente na incursão anterior. Essa bandeira foi organizada e financiada pelo "ouvidor da comarca [Antônio Jozé Cabral de Almeida[367]], pelo muito que concorreu à expedição da bandeira a expensas próprias"[368].O governador enviou de presente "instrumentos de agricultura, e de varias miçangas, espelhos, navalhas, tesouras, fitas e outras bagatelas além de alguns vestidos de homem e mulher, o instruindo-o do que devia **praticar**, por aquele que lhe pode-se servir de **intérprete** , o mandei encarregado da **fala** e da **carta**" [grifos nosso][369] para o *maioral*. Aparentemente, a carta era um termo de vassalagem.

Segundo o relato, os moradores de Goiás tiveram "tal ardor, e esperança" [370] em encontrar ouro, que cento e vinte homens se alistaram voluntariamente para a nova diligência que ocorreu no período de seca de 1775 para encontrar os Pindaê. A Ilha foi batizada com o nome de Santa Anna, devido a primeira missa ser dita no dia dessa santa[371].

O alferes foi com um termo de vassalagem aparentemente pronto, endereçado ao *maioral* Karajá Aboé-noná da aldeia batizada com o nome português de São Pedro[372]. Sendo

---

[366] SOUZA, Thomaz de. Continuação das noticias subsequentes a Visita Geral da Capitania [25.04.1775 (?)]. In SOUZA, Thomaz de. Coleção de notícias da Capitania de Goiás, vindas às mãos de particulares assim por diários e cartas, como por cópias de papéis de ofício, e deduzidas por sua ordem (1772-1777). Vila Boa de Goiás., p. 64-75. BN. Loc. 07,4,070, p73

[367] CARVALHO, José de Almeida Vasconcelos de Soveral e. Conta pelo expediente do Ex.mo Sr. Marquês de Pombal, e pela Secretária de Estado, sobre o adiantamento da civilização dos Índios, chegada do alferes de Dragões do Continente da Nova Beira, trazendo alguns índios daquelas aldeias, acrescentamento das praças da Companhia de Pedestres, e sobre concorrer o Dr. Ouvidor da Comarca, efetivamente para o adiantamento do mesmo Continente da Nova Beira [20.11.1775]. Livro de Ofícios dirigidas a Corte de Lisboa (..) [1771-1777] AHU_ACL_CU - Cod. 1656 , p.64-65v

[368] OFÍCIO do [governador e capitão-general de Goiás, Barão de Mossâmedes], José de Almeida Vasconcelos [de Soveral e Carvalho], ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, sobre o descobrimento de uma nação de índios menos hostis; o envio do alferes da Companhia de Dragões, José Pinto da Fonseca para entrar em contato com os ditos índios e solicitando remuneração para o executor das diligências dos contatos com esses índios [25.08.1775]. *AHU_ACL_CU_008, Cx. 28, D. 1824*

[369] Idem.

[370] FONSECA, Jozé Pinto da. Conta, que o Alferes comandante dirigiu da Ilha Conquistada ao seu General; e este a enviou logo a Corte com os juramentos dos *maiorais* das duas nações já subjugadas. Ilha de Santa Anna [04.08.1775]. In SOUZA, Thomaz de. Coleção de notícias da Capitania de Goiás, vindas às mãos de particulares assim por diários e cartas, como por cópias de papéis de ofício, e deduzidas por sua ordem (1772-1777). BN. Loc. 07,4,070, p.107-123

[371] Idem.

[372] CARVALHO, José de Almeida de Vasconcelos de Soveral e. Carta familiar do general dirigida à outra pessoa, e datada no Arraial de Meia Ponte a 28 do sobredito mês, e ano de 1775. [28.08.1775]. In SOUZA, Thomaz de. Coleção de notícias da Capitania de Goiás, vindas às mãos de particulares assim por diários e cartas, como por cópias de papéis de ofício, e deduzidas por sua ordem (1772-1777). BN. Loc. 07,4,070, p.106-107

que os sertanistas saíram de vila Boa informados de que os Karajá possuíam três grandes aldeias[373] e eram a nação mais populosa na Ilha do Bananal. A bandeira demorou vinte e quatro dias de viagem para chegar ao destino, dada a pouca caça e água disponível devida à intensa seca, além de muitos doentes. José Martins Alencastre cita que a seca se iniciou em 1773 e só cedeu por fins de 1776, quando houve forte cheias e enchentes (ALENCASTRE, 1864, p.278).

O alferes lembrava que na bandeira do ano anterior foi feita uma cruz e uma rancharia, encontradas destruídas. Juciene Apolinario lembra que fincar uma cruz simbolizava tomar posse do território "em nome de Deus", como se retomassem o ato da tomada da Terra Santa dos infiéis nas cruzadas. O fincar uma cruz era ato de conquista composto por gestos, palavras e locais de memória, ritual que poderia preceder a intervenção militar (2011, p.281-282). Chegando ao arranchamento destruído tocaram tambor e derem alguns tiros. No outro dia, alguns indígenas confirmaram a não disposição ao diálogo, segundo o alferes diziam que os brancos vinham "as suas terras para matá-los, e conduzi-los para as nossas [terras], e fazê-los escravos"[374]. Após os bandeirantes oferecerem ferramentas enviadas pelo "capitão grande", os indígenas afirmaram que chamariam o *maioral.*

Segundo o alferes a negociação foi difícil, pois os Karajá tinham na memória a experiência do contato com o coronel Antônio Pires de Campos, ocorrido a mais de vinte anos (década de 1750), quando tratou com cordialidade os primeiros dias, "tratando esta Nação de baixo de paz, e amizade de alguns dias, no fim destes lhe deu de improviso na principal aldeia, e não dando vida nem aos próprios inocentes reduziu quase tudo ao mais lastimável espetáculo"[375]. O sertanista "desinfestou" a aldeia e levou muitos prisioneiros que

> (..) conduziu nas correntes para seus cativos, sendo a *língua* que trazemos um da dita presa; passou a crueldade deste homem a mandar pelo caminho amarra estes prisioneiros em árvores, fazendo dar-lhe por divertimento muitos açoites, dizendo que era para os fazer conhecer cativeiro (..) Pelas fazendas do sertão trocou muita

---

[373] FONSECA, Jozé Pinto da. Conta, que o Alferes comandante dirigiu da Ilha Conquistada ao seu General; e este a enviou logo a Corte com os juramentos dos *maiorais* das duas nações já subjugadas. Ilha de Santa Anna (04.08.1775). In SOUZA, Thomaz de. Coleção de notícias da Capitania de Goiás, vindas às mãos de particulares assim por diários e cartas, como por cópias de papéis de ofício, e deduzidas por sua ordem (1772-1777) Meia Ponte, 1775, BN. Loc. 07,4,070, p.107-123.

[374] FONSECA, Jozé Pinto da. Conta, que o Alferes comandante dirigiu da Ilha Conquistada ao seu General; e este a enviou logo a Corte com os juramentos dos *maiorais* das duas nações já subjugadas. Ilha de Santa Anna (04.08.1775). In SOUZA, Thomaz de. Coleção de notícias da Capitania de Goiás, vindas às mãos de particulares assim por diários e cartas, como por cópias de papéis de ofício, e deduzidas por sua ordem (1772-1777) Meia Ponte, 1775, BN. Loc. 07,4,070, p.107-123.

[375] Idem.

> d´esta gente por gado e cavalos, e a maior parte fugiu para a sua pátria, publicando nela a tirania dos brancos [grifo nosso][376].

Antonio Pires de Campos era um sertanista que tinha em seu domínio um grupo de Bororo aliciado no Mato Grosso. Foi contratado para *desinfestar* os Kayapó no sul da capitania, o que não o impediu de invadir outras nações indígenas. Apesar da ilegalidade, atacou primeiro os Tapirapé; sendo rechaçado no caminho, fez "a prática" na maior aldeia Karajá (chamados de Cururmarê na época) conhecida pelos portugueses. A lei proibia fazer guerra ofensiva, o que consequentemente tornava ilegal os ataques às aldeias; apenas era permitida a guerra defensiva, contra "índio de corso"[377] e sob o comando do governador. O governador Conde dos Arcos, que tinha esse sertanista sob contrato, teve algumas medidas administrativas, mas sem causar maior impacto, pois tinha uma dependência enorme desse sertanista, dada a sua tropa de indígenas Bororo.

Apesar dessa triste memória, o alferes manteve uma negociação constante: doou ferramentas e utensílios, por intermédio da *língua* Xuanam-piá (ALENCASTRE, 1864, p.269) leu o tratado de vassalagem que o rei português enviara. Segundo o relato, o *maioral* "fez nos seus ânimos uma grande impressão ver que um papel falava coisas de seu agrado" [378]. O *maioral* Aboé-noná, depois do encontro, foi com os índios e os presentes recebidos para uma "crova" no meio do rio, ou seja, uma ilha na qual havia um buraco semelhante a uma trincheira para a defesa contra os "Xavante, que eles chamam de Akroâ"[379]. Horas depois, Aboé-noná vai até o arranchamento e busca o alferes para juntos irem à área fortificada, levando-o, depois que aportou na ilha, pelas mãos até a sua tenda[380]. Chamou a atenção do alferes que "ali me tratou não como gentio, mas como homem civil, e politico, não indo na minha companhia mais que a *língua*, e duas pessoas nossas" [381]. Sentou na esteira dentro da tenda e fumou junto ao *maioral*.

---

[376] FONSECA, José Pinto da. Carta que o alferes José Pinto da Fonseca escreveu ao Exmo. General de Goyazes, dando-lhe conta do descobrimento de duas nações de índios, dirigida do sitio onde portou. RJ: Revista Trimensal de Historia e Geografia. v. 8, n. 3, tomo VIII, 1867, p.378.

[377] Índios que não estavam fixos em aldeias, porque estavam em expedições de caça e pesca, ou contra inimigos, ou poderiam ser migrantes.

[378] FONSECA, Jozé Pinto da. Conta, que o Alferes comandante dirigiu da Ilha Conquistada ao seu General; e este a enviou logo a Corte com os juramentos dos *maiorais* das duas nações já subjugadas. Ilha de Santa Anna [04.08.1775]. In SOUZA, Thomaz de. Coleção de notícias da Capitania de Goiás, vindas às mãos de particulares assim por diários e cartas, como por cópias de papéis de ofício, e deduzidas por sua ordem (1772-1777). BN. Loc. 07,4,070, p.107-123

[379] Idem.

[380] Idem.

[381] Idem.

A *língua* Xuanam-piá era versada em Inyrybê[382] e em português. No momento que estavam na tenda, seus parentes chegaram, abraçando e chorando a saudade por parentes mortos e raptados e toda a violência ocorrida. O alferes cuidou "em enxugar lhes as lágrimas com mimos, que V. Ex.cia lhes mandou, sendo tudo para eles muito estimável principalmente o que é de ferro" [383].

O sertanista estrategicamente deixou a *língua* dois dias com os parentes; segundo ele, para reforçar seu conhecimento da língua. O alferes desistiu de estabelecer "a prática" naquele dia, termo de época referente às conversas e negociações presentes nos descimentos, "pois as lágrimas da *língua* a embaraçavam para atender ao que se passava" [384]. Dois dias pode ter sido tempo o bastante para recordarem o acontecido há mais de vinte anos com a bandeira de Antonio Pires de Campos e pensar a situação que estavam passando e a aldeia articular como proceder com a bandeira do alferes. Segundo o soldado, deixar a *língua* a "sós" com os Iny era para que "mostrasse aos seus Parentes, que não era nossa escrava, como eles cuidavam, me determinei a voltar deixando-a estar ali com eles; o que me custou a conseguir dela, no que em fim conveio"[385].

O alferes conduzia com astúcia e com encenação as negociações, aproveitou que a *língua* não se adaptou à comida dos Karajá (segundo ele), que estavam reunidos em grande número, mandando dois escravos a servir com todas as pompas possíveis, disse aos mesmos para dizerem discretamente a ela afirmar que era assim que os brancos tratavam os indígenas (o jantar foi assistido por vários indígenas)[386]. No outro dia chegaram cinco canoas com parentes da *língua*, supostamente em sinal de amizade, segundo ele era "o modo de agradecer o trato, e estimação, que fazia a sua parenta"[387]. Juciene Apolinário afirmou que o jantar poder ter apresentado outra situação, a de que o fato da *língua* ser servida por negros, apresentasse aos indígenas os valores "brancos" de subjulgar povos de pele mais escura e escravizá-los. Cita que para os indígenas a cena poderia mostrar o quanto a relação dos colonizadores com outros povos é de humilhação (2011, p.292).

[382] Língua Inyrybê é falada atualmente por três etnias Iny que vivem no vale do Araguaia: Karajá, Javaés e Xambioá.
[383] FONSECA, Jozé Pinto da. Conta, que o Alferes comandante dirigiu da Ilha Conquistada ao seu General; e este a enviou logo a Corte com os juramentos dos *maiorais* das duas nações já subjugadas. Ilha de Santa Anna [04.08.1775]. In SOUZA, Thomaz de. Coleção de notícias da Capitania de Goiás, vindas às mãos de particulares assim por diários e cartas, como por cópias de papéis de ofício, e deduzidas por sua ordem (1772-1777). BN. Loc. 07,4,070, p.107-123.
[384] Idem.
[385] Idem.
[386] Idem.
[387] FONSECA, José Pinto da. Carta que o alferes José Pinto da Fonseca escreveu ao Exmo. General de Goyazes, dando-lhe conta do descobrimento de duas nações de índios, dirigida do sitio onde portou. RJ: *Revista Trimensal de Historia e Geografia*. v. 8, n. 3, tomo VIII, 1867, p.379

Os parentes afirmando que “não tinham mulheres (na tal Crova), e os brancos a tratavam tão bem, viesse para cá passar a noite (..)”[388] na aldeia. Assim se repetiu por dias, a *língua* indo ao encontro aos seus parentes na noite. A presença da *língua* na aldeia, sem a companhia de qualquer outro componente da bandeira, era o momento propício para perguntas, as quais eram endereçadas na tentativa de compreender a presença da bandeira na Ilha do Bananal, o desejo por ouro dos visitantes e uma possível aliança contra os Akwén. As determinações coletivas da aldeia que saíram dessas conversas foram ao encontro aos objetivos da bandeira, demonstrando a efetividade da *língua* em tratar a aliança. O alferes entendia como positivo que a *língua* ficasse com os seus parentes na aldeia, pois “por esse modo ela se adiantou na língua gentílica”[389]. Aparentemente, as ações do alferes denotavam confiança na *língua*.

Juciene Apolinário destacou que há distinção entre os Iny quanto à divisão social de gênero, onde a mulher assumia a casa e filhos, enquanto o homem as funções publicas e fora da aldeia, como a guerra e o contato com populações externas, era posta em frente à intermediação politica feita por uma mulher bilíngue. A *língua* estava em um “jogo” que, tanto pelo lado dos colonizadores, quanto dos indígenas, a politica era feita por homens (2011, p.285).

A tática usada pelo alferes era usar a *língua* para convencer da boa fé dos bandeirantes, visto os Karajá estarem com medo de traição. Medo que ficou explicitado quando o *maioral* Aboé-noná estava na tenda do alferes e se assustou com os rangidos das chaves de um baú, com medo que estivessem pegando correntes para aprisioná-lo, fugiu para a “Crova”. Na mesma noite, a aldeia vizinha a “crova” foi esvaziada. Os bandeirantes resolveram ficar no mesmo lugar[390].

Possivelmente, os Iny também possuíam a figura do *língua*, do intermediário, alguém que vai a frente fazer a intermediação do contato, por ser conhecedor do costume do outro e de sua língua. Os *línguas* indígenas poderiam ser acionados para o diálogo com os nascidos no Brasil, assim como entre povos indígenas. Sabe-se que o *maioral* Karajá enviou após três dias um índio Bororo, seu “escravo”. Provavelmente, o “escravo” era oriundo do ataque que Antonio Pires de Campos fez com sua tropa de Bororo mais de vinte anos antes.

---

[388] FONSECA, José Pinto da. Carta que o alferes José Pinto da Fonseca escreveu ao Exmo. General de Goyazes, dando-lhe conta do descobrimento de duas nações de índios, dirigida do sitio onde portou. RJ: *Revista Trimensal de Historia e Geografia*. v. 8, n. 3, tomo VIII, 1867, p.379.
[389] Idem.
[390] Idem, p.380

O *língua* Bororo disse que fugiram "porque queríamos amarrar seu senhor para o levarmos por nosso escravo"[391]. O alferes afirmou ao *língua* Bororo que se quisessem fazer mal fariam igual aos outros brancos, quando os indígenas vissem já estariam dentro da aldeia. E, que eles atiraram fogos de artifício para que eles viessem recebê-los. Em sinal de negociação, o alferes deu ao *língua* Bororo a ferramenta que acreditava ser a mais estimada pelos Karajá, um enxó de fazer canoas, além outras ferramentas[392].

Naquele momento, a negociação ganha outro tom e o interesse dos Karajá fica mais explícito. O *maioral* Aboé-noná disse "que o seu coração lhe dizia, que lhe queríamos fazer mal, e que os antigos da sua Aldeia assim lhe prognosticaram"[393]. O bandeirante afirmou que tempos de barbaridades já tinham passado, que os brancos não capturam mais índios, e que poderiam fazer perguntas à *língua*. Argumentou o alferes que se os índios se aliassem à Coroa viveriam em liberdade e seriam

> (..) vassalos do rei (..) que ama e estima como seus portugueses (..) que viam já as utilidades que tiravam de nossa amizade nas ferramentas que possuíam (..) que refletissem que não eram senhores de colherem suas roças com as invasões dos Akroá, pela qual causa passavam muitas fomes, e que só a sombra de nossas armas podiam lhes colher e semear seu alvo, e terem seguras suas mulheres na aldeia (..) não poderiam eles conseguir tantas vantagens sem serem aliados dos portugueses[394].

Se por um lado os portugueses condicionaram a seu favor as relações entre as nações indígenas; de outro, o contato e negociação com os portugueses poderia ser percebido como oportunidade pelos indígenas. Obter ferramentas, armas e se aliar contra inimigos comuns poderia ser oportuno.

O termo de vassalagem apresentava promessas em torno da igualdade perante o rei entre indígenas e portugueses, afirmava mudanças nas atitudes dos brancos como a não existência de bandeiras com homens maus, fez-se promessas de liberdade.

---

391 FONSECA, José Pinto da. Carta que o alferes José Pinto da Fonseca escreveu ao Exmo. General de Goyazes, dando-lhe conta do descobrimento de duas nações de índios, dirigida do sitio onde portou. RJ: *Revista Trimensal de Historia e Geografia*. v. 8, n. 3, tomo VIII, 1867, p.379..
392 Idem.
393 FONSECA, Jozé Pinto da. Conta, que o Alferes comandante dirigiu da Ilha Conquistada ao seu General; e este a enviou logo a Corte com os juramentos dos *maiorais* das duas nações já subjugadas. Ilha de Santa Anna (04.08.1775). In SOUZA, Thomaz de. Coleção de notícias da Capitania de Goiás, vindas às mãos de particulares assim por diários e cartas, como por cópias de papéis de ofício, e deduzidas por sua ordem (1772-1777) Meia Ponte, 1775 p.107-123 BN. Loc. 07,4,070
394 FONSECA, José Pinto da. Carta que o alferes José Pinto da Fonseca escreveu ao Exmo. General de Goyazes, dando-lhe conta do descobrimento de duas nações de índios, dirigida do sitio onde portou. RJ*: Revista Trimensal de Historia e Geografia*. v. 8, n. 3, tomo VIII, 1867, p.381-382.

Em determinado momento, o alferes passou a utilizar da música e distribuição de brindes para promover espaços de convivência e aproximar-se dos indígenas e ganhar sua confiança. Mostrou brindes que trouxe para as mulheres, aos homens, para despertar o desejo, dizendo que o capitão grande ordenou que só pudesse entregar na mão das mulheres. Algumas mulheres se escondiam nas canoas e iam em direção ao arranchamento para pedir “dádivas”.

> (..) quererem as dádivas (..) fez vir algumas ocultamente em canoas cobertas com esteiras, mas como é dificultoso guardar mulheres, não se puderam ocultar tanto, que a nossa língua não desse com uma emboscada, onde estava a família do *maioral*, o qual disse não havia remédio se não aparecerem, já que não souberam ocultar-se[395]

Ele procurou adular as mulheres e para isso utilizou o fato da *língua* ser mulher e a aproximou das duas filhas e da irmã do *maioral* Aboé-noná. O alferes deu vestidos às filhas e sobrinhas do *maioral* e elas, influenciando a vinda das outras mulheres atrás de brindes como os brincos e espelhos.

A irmã do *maioral* chorava por ter seu filho raptado por Antonio Pires de Campos, o alferes disse ser seu filho, que não tinha mãe e assumiria o lugar do rapaz perdido. Chamava-a de mãe e ela de filho (provavelmente em Inyrybê), que segundo o alferes, agradou o *maioral*[396]. O alferes tratou um índio mordido por uma piranha com remédios, além de mitigar a dor, deu-lhe uma faca de presente[397], o que “não tardou a vir uma frota de parentes seus a dar-me outra esfrega na cara [forma de agradecimento]”[398]. A *língua* acenou ao alferes que essa atitude foi muito bem vista, fato comprovado com a mudança no comportamento dos Karajá, que dali em diante, navegavam em direção à sua aldeia de dia, ao invés de ir à noite para se esconderem[399].

Os aliados Javaés foram comunicados e com isso apareceram no pátio da aldeia Karajá, anunciando sua chegada de “modo costumado”, com buzinas e gritaria, armados com lanças,

[395] FONSECA, Jozé Pinto da. Conta, que o Alferes comandante dirigiu da Ilha Conquistada ao seu General; e este a enviou logo a Corte com os juramentos dos *maiorais* das duas nações já subjugadas. Ilha de Santa Anna [04.08.1775]. In SOUZA, Thomaz de. Coleção de notícias da Capitania de Goiás, vindas às mãos de particulares assim por diários e cartas, como por cópias de papéis de ofício, e deduzidas por sua ordem (1772-1777). BN. Loc. 07,4,070, p.107-123
[396] Idem.
[397] Idem.
[398] Idem.
[399] Idem.

> Neste tempo se meteram os Karajá todos em batalha, e o *maioral* na frente. Desembarcando-se os Javaés se meteram também em batalha na frente dos outros, todos com as armas nas mãos; dispostos os dois batalhões, avançaram um contra o outro (três vezes) com grandes gritos fixando todo o corpo em grande circulo, do meio deste saia um soldado de cada nação a jogar luta, e ao cair de algum se dava insuportáveis gritos; os dois que lutavam saiam para fora, e iam formar linha para de lá correrem parelha, correspondendo tudo a gritos, e toques de buzina[400].

Como sinal de concordância quanto à aliança com os portugueses, o *maioral* entregou sua lança. Os dois *maiorais* Iny "assinaram" o tratado de vassalagem, mas o que não cessou a desconfiança em relação à expedição.

Devido ao medo de um possível ataque dos cristãos e de indígenas inimigos, os Iny "não podiam pescar, nem caçar (..) não se atreviam ir as suas roças, sobejando-lhes lá o mantimento"[401]. Os Iny estavam em guerra contra aldeias que afirmavam ser Xavante, enquanto esse grupo era identificado pelo alferes como Akroâ.

Devido ao grande número de homens Iny e cristãos na "crova", o suplemento de alimentos estava acabando e havia fome entre os indígenas. O alferes, de maneira astuta, percebeu isso e esperou a fome aumentar para oferecer vinte e quatro soldados para ir com eles fazer a colheita na roça, a três léguas da aldeia onde estavam as mulheres e crianças. Os Karajá segundo o alferes estavam receosos de dividir seu grupo, pois temiam que os cristãos aproveitassem para de um lado sair da "crova" e ir até a aldeia sequestrar suas mulheres e crianças, enquanto o outro grupo iria para roça, toma-la[402]. Uma forte seca assolava as plantações em Goiás, que já vinha ao menos há dois anos (o período completo da estiagem foi de 1773 a fins de 1776, enquanto a bandeira foi em 1775) (ALENCASTRE, 1864, p.278).

Os soldados, junto a um grupo de Iny, foram às plantações divididos em dois grupos, um por terra e outro por rio. Aos soldados foi recomendado não mexer com ninguém e em nada indígena. Eles "mataram muitos veados, que por não estarem acostumados a ver gente vestida não fugiam dela, deixando-se chegar bem a tiro, o que fazia grande admiração ao *gentio* não sabendo o motivo do feito"[403]. A expedição voltou com quinze barcos cheios de

---

[400] FONSECA, Jozé Pinto da. Conta, que o Alferes comandante dirigiu da Ilha Conquistada ao seu General; e este a enviou logo a Corte com os juramentos dos *maiorais* das duas nações já subjugadas. Ilha de Santa Anna [04.08.1775]. In SOUZA, Thomaz de. Coleção de notícias da Capitania de Goiás, vindas às mãos de particulares assim por diários e cartas, como por cópias de papéis de ofício, e deduzidas por sua ordem (1772-1777). BN. Loc. 07,4,070, p.107-123

[401] Idem.

[402] Idem.

[403] Idem.

mantimentos (APOLINÁRIO, 2011, p.304). À bandeira foi permitida botar roça, localizada entre a aldeia e a roça dos indígenas.

Os Iny tinham a memória do massacre feito por Antonio Pires de Campos na década de 1750. Anos depois, outra tropa arranchada a porta de suas aldeias. Sua estratégia para lidar com essa bandeira era a de coloca-los contra seu inimigo Akwén. Os Iny já tinham afirmado na bandeira anterior, que diziam onde estava o ouro, em troca da aliança contra os Akwén. A confluência de interesse ocasionou o tratado de vassalagem, após uma missa. Nas palavras do alferes sobre esse ato

> (..) foi conduzido os dois Chefes das Nações ao lugar aonde se celebra a Missa, e depois de lhe explicar a *língua* o que ali se representava, e o lugar, em que estavam, assistiram a ela de joelhos com as mãos postas, e com tal atenção, que não faltou quem de prazer não podem conter as lágrimas em ver tanto fervor em gente tão nova na fé, e na política [grifo nosso][404].

Os *maiorais* compreendiam a missa como um ritual, pois os Iny celebram rituais e sabem a importância de seguir o rito, como quando ditos para se ajoelharem e juntarem as mãos. Provavelmente, os *maiorais* tinham consciência que os atos políticos em acordos de aliança pedem reciprocidade. Possivelmente, percebiam a simbologia e os códigos presentes na missa como evocação ao sagrado, se assim for, entendiam os padres como pajés dos brancos, logo, aqueles que falam com os espíritos. Juciene Apolinário destacou que provavelmente a *língua* Xuanan-piá traduziu o rito da missa para os *maiorais* (2011, p.305), entretanto, a liturgia em latim estava além de suas possibilidades.

Após a missa e assinatura do tratado de vassalagem o alferes mandou soltar um grande foguete. O *maioral* levou o alferes, junto à *língua* e um camarada, para visitar a aldeia onde estavam as mulheres. O alferes levou miçangas e fitas, e, na aldeia recebeu muitos presentes de sua mãe Iny. Brindou todo o mulherio, e percebeu que as mulheres velhas que vivenciaram o ataque de Antonio Pires de Campos tinha medo dele e só pegavam os presentes quando levadas à força pelos maridos, diferente das novas que não tinha tanto medo. Visitou todas as famílias de casa em casa, e chegou à conclusão que a aldeia tinha em torno de quatrocentos

[404] FONSECA, Jozé Pinto da. Conta, que o Alferes comandante dirigiu da Ilha Conquistada ao seu General; e este a enviou logo a Corte com os juramentos dos *maiorais* das duas nações já subjugadas. Ilha de Santa Anna [04.08.1775]. In SOUZA, Thomaz de. Coleção de notícias da Capitania de Goiás, vindas às mãos de particulares assim por diários e cartas, como por cópias de papéis de ofício, e deduzidas por sua ordem (1772-1777). BN. Loc. 07,4,070, p.107-123.

almas. Batizou a aldeia com nome de S. Pedro do Sul. Juciene Apolinário afirma que o nome era Almeida de São Pedro do Sul (2011, p.306). Em troca de aceitarem a ida de um padre para batizar os inocentes, o alferes enviou gente da bandeira ajudar os Karajá derrubar roça[405].

Momento que foi enviado um grupo de quatro guerreiros Karajá com mais alguns soldados a verificar a existência de fogo próximo às roças. O fogo era sinal dos Javaés, pois junto ao fogo encontraram um grupo em uma canoa, que lhes informou que os Xavante/Akroâ tinham sequestrado duas mulheres, que conseguiram fugir[406].

O tratado de vassalagem, por fim, foi "assinado" no dia 31 de julho de 1775[407]. O alferes enviou ao governador, junto ao termo, os *aheto* (para os *Iny*), ou "penachos, ou para melhor dizer as suas Coroas"[408], as lanças dos *maiorais* e a carta com o relato da bandeira no dia 04 de agosto de 1775[409]. O tratado de vassalagem e a resposta dos *maiorais* indica a importância de tais documentos, primeiro o tratado de vassalagem, a carta enviada pelo Rei ao *maioral* Karajá

> (..) desejo a vossa amizade, e praticar a beneficio vosso aqueles poderosos efeitos de proteção, que nos concede o nosso Augustíssimo Soberano, aquele, que é Senhor das terras, que habitais, e das próprias vidas dos Brancos, e dos Negros, e que existindo além do grande lago oceano envia para cá aos seus Filhos aquelas coisas, que podem servir a sua comodidade, e de quem vos remeto uma pequena mostra (..) Rei de Portugal, em nome de quem vos livrarei do Xavante, e das outras Nações, que vos perseguem, socorrendo-vos com pólvora, e bala, e homens ao seu uso costumado, suposto não poderem emprega-las sem autoridade Real[410].

[405] FONSECA, Jozé Pinto da. Conta, que o Alferes comandante dirigiu da Ilha Conquistada ao seu General; e este a enviou logo a Corte com os juramentos dos *maiorais* das duas nações já subjugadas. Ilha de Santa Anna [04.08.1775]. In SOUZA, Thomaz de. Coleção de notícias da Capitania de Goiás, vindas às mãos de particulares assim por diários e cartas, como por cópias de papéis de ofício, e deduzidas por sua ordem (1772-1777). BN. Loc. 07,4,070, p.107-123.

[406] Idem.

[407] SOUZA, Thomaz de. Cópia de uma espécie de memorial presentado em Lisboa no Verão de que resume o estado da atração efetiva, que já consta conseguir-se em parte do gentilismo do Continente de Goyaz [s/d]. In SOUZA, Thomaz de. Coleção de notícias da Capitania de Goiás, vindas às mãos de particulares assim por diários e cartas, como por cópias de papéis de ofício, e deduzidas por sua ordem (1772-1777). BN. Loc. 07,4,070, p.172-174.

[408] FONSECA, Jozé Pinto da. Conta, que o Alferes comandante dirigiu da Ilha Conquistada ao seu General; e este a enviou logo a Corte com os juramentos dos *maiorais* das duas nações já subjugadas. Ilha de Santa Anna [04.08.1775]. In SOUZA, Thomaz de. Coleção de notícias da Capitania de Goiás, vindas às mãos de particulares assim por diários e cartas, como por cópias de papéis de ofício, e deduzidas por sua ordem (1772-1777) BN. Loc. 07,4,070, p.107-123.

[409] Idem.

[410] CARVALHO, José de Almeida de Vasconcelos de Soveral e, Carta do general dirigida ao *maioral* da Nação Karajá [04.05.1775]. In SOUZA, Thomaz de. Coleção de notícias da Capitania de Goiás, vindas às mãos de particulares assim por diários e cartas, como por cópias de papéis de ofício, e deduzidas por sua ordem (1772-1777). BN. Loc. 07,4,070, p. 124-125

Havia a compreensão da Coroa portuguesa que os territórios indígenas pertenciam aos portugueses, como quando afirmado “aquele, que é Senhor das terras, que habitais”. O tratado de vassalagem propiciaria no lado dos portugueses um arcabouço jurídico que possibilitaria reivindicar a posse do território frente às nações europeias. A Ilha do Bananal ficava para além do domínio português previsto pelo tratado de Madri (1750).

Pelo lado dos Karajá e Javaés, o tratado influiria quanto ao domínio do território em detrimentos dos seus inimigos Akwén (Akroá/Xavante), pois teriam um forte aliado. Além da promessa de guerra, havia outra de mais produtos de procedência ocidental "que podem servir a sua comodidade". Juciene Apolinario apresentou cinco vantagens oferecidas aos indígenas no tratado, 1º Proteção do Rei; 2ºAcesso a instrumentos de ferro; 3º Aumento do excedente de produção agrícola com uso do ferro; 4º Aliança contra inimigos em comum e o 5º e maior beneficio, ter conhecimento do verdadeiro Deus (2011, p.295). A resposta aos termos apresentados pelo alferes com o intermédio da *língua* está em uma carta que ao menos em tese foi ditada pelo *maioral*:

> Na minha terra chegou gente sua, Senhor, dando para nós muitas coisas, que estimamos, **que Deus paga para ti**, e um papel que para nos está falando coisas boas. E teu filho diz para nós, que tu diz ter coração bom, e o grande pai dos Brancos, que mora da outra banda d´Alagoa grande, que quer tomar cuidado para agente da nossa pele, e assim nos vai parecendo que a tua gente não faz mal para Nós; eu quero tu fala para eles, que fica assim sempre, e que **livra nós do Xavante e Akroá**, nós fica camarada por uma vez. Quando teu filho vai para tua terra, **eu manda minha filho visitar casa tua: eu espero, que tu Senhor manda ele outra vez** para meu coração não fica doendo [grifo nosso][411].

A frase “que Deus paga para ti”, dá indícios que os *maiorais*, que tiveram poucos dias para entender os preceitos cristãos, interpretaram a partir de bases próprias a maneira como os brancos se comunicavam com o sagrado. A divindade cristã poderia ser entendida como um ente da natureza, um espírito dono dos brancos, chamado Deus. Em uma interpretação do cristianismo por *gentios* poderia representar que Deus era quem concedia a dádiva das ferramentas, armas, gado e cavalos, enviadas pelo capitão grande “da outra banda d´Alagoa

[411] NONA, Aboé. Resposta [03.08.1775]. In SOUZA, Thomaz de. Coleção de notícias da Capitania de Goiás, vindas às mãos de particulares assim por diários e cartas, como por cópias de papéis de ofício, e deduzidas por sua ordem (1772-1777). BN. Loc. 07,4,070, p.125-126.

grande". O alferes relatou que leu o termo para o *maioral* dos Javaés Acabedú-ani, a indagação registrada que fez é "se aquele papel era Deus"[412].

Por conhecer o hábito dos sertanistas de sequestrar os filhos dos *maiorais*, houvesse o pedido do *maioral* para que seu filho fosse devolvido, que foi acompanhando parte da bandeira que retornou, como embaixador dos Iny. Os embaixadores indígenas, na maioria dos documentos, eram apresentados como filhos dos *maiorais*. Era prática entre os *gentios* enviarem seus filhos para fazer o contato, como embaixadores, os mesmos poderiam compreender que o capitão grande tinha enviado o seu, representado pelo alferes José Pinto da Fonseca. Lê-se na carta "teu filho diz para nós, que tu diz ter coração bom, e o grande pai dos Brancos (..) que quer tomar cuidado para agente da nossa pele" [413].

Após o tratado e a instalação da bandeira na aldeia de São Pedro, parte retornou aos domínios da Coroa. Um resumo de duas cartas enviadas pelo alferes sobre a situação "da Conquista da Ilha, Nova Beira", uma de setembro e outra de novembro de 1775. Em ambas, afirmou que apesar de assinarem o termo de vassalagem as duas nações, Karajá e Javaés, continuaram com as "desconfianças e queixas contra os portugueses em tal forma, que por modo nenhum deixavam compreender a ele comandante quanto era o terreno da Ilha, quanto o número de Aldeias, que possuíam, e quantas as nações habitantes daquele continente"[414].

O alferes ciente dessas desinformações que os Iny lhe passavam pede desculpas nas cartas pelas incongruências nas informações repassadas. Depois de dois meses de convívio e tentativas de familiarizar, "conseguiu sem oposição dos índios reconhecer plenamente"[415]. Descobriu que a Ilha do Bananal era realmente uma ilha com oitenta léguas por doze de extensão, e diferente do que pensavam sobre os Javaés, havia mais de uma aldeia[416], no total de três; enquanto havia seis aldeias Karajá, em um total estimado de nove mil almas[417].

---

[412] FONSECA, Jozé Pinto da. Conta, que o Alferes comandante dirigiu da Ilha Conquistada ao seu General; e este a enviou logo a Corte com os juramentos dos *maiorais* das duas nações já subjugadas. Ilha de Santa Anna [04.08.1775]. In SOUZA, Thomaz de. Coleção de notícias da Capitania de Goiás, vindas às mãos de particulares assim por diários e cartas, como por cópias de papéis de ofício, e deduzidas por sua ordem (1772-1777) BN. Loc. 07,4,070, p.107-123.

[413] Idem.

[414] SOUZA, Thomaz de. Resumo de mais duas cartas particulares do Alferes de Dragões Comandante da Conquista da Ilha, Nova Beira datadas na Capital de Goiás a 22 de Novembro, e 18 de setembro de 1775 [s/d]. In SOUZA, Thomaz de. Coleção de notícias da Capitania de Goiás, vindas às mãos de particulares assim por diários e cartas, como por cópias de papéis de ofício, e deduzidas por sua ordem (1772-1777). Vila Boa de Goiás. BN. Loc. 07,4,070, p.127-133

[415] Idem.

[416] No início da bandeira o alferes acreditava que só havia "a nação dos Javaés consta só de uma grande aldeia, a qual demora rio abaixo três dias de viagem de canoa, e abaixo desta onde este rio faz barra no Araguaia, fica a nação dos Tapirapé, e de fronte dela, da outra parte do Araguaia, um grande reino dos Aroaquez, sendo suposto o nome de uma nação, a que chamam Curibaré" Curibaré segundo o mesmo, foi uma confusão feita em torno de um índio Karajá chamado Curibaré VER. FONSECA, Jozé Pinto da. Conta, que o Alferes comandante dirigiu da

José Martins Alencastre cita que José Pinto da Fonseca no dia 02 de agosto 1775, visitou as casas das aldeias, batizou a principal aldeia dos Karajá de São Pedro do Sul e estimou haver mais de seiscentos arcos. Dias depois, voltou com o Fr. Francisco da Vitória, capelão da bandeira, e batizou todas as crianças. Visitou também uma grande aldeia dos Javaés, batizada pelo ouvidor de Ponte de Lima, e as outras de Angeja, Lavradio e Anadia (1864, p.274-275). Manuel Aires de Casal indica quais seriam os nomes portugueses que as aldeias Iny receberam, segundo o mesmo

> Foram reduzidas a paz as duas nações selvagens Karajá e Javaés, que possuíam a Ilha de Santa Ana, ou Bananal, e estabelecidas à primeira em seis aldeias, e outra em três, quase todas com nomes de povoações de Portugal, a saber: **Angeja**, **Seabra**, ambas de Karajá, perto da extremidade meridional da Ilha. A primeira vizinha ao braço oriental, à outra perto do ocidental; **Cunha**, de Javaés, 10 léguas ao norte de Angeja e longe do rio; **Anadia**, de Karajá, 8 léguas ao norte de **Seabra** e perto do rio; **São Pedro**, dos mesmos, e 5 léguas ao nordeste de **Cunha**, próximo à margem do rio; **Ponte de Lima**, de Javaés, no centro de ilha; Lavradio, 15 léguas ao norte de **Anadia**; **Lamaçais**, 13 para o setentrião, ambas de Karajá, na vizinhança do rio; e **Melo**, de Javaés, longe do braço oriental (CASAL, 1817, p.154 – grifo nosso)

Abaixo segue mapa ampliado e corrigido por Wilhelm von Eschwege, provavelmente com data próxima ao ano de 1833, o original foi elaborado por Thomas de Souza em 1778[418]. Apresenta-se primeiro um fragmento dele, depois a versão original. Nele é possível ver a localização dos Iny, sendo seis aldeias Karajá e três Javaés na ilha do Bananal, e três Xambioá mais ano norte no rio Araguaia. Também é possível visualizar Salinas, local de um aldeamento fundado em 1781, para os Iny.

Ilha Conquistada ao seu General; e este a enviou logo a Corte com os juramentos dos *maiorais* das duas nações já subjugadas. Ilha de Santa Anna [04.08.1775]. In SOUZA, Thomaz de. Coleção de notícias da Capitania de Goiás, vindas às mãos de particulares assim por diários e cartas, como por cópias de papéis de ofício, e deduzidas por sua ordem (1772-1777). BN. Loc. 07,4,070, p.107-123.

[417] SOUZA, Thomaz de. Resumo de mais duas cartas particulares do Alferes de Dragões Comandante da Conquista da Ilha, Nova Beira datadas na Capital de Goiás a 22 de Novembro, e 18 de setembro de 1775 [s/d]. In SOUZA, Thomaz de. Coleção de notícias da Capitania de Goiás, vindas às mãos de particulares assim por diários e cartas, como por cópias de papéis de ofício, e deduzidas por sua ordem (1772-1777). Vila Boa de Goiás. BN. Loc. 07,4,070, p.127-133

[418] A cópia virtual do mapa original disponibilizado na Biblioteca Nacional do Rio da Janeiro (Virtual) está com baixa qualidade, por isso o mapa apresentando é a sua atualização, em Francês, feita por Wilhelm Eschwege, anos depois. Mapa original: <http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart325610/cart325610.jpg acessado em 04.11.2016>

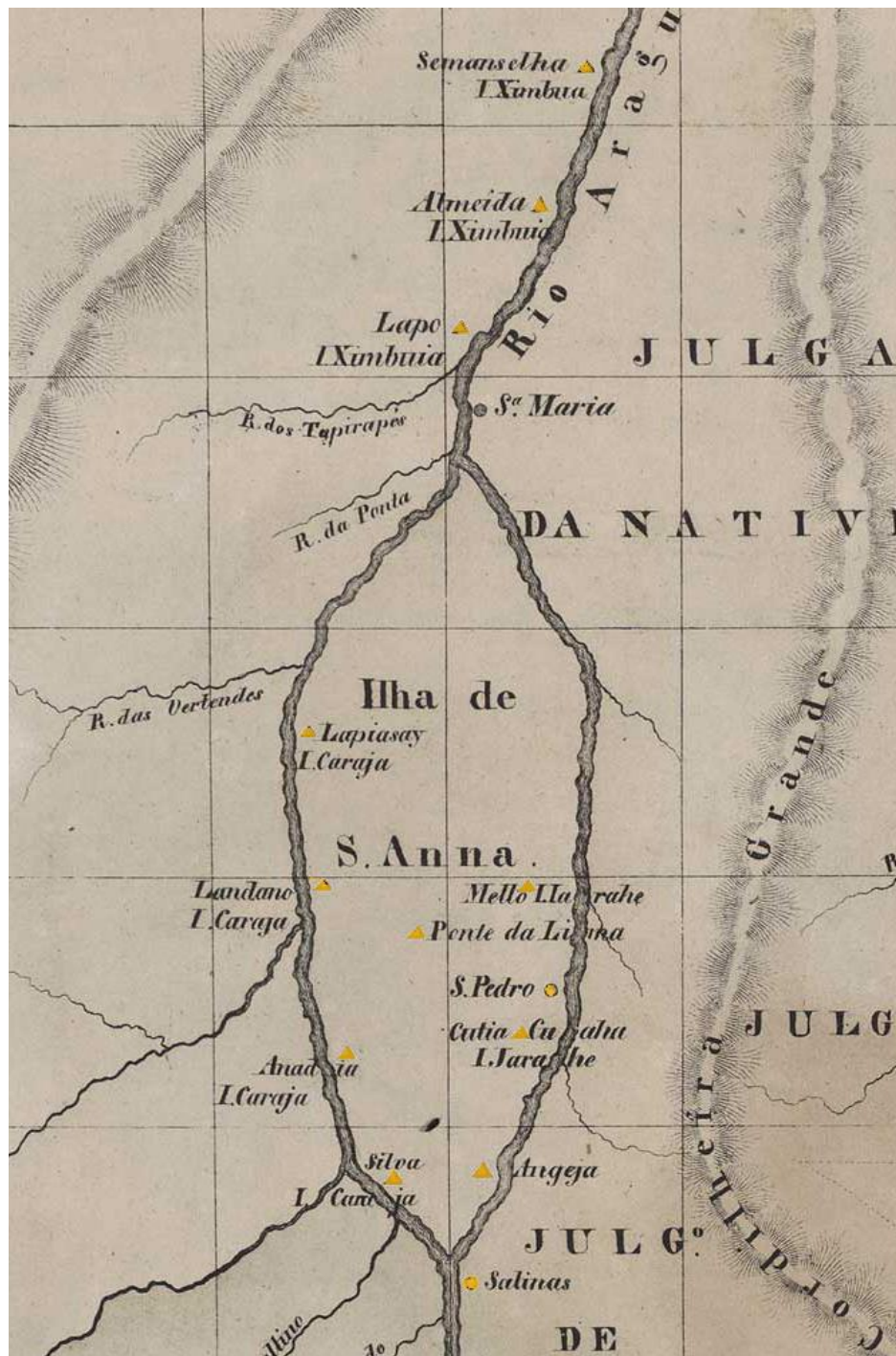
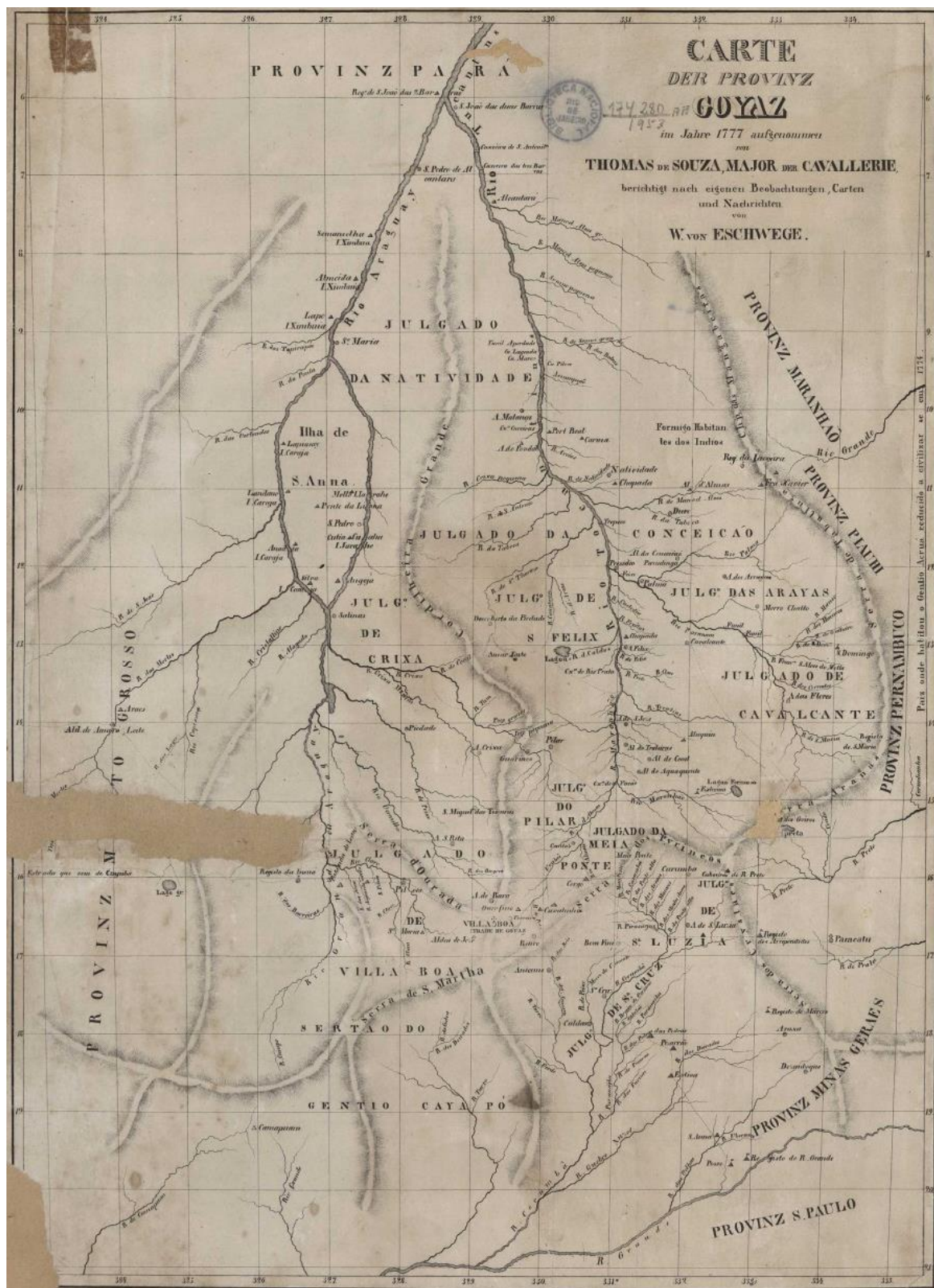



Imagem 08

Recorte - ESCHWEGE; Wilhelm. Carte der Provinz Goyaz im Jahre 1777.

Imagem 09

ESCHWEGE; Wilhelm. Carte der Provinz Goyaz im Jahre 1777. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro <http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart174280/cart174280.jpg acesso em 03.11.2016>

Há divergências entre as informações escritas por Manoel Aires Casal (1817) e Wilhelm Eschwege (+/-1833), apesar de ambos terem provavelmente partido da leitura do mapa de Thomas de Souza de 1778. Enquanto o primeiro afirma serem Karajá: Angeja, Seabra, São Pedro, Anadia, Lavradio e Lamaçais; Javaés: Cunha, Ponte de Lima e Mello. O segundo, diz ser Karajá: Angeja, Silva, Anadia, Andano, Apiasay, São Pedro; Javaés: Mello, Ponte de Lima, Cutia. A maioria das toponímias portugueses atribuídas às aldeias eram nomes de localidades da região do Minho (Portugal), local da onde provinham os portugueses que compunham as tropas e eram os principais donos de empresas mineradoras.

Os *maiorais* Karajá e Javaés afirmaram ao alferes que tinham conversado com nações aliadas e que "estavam já como dispostas a pacificar-se, e associar-se com as armas portuguesas"[419]. Duas outras nações aliadas dos Karajá e Javaés pediram para se aliarem aos colonizadores, "vieram mais duas nações chamadas Xambioá, e Humacari, a solicitar a nossa comunicação, e amizade atraídos pelos nossos primeiros aliados; pois que estes a custa da grande despesa de S. Ex.cia publicam em nosso louvor as maiores grandezas" (1776) [420]. A esperança do alferes, do governador e moradores era, que além da conquista de almas, "se esperavam copiosos minerais de ouro"[421]. Lapa era uma aldeia Xambioá e se situava ao norte da Ilha do Bananal, assim como Almeida e Semanselha. Logo, o tratado de vassalagem seriam entres os portugueses com seis aldeias Karajá, três Javaés e três Xambioá. Não se encontrou informações sobre a nação Humacari. Juciene Apolinário aponta que os Xambioá foram citados mais uma vez, em documento enviado por Barão de Mossâmedes a Pombal, afirmando que era muito difícil educar os Karajá sem que fossem tirados do território (2011, p.310).

Parte da bandeira de José Pinto da Fonseca não voltou à vila Boa, ficando na Ilha do Bananal "acampada para lhe descobrirem ouro, servindo lhes de guia, e instrutores aqueles

---

[419] SOUZA, Thomaz de. Resumo de mais duas cartas particulares do Alferes de Dragões Comandante da Conquista da Ilha, Nova Beira datadas na Capital de Goiás a 22 de Novembro, e 18 de setembro de 1775 [s/d]. In SOUZA, Thomaz de. Coleção de notícias da Capitania de Goiás, vindas às mãos de particulares assim por diários e cartas, como por cópias de papéis de ofício, e deduzidas por sua ordem (1772-1777). Vila Boa de Goiás. BN. Loc. 07,4,070, p.127-133

[420] FONSECA, Jozé Pinto da. Carta particular do Alferes de dragões Jozé Pinto da Fonseca Comandante da Expedição e Conquista de Nova Beira [27.09.1776]. In SOUZA, Thomaz de. Coleção de notícias da Capitania de Goiás, vindas às mãos de particulares assim por diários e cartas, como por cópias de papéis de ofício, e deduzidas por sua ordem (1772-1777). BN. Loc. 07,4,070, p. 134-138

[421] SOUZA, Thomaz de. Resumo de mais duas cartas particulares do Alferes de Dragões Comandante da Conquista da Ilha, Nova Beira datadas na Capital de Goiás a 22 de Novembro, e 18 de setembro de 1775. In SOUZA, Thomaz de. Coleção de notícias da Capitania de Goiás, vindas às mãos de particulares assim por diários e cartas, como por cópias de papéis de ofício, e deduzidas por sua ordem (1772-1777). BN. Loc. 07,4,070, p.127-133

índios já subordinados"[422]. Pode-se imaginar as dificuldades em confluir os interesses dos sertanistas por ouro e mulheres, com o dos indígenas por manufaturados e pela defesa de suas aldeias. Outra parte da bandeira voltou à vila Boa levando alguns índios Karajá e Javaés, que no retorno a aldeia foram com "gente hábil" para traçar um caminho pelos rios. Os *maiorais* prometeram enviar seus filhos, ou "príncipes" na interpretação do alferes José Pinto da Fonseca, apesar de toda resistência criada pelos velhos de seus Conselhos.

> Este se apresentou com aqueles, e alguns mais do seu séquito, ornados das vestiduras, e penachos dos dias mais solenes, e recebendo-os eu com o possível aparato, me fizeram uma grande fala em nome das suas nações, que substancializando-se nas cartas, e juramentos (..) assegurava a constância das sua amizade, e de todos os seus aliados (..) eu os hospedei um mês, vesti-os, e remunerei as suas dadivas de penachos, e lanças[423]

Os filhos dos *maiorais* retornaram à Ilha do Bananal, o *maioral* Javaés Acabedú-ani resolveu conferir as notícias trazidas por eles, indo até vila Boa com uma comitiva, que dispensou. Requereu "somente a [companhia] de um dragão, e alguns pedestres" [424], para não querer desgostar os Javaés por querer "aparecer como branco"[425], segundo o governador. Certamente, ao *maioral* interessava conhecer como viviam e como eram as relações dos colonizadores com os indígenas. Ser hospedado pelo capitão grande (governador) possibilitaria compreender o poder de guerra de seu possível aliado e entender os possíveis interesses dos ocidentais nessa aliança. Poderia vir a conhecer um pouco dos costumes e dos fazeres, técnicas e tecnologias. O *maioral* não quis voltar a Ilha do Bananal, "não falando em

---

[422] SOUZA, Thomaz de. Resumo de mais duas cartas particulares do Alferes de Dragões Comandante da Conquista da Ilha, Nova Beira datadas na Capital de Goiás a 22 de Novembro, e 18 de setembro de 1775. In SOUZA, Thomaz de. Coleção de notícias da Capitania de Goiás, vindas às mãos de particulares assim por diários e cartas, como por cópias de papéis de ofício, e deduzidas por sua ordem (1772-1777). BN. Loc. 07,4,070, p.127-133.

[423] CARVALHO, José de Almeida Vasconcelos de Soveral e. Conta pelo expediente do Ex.mo Sr. Marquês de Pombal, e pela Secretária de Estado, sobre o adiantamento da civilização dos Índios, chegada do alferes de Dragões do Continente da Nova Beira, trazendo alguns índios daquelas aldeias, acrescentamento das praças da Companhia de Pedestres, e sobre concorrer o Dr. Ouvidor da Comarca, efetivamente para o adiantamento do mesmo Continente da Nova Beira [20.11.1775]. Livro de Ofícios dirigidas a Corte de Lisboa (..) [1771-1777] AHU_ACL_CU - Cod. 1656 , p.64-65v

[424] CARVALHO, José de Almeida Vasconcelos de Soveral e. Pelo expediente do Ex.mo Sr. Marquês de Pombal, e da secretaria de Estado, sobre a vinda do Índios Javaés Acabedú-ani, aumento das praças da Companhia de Pedestres, socorro que se remete á Nova Beira, e sacerdotes para aquele Continente [12.02.1776]. Livro de Ofícios dirigidas a Corte de Lisboa (..) [1771-1777] AHU_ACL_CU - Cod. 1656, p.66-67.

[425] Idem.

recolher-se, se não quando o seu aliado Karajá voltasse"[426] à vila Boa de Goiás, no tempo de duas luas.

Segundo José Pinto da Fonseca, os dois *maiorais* depois de irem até vila Boa e hospedados pelo governador, "faleceu um, e outro", fazendo com que os comandantes da tropa e o próprio governador ficassem preocupados

> (..) pela repentina mudança que poderia promover naqueles ânimos (..) de sua natureza desconfiados, cheios de agouros, e superstições(..) dissuadidas de toda a sinistra impressão, e tranquilizadas no sucesso, e no modo natural de falecerem os seus *maiorais*, em cujos lugares elegeram logo pacificamente outros, continuando todos conosco a mesma harmonia, e boa amizade[427] .

O *maioral* dos Javaés Acabedú-ani faleceu quando o inspetor geral do presídio e aldeamento, o ouvidor Antonio José Cabral d´Almeida, estava a caminho de Nova Beira "chegou ao arraial do Cocal recebeu pelo cabo de dragões Romão José de Moura um carta do governador, e com ela brindes para os caciques do Araguaia. Nesta carta noticiava-lhe também a morte de Acabedú-ani, para ele [Barão de Mossâmedes] muito sensível" (ALENCASTRE, 1864, p.276). José Martins Alencastre, no seguir de seu relato informou que

> (..) porque era da mais alta conveniência ter a frente dos Javaés um chefe amigo e dedicado, com quem em todo o tempo se pudesse contar, instruiu o governador a Cabral, para que influísse na eleição do futuro cacique, declarando-lhe que nenhum outro guerreiro da nação Javaés estava na condição de Abinarê-que, e que procurasse empenhar Aboé-noná em favor da sua escolha. A eleição do novo cacique recaiu no guerreiro indicado pelo governador (Idem).

[426] CARVALHO, José de Almeida Vasconcelos de Soveral e. Pelo expediente do Ex.mo Sr. Marquês de Pombal, e da secretaria de Estado, sobre a vinda do Índios Javaés Acabedú-ani, aumento das praças da Companhia de Pedestres, socorro que se remete á Nova Beira, e sacerdotes para aquele Continente [12.02.1776]. Livro de Ofícios dirigidas a Corte de Lisboa (..) [1771-1777] AHU_ACL_CU - Cod. 1656, p.66-67.

[427] FONSECA, Jozé Pinto da. Carta particular do Alferes de dragões Jozé Pinto da Fonseca Comandante da Expedição e Conquista de Nova Beira [27.09.1776]. In SOUZA, Thomaz de. Coleção de notícias da Capitania de Goiás, vindas às mãos de particulares assim por diários e cartas, como por cópias de papéis de ofício, e deduzidas por sua ordem (1772-1777). BN. Loc. 07,4,070, p. 134-138.

A tentativa portuguesa de influenciar a eleição do *maioral* dos Javaés foi interferência na política interna a favor dos interesses coloniais. Mas também sinalizava a escolha pelos Javaés de uma liderança com fim político de negociar com os portugueses, de apaziguá-los. O processo de aldeamento Iny organizado por agentes da Coroa partia da premissa de procurar incorporar as chefias indígenas tradicionais, com adulação e castigo. As lideranças uma vez incorporadas passariam a depender da legitimação metropolitana (COELHO, 2005, p.06). Essa interferência pode ser lida a partir da analise da dicotomia presente na figura das lideranças indígenas chamadas de *maioral* e índio principal.

A característica da chefia tradicional indígena era a capacidade de manter a "paz, a oratória, a generosidade e a poligamia seriam traços característicos das chefias porque serviam ao propósito político indígena: manter a correção e a violência de fora da relação política" (COELHO, 2005, p. 05). John Monteiro, em sua leitura sobre os tupis da capitania de São Paulo, apontou o que seriam virtudes de um *maioral* bem quisto: boa habilidade em mobilizar guerreiros, oratória, saber orientar a divisão do trabalho e tempo, guardar as tradições (MONTEIRO, 1994, p.24), acrescenta-se respeitar o calendário ritual. A posição de chefia estava ligada à identidade histórica e política da aldeia (idem, p22) e como tal era imputado ao *maioral* ter a capacidade de dar exemplo, seja nas tarefas produtivas, bélicas, espirituais e familiares. A afirmativa de John Monteiro pode ser estendida a Goiás, de que "a liderança política raramente correspondia a qualquer privilégio econômico" (idem, p.23).

A formação de novas aldeias era devido o descontentamento de um grupo parental com a dominância de outro. A emergência de novas aldeias estaria ligada a capacidade de um novo *maioral* em arregimentar parentes e seguidores. A fragmentação política dos indígenas foi explorada pelos sertanistas e governadores do século XVIII, para tentar domina-los, favorecendo uns em detrimento de outros. A dominância dentro da aldeia de alguns grupos ocasionava fragmentação política, que possibilitava "o desejo da comunidade que as negociações com o não indígena fossem realizadas por mais de uma hegemonia de parentelas ou facções" (TORAL, 1992, p.91).

John Monteiro afirmou que na cultura tradicional indígena, de maneira geral, havia uma política fragmentada em três níveis de liderança masculina. Primeiro, os chefes de cada casa, ou da rede de parentesco, que na maioria eram homens mais velhos. Segundo, o *maioral* da aldeia que era o chefe de um grupo de homens, geralmente das famílias mais antigas e numerosas. Terceiro, uma liderança diretamente envolvida e identificável nas guerras e alianças, sendo a autoridade indígena envolvida nas negociações e contendas com os

colonizadores e outros grupos (MONTEIRO, 1994, p.23). Tanto, o segundo, quanto o terceiro nível de liderança era chamado de *maioral* pelos colonizadores de Goiás. Segundo John Monteiro, a força da liderança tradicional advinha "do seu papel de liderança em situações bélicas, suas responsabilidades eram, também, atinentes à organização da vida material e social" (idem, p.23).

André Toral forneceu indícios para a compreensão do papel da liderança tradicional entre os Iny. Apresentou a liderança tradicional chamada de ixydinodu, que "eram os cabeças das famílias extensas, pertencentes as mais antigas parentelas. A sua autoridade (..) está na relação da antiguidade da implantação de sua parentela no local e na predominância de seus mortos, worosy, no local de sepultamento das aldeias" (TORAL, 1992, p.91).

A compreensão era de que nos Iny, mais especificamente entre os Karajá, as lideranças tradicionais representavam interna e externamente parcialidades da aldeia, de forma permanente "não existe nenhuma forma de liderança que ultrapasse os limites do grupo local. Não existe nenhuma organização que fale ou represente parcelas de populações de mais de uma aldeia" (idem, p.90). Entretanto, em situações atípicas, como em crises devido a epidemias, fome e guerra, ou nas migrações, lideranças eram escolhidas para articular a aldeia, ou mesmo uma confederação dessas.

Segundo André Toral, entre os Karajá o papel de liderança da aldeia era realizada pelo ixytyby, ou "'pai do povo', também chamado de ixywedu, 'dono do povo' ou hetohokytyby, 'pai (do ciclo cerimonial) da casa grande'" (TORAL, idem, p.90), o qual nos relatos coloniais coincide com a figura do *maioral*. Ixydinodu, ou líder do povo, era geralmente o representante e líder de uma aldeia "frente aos diversos seres cosmológicos que visitam as aldeias, bem como, cerimonialmente, frente aos Karajá de outras aldeias" (idem). Sua liderança no cotidiana era relativa a assuntos cerimoniais e no coletivo de homens (oijoi), intermediando os interesses frente ao restante do "povo da aldeia" (ixyhãwa). Além do caráter sagrado envolvido no ciclo cerimonial, na casa dos homens (casa de Aruanã), nas curas e no lido com os espíritos dos animais, essa função de poder estava relacionada a questões seculares, como lideranças em caçadas e pescarias coletivas, rituais de nomeação e liderança de expedições guerreiras (idem).

André Toral defendeu que houve uma separação processual nas funções que eram do ixydinodu (líder do povo), as quais abrangiam também a organização cerimonial da aldeia e com o sagrado, para uma função de intermediação com o colonizador, consolidada na figura

do índio principal, ou cacique. A função de lido com os espíritos, com o ciclo cerimonial e com a organização interna da aldeia ficou com a figura do pajé, ou ixytyby (idem, p.90).

O estudo de André Toral identificou essa mudança como ocorrida no início do século XX, quando o contato com a sociedade envolvente novamente se estreitou. Talvez, tenha iniciado séculos antes, nos aldeamentos do século XVIII. Os índios principais, ou caciques, assumiam uma função criada na situação colonial que dependia do conhecimento pela liderança de português e dos costumes cristãos, tendo certa preeminência, tanto por colonizadores, quanto por indígenas, por *línguas*. Logo, a separação das funções foi tributária do envolvimento com os portugueses.

Segundo David Maybury-Lewis, a liderança tradicional antiga "exercia verdadeira autoridade, tanto temporal quanto espiritual, de uma forma bastante distinta dos caciques das comunidades jê [atuais]" (MAYBURY-LEWIS, 2014, p.19). Os pajés eram a representação máxima para os portugueses do gentilismo e por isso eram combatidos, ao ponto de, talvez, houvesse impedimentos tanto pelo lado dos indígenas, quanto dos colonizadores, para que assumissem o papel de liderança no diálogo entre sociedade indígena e colonizadora.

A figura do *maioral* continuou a existir nos aldeamentos e aldeias de Goiás, mas em conjunto com uma nova liderança, essa destinada a dialogar com os colonizadores, chamada de índio principal (ou cacique). A força do índio principal dependia de dois pilares; um ligado às bases tradicionais indígenas, o outro reconhecimento da metrópole.

A figura do índio principal era anterior ao Diretório dos Índios e historicamente foi consolidado como cargo administrativo dos aldeamentos do Grão Pará e Maranhão, instituído pela Coroa portuguesa com base em antigas estruturas de poder das sociedades indígenas. Era um cargo a serviço da sociedade colonial exercido exclusivamente por nativos. Poderia ser transmissível por hereditariedade. Para ascender ao cargo era preciso carta patente passada pelo monarca ou sob suas ordens. Almir Junior acentua que a prerrogativa do cargo era apresentar bons serviços, fidelidade e obediência necessárias, tanto dele como de seus ascendentes (2005, p.02).

De acordo com Valéria Carvalho, os cargos de autoridade destinados aos indígenas por não indígenas, ou operacionalizados por eles perderam atribuições no decorrer do tempo. O índio principal perdeu ao longo dos séculos a administração temporal dos aldeamentos que "transitou para os missionários, capitães e diretores, e algumas atribuições previamente imputadas a essas chefias indígenas foram, paulatinamente, repassadas aos juízes, ouvidores, procuradores de índios" (2008, p.517). Com o tempo, o título se tornou mais figurativo, do

que privilégio atribuído pela função, o poder do índio principal estava relacionado à capacidade de intermediar e mobilizar indígenas em prol dos colonialistas. A autora afirma que

> (..) legitimidade conferida às autoridades indígenas provinha do fato destes chefes atuarem decisivamente na organização da transferência de populações e, uma vez instalados nos aldeamentos, agir positivamente para ajustar às contendas, à repartição da mão-de-obra e à observância dos regulamentos. Circunstancialmente, estas autoridades adquiriam condições de interceder para fazer valer os seus direitos e do seu grupo (CARVALHO, 2008, p.519).

O Diretório dos Índios mudou a relação entre chefes indígenas e portugueses, pois antes dessa normativa se desejava a submissão e o apoio militar dos indígenas. A partir do Diretório dos Índios se queria não somente a submissão, mas sobretudo a integração à sociedade colonial, grupos indígenas aliados como os Iny (Karajá, Javaés, Xambioá e Humacari) passaram "a constituir os projetos e as iniciativas de ocupação e reprodução da sociedade colonial – material e culturalmente" (COELHO, 2005, p.06).

Com o Diretório dos Índios os aldeamentos deveriam ser governados por índios principais, subordinados aos diretores. Os índios principais teriam pelo Diretório a função chamada de "coativa" quanto aos aldeados, no caso, cabia castigar os delitos públicos. Quando o principal falhava, era obrigação do diretor castigar os culpados[428]. A função do índio principal pela normativa do Diretório era a de manter os aldeados sob controle e contribuir para sua mão de obra fosse distribuída a partir dos mandos do diretor.

O cargo de índio principal era o substituto proposto pela Coroa à função de poder que era designada nos documentos sobre a capitania de Goiás como *maioral*. Os *maiorais* eram as lideranças indígenas nas aldeias do sertão, no geral reconhecidos por serem guerreiros temidos, pajés respeitados, chefes de grandes famílias, ou por terem notórios saberes. As aldeias não eram uníssonas quanto à escolha das lideranças, pois alguns grupos parentais tem mais força que outros devido à antiguidade, a qualidade da rede parental, capacidade organizativa e número de indivíduos.

[428] FURTADO, Francisco Xavier de Mendonça. *Diretório, que se deve observar nas Povoações das Índias do Pará, e Maranhão em quanto Sua Majestade não mandar o contrário*. Oficina e Miguel Rodrigues, 1757, artigo 2.

O *maioral* Javaés Acabedú-ani tinha sido batizado antes de morrer em Nova Beira, tendo como padrinho frei Francisco da Vitória (capelão da Esquadra da Conquista)[429]. O *maioral* Karajá Aboé Nona foi batizado pelo vigário da vara de Traíras por Jozé dos Santos Pereira, que serviu de padrinho. Para batizar um adulto, é necessário "si ponis veram intencionem", ou seja, é necessário aquele que for receber o sacramento reconhecer seu propósito. O vigário de Traíras confirmou que Aboé Nona entendia o sacramento do batismo, pois colocado a sua frente a (..) imagem de Jesus Cristo crucificado, e não só mostrou, que conhecia que o Batismo conduz os homens para o céu, mas pediu por várias vezes, pegando da imagem do senhor a beijou aplicando-a ao peito, e sobre a dor para que sarasse"[430]. Mais uma vez os sacerdotes foram entendidos como interlocutores entre o sagrado e a cura, a semelhança dos pajés.

O *maioral* dos Javaés Acabedú-ani morreu no momento que uma bandeira se encaminhava para a Ilha do Bananal em 1776, para dar construção ao aldeamento Nova Beira e percorrer o Continente dos Iny em busca de ouro. Com sua morte, por parte dos Javaés, assumiu como *maioral* Abinaraquê, o qual foi o responsável pelas negociações que se seguiram. Segundo José Martins Alencastre, em 1778, o "cacique" Abinaraquê com grande número de Javaés visitou vila Boa e pediu sacerdotes, Mossâmedes mandou ao presídio de S. Pedro do Sul o padre Ignácio da Costa Correa (1864, p.288). O pedido é evidência da tentativa dos Javaés em se adequar a nova situação e encontrar algum equilíbrio na relação com os colonizadores.

Foi chamado de aldeamento Nova Beira nos documentos históricos o conjunto de seis aldeias Karajá, três Javaés, três Xambioá e talvez, alguma aldeia Humacari. A sede do aldeamento foi construído junto à aldeia de São Pedro do Sul (Karajá). A bandeira que iniciou esse aldeamento foi formada pela "carga de 155 bestas, em que foram conduzidas até o rio Vermelho, 18 léguas distante desta capital"[431], ao porto que ficou conhecido como Thomaz de Souza (ALENCASTRE, 1864, p.275). De lá, partiram "vinte e uma grandes canoas

---

[429] FONSECA, Jozé Pinto da. Carta particular do Alferes de dragões Jozé Pinto da Fonseca Comandante da Expedição e Conquista de Nova Beira [27.09.1776]. In SOUZA, Thomaz de. Coleção de notícias da Capitania de Goiás, vindas às mãos de particulares assim por diários e cartas, como por cópias de papéis de ofício, e deduzidas por sua ordem (1772-1777). BN. Loc. 07,4,070, p. 134-138.

[430] PEREIRA, José dos Santos. Conta que deu ao General o sacerdote padrinho do batismo de um dos dois *maiorais* [31.05.1776]. In SOUZA, Thomaz de. Coleção de notícias da Capitania de Goiás, vindas às mãos de particulares assim por diários e cartas, como por cópias de papéis de ofício, e deduzidas por sua ordem (1772-1777). BN. Loc. 07,4,070, p.138-141.

[431] SOUZA, Thomaz de. Relação dos provimentos, que se remeteram para a Conquista das Nações dos Índios do Continente da Nova Beira na expedição, que por ordem do Ilmo., e Ex.mo Senhor Jozé de Almeida de Vasconcelos de Soveral, e Carvalho, Governador e Capitão General da Capitania de Goiás se fez em 26 de abril de 1776, de cuja conduta foi encarregado o Alferes de Dragões José Pinto da Fonseca. BN. Loc. 07,4,070, p.142-147.

carregadas de gente dos sexos ambos com artificies de todos os ofícios, e com as espécies de munições de boca, e de guerra”[432]. A tropa enviada de vila Boa importou o custo quanto a

> (..) mantimento, e sua condução 1.241$350 [1.034,46 oitavas quintadas, ou 3,71 kg de ouro] (..) Importou a fazenda que se comprou para brindar os índios, e para a subsistência da bandeira 1.904$663 [1.587,22 oitavas quintadas, ou 5,69 kg de ouro] (..) Importou a boiada de 325 cabeças regulada cada uma a 2.400 rz. 780$000 [650 oitavas quintadas, ou 2,33 kg de ouro] (..) Total 3:926$013 [3.271,68 oitavas quintadas, ou 11,73 kg de ouro] ”[433].

A essa expedição se juntou outra saindo do Julgado de Traíras[434], a mando do governador, organizada pelo ouvidor Antonio José Cabral d´Almeida com cento e quarenta bestas carregadas, que viajaram por terra[435].

O comando do aldeamento e presídio de Nova Beira ficou com o ajudante do regimento de cavalaria auxiliar Antonio José d´ Almeida (provável filho do ouvidor), enquanto o governador nomeou como inspetor geral desse presídio o ouvidor Antonio José Cabral d´Almeida (1776) (ALENCASTRE, 1864, p.275), por seu esforço na organização das bandeiras e pelo ouro próprio gasto no descimento. O aldeamento estava em localização que facilitava o envio de tropas e mantimentos a partir de Vila Boa, seguindo o rio Vermelho até o Araguaia.

[432] SOUZA, Thomaz de. Resumo de mais duas cartas particulares do Alferes de Dragões Comandante da Conquista da Ilha, Nova Beira datadas na Capital de Goiás a 22 de Novembro, e 18 de setembro de 1775. In SOUZA, Thomaz de. Coleção de notícias da Capitania de Goiás, vindas às mãos de particulares assim por diários e cartas, como por cópias de papéis de ofício, e deduzidas por sua ordem (1772-1777). Vila Boa de Goiás. BN. Loc. 07,4,070, p.127-133.

[433] SOUZA, Thomaz de. Relação dos provimentos, que se remeteram para a Conquista das Nações dos Índios do Continente da Nova Beira na expedição, que por ordem do Ilmo., e Ex.mo Senhor Jozé de Almeida de Vasconcelos de Soveral, e Carvalho, Governador e Capitão General da Capitania de Goiás se fez em 26 de abril de 1776, de cuja conduta foi encarregado o Alferes de Dragões José Pinto da Fonseca. BN. Loc. 07,4,070, p.142-147

[434] O mapa populacional do ano de 1773 informa que havia nesse Julgado 3.846 homens e 1.408 mulheres, de um total de 5.254 (926 crianças). Desse montante duzentos e cinquenta e seis brancos, setecentos e setenta e dois pardos e mil novecentos e trinta pretos eram capazes de pegar em armas, por terem entre quinze e sessenta anos. OFÍCIO do [governador e capitão-general de Goiás, Barão de Mossâmedes], José de Almeida Vasconcelos [de Soveral e Carvalho], ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, remetendo mapa dos moradores de Goiás, organizado a partir das relações recebidas dos párocos em 1773 [25.01.1774]. *AHU_ACL_CU_008, Cx. 27, D. 1762.*

[435] SOUZA, Thomaz de. Relação dos provimentos, que se remeteram para a Conquista das Nações dos Índios do Continente da Nova Beira na expedição, que por ordem do Ilmo., e Ex.mo Senhor Jozé de Almeida de Vasconcelos de Soveral, e Carvalho, Governador e Capitão General da Capitania de Goiás se fez em 26 de abril de 1776, de cuja conduta foi encarregado o Alferes de Dragões José Pinto da Fonseca. BN. Loc. 07,4,070, p.142-147.

Só nessa bandeira foram enviadas "22 mulheres e a maior parte casadas em companhia de seus maridos, 57 soldados armados (..), 21 canoas (..), 21 pilotos (..), 35 homens para remadores, para o serviço das canoas com um chefe prático de Rio" [436]. Desse grupo, setenta e cinco foram prontamente enviados a percorrer a Ilha do Bananal "com os instrumentos de minerar" [437] e fazer uma grande roça para a manutenção da bandeira[438]. Como dito por Mossâmedes "fiz expedir o mês passado um considerável socorro ao mesmo Continente, não só de munições de boca, e guerra, e de variedade de miçanga, mas também mandei alguns casais, para satisfazer as petições dos Índios, e a civilidade lhes incitar em ambos os efeitos"[439]. Não se duvida que os Iny tenham pedido casais, pois estavam em guerra contra os Akwén e precisavam de aliados para guerrear, de preferencia com armas ocidentais.

A politica indigenista pombalina era uma politica de mestiçagem com intuito de incrementar a povoação dos sertões com vassalos úteis, falantes de português e cristãos. A presença de brancos, mestiços, índios de outras nações e negros no aldeamento iria de encontro ao desejo português pela expansão da ocupação colonial. A Lei de 1755 e o Diretório estimulavam a mestiçagem, propondo que aqueles que cassassem com índios "não ficassem com infâmia alguma" (ALENCASTRE, 1864, p.249), assim como seus descendentes, podendo receber honras e empregos. Chama-se atenção ao "fim" do impedimento de sangue com essa lei, afirmando assim o índio como figura jurídica de homem livre.

O artigo 88 do Diretório dos Índios afirmou que o diretor deveria incentivar o casamento entre brancos e índios, no artigo 89, que os brancos que casarem com índias teriam preferencia para serem habilitados às honras de seus postos. Já o artigo 90, informou que os

---

[436] SOUZA, Thomaz de. Relação dos provimentos, que se remeteram para a Conquista das Nações dos Índios do Continente da Nova Beira na expedição, que por ordem do Ilmo., e Ex.mo Senhor Jozé de Almeida de Vasconcelos de Soveral, e Carvalho, Governador e Capitão General da Capitania de Goiás se fez em 26 de abril de 1776, de cuja conduta foi encarregado o Alferes de Dragões José Pinto da Fonseca. BN. Loc. 07,4,070, p.142-147.

[437] FONSECA, Jozé Pinto da. Carta particular do Alferes de dragões Jozé Pinto da Fonseca Comandante da Expedição e Conquista de Nova Beira [27.09.1776]. In SOUZA, Thomaz de. Coleção de notícias da Capitania de Goiás, vindas às mãos de particulares assim por diários e cartas, como por cópias de papéis de ofício, e deduzidas por sua ordem (1772-1777). BN. Loc. 07,4,070, p. 134-138.

[438] SOUZA, Thomaz de. Relação dos provimentos, que se remeteram para a Conquista das Nações dos Índios do Continente da Nova Beira na expedição, que por ordem do Ilmo., e Ex.mo Senhor Jozé de Almeida de Vasconcelos de Soveral, e Carvalho, Governador e Capitão General da Capitania de Goiás se fez em 26 de abril de 1776, de cuja conduta foi encarregado o Alferes de Dragões José Pinto da Fonseca. BN. Loc. 07,4,070, p.142-147. Nesse documento esta dito que um alqueire de semeadura na Nova Beira produzia duzentos.

[439] OFÍCIO do [governador e capitão-general de Goiás, Barão de Mossâmedes], José de Almeida Vasconcelos [de Soveral e Carvalho], ao [secretário de estado dos Negócios Estrangeiros], marquês de Pombal, [Sebastião José de Carvalho e Melo], sobre a criação de aldeias indígenas; o sucesso na civilização dos Karajá e Javaés; os provimentos de boca e guerra que enviou para as ditas aldeias sem recorrer aos recursos da Fazenda Real, utilizando-os no aumento das praças de pedestres e no estabelecimento da aldeia dos índios Akroás que servirá de barreira aos ataques dos índios Kayapó [15.06.1776]. *AHU_ACL_CU_008, Cx. 28, D. 1838*.

diretores deveriam secretamente castigar aqueles que casarem com índios ou índias e os desprezarem devido a sua ascendência[440]. Além desses incentivos para o casamento entre brancos com indígenas, havia um contingente de índios, brancos, negros, mulatos, bastardos, cabras, caburés, vermelhos e outros mestiços que formavam as bandeiras e as tropas de pedestres. Era permitido a não indígenas se estabelecerem nas terras do aldeamento, desde que fossem produtivos, atendessem a normativa do Diretório e respeitassem os indígenas. Não precisando sua presença estar atrelada a dinâmica social do aldeamento.

Em uma carta do alferes José Pinto da Fonseca se ressaltou que muitos Karajá e Javaés foram batizados, que o Araguaia tinha extraordinária abundancia de peixes, a ilha "é muito produtiva, e abundante de algodão, que as índias fiam muito bem, mas não sabendo usar dele mais que para redes de pescar, e de dormir, lhes estabeleceu ali tecelão com tear armado para ensina-las a fabricar pano, com que se vistam"[441].

A presença de fiadores e tecelões Iny era bem vista pelos portugueses que queriam torna-los "vassalos úteis". Para tanto, os governadores enviaram para os aldeamentos trabalhadores de determinados ofícios como tecelão, ferreiro, carpinteiro, capataz de roça e da fazenda de gado, os quais além de executarem seus ofícios para a construção e manutenção do aldeamento, deveriam instruir os índios nesses afazeres[442].

O Diretório dos Índios instituía a obrigatoriedade dos índios vestirem roupas, ao mesmo tempo em que instituía os aldeamentos como espaço de reserva e distribuição de mão-de-obra. Contemplando essas prerrogativas Mossâmedes enviou artesões com duas "toldas de linhagem aparelhadas"[443] para trabalharem em Nova Beira, que deveriam também instruir os *gentios* no ofício de fiar e de costurar. Seu objetivo começou a se operacionalizar com o envio

---

[440] FURTADO, Francisco Xavier de Mendonça. *Diretório,* que se deve observar nas Povoações das Índias do Pará, e Maranhão em quanto Sua Majestade não mandar o contrário. Lisboa: Oficina de Miguel Rodrigues, 1757.

[441] SOUZA, Thomaz de. Resumo de mais duas cartas particulares do Alferes de Dragões Comandante da Conquista da Ilha, Nova Beira datadas na Capital de Goiás a 22 de Novembro, e 18 de setembro de 1775. In SOUZA, Thomaz de. Coleção de notícias da Capitania de Goiás, vindas às mãos de particulares assim por diários e cartas, como por cópias de papéis de ofício, e deduzidas por sua ordem (1772-1777). Vila Boa de Goiás. BN. Loc. 07,4,070, p.127-133

[442] OFÍCIO do [governador e capitão-general de Goiás], Luís da Cunha Menezes, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, sobre o aldeamento da Nova Beira, habitada pelos índios Karajá, Karijó e Javaés; as medidas tomadas para conter as hostilidades dos índios Kayapó e Xavantes e manter a amizade dos índios aldeados no presídio estabelecido sob o comando do alferes José Machado de Azevedo; as descobertas de salinas que prometem grande abundância e propondo a formação uma bandeira composta de índios, comandada pelo capitão de Pedestres José Luís Pereira, para tentar a pacificação dos índios Kayapó [?,03,1780] . AHU_ACL_CU_008, Cx. 32, D. 1996.

[443] SOUZA, Thomaz de. Relação dos provimentos, que se remeteram para a Conquista das Nações dos Índios do Continente da Nova Beira na expedição, que por ordem do Ilmo., e Ex.mo Senhor Jozé de Almeida de Vasconcelos de Soveral, e Carvalho, Governador e Capitão General da Capitania de Goiás se fez em 26 de abril de 1776, de cuja conduta foi encarregado o Alferes de Dragões José Pinto da Fonseca. BN. Loc. 07,4,070, doc. 19, p.142-147

para “as duas aldeias denominadas agora S. Pedro de Sul [Karajá], e Lapa [Xambioá], fiz estabelecer teares, em que para vestiaria dos índios se fabriquem panos de algodão imenso, que com muita facilidade produz aquele continente, e que as índias fiam muito bem; havendo para este fim S. Ex.cia mandado tecelões”[444].

O Diretório dos Índios instituía um sistema de diferenciação nas roupas por “proporção da qualidade de suas pessoas, e das graduações de seus postos” [445] que deveria ser sinalizado pelas roupas que os aldeados utilizavam. Os *maiorais* e suas famílias recebiam roupas diferenciadas, assim como os casais eram incentivados a casar devido receberem enxovais. Apresenta-se a lista do que levaram as cento e cinquenta e cinco bestas que saíram de Vila Boa. Em um primeiro momento, ao invés de se esperar que os tecelões produzam roupas do algodão nativo, foram enviados panos e demais materiais já manufaturados para produzirem roupas e incentivarem os aldeados a usa-las, por isso as cores, os materiais e a variedade. Parte do material era para a produção de roupa para os soldados, mulheres brancas e oficiais. Os materiais enviados para a produção de roupas pela bandeira que saiu Vila Boa, foram:

> (..) 400 varas de pano de algodão, 200 varas de linhagem (..) 20 peças de riscado finos da Índia, 18 ditas de bretenhas, 92 côvados de baeta, 30 varas de pano de linho, 2 dúzias de camiseta do mesmo pano, 2 dúzias de ceroulas, 28 surtuns de baeta forradas do mesmo, 40 chapéus (..) 2 maços de linha de cozer, 2 Papeis de agulhas, 12 miadas de barbante, 12 peças de fitas de diversas cores, 1 dúzia de barrumas[?] sortidas, 1 tesoura grande, 15 cavados de linguete cartar escarlate, 14 ditos côvados de camelão listrado (..) 4 lenços e quatro coifas de retom[?][446]

Era objetivo do Diretório dos Índios civilizar pelo trabalho, sobre isso o governador Mossâmedes afirmou “que isto se não pode efetivar sem algum dispêndio, nem desvanecer sem remuneração os antigos prejuízos de reputarem os Índios por inábeis, por indômitos, e

---

[444] FONSECA, Jozé Pinto da. Carta particular do Alferes de dragões Jozé Pinto da Fonseca Comandante da Expedição e Conquista de Nova Beira [27.09.1776]. In SOUZA, Thomaz de. Coleção de notícias da Capitania de Goiás, vindas às mãos de particulares assim por diários e cartas, como por cópias de papéis de ofício, e deduzidas por sua ordem (1772-1777). BN. Loc. 07,4,070, p. 134-138.

[445] FURTADO, Francisco Xavier de Mendonça. *Diretório,* que se deve observar nas Povoações das Índias do Pará, e Maranhão em quanto Sua Majestade não mandar o contrário. Lisboa: Oficina de Miguel *Rodrigues*, 1757. Artigo 15.

[446] SOUZA, Thomaz de. Relação dos provimentos, que se remeteram para a Conquista das Nações dos Índios do Continente da Nova Beira na expedição, que por ordem do Ilmo., e Ex.mo Senhor Jozé de Almeida de Vasconcelos de Soveral, e Carvalho, Governador e Capitão General da Capitania de Goiás se fez em 26 de abril de 1776, de cuja conduta foi encarregado o Alferes de Dragões José Pinto da Fonseca. BN. Loc. 07,4,070, doc. 19, p.142-147

por inimigos”[447] O desejo era demonstrar que os *gentios* poderiam ser úteis com o aprendizado de ofícios, artesões que poderiam ser oferecidos aos moradores com a cobrança de jornais pelo diretor.

Foi enviada na bandeira de 1776, para consertar as ferramentas do aldeamento e instruir os aldeados, uma “1 tenda de ferreiro em suas pertenças, e oficial do mesmo ofício"[448], dentro dos itens que serviam como presente e como ferramenta na lida diária, constam “63 machados, 30 foices (..) 25 dúzias de facas flamengo (..) 30 facões em suas bainhas (..) 9 arrobas de ferro (..) 1 dúzia de limas sortidas (..)” [449]. As nove arrobas de ferro serviriam para restituir as ferramentas gastas, enquanto “4 folhas de flandres” [450] eram destinadas provavelmente para se fazer latas e dobradiças.

Um diferencial da proposta de aldeamento encabeçada pelo governador Mossâmedes era que além do direcionamento dos índios para trabalharem no plantio e com os animais de criação, tinha o desejo que se tornassem trabalhadores especializados. O envio de artesões pela Coroa para, dentre outras coisas, instruir os índios em ofício, ocorreu em todos os aldeamentos pombalinos de Goiás. Talvez, a instrução de índios em ofícios não previstos no Diretório dos Índios seja inovação do governador Mossâmedes. Por exemplo, no aldeamento Santa Ana do Rio das Velhas havia, também, uma tenda de ferreiro montada “para fazer e concertar as ferramentas necessárias e ensinar o ofício a alguns rapazes”[451].

Difícil saber quantos escravos mineradores foram enviados para encontrar novos descobertos, mas se sabe as ferramentas que foram enviadas “1 alavanca, 2 almocafres, 7 enxós e goivas”[452]. Nas das bandeiras e nos aldeamentos se encontravam escravos mineradores.

---

[447] CARVALHO, José de Almeida Vasconcelos de Soveral e. Pelo expediente do Ex.mo Sr. Marquês de Pombal, e da secretaria de Estado, sobre a vinda do Índios Javaés Acabedú-ani, aumento das praças da Companhia de Pedestres, socorro que se remete á Nova beira, e sacerdotes para aquele Continente [12.02.1776]. Livro de Ofícios dirigidas a Corte de Lisboa (..) [1771-1777] *AHU_ACL_CU - Cod. 1656*, p.66-67

[448] SOUZA, Thomaz de. Relação dos provimentos, que se remeteram para a Conquista das Nações dos Índios do Continente da Nova Beira na expedição, que por ordem do Ilmo., e Ex.mo Senhor Jozé de Almeida de Vasconcelos de Soveral, e Carvalho, Governador e Capitão General da Capitania de Goiás se fez em 26 de abril de 1776, de cuja conduta foi encarregado o Alferes de Dragões José Pinto da Fonseca. BN. Loc. 07,4,070, doc. 19, p.142-147

[449] Idem..

[450] Idem.

[451] CARVALHO, José de Almeida Vasconcelos de Soveral e. Carta ao Capitão da Ordenança do Districto de S. Cruz; pela que lhe agradece S.Exa. a condução, e bom tractamento dos Índios Chacriabas para a Aldeya do Rio das Velhas, com outras varias advertências sobre a boa regularidade com que se deve conduzir [20.01.1776]. Livro de Ofícios dirigidas a Corte de Lisboa (..) [1771-1777] *AHU_ACL_CU - Cod. 1656*, p.77v-78

[452] SOUZA, Thomaz de. Relação dos provimentos, que se remeteram para a Conquista das Nações dos Índios do Continente da Nova Beira na expedição, que por ordem do Ilmo., e Ex.mo Senhor Jozé de Almeida de Vasconcelos de Soveral, e Carvalho, Governador e Capitão General da Capitania de Goiás se fez em 26 de abril

Para a construção das casas do aldeamento Nova Beira, foi enviado "1 ferramenta de carpinteiro na mesma forma com seu oficial" [453]. Foram enviadas para as construções "1 martelo (..) 1 milheiro de pregos pau a pique, 150 ditos caibros, 350 caixares[?], 200 ditos ripares, 200 tachas"[454]. Provavelmente, essas peças eram usadas em conjunto com outras produzidas no local pelo auxilio de indígenas que conheciam a localização e os usos de madeiras, folhagens e cipós nativos usados na construção. Os caibros para o telhado indicam o projeto de telhas de barro.

O carpinteiro junto a sua tenda era o responsável pela construção e manutenção das canoas, para tanto foram enviadas “2 arrobas de breu [para calafetar] (..) 18 argolas de ferro para canoas” [455]. A produção e manutenção das canoas pelos colonizadores, deveria ser feita também pelos Karajá e Javaés, que possuíam dentre os seus esmeros produtores de canoa e habilidosos práticos de rio.

Para o armamento da bandeira e manutenção do aldeamento Nova Beira foram enviadas “80 espingardas, 2 bacamartes (..) 7 arrobas de pólvora, 17 arrobas de chumbo de várias qualidades” [456]. Foi mandado também quatro gotilhas que serviriam para prender e punir os desvios dos escravos, índios e mestiços da bandeira.

Destinado ao diretor e demais autoridades graduadas, havia o privilégio de “2 tachos de cobre, 1 marmita, 1 dúzia de pratos grandes e pequenos, 1 dúzia de colheres” [457]. Além dos utensílios de alimentação, tinha produtos especiais como “2 arrobas de sabão (..) 2 barris de água ardente, 2 libras de chá, 1 arroba de chocolate, 7 arrobas de açúcar, 12 caixas de marmelada, 2 barris de biscoitos, 5 frasqueiras sortidas”[458].

Consta na lista além desses manufaturados, a alimentação da tropa consistia “608 alqueires de farinha, 242 ditos de milhos, 204 de feijão, 56 arrobas de toucinho, 12 alqueires de arroz pilado, 41/2 arrobas de farinha de trigo e 12 arrobas de carne seca” [459]. Para a criação de animais foram enviados seis porcos, trinta galinhas e dois galos e “1 boiada com trezentos

---

de 1776, de cuja conduta foi encarregado o Alferes de Dragões José Pinto da Fonseca. BN. Loc. 07,4,070, doc. 19, p.142-147

[453] Idem.

[454] Idem.

[455] SOUZA, Thomaz de. Relação dos provimentos, que se remeteram para a Conquista das Nações dos Índios do Continente da Nova Beira na expedição, que por ordem do Ilmo., e Ex.mo Senhor Jozé de Almeida de Vasconcelos de Soveral, e Carvalho, Governador e Capitão General da Capitania de Goiás se fez em 26 de abril de 1776, de cuja conduta foi encarregado o Alferes de Dragões José Pinto da Fonseca. BN. Loc. 07,4,070, doc. 19, p.142-147.

[456] Idem.

[457] Idem.

[458] Idem.

[459] Idem.

e vinte e cinco cabeças"[460]. Enquanto a existência dos galos possibilitava a feitura inicial de dois galinheiros, a boiada tinha a sua carência de sódio suprida por trinta e dois surrões de sal que foram enviados[461].

Havia o emprego de aldeados na pecuária, assim como na agricultura e comércio, pois a política de Estado objetivava que os índios fossem úteis aos moradores. A ideia é que os índios plantassem, sustentassem suas casas, e vendessem o excedente. Pelo Diretório dos Índios nos aldeamentos se plantaria feijão, milho, arroz, maniba (artigo 22), tabaco (artigo 25). Para o plantio no novo presídio e aldeamento Nova Beira foram enviadas cinco arrobas de osso, provavelmente para corrigir a acidez do solo.

A variedade do cultivo deveria partir de sementes trazidas pelos agentes da Coroa como milho, feijão, arroz, trigo, como também de cultivares angariados nas aldeias, como abóboras, batatas, inhames, amendoins e outras variedades de milho e feijão[462]. Foram enviados para o plantio "2 alqueires de mamona para planta, do qual se fabrica azeite para alumiar"[463], forma de iluminação que provavelmente era novidade entre os Karajá e Javaés.

Também foram enviadas duzentas pederneiras[464], ou seja, pedras duras que quando friccionadas ao metal produzem faísca para a feitura de fogo, outra novidade entre os *gentios*. Além de duas arrobas de sabão, provavelmente destinado aos oficiais e membros graduados do aldeamento e bandeira, assim como uma arroba de ceras de vela destinada à Igreja e para o fechamento de cartas enviadas pelos administradores e oficiais, com o uso duas "2 fechaduras de velas"[465]. Somam-se aos itens enviados seis libras de anzóis e "muitos maços de miçangas

---

[460] CARVALHO, José de Almeida Vasconcelos de Soveral e. Carta ao Capitão da Ordenança do Districto de S. Cruz; pela q lhe agradece S.Exa. a condução, e bom tractamento dos Índios Chacriabas para a Aldeya do Rio das Velhas, com outras varias advertências sobre a boa regularidade com que se deve conduzir [20.01.1776]. Livro de Ofícios dirigidas a Corte de Lisboa (..) [1771-1777] *AHU_ACL_CU - Cod. 1656*, p.77v-78.
[461] Idem.
[462] Para maior discussão sobre hábitos alimentares, difusão de doenças e origem dos cultivares pelo mundo ler o livro de Jared Mason Diamond chamado *Armas*, *Germes e Aço*: os destinos das sociedades humanas. O autor afirma que os primeiros cultivares surgiram no mundo de maneira autônoma, foram: trigo, ervilha e azeitona surgiram no sudoeste da Ásia em 8.500 a.C; arroz e milho miúdo na China em 7.500 a. C; milho, feijão e abóbora na Mesoamérica em 3.500 anos a.C; batata e mandioca nos Andes e Amazônia em 3.500 a.C; sorgo e arroz africano nos EUA em 2.500 a.C; girassol no Sael em 5.000 a.C; inhame e palma na África ocidental tropical; café e cereal africano na Etiópia em 7.000 a.C e por fim, cana-de-açúcar e banana em Nova Guiné 7.000 a.C. (DIAMOND, 2009, p 98).
[463] SOUZA, Thomaz de. Relação dos provimentos, que se remeteram para a Conquista das Nações dos Índios do Continente da Nova Beira na expedição, que por ordem do Ilmo., e Ex.mo Senhor Jozé de Almeida de Vasconcelos de Soveral, e Carvalho, Governador e Capitão General da Capitania de Goiás se fez em 26 de abril de 1776, de cuja conduta foi encarregado o Alferes de Dragões José Pinto da Fonseca. BN. Loc. 07,4,070, doc. 19, p.142-147
[464] Definição de pederneiras < http://www.priberam.pt/dlpo/pederneiras acessado em 07.04.2016>
[465] SOUZA, Thomaz de. Relação dos provimentos, que se remeteram para a Conquista das Nações dos Índios do Continente da Nova Beira na expedição, que por ordem do Ilmo., e Ex.mo Senhor Jozé de Almeida de Vasconcelos de Soveral, e Carvalho, Governador e Capitão General da Capitania de Goiás se fez em 26 de abril

e contas de várias qualidades, e cores para se presentear com elas aos Índios, e outras muitas miudezas (..)"[466].

Foi encaminhado também uma "botica aparelhada". Junto foram "6 lancetas com sangrador" e "6 Borrachas", provavelmente para procedimentos cirúrgicos, além da já mencionada libra de chá, dois barris de água ardente e "10 rolos de fumo" [467] que poderiam ser utilizados. A leitura dos documentos indica que as boticas presentes nos aldeamentos pombalinos poderiam ter outros fins. Além do uso nos tratamentos medicinais, poderiam ser utilizadas para a prospecção de drogas, ou mais específico plantas medicinais e alimentares que pudessem ser apropriadas e disseminadas a se tornar comercializáveis e fonte de renda a Coroa.

O aldeamento Nova Beira fez parte da reformulação da política indigenista da Coroa portuguesa em Goiás. Essa política partiu da leitura do governador Mossâmedes do Diretório dos Índios e das Instruções de 1771. Esse governador mudou a política indigenista, pois além de Nova Beira, fundou o aldeamento São José de Mossâmedes, destinado a ser modelo e base da estrutura colonizadora portuguesa na região. Somado a esses dois novos aldeamentos, reestruturou o aldeamento Santa Anna do rio das Velhas e enviou quase duas dezenas de bandeiras aos sertões em busca do ouro e aldear gentios.

A partir do governo do Barão de Mossâmedes a navegação do rio Araguaia e Tocantins, apesar de proibida, começou a ser articulada. Aparentemente havia um "Secretíssimo Plano de Comércio" articulado pelo governo pombalino que visava consolidar a navegação e comércio de Belém do Pará, com outras capitanias, assim como com Lisboa (LOPES, 2013, p.225). O desejo era constituir rota comercial que ligasse Cuiabá e Mato Grosso a vila Boa de Goiás e dessa vila com o Belém do Pará pelo intermédio dos rios Vermelho, Araguaia e Tocantins.

No início de setembro de 1773, o governador Barão Mossâmedes, enviou o comerciante Antonio Luis Tavares Lisboa percorrer com uma tropa o Tocantins do Arraial de Pontal até Belém do Pará[468]. Aparentemente, comunicou isso ao Secretário de Estado, Martinho de Mello e Castro, somente depois de já enviada à tropa. Como argumento em prol

---

de 1776, de cuja conduta foi encarregado o Alferes de Dragões José Pinto da Fonseca. BN. Loc. 07,4,070, doc. 19, p.142-147

[466] Idem.

[467] Idem.

[468] SILVA, Luiz Antonio Sousa. Memória sobre o descobrimento, governo, população, e cousas mais notáveis da Capitania de Goyaz. *Revista Trimensal de Historia e Geographia ou Jornal do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro*, tomo XII, 4º trimestre de 1849, p. 429-510. Rio de Janeiro: Typographia de João Ignácio da Silva. [2ª. edição 1872], p. 456

da navegação do Tocantins afirmou que a fundação do Arraial de Natividade e de Pontal se deu devido à descoberta de ouro por pessoas que desceram do Pará, o Tocantins[469]. O envio de tropas pelo rio de navegação proibida demonstrou intimidade, autonomia e permissividade do Barão de Mossâmedes em relação à Coroa, pois nenhum outro governador teve essa atitude, apesar de todos solicitarem a liberação da navegação, denotando as relações pessoalizadas, de confiança, do rei em suas escolhas de governadores generais. O governador do Pará com ato inverso ao Mossâmedes não permitiu que os exploradores

> (..) pudessem regressar pelo mesmo rio, por causa das ordens do Conselho Ultramar, dirigidas ao Pará, passaram as onze pessoas destinadas a essa diligencia, em uma sumaca a Cidade de São Luiz do Maranhão, e desta navegação pelo rio Itapiquerû até as aldeias altas, onde comprando cavalos, celas, broacas, cangalhas e tudo o mais que lhe pareceu necessário para o seu transporte por terra[470]

É notório que a proibição da navegação dos rios Araguaia e Tocantins ocasionou o inverso do que a Coroa desejava, pois se tornou rota de tráfico e comércio ilegal. Esses rios eram rotas de extravio do ouro extraído no norte da capitania e enviado a Belém do Pará. A existência dessa rota de contrabando ficou evidente quando a tropa chegou a Belém do Pará e "foram logo procurados por vários negociantes, para lhe permutarem o ouro em pó"[471]. Fato que transpareceu há Mossâmedes que muito ouro já tinha sido desviado pelo Tocantins. Além do ouro, por ali se traficavam cativos indígenas.

Entre 1778 e 1783, a capitania de Goiás foi governada por Luís da Cunha Meneses (1742-1819), habilitado na Ordem de Cristo. Em 1796, receberia o título de Conde de Lumiares (5º). Antes de ser governador de Goiás seguiu carreira militar como capitão de Infantaria, capitão de Granadeiros e por fim ajudante de Ordens de Marechal de Campo. Depois de Goiás foi governador de Minas Gerais (PEREIRA, 2016, p.178).

Em 1779, o governador Luis da Cunha Meneses afirmou que seria muito vantajoso para a capitania à comunicação com o "Grão Pará, pelo Rio Araguaia, que deságua no

[469] CARVALHO, José de Almeida Vasconcelos de Soveral e. Pela Secretária de Estado de Ultramar, remetendo S. Ex.a o Roteiro da viagem ao Pará pelo Rio Tocantins. [15.13.1774]. Livro de Ofícios dirigidas a Corte de Lisboa (..) [1771-1777]. AHU_ACL_CU - Cod. 1656, p.41v-42

[470] Biblioteca Nacional de Portugal. Miscelânea – Coleção das Leis do reinado da Rainha D. Maria I, incluindo o tempo da sua enfermidade, governo que findou em 15 de julho de 1799. Coleção Pombalina. PBA461 Tomo I, p.341

[471] CARVALHO, José de Almeida Vasconcelos de Soveral e. Ao Sr. Marques de Pombal, sobre a comunicação desta capitania com a do Pará, pelo rio Tocantins. [08.06.1774]. Livro de Ofícios dirigidas a Corte de Lisboa (..) [1771-1777]. AHU_ACL_CU - Cod. 1656, p.46-46v.

Amazonas, por esse se poder fazer a condução dos gêneros que se transportam ao Rio de Janeiro, e Bahia, em bestas com muito custoso trabalho, sendo a mesma dificuldade de os conduzir, o motivo dos excessivos preços porque se compram nestas Minas"[472]. Segundo o futuro Conde de Lumiares essa navegação permitiria também a civilização dos *gentios* que habitam suas margens, "que com o comércio da nossa navegação se pode domesticar; e o descobrimento de novas minas" [473]. Para tanto, assim como Barão de Mossâmedes, Luis da Cunha Meneses procurava tratar com alguma "adulação" as lideranças Karajá e Javaés, que eram aliados dos portugueses e tinham seu território no Araguaia.

> (..) dos quais a 16 de junho [1779], chegaram a esta Capital 35 em companhia do seu Cacique, em figura de visita, e os mandei para a Aldeia de São Jozé, dando-lhes de vesti (..) consentido sentarem-se comigo a mesa nas horas de comer, sendo o meu intento o querer atrair aos mais para virem povoa-la [474]

Em 1780, o governador enviou um pároco para fazer a desobriga da Quaresma das tropas e demais moradores nascidos no Brasil que estavam no aldeamento Nova Beira (Karajá, Karijó e Javaés) [475]. No retorno do pároco, o governador enviou junto o alferes Jozé de Machado de Azevedo para investigar as notícias de que havia salina, no entorno do rio Grande de Crixás, quando

---

[472] OFÍCIO do [governador e capitão-general de Goiás], Luís da Cunha Menezes, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, sobre a demora no repasse das informações acerca da capitania de Goiás, devido a sua grande extensão territorial; a importância das instruções deixadas pelo ex-governador e capitão-general de Goiás, [Barão de Mossâmedes], José de Almeida Vasconcelos de Soveral e Carvalho; o estado da Companhia de Pedestres, do Regimento de Cavalaria Auxiliar, das Ordenanças e das Companhias dos Homens Pardos; as campanhas dos rios Claro e Pilões e a comunicação com o Grão-Pará pelo rio Araguaia [09.07.1779] AHU_ACL_CU_008, Cx. 31, D. 1977

[473] OFÍCIO do [governador e capitão-general de Goiás], Luís da Cunha Menezes, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, sobre a demora no repasse das informações acerca da capitania de Goiás, devido a sua grande extensão territorial; a importância das instruções deixadas pelo ex-governador e capitão-general de Goiás, [Barão de Mossâmedes], José de Almeida Vasconcelos de Soveral e Carvalho; o estado da Companhia de Pedestres, do Regimento de Cavalaria Auxiliar, das Ordenanças e das Companhias dos Homens Pardos; as campanhas dos rios Claro e Pilões e a comunicação com o Grão-Pará pelo rio Araguaia [09.07.1779] AHU_ACL_CU_008, Cx. 31, D. 1977.

[474] Idem.

[475] OFÍCIO do [governador e capitão-general de Goiás], Luís da Cunha Menezes, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, sobre o aldeamento da Nova Beira, habitada pelos índios Karajá, Karijó e Javaés; as medidas tomadas para conter as hostilidades dos índios Kayapó e Xavantes e manter a amizade dos índios aldeados no presídio estabelecido sob o comando do alferes José Machado de Azevedo; as descobertas de salinas que prometem grande abundância e propondo a formação uma bandeira composta de índios, comandada pelo capitão de Pedestres José Luís Pereira, para tentar a pacificação dos índios Kayapó [?,03,1780] . AHU_ACL_CU_008, Cx. 32, D. 1996.

> (..) encontrando nas ditas salinas, sal com tanta abundância, pelas calculadas provas, que logo que tive esta notícia mandei fazer que prometiam darão não só 120 [?] surrões de sal[476], que é o que se consome nesta Capitania anualmente e de melhor qualidade, que o que vem de São Romão feito nas salinas das margens do rio São Francisco; mas ainda em quantidade própria para se poder exportar para as mais capitanias, que dele precisarem[477].

Além do sal, apontava-se como motivação o fato de Nova Beira ficar muito longe de vila Boa (cento e cinquenta léguas), por isso o governador mandou José de Machado de Azevedo "estabelecer na margem do rio Grande Crixás, que vai desaguar no mesmo Araguaia distante desta capital menos 50 léguas do que o outro, e melhor comodidade para o seu estabelecimento"[478], transferindo parte dos Iny da Ilha do Bananal para a região de Salinas. O governador determinou a construção de um aldeamento em Salinas com "1.500, ou 2.000, tirados da dita Ilha Nova Beira, ficando esta mais perto desta capital 50 léguas" [479]. José de Machado de Azevedo tinha ordens

> (..) dirigir e administrar a nova fábrica de sal, que mandei estabelecer admitindo aos mesmo índios naquela manufatura, e tão bem na de uma fazenda de gado, que mandei formar por ser muito precisa para a subsistência dos mesmos índios, e me constar de que as margens que se descobriram para aquela parte do dito rio serem tão próprias para criação de gado vacum, e cavalar, como são as grandes campinas para a parte do Rio Grande de São Pedro, e Colônia[480].

---

[476] Um surrão de sal são bolsas que vão dos dois lados das mulas. Segundo blog consultado "uma mula normal pesa entre 370 e 460 quilos. É dito que uma mula pode levar em média 72 quilos sem parar para descansar por 26km. Já testemunhei mulas levando cargas de 150 quilos, isso porém diminui muito a vida útil do animal" <http://altamontanha.com/Artigo/2561/tudo-sobre-animais-de-carga-usados-em-montanhas acesso 28.04.2016>. Se as mulas carregassem 120 surrões de 150 quilos, consumir-se-ia em torno de 18.000 quilos. Na carta de Luis da Cunha de Meneses ao seu irmão, informou que o consumo anual de sal da capitania era de 12.000 arrobas, ou seja, 180.000 quilos.

[477] OFÍCIO do [governador e capitão-general de Goiás], Luís da Cunha Menezes, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, sobre o aldeamento da Nova Beira, habitada pelos índios Karajá, Karijó e Javaés; as medidas tomadas para conter as hostilidades dos índios Kayapó e Xavantes e manter a amizade dos índios aldeados no presídio estabelecido sob o comando do alferes José Machado de Azevedo; as descobertas de salinas que prometem grande abundância e propondo a formação uma bandeira composta de índios, comandada pelo capitão de Pedestres José Luís Pereira, para tentar a pacificação dos índios Kayapó [?,03,1780] . AHU_ACL_CU_008, Cx. 32, D. 1996**.**

[478] OFÍCIO do [governador e capitão-general de Goiás], Luís da Cunha Menezes, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, sobre a atuação da bandeira comandada por José Machado de Azevedo descobridor dos índios Karajá e Javaés, e acerca da nomeação do alferes José Pinto da Fonseca para o posto de capitão da Companhia de Pedestres de Goiás e solicitando deferimento para o requerimento de António Gomes Barbosa, concedendo-lhe sua reforma, devido às moléstias que padece [?.03.1780]. *AHU_ACL_CU_008, Cx. 32, D. 1997.*

[479] Idem.

[480] Idem.

O governador tinha interesse, também, de “estabelecer naquela situação uma aldeia dos ditos Índios Kayapó (..) ganhando ainda mais com este novo estabelecimento interessantíssima proteção ao arraial de mesmo nome Crixás” [481], proteção que garantiria a expansão das fazendas e das lavras. Contudo, os Kayapó foram estabelecidos ao sul da capital no aldeamento Maria I, no ano posterior (1781), no rio Fartura, perto do aldeamento São José de Mossâmedes.

O único mapa que se conhece que indica onde ficava as Salinas é o abaixo, sua execução foi ordenada pelo governador Luis da Cunha Meneses, datado de 1782, registra a área do segundo regimento de cavalaria Auxiliar. Primeiro é apresentado um fragmento do mapa, onde possível ver o caminho que vai da capital pelo rio Vermelho até Salinas. Depois o mapa completo.

Imagem 10:

Recorte do mapa - alterado: Goiás. Mapa. 1782. AHU_CARTm_008, D. 0878[482]. vila boa foi acrescido.

[481] OFÍCIO do [governador e capitão-general de Goiás], Luís da Cunha Menezes, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, sobre o aldeamento da Nova Beira, habitada pelos índios Karajá, Karijó e Javaés; as medidas tomadas para conter as hostilidades dos índios Kayapó e Xavantes e manter a amizade dos índios aldeados no presídio estabelecido sob o comando do alferes José Machado de Azevedo; as descobertas de salinas que prometem grande abundância e propondo a formação uma bandeira composta de índios, comandada pelo capitão de Pedestres José Luís Pereira, para tentar a pacificação dos índios Kayapó [?,03,1780] . AHU_ACL_CU_008, Cx. 32, D. 1996.

[482] No original não está demarcada a vila Boa de Goiás.

Imagem 11

Goiás. Mapa. 1782. AHU_CARTm_008, D. 0878

Havia o objetivo de ocupar as margens do rio Crixás e Araguaia, o que garantiriam a navegação rumo ao rio Tocantins até Belém do Pará[483]. A presença de ocidentais em busca de ouro, principalmente a partir da década de 1740, acirrou os conflitos nessa região entre as nações Iny (Karajá), Paraniá (Kayapó do Sul), Akwén (Xavante) e tupi. Para efetivar o caminho, via rios, que seguiria de Cuiabá, vila Boa de Goiás e Belém do Pará, havia o desafio de "pacificar" essas nações e as utilizar como suporte dos comboieiros, viandantes e demais diligências, com o fornecimento de alimentos, estadia e mão de obra barata.

Segundo Luis da Cunha Meneses havia o objetivo de exportar a produção de Goiás para outras capitanias, principalmente a partir da efetivação do aumento do "número de fazendas de gado, sendo-lhe preferível à exportação das carnes, toucinhos e couros, salgados e curtidos com sal das mesmas salinas"[484]. As fazendas de gado ocupariam as margens dos rios do vale do Araguaia-Tocantins e o sal das salinas.

> (..) a civilização de um número, de Nações Silvestres, que estão habitando a extensão de 400 léguas de margens, e indispensável ou impossível deixar de se encontrar, em uma semelhante e dilatadíssima extensão, muitas bocas de Rios ainda não conhecidos, abundantíssimos de ouro e outros haveres de que se faz estimação em maior ou menor valor, que se estão negligenciando e perdendo nas produtivas margens dos referidos Rios, por falta daquela facilidade que eles nos estão oferecendo na sua natural carreira[485].

Em 1780, após alguns meses da transferência de Iny da Ilha do Bananal para o recém fundado aldeamento de Salinas, ocorreu outra transferência, essa para o aldeamento São José de Mossâmedes. Segundo governador Luis da Cunha Meneses o alferes da tropa de pedestres Jozé de Machado de Azevedo, junto ao tenente de dragões Manoel Jozé de Almeida, "conduziram em diferentes malocas 726 índios de ambos os sexos, e nações com os quais aumentei a povoação da aldeia São José de Mossâmedes"[486]. Nesse ano, a composição do

---

[483] Antes de chegar a Belém, o caminho percorrido pelos comboieiros e viandantes passava por três vilas estabelecidas no Tocantins : Cametá, Oeiras e Abaité, na parte do Grão Pará.

[484] Carta de Luís da Cunha Meneses a Tristão da Cunha Meneses fazendo uma descrição etnográfica dos índios Kayapó e Karajá. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro - seção de manuscritos cód. 13.4.10, nº75. In APARÍCIO, 1998, p.370.

[485] Carta de Luís da Cunha Meneses a Tristão da Cunha Meneses fazendo uma descrição etnográfica dos índios Kayapó e Karajá. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro - seção de manuscritos cód. 13.4.10, nº75. In APARÍCIO, 1998, p.370-371.

[486] OFÍCIO do [governador e capitão-general de Goiás], Luís da Cunha Menezes, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, sobre a atuação da bandeira comandada por José Machado de Azevedo descobridor dos índios Karajá e Javaés, e acerca da nomeação do alferes José Pinto da Fonseca para o posto de capitão da Companhia de Pedestres de Goiás e solicitando deferimento para o requerimento de António

aldeamento passou a ser: Akroá (41 homens e 40 mulheres); Kayapó (11 h.; 12 m.); Xavante (4 h. 2 m.), Karijó (14 h.; 22 f.), Karajá (213 h.; 121 m.) e os Javaés (200 h., 130 m.), em um total de 814 aldeados[487]. O aldeamento São José de Mossâmedes passou a ser composto por pelo menos seis nações diferentes, com ao menos quatro línguas incompreensíveis entre si, tais como: Iny (Karajá e Javaés), Akwén (Akroâ e Xavante), Kayapó e Karijó[488].

Dos oitocentos e quatorze índios aldeados em São José de Mossâmedes em 1780, maioria Karajá e Javaés, trezentos e oitenta e quatro estavam aprendendo ofícios mecânicos. Havia oitenta rapazes na escola, setenta "raparigas" na costura, outras setenta[489] na roda de fiar algodão, oito carpinteiros[490], quatro sapateiros, dois alfaiates, sete vaqueiros, oito tecelões de pano de algodão, seis carreiros, quatro pastores, dez telheiros, cem na lavoura, oito mulheres do engenho de fazer farinha de milho e mandioca[491]. Para o cuidado da saúde dos

---

Gomes Barbosa, concedendo-lhe sua reforma, devido às moléstias que padece [?.03.1780]. *AHU_ACL_CU_008, Cx. 32, D. 1997*.

[487] OFÍCIO do [governador e capitão-general de Goiás], Luís da Cunha Menezes, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, sobre o aldeamento da Nova Beira, habitada pelos índios Karajá, Karijó e Javaés; as medidas tomadas para conter as hostilidades dos índios Kayapó e Xavantes e manter a amizade dos índios aldeados no presídio estabelecido sob o comando do alferes José Machado de Azevedo; as descobertas de salinas que prometem grande abundância e propondo a formação uma bandeira composta de índios, comandada pelo capitão de Pedestres José Luís Pereira, para tentar a pacificação dos índios Kayapó [?,03,1780] . *AHU_ACL_CU_008, Cx. 32, D. 1996*.

[488] Chama atenção a presença de Karijó no aldeamento. Para John Monteiro o termo se refere a "índios administrados, independente da origem étnica" (2001, p.89). O fato era que havia um número considerável de Karijó no aldeamento, ou seja, de índios administrados por fazendeiros e mineiros. O governador Conde dos Arcos fez campanha e recolheu índios administrados das fazendas. Aparentemente, esse ato foi repetido pelo Barão de Mossâmedes e Luis da Cunha Meneses, indicativo disso foi o número de Karijó aldeados em São José de Mossâmedes. Os primeiros índios administrados que receberam o nome diferenciado de Karijó em Goiás, em relação aos outros administrados, vieram de outras capitanias como São Paulo, alguns com os primeiro bandeirantes (MONTEIRO, 1994, p.255). André Toral supôs que os Karijó vindos na bandeira de Anhanguera poderiam ter sido os ascendentes dos Avá-Canoeiro. Hipótese que coaduna com o fato dos canoeiros falarem o tupi oriundo do litoral de São Paulo (TORAL, 1984/1985). Tendo em conta que não havia nação chamada de Karijó em Goiás, há duas possibilidades, uma que sejam fruto do comércio ilegal entre capitanias, pois se capturava índios aldeados e *gentios* dos sertões e se vendia em outras capitanias como índios administrados, maquiando assim o tráfico ilegal. Outra, é que sejam indígenas tupi do vale dos rios Araguaia e Tocantins, como os Tapirapé.

[489] No documento transcrito por João da Silva Aparício consta haver cento e noventa e duas mulheres na roda de fiar, "número este igual aos fuzos, que trabalham movidos pela força motriz, ou peso da água" (1998, p.370).

[490] Os carpinteiros tinham aula nesse período com Oficial de Carpintaria Thomas da Silveira Borges, que tinha a função também de terminar e ampliar as obras do aldeamento. Pelo seu trabalho nos anos de 1781 e 1782, o que valeria duzentos e dez dias de trabalho, o mesmo recebeu pelo preço de 0$525 ao dia de jornal: 110$25 reis, 91,88 oitavas quintadas, ou 0,33 gramas de ouro quintado. O serrador Caetano recebia por dia de trabalho 0$450 réis, sendo que trabalhou trezentos e dezoito dias nesse período, recebendo 143£320 réis. Havia também três faiscadores contratados, que recebiam 0$300 ao dia, sendo que em dois anos trabalharam seiscentos e sessenta dias. Museu das Bandeiras. Aldeia São José de Mossâmedes (1776-1822). Cota 04.01.014; Caixa 155, Fl. 03 e 05. Aparentemente esse valores só foram pagos em 1786.

[491] OFÍCIO do [governador e capitão-general de Goiás], Luís da Cunha Menezes, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, sobre o aldeamento da Nova Beira, habitada pelos índios Karajá, Karijó e Javaés; as medidas tomadas para conter as hostilidades dos índios Kayapó e Xavantes e manter a amizade dos índios aldeados no presídio estabelecido sob o comando do alferes José Machado de Azevedo; as descobertas de salinas que prometem grande abundância e propondo a formação uma bandeira composta de

índios e demais moradores do aldeamento, havia uma casa de enfermaria na construção destinada a Escola.

No ano seguinte, o governador Luís da Cunha Meneses informou o secretário de Estado da Marinha e do Ultramar Martinho de Mello e Castro, que reestruturou o aldeamento São José de Mossâmedes, reconstruiu a igreja por ser feita de taipa, sem cobertura, aumentou o número de furos da roda de fiar algodão de quarenta para cento e noventa e dois, fez um engenho de "fazer farinha de milho, e mandioca, com 18 mãos; porque o que se tinha era não só de 6"[492], refez o rego d´ água "para o serviço da mesma aldeia, e de todas estas fábricas, de uma légua de comprido"[493], junta dois ribeirões aumentando de dez palmos, para trinta palmos a altura que a água chegava. Aumentou para trinta e dois quartéis para melhor acomodação dos índios. Fez um novo curral494.

Entre 1783 a 1800, a capitania foi governada pelo irmão de Luis da Cunha Meneses, chamado Tristão da Cunha Meneses. Em 1791, o governador Tristão da Cunha Meneses autorizou o cabo de expedição mercantil, o pardo Thomaz de Souza Villa Real, a explorar e reconhecer a navegação do rio Vermelho e Araguaia, até encontrar o primeiro registro no rio Tocantins (capitania do Grão Pará) e voltar. A expedição foi financiada pelos mercadores Ambrozio Henriques, Feliciano José Gonçalves e Manoel José de Cunha, que estavam presentes na excursão. Foram prometidas mercês, caso consolidada a rota a partir dessa expedição. A finalidade da expedição era avaliar a viabilidade de uma nova rota de comércio que ligaria Cuiabá a vila Boa de Goiás por terra, e essa vila a Belém via rio Vermelho, Araguaia e Tocantins. Essa rota seria uma opção para a que estava se consolidando pelo rio Madeira, que ligava às capitanias de Cuiabá e Mato Grosso a capitania do Rio Negro e Pará. Cabia a essa expedição avaliar a navegação[495].

Essa expedição era esforço conjunto do governador de Goiás e do Grão Pará Francisco de Souza Coutinho (1790-1803). Ele em carta para o secretário de Estado da marinha e do ultramar Martinho de Mello e Castro em 1793, confirmou o interesse da Coroa em utilizar a mão de obra indígena nessa rota comercial. Afirmou que "para estas [canoas] subirem e

---

índios, comandada pelo capitão de Pedestres José Luís Pereira, para tentar a pacificação dos índios Kayapó [?,03,1780] . AHU_ACL_CU_008, Cx. 32, D. 1996.

[492] OFÍCIO do [governador e capitão-general de Goiás], Luís da Cunha Menezes, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, sobre as medidas administrativas para animar a extração de ouro em Goiás e promover a civilização dos índios, impulsionando as obras da aldeia de São José de Mossâmedes, e acerca do aldeamento s índios Kayapó na aldeia denominada D. Maria I [09.08.1781]. AHU_ACL_CU_008, Cx. 32, D. 2025.

[493] Idem.

[494] Idem.

[495] Viagem de Thomaz de Souza Villa Real pelos rios Tocantins, Araguaia e Vermelho: acompanhada de importantes documentos oficiais relativos à mesma navegação. RJ: *RIHGB*, 1891, p.401-444.

descerem há na capitania de Goiás muitos índios e mestiços até agora inúteis, com quem se pode equipar (..)”[496]. Logo, os nativos deveriam servir de mão de obra como remeiros e carregadores, além de povoar as margens dos rios como vassalos, como dito, com os próprios “gentios que as povoam, e que depois de aldeados podem vir a serem suas povoações tão úteis para a comodidade da navegação(..)"[497].

A intenção dos agentes da Coroa era estabelecer à navegação comercial dos rios Araguaia e Tocantins, rota pelos rios proibida até 1782, que era usada pelos mineiros para contrabandear ouro. O governador do Grão-Pará Francisco de Souza Coutinho tinha intenção que de Goiás viessem mercadorias como “açúcar, couros, sola e tabaco”[498].

Thomaz de Souza Villa Real comandou duas expedições, uma primeira que saiu de vila Boa chegando até o primeiro registro da capitania do Grão-Pará chamado Alcobaça, voltando com êxito. Na segunda tentativa levaram dois anos para ir e voltar e foi perdida muita mercadoria. O governador do Grão-Pará Francisco de Souza Coutinho afirmou “demora de muitos meses (..) perdida a melhor ocasião de navegar pelos rios (..) quase dois anos de viagem (..) pudera ter feito em três a quatro meses (..) perda de grande parte da carregação (..) temor que a empreende-la conceberam aqueles habitantes”[499].

O interesse dos agentes da Coroa era utilizar os Karajá e as nações aliadas a eles como suporte dessa rota comercial pelos rios. O que ficou expresso na carta do governador do Grão Pará Francisco de Souza Coutinho, quando explicou o procedimento que teve de convidar os Karajá para visita-lo em Belém, quando na seca desciam o rio Tocantins até o registro de Alcobaça. O governador conseguiu “(..) que viessem a esta cidade em número de doze ou treze compreendido o seu principal (..)”[500]. Tratou-os bem, o que resultou na boa acolhida da expedição de Thomaz de Souza Villa Real pelos Karajá. A expedição foi auxiliada por “(..) principais de duas aldeias [Karajá] com mais de sessenta índios acompanha-los, ensinando-lhe os canais das cachoeiras, e servindo-lhe de guarda contras os seus inimigos Apinajê, que habitam a boca do Araguaia"[501]

---

[496] Carta de Francisco de Souza Coutinho a Martinho de Mello e Castro [08.03.1793]. In: Viagem de Thomaz de Souza Villa Real pelos rios Tocantins, Araguaia e Vermelho: acompanhada de importantes documentos oficiais relativos à mesma navegação . RJ: *RIHGB*, 1891, p.402
[497] Idem.
[498] Carta de Francisco de Souza Coutinho a Rodrigo de Souza Coutinho [24.06.1797]. In: Viagem de Thomaz de Souza Villa Real pelos rios Tocantins, Araguaia e Vermelho: acompanhada de importantes documentos oficiais relativos à mesma navegação. RJ: *RIHGB*, 1891, p.435.
[499] Idem.
[500] Carta de Francisco de Souza Coutinho a Martinho de Mello e Castro [08.03.1793]. In: Viagem de Thomaz de Souza Villa Real pelos rios Tocantins, Araguaia e Vermelho: acompanhada de importantes documentos oficiais relativos à mesma navegação. RJ: *RIHGB*, 1891, p.402-403.
[501] Idem, p.402-403..

O relato da primeira excursão ajuda a compreender em que situação estava à aliança dos Karajá e Javaés com os portugueses, na década de 1790. Os Karajá e Javaés tinham sido aldeados em Nova Beira (1776-?), Mossâmedes (1781-?) e Salinas (1781-?). Há dúvida se Nova Beira deixou de existir como aldeamento com a transferência dos Iny para os outros dois aldeamentos. Um indício que esse aldeamento não acabou vem do relato dos mercadores que financiaram a expedição, afirmaram que quando adentraram pelo rio Araguaia, tendo a ilha do Bananal à esquerda, "(..) em distância de quatro léguas parei no primeiro arranchamento feito pelos cristãos: fiz pousada(..)"[502]. Fica a dúvida se esse arranchamento fazia parte do aldeamento Nova Beira (1776-1781).

Nessa expedição a presença de *línguas* Karajá foi importante na interlocução com as aldeias, não só Karajá. A lista abaixo foi construída pela bandeira, apontando o nome das nações que tinham aldeia no Araguaia, provavelmente, nações aliadas dos Karajá e Javaés. Junto ao nome da nação há o nome dos respectivos *maiorais*.

> Nação Karajá. Auribedú, o principal chefe de todos: Aranabedú: Tuida: Baturi: Jaribedú: Quatibedú: Teducurabedú: Tuixaua-mirim
> Nação Pinaré. Tebore: Dacuacoriti: Uatira
> Nação Jacundá. Uoriniuera: Claxira
> Nação Tacuayuna. Areman
> Nação Aruaque. Uaraja: Irajá
> Nação Uacuruhá. Ijomo: Aimati
> Nação Araueré. Xererure: Xereroto
> Nação Carauadú. Beti: Ariuajoze
> Nação Carauaú. Rinorino: Hemaquere: Joathime.
> Nação Carajahi. Tuida: Briuera: Aricabedú: Jaina.
> Nação Tapirasse. Macarasseu: Camaira: Uarinim: Cauerena: Itaira: Iborahi: Auacatu: Yauarayu
> Nação Iparanim. Pajahi: Peparanim.
> Nação Turiuara. Tatahi: Areuanajú[503].

É difícil apontar quais dessas nações eram da sociocultura Iny, ou dizer quais não eram. A nação Karajá (mais populosa) e "Carajahi" eram Iny, assim como nação "Tapirasse" era tupi, provavelmente conhecidos como Tapirapé. A variedade e número de nações; o nome dos quarenta e um *maiorais*; o acesso, localização e o número de aldeias eram informações que somente a interlocução de *línguas* era capaz de intermediar.

---

[502] Thomaz de Souza Villa Real. Diário da navegação que fez Thomaz de Souza Villa Real pelos rios Tocantins, Araguaia e Vermelho, desde vila Boa, capital de Goiás, até à cidade do Pará. In: Viagem de Thomaz de Souza Villa Real pelos rios Tocantins, Araguaia e Vermelho: acompanhada de importantes documentos oficiais relativos à mesma navegação. RJ: *RIHGB*, 1891, p.414
[503] Idem, p.431-432

No primeiro encontro da excursão comandada por Thomaz de Souza Villa Real com os Karajá, que estavam perto do arranchamento cristão, a rede social do língua favoreceu o contato,

> (..) vieram encontrar ao caminho em duas canoas, mandei falar-lhe pelo *língua*, que eram os seus camaradas (..), e fui portando em uma ilha da parte da sua moradia, e eles fizeram o mesmo perguntando-lhes o que faziam, disseram se tinham mudado por se não darem bem com o principal porque o tinham como feiticeiro (..)[504]

A primeira recepção à excursão foi boa, pois foi levada a nova aldeia que se formava por acusações de feitiçaria. A excursão descia o rio Araguaia devagar, devido aos doentes, fazendo "pousada" em aldeias Karajá. Um *língua* intermediou o enterro de um cristão da excursão, em outra aldeia Karajá

> Faleceu um camarada por nome Antonio João, que vinha molesto de maleitas [malária]: mandei-o dar à sepultura e puz-lhe uma cruz: toda esta ação foi a vista do *gentio*, e mandando-lhe falar pelo *língua* que não desenterrassem o falecido, eles responderam que também costumavam enterrar os seus quando morriam (..) [grifo nosso][505].

Saindo dessa aldeia onde foi enterrado o cristão, a excursão seguiu acompanhada de um dos *maiorais*, chegando a "(..) ilha defronte com suas pedras, e o principal mostrando-me o porto, deram eles suas salvas, e eu também mandei corresponder com o mesmo; perguntando-lhe eu quem lhe tinha dado aquelas armas, respondeu o principal que lhe as tinha dado o Exmo. Sr. D. Francisco (..)"[506]. Sabendo das armas doadas aos Karajá pelo governador

---

[504] Thomaz de Souza Villa Real. Diário da navegação que fez Thomaz de Souza Villa Real pelos rios Tocantins, Araguaia e Vermelho, desde Vila Boa, capital de Goiás, até à cidade do Pará. In: Viagem de Thomaz de Souza Villa Real pelos rios Tocantins, Araguaia e Vermelho: acompanhada de importantes documentos oficiais relativos à mesma navegação. RJ: *RIHGB*, 1891, p.416

[505] Thomaz de Souza Villa Real. Diário da navegação que fez Thomaz de Souza Villa Real pelos rios Tocantins, Araguaia e Vermelho, desde Vila Boa, capital de Goiás, até à cidade do Pará. In: Viagem de Thomaz de Souza Villa Real pelos rios Tocantins, Araguaia e Vermelho: acompanhada de importantes documentos oficiais relativos à mesma navegação. RJ: *RIHGB*, 1891, p.417.

[506] Idem.

do Pará, os mercadores resolveram agraciar o *maioral* dessa aldeia com "(..) quatro alqueires de farinha, três machados, duas foices, duas facas, de que ficaram muito contentes (..)"[507].

Como reiterado na tese, ferramentas de metal e armas eram muito cobiçado pelos indígenas. Mas não só elas, a posse de objetos ocidentais denotava e gerava *status* dentro das aldeias, fato que se evidenciou quando, chegando a uma aldeia, "(..)apareceu o principal calçado de meias, sem sapatos, e foi saindo, e o principal me foi levando para sua casa (..)[508]. As meias não estavam no momento da chegada da excursão, nos pés do *maioral*, por acaso. Elas sinalizavam a interlocução, abertura de diálogo, objetivada pelo *maioral* que as vestia. O uso de um objeto ocidental, como as meias, possivelmente era indicação pelo *maioral* aos outros indígenas e aos forasteiros da abertura da aldeia. Por outro lado, os Karajá aprenderam nos aldeamentos a produzir fio e tecidos, e a costurar a moda portuguesa.

Na capitania de Goiás, os Karajá eram aliados dos portugueses desde 1775. A aliança se estendia para o Grão Pará, como ficou evidente quando o governador Francisco de Souza Coutinho informou que "o principal dos Karajá (..) requerendo-me auxílio para se recolher livre dos insultos que houvera de receber dos Apinajê, e requerendo-me que queria descer e vir situar-se perto de Alcobaça"[509].

Os Karajá queriam aliança na guerra contra os Apinajê, talvez desejassem expandir seu território para além do rio Araguaia, ocupando território Apinajê, situado no rio Tocantins, constituindo um povoamento ao largo do registro de Alcobaça. Para isso, a aliança com os ocidentais e obtenção de armas, ferramentas e soldados coloniais era importante.

Os mercadores Ambrozio Henriques, Feliciano José Gonçalves e Manoel José de Cunha escreveram relato sobre a primeira expedição. Descrevem o desejo pelo lado dos portugueses de fazer aliança com os Apinajê: "que habitam na boca do Araguaia se puder conseguir-se, porque se reputam muito mais industriosos e aplicados à cultura [que os Karajá], e se diz que tem grandes roças de farinhas, gênero muito útil para socorrer as expedições (..)"[510].

---

[507] Thomaz de Souza Villa Real. Diário da navegação que fez Thomaz de Souza Villa Real pelos rios Tocantins, Araguaia e Vermelho, desde Vila Boa, capital de Goiás, até à cidade do Pará. In: Viagem de Thomaz de Souza Villa Real pelos rios Tocantins, Araguaia e Vermelho: acompanhada de importantes documentos oficiais relativos à mesma navegação. RJ: *RIHGB*, 1891, p.417.

[508] Idem, p.418

[509] Carta de Francisco de Souza Coutinho a Martinho de Mello e Castro [08.03.1793]. In: Viagem de Thomaz de Souza Villa Real pelos rios Tocantins, Araguaia e Vermelho: acompanhada de importantes documentos oficiais relativos à mesma navegação. RJ: *RIHGB*, 1891, p.404.

[510] Carta de Feliciano José Gonçalves, Manoel José da Cunha e Ambrozio Henriques ao governador do Grão Pará Francisco de Souza Coutinho [01.03.1793]. In: Viagem de Thomaz de Souza Villa Real pelos rios Tocantins, Araguaia e Vermelho: acompanhada de importantes documentos oficiais relativos à mesma navegação RJ: *RIHGB*, 1891, p.409.

Em determinado momento, ainda margeando a Ilha do Bananal, a excursão encontrou cinco canoas, sendo que uma canoa Karajá chegou perto da excursão e "(..) tocaram suas buzinas, e o *língua* lhe falou, e eles vieram chegando mais perto, e logo me disseram que não tinha mais gente sua adiante, caso visse algumas canoas que eram do Apinajê, que eram matadores (..)"[511]. Por duas vezes, os Karajá que acompanhavam a excursão atacaram os Apinajê que se encontravam no caminho. Na primeira, identificaram a aldeia Apinajê "(..) encostado à terra firme estavam duas canoas postadas, saíram os Karajá a terra e os fizeram correr, e tomaram uma mulher com duas filhas pequenas, e as embarcaram (..)"[512]. No segundo momento, "(..) estavam duas canoas postadas do Apinajê (..) carregaram tudo que acharam, como também as canoas (..) chegou o principal do meio com cinco canoas muito contente, dizendo que as tinha tomado ao Apinajê (..)"[513]

Os portugueses desejavam a aliança com os Iny (Karajá, Javaés, Xambioá, etc) com intuito de encontrar ouro, drogas do sertão, obter soldados, ocupar as terras com aldeamentos formados por índios cristãos, fundar fazendas e arraiais e viabilizar a navegação de vila Boa de Goiás a Belém do Pará. Os Iny negociavam com a aliança ferramentas de metal, armas de fogo, missangas, tecidos, assistência contra epidemias, alimentos, paz com a Coroa e aliança contra nações indígenas inimigas, como foi o caso dos Akroâ/Xavante e Apinajê.

Toda mestiçagem entre as práticas territoriais dos colonizadores e o manejo de mundo dos Iny foi intermediado por *línguas*. Eram eles que negociavam, estavam presente nos conflitos, contribuíam na distribuição da mão de obra, contavam sobre os fazeres *gentios* aos cristãos e vice-versa. Geralmente, eram índios ladinos, no sentido de vivenciarem o mundo indígena e colonial. Muitos foram resgatados das fazendas, onde viviam como administrados. Mesmo os Karajá tinham *línguas*, como ficou claro com a exposição sobre o caso do Bororo que foi enviado pelo *maioral*.

A aliança entre ocidentais e Iny durou ao menos até a primeira década do século XIX, em 1811 a Coroa emitiu uma Carta Régia afirmando a necessidade de apaziguar "(..)Karajá, Apinayé, Xavante, Xerente e Canoeiros(..)" (KARASH, 2009, p.402), caso o pedido de paz fosse negado, estava autorizada a guerra justa. Em 1812, foi erguido o presídio de Santa Maria do Araguaia, entretanto "(..) uma coalisão de Karajá, Xavante e Xerente atacou e

---

[511] Thomaz de Souza Villa Real. Diário da navegação que fez Thomaz de Souza Villa Real pelos rios Tocantins, Araguaia e Vermelho, desde Vila Boa, capital de Goiás, até à cidade do Pará. In: Viagem de Thomaz de Souza Villa Real pelos rios Tocantins, Araguaia e Vermelho: acompanhada de importantes documentos oficiais relativos à mesma navegação. RJ: *RIHGB*, 1891, p.418

[512] Idem, p.420.

[513] Idem.

destruiu o presídio um ano depois. Só havia doze soldados nele" (Idem, p.403). A guerra ofensiva só foi revogada em 1831 (Idem, p.404). Milhares de indígenas de Goiás foram enviados para Belém do Pará, onde eram vendidos como escravos, nas primeiras décadas do século XIX.

No capítulo seguinte são analisados os contatos, descimentos e aldeamentos dos indígenas Kayapó em Goiás. Bororo foram tragos de Cuiabá para combatê-los, o que gerou a fundação de quatro aldeamentos no sul de Goiás. A paz com Kayapó só foi alcançada com o aldeamento de Maria I. Anos depois os Kayapó foram transferidos para o aldeamento São José de Mossâmedes.

Sexto Capítulo

A expansão portuguesa e os contatos, descimentos e aldeamentos Bororo e Kayapó.

De maneira geral, a operação de lido, combate e apresamento de *gentios* era realizado principalmente por sertanistas experientes, que viveram uma cultura familiar ligada à guerra e a escravização. Homens levados desde o início de sua vida "adulta" a aprender um "ofício", que consistia no apresamento, comércio e combate aos *gentios*. A partir da década de 1670 houve mudança na lógica das bandeiras paulistas, "deixaram de comportar os grandes investimentos de capital e pessoas e assumiram um caráter mais de 'empresa familiar', na medida em que os pais podiam financiar os filhos mais novos nas expedições e em troca recebiam metade dos índios descidos" (LUCIDIO, 2013, p.131).

As práticas de duas famílias de sertanistas chamam atenção por fazerem parte do movimento colonizador, que culminou com a descoberta do ouro em 1726 e que proporcionou a invasão das terras indígenas por milhares de mineiros nos sertões dos Guayases. Essas famílias foram às pioneiras que fundaram os arraiais que deram origem as vilas de Cuiabá e vila Boa de Goiás.

De um lado, a família de Manuel de Campos Bicudo reconhecido sertanista que fez vinte e quatro incursões pelos sertões, teve um filho chamado Antonio Pires de Campos. Antônio teve um filho homônimo, prática comum de batizar o filho ou neto com nome do pai ou avô, tentativa de manutenção da memória familiar. Filho e neto de Manuel de Campos Bicudo possuíam fazenda em Itu com centenas de índios e eram conhecidos pela alcunha de Pay Pirá, ou traduzido do tupi Pai Peixe[514].

A família Campos Bicudo era descendente de Suzana Dias (?-1634) e Manoel Fernandes Ramos. Suzana era neta de Tibiraçá um dos principais *maiorais* tupiniquins aliados dos portugueses no século XVII, em São Paulo (MOURÃO, 2015, p.278). Tibiraçá entrou em contato com os portugueses por meio do "lançado" João Ramalho, deixado entre os tupis por portugueses, entre 1511-1513, serviu de *língua* nos primeiros contatos. Tibiraçá casou duas de suas filhas com portugueses. Uma delas, chamada Beatriz se casou com o português Lopo Dias, os dois eram os pais de Suzana. Suzana casou com Manoel Fernandes Ramos e tiveram

---

[514] Pay Pirá <http://www.dicionariotupiguarani.com.br/dicionario/pira/ acesso em 26.04.2016>

dezessete filhos (idem, p.279), um dos ramos familiares formados pelos filhos era Campos Bicudo.

Havia a prática familiar de concentrar a riqueza nas filhas para que se casasse com poderosos, enquanto os homens eram forçados a procurar novas terras e ganhos nos sertões (MOURÃO, 2015, p.282-284). Quando se tratava, principalmente, de primogênitos eram instruídos a ser jesuíta, missionando nas capelas construídas pelos familiares (Idem, p.286). A família de Suzana Dias depois de quase duzentos anos de experiência em apresamento de *gentios*, teve um de seus ramos de descentes de sobrenome Campos Bicudo como famosos conquistadores que saiam de Itu rumo aos sertões (Idem, p.279-286).

A família Campos Bicudo se especializou na prática de aprisionamento de *gentios* para mão de obra nas fazendas e comércio de cativos. Antonio Pires de Campos [filho] relatou que em 1682, seu avô Manoel de Campos Bicudo e seu pai Antonio Pires de Campos, partiram em uma incursão em direção ao território do Cuiabá na captura de gentios, na volta nos Sertões dos Goiás, encontraram os Araéz. Os Araéz (Bororo) estavam com folhetos de ouro pendurados no pescoço, que encontraram após a chuva desmoronar um morro (ALENCASTRE, 1864 p.82/83). O morro ficou conhecido como Serra dos Martírios, local buscado por sertanistas em todo o século XVIII.

Enquanto Manuel de Campos Bicudo e seu filho Antonio Pires de Campos desciam uma aldeia Araéz (Bororo, ou Boé) em direção as suas fazendas em São Paulo, cruzaram com a bandeira de Bartolomeu Bueno da Silva (pai e filho) (RAVAGNANI, 1996, p.225). As duas tropas de paulistas, "Manoel de Campos Bicudo, levando seu filho de 14 anos, e Bartolomeu Bueno da Silva [Alcunha Anhanguera do tupi Diabo Velho], levando também seu filho, de 12 anos, visualizaram no sertão, gravados numa rocha, os instrumentos dos Martírios de Cristo: coroa, cravos, escada, etc. E nesse local, havia ouro" (FERREIRA, 1960, p.22).

A localização da Serra dos Martírios, onde se encontravam avizinhados os Martírios de Cristo, foi motivo de roteiros produzidos tanto por Manuel de Campos Bicudo, quanto Bartolomeu Bueno da Silva [pai], que povoava as mentes dos sertanistas em Goiás do século XVIII, que em busca da Serra dos Martírios, tendo os martírios de cristo e as terras dos Araéz como referência, invadiam os sertões em busca de ouro.

Segundo Antonio Pires de Campos (filho), Bartolomeu Bueno da Silva (pai) ouviu a história dos Araéz "foi nas mesmas vizinhanças, onde tínhamos deixado uma aldeia do *gentio*

da mesma nação Araéz, por não podermos conduzir duas aldeias, e o dito Bartolomeu Bueno aleivosamente as conduziu e o dito entrou por Goiás e nós por Cuiabá"[515]

Na tentativa de chegar à Serra dos Martírios "em 1718, Antonio Pires de Campos [filho] (..) resolve internar-se no sertão de Coxipó-mirim. Ali, Pires do Campos assaltou uma aldeia de índios Coxipone [Boé, ou Bororo][516], o qual apresou. Retornou às margens do Rio Paraguai, e dali deve ter voltado à vila de Itu, na Capitania de São Paulo" (ALENCASTRE, 1864, p.29) Por outro lado, o paulista Bartolomeu Bueno da Silva (Anhanguera filho) e seu sócio João Leite foram ao encontro das terras dos indígenas Araéz em 1722. Nessa diligência, encontraram no caminho terras auríferas entre os *gentios* "Guayases" (provavelmente tupi), que aparentemente moravam no entorno do Rio Vermelho. Ato considerado por historiadores mais tradicionais como marco inicial do processo colonizador, pois dá origem a primeira povoação colonizadora em Goiás.

A bandeira do Anhanguera filho partiu com quinhentos homens e foi organizada com a ajuda de dois sócios: Bartolomeu Paes de Andrade e seu irmão João Leite da Silva Ortiz. Receberam promessas de mercês do governador da Capitania de São Paulo, caso encontrassem riquezas. Em 30 de junho de 1722 seguiram pelo "Vale do Mogy-guassú e do Pardo, para depois atravessar o Rio Grande, galgar o Paranaíba, pelo vale do rio das velhas até ao Porto Velho, sobre este último rio". A bandeira andou por três anos perdida, mas em 1725, voltou Anhanguera com oito mil oitavas (+/- 29 kg) de ouro (TAUNAY, 1923, p.466). Anhanguera foi nomeado Guarda Mor regente as Minas, com jurisdição civil, crime e com o poder de atribuir sesmarias, enquanto João Leite se tornou guarda mor geral das minas. Os três sócios receberam como doação rios que necessitavam de canoa e o direito de passagem (Idem, p 452-467).

A bandeira de Anhanguera foi descrita no relato de Silva Braga ao Padre Diogo Soares, que afirmou que saíram de São Paulo (1722) com mais de cento e cinquenta e duas armas, incluso portugueses, paulistas, pretos e pardos forros e cativos, mais vinte índios aldeados destinados por ordem do governador, índios particulares, mulheres e trinta e nove cavalos. No relato, a tropa foi desfeita por fugas, mas principalmente por desamparo advindo da fome e doenças, a ponto de, no momento de maior desespero, morrerem mais quarenta entre brancos e negros (TAUNAY, 1976, p. 125). Teve a "sorte" dos mateiros indígenas

[515] "Roteiro que o capitão-mor Pires de Campo, filho do descobridor de Cuiabá, deu ao capitão-mor Antonio Rodrigues Villares" (ALENCASTRE, 1864, p.27)
[516] Site do Instituto Sócio Ambiental <https://pib.socioambiental.org/pt/povo/bororo/1580 acessado em 12.12.2016>

encontrarem uma aldeia da nação Crixás, que foi invadida a noite, ação malograda pelo grande número de cachorros que entregaram sua presença.

Silva Braga acentua que os *gentios* eram de “pele clara” e “bem feitos” e com uma população maior que seiscentas pessoas. A cor da pele do indígena possivelmente influenciava na cotação de venda ou troca, por indicar civilidade para os sertanistas.

O relato afirmava que os bandeirantes após prenderem alguns índios, roubarem as roças e invadirem as casas, “receberam” dezessete índias em sinal de “amizade” (.p.127). Silva Braga afirmou que a cobiça de Anhanguera era capturar a aldeia inteira e por isso sua bandeira não foi embora. Nesse momento os doentes e os cavalos são levados até a aldeia, o que levou a aldeia inteira fugir para o mato. A bandeira terminou combalida, alguns portugueses, paulistas e parte considerável dos negros e índios aldeados mortos ou fugidos (TAUNAY, 1976, p. 128-30).

Após a invasão, a expedição seguiu da aldeia em rumo norte, dividindo-se em duas, devido a brigas internas pelo fato de Bartolomeu Bueno da Silva ser violento, ameaçar os portugueses e não apresentar o roteiro que apresentava o caminho seguido pelo seu pai para a Serra dos Martírios (TAUNAY, 1976, p. 130).

As noticiais do ouro encontrado pela bandeira de Anhanguera produziu migração de milhares de mineiros aos Sertões dos Guayases a partir de 1726. O primeiro Arraial se chamava Sant´Ana (1726), ficava no vale do Rio Vermelho, lá Bartolomeu Bueno da Silva assumiu o primeiro cargo de autoridade designado para a região que se chamava Superintende das Minas (assumiu entre os anos de 1728-1733). Anhanguera procurou manter o domínio sobre o ouro, distribuindo datas e cargos como o de superintendente, guarda-mor e escrivão para seus parentes e aliados (ROCHA, 2001, p.53).

Com intuito de controlar a extração do ouro, o governador de São Paulo Conde de Sarzedas oficializou o trajeto feito por Anhanguera como caminho único paras as minas dos Guayazes. Em 1730, proibiu a utilização de qualquer outro caminho; mercadorias trazidas de outras capitanias por caminhos alternativos eram confiscadas. O caminho foi efetivamente aberto em 1733, com uma rota que passava por Jundiaí e Mogi dos Campos até os rios das Pedras, Pissarão e Lanhoso, em direção aos arraiais de Santa Cruz, Meia Ponte e vila Boa (BOA VENTURA, 2007, p.110).

Em 1736, torna-se proibida a entrada de qualquer pessoa que sem a devida autorização emitida pelo governador. Neste mesmo ano foi criado um novo Caminho Real de São Paulo e Rio de Janeiro a Goiás (ROCHA, 2001, p.50). A estrada Real que ligava Cuiabá a vila Boa de

Goiás foi aberta em 1737 com a contribuição dos mineiros de três mil oitavas de ouro [10,755kg de ouro] para a obra foi contratado Antonio Pinho de Azevedo (RAVAGNANI, 1996, p.224).

Na abertura da estrada esse sertanista se deparou com Bororo (Boé), o qual fez cativos, levando-os a vila Boa para registrá-los como escravos. Justificando ao governador Conde de Sarzedas o aprisionamento "de serem os Bororos confederados com os Kayapó. Como a Coroa havia autorizado guerra justa em Cuiabá aos Payaguás, Guaykurus e Kayapó desde 1728/32, confirmada pelo Regimento de 1733, tal suposta aliança justificaria o aprisionamento dos Bororos" (LUCIDIO, 2013, p.109). Em 1736, foi oficializada a guerra justa aos Kayapó no Mato Grosso (AMANTINO, 2001, p.80).

Depois foram abertos mais dois caminhos oficiais, um que ligava a vila Boa de Goiás até o último arraial chamado Pontal, outro que ligava à Bahia. O caminho da Bahia era uma importante via, a partir da qual nas primeiras décadas vinha parte dos escravos, mas também "gados, cavalgaduras, carnes secas (..) sal chamado vulgarmente da terra, e alguns couros de veado, e peixe"[517]. Além dos caminhos reais que ligavam vila Boa de Goiás ao Rio de Janeiro, São Paulo, Cuiabá e Bahia, interligando os principais arraiais, havia vias vicinais que interligavam aos arraiais menores, as fazendas e trilhas ilegais utilizadas para evitar a cobrança de impostos nos registros e contagens, que ligavam as outras capitanias (RAVAGNANI, 1996, p.224).

Em 1733, foram estabelecidos registros e contagens com o fim de evitar o contrabando do ouro e controlar a entrada de mercadorias (ROCHA, 2001, p.50). Em 1748, havia ao menos treze registros[518], denotando os caminhos oficiais para sair e entrar em Goiás. Entretanto, esse número de Registros não era o bastante para proteger os caminhos e controlar o trânsito e principalmente evitar o ataque de quilombolas e *gentios*. Entre 1737 e 1782 foi proibida a navegação até Belém do Pará, em especial dos rios Araguaia e Tocantins, na tentativa de resguardar os ganhos da Coroa. Desejava-se evitar o contrabando de ouro para Belém (Idem).

A mineração era feita do ouro de aluvião, que poderia ser encontrado em rios e córregos. Foi contabilizada a extração de quinze toneladas entre 1726 a 1735 (quinto), cinquenta toneladas entre 1736- 1751 (capitação), quarenta e oito toneladas entre 1752 a 1778 (quinto), e por fim, entre 1779 a 1822, mais dezoito toneladas, momento que houve o

[517] Relação das contagens ou registros que tem o contrato das entradas nos continentes [da capitania de Goiás] e suas circunferências, com a distância que há entre eles e Vila Boa. AHU-Mato Grosso, cx. 39, doc. 51 AHU_ACL_CU_008, Cx. 5, D. 395 [1748]
[518] Idem.

esgotamento das minas (MORAES, 2009, p.42-43). Esses valores eram os oficiais, não se é contabilizado o ouro contrabandeado, logo, não descontado o quinto.

O método de extração era separar o ouro de aluvião, que se encontrava no leito dos rios nas chamadas faisqueiras, onde se extraía com o uso de pratos de estanho, gamelas de madeira, bateias, almocafres etc. Um segundo passo era extrair o ouro nas margens dos rios, nos chamados tabuleiro, onde era separado do cascalho com bateias; com o uso de couros em canoas que dependiam do desvio de parte do rio e da força da água para remover os cascalhos e separar o ouro. Um terceiro processo era remover as camadas de terra das encostas dos morros, o que demandava também o uso de água (SOUZA; REIS, 2006, p.03-04).

Muitos rios passaram por drásticas mudanças quanto à sua forma, abundância de peixes e tartarugas e qualidade das águas com as técnicas rústicas de mineração, com desvios dos leitos e acréscimo de entulho. As andanças dos mineiros em busca de novos descobertos ocasionavam a invasão da terra dominada pelos *gentios*, o roubo de suas roças, a invasão de áreas de caça e pesca, a disseminação de doenças epidêmicas, sequestros, homicídios e a sua expulsão. Era prática comum apesar das proibições, o assassinato, o sequestro e a escravização dos nativos encontrados.

Os Kayapó ocupavam uma região central para os planos expansionistas portugueses, que era a antiga região sul de Goiás (parte do atual Triângulo Mineiro e sul do Estado de Goiás), local por onde passava o Caminho Real que ligava vila Boa de Goiás a São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais[519], como também o caminho que ligava a Cuiabá.

Os Kayapó foram os *gentios* mais aguerridos, eram conhecidos por não recuarem após o ataque, eram, provavelmente, os mais numerosos e ocupavam a maior área onde se concentrava ouro e as melhores terras agriculturáveis na capitania, além de dominarem a região onde foram encontrados diamantes e ouro nos rios Claro e Pilões.

[519] Esse caminho na parte que cruzava Goiás era lugar de andanças dos quilombolas, como o chamado Quilombo do Ambrósio, o maior de Minas Gerais.

Imagem 12

Fragmento do mapa: CARDOSO, Ângelo dos Santos. Mapa geral da Capitania de Goiás. AHU_CARTm_008, D.867, 1753 Na legenda o número 1 simboliza vila Boa de Goiás. O traço vermelho pontilhado é a estrada real que ligava Cuiabá, a vila Boa de Goiás com as capitanias do sul.

Os Kayapó dominavam as melhores terras agriculturáveis de Goiás, com ouro e diamantes e por onde passava o Caminho Real, pelo qual era encaminhado do quinto e outros impostos à Coroa. Desde os primeiros contatos entre colonizadores e Kayapó, a violência era a forma de diálogo proposta por ambos os lados. A Coroa, segundo Silva e Souza, em busca do apaziguamento dos conflitos e submissão dos *gentios* teve duas iniciativas: enviou jesuítas [aldeamento Santa Ana] para promover a pacificação a partir da catequese (SILVA E SOUZA, 1872, p.441). E realizou devassas sobre alguns sertanistas que praticaram atrocidades quanto aos Kayapó no intuito de coibir a violência (idem, p.442).

As leis que regiam o período eram a de 1702, que proibiam o cativeiro de indígenas, porém permitiam a administração “por tempo limitado aquelas pessoas que dos matos atraírem”[520]. Em 1726, repete-se a proibição do cativeiro e se acrescenta que os governadores

[520] OFÍCIO do [governador e capitão-general de Goiás, Barão de Mossâmedes], José de Almeida Vasconcelos [de Soveral e Carvalho], ao [secretário de estado dos Negócios Estrangeiros], marquês de Pombal, [Sebastião José de Carvalho e Melo], sobre a nomeação do intendente [Joaquim José Freire de Andrade] para diretor dos

poderiam distribuir administrados em troca de salários, enquanto a Provisão de 1731 estipula o valor dos jornais que deveriam ser pagos pela mão de obra dos índios[521]. Em 1732 os governadores foram proibidos de fazer guerra sem autorização da Coroa[522].

Apesar da proibição da guerra sem autorização, os mineradores seguiam ocupando terras minerais em detrimento da população nativa que a ocupava. Mantinham a prática de desinfestar os sertões dos Kayapó, deixando o território livre para a prospecção de novos descobertos de ouro. Em 1735 foi abertura a devassa para apurar os ataques dos Kayapó em Goiás e a organização de uma bandeira para lhe fazer guerra,

> (..) na passagem chama da Boa Vista distante deste Arraial légua e meia veio o *gentio* Kayapó a sitio de Antonio Joseph de Freitas lhe mataram dois escravos e um escravo de João de Oliveira anhaya(?) e um camarada bastardo de casa de Edvão(?) Cabral e a este cortaram seus braços e as pernas e lhe rasparam toda a carne do corpo deixando-lhe só a cabeça em falta com as tripas e organização do corpo[523] .

A devassa foi tirada com mineiros que supostamente foram atacados pelos Kayapó, pelo superintendente geral das minas doutor Gregório Dias da Silva. Não há dúvidas que os Kayapó fizessem ataques violentos, assim como os colonizadores. Mas as descrições dos ataques e mortes forneciam argumentos para solicitar o direito à guerra justa e uma das premissas era a suposta antropofagia dos *gentios*, a descrição de que "cortaram seus braços e pernas e lhe rasparam toda a carne" vem reafirmar esse argumento no sentido que eles prepararam o corpo para se alimentar dele.

Como salienta John Monteiro, "os Kayapó não praticavam a antropofagia" (1994, p.64). No século XVII, as relações entre colonizadores e Kayapó, chamados na época de Bilreiros, era baseada no comércio de cativos aprisionados nas guerras indígenas (Idem). Em 1606, entretanto, os Bilreiros sofreram grande ataque pelo mameluco Belchior Dias Carneiro,

---

índios, e acerca de um incidente com os índios Xacriabás onde procurou persuadi-los ao aldeamento e à consequente cristianização [02.07.1775]. *AHU_ACL_CU_008, Cx. 28, D. 1820.*

[521] OFÍCIO do [governador e capitão-general de Goiás, Barão de Mossâmedes], José de Almeida Vasconcelos [de Soveral e Carvalho], ao [secretário de estado dos Negócios Estrangeiros], marquês de Pombal, [Sebastião José de Carvalho e Melo], sobre a nomeação do intendente [Joaquim José Freire de Andrade] para diretor dos índios, e acerca de um incidente com os índios Xacriabás onde procurou persuadi-los ao aldeamento e à consequente cristianização [02.07.1775]. *AHU_ACL_CU_008, Cx. 28, D. 1820*.

[522] Idem.

[523] CARTA do superintendente-geral das Minas de Goiás, Gregório Dias da Silva ao rei [D. João V], sobre as hostilidades dos índios Kayapó nos descobertos de Pilões e Tocantins; a reação dos seus moradores, acerca da bandeira armada para afugentar os ditos índios e solicitando ordens para lhes fazer guerra [02.09.1735]. *AHU_ACL_CU_008, Cx. 1, D. 17.*

tendo centenas capturados (Idem, p.60). Em 1608 e 1612 derrotaram duas grandes bandeiras, tornando-se inimigas declarada pelos portugueses. Nesse momento houve um processo de migração dos Kayapó de São Paulo para o interior do centro-oeste, ficando perto de cem anos com poucos conflitos (idem, p.64).

A partir do inicio da colonização que ocorreu em 1726, os Kayapó, em resposta à violência que permeava a invasão de suas terras, atacavam as fazendas, os locais de extração de ouro, os viandantes e comboieiros que viajavam pelas estradas e por diversas vezes estiveram próximo de vila Boa de Goiás. Em 1741, chegaram "até distância de uma légua dela invadidas e hostilizadas nas quais executou algumas mortes, incêndios, destroços de plantas e os mais danos"[524].

Como resultado, o governador de São Paulo Luís de Assis Mascarenhas criou "duas Companhias de Soldados bastardos e pardos forros de vinte soldados cada uma com três alferes brancos, e um capitão" [525], posteriormente unidas em uma só tropa. A historiadora Mary Karasch avaliando censos, devassas e a "qualidade" dos membros da tropa de pedestres, de pardos e de henriques afirmou que o termo bastardo usualmente indicava pessoa que a mãe era indígena e pai branco.

Maria Lemke chamou atenção ao termo bastardo encontrado nos documentos. Ela aponta que esse termo se referia a filhos de mães adulteras, ou não casada; filho natural, não legítimo, um ajuntamento ilícito. Ela indicou que "bastardia não era condição jurídica (..) carregava-se a infâmia ao longo da vida" (2012, p.128). A infâmia era carregada não só por mães solteiras, ou amasiadas, mas também por filhos homens e mulheres de quem não se tem certeza quem é o pai. O termo bastardo foi discutido por John Monteiro, para ele se diferencia do termo mameluco a partir do século XVIII

> Tanto um quanto outro descrevia a prole de pai branco e mãe indígena; no entanto, no caso dos mamelucos, os pais reconheciam publicamente a paternidade. Por conseguinte, os mamelucos gozavam de liberdade plena e aproximavam-se à identidade portuguesa, ao passo que os bastardos permaneciam vinculados ao segmento indígena da população, seguindo a condição materna. Já no século XVIII, o termo mameluco caiu em desuso, enquanto o bastardo passava a designar, genericamente, qualquer um de descendência indígena (MONTEIRO, 1994, p. 167)

---

[524] CARTA do [governador e capitão-general de São Paulo], D. Luís de Mascarenhas, ao rei [D. João V], sobre as atrocidades praticadas pelos índios Kayapó contra os habitantes das zonas circunvizinhas de Vila Boa e acerca das medidas que tomou para evitar novas investidas [30.03.1742]. *AHU_ACL_CU_008, Cx. 2, D. 179.* Uma légua era mais ou menos uma hora de cavalo, entre seis e sete quilômetros.
[525] Idem.

Para Mary Karasch o “mestiço” era aquele que tem fenótipo e sociocultura mestiça entre brancos, negros e índios. O pardo era uma designação mestiça, para a autora eram em sua maioria de mãe escrava, ou forra, e pai "branco", sendo que muitos eram nascidos livres (2008, p.114). Preto eram os africanos, geralmente escravos.

O governador de São Paulo Luís de Mascarenhas propôs contratar o régulo Ângelo Preto e seu exército de Bororo, mas ele não veio, em seu lugar foi contratado Antonio Pires de Campos (filho). Antonio Pires de Campos chegou a Goiás em 1741, com aproximadamente cem homens de guerra Bororo. Atacou os Kayapó mantando os resistentes e aprisionando mulheres e crianças. Recebeu pelo serviço uma arroba de ouro e mandou buscar mais cento e cinquenta a duzentos Bororo. Com a missão de *desinfestar os sertões* percorreu mais de cento e cinquenta léguas entre a Serra Dourada e Camapuã, estabelecendo um primeiro aldeamento quartel no Rio das Pedras com os Bororo e cativos Kayapó.

Em 1742, foi publicado um regimento que destinava organizar as bandeiras defensivas em torno de vila Boa e distritos circunvizinhos (RAVAGNANI, 1996, p.225). Em 1744, foi aprovada a guerra ofensiva e foram criadas duas companhias de soldados pedestres. Nessa data, a guerra foi oficializada, pois já era realizada antes da autorização. O acerto com o sertanista compreendia a manutenção da tropa com munição e pólvora e o pagamento pelos moradores com uma arroba de ouro que prometeram, deixando claro o governador de São Paulo que se deve fazer “guerra positiva continuando a lhe o domesticar, ou afugentar e extinguir (..) vos ordeno façās ajustar o dito assento pela dita forma, fazendo outrossim diligência pelo menor preço e lanço e com a declaração que dos cativos se há de dar o quinto a Fazenda Real[526].

Em 23 de maio de 1744 foi declarada oficialmente guerra contra os Kayapó e Akroá[527]. Nesse ano, o Caminho Real estava ao menos parcialmente sob domínio Kayapó. Antonio Pires de Campos ajustou novo contrato para *desinfestar* esse caminho em 1746; para isso o governador da capitania de São Paulo Marcos de Noronha, ou Conde de Alba, mandou aldear seus guerreiros Bororo na estrada do Anhanguera. Para tanto, o sertanista voltou ao Mato Grosso em busca de mais Bororo. A Provisão de oito de maio de 1746 reiterou a guerra positiva contra os Kayapó, comandada por Antonio Pires de Campos.

---

[526] CARTA do [governador e capitão-general de São Paulo], D. Luís de Mascarenhas, ao rei [D. João V], sobre a ordem aprovando a guerra contra os índios Kayapó; o cuidado que tem tido em domesticar tanto os ditos índios, como os Akroá Assú e Akroá Mirim; as costumadas dissimulações desses mesmos índios ao entrarem em contato com os brancos e as diligências das bandeiras formadas para fazer frente aos mesmos [22.08.1744]. AHU_ACL_CU_008, Cx. 3, D. 252.

[527] Idem.

No contrato, o governador prometeu o auxílio de uma tropa com trinta homens bastardos, caso precisasse, e o título de coronel da conquista do *Gentio* Kayapó, no qual receberia o Hábito de Cristo e uma tença de 50.000 réis, além do oficio de escrivão da ouvidoria de vila Boa[528]. Se Antonio Pires de Campos conquistasse os Kayapó e esses ficassem três anos sem fazer "insulto", receberia o Hábito de Cristo. Se ficasse os três anos sem "insulto" pelos Kayapó receberia de maneira provisória o direito sobre o oficio. Caso conquistasse as duas nações Akroâ e mantivesse paz por três anos, receberia permanentemente o direito sobre o oficio[529]. O acordo dava direito a nomear serventuário e era um direito hereditário. No contrato também estavam duas sesmarias de três léguas em quadro cada uma nas terras que ocupavam os Akroâ, e o Kayapó a sua escolha[530]. Antonio Pires de Campos aceitou a guerra contra os Kayapó e negou contra os Akroâ, seu argumento era que os Bororo não aceitaram.

Além do pequeno aldeamento em Rio das Pedras (1741), em 1748, o governador mandou Antonio Pires de Campos fixar seus Bororo no sítio chamado Rio Pissarão e no de Lanhoso, quando o número deles aumentasse. Um grupo de Bororo formado principalmente por mulheres estava arranchado "junto da Serra Dourada á ordem de seu irmão [Manoel de Campos Bicudo]", enquanto Antonio Pires de Campos "passaria com os Bororos a situar-se no sítio do Lanhoso" (MASCARENHAS, 1942, p.66). O sertanista foi a Cuiabá fazer o descimento de mais aldeias, "dizem que trouxera bastante gente de sua comitiva, entre bastardos e Bororos além de uma aldeia dos mesmos que em caminho meterá de paz e trouxera o cacique deles e um Kayapó" (idem, p.215). Antonio Pires de Campos chegou à vila Boa com os Bororo e foi assistido com oitocentas oitavas de ouro [2,868 kg] por conta da Fazenda Real, "porque reconheço a utilidade que se pode seguir assim a Fazenda Real de S. Maj., como aos seus vassalos no estabelecimento, e conversão dos Bororos que merecem que deles se tratem como se fossem brancos" (idem, p.222).

A partir das instruções que o governador de Cuiabá Antônio Rolim de Moura Tavares (Conde de Azambuja) e o governador de Goiás João Manoel de Mello receberam, foi possível compreender como se estruturava a formação dos terços auxiliares com indígenas. Os primeiros aldeamentos de Bororo foram pensados inicialmente para criar uma barreira na fronteira do Mato Grosso para conter os possíveis ataques de índios organizados pelos jesuítas

[528] NORONHA, Marcos de (governador). AUC. Coleção Conde dos Arcos [25.01.1752]. Códice VI – III – I – I – 25. Carta 2, p. 18
[529] Idem.
[530] Idem.

espanhóis. Parte dos Bororo foi deslocado a Goiás para defender o Caminho Real. A manutenção deste Terço Auxiliar foi apresentado no item 17 das Instruções.

> (..) e sendo necessário ocorrer a subsistência daquele corpo de tropas, pode sair a sua sustentação primeiro de alguma moderada porção de mandioca, ou milho que se impunha a cada morador para o sustento daqueles, que deve defende-los, e conservar-lhes seguras as vidas, e as fazendas: segundo da prezas, que eles fizerem nas expedições, a que forem dirigidas, ordeno o que se tomar aos inimigos, em beneficio daqueles, que se acharem na empresa: terceiro, também se eles podem determinar para a cultura das terras, alguns dias da semana, em que por modo de faxina(?), fabriquem milhos, mandiocas e se apliquem a caça, e a pescaria para se alimentarem, e cobrirem no caso, que a tanto chegue o seu trabalho[531]

Os sertanistas com tropas de índios poderiam tornar os *gentios* inimigos cativos, vende-los em praça pública e os utilizar nas próprias fazendas. Antonio Pires de Campos mantinha três aldeamentos junto a suas fazendas nos rios das Pedras (1741), Lanhoso (1748) e Pissarão (1748), os quais se localizavam no Triangulo Mineiro e chegaram a ter quinhentos Bororo nessa segunda campanha (RAVAGNANI, 1996, p.227).

John Monteiro chama atenção para o fenômeno de *ethnic soldiering*, compreendido como especialização "bélica de alguns grupos étnicos ou, ainda, a incorporação de determinadas etnias nas tropas coloniais" (MONTEIRO, 2001, p. 63). Especialização bélica que levava algumas aldeias a se tornarem fornecedores no comércio de cativos indígenas, mantido por guerras contra outras aldeias. Os Bororo se enquadravam nessa categoria, nos documentos coloniais eram apontados como tropas de arcos que eram aliadas a diferentes sertanistas oriundos do Cuiabá, que juntos faziam guerra ao seu inimigo pré-colonial Kayapó. Os Bororo se tornaram "aliados", apenas depois dessa nação ser massacrada por sertanistas, Cuiabá foi fundada em território Bororo.

Os Bororo foram integrados aos interesses coloniais quanto à guerra e comércio de cativos em Goiás. Essas aldeias com a aliança com os sertanistas, reorganizavam-se e "sinalizavam muitas vezes a emergência de novas unidades sociopolíticas, apesar de identificados pelos primeiros escritores coloniais em termos cada vez mais fixos e estáticos" (idem). Os Bororo de Cuiabá foram fixados na região sul da Capitania de Goiás, em quatro

[531] Carta Régia do rei D. José, ao governador e capitão-general de Goiás, José de Almeida e Vasconcelos [de Soveral e Carvalho], sobre a jurisdição que deve ter quanto ao estabelecimento da Junta da Justiça na capitania de Goiás e enviando-lhe as' instruções que foram remetidas ao ex-governador de Goiás, João Manuel de Mello e ao governador de Mato Grosso, António Rolim de Moura [12.08.1771]. AHU_ACL_CU_008, Cx. 26, D. 1657

aldeamentos diferentes, onde estavam em contato direto com o viandantes, comboieiros, soldados, padres, jesuítas, moradores e escravos. Eles já não eram mais os de antes do contato, nem os homens que lidavam com eles eram.

Os sertanistas que conviveram com os *gentios* e com maior conhecimento de seus hábitos, cultura e organização social se mesclavam adquirindo status e respeito dentro das aldeais, por absorverem a lógica própria indígena. Muitos eram poligâmicos e tinham o concubinato como prática, que os permitia adentrar na lógica política indígena que envolvia as redes de parentesco. Com isso, conseguiam angariar trabalhadores e tropas, quando se casavam com mulheres de alta estirpe indígena, promoviam a adesão de chefes indígenas locais aos planos dos portugueses (MONTEIRO, 1994, p.36).

Esse era o caso de Antonio Pires de Campos, que, como tantos sertanistas, servia-se da poligamia e da estrutura social indígena. Como dito pelo governador Conde dos Arcos sobre o pedido que fez ao jesuíta José de Castilho, para ele casar as mulheres Bororo:

> O sitio de Antonio Pires, não é outra coisa se não um serralho [harém] em que estão vivendo a Lei da natureza, tanto ele como os seus amigos, e parciais, e como nenhum deles há de querer largar as ocasiões, precisamente hão de embaraçar que V. R.ma faça a sua obrigação, e procure casar as índias[532].

Em outro documento, Conde dos Arcos indicou que com a morte de Antonio Pires de Campos, não havia mais embaraço para se fazerem os matrimônios que "desejavam os índios, e tão bem creio que daqui para diante andarão mais bem vestidos, e serão melhor tratados do que até agora eram, porque Manoel de Campos [irmão de Antonio Pires de Campos] assim promete"[533]. Logo, Antonio Pires de Campos não impunha os sacramentos e a moral católica, incluso o uso de roupas ocidentais ao aldeados.

Em 1751, uma epidemia assolou os aldeamentos Bororo (Rio das Pedras, Lanhoso e Pissarão, Santa Anna do Rio das Velhas) impossibilitando-os de formarem bandeira contra os Kayapó[534]. Os Kayapó atacaram os arredores da onde se extraiam diamantes no Rio Claro, matando um negro e um soldado aventureiro, flechando um soldado dragão que estavam de

---

[532] NORONHA, Marcos de (governador). AUC. Coleção Conde dos Arcos [28.06.1751]. Códice VI – III – I – I – 25, Carta 98 p. 82v

[533] Idem, Carta 129, p.155v 156 [20.12.1751].

[534]Idem, Carta 67 p. 72 [22.04.1751]

guarda. Antonio Pires de Campos estava em vila Boa sem os Bororo, e por isso seguiu o encalço dos *gentios* com uma companhia de trinta e oito soldados aventureiros e quatro soldados dragões. Chegaram ao rio Cuiabá e seguiram rastros por trinta e quatro dias chegando a uma aldeia Kayapó, matando dezesseis pessoas e "represaram trinta e duas, sendo quase todos este numero de mulheres e crianças"[535].

Antonio Pires de Campos voltou ao seu acampamento depois de ser tratado em vila Boa contra a flechada envenenada dos Tapirapé, que tiveram sua aldeia invadida entre 1750-1751. Pouco depois, recebeu o pedido do governador para acompanhar a remessa de ouro para vila Rica. No caminho foi acometido por febre e morreu. Foi substituído por seu irmão Manuel Bicudo de Campos (RAVAGNANI, 1996, p.229). Com a morte de Antonio Pires de Campos em 1751, o governador Conde dos Arcos mandou sequestrar seus bens para pagar suas dívidas com a Coroa. A dívida contraída pela família Campos no governo de Conde dos Arcos foi de oitocentas oitavas de ouro [2,868 kg] da Real Fazenda[536]. Os Bororo que residiam em suas fazendas em parte foram enviados para o Aldeamento Santa Anna do Rio das Velhas, enquanto outra parte ficou nas fazendas que agora pertenciam a Manoel Bicudo, seu irmão, que assumiu as dívidas e o contrato para desinfestar os Kayapó.

Em 1755, moradores, aldeados, comboieiros e viandantes estavam sendo atacados pelos Kayapó na Estrada Real de Goiás a São Paulo. Os Kayapó mataram uma índia e flecharam um soldado do aldeamento Santa Anna do Rio das Velhas, mataram cinco negros no arraial de Anta, e na Serra Dourada mataram "o cunhado de Salvador Cordeiro e mais sete negros"[537]. Ataques como esse foram constantes e eram realizados nos arraiais e fazendas, como caso do Arraial de Anta, onde os Kayapó mataram quarenta e quatro escravos e seu dono Manoel da Costa Portela[538].

O governador Conde dos Arcos que não podia contar mais com Antonio Pires de Campos, mandou chamar capitães do mato, um deles Francisco Pinto, a quem foi ordenado juntasse o maior número de soldados possíveis, inclusive com ordem de mandar "prender todo o mulato forro, carijó, mameluco, bastardo, ou índio, que se acharem por essas

---

[535] Consulta do Conselho Ultramarino, ao rei D. José, sobre a preocupação que o intendente e administrador do contrato dos diamantes do rio Claro tem com as novas investidas dos índios Kayapó nos arredores do arraial e o encontro que o coronel António Pires de Campos e uma Companhia de Aventureiros teve com estes índios, matando-lhes dezesseis e prendendo trinta e duas pessoas [07.10.1751] AHU_ACL_CU_008, Cx. 6, D. 492.

[536] Possuía três fazendas que ficavam provavelmente nos três aldeamentos Bororo, além de mais de trezentas cabeças de gado, muitos forros, escravos, alguma prata e móveis. Carta 193 p. 138. Em outro documento fala que a divida total era de mais de seis mil cruzados [13,44 kg de ouro] NORONHA, Marcos de (Governador). AUC. Coleção Conde dos Arcos [08.11.1751]. Códice VI – III – I – I – 25, Carta 194 p.139 e 139v

[537] NORONHA, Marcos de (governador). AUC. Coleção Conde dos Arcos [1755]. Códice VI-III-I-I-26 Carta 35 p.48-48v

[538] Idem, Carta 114 p.99v e 100 [24.06. 1755]

vizinhanças(..)"[539], a esse tropa foi juntado soldados dragões. Saíram do arraial de Anta em direção ao rio Fartura. Afirmou o governador que o capitão do mato poderia fazer a hostilidade necessária com os homens,

> (..) que se tiver algum encontro com o *gentio*, e este lhe pedir paz, que lhes deve aceitar, trazendo-os logo consigo, com toda a cautela, e segurança, para que de baixo dela não façam alguma traição, e quando isto não suceda e seja preciso usar do rigor das armas, nunca ao mesmo capitão será licito o pode-lo fazer com as mulheres, e crianças, porque estas são inculpáveis nos desatinos que fazem os maridos[540].

Essas diligências não deveriam voltar sem resultados. Se os Kayapó não aceitassem a rendição, os homens seriam mortos, caso se rendessem, seriam em parte vendidos nas fazendas (sem autorização) e outra parte levados até vila Boa, como era a prática comum.

Em 1761, foi emitido Aviso pelo governador João Manuel de Mello o qual se aprovou o pagamento de côngrua para um pároco substituir os jesuítas no aldeamento Santa Anna do Rio das Velhas[541]. Em 1762, o Rei deixou no arbítrio dele o que fazer com a situação indígena na capitania de Goiás. O governador declarou guerra ofensiva Akroâ, Xacriabá, Xavante e Kayapó nesse ano[542].

Em 1764, outro ataque dos Kayapó no entorno de vila Boa, matando negros e dois brancos que estavam nas roças. O governador João Manuel de Melo enviou tropa com soldados pedestres, "mestiços e gente do mato", no número de trinta homens bem armados. Esses seguiram os rastros e assaltaram a aldeia "executando nele um fatal destroço, e fora muito maior se não chovera tanto naquela manhã, que muitas espingardas não pegaram fogo. Fugiu precipitadamente o *gentio* interiorando-se [?] pelos mais espessos matos"[543].

---

539 NORONHA, Marcos de (governador). AUC. Coleção Conde dos Arcos [24.06. 1755]. Códice VI-III-I-I-26. Carta 114 p.99v e 100.

540 Idem.

541 OFÍCIO do [governador e capitão-general de Goiás, Barão de Mossâmedes], José de Almeida Vasconcelos [de Soveral e Carvalho], ao [secretário de estado dos Negócios Estrangeiros], marquês de Pombal, [Sebastião José de Carvalho e Melo], sobre a nomeação do intendente [Joaquim José Freire de Andrade] para diretor dos índios, e acerca de um incidente com os índios Xacriabás onde procurou persuadi-los ao aldeamento e à consequente cristianização [02.07.1775]. *AHU_ACL_CU_008, Cx. 28, D. 1820*

542 CARTA do [governador e capitão-general de Goiás], João Manuel de Mello, ao rei [D. José], sobre ter permitido que os povos e moradores da capitania de Goiás fizessem guerra ofensiva aos índios Akroás e Xacriabás [25.05.1762]. *AHU_ACL_CU_008, Cx. 18, D. 1101.* [25.05.1762]

543 OFÍCIO do [governador e capitão-general de Goiás], João Manuel de Mello, ao secretário de estado [da Marinha e Ultramar], Francisco Xavier de Mendonça Furtado, sobre os novos ataques dos índios Kayapó e

Barão de Mossâmedes enviou um regimento de bandeira para o Conselho Ultramarino para se analisado, disse que o fez em consonância a solicitação que encontrou de 14 de fevereiro de 1721 que indicava que se deem regimentos para os chefes de bandeira que saíssem a descobrir ouro, ou conquistar *gentios*. Mossâmedes reafirmou a necessidade de todas as bandeiras terem regimentos e dá como exemplo da necessidade dos mesmos a bandeira realizada em 1766 contra os Kayapó, devido à "tirania do mulato Victor Antonio [Bororo], a quem se entregou a comandância da bandeira, e os provimentos, para o qual o povo contribuiu com 180 cruzados [0,215kg de ouro], que se empregaram em saciar pelo sangue dos índios [Bororo], a fereza do cabo"[544].

Em 1767, os Kayapó atacaram o arraial de Santa Luzia, destruíram roças e lavras, atacaram o registro e foram expulsos pelos soldados dragões do registro. Os moradores se juntaram e fizeram uma bandeira, alistando também os Bororo do Rio das Pedras. O comandante da bandeira era Victor Antonio, em sua tropa havia mais trinta e seis armas[545]. A bandeira perdeu o rastro dos Kayapó, andaram pelos sertões a esmo até que esbararam em uma tropa de Kayapó, que iria fazer ataque. Quatorze Kayapó foram mortos no embate e os que conseguiram fugir foram avisar a aldeia para que fugissem todos. Na tentativa de fuga, a bandeira conseguiu prender "dezoito rapazes de pouca idade que trouxeram consigo e também os furtos que os Kayapó tinha levado das roças, queimaram o alojamento" [546].

No mesmo ano, outro grupo Kayapó atacou dois sítios onde descansavam viandantes de São Paulo. Os Bororo foram acionados novamente, em número de vinte e quatro, armados, seguiram os Kayapó e fizeram "quatorze presas, recuperaram os despojos que levaram dos sítios e queimarem ao Alojamento o qual era de nova fundação que estes Bárbaros cada vez se vão arranchando mais ao nosso País para nos fazerem as invasões com menor custo"[547].

Xavantes que se mantinham em boa vizinhança; a suspeita destes ataques serem fomentados pelos jesuítas espanhóis; acerca da Junta que convocou ter decidido fazer guerra ofensiva aos índios e a bandeira que os moradores de Pilar e Crixás estão organizando para combatê-los [07.06.1764] AHU_ACL_CU_008, Cx. 20, D. 1220.

[544] CARVALHO, José de Almeida e Vasconcelos Soveral. Pela Secretária de estado da Repartição, sobre a segunda entrada de Francisco Soares de Bulhões nos sertões desta Capitania a descobrir ouro [12.07.1773] . AHU_ACL_CU - Cod. 1655 p.29

[545] Carta do governador e capitão general João Manuel de Melo ao secretário de Estado Francisco Xavier de Mendonça Furtado [22.06.1767]. RJ: *RIHGB*, 1918, p. 91

[546] OFÍCIO do [governador e capitão-general de Goiás], João Manuel de Mello, ao secretário de estado [da Marinha e Ultramar], Francisco Xavier de Mendonça Furtado, sobre as invasões dos índios Kayapó no distrito do arraial de Santa Luzia e Rio das Velhas e acerca do sucesso de duas bandeiras organizadas contra eles, das quais tomaram parte os Bororos do Rio das Pedras [22.06.1767] . AHU_ACL_CU_008, Cx. 23, D. 1440.

[547] Idem.

Os Bororo eram utilizados também no combate a quilombos, em carta ao comandante do regimento do Rio das Velhas, ou seja, a tropa de pedestres, o uso de tropas de índios para o combate de quilombos fica mais evidente em documento emitido por Barão de Mossâmedes.

> (..) dois negros fugidos que se acham presos; e das noticias que estes têm dado do quilombo do Verissimo, que pretendem abalroar os Índios das Aldeias alcançando permissão minha, digo que eu aprovo e comungo no exame desta empresa, recomendando a VM eficazmente procure dispor lhe os meios mais próprios de segura-la fazendo que vá a melhor gente, que não levem Cachaça; e que vão prevenidos para defenderem se; pois que ainda que os negros, são de ordinário covardes alguns que conhecem o castigo que merecem, se defendem desesperados. É certo que obrigados da natural defesa, poderão os Índios disparar as armas contra os aquilombados, e que fazendo o sem essas circunstanciais, incorrem em crime Capital procedendo contra as Leis Divinas e humanas[548].

Mandou o governador Mossâmedes que do quilombo do Veríssimo "tragam os índios, os negros que apreenderem no quilombo, e os delinquentes(?) que estavam já seguros para reutilizarem das suas competentes (?) tomadia, que **hão de receber** pelos que forem entregues na Cadeia da Meia Ponte" [grifo nosso][549]. Tomadia em sentido lato quer dizer "apreensão" de cativos realizada na conquista. Logo, os Bororo recebiam pagamento por capturar quilombolas. Os quilombolas presos na cadeia de Meia Ponte "excedendo já as despesas ao seu valor, devem ser rematados, pelo maior preço, e satisfeito as comedorias e carceragens; ficar os remanescentes para as tomadias, que é justo sejam proporcionadas ao merecimento da coisa **achada** [grifo nosso][550]. Prender um quilombola e o vender era "coisa achada", pois fugitivos de seus senhores escravistas, continuavam sendo mercadoria. Geralmente, o escravista quando provava que o fugitivo era seu pagava um tipo de fiança, que poderia chegar à metade do valor do escravo.

O assalto ao quilombo foi financiado por Antonio Ribeiro Leal e comandado por Luis da Silva França. Na incursão foram recolhidas amostras de sal "que os negros no mesmo lugar

---

[548] CARVALHO, José de Almeida e Vasconcelos Soveral. Carta ao Comandante do Regimento do Rio das Velhas sobre abalroar se o quilombo da Campanha do Verissimo [13.11.1774]. AHU_ACL_CU - Cod. 1656, p.51-52.

[549] CARVALHO, José de Almeida e Vasconcelos Soveral. Carta dirigida ao Cabo Comandante do Registo do Rio das Velhas sobre a remessa dos presos que no Arraial do descoberto cometerão o inculto contra o Baclhar(?) e Vilarinho [01.12.1774] AHU_ACL_CU - Cod. 1656, p.53

[550] CARVALHO, José de Almeida e Vasconcelos Soveral. Carta aos Juízes ordinários da Meyaponte para fazerem rematar a ponte do Ryo das Almas e para serem rematados em praça os negros apreendidos em quilombos q se achão na Cadeya daquelle Julgado [25.06.1775] AHU_ACL_CU - Cod. 1656, p.70

haviam fabricado (..) lhe dei o modo de averiguar a qualidade e produção das tais salinas, pois que a eles competia a gloria de descobridores"[551].

Os portugueses fundaram no lugar do quilombo do Veríssimo o aldeamento Salinas em 1781, formado por Karajá e Javaés. A glória dos descobridores e conquistadores era receber mercês por conquistas de quilombos e aldeias, ou pela descoberta de fontes de riqueza como o sal e salitre. Aquele que descobre recursos tinha prerrogativa em explora-lo. Segundo o governador Mossâmedes, a descoberta do sal "será isto mais vantajoso a Capitania que o mais rico descoberto de ouro" [552]

Foi evidenciado que a contenda entre novos e antigos moradores de Goiás não se deu apenas entre indígenas e colonizadores, mas também entre os grupos indígenas e entre eles e os quilombolas. Os aldeamentos eram barreiras contra o ataque dos quilombolas, "era clara a percepção de que os indígenas representavam muralhas defensivas valiosas e contrapeso a crescente população escrava africana" (SCHWARTZ, 2003, p.20) "O uso das tropas indígenas como guias, auxiliares e soldados representou potente força antiquilombolas, transformando-se numa prática corrente no Brasil" (idem, p.25). Além dos índios aldeados, havia os *gentios* dos sertões que "configuravam uma espécie de barreira contra os brancos e negros, limitando a extensão do controle colonial, mas impondo obstáculos à formação de comunidades quilombolas no interior" (idem, p.21).

Pelo lado português, a manutenção e ampliação da fronteira com os *gentios* e quilombolas, inicialmente, foi organizado por sertanistas experientes e jesuítas. Contudo de maneira paulatina e seguindo a normativa do Diretório dos Índios (1759-1798) foram substituídos pela tropa de pedestres e padres seculares, tendo como marco o governo de Mossâmedes.

Em 1773, a tropa de pedestre era composta por quarenta soldados e os que viviam nos registro do Rio das Velhas e no registro do Duro lidavam diretamente com os aldeamentos presídio próximos. Do total de quarenta, onze soldados pedestres ficavam nos registros junto a dezenove soldados dragões, enquanto outros dezessete pedestres atuavam diretamente nas rondas para fazer frente aos *gentios*, mas também quilombolas, na proteção à área dos diamantes do Rio Claro e Pilões, para perseguir presos[553], na constituição de bandeiras, na

---

[551] CARVALHO, José de Almeida e Vasconcelos Soveral. Carta a Mathias de Craus de Aguiar, em resposta da que este escreveu a S. Ex.a, tendo lhe o mesmo Snr. encarregado à diligência de dar em um quilombo situado da outra parte do Araguaia [15.07.1775]. AHU_ACL_CU - Cod. 1656, p.71v

[552] Idem.

[553] OFÍCIO do [governador e capitão-general de Goiás, Barão de Mossâmedes], José de Almeida Vasconcelos [de Soveral e Carvalho], ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, remetendo mapa das Companhias de Dragões e de Pedestres das Minas de Goiás; sobre a despesa, o estado e o serviço das

guarda nos registros e contagens. Mossâmedes ergueu novos aldeamentos, reorganizou os registros e as rondas, por isso, aumentou o número de soldados rasos pedestres de quarenta para oitenta[554].

Os soldados pedestres deveriam, teoricamente, manter a ordem e o bom funcionamento dos aldeamentos, entrementes, repetidamente eram acusados pelos governadores e posteriormente pelos cronistas de praticarem as maiores atrocidades junto aos índios. Pelo Diretório dos Índios, a partilha da mão de obra dos índios aldeados era metade para o sustento dos aldeamentos, outra para a defesa do Estado e diligências do Real Serviço, e outra para os moradores extraírem drogas do sertão ou nas suas plantações (artigo 63)[555]. Em especial os capitães da tropa de pedestres e de dragões, mas também os soldados e demais moradores nascidos no Brasil, serviam-se dos aldeados como mão de obra em seus empreendimentos.

Em carta do juiz ordinário e presidente da câmara de vila Boa à Rainha Maria I, José Cardoso da Fonseca, discorreu sobre os ataques Kayapó. Afirmava que estão cada vez mais audaciosos e todos anos matam e destroem o que podem. Segundo Fonseca, duas tropas de pedestres foram criadas por Luis de Mascarenhas com quarenta homens cada, pagos com meio soldo, com fim de defender a vila e os arraiais, engenhos e roças dos ataques *gentios*, em especial dos Kayapó e Akroá. Os pedestres eram enviados para trabalhar nas contagens, registros e correios, deixando a Capital com poucos soldados especializados na guerra as *gentios* [556].

O governador Mossâmedes em 1773, antes de dobrar o tamanho da tropa de pedestres, procurou constituir uma tropa de quarenta soldados aventureiros "voluntários", "os mais fortes endurecidos no trabalho"[557], o objetivo era fazer descimentos de *gentios* sem guerra, diferente "como algumas vezes se tem praticado; mas sim para lhe propor por um *língua* que

---

ditas Companhias, e acerca de seu procedimento procurando diminuir as despesas dos provimentos de boca e hospital [15.02.1773]. *AHU_ACL_CU_008, Cx. 27, D. 1718*

[554] CARVALHO, José de Almeida Vasconcelos de Soveral e. Ao mesmo Ex.mo Sr. sobre a felicidade com que tem continuado a conquista da Nova Beira, e do socorro que S. Ex.a lhe enviou [15.06.1776]. Livro de Ofícios dirigidas a Corte de Lisboa (..) [1771-1777]. *AHU_ACL_CU - Cod. 1656, p.68v-69*

[555] FURTADO, Francisco Xavier de Mendonça. *Diretório, que se deve observar nas Povoações das Índias do Pará, e Maranhão em quanto Sua Majestade não mandar o contrário*. Lisboa: Oficina de Miguel Rodrigues, 1757.

[556] CARTA do juiz ordinário e presidente da Câmara de [Vila Boa] José Cardoso da Fonseca, à rainha [D. Maria I], sobre as duas Companhias de Soldados Pedestres criadas pelo ex-governador e capitão-general de São Paulo, D. Luís de Mascarenhas, em benefício da população, e solicitando ordem para os governadores e capitães-generais destacarem e mandarem os soldados e oficiais competentes para a ronda, guarda e defesa dos moradores, detendo as investidas dos índios Kayapó [04.06.1778]. *AHU_ACL_CU_008, Cx. 30, D. 1920.*

[557] VELOZO, Alexandre Afonso. Outra dirigida ao mesmo sobre a ideia que Sua Excelentíssima teve de formar de novo uma companhia que se dominasse do Aventureiros. Livro 1ª. Que serve de registro das cartas de ofício(..)[1772-1778]. AHU_ACL_CU - Cod. 1656, p.10-10v.

já tenho pronto o comum interesse da sua amizade" [558]. Os sertanistas deveriam viver do que encontrassem no sertão, apenas recebendo do governo pólvora e chumbo. Entretanto, receberiam "gratificação que lhes hei de dar por cada um dos Índios que trouxerem" [559]. Interessante notar que ficou incumbido o capitão Alexandre Afonso Velozo procurar os homens da tropa, na qual não poderia alistar negros.

O Conselho Ultramarino solicitou ao governador Mossâmedes alistar indígenas nas tropas de pedestres em 1773. Na carta de resposta ao pedido, o governador apresentou o caso de uma solicitação semelhante respondida anos antes pelo seu antecessor. O governador João Manuel de Melo recebeu "Instruções" de como governar em 1758. Foi instruído que criasse um Regimento de Cavalaria Auxiliar, no qual se "ordenava que nela fossem alistados alguns Índios Civilizados, não só supondo que os havia, mas que o seu estabelecimento lhes prometia, a propriedade de cavalo, armas e uniforme, para poderem entrar em um corpo regular"[560]. Nenhum índio foi alistado por João Manuel de Melo, fato que fez o governador Mossâmedes generalizar de que nunca havia tido índios nas tropas.

Mossâmedes, entretanto, fez tentativa de alistar índios para compor as tropas de pedestres, ao menos quando havia diligências, pois tinham a capacidade necessária para andar pelos matos, sem necessitar contar com uma carga de provisões e alimentos. Emitiu ordem em relação aos Bororo e mestiços do aldeamento Santa Anna do Rio das Velhas, pediu a Real Fazenda que "se assistisse aos ditos índios; não só com as Armas, e munições necessária, mas também com um pequeno soldo (que podia regular-se pelo dos pedestres) tão somente no tempo de expedição"[561].

Ignácio Taques recitou um discurso em novembro de 1774 em homenagem a Mossâmedes, sobre seus feitos como administrador e general. Elogiou sua atitude em fazer "marchar nelas [bandeiras] todos os pardos, mestiços e bastardos, que sem ofícios, em que se empregam viviam entregues a uma continuo vício, atalhando assim V. Ex.cia todos os males

---

[558] VELOZO, Alexandre Afonso. Outra dirigida ao mesmo sobre a ideia que Sua Excelentíssima teve de formar de novo uma companhia que se dominasse do Aventureiros. Livro 1ª. Que serve de registro das cartas de ofício(..)[1772-1778]. AHU_ACL_CU - Cod. 1656, p.10-10v..

[559] Idem.

[560] OFÍCIO do [governador e capitão-general de Goiás, Barão de Mossâmedes], José de Almeida Vasconcelos [de Soveral e Carvalho], ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, sobre a dificuldade de civilizar os índios, devido à falta de pessoas qualificadas para esta missão [02.05.1773]. AHU_ACL_CU_008, Cx. 27, D. 1730.

[561] CARVALHO, José de Almeida Vasconcelos de Soveral e. Pela Secretária d' Estado da repartição sobre a despesa para civilidade dos Índios [22.10.1773]. Livro de Ofícios dirigidas a Corte de Lisboa (..) [1771-1777]. AHU_ACL_CU - Cod. 1656, p.32-32v

naturalmente oriundos da péssima, e detestável ociosidade" [562]. Para Mossâmedes, a dificuldade maior não estava no lido com os *gentios*, mas sim com o corpo das bandeiras, que "chamam mestiços, caburés, vermelhos, e bastardos"[563], sendo que maioria desses eram alistados a contra gosto.

Os homens livres e forros mestiços pobres e sem oficio eram os preferidos a serem alistados nas tropas de pedestres, as quais nas palavras de época era formada por "Índios, Mestiços, Mulatos e Bastardos não vencem fardamento, são armados de espingardas, e facões, carecendo muito daquelas, porque alguns se servem das próprias pela falta que há nos Armazéns. E vencem por dia 167 e ½ [aprox. 0,0005 kg de ouro, metade que recebia um soldado Dragão]. Vencem por Mês ¾ de farinha" [564] . Antes do governo do Mossâmedes não se alistavam índios pagos nas tropas de pedestres, os índios no geral compunham outra tropa, a comanda por sertanistas. O sertanista e sua tropa de arcos era contratada pela Coroa para "desinfestar" os sertões de gentios e quilombolas.

Em julho de 1772, uma bandeira comandada pelo capitão Francisco Soares de Bulhões seguiu um roteiro que era de posse de Urbano Couto de Meneses (que não pode ir, pois adoeceu), sócio dessa empreita (tinha sido anteriormente sócio de Anhanguera), no qual indicava a região dos Araéz (Bororo). Provavelmente, o roteiro foi o traçado por Anhanguera pai, depois de sua incursão realizada em 1682, quando depois de aprisionar Araéz, encontrou a Serra dos Martírios. Chegaram as nascentes do Rio Claro, em um local chamado Fundão, segundo o apontamento de dois guias Bororo que levava[565]. Encontrou muito ouro, mas como era lugar de mineração proibida, não continuou a empreitada (SILVA E SOUZA, 1872, p.454).

---

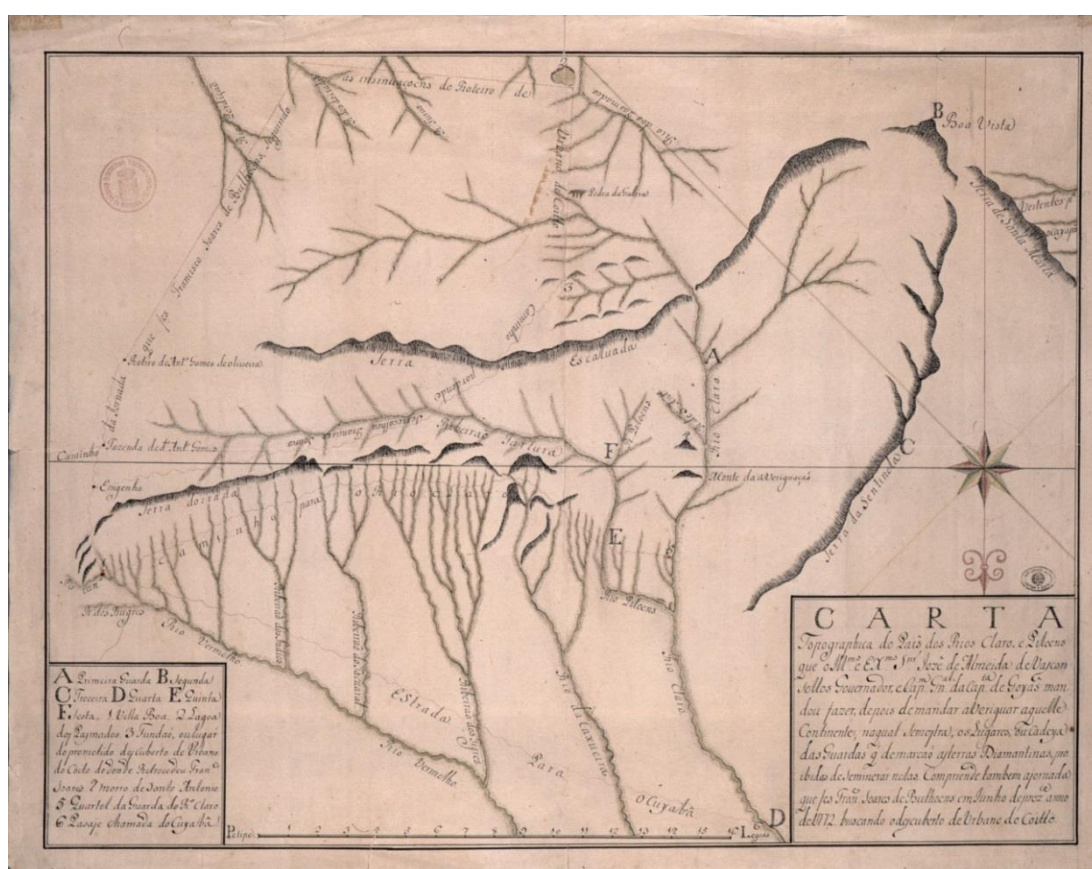
[562] TAQUES, Ignácio Joaquim. Ao Ex.mo Senhor Jozé de Almeida de Vasconcelos de Soveral e carvalho, Governador, e Capitão General de Goiás. Comendador na Ordem de Cristo, Senhor da Vila de Lapa, Decimo Terceiro Donatário de Mossâmedes , nodo Donatário do Couto do Vieiro, e do Reguengo da Lagoa = Vizeu no Algarve, restituindo-se a Capital depois de passados dois meses no Arraial de Meia Ponte [13.11.1774]. In SOUZA, Thomaz de. Coleção de notícias da Capitania de Goiás, vindas às mãos de particulares assim por diários e cartas, como por cópias de papéis de ofício, e deduzidas por sua ordem (1772-1777). p.172-174 BN. Loc. 07,4,070, p.163

[563] CARVALHO, José de Almeida Vasconcelos de Soveral e. Conta pelo expediente do Ex.mo Sr. Marquês de Pombal, e pela Secretária de Estado, sobre o adiantamento da civilização dos Índios, chegada do alferes de Dragões do Continente da Nova Beira, trazendo alguns índios daquelas aldeias, acrescentamento das praças da Companhia de Pedestres, e sobre concorrer o Dr. Ouvidor da Comarca, efetivamente para o adiantamento do mesmo Continente da Nova Beira [20.11.1775]. Livro de Ofícios dirigidas a Corte de Lisboa (..) [1771-1777] AHU_ACL_CU - Cod. 1656 , p.64-65v

[564] OFÍCIO do [governador e capitão-general de Goiás, Barão de Mossâmedes, José de Almeida Vasconcelos [de Soveral e Carvalho], ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, remetendo mapa das Companhias de Dragões e de Pedestres das Minas de Goiás; sobre a despesa, o estado e o serviço das ditas Companhias, e acerca de seu procedimento procurando diminuir as despesas dos provimentos de boca e hospital [15.02.1773]. *AHU_ACL_CU_008, Cx. 27, D. 1718*

[565] BULHÕES, Francisco Soares de. Representação que o Ilmo e Ex.mo Snr. General fez Francisco Soareas de Bulhões [15.09.1773] AHU_ACL_CU - Cod. 1655,p .14.

Em 1773, o governador Mossâmedes utilizou do conhecimento do mineiro Francisco Soares de Bulhões e de vários práticos naquele terreno, enviou o ajudante de ordens Thomaz de Souza, com um alferes de pedestres, para reavaliar a demarcação feita sobre as terras diamantíferas, por ordem emitida pelo Conde de Bobadélla, Gomes Freire de Andrada[566]. A incursão resultou em um mapa da região dos rios Claro e Pilões, no qual descrevia o caminho seguido por Francisco Bulhões e apresentava a estrada de vila Boa a Cuiabá e da vila Boa ao rio Claro e Pilões (terras diamantíferas).

Imagem 13

Mapa da região entre os rios Claro e Pilões, 1772

AHU_CARTm_008, D.872

Em outra bandeira comandada e financiada por Francisco Soares de Bulhões, destinada ao Rio Rico, foi invadida uma aldeia Kayapó com mais de quatrocentas "camas".

566 CARVALHO, José de Almeida Vasconcelos de Soveral e. Pela Secretaria de Estado sobre a entrada de Francisco Soares de Bulhões, no mês de junho do presente ano a explorar os sertões desta Capitania. Foi a 2ª ...... data de 12 de Fevereiro de 1773, AHU_ACL_CU - Cod. 1655, p.12v-13

Os bandeirantes consumiram as roças e proventos, não se sabe se houve morticínio e sequestro de mulheres e crianças, apesar de provável. Por essa atuação o filho do capitão Francisco Soares de Bulhões recebeu anos depois "a propriedade do oficio de escrivão da intendência e conferência, de que se empossou em virtude da ordem régia de 2 de Outubro de 1791" (SILVA E SOUZA, 1872, p.455). Provavelmente a bandeira do padre José Simões da Motta, que inicialmente seguiu a de Francisco Bulhões, acabou tendo outro rumo em direção as cabeceiras do Rio Grande (ALENCANSTRE, 1864, p.262). O Capitão Francisco Soares de Bulhões utilizou guias Bororo como práticos para fazer a prospecção dos vertentes do Rio Claro[567].

Os Kayapó faziam ataques anuais. No ano de 1777, mataram onze pessoas. Em 1778 assassinaram um alferes de auxiliares João de Souza Faveira e seus doze escravos que estavam trabalhando na lavra[568], "matando juntamente cavalos, porcos e toda a mais criação, e ateando fogo as casas de vivenda, e senzala de escravos e paióis de mantimentos, cujas cinzas reduziu a cinzas o estabelecimento da dita situação" [569]. Devido aos ataques anuais feitos por Kayapó e Xavante, a opinião do governador Mossâmedes era de não concordar com as Instruções de 1771 que proibiam fazer guerra ofensiva aos índios belicosos [570].

Luis da Cunha Meneses assumiu o governo em 1778, com as mesmas Instruções enviadas a Mossâmedes em 1771. Em 1780, buscando apaziguar e aldear os Kayapó, enviou uma bandeira com cinquenta homens, composta por "26 índios Bororo, da Aldeia do Rio das Pedras, 12 Akroá da de São José de Mossâmedes e 12 pedestres"[571]. Nomeou como

---

[567] Barão Mossâmedes publicou uma Portaria que manda "repartir por estes duzentas oitavas (..) entre os Índios e mais gentes" que fizeram duas bandeiras com Bulhões. ARAUJO, Francisco de Santos (Capitão). Carta dirigida ao comandante do Descoberto das Cabeceiras do Rio das Velhas acompanhado a remessa da moeda provincial, e com outras varias advertências respeito à boa regulagem do Real Serviço. Livro 1ª. Que serve de registro das cartas de ofício (..)[1772-1778]. AHU_Cód. Nº1655 p.21v-22v. Duzentas oitavas era 0,72 kg de ouro.

[568] CARTA do juiz ordinário e presidente da Câmara de [Vila Boa] José Cardoso da Fonseca, à rainha [D. Maria I], sobre as duas Companhias de Soldados Pedestres criadas pelo ex-governador e capitão-general de São Paulo, D. Luís de Mascarenhas, em benefício da população, e solicitando ordem para os governadores e capitães-generais destacarem e mandarem os soldados e oficiais competentes para a ronda, guarda e defesa dos moradores, detendo as investidas dos índios Kayapó [04.06.1778]. AHU_ACL_CU_008, Cx. 30, D. 1920.

[569] OFÍCIO do [governador e capitão-general de Goiás], Luís da Cunha Menezes, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, sobre o aldeamento da Nova Beira, habitada pelos índios Karajá, Karijó e Javaés; as medidas tomadas para conter as hostilidades dos índios Kayapó e Xavantes e manter a amizade dos índios aldeados no presídio estabelecido sob o comando do alferes José Machado de Azevedo; as descobertas de salinas que prometem grande abundância e propondo a formação uma bandeira composta de índios, comandada pelo capitão de Pedestres José Luís Pereira, para tentar a pacificação dos índios Kayapó [?,03,1780] . AHU_ACL_CU_008, Cx. 32, D. 1996.

[570] CARVALHO, José de Almeida Vasconcelos de Soveral e. Pela Secretaria d' Estado do Ultramar, sobre os continuados insultos do *gentio*, e expedição das bandeiras a explorarem o sertão [20.06.1774]. Livro de Ofícios dirigidas a Corte de Lisboa (..) [1771-1777]. AHU_ACL_CU - Cod. 1656, p,46v-47v

[571] OFÍCIO do [governador e capitão-general de Goiás], Luís da Cunha Menezes, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, sobre o aldeamento da Nova Beira, habitada pelos índios Karajá, Karijó e Javaés; as medidas tomadas para conter as hostilidades dos índios Kayapó e Xavantes e manter

comandante da bandeira soldado pedestre e mulato José Luiz Pereira e, como segundo em comando, o Bororo Ignácio Pires[572]. A nomeação desse comandante diferia da composição apresentada pelo governador quanto aos postos de comando, pois a "companhia de pedestres, serem de diferentes cores, e os Oficiais de Alferes para cima todos serem brancos"[573] (1780). Esses "brancos" eram os responsáveis por tornar a empresa colonizadora rentável, visto percorrerem os rios em busca de ouro e fazer a prospecção de drogas do sertão, mantinham fazendas de gado suas ao largo dos aldeamentos, onde utilizavam mão de obra indígena.

O comandante José Luiz Pereira, segundo o governador, era

> (..) de grande merecimento, inteligência e experiência destas diligências com ordem de que na abalroada que fizerem as Aldeias do dito *Gentio* Kayapó, cercando-as para lhe poderem falar (pelos **línguas,** ou intérprete s que levou para o mesmo fim, e da mesma Nação, que eu mandei **civilizar**, e **instruir** de uns prisioneiros que vieram na ultima Bandeira que se lhe tinha mandado a fazer a guerra antecedentemente a minha chegada a esta Capitania) de amizade, não fazer mal algum, contra a pratica até aqui estabelecida conforme lhe determinei na Instrução [grifo nosso] [574]

Saint Hilaire afirmou que as *línguas* eram três mulheres Kayapó (1975, p.63), elas eram prisioneiras no aldeamento São José de Mossâmedes. Luis da Cunha Meneses esperava que com novo descimento intermediado pelas três *línguas* Kayapó iria conseguir aldea-los, "a ideia de que conservando-os, e os que vierem (..) juntamente com alguns mais que cá tenho da mesma Nação e (..) para que depois de verem o modo com que os faço tratar, e os mais que lá

---

a amizade dos índios aldeados no presídio estabelecido sob o comando do alferes José Machado de Azevedo; as descobertas de salinas que prometem grande abundância e propondo a formação uma bandeira composta de índios, comandada pelo capitão de Pedestres José Luís Pereira, para tentar a pacificação dos índios Kayapó [?,03,1780] . AHU_ACL_CU_008, Cx. 32, D. 1996.

[572] Provavelmente seu nome deriva de Antonio Pires de Campos.

[573] OFÍCIO do [governador e capitão-general de Goiás], Luís da Cunha Menezes, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, sobre a atuação da bandeira comandada por José Machado de Azevedo descobridor dos índios Karajá e Javaés, e acerca da nomeação do alferes José Pinto da Fonseca para o posto de capitão da Companhia de Pedestres de Goiás e solicitando deferimento para o requerimento de António Gomes Barbosa, concedendo-lhe sua reforma, devido às moléstias que padece [?.03.1780]. *AHU_ACL_CU_008, Cx. 32, D. 1997.*

[574] OFÍCIO do [governador e capitão-general de Goiás], Luís da Cunha Menezes, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, sobre o aldeamento da Nova Beira, habitada pelos índios Karajá, Karijó e Javaés; as medidas tomadas para conter as hostilidades dos índios Kayapó e Xavantes e manter a amizade dos índios aldeados no presídio estabelecido sob o comando do alferes José Machado de Azevedo; as descobertas de salinas que prometem grande abundância e propondo a formação uma bandeira composta de índios, comandada pelo capitão de Pedestres José Luís Pereira, para tentar a pacificação dos índios Kayapó [?,03,1780] . AHU_ACL_CU_008, Cx. 32, D. 1996.

se acham aldeados, manda-los com outro igual presente" [575]. A ideia era a bandeira ir a encontro das aldeias Kayapó e arrebatar alguns *gentios* que ficariam no aldeamento São José de Mossâmedes, junto a outros Kayapó que já estavam aldeados, para depois serem enviados aos sertões, com presentes. Afirmou o governador que "se assim se consegue esta importante empresa, a imitação de modo com que na América Setentrional civilizou a Nação Inglesa 4 milhões de habitantes" [576].

Para tal bandeira, o governador Luis da Cunha Meneses escreveu um Regimento (ver anexo), do qual alguns artigos chamam atenção. Já no primeiro, fica evidente o tratamento diferenciado que recebiam os *línguas* em relação aos outros indígenas, pois os comandantes deveriam tratar "na viagem a todos os soldados com brandura e suavidade, principalmente as *línguas* para que estas obrigadas de favor se prossigam em verificarem as boas esperanças, que mesmo Ex.mo Snr. tem das suas promessas" (artigo 1). Esses *línguas* deveriam ficar em constante observação "nunca os deixará sair, ou apartarem da Bandeira" [577], demonstrando a desconfiança. Os *línguas* eram prisioneiros "e se achavam já em estado de poderem expressar-lhes e fazer-lhes proposições, que me pareceram próprias para os aquiziar [sic] e convencer da paz e amizade"[578].

Quando chegasse a alguma aldeia o comandante deveria "ver o melhor modo de falar aos *gentios* em ação de amizade como que não vai a ofende-los, e somente a propor-lhe as ofertas"[579] (artigo 3). Deveria expor sua patente de capitão e distribuir os presentes, além de mandar "procurar insinuando as ditas *línguas* lhes digam que S. Ex.a lhes não quer fazer mal,

---

[575] OFÍCIO do [governador e capitão-general de Goiás], Luís da Cunha Menezes, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, sobre o aldeamento da Nova Beira, habitada pelos índios Karajá, Karijó e Javaés; as medidas tomadas para conter as hostilidades dos índios Kayapó e Xavantes e manter a amizade dos índios aldeados no presídio estabelecido sob o comando do alferes José Machado de Azevedo; as descobertas de salinas que prometem grande abundância e propondo a formação uma bandeira composta de índios, comandada pelo capitão de Pedestres José Luís Pereira, para tentar a pacificação dos índios Kayapó [?,03,1780] . AHU_ACL_CU_008, Cx. 32, D. 1996.

[576] Idem.

[577] Idem.

[578] Carta de Luís da Cunha Meneses a Tristão da Cunha Meneses fazendo uma descrição etnográfica dos índios Kayapó e Karajá. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro - seção de manuscritos cód. 13.4.10, nº75. In APARÍCIO, 1998, p.367.

[579] OFÍCIO do [governador e capitão-general de Goiás], Luís da Cunha Menezes, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, sobre o aldeamento da Nova Beira, habitada pelos índios Karajá, Karijó e Javaés; as medidas tomadas para conter as hostilidades dos índios Kayapó e Xavantes e manter a amizade dos índios aldeados no presídio estabelecido sob o comando do alferes José Machado de Azevedo; as descobertas de salinas que prometem grande abundância e propondo a formação uma bandeira composta de índios, comandada pelo capitão de Pedestres José Luís Pereira, para tentar a pacificação dos índios Kayapó [?,03,1780] . AHU_ACL_CU_008, Cx. 32, D. 1996.

e deseja viver com eles em amizade, e boa união"[580], prometia-lhes fornecer toda "ferramenta que precisarem de machados, foices e enxadas para trabalharem nas suas roças" (artigo 4)[581]

Além dos presentes, havia a promessa de "defender das outras nações suas inimigas, com que eles tenham guerra" (artigo 5). Toda e qualquer guerra dos colonos e Kayapó deveria cessar "por uma vez por meio desta aliança sem que em tempo algum possam pegar em Armas uns contra os outros" (artigo 6). Os Kayapó deveriam escolher aonde queriam ser aldeados "com boas casas para eles viverem com os seus parentes e famílias" (artigo 8). As mulheres deveriam se casar e viver em famílias em casas unifamiliares, afirma ele "que cada um escolhera mulher a seu gosto, para se casar com ela, e viverem juntos em casa separada com seus filhos" (artigo 9). Deveram andar "todos vestidos" (artigo 11)[582].

Caso os Kayapó desconfiassem das promessas deveriam enviar "seis ou sete (..) examinarem pessoalmente tudo quanto se lhes propõe (..) livremente os deixaram tornar a qualquer hora que quiserem para comunicarem aos mais o que por cá passão e como os tratam" (artigo 13). Caso os *gentios* não aceitem o descimento, deveriam os comandantes da bandeira "conduzir 5, 6, ou 7 índios para virem quando não queiram por vontade"[583].

Além de fazer descimentos dos Kayapó, fica evidente o interesse em desaloja-los de suas terras com fim de encontrar novos descobrimentos de ouro. No artigo 15, consta que

> Que o dito comandante terá o maior cuidado em que na marcha, que fizer com a bandeira lhe fique Córrego algum que pela sua formatura mostre ter ouro sem mandar fazer as averiguações, ou experiências que se costumam fazer pelos três pretos, Pedro Angola, Jozé Mina e Joaquim Angola, que para o mesmo fim deles vai encarregado levando as suas próprias ferramentas como são almocafres, alavancas e bateias, recomendando ao mesmo tempo o maior cuidado que deve ter nestes, tanto na sua subsistência, como em que não tenham algum descaminho, fazendo um assento das mostras que achar de ouro nos ditos córregos, e da sua situação para que sendo estas de conta S. Ex.a possa por estes ditos assentos, mandar o que for servido, em beneficio, e utilidade dos povos desta Capitania[584].

[580] OFÍCIO do [governador e capitão-general de Goiás], Luís da Cunha Menezes, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, sobre o aldeamento da Nova Beira, habitada pelos índios Karajá, Karijó e Javaés; as medidas tomadas para conter as hostilidades dos índios Kayapó e Xavantes e manter a amizade dos índios aldeados no presídio estabelecido sob o comando do alferes José Machado de Azevedo; as descobertas de salinas que prometem grande abundância e propondo a formação uma bandeira composta de índios, comandada pelo capitão de Pedestres José Luís Pereira, para tentar a pacificação dos índios Kayapó [?,03,1780] . AHU_ACL_CU_008, Cx. 32, D. 1996.
[581] Idem.
[582] Idem.
[583] Idem.
[584] Idem.

O método pensado inicialmente por Mossâmedes a partir da leitura do Diretório dos Índios (1759-1798) e das Instruções de 1771, e operacionalizado pelo governador Luis da Cunha Meneses, era uma leitura do sistema de conquista "trazendo-lhe por demonstração o método com que as nações francesa e inglesa civilizaram, avassalaram na América Setentrional, quatro milhões de habitantes de outras nações tão rodutaveis [refutáveis?] e indômitas como a referida Kayapó"[585]

Em setembro de 1780, após uma expedição que durou cinco meses e seis dias, entrou a bandeira comandada pelo mulato José Luiz Pereira e pelo Bororo Ignácio Pires na Via Boa, com um velho Kayapó chamado Romexi, enviado como representante do *maioral* Angraí-oxá (KARASCH , 1981, p.104), que supostamente veio voluntariamente. A aldeia desse *maioral* deslocada pela bandeira consistia em trinta e seis pessoas, sendo seis "homens de guerra" com suas famílias. Luís da Cunha Meneses os recebeu em sua residência na Capital, "com a maior pompa que me foi possível nestas alturas, debaixo do fogo de artilharia, e mosquetearia"[586]. Segundo Luis da Cunha Meneses os disparos intentaram

> (..) os convencer das nossas forças, e de lhe intimar, como lhe intimei da parte de Sua Majestade, recebendo-os nesta casa da minha Residência, que eu buscava a sua amizade, por dó que tinha de os ver andar errantes, vivendo miseravelmente; porque se lhes quisesse fazer a guerra, assim como eles a vinham fazer a minha gente, eu tinha outro igual número de tropa ao que eles viam, nos mais Arraiais da minha jurisdição, para os ir **matar a todos, e não deixar um só vivo** [grifo nosso][587].

Depois dos fogos, os trinta e seis Kayapó foram à Igreja e rezaram *Te Deum Laudamos*. A irmã de Romexi, uma senhora Kayapó, foi enterrada dentro da Igreja, depois de batizada, "com bastante solenidade", o que foi considerado agradável pelo governador. Os motivos apontados pelo *maioral* Kayapó, para justificar os ataques aos colonizadores, foi vingança e por quererem as ferramentas de metal para trabalhar suas roças, o que segundo o

---

[585] OFÍCIO do [governador e capitão-general de Goiás], Luís da Cunha Menezes, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, sobre o envio de uma bandeira para persuadir pela amizade os índios Kayapó, seguindo todas as instruções vindas do Reino, baseando-se na experiência inglesa e francesa da sujeição dos índios; o encontro com o cacique dos Kayapó; solicitando provisão da Fazenda Real para esta importante diligência e propondo a construção de uma aldeia para abrigar a todos os índios da dita nação, denominando-a D. Maria I [20.07.1781]. AHU_ACL_CU_008, Cx. 32, D. 2019.
[586] Idem.
[587] Carta de Luís da Cunha Meneses a Tristão da Cunha Meneses fazendo uma descrição etnográfica dos índios Kayapó e Karajá. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro - seção de manuscritos cód. 13.4.10, nº75. In APARÍCIO, 1998, p.368.

governador se verifica em seus ataques às roças e lavras, momento que "não tendo levado outra coisa mais do que álevanias [alavancas], imiladas [enxadas], almocrafes e ainda, das espingardas, os canos, os feixes, e tudo o que é de ferro"[588]. O ferro despertava tanto a cobiça dos *gentios*, quanto o ouro com os cristãos.

Os Kayapó ficaram alguns dias em vila Boa e mais vinte e cinco dias no aldeamento São José de Mossâmedes, para a população local "se formalizassem mais com a continuação de os verem, e irem perdendo o grande horror, que se lhes tinha adquirido pelas suas hostilidades e para que vissem o modo porque se cuida das nações que ali se acham aldeadas"[589]. Mandou de volta aos sertões, levando "ferramentas e mais trastes, de que eles tem conhecimento, e fazem estimação" [590]. O "velho venerando pela sua grande idade" saiu da Capital com sua gente, chegando nas margens dos rio Claro e Pilões, não quis sair dali, ficou com as mulheres e crianças, mandando os seis homens de guerra as suas aldeias, combinando em voltar em oito luas[591]. O velho mandou os Kayapó que sobraram fazer ranchos "no que são famosos arquitetos, e pediu ao comandante da bandeira milho para plantar Roça, o que com facilidade conseguiu, fazendo-se até nisto diferença das mais Nações que já estão aldeadas, que são sumamente preguiçosas"[592].

O governador Luis da Cunha Meneses expressou que apesar da bandeira levar a proposta de paz era

> (..) empresa arriscada e temerária, como se pode supor, de se atreverem cinquenta homens armados, quatro Línguas e três pretos, com a sua própria ferramenta, para apalparem na sua derrota Sítio onde se pudesse descobrir ouro de conta, por uma travessia de perto de duzentas léguas de matos agrestíssimos, sem mais fornecimento para sua subsistência e defesa que dois arreteis de pólvora cada um e chumbo competente, de irem entranharem-se no vastíssimo Reino ou Império

[588] Carta de Luís da Cunha Meneses a Tristão da Cunha Meneses fazendo uma descrição etnográfica dos índios Kayapó e Karajá. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro - seção de manuscritos cód. 13.4.10, nº75. In APARÍCIO, 1998, p.368.

[589] OFÍCIO do [governador e capitão-general de Goiás], Luís da Cunha Menezes, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, sobre o envio de uma bandeira para persuadir pela amizade os índios Kayapó, seguindo todas as instruções vindas do Reino, baseando-se na experiência inglesa e francesa da sujeição dos índios; o encontro com o cacique dos Kayapó; solicitando provisão da Fazenda Real para esta importante diligência e propondo a construção de uma aldeia para abrigar a todos os índios da dita nação, denominando-a D. Maria I [20.07.1781]. AHU_ACL_CU_008, Cx. 32, D. 2019.

[590] Idem.

[591] Idem.

[592] Carta de Luís da Cunha Meneses a Tristão da Cunha Meneses fazendo uma descrição etnográfica dos índios Kayapó e Karajá. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro - seção de manuscritos cód. 13.4.10, nº75. In APARÍCIO, 1998, p.369.

> daquela Redutível Nação, mesmo aos seus alojamentos, fazer-lhes as proposições de seus bons e referidos princípios[593].

Os guerreiros Kayapó voltaram com duzentas e trinta e sete *gentios*, com dois caciques, na promessa de descer mais uma aldeia. Ficaram trinta e oito dias em vila Boa, sendo batizadas cento e dezenove crianças. Luis da Cunha Meneses os mandou aldear a quatorze léguas da Capital, em uma região supostamente escolhida por eles. O governador aceitou o lugar por ver vantagens como a possibilidade de se constituírem fazendas e lavras por aquelas bandas, onde eram impossibilitados devido aos ataques dos próprios Kayapó.

O governador aproveitou a pouca distância com o aldeamento São José de Mossâmedes e a fazenda de gado em anexo, para alicerçar a subsistência do Maria I nos dois primeiros anos. Somente na condução e sustentação dos *gentios* e tropas se gastou 651$752 reis [1,95 kg de ouro quintado] [594]. O aldeamento Maria I estava "situada na margem do Rio Fartura (..) para maior facilidade da condução, ou transporte dos fornecimentos comestíveis e materiais precisos para a sua construção" [595], vindos do aldeamento São José de Mossâmedes. O Maria I segundo o governador ficava a "uma distancia proporcionada para eu com bastante facilidade poder ir mais vezes cuidar no seu adiantamento, o que seria mais dificultoso ficando em maior distância" [596]. O lugar negociado com os *gentios* era adequado na compreensão do governador, pois possibilitaria aos colonizadores se alargar mais para aquela parte, em novos estabelecimentos de lavras e roças. A parte sul da Capitania era a região com as melhores terras.

---

[593] Carta de Luís da Cunha Meneses a Tristão da Cunha Meneses fazendo uma descrição etnográfica dos índios Kayapó e Karajá. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro - seção de manuscritos cód. 13.4.10, nº75. In APARÍCIO, 1998, p.369.

[594] OFÍCIO do [governador e capitão-general de Goiás], Luís da Cunha Menezes, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, sobre o envio de uma bandeira para persuadir pela amizade os índios Kayapó, seguindo todas as instruções vindas do Reino, baseando-se na experiência inglesa e francesa da sujeição dos índios; o encontro com o cacique dos Kayapó; solicitando provisão da Fazenda Real para esta importante diligência e propondo a construção de uma aldeia para abrigar a todos os índios da dita nação, denominando-a D. Maria I [20.07.1781]. AHU_ACL_CU_008, Cx. 32, D. 2019.

[595] OFÍCIO do [governador e capitão-general de Goiás], Luís da Cunha Meneses, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, sobre a civilização dos índios Kayapó; o sucesso do aldeamento da dita nação; a criação da Aldeia Maria I, e enviando plantas e estampas da dita aldeia [18.12.1782].. AHU_ACL_CU_008, Cx. 33, D. 2076.

[596] OFÍCIO do [governador e capitão-general de Goiás], Luís da Cunha Menezes, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, sobre o envio de uma bandeira para persuadir pela amizade os índios Kayapó, seguindo todas as instruções vindas do Reino, baseando-se na experiência inglesa e francesa da sujeição dos índios; o encontro com o cacique dos Kayapó; solicitando provisão da Fazenda Real para esta importante diligência e propondo a construção de uma aldeia para abrigar a todos os índios da dita nação, denominando-a D. Maria I [20.07.1781]. AHU_ACL_CU_008, Cx. 32, D. 2019.

O governador pediu que os outros governadores de Mato Grosso, Cuiabá, São Paulo e Minas Gerais parassem com as agressões aos Kayapó e que procurassem com a mesma metodologia os aldear. Duzentos em quarenta e três Kayapó foram aldeados inicialmente em Maria I. Segundo o governador, todo custo da civilização dos Kayapó e construção da Aldeia Maria I foi feito pela Real Fazenda em 1781. Em setembro daquele ano, houve o descimento de mais uma aldeia Kayapó por dois soldados pedestres e um *língua* da mesma nação[597].

Outro descimento conduzido por dois pedestres e *língua* Feliciano, vindos de Camapuã, pediram para ver o Capitão Grande. Vieram enviados pelo capitão de pedestres João Goudiley, que se acha destacado na ronda nas terras diamantíferas dos rios Claro e Pilões [598]. Com a vinda dessas duas aldeias, o número de aldeados passou a ser de quinhentas e cinquenta e cinco, segundo Luis da Cunha Meneses, "neste numero 328 que se tem batizado, por diferente vezes na minha presença e na mesma Aldeia pelo vigário de São José de Mossâmedes" [599]. Informação que denota a presença do governador e militar Luis da Cunha Meneses nos aldeamentos, assim como a de um padre secular.

Em 1782, o governador afirmou quer passaram "mais de três anos, ou desde a época, que dei principio a esta empresa, sem ter experimentando os insultos e mortandades, que fazia todos os anos, e por diferente vezes, a referida nação Kayapó"[600]. Afirmou que foram descidas quatro aldeias Kayapó que "habitavam as grandes campanhas que medeiam entre as ultimas povoações desta capitania e Varadouro da Camapuã"[601], ou seja, no caminho das monções para Cuiabá e Mato Grosso.

No dia 12 de outubro de 1782, noventa e nove Kayapó foram batizados, sendo trinta e seis famílias diferentes, dessas dez eram constituídos apenas por mães e nenhuma apenas pelo pai. Há uma lista com o nome dos batizados, dos padrinhos e pais (Anexo II). Doze dos padrinhos eram oficiais militares, os quais foram padrinhos de batismo de trinta Kayapó; três eram padres, sendo um o visitador geral, os quais apadrinharam quatro *gentios*. Havia também

[597] OFÍCIO do [governador e capitão-general de Goiás], Luís da Cunha Menezes, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, sobre o envio de uma bandeira para persuadir pela amizade os índios Kayapó, seguindo todas as instruções vindas do Reino, baseando-se na experiência inglesa e francesa da sujeição dos índios; o encontro com o cacique dos Kayapó; solicitando provisão da Fazenda Real para esta importante diligência e propondo a construção de uma aldeia para abrigar a todos os índios da dita nação, denominando-a D. Maria I [20.07.1781]. AHU_ACL_CU_008, Cx. 32, D. 2019.

[598] OFÍCIO do [governador e capitão-general de Goiás], Luís da Cunha Meneses, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, sobre a civilização dos índios Kayapó; o sucesso do aldeamento da dita nação; a criação da Aldeia Maria I, e enviando plantas e estampas da dita aldeia [18.12.1782]. AHU_ACL_CU_008, Cx. 33, D. 2076.

[599] Idem.

[600] Idem.

[601] Idem.

o tesoureiro geral com três apadrinhados, seu escrivão com um, um intendente com um e um jurista com três.

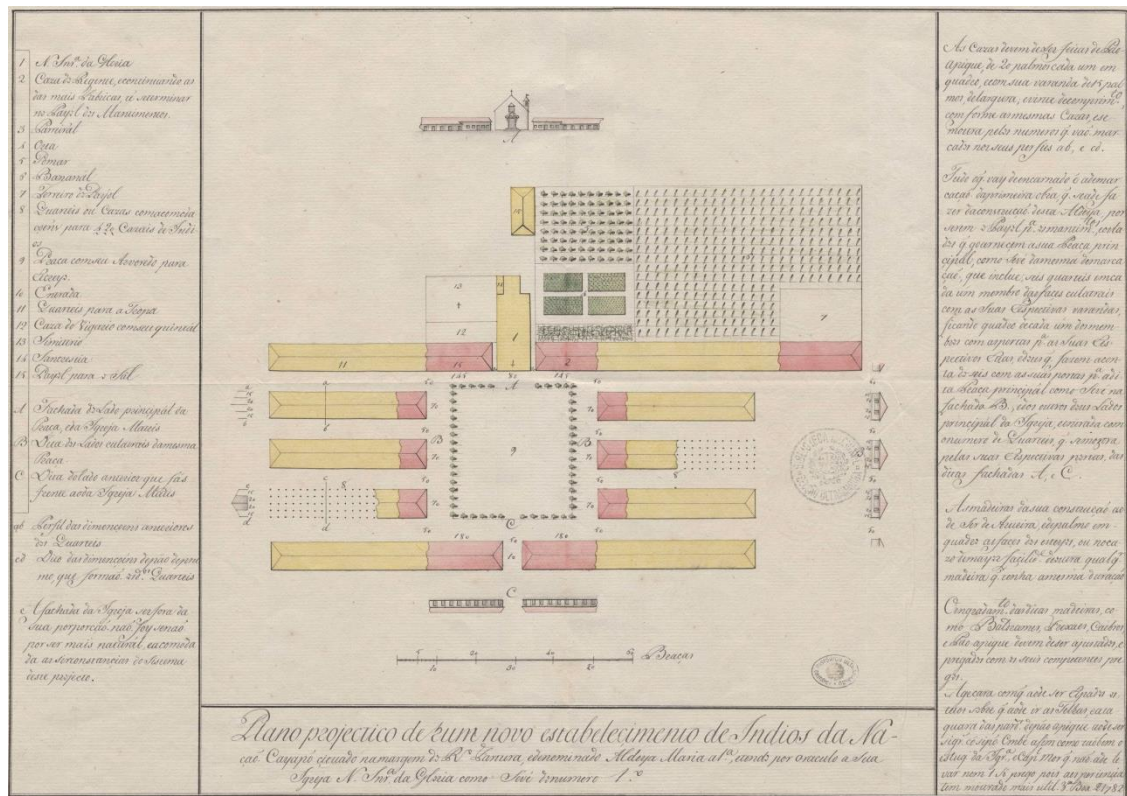
Dezesseis "brancos" outros apadrinharam quarenta e setes indígenas. Dois deles apadrinharam oito Kayapó, um cinco, dois quatro, dois três, dois dois e sete um. A maioria dos padrinhos eram mineiros, fazendeiros, comboieiros, mercadores em geral e agentes da Coroa, que tinham interesse direto nas terras dos Kayapó e ser agraciado pela Coroa com mercês por conquistar os Kayapó.

A lista de batizados foi dividida por família em ordem alfabética. Cada família tinha uma letra diferente, no qual todos os nomes começavam por essa determinada letra. A exceção estava no primeiro e última família da lista. A primeira família na lista era do *maioral* Angrayocha e sua companheira Chiunequa, que tiveram um de seus filhos batizado com nome cristão de João. João foi apadrinhado pelo governador Luís da Cunha Meneses, o que denotava reciprocidade entre as partes. O último casal da lista era formado por José e Francisca, era a família do *língua*, com seus filhos batizados com a letra inicial da lista, Aleixo e Anacleto, apadrinhados por dois militares, um alferes e outro capitão de dragões[602].

Mary Karasch apontou que o governador Luis da Cunha Meneses batizou os dois netos do *maioral* Angraí-oxá: Damiana da Cunha e Manoel da Cunha (1981, p.106). Na lista de batizados se encontram os filhos João, Antonio, Agostinho e Anna. Não se encontra menção aos netos do *maioral*, ou ao nome dos dois. O que não impede que o governador tenha batizado os netos, posteriormente. A única Damiana da lista foi apadrinhada pelo vigário João Antunes Noronha, enquanto o único Manoel por Bento Antonio de Carvalho.

Abaixo, segue o mapa mandado ser feito pelo governador Luis da Cunha Meneses para descrever a maneira como deveria ser construído o aldeamento Maria I, em 1782. Segundo Manuel Aires de Casal, esse aldeamento ficava a oito léguas a sudoeste de São José de Mossâmedes e treze de vila Boa (CASAL, 1817, p. 154).

[602] OFÍCIO do [governador e capitão-general de Goiás], Luís da Cunha Meneses, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, sobre a civilização dos índios Kayapó; o sucesso do aldeamento da dita nação; a criação da Aldeia Maria I, e enviando plantas e estampas da dita aldeia [18.12.1782]. AHU_ACL_CU_008, Cx. 33, D. 2076.

Imagem 14

Aldeia Maria I, 1782. AHU_CARTm_008, D.0875/876

No mapa aparece à cor vermelha destacando algumas construções que deveriam ser feitas em um primeiro momento. Dentre essas, destaca-se a casa do regente da aldeia, o paiol de alimentos, um paiol para o sal, dois "costados que guarnecem a sua Praça principal", "seis quartéis" que quando acabados deveriam ser o bastante para quatrocentos e vinte Kayapó. Além dessas construções iniciais, deveria haver junto à casa do regente, construções destinadas a serem fábricas de sal (para uso humano e na alimentação de ruminantes), quartéis para as tropas, um paiol para o ferreiro, Igreja de Nossa Senhora da Glória com uma sacristia, cemitério e casa do vigário. Não há referências à casa do carpinteiro, ou da produção de tábuas; provavelmente esses ofícios foram trazidos do aldeamento São José de Mossâmedes.

Há dúvida se havia um, ou dois, paiol de sal. O fato de haver no mapa uma construção de tamanho considerável para ferreiro e outras destinadas as fábricas de sal é indicativo das

intenções do governador quanto a esse aldeamento. Em suma, desejava-se torna-lo uma fabrica de sal com a utilização de mão de obra Kayapó. Há dúvida quanto ao número de paióis e casas do vigário. Se houvesse dois paióis, havia uma casa do vigário; um paiol, duas casas do vigário. Há discrepâncias nos duas plantas do aldeamento que existem no Arquivo Ultramarino de Lisboa[603]. Na prática, o aldeamento morou anos para ser concluído, provavelmente a destinação das construções mudou com o tempo, algumas construções não foram feitas, ou terminadas, assim como construíram novas estruturas, como um salão de dança, cuja existência é discutida mais a frente.

Para alimentação dos aldeados e soldados havia um bananal, pomar, horta e parreiral, provavelmente para atender soldados graduados e talvez, a família do *maioral*. Não foi identificada a roça por ficar geralmente em áreas mais distantes, perto de fontes de água e junto às matas que eram derrubadas pela coivara. Nas roças eram plantadas a mandioca, milho, feijão, amendoim, banana, abóbora, mamona, dentre outros cultivares.

O projeto de Maria I indicava que preferencialmente deveria ser utilizada a madeira aroeira e que "o enquadramento das ditas madeiras como baldrames, frechais, caibros e pau a pique devem de ser ajuntados, e pregados com os seus competentes pregos"[604]. Deveriam as construções ter telhas de barro que viriam de São José de Mossâmedes. Apenas a capela não deveria ser feita com pregos, deveria ser toda amarrada com cipó ambé. Esse cipó seria usado para tecer com taquaras as laterais das casas que deveriam ser feitas de pau a pique. Uma mistura de técnicas indígenas de amarração, com a prática cabocla de pau a pique e técnicas europeias de construção usando pregos, vigas de sustentação chamadas de baldrames, vigas frechais[605] que junto aos caibros seguravam o telhado de telhas de barro.

O número de soldados pedestres foi aumentado de oitenta para cento e quarenta, devido ao aumento no número de aldeamentos e aldeados[606]. Abaixo segue relação dos Kayapó que foram descidos para a Aldeia Maria I, entre os dias 15 de julho de 1781 até 26 de maio de 1783.

---

[603] Há um segundo croqui que é quase semelhante em tudo ao primeiro, só muda uma coisa, onde no primeiro esta o número 15 (paiol de sal), logo atrás do 12 (casa do vigário), no segundo mapa o 15 é substituído pelo 12, ampliando a casa do vigário, e ao invés de dois paióis como no primeiro mapa, há um só.

[604] Legenda do Mapa do Aldeamento Maria I - AHU_CARTm_008, D.0875/876

[605] Viga frecchal "é a componente do telhado, a viga que se assenta sobre o topo da parede, servindo de apoio à tesoura. Distribui a carga concentrada das tesouras sobre a parede" <http://wwwo.metalica.com.br/coberturas-os-diversos-tipos-e-suas-caracteristicas acesso em 05.05.2016>.

[606] OFÍCIO do [governador e capitão-general de Goiás], Tristão da Cunha Meneses, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, sobre os procedimentos do seu antecessor [Luís da Cunha Meneses], acerca da formação de uma bandeira para ir ao encontro das terras dos índios Kayapó; o estabelecimento da aldeia Maria I, a necessidade do aumento da Companhia de Pedestres da Guarnição da capitania de Goiás, a fim de sujeitar os índios nas suas plantações e na construção da dita aldeia [16.01.1784]. AHU_ACL_CU_008, Cx. 35, D. 2131.

Imagem 15

Relação dos índios da nação Kayapó que se acham nesta Aldeia Maria de 15 de julho de 1781 até 26 de maio de 1783.	
Homens	112
Mulheres	151
Rapazes de idade de 8 ou 10 anos	51
Raparigas de idade de 8 ou 10 anos	61
Rapazes de idade de 6 a 7 anos	56
Raparigas de idade de 6 ou 7 anos	62
Relação dos índios nascidos que se acham nesta Aldeia Maria	
Rapazes de peito	12
Raparigas de peito	13
Relação dos índios Kayapó que morreram nesta aldeia Maria desde 15 de julho de 1781 a 26 de maio de 1783	
Homens	11
Mulheres	14
Rapazes	10
Raparigas	2
O Sargento Regente Jozé Luis Pereira	

OFÍCIO do [governador e capitão-general de Goiás], Luís da Cunha Meneses, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, remetendo carta do sargento regente da aldeia Maria I, José Luís Pereira, e relação dos índios Kayapó da dita aldeia [03.06.1783]. AHU_ACL_CU_008, Cx. 34, D. 2104.

Quinhentos e dezoito Kayapó foram aldeados em dois anos. Havia maior número de mulheres adultas (57,4%) do que de homens (42,6%), de raparigas (53,5%) do que de rapazes (45,5%), de nascituras mulheres (52%) do que de homens (48%). Desse total, morreram 10,7% dos homens e 9,3 % das mulheres, 8,4 % dos rapazes e apenas 1,5% das raparigas. Chama atenção o "pequeno" percentual de mortos, pois no contato entre ocidentais e ameríndios, as epidemias eram as principais causas da mortalidade, as quais reduziam a população entre 75% a 95%, nos primeiros contatos. O que pode indicar que os Kayapó tiveram contato com doenças epidêmicas muito antes de terem um primeiro aldeamento Goiás.

Na América, até 1492, não havia agentes patogênicos da varíola, sarampo, coqueluche, catapora, gonorreia, tuberculose, tifo, difteria, gripe, caxumba, peste bubônica, febres terças (dengue), febre amarela, malária e possivelmente sífilis. Todas essas doenças se apresentaram como epidêmicas nos primeiros séculos de contato, adoecendo indígenas, negros e europeus,

com maior impacto entre os primeiros por serem populações sem nenhuma defesa imunológica geneticamente adquirida[607]. Ou os Kayapó não tiveram contato com doenças epidêmicas nesses dois anos de aldeamento, ou esses indígenas tinham adquirido defesa imunológica, devido os primeiros contatos com os europeus terem ocorrido nos primeiros anos do século XVII, ou, quem sabe, os valores relativos às mortes estavam subvalorizados visto os recursos serem destinados pela Real Fazenda a partir do número de aldeados, ou todas essas alternativas juntas.

Em carta do sargento regente e mulato José Luis Pereira, oficial que comandou o descimento dos Kayapó para o aldeamento Maria I, havia uma solicitação, provavelmente negociada com os Kayapó, de "botar uma bandeira de 30 pretos com todas as suas ferramentas de foices e machados para botar lugar de roça"[608]. O objetivo era ter mantimento para os "dez homens de guerra da sobredita Nação (..) lhe mandei dar os gêneros que eles estimam, se retiraram com o fim de irem buscar gente da sua aldeia, e com promessa de as trazerem dentro do tempo de sete luas" [609]. Os Kayapó, que foram buscar seus parentes, eram do sul da capitania, do sertão do Rio Grande. O pedido de José Luis Pereira pelos negros para fazer roça era justificado devido os Kayapó já aldeados "não querem trabalhar para os outros que sua excelência mandará" [610]. Os grupos Kayapó que inicialmente foram aldeados eram da região de Camapuã e os que estavam para ser aldeados em 1783 eram do vale do Rio Grande, provavelmente de etnias diferentes.

Dos dez Kayapó enviados, dois voltaram em setembro prometendo trazer muitas pessoas. Em Dezembro, deveria chegar um grande contingente, mas foram descidos apenas cinco casais. Em dezembro de 1783, o número de Kayapó aldeados aumentou para quinhentos e cinquenta e cinco, sendo que trezentos e vinte e oito "pelas suas pequenas idades mereceram receberem a graça do batismo"[611]

---

[607] Manuela Carneiro da Cunha traz estimativas populacionais que apontam uma população nativa em 1492 entre 8,4 a 112 milhões (América), enquanto outras estimativas apontam que na Europa havia entre 60 a 80 milhões de habitantes. Houve hecatombe dos nativos devido às doenças epidêmicas, em torno do ano de 1650 a população indígena atingiu o seu menor tamanho no período colonial (CUNHA, 1998, p.16-17). Jared Diamond afirma que as epidemias chegaram às populações nativas antes mesmo dos primeiros europeus fazerem contato, 95% da América pré-colonial morreu de epidemias que não existiam no continente.
DIAMOND, Jared Mason. Armas, Germes e Aço: os destinos das sociedades humanas. Tradução de Sílvia de Souza Costa. 11. ed. Rio de Janeiro: Record, 2009.
[608] OFÍCIO do [governador e capitão-general de Goiás], Luís da Cunha Meneses, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, remetendo carta do sargento regente da aldeia Maria I, José Luís Pereira, e relação dos índios Kayapó da dita aldeia [03.06.1783]. AHU_ACL_CU_008, Cx. 34, D. 2104.
[609] Idem.
[610] Idem.
[611] OFÍCIO do [governador e capitão-general de Goiás], Tristão da Cunha Meneses, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, sobre os procedimentos do seu antecessor [Luís da Cunha Meneses], acerca da formação de uma bandeira para ir ao encontro das terras dos índios Kayapó; o

O governador Tristão da Cunha Meneses, irmão e sucessor do governador Luis da Cunha Meneses, expressou receio de revolta Kayapó, a partir das informações trazidas pelo oficial João Godieley. Esse soldado contou a conversa ao governador que teve com os últimos cinco casais Kayapó que chegaram, deduziu Tristão.

> (..) sem maior guarnição se não poderia segurar aquela conquista, que não estavam segurar as vidas dos que existiam naquela Aldeia na construção da mesma, e dos que faziam a sua pequena guarnição, que pela mesma sorte poderiam passar os habitantes da Aldeia de São Jozé de Mossâmedes que dista daquela oito léguas , que o mesmo sucederia a todos os vassalos de S. Maj., que se acham arranchados e estabelecidos pelas vizinhanças das ditas aldeias, e finalmente que para eles conseguirem os seus péssimos intentos bastava porém uma maloca de gente de guerra no alto da serra dourada caminho da aldeia de São José, e matarem aos que desta vila seguissem para o referido estabelecimento para se passar muito tempo sem que tivesse noticia de tal sucesso e eles poderem por o seu feminino nas suas terras , ou alojamentos sem que se lhe pudessem fazer mal algum[612].

Devido ao receio de um ataque Kayapó, o governador aumentou a tropa de pedestres para cento e setenta e oito praças soldados, aumentando de vinte e sete para oitenta os destinados ao aldeamento Maria I, com o objetivo de sujeitar os *gentios*, para os obrigar a trabalhar. Desse aumento vinte novos soldados seriam Akroâ que receberiam meio soldo, assim como outros doze índios, de proveniência desconhecidas. A justificativa apresentada pelo governador para alistá-los estava no fato deles receberem menos, estarem comendo da roça da aldeia de São José de Mossâmedes e por serem inimigos dos Kayapó. Segundo o governador "poderão conhecer neles Kayapó com mais facilidade alguma traição"[613] Com o aumento dos soldados, a distribuição das tropas ficou conforme a figura abaixo:

---

estabelecimento da aldeia Maria I, a necessidade do aumento da Companhia de Pedestres da Guarnição da capitania de Goiás, a fim de sujeitar os índios nas suas plantações e na construção da dita aldeia [16.01.1784]. AHU_ACL_CU_008, Cx. 35, D. 2131.

[612] Idem.

[613] Idem.

Imagem 16

Quartel General d' Villa Boa 14 de Janeyro de 1784	Offes & Patente			Offes Inferiores						
	Capitão	Tenente	Alferes	Sargento	Furriel	Porta Band.ra	Cabos	Tambor	Anspeç. e soldados	Total
Promptos.	.	.	1	.	.	.	.	.	5	6
Doentes.	.	.	.	.	.	.	.	.	4	4
Prezos.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.
Licenças.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.
Imdeligencias.	.	.	.	.	.	.	2	.	8	10
Com os Quintos.	.	.	.	.	.	.	.	.	2	2
No Cuyabá.	.	.	.	.	.	.	.	.	2	2
Nas Contages.	.	.	.	.	.	.	.	.	5	5
Nas Salinas.	.	.	1	.	.	.	1	.	21	23
Na Aldeya de S. Joze.	.	.	1	.	.	.	1	.	27	29
Na Aldeya Maria.	.	.	.	1	1	.	1	.	79	82
Nos Registos.	.	.	.	.	.	.	.	.	10	10
Nas Rondas.	1	.	.	.	.	.	.	.	11	12
Nos Arrayaes.	.	.	.	.	.	.	.	.	2	2
No Pasto.	.	.	.	.	.	.	.	.	2	2
Estado effectivo.	1	.	3	1	1	.	5	.	178	189
Faltas p.a completar.	.	1	.	.	.	1	.	1	.	3
Estado Completo.	1	1	3	1	1	1	1	1	178	192

Tropa de Pedestres 1784 - AHU_ACL_CU_008, Cx. 35, D. 2131[614].

A tropa de pedestres tinha como função controlar a presença de negros nos sertões, caçar fugitivos e guarnecer registros e caminhos. Mas, talvez, o principal emprego dessa tropa fosse lidar com os *gentios* e índios, ao aponto de três aldeamentos (São José de Mossâmedes, Maria I e Salinas) aquartelarem cento e trinta e quatro soldados rasos (de um total de cento e setenta e oito), além de dez divididos entre os registros e aldeamentos do Duro e de Santa Ana do Rio das Velhas.

O receio do governador Tristão da Cunha Meneses de uma revolta Kayapó estava embasada na carta do sargento regente José Luis Pereira, que afirmou primeiro que o assassinato do soldado Jacinto Glz(?) que guardava o paiol da aldeia, tinha sido contado pelo *língua* como sendo feito pelos Kayapó que estava no mato. Entrementes, o governador concluiu "com o tempo descobri serem desta mesma Aldeia, e ser o mesmo *língua* o que

---

[614] OFÍCIO do [governador e capitão-general de Goiás], Tristão da Cunha Meneses, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, sobre os procedimentos do seu antecessor [Luís da Cunha Meneses], acerca da formação de uma bandeira para ir ao encontro das terras dos índios Kayapó; o estabelecimento da aldeia Maria I, a necessidade do aumento da Companhia de Pedestres da Guarnição da capitania de Goiás, a fim de sujeitar os índios nas suas plantações e na construção da dita aldeia [16.01.1784]. AHU_ACL_CU_008, Cx. 35, D. 2131.

mandava fazer a morte"[615]. Também encontrou duas malocas, "uma grande maloca de emboscada e no mato da Bocaina estava outra"[616], essas entre os aldeamento Maria I e de São José de Mossâmedes. Além da tentativa de matar o oficial quando foi ao rio se lavar, "ouvi um tropel no mato, e pegando eu na arma para me certificar não ouvi mais rumor algum"[617]. Passados alguns dias, uma índia o indagou se ele tinha alguma "cazaza que me livrasse dos perigos, respondi-lhe que só tinha as minhas contas"[618], momento que ela contou sobre a tentativa de mata-lo.

Outros soldados enviados ao rio sofreram tentativa de assassinato, assim como o capataz das roças estava ameaçado de morte. Os Kayapó estavam comendo o gado da Fazenda Real sem autorização, invadiam fazendas vizinhas para caçar gado, "Trabalhar não querem e dizem que trabalham os negros" [619]. Destruíam o milho da alimentação, segundo José Luis Pereira "tenho mandado dizer pelo *língua* que não destruam, que é para eles se alimentar (..) Vejo-me inquieto por que o *língua* é falso, e eles absolutos"[620]

> (..) S. Ex.a quer que eu os leve em todo animo e afago, eles não conhecem isto, e dizem que todo animo que lhes fazemos é porque os tememos. Os dias passados veio o cacique ao meu quartel, a pedir sal, e como não estava na ocasião em casa ralhou e gritou, que eu devia ali estar quando ele ali foi exigiu a sua raiva a tanto extremo que a terra a vasilha que levava na minha porta, e quebrou[621].

A ideia de que aceitando o aldeamento, os Kayapó estariam se rendendo, era parcial. Além de terem casas construídas para sua moradia, os Kayapó tinham roças sendo preparadas pelos negros, recebiam ferramentas, roupas e produtos manufaturados. Pensando nisso, fica a dúvida de quem estava, ou se sentia, conduzindo o contato e o aldeamento.

Em janeiro de 1784, uma leva de cento e setenta e oito Kayapó chegou à Capital "diz o *língua* que estes vem trabalhar na cidade grande nesta qualidade de gente todo este *gentio*

---

[615] OFÍCIO do [governador e capitão-general de Goiás], Tristão da Cunha Meneses, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, sobre os procedimentos do seu antecessor [Luís da Cunha Meneses], acerca da formação de uma bandeira para ir ao encontro das terras dos índios Kayapó; o estabelecimento da aldeia Maria I, a necessidade do aumento da Companhia de Pedestres da Guarnição da capitania de Goiás, a fim de sujeitar os índios nas suas plantações e na construção da dita aldeia [16.01.1784]. AHU_ACL_CU_008, Cx. 35, D. 2131.
[616] Idem.
[617] Idem.
[618] Idem.
[619] Idem.
[620] Idem.
[621] Idem.

vem chegando pela notícia que lá tem do bom trato que se faz aos seus parentes"[622]. O *língua* informou aquilo que os soldados oficiais e governador queriam ouvir e repassar à Coroa, de maneira política, o *língua* afirmou que aqueles que vinham do sertão o faziam para trabalhar, vindos devido ao bom tratamento. Diferente dos aldeamentos da década de 1740 e 1750, formados por Akroâ, Bororo, Curumarê e Xacriabá, o aldeamento Maria I não estava em situação agravada por epidemias e fome. Não se sabe ao certo o que se procedeu com Maria I e os Kayapó entre 1790 e 1813.

O que se pode afirmar é que Johann Baptist Emanuel Pohl, entre 1818 e 1819, afirmou que Maria I teria sido abandonado havia seis anos (+/-1813) e que consistia em "duas casas térreas de 43 passos de comprimento e 16 de largo, construídas de madeira e barro e cobertas de telhas. Uma delas era morada do governador e sua comitiva e a outra para o administrador e os soldados, também destinada a servir de igreja"[623]. Apontou que "há uns cem passos, ao Sul, está o paiol para guarda das colheitas. É um grande edifício"[624], além de "uma grande forja e vários edifícios começados, mas inacabados"[625]. Já se achavam "em ruínas o grande engenho de açúcar à margem do regato, a uma centena de passos de distancia, a pilação de milho e a fábrica de aguardente"[626].

---

[622] OFÍCIO de José Rodrigues Freire, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, sobre a falta de mantimentos em Vila Boa e a chegada de grande quantidade de índios Kayapó para serem aldeados [12.02.1784]. AHU_ACL_CU_008, Cx. 35, D. 2136.
[623] POHL, Johaan, *Viagem ao Interior do Brasil*. Belo Horizonte: Livraria Itatiaia Editora, 1976, p.155.
[624] Idem.
[625] Idem.
[626] Idem.

Sétimo Capítulo.

Manejos de mundo e as práticas territoriais nos aldeamentos de Maria I e São José de Mossâmedes a partir dos relatos do governador Luis da Cunha de Meneses e dos viajantes naturalistas Auguste Saint Hilaire e Johaan Emmanuel Pohl.

A capitania de Goiás teve três governadores que pertenciam ao movimento de ilustração portuguesa, sendo o primeiro José de Almeida Vasconcelos de Soveral (1772-1778), os dois irmãos Luís da Cunha de Meneses (1778-1783) e Tristão da Cunha Meneses (1783-1800). Há dúvida se o primo dos irmãos, João Manuel de Meneses (1800-1804), também fazia parte desse movimento racionalista. A partir do Diretório dos Índios (1758-1798) os aldeamentos passaram a ser percebidos como lugares centrais para a conquista, manutenção e viabilização da expansão portuguesa. Esses governadores frequentavam os aldeamentos, onde aplicavam métodos racionalistas baseados na prática de observação, experimentação e análise do outro. Os três primeiros governadores foram incumbidos de aplicar o Diretório dos Índios (1758-1798) e as Instruções emitidas em 1771. Enquanto, o quarto, construiu um horto botânico para apropriar plantas de uso indígena e aclimatar plantas exóticas.

Há uma carta do governador e general da capitania de Goiás Luis da Cunha Meneses a seu irmão Tristão da Cunha Meneses[627]. Essa descreveu a situação ao futuro governador sobre a colonização em Goiás. A carta é texto importante para descrição etno-histórica dos indígenas Karajá e Javaés, e dos Kayapó do Sul no século XVIII. A carta pode ter sido escrita com o intuito de ser apresentada a Academia de Ciências de Lisboa, pois foi escrita no formato proposto nas “Breves Instruções aos correspondentes da Academia das Ciências de Lisboa” [628]. As breves instruções tinham como objetivo coletar material para constituir um inventário das possibilidades econômicas das possessões portuguesas, para tanto, foi proposta uma metodologia científica para a análise do território.

Para tal análise, os membros da academia objetivaram a coleta de espécies animais, vegetais e minerais para "apresentarem de modo possível a vista dos curiosos um compêndio

[627] Carta de Luís da Cunha Meneses a Tristão da Cunha Meneses fazendo uma descrição etnográfica dos índios Kayapó e Karajá. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro - seção de manuscritos cód. 13.4.10, nº75. In APARÍCIO, 1998, p.365-376.

[628] Breves Instruções aos correspondentes da Academia das Ciências de Lisboa sobre as remessas dos produtos e noticias pertencentes à História da Natureza para formar um museu nacional. Lisboa: Regia Oficina Tipográfica, 1781. BNP. <http://purl.pt/720 acessado em 20.01.2015>

das principais maravilhas da Natureza"[629], que deveriam ser enviados para formar um Museu Nacional. Com essa coleção, desejava-se o "adiantamento das artes, comércio, manufaturas e todos os mais ramos da Economia"[630]. Para tanto, esse documento apresenta métodos de escolha, preparo e acondicionamento desses espécimes para envio para Portugal.

Além da descrição da natureza, as Instruções indicavam fazer exames “relativas ao moral dos povos”, nisso a descrição partiria da “religião, politica, economia, artes, tradições etc”. Quanto à religião deveriam dispor

> Iº as ideias gerais que dominam em todo o pais sobre a natureza da Divindade, sobre suas obras, e sobre seu culto; IIº as seitas diversas, e os pontos em que diferem uma das outras; e juntamente os efeitos, que costumam resultar da diversidade de sentimentos nessa matéria; IIIº a forma do seu culto, a simplicidade ou extravagancia de suas cerimonias, os seus casamentos, os seus lutos e funerais, os seus sacríficos, e finalmente todas as suas superstições [631].

Quanto à política, afirmava

> Iº a forma do seu governo; a qualidade de suas leis, se as tiverem; o modo de administrar a justiça na distribuição de prêmios e castigos; o número e a qualidade de das pessoas, em que residem a autoridade suprema; IIº a forma dos seus contratos, e os ritos, que costumam acompanha-los; IIIº as suas guerras, o modo de as fazer, as armas de que usam [632]

Foi solicitada também uma descrição econômica, que partiria do entendimento sobre “I.º a maneira de educar os filhos, a qualidade e forma de suas habitações, os seus mais comuns exercícios; IIº os seus alimentos, e o modo de os preparar, a matéria e o feitio de seus trajes; IIIº as propriedade de sua língua, e forma dos caracteres” [633]. Por último, a Academia

[629] Breves Instruções aos correspondentes da Academia das Ciências de Lisboa sobre as remessas dos produtos e noticias pertencentes à História da Natureza para formar um museu nacional. Lisboa: Regia Oficina Tipográfica, 1781. BNP. <http://purl.pt/720 acessado em 20.01.2015>, p.03.
[630] Idem.
[631] Idem, p.43-44
[632] Idem, p.44.
[633] Idem, p.44-45.

de Ciências indicava que se deveria esclarecer as artes, entendidas no século XVIII como formas de fazer expressa pelos artificies, no caso

> Iº o estado da sua agricultura, os usos e defeitos de seus instrumentos de lavoura; IIº o modo de fazer as suas caças e pescas; IIIº as plantas, de que servem para sustento, vestido, remédios, tintas etc. IVº os animais que empregam no trabalho, e em outros serviços domésticos; Vº os minerais que extraem da terra, os usos a que os aplicam, e o modo de os reduzir a esses mesmos usos; VIº a perfeição e imperfeição das artes, manufaturas, e de todo o gênero de indústria, e comercio que houver no País [634].

Por fim, desejava-se saber sobre as tradições, informações como

> Iº a sua origem, antiguidade, universalidade, probidade ou extravagancia; IIº o modo de se conservar, e se defender; IIIº se no País houver algum gênero de monumento (..) Finalmente dir-se-á uma ideia do melhor modo possível dos costumes dos povos, cuja noticia possa influir de alguma sorte no Bem da Sociedade[635]

A carta escrita por Luis da Cunha Meneses a seu irmão visava contemplar as Instruções da Academia de Ciências de Lisboa, mas também indicar a seu sucessor como efetivar o Diretório dos Índios e as Instruções de 1771. No texto, o governador deixa claro o embasamento teórico e conhecimento prático utilizado na política indigenista operacionalizada na Capitania de Goiás.

No governo de Luis da Cunha Meneses foram aldeados os Kayapó no Maria I. Havia outros aldeamentos com Xacriabá, Bororo e Kayapó no Santa Ana do Rio das Velhas, Karajá e Javaés no Salinas, por fim, Akroá, Kayapó, Karajá, Karijó, Xavante e Javaés no São José de Mossâmedes. A descrição do governador é contraposta a outras duas escritas por viajantes naturalistas; o médico e naturalista Johann Emmanuel Pohl (provavelmente entre 1818-1819) e o naturalista Augustin de Saint-Hilaire (provavelmente entre 1819-20). Esses viajantes naturalistas visitaram e descreveram o aldeamento São José de Mossâmedes, Johann

[634] Breves Instruções aos correspondentes da Academia das Ciências de Lisboa sobre as remessas dos produtos e noticias pertencentes à História da Natureza para formar um museu nacional. Lisboa: Regia Oficina Tipográfica, 1781. BNP. <http://purl.pt/720 acessado em 20.01.2015>, p.45.
[635] Idem.

Emmanuel Pohl descreveu também o Maria I. Os naturalistas visitaram os aldeamentos trinta e cinco anos depois da descrição do governador Luis da Cunha Meneses.

As analises dos três documentos possibilitam compreender as práticas territoriais coloniais presentes nos aldeamentos, que eram negociadas, apropriadas e negadas pelos aldeados. Procura-se compreender se nos aldeamentos se mantinha entre os índios, o manejo de mundo que tinham nos sertões. Entende-se manejo de mundo.

> (..) experiências cotidianas e rituais das comunidades ao longo do ciclo anual, no manejo apropriado dos peixes, animais da terra, aves, insetos, das atividades de agricultura, pesca, caça e coleta e doenças de cada tempo (..) à formação do corpo e da pessoa, práticas de processamento e consumo alimentar, procedimentos de proteção e prevenção de doenças (CABALZAR, 2010, p.13) .

Os dois naturalistas tiveram como informante a *língua* Damiana da Cunha, chamada a *posteriori* pelos memorialistas pela alcunha de princesa Kayapó, ou missionária. Os índios *línguas*, a conversa com os soldados da tropa de pedestres e a observação *in locu* feita nos aldeamentos eram as fontes do conhecimento dos governadores e naturalistas sobre os índios aldeados da capitania de Goiás. Sobre Damiana da Cunha, Auguste de Saint Hilaire informou que era "muito inteligente, que falava muito bem o português e fazia parte da companhia de pedestres" (1975, p. 67). Logo, era a *língua* da tropa de pedestres, esposa do soldado regente do aldeamento, neta de *maioral* reconhecido pelos Kayapó. Era principal liderança Kayapó no aldeamento.

O governador Luis da Cunha Meneses começou o enredo de sua carta lembrando seu irmão que teve conhecimento da expansão colonial portuguesa na África, Ásia e América pela leitura do Padre Zafito da Companhia de Jesus. Apontou outros autores que se diferenciaram por apresentarem costumes e descrições de povos indígenas americanos. Entre eles a história da colonização da América Setentrional e a descrição "dos costumes dos habitantes de toda aquela parte do Canadá, por Monsieur d'Bacquille de La Potheire"[636]. Leu também a conquista do México e Peru pelos espanhóis, na "História dos Incas, por Marmontel"[637], assim como a "História Natural, Civil e Geográfica do Orinoco (..) pelo Padre José Gumilha

[636] Carta de Luís da Cunha Meneses a Tristão da Cunha Meneses fazendo uma descrição etnográfica dos índios Kayapó e Karajá. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro - seção de manuscritos cód. 13.4.10, nº75. In APARÍCIO, 1988, p. 365.
[637] Idem.

[sic] da Companhia de Jesus (..) o qual trata mais circunstanciadamente dos costumes das Nações (..) que pouco diferem dos que se acham situados nesta parte”[638].

No fim do documento afirmou que remeteu esses livros ao seu irmão e que havia mais dois importantes que deveria ter conhecimento, as “viagens que fizeram o Condamine e Monsieur Bouguer pelos grandes Rios Paraguaia, o Prata [e] o Amazonas; quando se retiraram das observações astronômicas que por ordem da Academia das Ciências de Paris, vieram fazer no grande vale d'Yaruque nas vizinhanças de Cuenca, na província da Quito, no ano de 1745”[639]. Esses autores iluministas franceses fizeram descrições dos costumes e dos povos americanos; embasando-se neles, Luis da Cunha Meneses teceu sua versão sobre os índios da capitania de Goiás. Versão assimilada por seu irmão Tristão da Cunha Meneses, que a efetivou na “conquista”, em termos de época, do *gentio* Xavante com o aldeamento no rio Carretão em 1788.

As guerras contra os *gentios* que perduravam desde o início do movimento colonizador eram de conhecimento do governador, que não economizou palavras para descrever o sistema de guerra dos *gentios* da capitania. Um das características que mais chamaram a atenção do governador foi “o seu sistema de guerra e retirada intitulando-o Tática muito sublime”[640].

Afirmou Luis da Cunha Meneses que os *gentios* fazem guerra sempre de surpresa devido a superioridade das armas europeias, andam “muitos dias metidos pelos troncos das árvores e de rastros pelo chão”[641] para atacar roças e lavras. Esperavam descuido “dos que estão armados” cuidando dos que estão trabalhando e atacam de maneira fulminante, matando a todos ao seu alcance, incluso galinhas, cães e todo animal doméstico”[642]. Deixam “a arma com que ofenderam, como porrete e mais a flecha”[643]. Essa tática de terra arrasada dos Kayapó ficou famosa entre os moradores, assim como as acusações de antropofagia. Mas talvez o que mais chamou atenção do governador foi a tática de evasão

> Retira-se por causa que não vá alguma bandeira em seu seguimento, conforme é costume, em uma tal ordem que a sua regularidade pode fazer emulação aos

[638] Carta de Luís da Cunha Meneses a Tristão da Cunha Meneses fazendo uma descrição etnográfica dos índios Kayapó e Karajá. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro - seção de manuscritos cód. 13.4.10, nº75. In APARÍCIO, 1988, p. 371
[639] Idem, p. 376
[640] Idem.
[641] Idem.
[642] Idem.
[643] Idem.

melhores táticos dos países mais civilizados e guerreiros, consistindo esta em desfilar toda a maloca, de qualquer número de homens que seja em uma só fila, pondo todos o pé no mesmo lugar, sucessivamente onde o pôs o primeiro, o chefe da fila, de maneira que o rastro fica parecendo só de um homem, quando este tem sido de muitos centos e ainda para sua maior segurança, o último ou o que cerra a fila, vai virando sobre a sua retaguarda, desfazendo com as mãos o mais que lhe é possível o mesmo rastro que lhe ficou. Quando passam por algum terreno aquático ou pantanoso, marcham sobre os calcanhares, porque como não o podem desfazer assim como na relva, não fazem marcas de toda a forma do pé acautelando-se ainda mais no seu sistema de segurarem a sua retirada, metem-se de distância em distância, como por exemplo, de légua em légua, todos em confusão e dando-se de acordo um *Rande Vou* [francês Rendez-vous: encontro] em uma conhecida e certa distância, marcham todos em uma tal debandada que se fica conhecendo o número da maloca pelos distintos rastros que cada um, de propósito faz com a ideia de se aproveitarem adiantando-se mais na sua marcha dos que vão em seu seguimento pelo rastro, na demora que estes têm enquanto se desembaraçam da confusão em que ficam. Quando chegam ao sítio dado do *Rande Vou*, novamente tornam a meter-se na mesma ordem, desfilada. Encontrando algum Rio, o passam de nado, sempre Rio acima ou abaixo, contra o rumo que levam, e não de um a outro lado; [para] não conhecerem aonde foram sair, no caso que conheçam por onde entraram. E quando este dá vau[644], se tornam a meter-se na mesma debandada na sua margem e depois seguem a mesma ordem desfilada, também rumo oposto pela linha que a água está descrevendo na areia, cortando esta de maneira que fica escrito o assento do pé, pelo seu comprimento, parte na areia, e parte na mesma água[645].

Os Kayapó se preparavam com jogos que treinavam habilidades centrais para a vida indígena. Trilhava-se os matos; caçar, pescar, plantar, guerrear, migrar etc. Logo, a importância do uso do arco e flecha, da corrida com pesados troncos e o conhecimento e lido com a natureza. O governador Luis da Cunha Meneses afirmou que faziam

Jogos Olímpicos, na preferência que dão à escolha dos que se destinam àquele estado, aos que se distinguem na carreira, no lançar da flecha e em carregar um grande tronco de uma árvore, levando-o mais longe. Com estes e outros exercícios, são tão fortes corredores que têm chegado a emparelhar qualquer pessoa de casa, correndo no mato, por mais fechado que seja[646].

Sergio Buarque de Holanda analisou as estradas coloniais e as vias indígenas que foram apropriadas pelos colonizadores, afirmou que a marcha em fileira simples própria dos

[644] "Ponto onde, numa corrente de água, se pode passar a pé ou a cavalo "'vau'". [Dicionário Priberam da Língua Portuguesa http://www.priberam.pt/dlpo/vau visto em 11-05-2016].
[645] Carta de Luís da Cunha Meneses a Tristão da Cunha Meneses fazendo uma descrição etnográfica dos índios Kayapó e Karajá. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro - seção de manuscritos cód. 13.4.10, nº75. In APARÍCIO, 1988, p.376.
[646] Idem, p.373

indígenas no período colonial “tinha a vantagem de propiciar maior segurança ao viajante em lugares perigosos” (HOLANDA, 1994, p.26), além de ser mais adaptada a caminhos estreitos e fechados (idem, p.33). Segundo o mesmo, o modo de caminhar era crucial para identificar a presença e origem humana nos sertões: “a própria diferença no modo de marchar reflete-se naturalmente na impressão dos rastros, o que permite, pela simples observação destes, determinar se o caminho teria sido índio ou branco” (idem, p.35). Apontou que a tática dos indígenas era “não só seguir os passos de quem os antecedeu, como ainda pisar exatamente sobre as marcas já deixadas no solo” (idem). Nas caminhadas pelos sertões que as aldeias faziam em suas migrações, assim como quando seus guerreiros faziam guerras, havia a necessidade dos indígenas em marcarem o rumo de sua marcha. Sergio Buarque cita o uso de rústicas sandálias utilizadas do avesso pelos *gentios* Xerente (Akwén) de Goiás, para confundir os cristãos do rumo da caminhada (idem).

Os aldeamentos feitos na capitania de Goiás eram instituições utilizadas pelos agentes da Coroa para arregimentar e aquartelar tropa de pedestres, índios serviram como tropa de arcos. Johann Emmanuel Pohl apresentou a prática de guerra Kayapó, nela fica expressa a importância dessa tropa nas bandeiras e descimentos.

> (..) servem de um grande arco (itsché) e das flechas (caschoné) e do tacape (kó), com o qual arrebentam a cabeça do inimigo. São extremamente destros em atirar flechas. Fazem-no em constante movimento para escaparem às flechas atiradas pelos inimigos. Com o seu arco de quase dois metros de comprimento, resetado em meio circulo, atingem certeiramente o alvo a 80 passos de distância. Estes índios selvagens tem a habilidade, mais que os outros, de atirar de arco por elevação, atingindo com segurança o objetivo visado, o que lhes presta bons serviços nas selvas, onde, sem serem vistos, atiram para o ar a flecha que, ao cair, raramente deixa de atingir seu objetivo[647].

Assim como os governadores ilustrados, os viajantes naturalistas procuravam inferir a capacidade de ação dos indígenas, Johann Emmanuel Pohl mandou “fazer uma experiência na aldeia, amarrando uma galinha e em cinco disparos por elevação, só um errou o alvo” [648]. A maneira de fazer guerra indígena diferencia da ocidental a ponto de usarem as mulheres como pajens, que além de cuidar das armas, orientam o guerreiro “na guerra, a mulher fica atrás do homem com um feixe de flechas, animando-o com incessante gritaria. Logo que a flecha é disparada, o índio estende a mão para trás e imediatamente recebe dela outra flecha na direção

---

[647] POHL, Johaan, *Viagem ao Interior do Brasil*. Belo Horizonte: Livraria Itatiaia Editora, 1976, p.154-155.
[648] Idem, p.155.

mais conveniente para o disparo"[649]. As armas eram de suma importância nas caçadas, meio pelo qual era obtida a proteína.

> Com o arco e a flecha são abatidos mesmos os animais maiores, como onças, tapires e tamanduás. As suas flechas são compostas de várias canas de bambu de 30 a 40 centímetros de comprimento, delicadamente reunidas por meio de delgadas trepadeiras. A ponta é feita de um junco, que trazem de longe, ou de pedaço de madeira dura, de 30 centímetros de comprimento, com farpas entalhadas. Servem-se destas últimas especialmente para matar macacos, a fim de que eles não possam retirá-las da ferida. Para apanharem pássaros vivos, usam flechas apropriadas, cuja extremidade termina numa cabeça achatada para golpear o pássaro que, atordoado, cai, sendo então apanhado com as mãos [650].

Os bambus para as flechas eram essenciais para os indígenas, nos sertões essa munição era motivo de disputa entre aldeias, assim como as áreas de caça e pesca. O domínio de áreas propícias à feitura das roças também entrava nas contendas, pois eram geralmente feitas a beira de rios e em áreas de floresta. Feitura de queimadas e roças de coivara era indicada pelos anciões indígenas. O governador Luis da Cunha Meneses chamou atenção de Tristão da Cunha Meneses, sobre a roupagem Kayapó

> As mulheres com uma espécie de cinta, da largura de um palmo, a que chama embira, feita esta da entrecasca de uma certa quantidade de pau, que à força de água e de pisagem entre duas pedras, a modificam de maneira que fica muito macia e enlaçada com as suas veias, que parece de pano tecido: esta a enlaçam por entre as pernas, bandando-a [sic] à roda da cintura, de maneira que ficam bastantemente compostas, ainda que se ponham na mais forçosa atitude, como pode ver nas estampas inclusas n.º 1º, como para as funções da natureza, são obrigadas a tirarem-na e ainda as de sexo, sempre fazem esta diligência dentro da água, tantas vezes quantas são obrigadas às mesmas diligências, a mudam, lavando-a muito bem e pondo-a a enxugar, para tornar a servir. Os homens com um cordel que fazem de algodão ou de um pequeno cipó, recolhem tudo quanto é possível à parte que ofende mais a vista - e as mulheres é mais agradável – [sic], de maneira que atando-lhe à pele que lhe fica superior, depois de bem recolhido tudo o que lhe é adjacente, fica bastantemente composto e livre - conforme à sua proporção ou desproporção, em continuado balanço - do risco de se fazer mal quando anda pelo mato, conforme à estampa n.º 2º (APARICIO, 1998, anexo).

[649] POHL, Johaan, *Viagem ao Interior do Brasil*. Belo Horizonte: Livraria Itatiaia Editora, 1976, p.155.
[650] Idem.

Apesar da imagem a seguir ter sido produzida pela expedição de Alexandre Ferreira no momento que desceu o rio até a região onde o Tocantins se encontra com o Araguaia, junto a Iha do Bananal (década de 1780), aproxima-se da imagem descrita por Luis da Cunha Meneses.

Imagem 17

_____________. *Gentio* Karajá, do rio Tocantins. In: Viagem ao Brasil de Alexandre Rodrigues Ferreira. Kapa Editorial, 2002, p.44

A questão da vestimenta era constante na documentação sobre os aldeamentos, pois os portugueses viam o *gentio* como se estivesse nu, não percebendo os adornos e pinturas como roupagem. Segundo Luis da Cunha Meneses, o "temperamento do clima" por ser ameno faziam com que os *gentios* não sentissem necessidade de roupas "não deixando contudo de se comporem, encobrindo escrupulosissimamente aquelas partes com que de necessidade a

natureza ornou o corpo humano”[651]. Reconhece o governador que as diferentes nações indígenas, com seus diversos idiomas

> (..) usam de uns sinais que fazem uns aos outros na cara, quando são de uma pequena e certa idade, introduzindo uma tinta negra que extraem de uma fruta que chamam jenipapo, pela cicatrização feita com um dente de um peixe a que chamam Piranha, que lhes servem de lanceta e que tem sua propriedade na sua agudeza[652]

As marcas corporais eram “sinais diacríticos”, como o círculo em cada face que caracterizam os Iny (Karajá, Javaés e Xambioá), o que pode ser observado na imagem acima. Ou, ainda os diferentes cortes de cabelo de cada povo indígena, como dito

> Os cabelos são cortados em espetaduras [sic] tão diferentes como as mesmas Nações. Pela parte situante [sic] e pela parte oposta, as mulheres o trazem solto até uma certa altura das costas, e os homens sempre atado, e chicote feito com um pequeno cipó. Todos geralmente arrancam os sobreolhos e as pestanas, com a ideia que têm de lhes ficar assim a vista mais livre[653].

Tanto indígenas, quanto portugueses, entendiam a roupagem que se carrega como sinônimo de distinção social, assinalando diferentes nações e aldeias entre si. De maneira semelhante, as indumentárias que os *gentios* vestiam, principalmente em dias festivos, ritualísticos ou de quebra do cotidiano, apresentavam diferenciação e identidade socialmente construída dentro da comunidade. Eram formadas por artefatos produzidos com miçangas, ossos, penas, madeiras, sementes, fios rústicos etc, pintados com tintas baseadas em urucum, jenipapo, argilas e cinzas. Segundo Luis da Cunha de Meneses

> Todos, sem exceção do sexo, atam as pernas e braços com diferentes embiras de cores, no delgado por cima do tornozelo, por baixo do joelho jazendo uma espécie

---

[651] Carta de Luís da Cunha Meneses a Tristão da Cunha Meneses fazendo uma descrição etnográfica dos índios Kayapó e Karajá. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro - seção de manuscritos cód. 13.4.10, nº75. In APARÍCIO, 1998, p. 372

[652] Idem.

[653] Idem.

> de borla, caída até o pé, e nos pulsos, com fios de algodão tecidos, como uns pequenos manguitos. Por baixo do ombro, onde o braço faz maior grossura, também em forma de borla, que não deixam de fazer sua figura agradável[654].

O que o governador se deu conta, ao menos em princípio, foi que as diferentes pinturas corporais e os adornos denotavam o ritual que estava sendo realizado, a qual grupo pertencia cada individuo da aldeia, além do estado social, pois aqueles que estavam de resguardos, lutos ou doentes não se pintavam ou tinham pinturas diferenciadas.

> (..) também se enfeitam nos seus dias de Parada e Lutas, pintando o corpo todo de flores de diferentes cores, simetricamente, conforme o gosto e ideia de cada um, entrelaçando os seus lavores com a penugem e penas de pássaros, pegados com um fruto a que chamam almecega. Nestes enfeites, conservam e guardam as suas **distintas graduações**, conforme as suas autoridades [grifo nosso][655].

As pinturas e o uso de artefatos denotavam o lugar social dentro da lógica social indígena. Aqueles que eram reconhecidos entre os pares como destacados corredores, cantores, pajés, caçadores, curadores, lutadores, guerreiros etc, tem sua hierarquização (auto representada, adquirida e/ou herdada) nos adornos e pinturas corporais. A diferenciação ocorria também entre os *maiorais* "(..) com as mesmas penas de diferentes cores, fazem uma espécie de resplendor, de dois palmos de diâmetro, que atam no soltiço [sic] da cabeça, como bem se verificará nas estampas n.º 3º. Os que são seus imediatos, um grande penacho das mesmas plumas ou martinete [sic], bastantemente alto"[656].

A coragem era outro diferenciador social entre os indígenas, pois era índice de honra e do lugar ocupado pelos homens na comunidade (COELHO, 2005, p.04). Lugar que era sinalizado e reafirmado pelas vestimentas. Além desses, outros membros da aldeia eram diferenciados, os anciões por serem os bastiões da memória, eram por isso respeitados e diferenciados em "uma hierarquia etária, [que] se via consolidada em outros índices. Colares,

---

[654] Carta de Luís da Cunha Meneses a Tristão da Cunha Meneses fazendo uma descrição etnográfica dos índios Kayapó e Karajá. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro - seção de manuscritos cód. 13.4.10, nº75. In APARÍCIO, 1998, p. 372
[655] Idem.
[656] Idem.

gargantilhas, penas etc. seriam símbolos de distinção"[657]. Segundo o governador, os anciões eram os detentores do conhecimento sobre

> A antiguidade da sua história e genealogia, por onde tem os acontecimentos dos seus sucessos e parentescos, que infalivelmente guardam, lhes é transmitida também pela recitação dos seus mais antigos ou velhos, como uma espécie de sermão que lhes fazem nas horas de descanso, que são todas aquelas que não ocupam na caça, na pesca e mais na dança[658].

Com a obrigação de utilizar roupas ocidentais, a roupagem indígena pode ter se tornado uma primeira pele social, coberta precariamente por roupas e tecidos que formavam uma segunda pele social, cristã. Johann Emmanuel Pohl afirmou que

> Conforme reza a Lei, a aldeia deve dar a esses índios um vestuário leve: aos homens, calça e camisa, e às mulheres, saia e camisa. Não obstante, são encontrados nus, na maioria; tanto homens como mulheres trazem apenas um pedaço de tecido de algodão evolvendo-lhes os quadris[659].

Em todo documento que liste os presentes portugueses para os *gentios*, aparecem miçangas como elemento[660]. As miçangas eram matéria prima no ocidente para fazer terços e rosários, fáceis de carregar, atrativas pelo colorido e por serem moldados em adornos, eram utilizadas pelos portugueses no escambo com diferentes povos. Para os indígenas, as miçangas pertenciam ao gênero de objetos tais como sementes, ossos e dentes, conchas, coquinhos, pedras, madeiras e cordões usados na produção de enfeites corporais e objetos rituais (LAGROU, 2016, exposição).

O escambo e os presentes de miçangas denotam a necessidade de agraciar as mulheres, que geralmente confeccionavam os adornos corporais. As miçangas replicam padrões gráficos que remetem à cultura, aos mitos, à aldeia e ao status social daquele que a usava. Fabricavam-

[657] Carta de Luís da Cunha Meneses a Tristão da Cunha Meneses fazendo uma descrição etnográfica dos índios Kayapó e Karajá. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro - seção de manuscritos cód. 13.4.10, nº75. In APARÍCIO, 1998, p. 372.
[658] Idem.
[659] POHL, Johaan, *Viagem ao Interior do Brasil*. Belo Horizonte: Livraria Itatiaia Editora, 1976, p.154.
[660] "(..) miçanga é derivada de masanga, palavra de origem africana, que significa contas de vidro miúdas" LAGROU, Els (curadora). No caminho da miçanga - um mundo que se faz de contas. RJ: Museu do Índio. Exposição visitado em 15.01.2016

se “colares, cocares e braceletes, onde matéria prima usada nos enfeites, que vai desde penas, dentes, unhas e sementes à miçanga, remete ao poder de agência dos seus antigos donos, presentes nestes materiais” (LAGROU, 2016, exposição)

Na cosmologia indígena, no geral, a maioria dos animais eram humanos no início dos tempos e ainda o são em determinados momentos, os animais “(..) apenas pensam que são humanos; eles veem-se como humanos; eles têm um alma humana sob o corpo animal; eles são gente assim como os humanos, mas não são humanos exatamente (..)” (CASTRO, 2002, p.132). Nisso, apresenta-se uma relação próxima entre aquisição de bens materiais e saberes de outros seres “humanos”, “animais que eram gente” (LAGROU, 2016, exposição), espíritos, povos inimigos, ou aliados. Adquirir-se poder do outro, quando se apresa a materialidade desse poder em um objeto adquirido do outro, seja um dente de uma onça, ou miçangas dos colonizadores. Logo, os colonizadores eram compreendidos também como fonte de novidades e poder, sendo incorporados ao sistema social e cosmológico da aldeia, “deste modo o ‘Outro’ também na sua manifestação de inimigo, é considerado constitutivo do ser e não um empecilho para a construção de pessoas e grupos” (idem).

A construção das identificações da gente indígena partia não só de sinais diacríticos advindo de roupagens, pinturas corporais e adornos, como de costumes e maneiras de fazer próprias. Os Kayapó possuíam toda uma cultura de trabalho que teve impacto direto nos aldeamentos de Maria I (1781-1813) e São José de Mossâmedes (1813-1832). Suas relações sociais próprias chamaram a atenção do governador, pois “toda a caça e mais pesca que trazem a apresentam ao Cacique, e este é que faz proporcional repartição por todas as famílias da sua Aldeia”[661]. Logo, o *maioral* fazia a distribuição diária dos recursos coletivos produzidos pelos trabalhadores, em três divisões:

> A primeira vai à pesca, Rio abaixo ou Rio acima, nas suas canoas. A segunda à montaria [caça]. E a terceira fica com a gente feminina e pequena, guardando a Aldeia. Além dessa diária distribuição, tem também as montarias de corso, que são obrigados a fazer levando as suas Aldeias e andando errantes pelos bosques, todo o tempo em que lhes falta a pesca nos Rios, e as suas pequenas Roças que plantam [não] se põem em estado de se utilizarem de sua produção[662].

[661] Carta de Luís da Cunha Meneses a Tristão da Cunha Meneses fazendo uma descrição etnográfica dos índios Kayapó e Karajá. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro - seção de manuscritos cód. 13.4.10, nº75. In APARÍCIO, 1998, p.374
[662] Idem.

Os *maiorais* perderam força com a situação colonial, pois foram paulatinamente substituídos por indígenas ladinos, pois esses teriam a capacidade de dialogar com os colonizadores, ficando os *maiorais* provavelmente como lideranças para assuntos internos. No período de visita dos viajantes naturalistas ao aldeamento São José de Mossâmedes, as hierarquias e maneiras de dividir o trabalho e a produção dos Kayapó haviam mudado.

O administrador era " um mero cavalariano, grosseiro, ignorante e cruel; e temia tanto os índios, que não saía de casa sem desembainhar o sabre. Durante o serviço religioso, aos domingos e dias santos, os soldados, de espingardas carregadas (..)"[663]. Além dele, "cabo-comandante tem autoridade para punir os índios, amarrando os homens ao tronco e aplicando a palmatória nas mulheres e crianças"[664]. O cabo-comandante era o superior da tropa de pedestres, cargo ocupado geralmente por um soldado graduado da tropa de dragões. Além de aplicar as punições, o cabo-comandante era quem distribuía a comida entre as famílias e vendia o excedente aos pedestres e a cidade[665].

Auguste de Saint Hilaire afirmou que os Kayapó cultivavam a terra em comum sobre a supervisão dos pedestres (15 + dois superiores). O diretor geral era incumbido da "compra sal, fumo, tecidos de algodão e utensílios de ferro, que envia ao cabo comandante para que sejam distribuídos entre os indígenas"[666]. No período de visita dos viajantes naturalistas, havia

> (..) na aldeia um moinho de água que move ao mesmo tempo uma mó destinada a moer milho, uma máquina de descascar o algodão e, finalmente, vinte e quatro fusos. Uma mulata recebe 50.000 réis por ano [0,149 kg de ouro quintado] para ensinar as mulheres Kayapó a fiar e tecer o algodão. O produto desse trabalho também pertence a comunidade, como os produtos da terra. Os dois dias de folga que tem os índios são o domingo e a segunda-feira, que eles aproveitam para caçar ou cuidar de pequenas plantações particulares de inhame (*caladium esculentum*) e de batatas (*convolvulus batata*)[667].

Além das plantações de inhame e batata plantadas para o consumo próprio, havia roças de mandioca, milho, amendoim, abóboras, cana de açúcar, algodão, mamona (iluminação) e

---

[663] POHL, Johaan, *Viagem ao Interior do Brasil*. Belo Horizonte: Livraria Itatiaia Editora, 1976, p.153.
[664] SAINT-HILAIRE, Auguste. *Viagem à Província de Goiás*. São Paulo: Edusp; Belo Horizonte: Itatiaia, 1975, p.64.
[665] Idem.
[666]Idem, p. 64-65.
[667] Idem, p .65.

cabaça. As práticas territoriais Kayapó nos sertões e no aldeamento São José de Mossâmedes, expressaram-se também nas diferentes maneiras de fazer agricultura.

Os Kayapó são conhecidos na etnobiologia contemporânea como povo que planta florestas, esse fato é tratado para tecer compreensões sobre o manejo do mundo dos antigos Kayapó do século XVIII e a influência dos aldeamentos goianos em suas práticas territoriais. O manejo de mundo dos Kayapó do Brasil colonial possuía diferenças e continuidades para o apresentado por Anthony Anderson e Darrel Posey na atualidade, em sua pesquisa sobre os Kayapó da aldeia Gorotire.

Os autores afirmam que na cultura Kayapó da década de 1980, o conhecimento do cultivo e uso de determinadas plantas era familiar, passado entre familiares, uma herança (nekrêtx), pessoas fora do círculo familiar poderiam não conhecer como determinada espécie era cultivada, utilizada, ou manipulada (ANTHONY; DARREL, 1985, p.78-82).

O manejo de plantas dos Kayapó de Gorotire seguia o ritmo da sucessão natural das plantas, ao iniciar suas plantações os indígenas cultivavam junto grande diversidade de espécies nativas (58), com variedades em uma mesma espécie, como de mandioca (17), batata-doce, inhame e taioba (33). Essa ampla variedade de cultivares era manejado a partir de noções de sucessão vegetal, pois diferentes plantas, com diversos ritmos de crescimento, eram plantadas na mesma área, cobrindo-a em extratos alternados e com produção em tempos distintos (idem, p.78). Provavelmente, os antigos Kayapó seguiam lógica semelhante, visto somente na atualidade, com a agricultura sintrópica surgiu na sociedade brasileira esse princípio de plantio de amplo consórcio de plantas, partindo da sucessão vegetal natural.

Para plantar uma área de floresta, primeiro os Kayapó procuravam uma depressão onde acumula água nas chuvas, depois reuniam folhas e matéria orgânica macerada no lugar, adicionando uma espécie de cupim e uma de formiga para fazer a decomposição do material, ajudando também na oxigenação do solo. A ideia de juntar ao cupim as formigas era no intuito de que com as disputas entre as duas espécies as plantas novas sobrevivem sem serem atacadas (idem, p.82).

Eram plantados juntos e ao mesmo tempo vegetais "de porte baixo e vida curta" (*puru nu*), assim como plantas de porte médio como bananeiras e árvores frutíferas (*puru tum*), por fim, as de maior "porte como a castanheira-do-pará" (idem, p.78). Faziam também os Kayapó manejo das capoeiras, que forneciam "remédios, matéria-prima de diversas aplicações, atração para a caça e *habitats* para a criação de animais de interesse especial como abelhas (..) as capoeiras são verdadeiras 'fazendas de caça/pomares'" (idem). Os Kayapó ficaram

conhecidos pela etnobiologia com o povo que planta florestas, pela produção de “ilhas (apêtê) de vegetação lenhosa” (idem). Os apêtê eram locais que serviam também como esconderijo contra inimigos, ou isolamento contra epidemias.

Os Kayapó “criavam” ilhas de florestas em meio ao cerrado, com fins medicinais como febres, sangramentos, diarreia, dores do corpo, tontura, dores de cabeça e dente, abortivos e anticoncepcionais (idem, p.81). Como também, para cultivar plantas para alimentação humana, atrair caça, lenha, melhorar a qualidade do solo, fazer sombra e alimento, feitura de ornamentos, cachimbos, cestos, tinturas, máscaras, flechas, arcos, cordas para arcos, cabos de machado, cavadeiras, lixas, iscas para peixes, venenos para peixes, venenos para pessoas, inseticidas naturais, flores para marcar ciclos anuais e espinhos para pequenas cirurgias (idem). Segundo os autores, “os índios não somente usam virtualmente todas as espécies no apêtê, mas também plantam a maioria dessas” (idem, p.82).

Os anciões Kayapó da década de 1980 eram os responsáveis por organizar a queimada controlada da mata para servir para abrir áreas de roça. Usava-se o fogo também para controle de cobras e escorpiões, abertura e manutenção de caminhos, assim como encurralar caça e forma de cerco nas guerras. A época de queimada para roças era decidida entre os anciões, era feito aceiro em determinadas áreas e protegido mata lenhosa e frutíferas (apêtê) (idem, p.83-84). Era decidida pelos anciões, junto aos *maiorais* e pajés, a hora de plantar e colher, de se fazer caçadas e pescas coletivas. Logo, elencava-se que os velhos eram homens-biblioteca, como dizem os indígenas na atualidade, a sua memória era indicadora de como agir quanto à paisagem e segurança alimentar, logo, do manejo do mundo.

Não se sabe quanto à agricultura Kayapó foi modificada com os aldeamentos, ou o quanto os indígenas modificaram a forma de cultivar não indígena. O que se sabe é que diferentes formas de manejo de mundo estavam presente no aldeamento Maria I e São José de Mossâmedes e que houve imbricações, apropriações, negações e permanências. Fazem-se algumas ponderações sobre permanências nas formas de preparar alimentos dos Kayapó dos sertões, nos aldeamentos. No início do aldeamento Kayapó de Maria I, o governador Luis da Cunha Meneses apresentou técnicas de preparação de alimentação que observou entre os índios, apontou o uso de panelas de barro, fogão de três pedras, mistura de carnes, raízes, ervas e milhos

> (..) cozendo indistintamente o peixe, a carne, a batata e mais raízes, ervas de diferentes castas, e milho sem sal, nem mais tempero algum, em umas grandes

> panelas que fazem muito bem feitas, e que com bastante facilidade, pondo-as com o fundo para cima sobre três pedras que formam três pontos igualmente distantes, e proporcionando o fogo de lenha que lhe ajuntam por todos os lados, lhe dão toda aquela mesma consistência a que ela se propõe para a sua maior duração, no seu ministério cozinhal [sic][668].

O modo de assar também tinha suas peculiaridades:

> (..) deitarem toda a casta de bicho ou peixe do mesmo modo que vem do mato ou do Rio sem lhe tirarem a pele, escama ou tripas, em cima do brasado [sic] que fica do fogo que para o mesmo fim fazem, e à proporção que vai assando ou moqueando vão comendo, sem terem para isso hora certa, regulando-se somente pelo apetite[669].

Também assavam em fornos de chão, como explicitado abaixo:

> Quando tem alguma peça grande como a anta ou onça, depois de terem feito uma cova bastantemente grande, e forrando a sua maior profundidade com uma laje à proporção de suas dimensões e fazendo sobre a mesma laje um fogo com atividade bastante para o grau de calor que lhe queiram dar, cobrindo-a com folhas de árvores e muito bem lhe põem a dita peça de caça que querem assar em cima, cobrindo-a também de outras iguais folhas e de meio palmo de altura de terra sobre a qual, novamente, fazem outro fogo igual ao cálculo que a experiência lhes tem mostrado ser bastante para estar bem assada e em estado de se comer[670].

Mais de trinta e sete anos depois, o mesmo sistema de cozido em buraco descrito por Luis da Cunha Meneses foi percebido por Auguste de Saint Hilaire, o qual destacou que

> (..) não é dentro da casa que é cozida a carne. As mulheres, encarregadas dessa tarefa, cavam buracos na terra, forram o fundo com pedras e acendem um fogo sobre elas. Quando as pedras estão suficientemente aquecidas o fogo é apagado e sobre elas colocado os pedaços de carne para serem cozidos. Por cima é espalhado um punhado de folhas e finalmente o buraco é coberto com terra. Por esse processo o

---

[668] Carta de Luís da Cunha Meneses a Tristão da Cunha Meneses fazendo uma descrição etnográfica dos índios Kayapó e Karajá. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro - seção de manuscritos cód. 13.4.10, nº75. In APARÍCIO, 1998, p.374.

[669] Idem, p.375.

[670] Idem.

> cozimento da carne fica desigual, mas já ouvir os portugueses dizerem que o seu sabor é excelente[671].

A manutenção da maneira de preparar os alimentos poderia ser oriunda dos constantes descimentos realizados e/ou da manutenção de práticas de manejo de mundo pelos Kayapó aldeados, apesar de décadas nos aldeamentos goianos. A prática alimentar dos colonos da Capitania mudou a paisagem e trouxe novas formas de manejar a natureza, as quais os indígenas tiveram contato.

Com a migração em massa com a efetivação do processo colonizador, após a bandeira de Anhanguera e descoberta de ouro em 1726, houve aumento da pressão sobre fauna e flora, quando milhares de mineiros se aventuraram no cerrado caçando, pescando, praticando a agricultura de coivara, derrubando árvores, consumindo frutas, criando animais domesticados que demandam alimentação e espaço, competindo com animais silvestres. Quando se pergunta sobre alimentos em Goiás no século XVIII, é preciso ampliar o campo de observação para além dos alimentos comercializáveis, pois esses eram muito caros, visto a agricultura ser incipiente, sendo o principal interesse dos moradores não indígenas o ouro.

A corologia de Manuel Aires Casal (1817) forneceu indícios sobre as misturas da alimentação indígena e portuguesa em Goiás, quanto ao consumo de animais silvestres:

> Os veados, por toda a parte numerosos fornecem com suas peles um ramo de comércio. As onças, antas, porcos do mato, lobos, ou guarás, macacos, tamanduás, raposas, cutias, quatis, pacas, com outras muitas espécies de quadrúpedes comuns às províncias convizinhas, são aqui mui conhecidas, e geralmente perseguidas: dumas aproveitasse-lhes a carne, doutras a pele, e de algumas uma e outra. As perdizes e emas encontram-se frequentemente nos descampados: os mutuns habitam nos bosques, e com seu lúgubre canto chamam o caçador, que não lhes perdoa: conhecem-se bem os tucanos, os pombos trocazes, as aracuãs, as arapongas, os jacus. Grande parte destes viventes morrem frechados pelos selvagens, que os comem sem sal, nem algum outro tempero[672].

[671] SAINT-HILAIRE, Auguste. *Viagem à Província de Goiás*. São Paulo: Edusp; Belo Horizonte: Itatiaia, 1975, p.71.
[672] CASAL, Manuel Aires. Corografia Brasílica ou Relação Historico-Geografica do Reino do Brasil (Tomo I). Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1817, p. 154.

Com o ouro escasseando, os enriquecidos tenderam a investir seu acumulo de capital na pecuária, o que pode estar em confluência com a afirmação de Manuel Aires de Casal sobre a abundância de gado, quando faz um panorama no que chamou de "zoologia":

> (..) abunda de gado vacum: as cabras são poucas, e quase inúteis; as ovelhas pouco mais numerosas e úteis, porque ainda não se lhes aproveita bem a lã, com a qual podia já haver alguns ramos de indústrias: dos porcos pouco mais se criam do que os necessários para o consumo do país: criam-se também cavalos, entre os quais os do Paraná são os melhores[673].

A criação desses animais fazia parte do movimento colonizador que pouco a pouco se expandia com arraiais, fazendas e vila, ampliando os domínios portugueses em detrimento dos indígenas e espanhóis. Os animais domésticos garantiam o suprimento proteico e a sua manutenção fornecia armazenamento de alimento constante.

Os índios aldeados no aldeamento São José de Mossâmedes eram assistidos desde sua fundação por uma Fazenda d´El Rei (gado) que ficava a duas léguas do aldeamento. No período de visita de Auguste de Saint Hilaire, era cuidada por "dois pedestres e um índio da tribo Xavante"[674]. A descrição desse naturalista era a seguinte:

> (..) havia nas terras da fazenda, por essa época, cabeças de gado. Os pastos são excelentes e o gado se multiplica facilmente, não sendo necessário fornecer sal porque há na região terras salitrosas (..) quando o governador [Fernando Delgado Freire de Castilho] da província passava alguns dias entre os índios da aldeia, o que costumava fazer de vez em quando, a fazenda fornecia a carne necessária à sua alimentação. De tempos em tempos era também enviado um boi para os Kayapó [675].

Essa fazenda era mantida por mão de obra indígena e sua função inicial era assistir os aldeamentos. A agricultura feita pelos índios aldeados se assemelhava à maneira que os *gentios* cultivavam nos sertões, sendo conduzidas por mulheres, depois das derrubadas e queimada feita pelos homens. Auguste de Saint Hilaire afirmou: "vimos várias mulheres

---

[673] CASAL, Manuel Aires. Corografia Brasílica ou Relação Historico-Geografica do Reino do Brasil (Tomo I). Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1817, p.147.
[674] SAINT-HILAIRE, Auguste. Viagem à Província de Goiás. São Paulo: Edusp; Belo Horizonte: Itatiaia, 1975, p. 73.
[675] Idem, p.74

colhendo espigas de milho, sob a supervisão de dois ou três pedestres"[676]. A diferença de gênero foi percebida também por Johann Emmanuel Pohl que visualizou as diferenças nos trabalhos dos homens, pois eram as "mulheres [que] conduzem cargas em cestas especiais (piapa) tecidas de fibras de palmeira que levam as costas"[677], para fazê-las usavam folhas da palmeira buriti[678], "que são rasgadas e tecidas, formando o fundo, sobre o qual se põe uma pequena esteira enrolada, tecida das mesmas folhas. Sendo necessário aumentar o tamanho coloca-se uma segunda esteira" (idem). Sobre o trabalho das mulheres Johann Emmanuel Pohl afirmou:

> (..) cabe às mulheres carregar os fardos. Vi muitas destas pobres criaturas levando às costas enormes feixes de lenha, ou transportando jucunus cheios de mandubis [amendoim], seguros simplesmente pela alça, que lhes passava pela testa como uma faixa, os quais lhes pendiam até a altura das pernas. É dessa mesma maneira que essas mulheres carregam os filhos quando vão para o trabalho e querem conservar os braços livres. A criança é colocada às suas costas, sentada numatira circular que passa pela testa da mãe, com as pernas apoiadas em seus quadris e as mãos agarradas aos seus ombros[679].

Aos homens cabiam os trabalhos que exigiam mais força. Havia duas funções relacionadas aos caminhos e rios que eles eram escolhidos pelos colonizadores, um deles era o de carregador (e correio); o outro, de remeiro. A utilização de carregadores indígenas, que muitas vezes também eram guias, era generalizada na Américas. O uso de remeiros indígenas era disseminado, o governador Luis da Cunha Meneses apresentou a técnica de remo.

> Não usam de vela, por não ser do seu conhecimento, mas lhe dão um andamento incrível, ainda contra a corrente, com uns remos que da mesma maneira fazem em forma de pá - dando-lhe um movimento, com a força oposta de ambos os braços, tanto de pé, como sentados, sem ser este atado ao tulete [sic], e com as caras viradas para a proa, metendo-o na água, vertical e paralelamente à borda da canoa[680].

---

676 SAINT-HILAIRE, Auguste. Viagem à Província de Goiás. São Paulo: Edusp; Belo Horizonte: Itatiaia, 1975, p.66.
677 POHL, Johaan, *Viagem ao Interior do Brasil*. Belo Horizonte: Livraria Itatiaia Editora, 1976, p. 153-154.
678 Palmeira encontrada em veredas e locais alagadiços.
679 SAINT-HILAIRE, Auguste. Viagem à Província de Goiás. São Paulo: Edusp; Belo Horizonte: Itatiaia, 1975, p.71.
680 Carta de Luís da Cunha Meneses a Tristão da Cunha Meneses fazendo uma descrição etnográfica dos índios Kayapó e Karajá. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro - seção de manuscritos cód. 13.4.10, nº75. In APARÍCIO, 1998, p.374

As técnicas de caminhada e de remo tornavam os indígenas os mais aptos a trilhar caminhos adversos pelos sertões. Além disso, eram reconhecidos por andarem a pé sem precisar levar mantimentos, vivendo do que a mata propiciava, construindo canoas sem o uso de utensílios, apenas com o uso de fogo, permitindo versatilidade em suas andanças. O fogo era elemento básico de construção, cita Luís da Cunha Meneses a seu irmão que

> (..) seus ranchos e canoas, suprem esta falta [de ferramentas] com o elemento fogo, ateando-o ao pé de qualquer pau que querem deitar abaixo, e depois de o terem conseguido, lhe vão aplicando o mesmo elemento, à proporção da forma ou figura (..) que querem dar a qualquer obra, como por exemplo uma canoa, fazendo-lhe a sua concavidade e convexidade, e depois com umas roliças pedras a que eles dão a figura de machado, alisam a madeira da mesma canoa, aperfeiçoando-a também com diferentes pinturas de tintas, que extraem de alguns paus e frutos[681].

A técnica de feitura de canoas monóxilas dos indígenas foi apontada por Sergio Buarque de Holanda como permanência da cultura indígena e a sua apropriação pelos colonizadores fez com que seu uso de perpetuasse nos espaços coloniais (HOLANDA, 1994, p.171). Com o Diretório dos Índios e a fundação dos aldeamentos pombalinos houve a especialização dos indígenas em técnicas europeias de fabricação, construção e lido com cultivos e animais. Como apontado, nessas instituições e em especial em São José de Mossâmedes havia a formação de tecelãs, carpinteiros, ferreiros, agricultores e criadores de animais.

A mistura não estava somente nas maneiras de fazer, mas também no ser, que ficou evidenciada na mestiçagem de corpos. Segundo Auguste de Saint Hilaire havia "agregados que ocupam as casas da aldeia são mulatos pobres aos quais o governo permitiu que morassem com os índios. Em S. José eles tem não apenas alojamento de graça como também víveres a um preço acessível, além de poderem plantar nas terras dos Kayapó"[682]. A área dos aldeamentos pombalinos era em torno de uma légua quadrada. Estes moradores livres e forros, em conjunto com portugueses, escravos negros e índios de variadas nações perfaziam a população do aldeamento. Mistura de fenótipos que ficou evidente para Auguste de Saint

---

[681] Carta de Luís da Cunha Meneses a Tristão da Cunha Meneses fazendo uma descrição etnográfica dos índios Kayapó e Karajá. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro - seção de manuscritos cód. 13.4.10, nº75. In APARÍCIO, 1998, p.374.

[682] SAINT-HILAIRE, Auguste. *Viagem à Província de Goiás*. São Paulo: Edusp; Belo Horizonte: Itatiaia, 1975, p.64.

Hilaire, que identificou essa mestiçagem. Afirmou que no aldeamento São José de Mossâmedes viu

> (..) algumas crianças filhas de índias casadas com mulatos. Seus olhos eram mais rasgados e maiores que os dos Kayapós. Não tinham nem a cabeça grande nem o peito largo desses últimos, mas se diferenciavam inteiramente dos mulatos por seus cabelos, quem nem eram encaracolados, nem eram negros e duros como dos índios puros[683].

Os artificieis indígenas tiveram contato com técnicas e tecnologias outras nessas instituições. Havia a presença e o convívio com africanos, europeus e americanos (outras nações indígenas e ocidentais nascidos no Brasil), o que propiciou permanências, imbricamento, hibridizações e perda das formas de fazer indígena. A mistura pode ser percebida nas técnicas de construção, em 1819, havia uma casa para serralheiro e para o carpinteiro no aldeamento Mossâmedes, "sendo o primeiro encarregado de consertar as ferramentas dos Kayapó e o segundo de fazer as construções da aldeia"[684]. A existência de artificies ocidentais, junto aos construtores indígenas e africanos, produziu mistura de técnicas e formas outras de manejo do mundo.

Segundo Auguste de Saint Hilaire, as "choças que os Kayapó construíram nas proximidades da aldeia não ultrapassam uma dezena. É a uma légua de S. José, nas proximidades de suas plantações, que se encontra a maioria de suas construções"[685]. Johann Emmanuel Pohl esclarece

> Os índios, porém, preferem habitar cabanas construídas por eles próprios, de palmeiras, e cobertas de ervas. Preferiam estas ás casas cobertas de telhas, muito frias durante a estação chuvosa, que lhes tinham sido destinadas. Construíram-nas do lado ocidental da aldeia e também nas plantações denominadas roças[686].

---

683 SAINT-HILAIRE, Auguste. *Viagem à Província de Goiás*. São Paulo: Edusp; Belo Horizonte: Itatiaia, 1975, p.67.
684 Idem, p.64.
685 Idem.
686 POHL, Johaan, *Viagem ao Interior do Brasil*. Belo Horizonte: Livraria Itatiaia Editora, 1976, p. 153.

Essas casas estavam perto das roças em meio às árvores, eram “cobertas de palha, pequenas, baixas (..) não tem janelas, e a entrada, muito estreita, é também fechada com folhas de palmeira”[687]. A disposição interna era à maneira Kayapó, com “pedras amontoadas, servindo de fogão, alguns cestos de formato característico, denominados jacunus, e às vezes alguns jiraus onde mal cabe o corpo de um homem”[688]. A mistura de práticas territoriais se evidenciou no relato

> O teto destas é feito de palha e a sua estrutura é a mesma das casas luso-brasileiras, compondo-se de varas fincadas no chão e atadas com cipó a compridos bambus dispostos transversalmente. Mas, enquanto que os portugueses costumam tapar com barro os espaços vazios entre as varas cruzadas, os Kayapó se limitam a trançar folhas de palmeiras entre elas, como outros indígenas[689].

Fica a dúvida se as famílias que viviam nessas casas se organizavam monofamiliar, como era instituído no Diretório dos Índios, ou havia brechas que possibilitavam se estruturem semelhante ao que faziam nos sertões, em casas plurifamiliares, com relações poligâmicas.

Cada nação indígena tinham modos diferentes de lidar com a inovação, o que Sérgio Buarque de Holanda chamou de “conservadorismo que caracterizava essas populações indígenas” (HOLANDA,1994, p.170). Segundo ele, não necessariamente “a aceitação de um elemento importado não correspondeu, entre eles, uma indiscriminada aceitação das formas adventícias tradicionais de aproveitamento desse elemento” (idem). Logo, o indígena, em muitos casos, apropriava-se e ressignificava os objetos ocidentais, os utilizava sem necessariamente mudar seu manejo de mundo.

Quanto aos portugueses, quando se apropriavam do saber indígena o faziam como sendo uma nova “descoberta” portuguesa, sem dar os devidos créditos aos conhecedores originais. Salienta Sérgio Buarque de Holanda que a maneira portuguesa de lidar com a inovação vinda dos indígenas era transgredi-la “em tudo (..) sem se dar o cuidado de aperfeiçoa-las” (idem, p.170). Transgredia-se, também, a autoria.

---

[687] SAINT-HILAIRE, Auguste. *Viagem à Província de Goiás*. São Paulo: Edusp; Belo Horizonte: Itatiaia, 1975, p.64.
[688] Idem.
[689] Idem.

Os *gentios* dos sertões passaram por um processo de reterritorialização com o deslocamento para os aldeamentos portugueses. Neles havia a tentativa de fixar as populações indígenas em territórios fixos, em detrimento do manejo de mundo indígena feito nos sertões. Nos sertões havia a migração da aldeia em situações emergenciais; como a falta de caça e pesca, surtos epidêmicos, acusações de feitiçaria, infertilidade do solo e presença de inimigos. Essas motivações ocasionavam a migração de aldeias indígenas em busca de melhores condições. Entretanto, havia nações indígenas que na percepção dos portugueses não faziam aldeias, viviam de montaria e corso.

Como contributo a essa discussão, apresenta-se que no texto escrito pelo sertanista Antonio Pires de Campos (pai) havia uma descrição dos *gentios* que habitavam o caminho de São Paulo para Cuiabá no ano de 1723. O sertanista diferenciava os *gentios* que viviam em aldeias, daqueles que não. Enquanto afirmou que os Kayapó eram *gentios* de aldeia, apontou outros que não eram como os do rio Tacoary, que "vivem de montarias, algumas lavouras que tem de mandioca e suas batatas coisa pouca, e gente sem aldeias, nem lugar certo, e andam sempre após as montarias"[690]. Logo, viver sem aldeias, migrando, não era sinônimo de viver somente de montarias (caça e coleta), pois se praticava a agricultura. Em outro momento, descreveu indígenas do rio Paraguai, afirmou que eram (..) "gente de corso e sem aldeias. Vivem de montarias, o seu maior sustento é do muito arroz que colhem (..)[691]. Viver de corso significava ter como meio de vida pilhar e fazer guerra a outras aldeias e colonizadores.

Nos documentos lidos sobre Goiás, não se encontrou nações indígenas que vivessem sem fazer aldeias. Mas se apontava que havia o deslocamento dentro do mesmo território, de maneira temporária, de aldeias. O governador Luis da Cunha Meneses, provavelmente sobre os Karajá e Javaés, afirmou que buscam firmar suas aldeias a partir das "margens dos rios de inverno. Por causa das inundações, procuram as maiores alturas e fazem uns ranchos ou cabanas"[692], em torno de uma praça circular. No verão, parte da aldeia se deslocava para os rios, ficavam nas coroas de areia em meio ao rio, com a proteção do sol feita por abrigos que

---

[690] CAMPOS, Antonio Pires de. Breve noticia que dá o capitão Antonio Pires de Campos do gentio bárbaro que ha na derrota da viagem das minas do Cuyabá e seu recôncavo. *Revista Trimensal do Instituto Histórico Geographico e Ethnographico do Brasil*, tomo XXV, 3º. Trimestre, p. 437-449. Rio de Janeiro: Typ. de D. Luiz dos Santos Anna, 1862, p.439.
[691] Idem, p.441
[692] Carta de Luís da Cunha Meneses a Tristão da Cunha Meneses fazendo uma descrição etnográfica dos índios Kayapó e Karajá. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro - seção de manuscritos cód. 13.4.10, nº75. In APARÍCIO, 1998, p.374.

“fazem das secas folhas de uma árvore que se chama buriti, espichando-a em quatro paus, em forma de grade”[693]. No chão uma esteira,

> (..) e dormindo sobre a mesma embrulhados nas suas redes, que fazem de fios de algodão torcido, do mesmo feitio dos que nós usamos, só com a única diferença de não os suspenderem pelos punhos assim como nós fazemos. A que eu lhe mandei, que creio que já lhe terá sido entregue foi feita pelos Índios já civilizados do Rio Amazonas[694].

Sergio Buarque de Holanda descreveu o método de tecelagem dos indígenas mais difundido, no qual se usam “teares verticais – e não horizontais como os de ‘fazer pano’, e tecem de baixo para cima” (HOLANDA, 1994, p.171). Essa técnica era usada até o século XX pelos indígenas brasileiros e era desconhecida pelos europeus ao menos até inicio do século XVIII. A importância da rede como móvel nas casas ocidentais e indígenas, como meio de transporte e no caso dos indígenas como urna funerária (idem, p. 246-247).

Sobre a cultura dos funerais das nações indígenas aldeadas na capitania de Goiás, comenta Luis da Cunha Meneses “são tão diferentes como as Nações”, que

> Umas as fazem enterrar em umas panelas de barro que expressamente fazem em proporção ao corpo do que deve ser enterrado. Outras, nas mesmas suas redes, embrulhados os enterram, sempre com as suas armas, ou deitando-os nos Rios, atados ao tronco de árvores, com o fim de que a força da corrente da água lhe deixe ficar a Urganização (?), lavada e livre de toda a corrupção e depois levam-nos para as suas aldeias, para que com aqueles objetos não perderem a lembrança que devem conservar[695].

Os colonizadores procuravam impor a mudança dos rituais indígenas relacionados ao nascimento, casamento e morte, para sacramentos católicos. Segundo o governador Luis da Cunha Meneses, os indígenas “tem tempos certos em que mostram o seu sentimento, conforme o grau de parentesco, cortando os cabelos e todos os seus enfeites, tanto os homens

---

[693] Carta de Luís da Cunha Meneses a Tristão da Cunha Meneses fazendo uma descrição etnográfica dos índios Kayapó e Karajá. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro - seção de manuscritos cód. 13.4.10, nº75. In APARÍCIO, 1998, p.374.

[694] Idem.

[695] Idem, p. 373.

como as mulheres". O murmúrio em torno da morte se daria em momentos como o da alimentação, diziam os eles que se "fora vivo, comeria do que nós estamos comendo". O governador afirmou que na "Aldeia de São José, queriam fazer o mesmo, no princípio que para ali foram, mas à força de muitas diligências se conseguiu não haver semelhantes algazarras"[696].

Os governadores e agentes da Coroa tiveram apenas vitória parcial na tentativa de extirpar os rituais indígenas dos aldeamentos. A permanência de rituais funerários pagãos em um aldeamento cristão denota a permanência do manejo de mundo indígena. Johann Emmanuel Pohl descreveu os ritos funerários daqueles que percebeu se distinguiam por suas riquezas. Riqueza que identificou estar relacionadas nos funerais pelos víveres disponíveis para a celebração. Segundo o mesmo:

> (..) o mesmo acontece por ocasião da morte dos ricos entre eles, isto é, daqueles que deixam algum gado ou viveres. O primeiro dia depois da morte de um dos tais passa-se entre uivos e prantos. Então, em tom lamentoso, são referidos e louvados os feitos do extinto; quantos veados e porcos matou, quantos inimigos abateu, etc. No dia seguinte, com os referidos troncos, acorrem à casa do chefe, para receberem a porrada na testa, regressando, com o sangue a escorrer, à casa do morto, para espiarem esse sangue no cadáver.. Finalmente o corpo é enterrado, sentando, numa cova. Deitam no túmulo alimentos, além do arco e das flechas de que se servia o falecido. Todo o gado deixado é abatido imediatamente e comido, entre danças e cantos, como banquete fúnebre[697].

O naturalista entendeu honrarias na morte como sendo oriunda de riquezas, enquanto no manejo de mundo indígena estariam mais relacionadas ao fato desses serem reconhecidos cantores, corredores, guerreiros, caçadores, *maiorais*, pajés, pintores corporais, artesãos, contadores de história etc, do que pelas suas posses. Rituais, incluso o de funeral, dependiam da capacidade da família em manter com alimentos as pessoas que estivessem participando do evento; dançando, cantando, chorando, correndo com tora, organizar as pinturas corporais, negociar com pajés para auxiliar no envio do espírito do morto para a aldeia dos mortos etc.

Auguste de Saint Hilaire viu esses rituais e afirmou que os Kayapó "(..) conservam vários de seus antigos costumes. Assim, quando morre alguém digno de respeito na tribo eles ferem o próprio peito com pequenas flechas ou dão fortes golpes na cabeça até fazer correr o

---

[696] Carta de Luís da Cunha Meneses a Tristão da Cunha Meneses fazendo uma descrição etnográfica dos índios Kayapó e Karajá. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro - seção de manuscritos cód. 13.4.10, nº75. In APARÍCIO, 1998, p.373.
[697] POHL, Johaan, *Viagem ao Interior do Brasil*. Belo Horizonte: Livraria Itatiaia Editora, 1976, p.153.

sangue"[698]. Logo, percebeu o naturalista que para além das posses, um grande funeral era feito para uma grande pessoa. Provavelmente as honras na morte seriam mais relacionadas ao fato do falecido ser reconhecido cantor, corredor, guerreiro, caçadores, *maioral*, pajé, pintor corporal, artesão, contador de história etc.

Pertencer a uma grande parentela contribuía para haver grandes funerais. Rituais, incluso o de funeral, dependiam da capacidade da família que o chamou em manter com alimentos as pessoas que estivessem participando do evento. A alimentação nos rituais dependia, também, da capacidade dos *maiorais* em organizarem roças, caçadas e pescas coletivas.

A manutenção do manejo de mundo indígena nos aldeamentos pode ser apontado, também, pela manutenção do ato de nomear o filho, pois "quando nasce uma criança, eles não se contentam com o nome de batismo português. Um ancião da tribo dá um outro nome ao recém-nascido, geralmente de um animal qualquer"[699] . O nome era herança familiar, demarcava a posição do indígena dentro dos rituais, denotava status e idade. Os rituais de passagem como iniciação e a nominação eram os mais importante entre os Kayapó e eram conduzidos pelo coletivo de homens (TURNER, 1991, p. 70-71). Os governadores possuíam ordens de extirpar os rituais indígenas dos aldeamentos em prol da catequização e civilização. O governador Luis da Cunha Meneses, assim descrevia os casamentos tradicionais, segundo

> Estes são feitos [noivos] depois da referida escolha pelo Cacique da sua aldeia, com **umas poucas baforadas de fumo de pito e mais algumas cerimônias da mesma natureza**, tendo-se preparado os contraentes para a mesma função com tão estreitíssimo **jejum**, que chegam a vir, muitas vezes, quase desfalecidos [grifo nosso][700].

Na cultura indígena os casamentos eram arranjados, o governador vinculou a formação dos casais ao resultado dos jogos tradicionais. Os melhores com arco e flecha e corredores de tora eram casados por escolhas feitas pelo *maioral*. A presença de fumo indicava a realização de pajelança, assim como o estreito jejum. O fumo e o jejum eram depurativos quanto à saúde

---

698 SAINT-HILAIRE, Auguste. Viagem à Província de Goiás. São Paulo: Edusp; Belo Horizonte: Itatiaia, 1975, p. 71.
699 Idem.
700 Carta de Luís da Cunha Meneses a Tristão da Cunha Meneses fazendo uma descrição etnográfica dos índios Kayapó e Karajá. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro - seção de manuscritos cód. 13.4.10, nº75. In APARÍCIO, 1988, p.373.

do corpo e espirito Kayapó. Auguste de Saint Hilaire descrevia os casamentos como sendo "celebrados com um grande banquete e com danças, durante as quais a recém-casada segura uma corda amarrada à cabeça do marido"[701].

Johann Emmanuel Pohl afirmou que "as jovens habitualmente se casam aos oito anos"[702]. Apesar de não haver elementos o bastante, é de se estranhar o casamento prematuro, pois os indígenas somente casam suas filhas depois que elas menstruavam e na maioria dos casos, após passar por ritual que indicava a entrada na vida adulta. O casamento prematuro, talvez seja uma tentativa de diminuir o assédio sobre as meninas.

Outra continuidade que atesta que os Kayapó mantinham seus ritos se apresenta na presença de toras de madeira, as quais faziam parte da "corrida de toras" que era constituinte da maioria dos rituais Kayapó. A cada ritual, ao menos duas novas toras eram elaboradas. Auguste de Saint Hilaire assim as identificou

> Defronte de quase todas as casas dos Kayapó vi grandes pedaços de troncos de árvores de 2 a 3 pés de comprimento, escavados nas duas pontas e terminando com uma borda grossa, de 2 a 3 polegadas de altura. Esses pedaços de paus, chamados touros [toras], são usados para o jogo favorito dos índios. Um deles segura o touro [tora] pelas pontas, coloca-o sobre os ombros e parte em desabalada carreira. Um segundo índio corre atrás do primeiro e, quando consegue alcança-lo , coloca-o por sua vez sobre os ombros, sem interromper a corrida, até ser alcançado por um terceiro, e assim sucessivamente. O jogo termina quando eles chegam a um alvo pré-determinado. É principalmente na época de Páscoa que os índios se entregam aos seus divertimentos[703].

A incapacidade de exercer alteridade e a incompreensão e repúdio português pelos costumes indígenas se expressavam em sua exposição sobre a sexualidade indígena: "conforme a Nação guardam estreitissimamente[sic] o adultério e são infinitamente ciosos, principalmente dos brancos"[704]. Ao mesmo tempo, Luis da Cunha Meneses apontou que esse "cuidado" entre os homens pelas suas mulheres, poderia ser representado pela promiscuidade em festas regadas a

---

[701] SAINT-HILAIRE, Auguste. Viagem à Província de Goiás. São Paulo: Edusp; Belo Horizonte: Itatiaia, 1975., p.71.
[702] POHL, Johaan, *Viagem ao Interior do Brasil*. Belo Horizonte: Livraria Itatiaia Editora, 1976, p. 153.
[703] SAINT-HILAIRE, Auguste. Viagem à Província de Goiás. São Paulo: Edusp; Belo Horizonte: Itatiaia, 1975., p.71.
[704] Carta de Luís da Cunha Meneses a Tristão da Cunha Meneses fazendo uma descrição etnográfica dos índios Kayapó e Karajá. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro - seção de manuscritos cód. 13.4.10, nº75. In APARÍCIO, 1998, p.373.

> (..) certa bebida que eles fazem de milho pisado e azedado, de molho em água, a que chamam chicha [sic] e depois de todos bêbados e em confusão da mesma bebedice, sem se diferençarem tanto eles como elas, usam de toda a ilícita liberdade, sem atenderem a união de parentesco, mostrando nisto que só obrigados da falta de conhecimentos é que se poderão cometer semelhantes e repugnantes delitos[705].

Os indígenas produziam bebidas alcoólicas que eram consumidas de maneira coletiva em festas e rituais. Sabe-se, a partir de Auguste de Saint Hilaire, que os Kayapó Panariá, que viviam nos sertões, produziam suas próprias bebidas alcoólicas antes do contato mais estreito com os colonizadores. Afirmou que "os Kayapó faziam antigamente uma bebida forte empregando pimentões, mas renunciaram praticamente a ela depois que conheceram a cachaça[706]". Nenhuma bebida destilada era produzida por indígenas brasileiros até viverem em aldeamentos e fazendas, eram todas fermentadas, logo mais fracas e nutritivas[707].

Johann Emmanuel Pohl lembrou que quando os Kayapó estavam no aldeamento Maria I trabalhavam em um "grande engenho de açúcar à margem do regato, a uma centena de passos de distancia, a pilação de milho e a fábrica de aguardente"[708]. Logo, os Kayapó não só passaram a consumir açúcar e cachaça, como as produziam.

O governador Luis da Cunha Meneses exagerou nas cores de sua descrição, os rituais[709] indígenas de maneira geral deveriam escandalizar os ocidentais. Pelo seguir da descrição fica claro que o sexo era parte do ritual, quando apresentava cantores, danças e o sexo grupal.

> Nestas ocasiões, também costumam fazer uma dança, em figura circular, todos com as caras para a parte exterior, ao som das cantigas que cantam tendentes ao fim que é dirigida a mesma festa, e no meio do círculo - como ponto central - está uma das suas mulheres, sofrendo a alternativa de todos os que andam na mesma dança,

[705] Carta de Luís da Cunha Meneses a Tristão da Cunha Meneses fazendo uma descrição etnográfica dos índios Kayapó e Karajá. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro - seção de manuscritos cód. 13.4.10, nº75. In APARÍCIO, 1998, p.373.

[706] SAINT-HILAIRE, Auguste. Viagem à Província de Goiás. São Paulo: Edusp; Belo Horizonte: Itatiaia, 1975., p.71.

[707] Para maiores discussões, ver: FERNANDES, João Azevedo. Selvagens bebedeiras: álcool, embriaguez e contatos culturais no Brasil Colonial. Tese de Doutorado. Niterói: UFF, 2004

[708] POHL, Johaan, *Viagem ao Interior do Brasil*. Belo Horizonte: Livraria Itatiaia Editora, 1976, p.155

[709] Entre os indígenas Krikati e Kanela do Maranhão o termo brincadeira é utilizado para designar, também, o ritual. Logo, os rituais além de falarem de mitos, sobre a natureza e grandes guerreiros e pajés, dialogam especialmente com os espíritos. As brincadeiras possuem momentos de grande seriedade, enquanto em outros há diversão. Como parte do diálogo proposto nos rituais com os espíritos há oferendas, comilanças, jejuns, sexo, jogos, plantios, caçadas e pescarias coletivas.

> sucedendo-lhes todas as outras mais que estão de fora esperando com bastante ânsia à sua ocasião, a que se não poupam [710].

Johann Emmanuel Pohl, anos depois, analisou que havia sido realizada mudança considerável em relação ao sexo, pois “em estado selvagem, vivem em poligamia, o que, naturalmente não acontece na aldeia”[711]. Difícil acreditar que a poligamia tenha sido extirpada, como demonstram os relatos sobre rituais.

Havia certa tolerância pelos colonizadores quanto ao manejo de mundo indígena nos aldeamentos, o que mais interessava a Coroa era tomar as terras indígenas e usar os índios como trabalhadores, o que chamavam civilizar. Depois do Diretório dos Índios, a meta primeira se tornou civilizar os índios pelo trabalho, a catequese era entendida como consequência do processo civilizatório, a cristianização viria da proximidade entre índios e colonos.

A tentativa de extirpar o sexo dos rituais Kayapó pode ter dado origem a uma construção no aldeamento Maria I que teria uma função impar, segundo Johann Baptist Emanuel Pohl “havia antes, em frente da residência do governador, um galpão de dança, coberto, para os índios”[712]. Fica a dúvida se esse galpão teria sido demandado pelos colonizadores, ou pelos índios, que negociação houveram para que o pátio dos rituais fosse próximo dos olhos da tropa de pedestres, como se dariam os rituais?

A dança era parte dos rituais, a existência de um galpão coberto indica a tentativa dos colonizadores de propor nova territorialização do espaço ritualístico, negociando a permanência, mas sobre vigilância, o que deve ter sido negociado com os Kayapó. Os Kayapó deveriam fazer em outros espaços partes dos rituais proibidos pelos portugueses, lugares não vigiados. A presença do salão indica a permanência dos rituais Kayapó, em conjunto com a convivência com preceitos cristãos. Convivência delicada e nem sempre pacífica, como demonstra o fato de um padre ser “assassinado, no altar, pelos índios” no aldeamento São José de Mossâmedes[713]. .

Os indígenas do tronco linguístico Macro-Jê quando, nos sertões, em suas aldeias, tinham um ciclo ritual anual, que era seu calendário. Nos rituais, eram reafirmados os status

---

[710] Carta de Luís da Cunha Meneses a Tristão da Cunha Meneses fazendo uma descrição etnográfica dos índios Kayapó e Karajá. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro - seção de manuscritos cód. 13.4.10, nº75. In APARÍCIO, 1998, p. 373

[711] POHL, Johaan, *Viagem ao Interior do Brasil*. Belo Horizonte: Livraria Itatiaia Editora, 1976, p.153.

[712] Idem, p.155.

[713] Idem.

sociais, as divisões grupais e familiares, a memória coletiva era contada em história dos velhos, havia a presença do espírito de animais e/ou de parentes mortos, era momento de descontração e namoro, eram realizados diversos jogos tradicionais, caçadas, pescarias e roças coletivas. Nos rituais era reafirmada a cosmologia e o manejo de mundo indígena, demarcava-se o ser, estar e fazer indígena no tempo, espaço e relações sociais.

Nos rituais, havia a necessidade de especialistas em pintura corporal, produção de artefatos, canto, produção de alimentos tradicionais, em contar mitos e história de heróis, em esportes tradicionais, em preparar artefatos e casas ritualísticas e se destaca: na arte de trato com os espíritos. Muitas vezes eram os pajés que ditavam a hora e a quantidade do que pescar ou caçar, quando começar, ou acabar cada parte do ritual, controlando o uso e consumo de plantas e animais, fazem nomeação das crianças e renomeando adultos (atestando novo *status*), sempre em negociação com os espíritos e comunidade indígena.

Auguste de Saint Hilaire documentou uma "exibição de dança" feita a pedido, que expressa a permanência dos ritos. Segundo ele "os homens dançaram sozinhos", em círculo "e se puseram a cantar", "marcando o passo com os pés sem saírem do lugar". Depois começaram a rodar "pernas ligeiramente dobradas, o corpo curvado para a frente, dando saltinhos". Após a apresentação coletiva, um dos homens deu "início a dança do urubu"[714], quando

> Um dos dançarinos deslocou-se para o meio do círculo e, sempre fazendo os mesmos passos, abaixou-se, juntou três dedos da mão e bateu com eles no chão várias vezes. Em seguida ergueu a meio corpo e, postando-se diante dos outros dançarinos, pôs-se a fazer contorções, fingindo querer golpeá-los com os três dedos, que mantinha sempre juntos. Pretendia com isso imitar um urubu dando bicadas na carniça (..) a dança da onça sucedeu à do urubu. O mesmo dançarino postou-se novamente no meio da roda e se pôs a dançar, o dorso curvado, os braços estendidos rigidamente para o chão, os dedos separados e ligeiramente curvados, como garras (..) correu atrás de uma criança, jogou-a sobre as costas (..) uma imitação de uma onça perseguindo a presa, apoderando-se dela e carregando-a para o seu covil[715] .

A politica indígena Kayapó e a política indigenista dos agentes da Coroa portuguesa era constantemente negociada, principalmente no que tangia quanto ao uso dos espaços. Essas negociações podem ser sinalizadas nas mestiçagens que ocorriam nos rituais, onde se

[714] SAINT-HILAIRE, Auguste. Viagem à Província de Goiás. São Paulo: Edusp; Belo Horizonte: Itatiaia, 1975, p.66.
[715] Idem.

misturavam elementos coloniais com a tradição indígena. Segundo Johann Emmanuel Pohl os Kayapó

> Ao tempo de nossa quaresma eles celebram uma festa inteiramente especial. Chama-se quebra-cabeças. O chefe que, **imitando os costumes portugueses**, eles denominam **coronel**, coloca-se no meio do círculo com uma clava de uns setenta centímetros de comprimento, que se alarga para o fim e termina em ponta. Começa uma dança de passos preguiçosos em volta do círculo. Durante esta dança, um índio joga o mencionado tronco contra outro, salta em direção ao chefe, ajoelha-se diante dele, e recebe na testa um golpe com a maça, que deve ser bastante violento para que o sangue escorra. As mulheres, dançando e cantando, ou antes, uivando, limpam o sangue do ferido. Deve ser uma espécie de cerimonia expiatória a que, segundo se diz, se submetem todos os índios [grifo nosso][716].

Nos rituais havia dança, cantoria, pintura corporal, contando histórias, jogos tradicionais e brincadeiras; recebia-se novos nomes e status, fazia-se pajelança, afugentava-se espíritos maus, reunia-se a noite; havia plantio, caça, pesca, alimentação e sexo coletivos. Era por Lei função dos agentes da Coroa extirpar o paganismo dos índios, a sua permanência após anos de aldeamento notava tolerância, negociação e conflito entre os agentes coloniais e índios. Segundo Johann Emmanuel Pohl

> (..) certas danças, que, em determinadas épocas, praticam à noite, à luz de chamejantes fogueiras. Para esse fim se reúnem num local de uns nove metros de diâmetro, pintam-se com urucu (*Bixa Brasiliensis*, de cor vermelha) e com jenipapo (*Genipa americana*, cujo suco tinge de preto) em riscas longitudinais desordenadas, ornam-se com joelheiras feitas de garras de animais atadas por meios de cordéis, que produzem forte ruído a cada movimento do pé, e entoam um **canto peculiar**, dissonante, uivado, com o eco de compridas cabaças recurvadas ou instrumentos de sopro de madeira, com embocadura de chifre de boi, fabricados por eles próprios [grifo nosso][717].

Os Kayapó reafirmavam as hierarquias grupais nos rituais, os quais eram relacionados a formação de unidades militares e cerimoniais, as quais “os 'cantadores' servem como líderes guerreiros e rituais” (TURNER, 1991, p. 70). Os cantores eram lideranças e nos momentos rituais eram centrais. Assim como a dança e cantoria evidenciam a existência de cantores, as corridas de tora denotam a persistência da figura do corredor, outro agente social destacado

[716] POHL, Johaan, Viagem ao Interior do Brasil. Belo Horizonte: Livraria Itatiaia Editora, 1976, p.153.
[717] Idem, p.153-154.

entre os Kayapó. Como parte constituinte dos rituais Kayapó havia jogos tradicionais que reafirmavam hierarquias, reforçavam a solidariedade e afirmavam a diferença e a identidade. Segundo Johann Emmanuel Pohl

> Alguns se apresentam com um tronco redondo de árvore, de noventa centímetros de comprimento e trinta centímetros de espessura e pesando até quatro arrobas, sobre os ombros, com o qual saltam em volta, jogando-o uns contra os outros. As mulheres e crianças também levam semelhantes troncos, porém menores. A festa só termina pela meia-noite[718]

Os Kayapó nos aldeamentos vivenciavam os rituais, que dentre outros aspectos tinham relação com o sagrado. As famílias e clãs eram quem conduziam os rituais, tendo como os principais os “ritos de passagem, dos quais se destacam a iniciação e a nominação" (TURNER, 1991, p.70-71). Terence Turner destacou que os rituais Kayapó faziam parte dos padrões tradicionais de reciprocidade, enfatizando as relações familiares extra nucleares (relações de afinidade), "enfatizam a incompletude e dependência da família nuclear e de seus membros em relação à família extensa e à comunidade como um todo" (idem, p.70).

Os viajantes naturalistas deixam claro que os Kayapó frequentavam também certos ritos e festas da religião dos católicos. Segundo Johaan Pohl “apreciam muito as festas religiosas e pedem sempre que se lhes permita assistirem às que se realizam em Goiás”[719]. Festas que eram realizadas na capital que ficava há poucas léguas, denotando o trânsito dos aldeados para a vila. Johann Emmanuel Pohl afirmou que “apesar de todos serem batizados, estes índios não tem a menor ideia da religião cristã[720]. Auguste de Saint Hilaire pensou que os Kayapó nos sertões, vivendo como *gentios*, não tinham “nenhum culto como também não tem a mínima ideia de Divindade”[721]. Ao mesmo tempo, apresentou o nome de *punhançá* para Deus, que aprendeu no aldeamento[722].

Quanto ao conhecimento do catolicismo, Auguste de Saint Hilaire afirmou que “a exceção de um pequeno número de velhos que não conseguiram aprender as orações mais simples e um pouco do catecismo, todos os índios da aldeia foram batizados. São casados

[718] POHL, Johaan, Viagem ao Interior do Brasil. Belo Horizonte: Livraria Itatiaia Editora, 1976, p.153.
[719] Idem.
[720] Idem.
[721] SAINT-HILAIRE, Auguste. *Viagem à Província de Goiás*. São Paulo: Edusp; Belo Horizonte: Itatiaia, 1975, p.70.
[722] Idem.

pelo vigário e alguns chegam mesmo a ir à confissão"[723]. Já Johaan Emmanuel Pohl evidenciou o fato de "nenhum deles sabe rezar o pai-nosso e entretanto alguns estão há mais de vinte anos na aldeia, como é o caso de uma filha [Damiana da Cunha] do cacique, a qual, durante minha estada, queria casar-se com um soldado pela segunda vez"[724].

Auguste de Saint Hilaire assim a descrevia: "D. Damiana falava corretamente o português. Era amável e jovial, e tinha uma fisionomia aberta e inteligente. Confirmou o que já me tinha sido dito por outros Kayapó, ou seja que o seu povo vive em estado selvagem e não tem nenhuma ideia de Deus"[725]. Damiana da Cunha era a *língua* a qual os Kayapó "prestam cega obediência, andava na aldeia com pedacinhos de pau nas orelhas como sinal de elevada origem"[726]. Ela ficou conhecida por realizar descimentos nas aldeias Kayapó e por buscar os indígenas fugitivos. Era de uma família respeitada, neta do *maioral* Angraiochá com sua companheira Mãe Chiunequa[727], viúva do sargento de pedestres Manuel Pereira da Cruz, ao qual esteve confiado o governo do aldeamento durante muito tempo[728]. Provavelmente era filha de João da Cunha, único filho do casal apadrinhado por Luis da Cunha Meneses. Nasceu no aldeamento, vivendo toda sua vida em situação colonial. O fato de ser neta de um grande *maioral*, somando a ser apadrinhada por governador da Capitania, fazia com que tivesse *locus* de anunciação de liderança tanto entre Kayapó, como entre os colonizadores.

A força de Damiana da Cunha entre os colonizadores estivesse na fraqueza dos aldeamentos, que era a incapacidade de se auto reproduzir biologicamente. Como dito por Manuela Carneiro a reprodução dos aldeamentos era predatória, "índios das aldeias eram compulsoriamente alistados nas tropas de resgates para descer dos sertões novas levas de índios que continuamente vinham preencher as lacunas deixadas por seus predecessores" (CUNHA, 1998, p.13). A reprodução predatória exigia *línguas* para os cargos de intermediação, como de índio principal, capitão mor e missionário.

Nos aldeamentos os índios tinham confrontado o seu ideal de chefia que partia da "bravura, coragem, talento oratório e generosidade" (COELHO, 2005, p.10). A licença

---

[723] SAINT-HILAIRE, Auguste. *Viagem à Província de Goiás*. São Paulo: Edusp; Belo Horizonte: Itatiaia, 1975, p.70.
[724] POHL, Johaan, *Viagem ao Interior do Brasil*. Belo Horizonte: Livraria Itatiaia Editora, 1976 p. 153.
[725] SAINT-HILAIRE, Auguste. *Viagem à Província de Goiás*. São Paulo: Edusp; Belo Horizonte: Itatiaia, 1975, p.72
[726] POHL, Johaan, *Viagem ao Interior do Brasil*. Belo Horizonte: Livraria Itatiaia Editora, 1976, p.154.
[727] OFÍCIO do [governador e capitão-general de Goiás], Luís da Cunha Meneses, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, sobre a civilização dos índios Kayapó; o sucesso do aldeamento da dita nação; a criação da. Aldeia Maria I, e enviando plantas e estampas da dita aldeia [18.12.1782]. AHU_ACL_CU_008, Cx. 33, D. 2076.
[728] SAINT-HILAIRE, Auguste. *Viagem à Província de Goiás*. São Paulo: Edusp; Belo Horizonte: Itatiaia, 1975, p. 72.

indígena preferida pelos colonizadores partia de outras premissas, como a "capacidade de arregimentar índios e incitá-los ao trabalho" (idem). Damiana da Cunha como elite indígena buscava garantir "poder diante dos colonizadores e poder político e espiritual diante do seu grupo étnico" (APOLINARIO, 2005, p.105), alinhavam-se a "ordem colonial como estratégias de manterem sua influência e poder e para obter uma tolerância, mesmo que mínima dos colonizadores" (idem).

Damiana da Cunha realizou diversas expedições, em sua maioria no alto Araguaia, na primeira aldeou setenta Kayapó que estavam na cabeceira do Araguaia (1808), região central em suas andanças. Fez descimentos de centenas de Kayapó em 1819[729], 1821, 1827 a 1831, ano de sua morte (GIRALDIN, 2000, p. 13). Auguste de Saint Hilaire, em conversa com ela, descobriu que "era intenção de D. Damiana ir à procura dos Kayapó da aldeia que tinham fugido para mata e ao mesmo tempo trazer, ao voltar, um bom número de seus compatriotas ainda selvagens. Obtivera permissão do capitão-geral para se ausentar por três meses"[730], em 1819. Auguste de Saint Hilaire duvidou da efetividade de seu plano de convencer os fugidos a voltarem a se aldear, a resposta dela foi "'o respeito que eles me têm', disse-me ela, ´é grande demais para que não façam o que eu mandar'"[731]. O naturalista interpretou que "ela ia empreender essa viagem por ser achar convencida de que seus compatriotas iriam sentir-se mais felizes na aldeia que no meio mata"[732].

A percepção de Johann Emmanuel Pohl era de que no aldeamento São José de Mossâmedes os Kayapó levavam "uma vida que não lhes agrada"[733], diferente do que levavam nos sertões e no aldeamento Maria I. Os motivos eram "o descontentamento com seus inspetores, a escassez que muitas vezes apenas lhes mata a fome, os duros trabalhos a que são submetidos nas plantações são as causas de sua diminuição e desagrado"[734]. Somado a isso havia o território onde estava o aldeamento, pois "o índio gosta de caçar e pescar (..) na Aldeia Maria, onde antes moravam podiam entregar-se livremente as tais atividades que aqui tiveram de abandonar inteiramente a inclinação pelo seu antigo e livre modo de viver"[735].

---

[729] Nesse ano assumiu em setembro a Igreja de São José de Mossâmedes o Reverendo Fellipe Neri da Silva. Museu das Bandeiras. Aldeia São José de Mossâmedes (1776-1822). Cota 04.01.014; Caixa 155, fl 17.
[730] SAINT-HILAIRE, Auguste. *Viagem à Província de Goiás*. São Paulo: Edusp; Belo Horizonte: Itatiaia, 1975, p.72.
[731] SAINT-HILAIRE, Auguste. *Viagem à Província de Goiás*. São Paulo: Edusp; Belo Horizonte: Itatiaia, 1975, p.72.
[732] Idem.
[733] POHL, Johaan, *Viagem ao Interior do Brasil*. Belo Horizonte: Livraria Itatiaia Editora, 1976, p.153.
[734] Idem.
[735] Idem.

Apesar do indicativo de escassez de comida entre os índios, produziu-se excedente de produção de farinha milho em 1821, proveniente da roça dos índios, o qual deveria ser comprado pelos armazéns reais por preço conveniente[736]. O oficial dos mantimentos José Miguel era o responsável pela fiscalização das roças dos índios e compra de comida da vila para a sustentação do aldeamento. Em 1822, foi solicitado que assumisse como "administrador, e diretor" do aldeamento São José de Mossâmedes. Ele enviou uma carta ao coronel João Jose d´Azevedo Noronha e Camara, o qual atestava a incompatibilidade dele, José, assumir o cargo.

Argumentou que não podia cumprir a indicação da Junta da Fazenda Nacional de seguir o que Diretório dos Índios indicava, pois não havia roças para além daquelas dos índios e com isso não se cumpria o artigo vinte e cinco que versava sobre o plantio de algodão e tabaco, assim como o trinta e quatro. Esse último era sobre a cultura das terras, cobranças de dízimos e da sexta parte de tudo que os índios venderem, ou adquirirem (não comestíveis), esse último imposto era de serventia do Diretor. Logo, como a produção era pequena e havia apenas "dois ou três agregados" fazendo roça, ou lidando com o gado, ele não tinha interesse em assumir o cargo de diretor, provavelmente pelo baixo retorno financeiro, devido à produção ser inexistente[737]. Essa carta indicava que o Diretório dos Índios, mesmo extinto em 1798, ainda era a normativa para a organização dos aldeamentos. Na ordem que José Miguel recebeu para assumir como diretor havia cópias do Diretório dos Índios e das Instruções de 1771[738].

Pelo que é possível interpretar das bibliografias e documentos, a decadência de São José dos Mossâmedes tomou forma final em 1831, quando Damiana da Cunha faleceu, após retornar de um descimento. Seu irmão Manoel da Cunha Meneses que pelo menos desde 1828 era diretor do aldeamento (população de 128 pessoas) passou a incentivar a fuga, sendo preso e morto por isso, tornando o aldeamento inabitado por Kayapó e inoperante no ano seguinte (RAVAGNANI, 1986/87, p. 127).

Além da figura de Damiana da Cunha, outros indígenas assumiram postos de prestígio, segundo Auguste de Saint Hilaire "os portugueses deram o título de coronel, de capitão e de alferes aos homens mais respeitados da tribo. É uma maneira bastante fácil e inocente de despertar a emulação dos índios"[739]. Johann Emmanuel Pohl identificou um desses como

---

[736] Museu das Bandeiras. Aldeia São José de Mossâmedes (1776-1822). Cota 04.01.014; Caixa 155, fl. 21.
[737] Idem, fl. 25.
[738] Idem..
[739] SAINT-HILAIRE, Auguste. *Viagem à Província de Goiás*. São Paulo: Edusp; Belo Horizonte: Itatiaia, 1975, p.70

coronel dos índios, que "quando há procissão em vila Boa (..) aparece de calças curtas e camisa de algodão, chapéu de três bicos, fivela de ouro e uma espingarda"[740].

O capítulo seguinte versa sobre os Xavante, destaca-se os contatos e guerras, os descimentos e aldeamentos, a agencia dos *línguas* e as estratégias dos colonizadores e indígenas. Um *língua* Xavante se destaca no texto, homônimo e apadrinhado do governador Tristão da Cunha Meneses, foi peça chave para a formação do aldeamento do Carretão em 1788.

[740] POHL, Johaan, *Viagem ao Interior do Brasil*. Belo Horizonte: Livraria Itatiaia Editora, 1976, p.154.

Oitavo Capítulo

Xavante: os *línguas* e as negociações em torno do aldeamento do Carretão.

Akroâ, Xacriabá, Xavante e Xerente eram povos da sociocultura Akwén. Os territórios das aldeias Akwén ficavam ao norte da capitania. Ao leste do rio Tocantins estava região disputada por Akroâ (Assú e Mirim), Xacriabá e pelos mineiros a partir de 1730. Os Xacriabá e Akroâ, paulatinamente, deixaram de constar nos documentos da capitania de Goiás a partir do início do XIX, cedendo lugar aos Xerente nessa região. O território Xavante ficava entre os rios Araguaia e Tocantins, no "continente", nas palavras de época, do que foi batizado pelos agentes da Coroa de Nova Beira

Como lembrou Júnia Furtado, na expedição de Anhanguera foi encontrado gado no vale do Tocantins, antes mesmo de haver fazendas. O gado era oriundo das fazendas do vale do rio São Francisco (2016, p.370). Não só o gado era dessa região, aldeias Xacriabá migraram para o norte de Goiás. A invasão pelos mineiros das terras Akwén das margens do Tocantins no século XVIII, começou com a fundação do arraial de Palma em 1730, por mineiros vindos das capitanias mais ao sul, em forma de forte, para lutar com os Akroá-açús e os escravizar, durou dois anos (idem, p.370).

Foram fundada "as povoações mineiras de Maranhão (1730), Natividade (1734), Almas (1734), Crixás (1734), São José do Tocantins (1735), São Félix (1736), Chapada (1736), Carmo (1737), Pontal (1738), Taboca (1740), Príncipe (1740), Arraiais (1740), Cavalcante (1740) e Conceição (1741)" (SILVA, 2006, p.56-57). Muitas dessas povoações tiveram existência curta, devido serem "descobertos" pouco produtivos, ou aos constantes ataques dos Akwén. Com presença dos arraiais, os rios foram tomados pelos mineiros, que reviravam insistentemente em busca de ouro. As incursões sertanistas consumiam as roças e invadiam áreas de caça e pesca indígena. Era prática comum os mineiros e fazendeiros escravizarem as mulheres e crianças, matar os homens e obrigar aldeias a migrarem.

Os primeiros documentos encontrados que citam a nação Xavante eram de 1762, elaborados pelo governador e capitão general João Manuel Meneses, apontam uma informação no mínimo curiosa. Aparentemente, os Xavante viviam em paz com os arraiais de Arraias, Crixas, Thezouras e Morrinhos, vizinhos de suas aldeias, mas de maneira repentina

invadiram "com um grande corpo de gente pelo nosso território fazendo mortes, e destruição suponho por sugerido por índios que lhe mandaram os jesuítas das Missões da Espanha"[741].

O ataque foi freado por uma tropa organizada a partir de Crixás "onde há uma sociedade que tem trezentos pretos extraindo ouro em uma grande lavra, e saindo eles armados lhe impediram a invasão retiraram-se os Xavantes"[742]. Os Xavante depois de expulsos pelos escravos, "dentro de em poucos dias tornaram a acometer as roças com maior número de *gentios*, e muitos deles armados com espingardas"[743] . Não houve o confronto, pois os mineiros não quiseram arriscar seus negros contra os Xavantes armados de espingarda.

O governador João Manuel de Melo procurava vincular ataques Xavantes, não à violência dos mineiros, mas a influência de dois inimigos declarados da Coroa, os jesuítas e os espanhóis. Em 1765, três anos depois do primeiro ataque Xavante, o governador mantinha desconfianças quanto ao auxílio de jesuítas espanhóis: "as pessoas mais inteligentes destes arraiais que só sugeridos pelos índios dos jesuítas espanhóis poderiam resolver-se a intentar tão desusada ação"[744]. O que levava a tirar essas conclusões era que o "gentio Xavante que nunca hostilizou o distrito do arraial de Crixás com quem confina, antes se conservou sempre em boa vizinhança, começou a invadir as nossas roças e lavras desde que Castela intentou declarar a Guerra"[745].

A Coroa espanhola e jesuítas espanhóis estariam por trás do fato dos Xavante terem usado armas europeias e invadido roças e lavras. Os jesuítas eram acusados de criarem uma república guaranítica entre as terras reivindicadas pelas duas Coroas. Esses argumentos serviram para endossar a declaração de guerra ofensiva a essa nação. No governo de João Manuel de Melo foi decretado guerra aos Akwén (Akroâ, Xacriabá e Xavante) e aos Kayapó (Panariá). As motivações para guerra eram frear os ataques dos *gentios* e os expulsar de suas terras para

[741] Carta do governador e capitão general João Manuel de Melo Sua Majestade José I, RJ: *RIHGB*, 1918, p.83
[742] Idem.
[743] Idem, p.84
[744] OFÍCIO do [governador e capitão-general de Goiás], João Manuel de Melo, ao secretário de estado [da Marinha e Ultramar], Francisco Xavier de Mendonça Furtado, sobre a bandeira composta para reprimir a invasão dos índios Xavantes e acerca do ataque à aldeia deles [30.03.1765] AHU_ACL_CU_008, Cx. 21, D. 1274
[745] OFÍCIO do [governador e capitão-general de Goiás], João Manuel de Melo, ao secretário de estado [da Marinha e Ultramar], Francisco Xavier de Mendonça Furtado, sobre os novos ataques dos índios Kayapó e Xavantes que se mantinham em boa vizinhança; a suspeita destes ataques serem fomentados pelos jesuítas espanhóis; acerca da Junta que convocou ter decidido fazer guerra ofensiva aos índios e a bandeira que os moradores de Pilar e Crixás estão organizando para combatê-los [07.06.1764]. *AHU_ACL_CU_008, Cx. 20, D. 1220.*

> Utilizarmo-nos d´algum descoberto de boa conta que certamente o há-de haver por aqueles distritos, que não estão explorados por causa dos gentios. Há dez anos que não tem havido um descoberto novo, que aumente esta Capitania, só tem aparecido umas faisqueiras, que não dão lucro aos mineiros que resultam estarem pobres, e endividados, e experimentar diminuição o quinto[746] .

A guerra ao Xavante foi declarada após a reunião de uma junta que fez uma devassa, na qual se "constasse legalmente das mortes, roubos e incêndios" [747]. Na devassa os moradores, como era praxe, apartaram-se de qualquer culpa, afirmavam "não tinha dado-lhe ao presente causa nem motivo algum que a provocasse a fazerem aqueles insultos e hostilidades aos ditos moradores"[748]. Não houve qualquer tentativa de descobrir o que os Xavante pensavam da guerra, suas motivações e possibilidades de acertar a paz, não foram enviados *línguas*, ou embaixadores, o objetivo da Coroa e moradores era "desinfestar os sertões".

As acusações contra os Xavante eram as mesmas que eram feitas a toda nação de *gentio* que se queria escravizar ou conquistar suas terras. Acusavam de roubo e assassinato, "sem perdoarem nem ainda os inocentes de tenra idade chegando a sua bárbara ferocidade alimentar-se de carne humana dos por eles roubados e mortes"[749]. Antropofagia era um dos motivos para se declarar guerra justa, por isso, acusavam os Xavante dessa prática. Os Xavante não praticavam antropofagia, acusação semelhante foi feita aos Kayapó.

Com ouro se exaurindo rapidamente, os mineiros se organizavam para expandir a mineração para dentro dos sertões Xavante. Os moradores de Pilar e Crixas se armaram e organizaram uma "bandeira de duzentos homens para o irem buscar aos seus alojamentos, espero que (..) se descubra nas suas [terras] alguma Mina, pois é a parte desta capitania que ainda não esta explorada e da mostrar de boas formaturas de ouro" [750]. Além do ouro, os agentes da Coroa estavam interessados em outra riqueza Xavante, que era suas "mulheres e outras de menor de idade de um ou outro sexo as conservarão com todo o resguardo e cautela dando-se parte a sua Ex.a [governador] para lhe dar a providência que lhe parecer mais justa"

---

[746] Carta do governador e capitão general João Manuel de Melo a majestade José I, RJ: *RIHGB*, 1918, p.84

[747] OFÍCIO do [governador e capitão-general de Goiás], João Manuel de Melo, ao secretário de estado [da Marinha e Ultramar], Francisco Xavier de Mendonça Furtado, sobre os novos ataques dos índios Kayapó e Xavantes que se mantinham em boa vizinhança; a suspeita destes ataques serem fomentados pelos jesuítas espanhóis; acerca da Junta que convocou ter decidido fazer guerra ofensiva aos índios e a bandeira que os moradores de Pilar e Crixás estão organizando para combatê-los [07.06.1764]. *AHU_ACL_CU_008, Cx. 20, D. 1220.*

[748] Idem.

[749] Idem.

[750] Idem.

[751]. A providência "mais justa" geralmente era vender os cativos de guerra como administrados aos fazendeiros e mineiros. Segundo o governador João Manuel de Melo

> (..) possam ser atacados, e reduzidos ao cativeiro aqueles que forem capazes de sustentarem armas, o que não militará com as mulheres, e crias, por que estas serão somente tidas como administradas. Pelo que concedo faculdade a todos os habitantes desta Capitania para armarem bandeiras como dantes se praticava contra os mencionados *gentios*, ficando para os vencedores todos os despojos [752].

Aqueles que entrassem em guerra receberiam a munição, pólvora e os víveres, e seriam "premiados com as Patentes e Honras[753]. A guerra aos Akroâ, Xacriabá, Xavante e Kayapó foi ferrenha de 1762 a 1772, a ponto de José M. P. Alencastre afirmar um século depois, que "no governo do severo João Manuel de Melo se visse em vila Boa aberto um mercado de índios!" (1864, p.161). Os *gentios* aprisionados eram vendidos como índios administrados a fazendeiros, comerciantes e comboieiros, parte era encaminhada a outras capitanias, principalmente para Belém do Pará.

Em 1765, o governador João Manuel de Melo procurou efetivar a saída da bandeira organizada em Pilar e Crixas, apesar dos moradores não estarem contribuindo a contento com ouro. O principal motivo foi o fato da mudança de tática de guerra dos Xavante, pois eles estavam atacando as fazendas e ao invés de matar os negros, estavam

> (..) levando-os as suas aldeias lhe fizeram muitos afagos, e os casaram com as gentias, asseverando-lhe que todo o preto que quisesse passar para eles achariam nas suas aldeias o mesmo bom tratamento. Esta prejudicial máxima era o meio mais convincente para se acabarem estas minas, pois se os pretos d´elas estão fugindo continuamente para os quilombos expostos a assaltos dos capitães do mato que incessantemente os perseguem, o que fariam tendo passo franco para as Aldeias dos *Gentios*, onde estavam seguros de perigo, senhores da sua liberdade, e com mulheres próprias[754]

---

[751] OFÍCIO do [governador e capitão-general de Goiás], João Manuel de Melo, ao secretário de estado [da Marinha e Ultramar], Francisco Xavier de Mendonça Furtado, sobre os novos ataques dos índios Kayapó e Xavantes que se mantinham em boa vizinhança; a suspeita destes ataques serem fomentados pelos jesuítas espanhóis; acerca da Junta que convocou ter decidido fazer guerra ofensiva aos índios e a bandeira que os moradores de Pilar e Crixás estão organizando para combatê-los [07.06.1764]. *AHU_ACL_CU_008, Cx. 20, D. 1220*.

[752] Idem.

[753] Idem.

[754] Carta do governador e capitão general João Manuel de Melo ao secretário de Estado Francisco Xavier de Mendonça Furtado [30.03.1765]. RJ: *RIHGB*, 1918, p. 88-89.

A aldeia Xavante foi atacada pela bandeira que a invadiu no amanhecer, mataram muitos, enquanto outros fugiram, ficando somente as crianças na aldeia. Os Xavante se reagruparam e se organizaram para atacar a bandeira. O capitão da bandeira utilizou de uma *língua*: "lhes mandou intimar por um índio nosso que sabia a língua d´aquela Nação" que se rendessem[755]. O *maioral* respondeu que queria ouvir o recado de mais perto, para dar a resposta ao *língua* da bandeira. Mataram o *língua* e o mestiço que o acompanhava.

Os Xavante utilizaram a mata como trincheira e foram passando pouco a pouco para o outro lado do rio caudaloso. Com o rio no entre, os sertanistas não podiam atacar, pois teriam que atravessar o rio e molhar a arma e a pólvora. Como eram fins de setembro, a chuva era outro empecilho devido pólvora molhada, fazendo com que as flechas dos Xavante fossem mais eficientes do que as armas de fogo[756], por isso os bandeirantes se retiraram para Pontal, onde fizeram roça e prometeram na próxima seca atacar mais duas aldeias Xavante[757]. O comandante morreu e a bandeira se desmanchou. Em 1767, continuavam as acusações sobre a ajuda dos jesuítas espanhóis aos Xavante.

Já no governo de Mossâmedes, os Xavante aparentemente equilibraram a guerra, no momento que se aproveitaram das armas de uma primeira vitória, que segundo o governador faziam aparecer "com cobertura, que lhe ficou nos despojos da primeira vitória, atacante em igual partido de peito descoberto e lavando algum negro ou criança que acham dispersa"[758]. Provavelmente, os Xavante se mantinham na campanha de se fortalecer com a aquisição de negros a sua população, libertando-os, adquirindo soldados e conhecimento sobre a população colonial.

Os ataques Xavante eram principalmente nos julgados de Pilar, Traíras, São Felix e Natividade. Os agentes da Coroa e moradores organizaram "uma expedição punitiva contra eles para aliviar a pressão sobre Pontal, mas ela foi emboscada e seu líder morto" em 1773 (MAYBURY-LEWIS, 2014, p.22). Em 1774, setenta e um homens do Arraial de Traíras contribuíram para uma bandeira contra os Xavante. Utilizaram como *língua* um garoto, mas a expedição falhou em fazer a paz. Os Xavante atacaram Crixás, matando doze portugueses (KARASCH , 2005, p.481).

O governador Luís da Cunha Meneses sugeriu um plano de navegação do Araguaia e Tocantins rumo a Belém do Pará, o que acarretaria o controle e expulsão dos chamados

---

[755] Carta do governador e capitão general João Manuel de Melo ao secretário de Estado Francisco Xavier de Mendonça Furtado [30.03.1765]. RJ: *RIHGB*, 1918, p. 89.
[756] Idem.
[757] Idem, p.90.
[758] Idem, p.96.

Xavante de Canoa, o que segundo o mesmo colocaria em paz as margens dos rios Tocantins para a ocupação com fazendas de gado e roças[759]. Havia o interesse no comércio e barateamento da condução das mercadorias, pois os rios substituiriam os caminhos por terra até Belém, poderiam ser suas margens ocupadas por colonos com lavoura e gado, na mineração de novos descobertos auríferos e aumento da população com a civilização dos povos *gentios*[760]. Os Xavante "atacaram a estrada para as minas de sal entre Crixás e Salinas em 1784" (MAYBURY-LEWIS, 2014, p,24)

O governador Tristão da Cunha Meneses reafirmou a existência de constantes ataques Xavante na parte noroeste da capitania, que resultou em quatorze fazendas de gado abandonadas. Chamou a atenção dele o fato dos Xavantes terem chego até o caminho para Salinas (10 léguas de Crixás), onde mataram oito pessoas. Tristão formou uma bandeira com quarenta soldados pedestres e quarenta Kayapó, armados de arco e flecha, nomeado como primeiro comandante o alferes da tropa de pedestres Miguel Arruda e segundo o cabo de esquadra Jozé Alvez. Cada um dos julgados de Crixás, Pilar e Traíras deveriam fornecer dez bestas carregadas de mantimentos e mais duas para carregar a pólvora[761].

Além dessas bestas foi arrecadado 291 oitavas de ouro e 3 vinténs [aprox. 1 kg de ouro], à custa do Concelho. Foi mandado "dar mais 40 camisas, e 40 ceroulas de pano de algodão fabricado e feitas na Aldeia de S. Joze de Mossâmedes pelos índios Karajá, e Javaés", além de receberem "baeta, sovelas, anzóis, agulhas, carne, farinha, lenha, panela, fumo"[762]. Um dos objetivos da incursão era prospectar ouro nos sertões Xavante, por isso o envio de negros mineiros com almocafres e bateias, para fazer "um assento das amostras que achar de ouro nos ditos córregos, e da sua situação" [763].

---

[759] Carta do governador e capitão general Luis da Cunha Meneses ao secretário de Estado da marinha e do ultramar Martinho de Mello e Castro [15.02.1783]. RJ: *RIHGB*, 1918, p. 151.

[760] Carta do contador da Contadoria Geral do Território da Relação do Rio de Janeiro, África Oriental e Ásia Portuguesa, Luís José de Brito ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, sobre o desenvolvimento do comércio em Goiás através da navegação dos vários rios que a cortam, como o rio Tocantins, e evidenciando ser esta medida administrativa, um dos meios para aliviar a grande decadência em que se encontra a capitania [14.01.1789]. AHU_ACL_CU_008, Cx. 37, D. 2297.

[761] Carta do governador e capitão general Tristão da Cunha Meneses ao secretário de Estado da marinha e do ultramar Martinho de Mello e Castro [17.07.1784]. RJ: *RIHGB*, 1918, p.157.

[762] OFÍCIO do [governador e capitão-general de Goiás], Tristão da Cunha Meneses, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, sobre as hostilidades cometidas pela nação Xavante na repartição do norte de Goiás; a formação de uma bandeira com soldados da Companhia de Pedestres para enfrentar os índios Kayapó; a despesa para seu municiamento; algumas considerações acerca das instruções para a civilização e redução dos índios e, em razão do estado miserável da capitania, solicitando novas campanhas nos rios Claro e Pilões, a comunicação e comércio com o Pará pelo rio Tocantins, e a circulação interna de moedas de prata e cobre [17.07.1784]. *AHU_ACL_CU_008, Cx. 35, D. 2156.*

[763] OFÍCIO do [governador e capitão-general de Goiás], Tristão da Cunha Meneses, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, sobre as hostilidades cometidas pela nação Xavante na repartição do norte de Goiás; a formação de uma bandeira com soldados da Companhia de Pedestres para

O governador Tristão da Cunha Meneses publicou instruções para a dita bandeira, deveria seguir as trilhas dos índios até se encontrarem com eles no caminho, ou nas suas aldeias. Os soldados da bandeira deveriam ser tratados com brandura, "principalmente o *língua* José da mencionada nação Xavante e aos índios da nação Kayapó" [764]. Deveriam os sertanistas lhes dizer pelos *línguas* "lhe digam que S. Ex.a lhes não quer fazer mal e a deseja viver com eles em amizade e traz(?) ocasião (?) para os favorecer e dar-lhes toda a ferramenta que precisam de machados, foices e enxadas para trabalharem nas suas roças" [765]. Ferramentas de metal era interesse geral dos *gentios*, com os Xavante não era diferente.

Além disso, o governador recomendou "muito Ex.a que o índio Jozé da nação Xavante que serve de *língua* nesta bandeira haja de certificar aos seus parentes a amizade e paz em que se acha hoje a nação Kayapó, tanto que ele mesmo esta casado com uma mulher daquela nação"[766].

Era recomendado ao capitão, quanto ao *língua*, "nunca o deixará sair ou apartar-se da bandeira" [767]. Jozé era um interprete militar importante para o sucesso da bandeira, poderia fazer a interlocução dos portugueses com os "inimigos" Xavante e, provavelmente, com os "aliados" Kayapó. Jozé era provavelmente poliglota e conhecia várias culturas, pois passou por processo de hibridização de culturas indígenas diferentes casando com uma Kayapó, assim como de mestiçagem, com o convívio com os costumes portugueses.

Segundo as Instruções, o comandante deveria "falar aos índios em ação de amizade como quem não vai ofendê-los, e somente a propor-lhe as ofertas que S. Ex.a lhes mandar fazer para os tirar da silvestre habitação dos matos, e conduzi-los a viverem viver a vassalos"[768]. Nas Instruções constavam as ditas ofertas, as quais seriam "defender das mais nações inimigas com quem tiverem guerra", cessar "toda a guerra que até agora tem havido entre eles e a nossa gente ficará cessando por uma vez por meio desta aliança" [769]. A Rei "os torna debaixo da sua proteção para os socorrer e remediar nas suas necessidades, não

---

enfrentar os índios Kayapó; a despesa para seu municiamento; algumas considerações acerca das instruções para a civilização e redução dos índios e, em razão do estado miserável da capitania, solicitando novas campanhas nos rios Claro e Pilões, a comunicação e comércio com o Pará pelo rio Tocantins, e a circulação interna de moedas de prata e cobre [17.07.1784]. *AHU_ACL_CU_008, Cx. 35, D. 2156*.

[764] OFÍCIO do [governador e capitão-general de Goiás], Tristão da Cunha Meneses, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, sobre a captura de alguns índios Xavantes pela bandeira composta de quarenta soldados da Companhia de Pedestres, armados e municiados, e de quarenta índios da nação Kayapó da aldeia Maria I [10.12.1784] AHU_ACL_CU_008, Cx. 35, D. 2168.

[765] Idem.

[766] Idem.

[767] Idem.

[768] Idem.

[769] Idem.

consentindo em tempo algum que os ofendam, nem lhes façam o menor prejuízo”[770]. Logo, o termo de vassalagem propunha uma aliança contra inimigos dos Xavante e paz com os colonizadores.

Para se efetivar tal aliança teriam que migrar para ser aldeados “em povoações como eles escolherem”[771], ou seja, na teoria os Xavante indicariam o lugar onde seria construído o aldeamento. Os Xavante seriam obrigados a casar a moda portuguesa, como dito “que cada um escolherá mulher a seu gosto para se casar com ela e viverem juntos em casa separada com seus filhos” [772]. Para casarem teriam que receber o sacramento do batismo, além disso deveriam andar “todos vestidos como andam os Akroá, Xacriabás, Karajá, Javaés e Kayapó” [773]. Talvez, o termo mais importante era “(..) hão de viver a vassalos e reconhecer por senhora de todos estes estados, e das nossas **próprias vidas** a S. Majestade Fidelíssima” [grifo nosso][774].

A lógica de ocupação do espaço pelos Xavante era embasada em grupos familiares, e a estrutura familiar era poligâmica, com o homem casado muitas vezes com mais de uma irmã. O genro morava com a família do pai da mulher (WELCH et al, 2013, p.16). Não só a poligamia era incompatível com as práticas territoriais proposta pelos colonizadores. Nos sertões, as aldeias semicirculares Xavante eram estratificadas politicamente a partir de classes etárias, no caso, formada por oito diferentes classes que compreendem quarenta anos, em média cinco anos cada. Tanto homens, quanto as mulheres eram separados por classes de idade. Os homens, entretanto, tinham na classe a qual pertenciam o diferencial ao direito a voz nos encontros realizados no pátio da aldeia (warã). Eram realizadas reuniões diárias pelo conselho dos homens, que ocorriam no início das manhãs e finais de tarde (WELCH et al, 2013, p.13-14).

O manejo de mundo Xavante tinham traços culturais semelhantes aos outros povos ditos tapuia na documentação do século XVIII. Eles usavam “de forno de terra, a caça coletiva, os costumes de gritar conselhos e exortações para a aldeia ao amanhecer e ao noitecer, de grupos de rapazes saírem cantando em torno da aldeia ao anoitecer e o de se aranhar com dentes até o sangue escorrer, para ficar forte” (MAYBURY-LEWIS, 2014, p.19)

---

[770] OFÍCIO do [governador e capitão-general de Goiás], Tristão da Cunha Meneses, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, sobre a captura de alguns índios Xavantes pela bandeira composta de quarenta soldados da Companhia de Pedestres, armados e municiados, e de quarenta índios da nação Kayapó da aldeia Maria I [10.12.1784] AHU_ACL_CU_008, Cx. 35, D. 2168.
[771] Idem.
[772] Idem.
[773] Idem.
[774] Idem.

Além da divisão etária e por gênero havia por linhagem e clã. A linhagem eram linhas de descendência, entendido como "posse de conhecimento que se pode herdar" (WELCH et al, 2013, p.15). Logo, havia determinadas formas de fazer e saber que pertenciam à determinada linhagem de descendência, o que não impossibilitava ser apropriada por outra linhagem. Logo, esses conhecimentos secretos eram transmitidos e poderiam versar sobre como controlar animais, fenômenos naturais ou reger atividades rituais (idem), acrescenta-se aplicar conhecimentos medicinais.

O desejo dos agentes da Coroa era imprimir uma nova territorialidade nos Xavante, fazendo-os migrar para a fronteira com a sociedade colonizadora para morar em aldeamentos portugueses, normatizadas pelo Diretório dos Índios e Instruções de 1771. Havia motivação ideológica, os *gentios* deveriam mudar suas convicções sobre o sagrado, pois como acreditava o governador Tristão "vivem sem conhecimento do verdadeiro Deus que nos criou os pretende tirar da habitação dos matos, para serem batizados e os instruir na doutrina e lei dos Cristãos para como filhos da Igreja" [775].

Em caso dos Xavante colocarem em dúvidas as ofertas de vassalagem, o comandante deveria por intermédio do *língua* propor que "mandem seis, sete, ou o que quiserem para virem com a bandeira e examinarem pessoalmente (..) livremente os deixaram tornar a qualquer hora que quiserem para comunicarem aos mais o que por cá passam e o como os tratam" [776]. Em caso de uma negativa do convite para acompanharem a bandeira, "recomenda S. Ex. mais ao Snr. Comandante que veja o melhor modo com que poderá conduzir 5, 6 ou 7 índios para virem quando não queiram por vontade, sem maior ofensa" [777]. Ou seja, caso eles não aceitem vir por vontade, os sequestre.

A bandeira saiu dia 23 de julho de Crixás, percorreu por quatro meses as terras Xavante. Apesar das ordens ao contrário, os sertanistas tiveram um combate com Xavante, nos qual muitos *gentios* morreram. A justificativa apontada pelo comandante da bandeira ao governador era que "que no dia 13 de setembro em que alcançou um índio com sua mulher e filho a mandará pegar sem que se ofendessem" [778]. Dois dias depois, a bandeira alcançou "um

---

[775] OFÍCIO do [governador e capitão-general de Goiás], Tristão da Cunha Meneses, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, sobre a captura de alguns índios Xavantes pela bandeira composta de quarenta soldados da Companhia de Pedestres, armados e municiados, e de quarenta índios da nação Kayapó da aldeia Maria I [10.12.1784] AHU_ACL_CU_008, Cx. 35, D. 2168.
[776] Idem.
[777] Idem.
[778] Idem.

maior corpo dos ditos índios, e que mandando-lhe dar cerco para os obrigar a vir falar lhe fez saber pelos *línguas* e intérpretes”[779] as ditas ofertas.

Os Xavante não aceitaram as propostas, afirmaram “não quererem pazes com os brancos, nem aceitaram o presente que eu lhe mandava” [780]. Logo, o comandante ordenou o ataque, matando alguns homens Xavante e trazendo “13 presas a saber um homem de guerra, seis mulheres, e seis crianças, os quais mandei seguir em direitura a aldeia de S. José de Mossâmedes” [781]. O plano naquele apresamento era envia-los de volta as suas aldeias na próxima seca, para que fossem “convidar os seus para que venham viver de baixo da Alta Proteção de S. Maj”[782].

Em 1785, uma nova bandeira foi enviada para propor “paz” aos Xavante. Essa formada por noventa e quatro homens armados, sendo quarenta Kayapó e dezoito Akroá. Depois de três meses foram até a vila Boa “trazendo desta nação um valioso cacique e 6 mulheres, e 2 crianças” [783]. Segundo o próprio governador Tristão, ele fez agrados aos Xavante que ficaram alojado no aldeamento São José de Mossâmedes e depois de um tempo os persuadiu a voltar a sua terra e trazer o restante de sua aldeia. O *maioral* foi batizado de Tristão pelo governador.

O *maioral* foi enviado para propor o termo de vassalagem e o aldeamento das aldeias Xavante. Foi obrigado a deixar sua mulher na vila “para sinal de que havia de voltar” [784]. Levou outras cinco mulheres, quando na “nossa última povoação ali deixou as índias por irem cansadas, e partiu o dito cacique e um índio da mesma nação que nós já cá tínhamos” [785]. Os termos do tratado de vassalagem deveriam ser ditos “pelo *língua* que para o mesmo fim leva

---

[779] OFÍCIO do [governador e capitão-general de Goiás], Tristão da Cunha Meneses, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, sobre a captura de alguns índios Xavantes pela bandeira composta de quarenta soldados da Companhia de Pedestres, armados e municiados, e de quarenta índios da nação Kayapó da aldeia Maria I [10.12.1784] AHU_ACL_CU_008, Cx. 35, D. 2168.
[780] Idem.
[781] Idem.
[782] Idem.
[783] OFÍCIO do [tenente de Cavalos da Guarnição de Goiás] José Rodrigues Freire, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, sobre a formação de uma bandeira para seguir rumo aos alojamentos dos índios Xavantes e Xerentes, composta de quarenta índios Kayapó e dezoito Akroás [20.09.1785]. AHU_ACL_CU_008, Cx. 36, D. 2189. No documento AHU_ACL_CU_008, Cx. 36, D. 2199 é apontado à existência de seis crianças.
[784] OFÍCIO do [tenente de Cavalos da Guarnição de Goiás] José Rodrigues Freire, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, sobre a formação de uma bandeira para seguir rumo aos alojamentos dos índios Xavantes e Xerentes, composta de quarenta índios Kayapó e dezoito Akroás [20.09.1785]. AHU_ACL_CU_008, Cx. 36, D. 2189.
[785] Idem.

da Nação Akroá”[786]. Era prática comum portuguesa manter sobre vigilâncias os familiares dos *línguas*, e no caso do *maioral*, para que realizassem as missões e voltassem, o que explica as mulheres ficarem. O maioral Xavante levou como presente “quatro machados pequenos, dois fações, seis tesouras, dois espelhos, e seis maços de miçangas” [787].

O tenente da tropa de dragões Manoel José de Almeida foi o encarregado da tropa que ficou a postos esperando o Xavante Tristão e o *língua* voltarem. Na espera recolheu índios Xavante que estavam sendo administrados nas fazendas. Segundo o governador, citando o tenente, no “arraial de Amaro Leite achei uma índia de nação Xavante sujeita ao cativeiro com um filho da idade de 4 para 5 anos. Como tão bem um rapaz da mesma nação de idade de 14 a 15 anos os quais fiz recolher ao meu quartel com as Índias”[788]. Além desses recolheu um índio Xavante que estava em mão do vigário da vara de Pilar, a mando do governador[789].

Assim como ocorreu com os Curumarê (Iny), quando o governador Conde dos Arcos tentou aldea-los na década de 1750, os Xavante que estavam sendo tratados como índios administrados nas fazendas eram recolhidos para formar o novo aldeamento. Tirar Xavante do cativeiro poderia ter sido parte do acordo entre agentes coloniais e Xavante. Poderia ser tentativa do governador de seguir a lei, que proibia o cativeiro de índios de nações aliadas, como seriam o Xavante com a assinatura do termo de vassalagem. Também, poderia ser uma maneira de conseguir *línguas* para as incursões com destino aos Xavante, os quais poderiam contribuir com o aldeamento. Tática semelhante foi usada pelo Conde dos Arcos com os Akroâ e Xacriabá.

O tenente, junto a um cabo de esquadra e oito soldados da tropa de pedestres deveriam se atentar aos sinais indicativos percebidos na chegada da aldeia Xavante, que adentraria pelo arraial de Amaro Leite e deveria ser encaminhada a vila Boa de Goiás. A dúvida era se viriam e caso viessem o fariam em paz? Para identificar as intenções se deveria avaliar se primeiro: “se vem só homens de guerra. Segundo a quantidade de armas que trazem. Terceiro em que distância deixaram o feminino. Quarto se tem vindo fazendo os fogos que costumam”[790].

---

[786] OFÍCIO do [governador e capitão-general de Goiás], Tristão da Cunha Meneses, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, sobre as instruções para o estabelecimento e a manutenção do aldeamento s índios Xavantes [23.01.1786]. AHU_ACL_CU_008, Cx. 36, D. 2199.
[787] Idem.
[788] Idem.
[789] Idem.
[790] Idem.

Após quatro meses e quinze dias "entravam nessa vila com 3 índios e uma índia, os índios faziam coroas abertas"[791], aparentemente um deles era irmão de Tristão. Segundo o relato um dos *maiorais* Xavante mandou

> (..) dizer tem grande gosto de ser vosso amigo por conhecer que vos dareis o de melhor coração que cá tem vindo, e para firmeza de que quer a paz convoco, vos envia aqui o seu arco e suas flechas, e também a sua pluma, e que de toda a sua gente partia de lá daqui a tantas luas, a vir viver nas nossas terras que lhe mandeis fazer grande roça ou lavora de milho, farinha de pau, batatas, aipins, carazes[792]

Os termos que o *maioral* solicitou para que os seus se aldeassem, segundo a documentação portuguesa, foram os seguintes:

> 1ºQue Vossa Ex.a lhes mandar botar uma roça grande com muito milho, feijão, batatas, carazes , amendoins e mandioca. 2º que lhe mandara V.Ex.a fazer ranchos bastante para que é muita a Gente. 3º Que no princípio a sua que vem tomara V. Ex.a a mandar os ditos Índios com gente nossa e mantimentos bastantes para se poderem transportar para essa Capital porque como tem paragens com poucas montarias e trazem muitas crianças temem que lhes morram os filhos de fome a faltar-lhe velocidade[793].

O governador solicitou aos juízes ordinários dos julgados de Crixás e Pilar que angariassem escravos com os moradores para fazer roças. Duzentos e dezesseis negros com suas ferramentas fizeram roça, “nas margens de um ribeira chamada Carretão, e neste mesmo

[791] OFÍCIO do [tenente de Cavalos da Guarnição de Goiás] José Rodrigues Freire, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, sobre a formação de uma bandeira para seguir rumo aos alojamentos dos índios Xavantes e Xerentes, composta de quarenta índios Kayapó e dezoito Akroás [20.09.1785]. AHU_ACL_CU_008, Cx. 36, D. 2189.
[792] Idem.
[793] OFÍCIO do [governador e capitão-general de Goiás], Tristão da Cunha Meneses, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, sobre as instruções para o estabelecimento e a manutenção do aldeamento s índios Xavantes [23.01.1786]. AHU_ACL_CU_008, Cx. 36, D. 2199.

sítio se lhe há de fazer a sua aldeia denominada Aldeia de D. Pedro 3º” [794]. Carretão ficava a vinte e duas léguas da capital[795].

O governador mandou que “dentro do tempo de dois meses roçar, plantar e capinar 24 ¾ alqueire de milho, muita mandioca, muita batata, muito cará, muita abóbora, e todas as mais plantas de que eles usam nas suas terras, e de que eles mais gostam [1786]”[796]. Enviou o Xavante Tristão conferir as roças. Ordenou que se desviassem água do rio Carretão para que se fizessem fábricas “como são engenho de fazer farinha de milho, roça de mandioca, e roda de fiar algodão”[797]. O desvio da água foi realizado, foi feita uma represa na parte alta e se desviou a água por mais de “668 braças de comprimento com mais de 10 calhas de água, montando á altura de 90 palmos, no seu declive ao rio denominado Carretão”[798]. Aparentemente, o grosso do ouro utilizado para fazer a roça e erguer as primeiras construções do aldeamento Carretão partiu dos moradores de Crixás e Pilar.

MAYBURY-LEWIS afirmou que a Coroa em 1787 “enviou outra expedição para encontrar o Xavante perto de Amaro Leite. Dessa vez, um grande grupo de Xavante tentou pegar as tropas de surpresa na esperança de eliminá-la” (2014, p.25). O que a documentação indica é que o comandante da bandeira era Manoel José de Almeida. Ele foi junto a soldados pedestres e “índios da Nação Kayapó, e alguns Akroá, para lhe servirem de interpretes a encontrar no sertão de Amaro Leite com o gentio, para socorrer com mantimentos, e dar as precisas providências para a sua condução” [799] para o aldeamento Carretão.

O acordo foi intermediado pelo *língua* Tristão e combinado um ponto de encontro, para que a aldeias Xavante seguissem para ser aldeados. Com a demora, Tristão seguiu com

---

[794] OFÍCIO do [tenente de Cavalos da Guarnição de Goiás] José Rodrigues Freire, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, sobre a formação de uma bandeira para seguir rumo aos alojamentos dos índios Xavantes e Xerentes, composta de quarenta índios Kayapó e dezoito Akroás [20.09.1785]. AHU_ACL_CU_008, Cx. 36, D. 2189.

[795] Relação da Conquista do *Gentio* Xavante. Ilmo. Ex.mo Senhor Tristão da Cunha Menezes, Governador, e Capitão General da Capitania de Goyaz, Oferecido ao Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor Luiz Pinto de Sousa Coutinho, Senhor da Casa de Balfemão (Balsemão?), Ministro, e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, e de Guerra. Lisboa: Na Typolog. Nunesianna anno M. DCC. XC. , p.19. Biblioteca Digital Mario de Andrade <http://docvirt.com/DocReader.Net/DocReader.aspx?bib=LIVROSMP&Pasta=&pesq= acessado em 03.08.2016>, p.14

[796] OFÍCIO do [governador e capitão-general de Goiás], Tristão da Cunha Meneses, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, sobre as instruções para o estabelecimento e a manutenção do aldeamento s índios Xavantes [23.01.1786]. AHU_ACL_CU_008, Cx. 36, D. 2199.

[797] Idem.

[798] Idem.

[799] Relação da Conquista do *Gentio* Xavante. Ilmo. Ex.mo Senhor Tristão da Cunha Menezes, Governador, e Capitão General da Capitania de Goyaz, Oferecido ao Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor Luiz Pinto de Sousa Coutinho, Senhor da Casa de Balfemão (Balsemão?), Ministro, e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, e de Guerra. Lisboa: Na Typolog. Nunesianna anno M. DCC. XC. , p.19. Biblioteca Digital Mario de Andrade <http://docvirt.com/DocReader.Net/DocReader.aspx?bib=LIVROSMP&Pasta=&pesq= acessado em 03.08.2016> p.15.

uma escolta, quando encontrou um grupo de guerreiros Xavante que estava fazendo montarias (caçando, ou pescando). Esse grupo após conversa com o comandante da bandeira voltou ao sertão e retornou com grande número de guerreiros. Um índio Akroá teria avisado os Xavante do perigo de se associar com os português[800]. Não se sabe se o Akroâ era um dos *línguas* da tropa.

Um cacique Kayapó que estava em sua segunda bandeira contra os Xavantes, argumentou com eles que

> (..) tinha acompanhado os brancos aquela diligencia, que eles eram maus; pois que a sua nação se rendera logo a primeira instância dos brancos, e que eles se desenganassem inteiramente, que a não aceitarem as proposições, que se lhe tinham feito, e a continuarem nos seus insultos, e rapinas, que todo o poder dos brancos acompanhado dele Kayapó, e das mais Nações Akroá, Xacriabás, Karajá, e Javaés, recairia sobre eles[801]

A aliança dos portugueses com os Kayapó e com outras nações indígenas pesou na negociação com Xavante. O acordo foi selado com o envio pelos Xavante de trinta e oito guerreiros, que foram até a capital e depois foram enviado para o Carretão. A lideranças Xavante prometeram enviar as aldeias para o aldeamento, pois que passasse a próxima estação chuvosa, que chamou de inverno (+/- nov-abr). A bandeira de 1787 foi enviada por Tristão da Cunha Meneses, para "com efeito reduzir-se ao grêmio da igreja e vassalagem" os Xavante. A bandeira levava

> (..) as promessas e já preliminares de paz que se havia principiado tratar pelos espias e *línguas*, que eu ocupava desse muito tempo na mesma diligência com alguns dos chefes da dita nação, não deixou de me por em algum gênero de desconfiança e suspeita o pequeno nº de índios que acompanharam a referida bandeira no seu regresso, que não passaram de trinta e oito, entre os quais algumas mulheres, sendo que em razão de suas promessas me havia preparado a receber o corpo da nação para

[800] Relação da Conquista do *Gentio* Xavante. Ilmo. Ex.mo Senhor Tristão da Cunha Menezes, Governador, e Capitão General da Capitania de Goyaz, Oferecido ao Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor Luiz Pinto de Sousa Coutinho, Senhor da Casa de Balfemão (Balsemão?), Ministro, e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, e de Guerra. Lisboa: Na Typolog. Nunesianna anno M. DCC. XC. , p.19. Biblioteca Digital Mario de Andrade <http://docvirt.com/DocReader.Net/DocReader.aspx?bib=LIVROSMP&Pasta=&pesq= acessado em 03.08.2016>, p.15-16

[801] Idem, p.16.

> o que se tinha prevenido grande roça e plantações no sítio nomeado Carretão, distante desta vila ao pé de trinta léguas [grifo nosso] [802]

O governador enviou "espias e línguas" no processo de negociação, provavelmente índios administrados Xavante, ou *línguas* Akroâ. Os trinta e oito Xavante que foram enviados ao Carretão deveriam ter ficado impressionados com as grandes roças e com o rio desviado que alimentava as fábricas de farinha e roda de fiar algodão. Houve tratamento cordial realizado a mando do governador, permitindo-os conhecer arraiais e vila Boa e terem acesso direto ao governador, além da experiência de conhecerem o aldeamento São José de Mossâmedes, antes de serem enviados ao Carretão.

Apesar do pequeno número de Xavante descidos, o governador viu com bons olhos o que se sucedeu depois. Os ataques dos Xavante cessaram, apesar dos diversos encontros pontuais, como quando no "Arraial do Pontal grande nº deles [entrou] em confiança e amizade" [803]. A explicação do governador quanto ao pequeno número deles foi que depois de anos de conflito e o conhecimento que os Xavante tinham dos colonizadores fez com que enviassem pequeno grupo para avaliar "o tratamento e agasalho que lhe fazíamos no que tendo posto e atualmente tenho o maior cuidado a respeito dos que ainda aqui se acham franqueando eles não só na referida aldeia, mas nesta vila e em qualquer povoação"[804].

O método de descimento e aldeamento colocado em prática por Tristão da Cunha Meneses era pautado nas experiências exitosas dos dois últimos governadores, baseados no Diretório dos Índios e nas Instruções de 1771[805]. Esse método consistia basicamente na prática de "convencimento", ou "persuasão", para que os ditos *gentios* desçam dos sertões para os aldeamentos portugueses a partir da adulação e do castigo.

Para o governador estava claro os objetivos que levavam a aplicação do que chamou de "sistema", pois acreditava ser possível "converter a fé imensas almas, o aumentar o

---

[802] OFÍCIO do [governador e capitão-general de Goiás], Tristão da Cunha Meneses, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar] D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre retorno de uma bandeira com um número reduzido de índios Xavantes conquistados, e a necessidade de se construir um Registro no rio Tocantins, a fim de se evitar o extravio de ouro em pó [20.06.1787] AHU-Goiás AHU_ACL_CU_008, Cx. 36, D. 2228.
[803] Idem.
[804] Idem.
[805] OFÍCIO do contador geral da Contadoria Geral do Território da Relação do Rio de Janeiro, África Oriental e Ásia Portuguesa, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro], sobre os índios Xavantes, Akroás, Xacriabás e suas aldeias; a necessidade de se povoar a América Portuguesa com os nativos da terra; o exemplar modelo dos franceses e ingleses no povoamento da América do Norte; as experiências frutíferas que mostraram serem os índios do Brasil não feras indômitas, mas homens hábeis para toda educação, e acerca das medidas a tomar para se implementar a civilização indígena sem diminuição dos rendimentos reais [17.10.1788] *AHU_ACL_CU_008, Cx. 37, D. 2291.*

número dos habitantes, e consequentemente as forças coloniais; o animar a indústria, o promover os interesses da agricultura, e do comércio, e o estender os domínios, e as possessões"[806]

Tristão da Cunha Meneses percebia os aldeamentos como espaços formativos, instituições para "os persuadir, ao exercício dos diferentes trabalhos que se lhes houverem de ensinar (..) animando-os ao mesmo tempo com alguns gênero de prêmios" [807]. Além de ensinar ofícios, destinam a instruir o comércio, como dito: "inspirar-lhes a louvável ambição de negociarem com os tropeiros, recebendo destes as drogas necessárias para o vestuário, em troca de mantimentos que lhes venderem" [808]. O aldeamento serviria também para "regular educação, termos homens úteis à religião, e ao Estado"[809].

Quando se iniciou o período de seca, alguns Xavante foram enviados para encontrar os demais, como tinha sido acordado. Em 1788, um oficial chamado José de Melo estava construindo uma casa de registro no rio Tocantins, o primeiro pelo lado de Goiás. Soube nesse momento de um grande grupo de Xavante que estavam acampados há oito léguas do arraial de Alagoas. No intuito de "reduzi-los se encaminhou a eles, só com três homens desarmados, e um *língua*: e chegando a avista-los em pouca distância, largou os homens, e só com o mesmo *língua* se foi encontrar com eles"[810]. Os Xavante aceitaram a proposta e com isso, um grupo de oitocentos e sessenta e nove se encaminhando em direção ao Arraial de Pontal, ficando por três dias até se juntarem aproximadamente duas mil e quinhentas pessoas[811].

O que o governador não esperava, segundo as suas palavras, era que os Xavante adentrassem de maneira "tão improvisada e inesperada multidão se não quando eles já se entranhavam pela capitania não me deixando mais lugar que de providenciar sobre a sua marcha e dirigi-la por parte menos perigosa a sua entrada"[812]. Tristão estava preocupado com

---

[806] OFÍCIO do contador geral da Contadoria Geral do Território da Relação do Rio de Janeiro, África Oriental e Ásia Portuguesa, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro], sobre os índios Xavantes, Akroás, Xacriabás e suas aldeias; a necessidade de se povoar a América Portuguesa com os nativos da terra; o exemplar modelo dos franceses e ingleses no povoamento da América do Norte; as experiências frutíferas que mostraram serem os índios do Brasil não feras indômitas, mas homens hábeis para toda educação, e acerca das medidas a tomar para se implementar a civilização indígena sem diminuição dos rendimentos reais [17.10.1788] *AHU_ACL_CU_008, Cx. 37, D. 2291.*
[807] Idem.
[808] Idem.
[809] Idem.
[810] Idem.
[811] Idem.
[812] OFÍCIO [governador e capitão-general de Goiás], Tristão da Cunha Meneses ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, sobre uma redução de índios da nação Xavante, no sítio do Carretão, próximo a Vila Boa, e acerca da importância dessa medida para a paz na capitania [08.01.1788]. AHU-Goiás AHU_ACL_CU_008, Cx. 37, D. 2257.

a alimentação, pois tinha sido um ano de pouca produção agrícola e as finanças da capitania estavam ruins.

Em outro documento de 1788, o cálculo que o governador fazia era de ter entrado em torno de três mil Xavante. Em dado documento solicita poder utilizar do ouro da Fazenda Real, fazendo menção de querer mexer no quinto para cobrir os gastos, visto, somente até quinhentos aldeados acreditava que os moradores conseguiriam manter com suas roças por certo tempo de maneira voluntária[813].

O plano do governador era dividir os Xavante em duas aldeias, uma parte iria para a aldeia do rio Carretão e a outra na aldeia de Salinas. O motivo seria "tanto para bem da subsistência, como para lhes diminuir o orgulho, que lhes podia fomentar o seu grande número"[814]. A distância de uma aldeia a outra seria de quarenta léguas. Tanto no Carretão, quanto nas Salinas havia roças e gados para os novos estabelecimentos[815]. José Pinto da Fonseca ficou responsável por organizar uma estrutura base para receber os Xavante no Carretão e o sargento mor da cavalaria Álvaro José Xavier propor a divisão dos Xavante.

Os Xavante não aceitaram a divisão e disseram que quando "se determinaram a abandonar as suas brenhas, era para viverem com os brancos, e não em tanta distância, quanta era das Salinas, cujo clima era deles bem conhecido por pouco sadio, e muito infestado de mosquitos"[816].

Demoraram seis meses para alcançar o Carretão, chegando a sete de janeiro de 1788, "fizeram a entrada ao som de (..) instrumentos, alaridos, danças, de que se compõe os seus festejos ao seu uso" [817] . O interesse dos Xavante era ir para a vila Boa, o que fez o governador solicitar a José Pinto da Fonseca que os encaminhasse ao Carretão, pois "contendo-os ali, não lhe permitindo o virem inundar a capital, como pretendiam, o que lhe causaria a última ruína em um ano da maior esterilidade"[818]. Devido ao grande número, o governador somente recebeu os *maiorais* em vila Boa, foram levados a Igreja Matriz e

---

[813] OFÍCIO [governador e capitão-general de Goiás], Tristão da Cunha Meneses ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, sobre uma redução de índios da nação Xavante, no sítio do Carretão, próximo a Vila Boa, e acerca da importância dessa medida para a paz na capitania [08.01.1788]. AHU-Goiás AHU_ACL_CU_008, Cx. 37, D. 2257.

[814] Relação da Conquista do *Gentio* Xavante. Ilmo. Ex.mo Senhor Tristão da Cunha Menezes, Governador, e Capitão General da Capitania de Goyaz, Oferecido ao Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor Luiz Pinto de Sousa Coutinho, Senhor da Casa de Balfemão (Balsemão?), Ministro, e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, e de Guerra. Lisboa: Na Typolog. Nunesianna anno M. DCC. XC. , p.19. Biblioteca Digital Mario de Andrade <http://docvirt.com/DocReader.Net/DocReader.aspx?bib=LIVROSMP&Pasta=&pesq= acessado em 03.08.2016>

[815] Idem.

[816] Idem.

[817] Idem.

[818] Idem.

recebidos com "agasalho e ostentação possível" [819]. Depois de alguns dias foram enviados de volta ao Carretão.

O *maioral* Arientomô-laxe-qui – Xavante de Quá – foi quem assinou o termo de vassalagem (KARASCH , 2005, p.484). O governador ordenou o batismo dos inocentes pelo vigário de Pilar, receberam o sacramento "quatrocentos e doze, apesar de parte das famílias estarem ausentes da aldeia, e entranhadas pelos bosques por fugirem de uma epidemia, que ali os atacou logo na sua chegada, da qual faleceram cento e tantos, todos receberam batismo no último trânsito"[820].

Afirmou o governador Tristão, que

> Entre as nações domesticadas até o presente, é este *gentio* o que nos tem restituído com a sua chegada várias pessoas de todas as sortes, a quem havia perdoado a sua barbaridade nas ocasiões de cometerem os insultos, e conduzido as suas terras para ai se servirem delas como em cativeiro, entre estas voltaram tão bem alguns escravos, que haviam sido de mineiros, e por eles se confirmam noticias, que já havia de ser fertilíssimo por aquelas partes do Sertão e descobrirem-se nele boas formações para se extrair ouro [821]

No total de "quatorze pessoas nossas, que se achavam prisioneiras, tanto libertos, como cativos; e entre estes alguns brancos, que há bastantes anos se achavam em seu poder"[822]. O governador procurou indagar a esses retornados se havia ouro nos sertões Xavante. Os retornados seriam *línguas* em potencial, pois alguns moraram muitos anos entre

---

[819] CARTA [governador e capitão-general de Goiás], Tristão da Cunha Meneses, à rainha [D. Maria I], sobre um aldeamento com cerca de três mil índios da nação Xavante criada no sítio do Carretão, distante vinte léguas de Vila Boa e denominada Pedro lII, e as despesas feitas com tal empresa [10.04.1788] *AHU_ACL_CU_008, Cx. 37, D. 2261.*

[820] Relação da Conquista do *Gentio* Xavante. Ilmo. Ex.mo Senhor Tristão da Cunha Menezes, Governador, e Capitão General da Capitania de Goyaz, Oferecido ao Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor Luiz Pinto de Sousa Coutinho, Senhor da Casa de Balfemão (Balsemão?), Ministro, e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, e de Guerra. Lisboa: Na Typolog. Nunesianna anno M. DCC. XC. , p.25. Biblioteca Digital Mario de Andrade <http://docvirt.com/DocReader.Net/DocReader.aspx?bib=LIVROSMP&Pasta=&pesq= acessado em 03.08.2016>

[821] CARTA [governador e capitão-general de Goiás], Tristão da Cunha Meneses, à rainha [D. Maria I], sobre um aldeamento com cerca de três mil índios da nação Xavante criada no sítio do Carretão, distante vinte léguas de Vila Boa e denominada Pedro lII, e as despesas feitas com tal empresa [10.04.1788] *AHU_ACL_CU_008, Cx. 37, D. 2261.*

[822] Relação da Conquista do *Gentio* Xavante. Ilmo. Ex.mo Senhor Tristão da Cunha Menezes, Governador, e Capitão General da Capitania de Goyaz, Oferecido ao Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor Luiz Pinto de Sousa Coutinho, Senhor da Casa de Balfemão (Balsemão?), Ministro, e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, e de Guerra. Lisboa: Na Typolog. Nunesianna anno M. DCC. XC. , p.25. Biblioteca Digital Mario de Andrade <http://docvirt.com/DocReader.Net/DocReader.aspx?bib=LIVROSMP&Pasta=&pesq= acessado em 03.08.2016>

os Xavante. Os moradores do arraial de Pontal aproveitando a recente migração Xavante adentraram em suas terras e encontrassem algum ouro[823].

Com a epidemia de sarampo muitos Xavante morreram, ou fugiram do Carretão para os matos. Em 1791, o governador Tristão da Cunha Meneses informou que "os Xavante [estavam] novamente aldeado" e agradeceu a "grandiosa oferta, que consta do oficio dirigido a Real Fazenda", de "gêneros"[824]. Segundo David Maybury-Lewis, devido o grande número de Xavante no Carretão, parte foi transferida para Salinas anos depois (2014, p.26). Em 1800, o empreendimento em Salinas tinha fracassado, "o experimento maior em Carretão teve pouco mais sucesso. Na década de 1820, eles haviam se reduzido a pouco mais de 200 Xavante descontentes"(idem).

Os conflitos entre Xavante e colonizadores não cessou com os aldeamentos, aparentemente havia aldeias nos sertões combativas dos mineiros. David Maybury-Lewis cita o caso de mortes feitas por Xavante, assim como de colaboração com os mineiros, em fins do século XVIII (2014,p.26). A partir da virada do século, os Xavante começam a ser referidos pelos portugueses como nação aliada dos Xerente. Os Xerente estariam a leste do Tocantins, enquanto os Xavante entre o Tocantins e o Araguaia. David Maybury-Lewis tem a hipótese que a distinção entre as duas nações de sociocultura Akwén ocorreu devido à separação geográfica, oriunda da ocupação pelos colonizadores do rio Tocantins a partir da década de 1780. (2014, p.31).

Apesar de a designação Xerente surgir somente no século XIX, a área ocupada por eles era trilhada por mineiros desde "em 1741, houve relatos de muito ouro na região do Rio do Sono e a área entre os rios Tocantins e Manuel Alvez Grande foi, portanto, totalmente explorada. Ali é o coração do que todos os autores concordam como sendo 'território Xerente'" (MAYBURY-LEWIS, 2014, p.27).

David Maybury-Lewis afirma que em 1813, a confederação formada por aldeias Xavante, Xerente e Karajá destruí o forte de Santa Maria do Araguaia (2014,p.26). As mortes devido à guerra contra os colonizadores levou Xerente e Xavante a se afastarem das margens

---

[823] Relação da Conquista do *Gentio* Xavante. Ilmo. Ex.mo Senhor Tristão da Cunha Menezes, Governador, e Capitão General da Capitania de Goyaz, Oferecido ao Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor Luiz Pinto de Sousa Coutinho, Senhor da Casa de Balfemão (Balsemão?), Ministro, e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, e de Guerra. Lisboa: Na Typolog. Nunesianna anno M. DCC. XC. , p.25. Biblioteca Digital Mario de Andrade <http://docvirt.com/DocReader.Net/DocReader.aspx?bib=LIVROSMP&Pasta=&pesq= acessado em 03.08.2016>.

[824] OFÍCIO do [governador e capitão-general de Goiás], Tristão da Cunha Meneses, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, sobre o socorro enviado ao governo de Mato Grosso, devido ao estado crítico em que se encontra aquela capitania; os suspeitosos preparativos dos seus vizinhos [províncias dos domínios espanhóis], e agradecendo os gêneros oferecidos pela rainha [D. Maria I] aos índios Xavantes [27.03.1791]. *AHU_ACL_CU_008, Cx. 38, D. 2366*.

do Tocantins. Enquanto Xerente seguiam a leste, haviam migração das aldeias Xavante do interflúvio do Tocantins e Araguaia, atravessando o Araguaia em direção ao Mato Grosso entre 1817 e 1820 (2014, p.28).

Os Xavante, diante da guerra com os colonizadores, agiam em busca de compreender os ocidentais. Quando os Xavante começaram a sequestrar negros e colonos, passaram a se mestiçar como projeto de agência indígena diante do invasor, tecnologicamente superior. Antes mesmo de serem aldeados, já utilizavam armas de fogo, ferramentas de metal e táticas de guerra adequadas ao combate dos mineiros e as bandeira, além de terem aumentado em número com o casamento de suas mulheres com africanos.

O uso pelos portugueses de *línguas* foi central para o aldeamento dos Xavante, a metodologia usada pelo governador Tristão da Cunha Meneses, com algumas poucas modificações, foi a mesma que Barão de Mossâmedes usou com os Karajá e Javaés, e Luis da Cunha Meneses com os Kayapó. Sequestravam-se alguns índios, geralmente com uso de violência e causando mortes, escolhia-se os de estirpe nobre (geralmente *maiorais* ou parentes deles), eram tratados de maneira "especial", como morar na casa e ter o governador como padrinho e receber tratamento diferenciado por alguns meses no aldeamento modelo de São José de Mossâmedes, para, por fim, serem enviados com a missão de convencer sua aldeia a se aldear. Como prova de que os *línguas* voltariam dos sertões, de sua missão, estava a sua família mantida sobre os "cuidados" das tropas.

O processo de contato entre ocidentais e os Xavante se diferenciou pela agencia indígena, pois convidavam, ou sequestravam negros, portugueses e nascidos no Brasil, e os levavam a morar em suas aldeias, incluindo-os em seu manejo de mundo, ao mesmo tempo, que aprendendo com eles as práticas territoriais ocidentais. Os Xavante usavam esses forasteiros como *línguas*, pois eram intermediários do conhecimento ocidental, saber apropriado em favor do bem estar indígena.

.

Considerações finais

Há dificuldade em apontar conclusões assertivas em tema tão controverso como o choque entre civilizações que ocorreu no século XVIII em Goiás. O tipo de fonte consultada apresenta apenas a visão do colonizador, somado à complexidade do tema, dificultando escrever a versão indígena da história. A escolha pela análise da figura do *língua* é tentativa de desvelar um pouco dessa história não contada, encontrada em documentos que relatam descimentos e aldeamentos indígenas nos séculos XVIII e XIX.

O indígena foi lido nas entrelinhas dos documentos coloniais que versavam sobre interesses portugueses e o apresentavam o indígena como problema e solução para a ocupação do território pela empresa colonial. A política indigenista quanto aos *gentios* era baseada no *desinfestar os sertões* e na fundação de aldeamentos. A existência de aldeamentos não pressupunha menor violência contra o indígena, ou fim da política de *desinfestar os sertões*, como evidenciei na tese. Os *línguas* eram uma ponte entre a politica colonial e nativa.

Assim essa politica indigenista era um misto de eliminação física do indígena resistente e tentativa de assimilação daquele aberto ao diálogo. Só houve relações pacíficas entre indígenas e colonizadores devido o intermédio de *línguas*.

Entre os indígenas também havia a constituição de *línguas* para fazer interlocução. O Bororo enviado pelo *maioral* Karajá em 1775, para negociar com os portugueses indica isso. Comunicar em mais de uma *língua* e transitar nos costumes de mais de uma civilização era o papel do *língua*, era um fazer social mestiço e híbrido.

Era prática comum a administração de índios em Goiás, que viviam o cativeiro e lá aprendiam os costumes portugueses. Os índios administrados eram, em sua maioria, ladinos, dos quais muitos foram utilizados como *línguas* na interlocução entre nações indígenas e ocidentais.

Além dos índios administrados como *línguas*, na governança de Barão de Mossâmedes houve uma metodologia diferenciada de formação de *línguas*. Consistia no convite, aliciamento ou sequestro de *maiorais* e seus parentes, tratados de perto pelos governadores. Viviam na casa do governador, depois eram remetidos ao aldeamento modelo de São José de Mossâmedes onde viviam alguns meses, depois, enviados aos sertões para descer sua aldeia para aldeamento. A importância desse método de obtenção de *línguas* foi tal, que o Barão de Mossâmedes enviou cinco filhos de *maiorais* de nações diferentes para Portugal para se formarem como catequistas, para servirem de *línguas* quando voltassem a Goiás. Nos

aldeamentos pombalinos havia escolas que ensinavam língua portuguesa, catequese e costumes ocidentais, o que formava *línguas,* mesmo não expresso no Diretório dos Índios.

Os *línguas* selecionados pelos três governadores ilustrados, José de Almeida Vasconcelos Soveral e Carvalho [Barão de Mossâmedes] (1772-1778), Luís da Cunha Meneses (1778-1783) e Tristão da Cunha Meneses (1783-1800), tinham duplo caráter de liderança: eram de família de estirpe nobre entre os indígenas, do lado colonial eram afilhados de governadores, permitindo trânsito pelo sertões e território colonial. Cabia ao *língua* fazer a interlocução para que os indígenas assinassem tratados de vassalagem, migrassem para aldeamentos e se mantivessem sob as ordens dos agentes da Coroa. Os *línguas* foram agentes sociais importantes para frear guerras e amansar o colonizador, manter uma paz constantemente negociada nos aldeamentos.

Havia uma economia de perdas e ganhos entre os índios, a permanência de suas instituições em aldeamentos portugueses dependia da agência dos *línguas* e sua capacidade de negociação, assim como os *línguas* eram importantes para a manutenção dos projetos coloniais de expansão da mineração e criação de gado em terras indígenas.

Indígenas de diferentes nações moraram nos aldeamentos, junto a africanos, portugueses e ocidentais nascidos no Brasil. Logo, dessemelhantes rituais, calendários agrícolas, padrões alimentares, formas de trabalhar, línguas, costumes, religiosidades, medicinas, fenótipos, domesticação de animais e formas de cultivo, encontraram-se nos aldeamentos. Nos aldeamentos o manejo de mundo indígena se encontrou com as práticas territoriais ocidentais, a presença de ambas era negociada entre os índios e os agentes da Coroa, com intermediação dos *línguas*.

O intermédio dos *línguas* contribuía para manter instituições indígenas nos aldeamentos, às vezes, sobre um novo formato, mestiço, mas não menos indígena. Um caso emblemático é o da Kayapó Damiana da Cunha, *língua*, que tinha poder com os portugueses por sua capacidade de descer o Kayapó dos sertões, mantê-los em paz e empenhar sua mão-de-obra em fins coloniais. Seu poder quanto aos Kayapó vinha de sua ascendência de um reconhecido *maioral,* mas, também, de sua capacidade de negociar com os portugueses a permanência de instituições Kayapó dentro do aldeamento, obter ferramentas, armas, tecidos, animais de montaria, acesso à alimentação e medicina ocidental, aliança contra inimigos e frear a violência dos colonizadores.

A capacidade de agência dos *línguas* estaria em um jogo duplo, no qual deveria atender aos mandos dos agentes coloniais, enquanto mantinham sua legitimidade entre

indígenas como interlocutor. *Línguas* passaram, com a influência portuguesa, a assumir cargos de liderança entre os nativos e colonizadores como caciques, índios principais, cabos de tropas e missionários, em detrimento das lideranças conhecidas como *maioral* e pajé. Muitos dos *maiorais* encontrados na documentação eram também pajés, o que era impedimento para serem aceitos como lideranças pelos cristãos. Para ser liderança indígena reconhecida pelos portugueses nos aldeamentos era necessário conhecer a língua portuguesa e os costumes cristãos.

Em alguns casos a motivação dos indígenas em torno da migração para os aldeamentos era o fato de a aldeia ter sido dizimada nos sertões por epidemias e fome, por guerras contra outras nações ou contra os colonizadores. Os indígenas cobiçavam as ferramentas de metal e as armas, assim como os ocidentais almejavam o ouro. O desejo pela manufatura portuguesa, o convívio com *habitus* e costumes ocidentais, os concubinatos interétnicos, a catequese promovida por padres, as novas formas de gerenciar o tempo e o trabalho, o conhecimento de plantas alimentares e medicinais de outros continentes e a criação de animais domésticos desconhecidos, foram vetores de mestiçagem entre os indígenas.

Se o manejo de mundo indígena dos sertões, em parte, manteve-se nos aldeamentos foi pela capacidade de reflexibilidade dos agentes sociais quanto à aplicação de regras e recursos. Se os índios se apropriaram de práticas territoriais ocidentais, foi pelas experiências de contato. Muitas aldeias foram aldeadas mais de uma vez, em aldeamentos diferentes. Logo, a situação colonial encontrada nos aldeamentos implicou a manutenção, negação, hibridização e mestiçagem do manejo de mundo indígena e das práticas territoriais ocidentais, a partir de novas regras e formas de utilização dos recursos que cotidianamente eram negociados com colonizadores, indígenas de outras nações e escravos. Os indígenas se apropriavam das práticas territoriais ocidentais em favor da manutenção da reprodução social indígena, seja biológica, social ou cultural. A mestiçagem era estratégia de reterritorialização, tanto entre indígenas, quanto enre colonizadores.

Nos aldeamentos houve mestiçagens entre índios, ocidentais nascidos no Brasil, portugueses e escravos, mas também houve hibridizações entre diferentes sistemas sociais indígenas. Sociocultura Akwén (Akroâ, Xacriabá, Xavante), Iny (Karajá, Javaés etc), Paraniá (Kayapó do sul), Boé (Bororo) e tupi (Karijó e Tapirapé) frequentaram onze aldeamentos no século XVIII. Essas diferentes culturas e sociabilidades se encontraram no aldeamento modelo de Mossâmedes, referência e, em alguns casos, suporte que possibilitava a existência

dos outros. Esses encontros modificaram as relações entre essas diferentes nações, havia casamentos interétnicos e trocas culturais, amizades e cooperações que nos sertões não eram possíveis devido às guerras.

Pelo lado português, os aldeamentos também promoveram mestiçagem, desde os primeiros sertanistas muitas vezes de ascendência mameluca, concubinatos com índias, inseridos nas formas de sociabilidade e falantes de línguas nativas, como foi o caso de Antonio Pires de Campos. Assim como jesuítas, que pela sua prática missionária imitavam e eram confundidos com pajés, aprendiam línguas e costumes indígenas para melhor se inserir nos aldeamentos. Os mineiros e fazendeiros que possuíam escravos indígenas em suas propriedades a título de administrados também tiveram convívio com formas nativas de sociabilidade e de lido com o ambiente, misturando-se.

Os governadores Barão de Mossâmedes, Luis da Cunha Meneses e Tristão da Cunha Meneses conviveram diretamente com o manejo de mundo indígena, pois frequentavam aldeamentos e tiveram em sua residência lideranças indígenas de diferentes nações, às vezes, com permanência por meses. Os governadores aprenderam sobre a importância do manejo de mundo indígena, a ponto de ser construído um horto botânico no início do XIX, vinculado à existência dos aldeamentos, com o fito de aprender sobre o uso de plantas e animais medicinais, alimentares, uso de tinturas, cordoarias, madeira etc. A carta de Luis da Cunha Meneses a Tristão da Cunha Meneses é prova desse convívio. Os governadores ilustrados tinham como projeto o povoamento da América Portuguesa com súditos indígenas, o que acarretava nos parâmetros da ilustração vivenciar a experiência de conhecê-los.

Entendo o conceito de nação como central para pensar indígenas no período colonial. Quando se refere aos sertões, o conceito de nação aparece na documentação como uma denotação cruzada entre demarcação do território e dos seus moradores. Ser reconhecido pelos portugueses como de determinada nação indicava ser morador indígena de determinado território não controlado pela Coroa, mais do que pertencer a certa etnia.

Morar entre os colonizadores e ser reconhecido como de determinada nação indígena mudou de significado depois do Diretório dos Índios. O diretório reconhecia certa igualdade entre indígenas e colonos, quando além de conferir a liberdade dos índios, propunha o direito aos mesmos privilégios de receber mercês e poder ascender a cargos da Coroa, semelhante aos portugueses. Na prática, o Diretório possibilitou como normativa ser acessado como direito pelos indígenas. Quando os índios aldeados afirmavam não ser negros, reiteravam o diretório que indicava que os índios não possuíam infâmia, logo, não poderiam ser

escravizados. O diretório possibilitou índios ladinos defenderem sua liberdade, utilizar das regras que permeavam a situação colonial que os cerceava, a seu favor, afirmando sua procedência indígena como barreira contra a escravização.

Antes mesmo do Diretório dos Índios, indígenas acessavam as leis que permeavam a situação colonial que os cerceava a seu favor, como fez o indígena Bernardo Garcia, que entregou um requerimento afirmando ser Paresí e ser casado com uma índia da nação Pantanâ, ambas as nações na qual não recaiu o peso da guerra justa, e por isso a administração era ilegal.

Esperamos que essa tese contribua para a história indígena e para os indígenas. Uma nova história é possível, a invisibilidade dos indígenas nos textos de história é antes de tudo uma opção politica.

Referências bibliográficas

ABREU, Eurípedes B. de Freitas. *Contatos Interétnicos em Goiás Colonial* (Dissertação). Departamento de História UFG. 1992

ABREU, Jean L. Neves. Ilustração, experimentalismo e mecanicismo: aspectos das transformações do saber médico em Portugal no século XVIII. *Topoi*, v. 8, n. 15, jul.-dez. p. 80-104, 2007.

ADORNO, Rolena. *The indigenous ethnographer*: the "índio ladino" as historian and cultural mediation in SCHWARTZ, Stuart (org). Implicit Understandings: observing, reporting, and reflecting on the encounters between europeans and other people in the early modern Era. University of Cambridge Press, 1994

ALENCASTRE, José Martins Pereira. Anais da Província de Goiás. *Revista do IHGB*: 3º semestre - Tomo XXVII (segunda parte), 1864.

ALMEIDA, Maria Regina C. *Metamorfoses indígenas*: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

AMADO, Janaina. Região, Sertão e Nação. RJ: *Estudos Históricos*, vol. 08, n.15, 1995.

AMANTINO, Marcia. *O mundo das feras*: os moradores do sertão oeste de Minas Gerais – século XVIII. Tese de doutoramento (vol. 01). Rio de Janeiro: UFRJ, IFCS, 2001

ANDRADE, Karylleila dos Santos; BASTIANI, Carla. O mito Paraupava na toponímia. *Estudos da Língua(gem)* v. 9, n. 1, 2011, p84-86. (1596-1600)

ANTHONY, Anderson; DARREL, Posey. Manejo do cerrado pelos índios Kayapó. *Boletim do Museu paranaense Emílio Goeldi. Botânica*. Vol. 2(1), 1985. Língua(gem) v. 9, n. 1, 2011, p84-86.

APARÍCIO, João P. da S. *Governar no Brasil Colonial*: a administração de Luís da Cunha de Meneses nas capitanias de Goiás (1778-1783) e de Minas Gerais (1783-1788). Dissertação de mestrado. Lisboa: Universidade de Lisboa, 1998

APOLINÁRIO, Juciene Ricarte . *Os Akroá e outros povos indígenas nas fronteiras do sertão*. Políticas indígena e indigenista no norte da capitania de goiás, atual Estado do Tocantins. Século XVIII. 1. ed. Goiânia: Kelps, 2006.

APOLINÁRIO, Juciene Ricarde. *Os Akroá e outros povos indígenas na Fronteira do Sertão*: As práticas das políticas indígena e indigenistas no norte da capitania de Goiás - século XVIII (tese de doutoramento). Recife, UFPE 2005.

APOLINÁRIO, Juciene. Os Akroá nos sertões coloniais: uma história de guerra e "paz" entre currais e descobertos auríferos. In OLIVEIRA, João Pacheco de (org). *A presença indígena no Nordeste: processos de territorialização, modos de reconhecimento e regimes de memória*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2011

ARAÚJO, José Pizarro. *Memorias históricas do Rio de Janeiro e das províncias annexas à jurisdicção do Vice-Rei do Estado do Brasil, dedicadas a El-Rei Nosso Senhor D. João VI*. RJ: Impressão Régia, 1820.

ARRUTI, José M. Andion. Agenciamentos Políticos da Mistura: identificação Étnica e Segmentação Negro-Indígena entre os Pankararu e os Xokó. *Estudos Afro-Asiáticos*, ano 23, n. 2, 2001.

ARRUTI, José M. Andion. A emergência dos "remanescentes": notas para o diálogo entre indígenas e quilombolas *MANA* 3(2):7-38, 1997

ATAÍDES, Jézus Marco de. *Sob o signo da violência:* colonizadores e Kayapó do Sul no Brasil central. Goiânia: Editora UCG, 1998.

BAENA, Antonio. Sobre a comunicação Mercantil entre a dita Província e a de Goyaz. Rio de Janeiro: *Revista do IHGB*, 1848.

BALANDIER, Georges. A noção de situação colonial. Tradução Nicolás Campanário. In. BALANDIER, Georges. *Sociologie actuelle de I´ Afrique Noire*. Dinamique Sociale en Afrique Centrale. Paris: PUF, 1963.

BARATA, Francisco José Rodrigues. Memória em que se mostram algums providencias tendentes ao melhoramento da agricultura e comércio da Capitania de Goyaz. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, v. 2, p.336-365, 1848.

BARCELOS, Reginaldo. Arqueometalurgia do Ouro no Brasil e Portugal: as Casas de Fundição e da Moeda (sécs. XVIII e XIX). Lisboa: *Revista Tripon* nº39, 2013.

BARROS, Maria Cândida D. M. *Um caso de política linguística*: a questão do intérprete e do discurso religioso no Brasil colonial. *AMERINDIA* n° 11, 1986.

BARROS, Maria; FONSECA, Vitor. Passagens do livro “Itinerário para Párocos de Índios”, de Peña Montenegro (1668), em um confessionário jesuítico setecentista da Amazônia. Belém:. *Boletim Museu Paraense Emílio Goeldi*. v. 5, n. 3, p. 669-679, set.- dez. 2010 <http://www.scielo.br/pdf/bgoeldi/v5n3/07.pdf acessado em 26.05.2016>

BARROSO, Lidia S. L. *Os caminhos do povo Akwe-Xerente* (dissertação) UFPE: 1997

BARTH, Fredrik. *Grupos Étnicos e suas fronteiras*. In: POUTIGNAT, P. Teorias da etnicidade. Seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth, Philippe Poutignat, Jocelyne Streiff-Fenard. Tradução de Elcio Fernandes. São Paulo: UNESP, 1998.

BASTOS, Fabíola Martins. Do *Te Deum Laudamus* ao enterro dos ossos de momo: festas e sociabilidades em Vitória, 1850-1872. *Revista Tempo de Conquista*, V. 10, 2011

BASTOS, Rafael J. M. *Música nas sociedades indígenas das terras baixas da América do Sul*: estado da arte. Mana vol.13 no.2 Rio de Janeiro Oct. 2007

BHABHA, Homi. *O local da cultura*. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

BLUTEAU, Raphael (Padre). *Vocabulario portuguez e latino, aulico, anatomico, architectonico, bellico, botanico, brasilico, comico, critico, chimico, Dogmático, Dialético* (..) Coimbra; Companhia de Jesus, 1712 http://purl.pt/13969/4/

BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario Portuguez & Latino* - volume 4. Coimbra: Companhia de Jesus, 1728. <http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/1/gentio acessado em 11.10.2016>

BOAVENTURA, Deusa M. Rodrigues. *Urbanização em Goiás no século XVIII*. Tese de Doutorado. São Paulo: FAU-USP, 2007

BOCCARA, Guillaume. Prefacio. In BOCCARA, Guillaume; GALINDO, Sylvia (org). *Logicas mestizas en America*. Universidad de La Frontera. Chile: Instituto de Estudios Indígenas, 1999. p.17. Tradução livre.

CABALZAR, Aloisio (org). *Manejo de mundo*: conhecimentos e práticas dos povos indígenas do Rio Negro. São Paulo: ISA, 2010. <http://issuu.com/instituto-socioambiental/docs/manejo_do_mundo acesso em 07.08.2015>

CALAINHO, Daniela Buono. Jesuítas e medicina no Brasil Colonial. Rio de Janeiro: *Revista Tempo* (nº19), pp.61-75, 2005.

CANCELA, Francisco. Recepção e tradução do diretório dos Índios na antiga capitania de Porto Seguro: uma análise das instruções para o governo dos índios. *História Social*, n.15, 2013.

CARNEIRO, Henrique. *As drogas no Brasil Colonial*: o saber indígena e os naturalistas europeus. Florianópolis: *XX Simpósio Nacional da AMPUH*, 1999.

CARNEIRO, Henrique. O saber fitoterápico indígena e os naturalistas europeus. Dourados: *Fronteiras*, v. 13, n. 23, p. 13-32, jan./jun. 2011

CARVALHO, Fernando O.; DAMULAKIS, Gean N. The struture os Akroá and Xacriabá and their relation to Xavante and Xerente: A contribution to the historical linguistics of the Jê languages. Campinas: *LIAMES* 15(1): 17-46

CARVALHO, Valéria N. Cézar de. Autoridade indígena e legislação indigenista no Brasil. *História Revista* v. 13, n. 2, 2008.

CASAL, Manuel Aires. *Corografia Brasilica ou Relação Historico-Geografica do Reino do Brasil* (Tomo I). Rio de Janeiro: Impressão Regia, 1817.

CASTRO, Eduardo Viveiro. *Araweté*: os deuses canibais. RJ: Jorge Zahar, p. 1986

CASTRO, Eduardo Viveiros. O nativo relativo. *MANA* 8(1):113-148, 2002

CASTRO, Eduardo Viveiro. *A inconstância da alma selvagem e outros ensaios de antropologia*. São Paulo: Cosacnaify, 2002.

CHAIM, Marivone, Política Indigenista em Goiás no Século XVIII. *Revista de Antropologia*, 1987/88/89.

CHAIM, Marivone Matos. *Os Aldeamentos Indígenas na Capitania de Goiás*: Sua Importância na Política de Povoamento (1749-1811), Goiânia : Editora Oriente, 1974.

CHAUÍ, Marilena. *Brasil*: mito fundador e sociedade autoritária. SP: Fundação Perseu Abramo, 2000.

COELHO, Mauro Cezar. De Guerreiro a Principal: integração das chefias indígenas à estrutura de poder colonial, sob o Diretório dos Índios (1758-1798). Lisboa. *Congresso Internacional Espaço Atlântico de Antigo Regime*: poderes e sociedades. 2005

COIBRA, Carlos; Welch, James. *Antropologia e História Xavante em Perspectiva*. Rio de Janeiro: Museu do Índio - FUNAI, 2014

COUTINHO, Carlos. *De Rousseau a Gramsci*: Ensaios de teoria política. São Paulo: Boitempo, 2011

COUTO MAGALHÃES, José Vieira. *O Selvagem*: Curso de língua geral segundo Ollendorf: Compreendendo o texto original de lendas tupis (parte I) – Origens, Costumes e região selvagem: methodo a empregar para amansa-los por intermédio das colonias militares e do intérprete militar. Rio de Janeiro: Tipografia da Reforma, 1876.

CUNHA, Manuela Carneiro. Introdução a uma história indígena. In: ______. (Org). *História dos Índios do Brasil*. São Paulo: Cia das Letras. 1998

CURTO, Diogo Ramada. *Cultura Imperial e Projetos Coloniais*: séculos XV a XVIII. Campinas: Unicamp, 2009.

DANTAS, Beatriz; SAMPAIO, José Augusto; CARVALHO, Maria do Rosário. Os povos indígenas no Nordeste brasileiro um esboço historico. In CUNHA, Manuela Carneiro da. *História dos Índios do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998

DIAMOND, Jared Mason. *Armas, Germes e Aço*: os destinos das sociedades humanas. Tradução de Sílvia de Souza Costa. 11. ed. Rio de Janeiro: Record, 2009

DIAS, Thiago Cancelier. *Questão Religiosa Catarinense*: as disputas pelo direito de instruir (1843-1864). 2008. 152 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

DOLES, Dalisia Martins. A ligação centro-norte pela via Araguaia-Tocantins no período colonial. Anais do V Simpósio Nacional de Professores de História Campinas. *ANPUH*. 1969.

DOMINGUES, Angela. *Quando os índios eram vassalos*. Colonização e relações de poder no Norte do Brasil da segunda metade do século XVIII. dissertação de doutoramento: Universidade Nova de Lisboa, 1998

DOMINGUES, Ângela. “Régulos e absolutos”: episódios de multiculturalismo e intermediação no norte do Brasil (meados do século XVIII), in Rodrigo Bentes Monteiro e Ronaldo Vainfas, *Império de várias faces: relações de poder no mundo ibérico da Época Moderna*, São Paulo, Alameda, 2009

DOMINGUES, Ângela. Monarcas, *Ministros e Cientistas. Mecanismos de poder, governação e informação no Brasil Colonial*. Lisboa: CHAM, 2012.

ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 1994

ENAWURÉU, Mário Bordignon. *Os Bororos na História do Centro-Oeste Brasileiro*: Bóe E-rô Marigudúwo. Campo Grande: CIMI, 1987.

FERNANDES, João Azevedo. *Selvagens bebedeiras*: álcool, embriaguez e contatos culturais no Brasil Colonial. Tese de Doutorado. Niterói: UFF, 2004.

FERREIRA, Manoel Rodrigues. *O mistério do ouro dos martírios*: desvendando o grande segredo das bandeiras paulistas. São Paulo: Gráfica Biblos, 1960.

FREIRE, Ribamar. B.. A extensão da Língua Geral Amazônica no século XIX e a política de línguas. *Revista Internacional de Lingüística Iberoamericana*, Francfurt e Madri, v. II, n.01, p. 09-23, 2004

FURTADO, Júnia Ferreira. Metamorfoses da colonização: o rio Tocantins e a expansão para o oeste em mapas e relatos (século XVIII). Niterói: Tempo. Vol. 22 n. 40. p. 367-399, 2016.

GALUCIO, Ana.Vilacy. A Relação entre linguística, etnografia e arqueologia: um estudo de caso aplicado a um sítio com ocupação tupiguarani no sul do Estado do Pará. In: Edithe Pereira; Vera Guapindaia. (Org.). *Arqueologia Amazônica*. Belém: MPEG, 2010, v. 2, p. 795-82

GIDDENS, Anthony. *Dualidade da estrutura*: agência e estrutura. Oeiras: Celta Editora, 2000.

GIDDENS, Anthony. *A constituição da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

GINZBURG, Carl. *Mitos, emblemas, sinais*: Morfologia e História. São Paulo: Companhia das Letras, 1990

GIRALDIN, Odair . Pontal e Porto Real. Dois arraiais do norte de Goiás e os conflitos com os Xerente nos século XVIII e XIX. *Revista Amazonense de História*, Manaus, v. 1, n.1, p. 131-146, 2002.

GIRALDIN, Odair . Fazendo guerras; criando imagens; estabelecendo identidades. A ocupação do centro-oeste e os conflitos com os Kayapó no século XVIII. *História Revista* (UFG. Impresso), Goiânia, v. 6, p. 55-74, 2001

GIRALDIN, Odair. Renascendo das Cinzas. Um histórico da presença dos Kayapó-Panará em Goiás e no Triângulo Mineiro. Sociedade e Cultura. *Revista de Ciências Sociais*. v. 3, n. 1/2, jan/dez, 2000.

GIRALDIN, Odair. Kayapó e Panará. Luta e Sobrevivência de um Povo Jê do Brasil Central. 1. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. RJ: LTC, 1989.

GODOI, Emília Pietrafesa de. Territorialidade. In. SANSONE, Livio; FURTADO, Cláudio. Dicionário crítico das ciências sociais dos países de fala oficial portuguesa. Salvador: Edufba, 2014

GOMES, Diego Veloso. *Dos corpos miitares no território do ouro*: A composição da Força Militar nas minas e Capitania de Goiás (1736-1770). Dissertação de mestrado. Goiânia: UFG, 2013.

GRUZINSKI, Serge. O Renascimento Ameríndio in NOVAES, Adauto (org). *À outra margem do Ocidente*. Companhia das Letras, 1999.

GUDEMAN, Stephen; SCHWARTZ, Stuart. Purgando o pecado original. In REIS, João José. Escravidão e Invenção da Liberdade: estudos sobre o negro no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1988

HEMMING, John. Os índios do Brasil em 1500. In: BETHELL, Leslie (Org.). História da América Latina: a América Latina colonial. São Paulo: USP/Fundação Alexandre Gusmão, 1997. v. 1

HILL, Jonathan (org). Rethinking history and myth: indigenous South American perspectives on the past. Chicago: University of Illinois Press, 1988

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e fronteiras.* São Paulo: Companhia das Letras, 1994

HOWARD, Catherine. A domesticação das mercadorias: estratégias Waiwai. In: ALBERT, Bruce; Ramos, Alcida Rita (orgs). *Pacificando o Branco*: cosmologias do contato no Norte-Amazônico. São Paulo: Unesp; Imprensa Oficial do Estado, 2002.

JARDIM, Joaquim Rodrigues de Moraes. *O Rio Araguaia*: relatório de sua exploração / Joaquim R. de Moraes Jardim ; precedido de um resumo histórico sobre sua navegação pelo tenente-coronel d'engenheiros Jeronymo R. de Moraes Jardim e seguido de um estudo sobre os índios que habitam suas margens. Rio de Janeiro : Typ. Nacional, 1880.

JUNIOR, Almir D. Carvalho, *Principais Indigenas na Amazonia Portuguesa*. Londrina: XXIII Simpósio Nacional de História. 2005

KANTOR, Íris. Usos diplomáticos da ilha-Brasil polêmicas cartográficas e historiográficas. *Varia Historia*, Belo Horizonte, vol. 23, nº 37: p.70-80, Jan/Jun 2007

KARASCH, Mary. Catequese e cativeiro: política indigenista em Goiás, 1780-1889. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (Org). *História dos índios do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009

KARASCH, Mary. Quality, nation, and Color: Constructing Identities in Central Brazil 1775-1835. *Estudios Interdisciplinarios da América Latina y el Caribe*., vol.19 - nº 1, 2008

KARASCH, Mary. Rethinking the conquest of Goiás (1775-1819). *The Americas*. Vol.61, nº3, 2005;

KARASCH, Mary. Índios ladinos, intérprete s e intermediários na Capitania de Goiás 1775/1835. *Revista da SBPH*, nº19, 2000;

KARASCH, Mary. Damiana da Cunha: Catechist and Sertanista. In SWEET, David G.; NASH ,Gary B. *Struggle and Survival in Colonial America*. Berkeley: University of California Press, 1982

KLINK, Carlos A.; MACHADO, Ricardo B. A conservação do Cerrado brasileiro. *Megadiversidade*, Volume 1 | Nº 1 | Julho 2005.

KOK, Glória. *Memória dos ossos*: xamãs e jesuítas em processo de interação simbólica e resistência na América meridional (séculos XVI e XVII). XIX Encontro Regional de História: Poder, Violência e Exclusão. São Paulo: ANPUH/SP-USP, 2008.

KOK, Glória. Memória dos ossos: empréstimos simbólicos entre xamãs e jesuítas na América meridional (séculos XVI e XVII). *Revista Mosaico*, v. 4, n. 2, p. 165-173, jul./dez. 2011

LEMKE, Maria. *Trabalho, família e mobilidade social* – notas do que os viajantes não viram em Goiás. c. 1770 – c. 1847 [Tese de Doutorado]. Goiania: UFG, 2012

LOPES, Fátima Martins. Capitães-mores e camaristas índios: Novos interlocutores nas vilas de índios da capitania de Rio Grande. In APOLINÁRIO, Juciene Ricarte. *Cenários históricos e educativos*: sertão, questão indígena e espaços de saber. Campina Grande: Eduepb, 2011

LOPES, Siméia de Nazare Lopes. *As rotas do comércio do Grão-Pará*: negociantes e relações mercantis (1790 a 1830). Tese de doutorado. RJ: UFRJ, 2013

LUCIDIO, João Antonio Botelho. *A Ocidente do Imenso Brasil*: as conquistas dos rios Paraguai e Guaporé (1680-1750). Tese de doutorado. FCSH: Universidade Nova de Lisboa, 2013.

MAGALHÃES, José Vieira Couto. *O Selvagem*: Curso de língua geral segundo Ollendorf: Compreendendo o texto original de lendas tupis (parte I) – Origens, Costumes e região selvagem: methodo a empregar para amansa-los por intermédio das colônias militares e do intérprete militar. Rio de Janeiro: Tipografia da Reforma, 1876.

MALDI, Denise. De confederados a bárbaros: a representação da territorialidade e da fronteira indígenas nos séculos XVIII e XIX. *Revista de Antropologia*, São Paulo, USP, 1997, V. 40 nº2.,p.199

MALHEIRO, Agostinho M. Perdigão. *A escravidão no Brasil*: ensaio histórico-jurídico-social. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1866. <http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/malheiros1.html acesso em 18.10.2016>

MARIN, Joel O. B. A formação de trabalhadores brasileiros: a experiência do Colégio Isabel. *História Unisinos* 13(2):154-167, Maio/Agosto 2009

MARQUES, Vera Regina Beltrão. Do espetáculo da natureza e natureza do espetáculo: boticários no Brasil setecentista. Tese de doutorado. Unicamp, 1998.

MARQUES, Vera Regina Beltrão. *Natureza em boiões medicinas e boticários no Brasil setecentista*. São Paulo: Unicamp, 1999

MATORY, J. Lorand. JEJE: repensando nações e transnacionalismo. *MANA* 5(1):57-80, 1999

MAXWELL, Kenneth. *Marquês de Pombal*: paradoxo do iluminismo. RJ: Paz e Terra, 1995

MELLO, Virgílio M. de *Viagens pelo interior de Minas Geraes e Goyaz*. Rio de Janeiro : Impr. Nacional, 1888.

MONTEIRO, John Manuel. De índio a escravo. A transformação da população indígena de São Paulo no século XVII. Revista de Antropologia Vol. 30/32 (1987/88/89), p. 151-174 <http://www.jstor.org/stable/41825753 acesso 19.10.2016>

MONTEIRO, John Manuel. *Tupis, Tapuia e Historiadores*: Estudos de História Indígena e do Indigenismo. 2001. 235f. Tese (Concurso de Livre Docência) – Unicamp, Campinas,2001

MONTEIRO, John Manuel. *Armas e armadilhas*: história e resistência dos índios. In: NOVAES, Adauto (Org.). A outra margem do Ocidente. São Paulo: Companhia das letras, 1999.

MONTEIRO, John Manuel. *Negros da terra*: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo. São Paulo, Cia. das Letras, 1994.

MORAES, Cristina de Cássia P.; LEMKE, Maria; DIAS, Thiago Cancelier. *Fomos aqui acometidos por três flagelos*: a varíola, o morbo e a cólera. Um ensaio sobre as epidemias nos Guayazes. In: PIMENTA, Tânia. Workshop: Doenças tropicais da América Latina e no Caribe: uma perspectiva histórica. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2015.

MORAES, Cristina de Cassia. *Do corpo místico de Cristo*: irmandades e confrarias na Capitania de Goiás 1736-1808. Goiânia: ed. UFG, 2009

MOTT, Luís. Os índios e a pecuária nas fazendas de gado do Piauí colonial. Revista de Antropologia, São Paulo, v. 22, 1979

MOURA, Marlene. Aldeamento Carretão: “marco zero” da história das relações interétnicas dos tapuios. *Dimensões*, vol. 18, 2006

MOURÃO, Maria da Graça Meneses. Os campos bicudos da “casa” de Suzana Dias. *Revista da ASBRAP*, 2015

NASCIMENTO, André R. T. , SANTOS, Aécio A. dos; MARTINS, Renata C.; DIAS, Terezinha A. Comunidade de palmeiras no território indígena Krahò, Tocantins, Brasil: biodiversidade e aspectos etnobotânicos. *Interciência*, vol. 34, nº3, 2009

NIMUENDAJÚ, C. The Serente. Los Angeles, The Southwest Museum, 1942

NORA, Pierre. *Entre memória e história*: a problematica dos lugares. São Paulo: Projeto História, 1993.

NOVAES, Adauto (Org.). *A outra margem do Ocidente*. São Paulo: Companhia das letras, 1999.

OLIVEIRA, João Pacheco de; FREIRE, Carlos A. Rocha. Regime dos Aldeamentos Missionários [1549–1755] in *A Presença Indígena na Formação do Brasil* (V.2). Brasilia: MEC/UNESCO, 2006

OLIVEIRA, João Pacheco. Uma etnologia dos "índios misturados"? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. *Mana* V.4, nº 1, 1998

PALACÍN, Luís. A ausência do índio na memória goiana. Goiânia: *Ciências Humanas em Revista*, 1992.

PEDROSO, Dulce M. R. Avá Canoeiro: A história do povo invisível séculos XVIII e XIX (mestrado). Departamento de História UFG, 1992

PEREIRA, Liana et al. Número de cromossomos em populações de *Achyricline satureioides Lam*. (marcela) do Estado do Rio Grande do Sul. *Ciência Rural*, Santa Maria, v.36,n.2, p.679, 2006.

PEREIRA, Alan Ricardo D. *Entre o nome e o Sangue*: a Família Cunha Meneses no Antigo Regime Português (Séculos XVII-XVIII) [dissertação]. Goiânia: Universidade federal de Goiás, 2016

PERRONE-MOISÉS, Beatriz. Índios Livres e índios Escravos: os princípios da legislação indigenista do período colonial (sécs. X V I a XVIII)" in Manuela Carneiro da Cunha (org.). *História dos Índios no Brasil*, São Paulo, Cia. das Letras, 1992

POLONI-SIMARD, Jacques. Redes y Mestizaje: propuestas para el análisis de la sociedad colonial. In BOCCARA, Guillaume; GALINDO, Sylvia (org). *Logicas mestizas en America*. Universiad de La Frontera. Chile: Instituto de Estudios Indígenas, 1999

POMPA, Cristina. Profetas e santidades selvagens: missionário e caraíbas no Brasil Colonial. In Dossiê: Estado e Controle Social. São Paulo: Revista Brasileira de História. *AMPUH*, v. 21, nº40, 2001.

POSEY, Darrell A.; ELISABETSKY, Elaine. Conceito de animais e seus espiritos em relação a doenças e curas entre os índios Kayapó da Aldeia de Gorotiré, Pará. *Boletim Museu Paraense Emílio Goeldi*, série Antropologica, 7(1), 1991.

QUIJADA, Mónica. Repensando la frontera sur Argentina: concepto, contenido, continuidades y discontinuidades de una realidad espacial y etnica (siglos xviii-xix). *Revista de Indias*, 2002, nº 224

QUINTELA, Antón Corbacho. As cartas de Goyaz. *Revista Signótica* v. 16, n. 1 (2004)

QUINTELA, Antón Corbacho. O Topônimo "Goyaz". *Revista Signótica*. v. 15, n. 2 (2003)

RAVAGNANI, Oswaldo Martins. Os primeiros aldeamentos na Província de Goiás: Bororo e Kaiapó na Estrada de Anhanguera. *Revista de Antropologia*, USP, 1996, v.39, nº1

_________________________. A agropecuária e os aldeamentos indígenas goianos. *Perspectivas, Araraquara*, v.. 9/10, p. 119-143, 1986/1987

_________________________. *A experiência xavante com o mundo dos brancos*. 1977, 220 f. Tese (Doutorado em Antropologia) - Escola Pós-graduada de Ciências Sociais da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, São Paulo, 1977.

RESENDE, Maria L. C. *Gentios brasilicos*: índios coloniais em Minas Gerais Setecentista. Unicamp (Tese), 2003

REVEL, Jacques (Org.). *Jogos de escalas*: A experiência da microanálise. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

RIBEIRO, Eduardo Rivail (2012). George Gardener entre os índios do sertão. *Blog da Biblioteca Digital Curt Nimuendajú*. Disponível em: http//:www.etnolinguistica.org/doc:17.

RIBEIRO, Berta G. *Os índios das águas pretas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

ROCHA, Leandro Mendes; MORAES, Cristina de Cassia Pereira. (org). *Atlas histórico*: Goiás pré-colonial e colonial. Goiânia: Editora do CECAB, 2001

ROMAG, Dagoberto. *Compendio da história da Igreja*: Idade Moderna. Petrópolis: Vozes Vol.III, 1941.

RUSSEL-WOOD, Anthony John. Centros e Periferias no Mundo Luso-Brasileiro, 1500-1808. Trad. Maria de Fátima Silva Gouvêa. *Rev. Bras. Hist*. vol. 18 n. 36 São Paulo, 1998. <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01881998000200010 acessado em 02.11.2015>

SÁEZ, Oscar Calavia. A terceira margem da história: estrutura e relato das sociedades indígenas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 20, n. 57, p. 38-52, fev. 2005.

SANJAD, Nelson Rodrigues. *Nos Jardins de São José:* uma história do Jardim Botânico do Grão Pará, 1796-1873 [Dissertação de Mestrado]. UNICAMP, 2001

SCHWARCZ, Lilian Moritz. *O Espetáculo das Raças* – cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993

SCHWARTZ, Stuart B. Tapanhuns, negros da terra e curibocas: causas comuns e confrontos entre negros e indígenas. *Afro-Ásia*, 29/30 (2003)

SILVA, Antonio Moraes. *Diccionario da lingua portugueza* - recompilado dos vocabularios impressos ate agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado, por ANTONIO DE MORAES SILVA. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813. <http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/2/despejo acessado em 25.11.2016>

SILVA, Aracy Lopes. Dois séculos e meio de história Xavante. In.: CARNEIRO DA CUNHA, Manuela (Org.) *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras/Secretaria Municipal de Cultura/FAPESP, 1992

SILVA, Cleube Alves da. *Os Xerente*: contextos, contatos e construções. Tese de doutoramento. RJ: UFRJ, 2012

SILVA, Cleube Alves da. *Confrontando mundos*: os Xerente, Xavante, Xacriabá e Akroá e os contatos com os conquistadores da Capitania de Goiás (1749-1851). [Dissertação de mestrado.]. UFGD, 2006.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. História das paisagens. IN: CARDOSO, Ciro Flamarion et VAINFAS, Ronaldo (orgs.) *Domínios da História*: ensaios de teoria e metodologia. RJ: Campus. 1997

SILVA, Maria Beatriz Nizza da (org). *História de São Paulo Colonial*. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

SOARES, Mariza de Carvalho. A "nação" que se tem e a "terra" de onde se vem: categorias de inserção social de africanos no Império português, século XVIII. *Estudos Afro-Asiáticos*, Ano 26, nº2, 2004, pp. 303-330

SOUTHEY, Roberto. *História do Brasil* (Vol. IV). Rio de Janeiro: Livraria Garnier, 1862.

SOUZA, Tânia M. F. de Souza; REIS, Liana. *Técnicas mineratórias e escravidão nas minas gerais dos séculos XVIII e XIX*: uma análise comparativa introdutória. In. Seminário sobre a Economia Mineira. Diamantina, 2006

SOUZA E SILVA, Joaquim Norberto de. Investigações sobre o recenseamento da população geral do império e de cada província de per si, tentados desde os tempos coloniaes até hoje. *Relatório do Ministério dos Negócios do Império*, Anexo D, Rio de Janeiro, Typ. Nacional, 1870. Reimpresso em edição fac-similada, São Paulo, IPE/USP, 1986

SOUSA E SILVA, Joaquim Norberto de. Biographia: Damiana da Cunha. *Revista do Instituto Histórico Geografico e Etnográfico do Brasil*, n.24, 1861

TAUNAY, Afonso. *Relatos sertanistas*. São Paulo: Martins Editora,1976.

TAUNAY, Affonso de E. *Um grande bandeirante*: Bartholomeu Paes de Abreu (1674-1738) São Paulo: Oficinas do Diario Oficial, 1923.

TORAL, André. Os carijó de Goiás: a história dos avá-canoeiro. *Revista de Antropologia*. Vol. 27/28, (1984/1985), pp.295

TORAL, André. Cosmologia da Sociedade Karajá (Tese de Mestrado). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1992.

TURNER, Terence. Da cosmologia à História: resistência, adaptação e consciência social entre os Kayapó. *Cardenos de Campo*. nº 1, 1991. Disponivel em: http://www.fflch.usp.br/da/cadcampo/ed_ant/1.html

VAIFAS, Ronaldo (org). *Dicionário do Brasil colonial (1500-1808)*. RJ: Objetiva, 2001, p.130-132

VILLAR, Diego. Uma abordagem crítica do conceito de “etnicidade” na obra de Fredrik Barth. *MANA* V. 10, nº 1, 2004

WALSH, Catherine. Interculturalidade Crítica e Pedagogia Decolonial: in-surgir, re-existir e re-viver in Candau, Vera Maria (org) *Educação Intercultural na América Latina:*entre concepções, tensões e propostas. Rio de Janeiro: 7 LETRAS, 2009

WELCH, James; SANTOS, Ricardo; FLOWERS, Nancy; COIMBRA, Carlos. *Na primeira margem do rio*: território e ecologiado povo Xavante de Wedezé. Rio de Janeiro: Museu do Índio-FUNAI, 2013

Homepage

<http://altamontanha.com/Artigo/2561/tudo-sobre-animais-de-carga-usados-em-montanhas acesso 28.04.2016

<http://www.obrascatolicas.com/livros/Historia/historiadaigrejacompendio3.pdf acesso em 28.02.2016>

<http://www.dicionariotupiguarani.com.br/dicionario/pira/ acesso em 26.04.2016>

<http://wwwo.metalica.com.br/coberturas-os-diversos-tipos-e-suas-caracteristicas acesso em 05.05.2016>.

". [Dicionário Priberam da Língua Portuguesa http://www.priberam.pt/dlpo/vau visto em 11-05-2016]

Site do Instituto Sócio Ambiental <https://pib.socioambiental.org/pt/povo/bororo/1580 acessado em 12.12.2016>

Site do Instituto Sócio Ambiental https://pib.socioambiental.org/pt/povo/bororo/241 acesso em 12.12.2016

Exposições

LAGROU, Els (curadora). No caminho da miçanga - um mundo que se faz de contas. RJ: Museu do Índios. Exposição visitado em 15.01.2016

Documentos

Manuscritos

ARQUIVO MUNICIPAL DE ÉVORA

Arquivo Municipal de Évora. Breve relação da entrada que o R. P. Manoel da Motta da Companhia de Jesus fez pelos Rios Tocantins e Taquanhunas na era de 1721(?) pª 1722, sucessos que teve gentes que desceu e deixou praticadas. As quais foram ao depois glorioso emprego dos trabalhos que com suas padeceu o R.P. Missionario Marcos Ant. Arnolssini. Códice CXV/2-11.

ARQUIVO ULTRAMARINO – LISBOA.

CARTA do superintendente-geral das Minas de Goiás, Gregório Dias da Silva ao rei [D. João V], sobre as hostilidades dos índios Kayapós nos descobertos de Pilões e Tocantins; a reação dos seus moradores, acerca da bandeira armada para afugentar os ditos índios e solicitando ordens para lhes fazer guerra [02.09.1735]. *AHU_ACL_CU_008, Cx. 1, D. 17.*

CARTA do [governador e capitão-general de São Paulo], D. Luís de Mascarenhas, ao rei [D. João V], sobre as atrocidades praticadas pelos índios Kayapós contra os habitantes das zonas circunvizinhas de vila Boa e acerca das medidas que tomou para evitar novas investidas [30.03.1742]. *AHU_ACL_CU_008, Cx. 2, D. 179*
CARTA do [governador e capitão-general de São Paulo], D. Luís de Mascarenhas, ao rei [D. João V], sobre a ordem aprovando a guerra contra os índios Kayapós; o cuidado que tem tido em domesticar tanto os ditos índios, como os Akroá Assú e Akroá Mirin; as costumadas dissimulações desses mesmos índios ao entrarem em contato com os brancos e as diligências das bandeiras formadas para fazer frente aos mesmos [22.08.1744].
AHU_ACL_CU_008, Cx. 3, D. 252.

RELAÇÃO das contagens ou registros que tem o contrato das entradas nos continentes [da capitania de Goiás] e suas circunferências, com a distância que há entre eles e vila Boa. AHU-Mato Grosso, cx. 39, doc. 51 [1748]
AHU_ACL_CU_008, Cx. 5, D. 395

CONSULTA do Conselho Ultramarino, ao rei D. José, sobre a preocupação que o intendente e administrador do contrato dos diamantes do rio Claro tem com as novas investidas dos índios Kayapós nos arredores do arraial e o encontro que o coronel António Pires de Campos e uma Companhia de Aventureiros teve com estes índios, matando-lhes dezesseis e prendendo trinta e duas pessoas [07.10.1751]. *AHU_ACL_CU_008, Cx. 6, D. 492*.

CARTA do [governador e capitão-general de Goiás], Conde de São Miguel, [D. Álvaro José Xavier Botelho de Távora], ao rei [D. José], sobre as missões e catequese indígena; as aldeias de Formiga, Duro e Santa Ana do Rio das Velhas e remetendo o ofício do missionário das missões da Natividade, frei José de Matos, sobre a situação das missões da Natividade, aldeia do Duro e presídio de Formiga [14.10.1755]. *AHU_ACL_CU_008, Cx. 13, D. 771.*

OFÍCIO do [governador e capitão-general de Goiás], Conde de São Miguel, [D. Álvaro José Xavier Botelho de Távora], ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Diogo de Mendonça Corte Real, sobre o estabelecimento das aldeias de índios Tapirapés e Cururús, inimigos dos Kayapós; os Akroás da aldeia do Duro e as hostilidades que têm feito os Xacriabás[12.12.1755]. *AHU_ACL_CU_008, Cx. 13, D. 775*

OFÍCIO do [governador e capitão-general de Goiás], Conde de São Miguel, [D. Álvaro José Xavier Botelho de Távora], ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Tomé Joaquim da Costa Corte Real, sobre as dívidas da Fazenda Real de Goiás; o estado da cota; a corrupção na administração das aldeias indígenas e enviando as cartas dos missionários e administrador delas [03.09.1756]. *AHU_ACL_CU_008, Cx. 13, D. 802.*

CARTA do [governador e capitão-general de Goiás], João Manuel de Mello, ao rei [D. José], sobre os índios da capitania de Goiás [Akroás, Xacriabás e Kayapós]; a causa da sublevação da aldeia do Duro; a necessidade de se franquear a região dos rios Claro e Pilões à mineração devido à decadência das minas antigas, e acerca de se levantar uma forca em vila Boa para a boa administração da justiça [29.05.1760]. *AHU_ACL_CU_008, Cx. 17, D. 983.*

CARTA do [governador e capitão-general de Goiás], João Manuel de Mello, ao rei [D. José], sobre as queixas dos habitantes do distrito de Natividade acerca das contínuas invasões dos índios Akroás e Xacriabás que depois da sublevação de 1757, quando assassinaram traiçoeiramente os guardas do presídio e abandonaram as aldeias de São Francisco Xavier do Duro e de São José, continuavam com maior ousadia e crueldade a praticarem mortes e roubos [23.12.1760]. *AHU_ACL_CU_008, Cx. 17, D. 1023*

CARTA do [governador e capitão-general de Goiás], João Manuel de Mello, ao rei [D. José], sobre ter permitido que os povos e moradores da capitania de Goiás fizessem guerra ofensiva aos índios Akroás e Xacriabás [25.05.1762]. *AHU_ACL_CU_008, Cx. 18, D. 1101.*

Ofício do [governador e capitão-general de Goiás], João Manuel de Melo, ao [secretario de estado da Marinha e Ulramar], Francisco Xavier de Mendonça Furtado, solicitando um seus substituto; sobre as bandeiras contra os índios Xacriabás, Akroâs e xavantes; o empréstimo em ouro solicitado pelo goverbador de Mato Grosso, Antonio Rolim de Moura; a chegada do novo ouvidor-geral de Goiás, desembargador Antonio José de Araújo e Sousa, do sindicante, Rengimentos de Auxiliares e do ajudante de ordens do governo [29.12.1762] *AHU_AC_CU_008, Cx. 18, D.1121*

OFÍCIO do [governador e capitão-general de Goiás], João Manuel de Mello, ao secretário de estado [da Marinha e Ultramar], Francisco Xavier de Mendonça Furtado, sobre os novos ataques dos índios Kayapós e Xavantes que se mantinham em boa vizinhança; a suspeita destes ataques serem fomentados pelos jesuítas espanhóis; acerca da Junta que convocou ter decidido fazer guerra ofensiva aos índios e a bandeira que os moradores de Pilar e Crixás estão organizando para combatê-los [07.06.1764] *AHU_ACL_CU_008, Cx. 20, D. 1220*.

OFÍCIO do [governador e capitão-general de Goiás], João Manuel de Melo, ao secretário de estado [da Marinha e Ultramar], Francisco Xavier de Mendonça Furtado, sobre a bandeira composta para reprimir a invasão dos índios Xavantes e acerca do ataque à aldeia deles [30.03.1765] AHU_ACL_CU_008, Cx. 21, D. 1274

OFÍCIO do [governador e capitão-general de Goiás], João Manuel de Mello, ao secretário de estado [da Marinha e Ultramar], Francisco Xavier de Mendonça Furtado, sobre as invasões dos índios Kayapós no distrito do arraial de Santa Luzia e Rio das Velhas e acerca do sucesso de duas bandeiras organizadas contra eles, das quais tomaram parte os Bororos do Rio das Pedras [22.06.1767] . *AHU_ACL_CU_008, Cx. 23, D. 1440.*

REQUERIMENTO do governador nomeado para a capitania de Goiás, José de Almeida e Vasconcelos [de Soveral e Carvalho], ao rei D. José, solicitando quatro mil cruzados anuais de ajuda de custo além dos oito mil cruzados de seu soldo [09.11.1770]. *AHU_ACL_CU_008, Cx. 25, D. 1623*

CARTA RÉGIA do rei D. José, ao governador e capitão-general de Goiás, José de Almeida e Vasconcelos [de Soveral e Carvalho], sobre a jurisdição que deve ter quanto ao estabelecimento da Junta da Justiça na capitania de Goiás e enviando-lhe as' instruções que foram remetidas ao ex-governador de Goiás, João Manuel de Mello e ao governador de Mato Grosso, António Rolim de Moura [12.08.1771]. *AHU_ACL_CU_008, Cx. 26, D. 1657*

OFÍCIO do [governador e capitão-general de Goiás, Barão de Mossâmedes], José de Almeida Vasconcelos [de Soveral e Carvalho], ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, remetendo mapa das Companhias de Dragões e de Pedestres das Minas de Goiás; sobre a despesa, o estado e o serviço das ditas Companhias, e acerca de seu procedimento procurando diminuir as despesas dos provimentos de boca e hospital [15.02.1773]. *AHU_ACL_CU_008, Cx. 27, D. 1718*

OFÍCIO do [governador e capitão-general de Goiás, Barão de Mossâmedes], José de Almeida Vasconcelos [de Soveral e Carvalho], ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, sobre a dificuldade de civilizar os índios, devido à falta de pessoas qualificadas para esta missão [02.05.1773]. *AHU_ACL_CU_008, Cx. 27, D. 1730*.

OFÍCIO do [governador e capitão-general de Goiás, Barão de Mossâmedes], José de Almeida Vasconcelos [de Soveral e Carvalho], ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, remetendo mapa dos moradores de Goiás, organizado a partir das relações recebidas dos párocos em 1773 [25.01.1774]. *AHU_ACL_CU_008, Cx. 27, D. 1762.*

OFÍCIO do [governador e capitão-general de Goiás, Barão de Mossâmedes], José de Almeida Vasconcelos [de Soveral e Carvalho], ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, sobre a delegação de poderes da Junta da Fazenda Real de Goiás; a receita e despesa da dita capitania; as dificuldades de

sobrevivência dos índios e mestiços no Rio das Velhas e solicitando que os ajude não só com armas e munições, mas também com um pequeno soldo [12.03.1774]. *AHU_ACL_CU_008, Cx. 27, D. 1768.*

OFÍCIO do juiz ordinário do julgado do Tocantins, Mamede Mendes Ribeiro, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, sobre a bandeira formada para concluir ação contra os insultos dos índios que invadiram o distrito de Amaro Leite, mataram um negro, roubaram ferramentas e possibilitaram a fuga de escravos, e solicitando provimento para subsistência da dita bandeira [10.06.1774]. *AHU_ACL_CU_008, Cx. 27, D. 1773*

OFÍCIO do [governador e capitão-general de Goiás, Barão de Mossâmedes], José de Almeida Vasconcelos [de Soveral e Carvalho], ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, sobre as dificuldades dos cirurgiões-mor desempenharem os seus ofícios em Goiás, devido a sua população ser composta de mineiros e roceiros que desvalorizam tais habilidades, servindo-se de escravos enfermeiros para o tratamento de alguns males [23.06.1774]. AHU_ACL_CU_008, Cx. 27, D. 1780

OFÍCIO do [governador e capitão-general de Goiás, Barão de Mossâmedes], José de Almeida Vasconcelos [de Soveral e Carvalho], ao [secretário de estado dos Negócios Estrangeiros], marquês de Pombal, [Sebastião José de Carvalho e Melo], sobre a nomeação do intendente [Joaquim José Freire de Andrade] para diretor dos índios, e acerca de um incidente com os índios Xacriabás onde procurou persuadi-los ao aldeamento e à consequente cristianização [02.07.1775]. *AHU_ACL_CU_008, Cx. 28, D. 1820*

OFÍCIO do [governador e capitão-general de Goiás, Barão de Mossâmedes], José de Almeida Vasconcelos [de Soveral e Carvalho], ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, sobre o descobrimento de uma nação de índios menos hostis; o envio do alferes da Companhia de Dragões, José Pinto da Fonseca para entrar em contato com os ditos índios e solicitando remuneração para o executor das diligências dos contatos com esses índios [25.08.1775]. *AHU_ACL_CU_008, Cx. 28, D. 1824*

OFÍCIO do [governador e capitão-general de Goiás, Barão de Mossâmedes], José de Almeida Vasconcelos [de Soveral e Carvalho], ao [secretário de estado dos Negócios Estrangeiros], marquês de Pombal, [Sebastião José de Carvalho e Melo], sobre a criação de aldeias indígenas; o sucesso na civilização dos Karajás e Javaés; os provimentos de boca e guerra que enviou para as ditas aldeias sem recorrer aos recursos da Fazenda Real, utilizando-os no aumento das praças de pedestres e no estabelecimento da aldeia dos índios Akroás que servirá de barreira aos ataques dos índios Kayapós [15.06.1776]. *AHU_ACL_CU_008, Cx. 28, D. 1838.*

OFÍCIO do [governador e capitão-general de Goiás, Barão de Mossâmedes], José de Almeida Vasconcelos [de Soveral e Carvalho], ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, sobre a conquista da Nova Beira e acerca de mantê-la sem despesa da Fazenda Real, com os recursos do cofre da Justiça e da Câmara, além de contribuições de particulares[25.09.1777]. *AHU_ACL_CU_008, Cx. 29, D. 1894*

CARTA PATENTE do [governador da Capitania de Goiás, Barão de Mossâmedes], José de Almeida Vasconcelos [Soveral de Carvalho], nomeando Tomás de Sousa no posto de sargento-mor do Regimento da Cavalaria Auxiliar da capitania de Goiás [20.01.1778]. *AHU_ACL_CU_008, Cx. 30, D. 1904***.**

CARTA do juiz ordinário e presidente da Câmara de [vila Boa] José Cardoso da Fonseca, à rainha [D. Maria I], sobre as duas Companhias de Soldados Pedestres criadas pelo ex- governador e capitão-general de São Paulo, D. Luís de Mascarenhas, em benefício da população, e solicitando ordem para os governadores e capitães-generais destacarem e mandarem os soldados e oficiais competentes para a ronda, guarda e defesa dos moradores, detendo as investidas dos índios Kayapós [04.06.1778]. *AHU_ACL_CU_008, Cx. 30, D. 1920*.

REQUERIMENTO do ex-vereador da Câmara de vila Boa, bacharel Pedro Bernardino de Sousa Brandão, à rainha [D. Maria I], solicitando que se mande proceder as informações sobre a injusta e violenta prisão que o governador e capitão-general de Goiás, [Barão de Mossâmedes], José de Almeida de Vasconcelos de Soveral e Carvalho, lhe queria fazer, em represália por ter protestado contra as extraordinárias despesas que mandou fazer pela Câmara, com a formação de bandeiras, de que não resultou fruto algum, e a criação da aldeia do Bananal, denominada Nova Beira, a qual nunca foi aldeia, por não ter já há três anos, índio algum [19.06.1778]. *AHU_ACL_CU_008, Cx. 30, D. 1922.*

Requerimento de José António Pacheco, à rainha [D. Maria I], solicitando confirmação da carta patente no posto de capitão da Companhia dos Pardos do arraial da Anta, capitania de Goiás [16.10.1778] *AHU_ACL_CU_008, Cx. 30, D. 1942***.**

OFÍCIO do [Barão de Mossâmedes], ex-governador e capitão-general de Goiás, José de Almeida Vasconcelos [de Soveral e Carvalho], ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, suplicando a distribuição de cinco índios de cada uma das nações indígenas da capitania de Goiás, por colégios, seminários ou comunidades, concedendo-lhes comedoria e vestuário [20.12.1778]**.** *AHU_ACL_CU_008, Cx. 30, D. 1957*

OFÍCIO do ex-governador de Goiás, [Barão de Mossâmedes], José de Almeida Vasconcelos de [Soveral e Carvalho], ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, sobre as confirmações das patentes dos oficiais citados na instrução que deixou ao governo interino, acerca do estado das Companhias de Ordenanças e Pedestres de Goiás; os postos que se encontram vagos nas ditas Companhias, e solicitando que se passem os avisos necessários para o propósito da Congregação do Oratório de Viseu tomar conta dos índios vindos do Brasil para serem educados [02.01.1779]. *AHU_ACL_CU_008, Cx. 31, D. 1959*

OFÍCIO do [governador e capitão-general de Goiás], Luís da Cunha Meneses, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, sobre a demora no repasse das informações acerca da capitania de Goiás, devido a sua grande extensão territorial; a importância das instruções deixadas pelo ex-governador e capitão-general de Goiás, [Barão de Mossâmedes], José de Almeida Vasconcelos de Soveral e Carvalho; o estado da Companhia de Pedestres, do Regimento de Cavalaria Auxiliar, das Ordenanças e das Companhias dos Homens Pardos; as campanhas dos rios Claro e Pilões e a comunicação com o Grão-Pará pelo rio Araguaia [09.07.1779] *AHU_ACL_CU_008, Cx. 31, D. 1977*

OFÍCIO do [governador e capitão-general de Goiás], Luís da Cunha Meneses, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, sobre o aldeamento da Nova Beira, habitada pelos índios Karajás, Karijós e Javaés; as medidas tomadas para conter as hostilidades dos índios Kayapós e Xavantes e manter a amizade dos índios aldeados no presídio estabelecido sob o comando do alferes José Machado de Azevedo; as descobertas de salinas que prometem grande abundância e propondo a formação uma bandeira composta de índios, comandada pelo capitão de Pedestres José Luís Pereira, para tentar a pacificação dos índios Kayapós [?,03,1780] . *AHU_ACL_CU_008, Cx. 32, D. 1996.*

OFÍCIO do [governador e capitão-general de Goiás], Luís da Cunha Meneses, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, sobre a atuação da bandeira comandada por José Machado de Azevedo descobridor dos índios Karajás e Javaés, e acerca da nomeação do alferes José Pinto da Fonseca para o posto de capitão da Companhia de Pedestres de Goiás e solicitando deferimento para o requerimento de António Gomes Barbosa, concedendo-lhe sua reforma, devido às moléstias que padece [?.03.1780]. *AHU_ACL_CU_008, Cx. 32, D. 1997*

OFÍCIO do [governador e capitão-general de Goiás], Luís da Cunha Meneses, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, sobre o envio de uma bandeira para persuadir pela amizade os índios Kayapós, seguindo todas as instruções vindas do Reino, baseando-se na experiência inglesa e francesa da sujeição dos índios; o encontro com o cacique dos Kayapós; solicitando provisão da Fazenda Real para esta importante diligência e propondo a construção de uma aldeia para abrigar a todos os índios da dita nação, denominando-a D. Maria I [20.07.1781]. *AHU_ACL_CU_008, Cx. 32, D. 2019*.

CARTA (cópia) da Junta [da Fazenda Real da capitania de Goiás], à rainha [D. Maria I], sobre a remessa do rendimento do quinto e escovilhas das Casas de Fundição de Goiás de 1778; o estado de decadência em que se encontra a capitania; os motivos que levaram a Junta da Fazenda Real a não enviar o quinto como nos anos anteriores; as grandes despesas que tem arcado as folhas militar, civil e eclesiástica e a necessidade de continuar com a civilização dos índios Kayapós [31.071781]. *AHU_ACL_CU_008, Cx. 32, D. 2021*.

OFÍCIO do [governador e capitão-general de Goiás], Luís da Cunha Meneses, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, sobre as medidas administrativas para animar a extração de ouro em Goiás e promover a civilização dos índios, impulsionando as obras da aldeia de São José de Mossâmedes, e acerca do aldeamentos índios Kayapós na aldeia denominada D. Maria I [09.08.1781]. *AHU_ACL_CU_008, Cx. 32, D. 2025*

OFÍCIO do [governador e capitão-general de Goiás], Luís da Cunha Meneses, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, sobre a civilização dos índios Kayapós; o sucesso do aldeamento da dita nação; a criação da Aldeia Maria I, e enviando plantas e estampas da dita aldeia [18.12.1782]. *AHU_ACL_CU_008, Cx. 33, D. 2076.*

OFÍCIO do [governador e capitão-general de Goiás], Luís da Cunha Meneses, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, remetendo carta do sargento regente da aldeia Maria I, José Luís Pereira, e relação dos índios Kayapós da dita aldeia [03.06.1783]. *AHU_ACL_CU_008, Cx. 34, D. 2104.*

OFÍCIO de Inácio Joaquim Taques de Almeida Pais Leme, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, remetendo os seguintes produtos para a corte: uma amostra da erva chamada de "andorinha", e afirmando a eficácia da dita erva no tratamento de anomalias dos olhos; um novelo de fio de tucúm e uma palma com o mesmo nome [10.09.1783] . AHU_ACL_CU_008, Cx. 34, D. 2121.

OFÍCIO de José Rodrigues Freire, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, sobre a falta de mantimentos em vila Boa e a chegada de grande quantidade de índios Kayapós para serem aldeados [12.02.1784]. *AHU_ACL_CU_008, Cx. 35, D. 2136*.

OFÍCIO de Inácio Joaquim Taques de Almeida Pais Leme, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, sobre ter remetido a "erva de andorinha", folhas e fios de tucum, e solicitando que lhe seja facultado um aviso para que suas irmãs, Matilde Aurélia Taques, Catarina Angélica Taques, Ana Leonor Taques e Rita Marcelina Taques, sejam recolhidas em qualquer dos recolhimentos de Santa Tereza da Luz, em São Paulo [12.05.1784]. *AHU_ACL_CU_008, Cx. 35, D. 2142*

OFÍCIO do [governador e capitão-general de Goiás], Tristão da Cunha Meneses, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, sobre as hostilidades cometidas pela nação Xavante na repartição do norte de Goiás; a formação de uma bandeira com soldados da Companhia de Pedestres para enfrentar os índios Kayapós; a despesa para seu municiamento; algumas considerações acerca das instruções para a civilização e redução dos índios e, em razão do estado miserável da capitania, solicitando novas campanhas nos rios Claro e Pilões, a comunicação e comércio com o Pará pelo rio Tocantins, e a circulação interna de moedas de prata e cobre [17.07.1784]. *AHU_ACL_CU_008, Cx. 35, D. 2156.*

OFÍCIO do [governador e capitão-general de Goiás], Tristão da Cunha Meneses, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, sobre a captura de alguns índios Xavantes pela bandeira composta de quarenta soldados da Companhia de Pedestres, armados e municiados, e de quarenta índios da nação Kayapó da aldeia Maria I [10.12.1784] *AHU_ACL_CU_008, Cx. 35, D. 2168*.

OFÍCIO do [tenente de Cavalos da Guarnição de Goiás] José Rodrigues Freire, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, sobre a formação de uma bandeira para seguir rumo aos alojamentos dos índios Xavantes e Xerentes, composta de quarenta índios Kayapós e dezoito Akroás [20.09.1785]. AHU_ACL_CU_008, Cx. 36, D. 2189

OFÍCIO do [governador e capitão-general de Goiás], Tristão da Cunha Meneses, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, sobre as instruções para o estabelecimento e a manutenção do aldeamentos índios Xavantes [23.01.1786]. *AHU_ACL_CU_008, Cx. 36, D. 2199*.

OFÍCIO do [governador e capitão-general de Goiás], Tristão da Cunha Meneses, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar] D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre retorno de uma bandeira com um número reduzido de índios Xavantes conquistados, e a necessidade de se construir um Registro no rio Tocantins, a fim de se evitar o extravio de ouro em pó [20.06.1787] AHU-Goiás AHU_ACL_CU_008, Cx. 36, D. 2228.

OFÍCIO [governador e capitão-general de Goiás], Tristão da Cunha Meneses ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, sobre uma redução de índios da nação Xavante, no sítio do Carretão, próximo a vila Boa, e acerca da importância dessa medida para a paz na capitania [08.01.1788]. AHU-Goiás AHU_ACL_CU_008, Cx. 37, D. 2257.

CARTA [governador e capitão-general de Goiás], Tristão da Cunha Meneses, à rainha [D. Maria I], sobre um aldeamento com cerca de três mil índios da nação Xavante criada no sítio do Carretão, distante vinte léguas de vila Boa e denominada Pedro lII, e as despesas feitas com tal empresa [10.04.1788] AHU_ACL_CU_008, Cx. 37, D. 2261.

OFÍCIO do contador geral da Contadoria Geral do Território da Relação do Rio de Janeiro, África Oriental e Ásia Portuguesa, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro], sobre os índios Xavantes, Akroás, Xacriabás e suas aldeias; a necessidade de se povoar a América Portuguesa com os nativos da terra; o exemplar modelo dos franceses e ingleses no povoamento da América do Norte; as experiências frutíferas que mostraram serem os índios do Brasil não feras indômitas, mas homens hábeis para toda educação, e acerca das medidas a tomar para se implementar a civilização indígena sem diminuição dos rendimentos reais [17.10.1788] AHU_ACL_CU_008, Cx. 37, D. 2291.

Janeiro, África Oriental e Ásia Portuguesa, Luís José de Brito ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, sobre o desenvolvimento do comércio em Goiás através da navegação dos vários rios que a cortam, como o rio Tocantins, e evidenciando ser esta medida administrativa, um dos meios para aliviar a grande decadência em que se encontra a capitania [14.01.1789]. AHU_ACL_CU_008, Cx. 37, D. 2297

CARTA do [oficial da Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar], Mateus Rodrigues Viana, no impedimento do oficial-maior, ao príncipe regente [D. João], sobre a botica levada para a capitania de Goiás pelo governador e capitão-general, D. João Manuel de Meneses, regulada pela importância da que levou o seu antecessor [05.09.1799]. *AHU_ACL_CU_008, Cx. 40, D. 2479*

OFÍCIO do [governador e capitão-general de Goiás], D. João Manuel de Meneses, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], D. Rodrigo de Sousa Coutinho, remetendo sete caixotes com os produtos da natureza, dos reinos animal, mineral e vegetal (incluindo plantas e raízes medicinais, como quina e calumba), a descoberta de salitre, e a necessidade de um químico, como o cirurgião-mor do Pará, José Manuel Antunes da Frota, para a extração do sal [26.07.1800]. *AHU_ACL_CU_008, Cx. 41, D. 2528.*

OFÍCIO do [cirurgião-mor do Regimento de Macapá da cidade de Belém do Pará], José Manuel Antunes da Frota, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar] Visconde de Anadia, [João Rodrigues de Sá e Melo], remetendo uma coleção de produtos naturais, dos reinos mineral e vegetal, que descobriu na capitania de Goiás; a descoberta de salitre no arraial de Santa Luzia, de um novo vegetal designado por cará e de algumas minas de ferro nas localidades de Meiaponte, na serra de Manuel Inácio, na serra do Capão, e no distrito de Santa Cruz, onde se encontrou algum ouro [07.03.1802]. *AHU_ACL_CU_008, Cx. 44, D. 2606*

OFÍCIO do [governador e capitão-general de Goiás], D. João Manuel de Meneses, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Visconde de Anadia, [João Rodrigues de Sá e Melo], sobre a arrematação das casas do ex-tesoureiro, Francisco José Hutim, para o estabelecimento de um Horto Botânico; de uma chácara de Manuel José Leite, propícia para o estabelecimento de uma plantação de café, e a oposição da Junta da Fazenda Real aos seus projetos [04.04.1803]. *AHU_ACL_CU_008, Cx. 45, D. 2659*

OFÍCIO do contador geral, José Joaquim Pereira Marinho, ao [secretário de estado da Fazenda Real e presidente do Erário Régio, D. Rodrigo de Sousa Coutinho], sobre a carta do ex-intendente do Ouro da Casa de Fundição de vila Boa, e procurador da Fazenda Real, Manuel Pinto Coelho, acerca dos despotismos e injustiças praticadas pelo governador e capitão-general, D. João Manuel de Meneses, sua má administração e corrupção e apadrinhamento, a chácara que tomou arbitrariamente a José Francisco Hutim para construir o Horto Botânico; as despesas arbitrárias com a aldeia de São José, e as perseguições e atos injustos do secretário do governo, Manuel Joaquim da Silveira Félix e do escrivão interino da Junta da Administração da Fazenda Real, António Luís Tavares Lisboa [07.05.1804]. *AHU_ACL_CU_008, Cx. 47, D. 2720*

Livro 1º de registro de ofícios, dirigidos para a Corte de Lisboa e Cartas do serviço para os senhores generais do Estado do Brasil pelo Ilmo e Ex.mo Snr. Joséde Alemida de Vaconcelos de Soveral e carvalho, Governador e Capitão da Capitania de Goyás, e Minas de sua repartição, de que tomou posse em 26 de julho de 1772 (1771-1777). AHU_Códice 1655

CARVALHO, José de Almeida Vasconcelos de Soveral e. Pela Secretaria de Estado sobre a entrada de Francisco Soares de Bulhões, no mês de junho do presente ano a .... os sertões desta Capitania. Foi a 2º .... [12.02.1773], AHU_ACL_CU - Cod. 1655, p.12v-13

BULHÕES, Francisco Soares de. Representação que o Ilmo e Ex.mo Snr. General fez Francisco Soares de Bulhões p.13 [15.09.1773] AHU_ACL_CU - Cod. 1655,p .14

CARVALHO, José de Almeida e Vasconcelos Soveral. Pela Secretária de estado da Repartição, sobre a segunda entrada de Francisco Soares de Bulhões nos sertões desta Capitania a descobrir ouro [12.07.1773] . AHU_ACL_CU - Cod. 1655 p.29

Livro 1º de registro de Ofícios, dirigidos para a Corte de Lisboa, e Cartas do Serviço para os Senhores generais do Estado do Brasil pelo Ilmo e Ex.mo José de Almeida de Vasconcelos de Soveral e Carvalho,

Governador, e Captão General da Capitania de Goiás, e Minas de sua repartição, de que tomou posse em 26 de julho de 1772 [1771-1777] Cód. Nº 1656

CARVALHO, José de Almeida Vasconcelos de Soveral e. Carta dirigida ao Commandante da Região do Ryo das Velhas em ordem para se aprontarem, emuniciarem os Indios que hão de acompanhar a Francisco (Soares) de Bulhões [10.03.1753]. AHU_ACL_CU - Cod. 1656, p.9v

VELOZO, Alexandre Afonso. Outra dirigida ao mesmo sobre a ideia que Sua Excelentíssima teve de formar de novo uma companhia que se dominasse do Aventureiros. Livro 1ª. Que serve de registro das cartas de ofício(..)[1772-1778]. AHU_ACL_CU - Cod. 1656, p.10-10v

ARAUJO, Francisco de Santos (Capitão). Carta dirigida ao comandante do Descoberto das Cabeceiras do Rio das Velhas acompanhado a remessa da moeda provincial, e com outras varias advertencias respeito a boa regulagem do Real Serviço. Livro 1ª. Que serve de registro das cartas de ofício (..)[1772-1778]. AHU_Cód. Nº1656 p.21v-22v

CARVALHO, José de Almeida Vasconcelos de Soveral e. Pela Secretária d' Estado da repartição sobre a despesa para civilidade dos Índios [22.10.1773]. Livro de Ofícios dirigidas a Corte de Lisboa (..) [1771-1777]. AHU_ACL_CU - Cod. 1656, p.32-32v

ALMEIDA, Antonio Jozé Cabral de (Ouvidor Geral). Cartas ao Dr. Corregedor da Commarca citada na dita lavrada no mesmo deste sobre a Bandeira da Meyaponte. Livro 1ª. Que serve de registro das cartas de ofício (..)[1772-1778]. Cód. Nº1656 p.32v

CARVALHO, José de Almeida Vasconcelos de Soveral e. Pela Secretária de Estado de Ultramar, remetendo S. Ex.a o Roteiro da viagem ao Pará pelo Rio Tocantins. [15.13.1774]. Livro de Ofícios dirigidas a Corte de Lisboa (..) [1771-1777]. AHU_ACL_CU - Cod. 1656, p.41v-42

CARVALHO, José de Almeida Vasconcelos de Soveral e. Ao Sr. Marques de Pombal, sobre a comunicação desta Capitania com a do Pará, pelo Rio Tocantins. [08.06.1774]. Livro de Ofícios dirigidas a Corte de Lisboa (..) [1771-1777]. AHU_ACL_CU - Cod. 1656, p.46-46v.

CARVALHO, José de Almeida Vasconcelos de Soveral e. Pela Secretaria d' Estado do Ultramar, sobre os continuados insultos do *gentio*, e expedição das bandeiras a explorarem o sertão [20.06.1774]. Livro de Ofícios dirigidas a Corte de Lisboa (..) [1771-1777]. AHU_ACL_CU - Cod. 1656, p,46v-47v

CARVALHO, José de Almeida e Vasconcelos Soveral. Carta ao Comandante do Regimento do Rio das Velhas sobre abalroar se o quilombo da Campanha do Verissimo [13.11.1774]. AHU_ACL_CU - Cod. 1656, p.51-52.

CARVALHO, José de Almeida e Vasconcelos Soveral. Carta dirigida ao Cabo Comandante do Registo do Rio das Velhas sobre a remessa dos presos que no Arraial do descoberto cometerão o inculto contra o Baclhar(?) e Vilarinho [01.12.1774] AHU_ACL_CU - Cod. 1656, p.53

CARVALHO, José de Almeida Vasconcelos de Soveral e . Carta dirigida a El. Rei N. Sr. pelo expediente do Ex.mo Marques de Pombal, e pela secretaria de Estado com a notícia do Descobrimento da Nova Beira, de ter o Alferes José Pinto, encarregado das ordens, e instruções, para a aquisição dos seus habitantes, e das notícias que o mesmo Alferes comunicou daquele Continente. (25.08.1775). Livro de Ofícios dirigidas a Corte de Lisboa (..) [1771-1777] AHU_ACL_CU - Cod. 1656 p.60-61v

CARVALHO, José de Almeida Vasconcelos de Soveral e . Pela secretária de Estado da Repartição dando S. Ex. conta da pacificação dos índios Xacriabá, de ter nomeado ao Dr. Intendente, Diretor deles, e de os aldear no Rio das Velhas. [25.08.1775] Livro de Ofícios dirigidas a Corte de Lisboa (..) [1771-1777]. AHU_ACL_CU - Cod. 1656, p. 62v-63

CARVALHO, José de Almeida Vasconcelos de Soveral e. Ao Ilmo e Ex.mo Sr. Marques de Pombal, com a noticia da chegada dos índios da nação Xacriabá no dia 15 de agosto de 1775 [26.08.1775]. Livro de Ofícios dirigidas a Corte de Lisboa (..) [1771-1777] AHU_ACL_CU - Cod. 1656 p.63v-64

CARVALHO, José de Almeida Vasconcelos de Soveral e. Conta pelo expediente do Ex.mo Sr. Marquês de Pombal, e pela Secretária de Estado, sobre o adiantamento da civilização dos Índios, chegada do alferes de

Dragões do Continente da Nova Beira, trazendo alguns índios daquelas aldeias, acrescentamento das praças da Companhia de Pedestres, e sobre concorrer o Dr. Ouvidor da Comarca, efetivamente para o adiantamento do mesmo Continente da Nova Beira (20.11.1775). Livro de Ofícios dirigidas a Corte de Lisboa (..) [1771-1777] AHU_ACL_CU - Cod. 1656 , p.64-65v

CARVALHO, José de Almeida Vasconcelos de Soveral e. Pelo expediente do Ex.mo Sr. Marquês de Pombal, e da secretaria de Estado, sobre a vinda do Índios javaé Acabidu-ani, aumento das praças da Companhia de Pedestres, socorro que se remete á Nova beira, e sacerdotes para aquele Continente [12.02.1776]. Livro de Ofícios dirigidas a Corte de Lisboa (..) [1771-1777] AHU_ACL_CU - Cod. 1656, p.66-67

CARVALHO, José de Almeida Vasconcelos de Soveral e. Ao mesmo Ex.mo Sr. sobre a felicidade com que tem continuado a conquista da Nova Beira, e do socorro que S. Ex.a lhe enviou (15.06.1776). Livro de Ofícios dirigidas a Corte de Lisboa (..) [1771-1777]. AHU_ACL_CU - Cod. 1656, p.68v-69

CARVALHO, José de Almeida e Vasconcelos Soveral. Carta aos Juizes ordinários da Meyaponte para fazerem rematar a ponte do Ryo das Almas e para serem rematados em praça os negros apreendidos em quilombos q se achão na Cadeya daquelle Julgado [25.06.1775] AHU_ACL_CU - Cod. 1656, p.70

CARVALHO, José de Almeida Vasconcelos de Soveral e. Ao mesmo Ex.mo Sr., dando S. Ex.a conta da construção do Edifício da Aldeia de São José de Mossâmedes [20.09.1776]. Livro de Ofícios dirigidas a Corte de Lisboa (..) [1771-1777]. AHU_ACL_CU - Cod. 1656, p.68v-69 p.70v-71

CARVALHO, José de Almeida e Vasconcelos Soveral.Carta a Mathias de Craus de Aguiar, em resposta da que este escreveu a S. Ex.a, tendo lhe o mesmo Snr. encarregado a diligência de dar em um quilombo situado da outra parte do Araguaia. AHU_ACL_CU - Cod. 1656 [15.07.1775], p.71v

CARVALHO, José de Almeida Vasconcelos de Soveral e. Carta ao Juiz ordinário da Meyaponte com ordem de aprehender a Jozé Glz (Gonçalvez) Barboza e a os que o acompanharão na retirada q fez da Bandeira. Livro 1ª. Que serve de registro das cartas de ofício, que o Ilustríssimo Excelentíssimo Sr. Jozé de Almeida de Vasconcéllos de Soveral (..) tomou posse em 26 de julho de 1772 [1772-1778]. AHU_Cód. Nº1656, p.73

CARVALHO, José de Almeida Vasconcelos de Soveral e. Carta ao Capitão da Ordenança do Districto de S. Cruz; pela q lhe agradece S.Exa. a condução, e bom tractamento dos Indios Chacriabas para a Aldeya do Rio das Velhas, com outras varias advertencias sobre a boa regularidade com que se deve conduzir [20.01.1776]. Livro de Ofícios dirigidas a Corte de Lisboa (..) [1771-1777] *AHU_ACL_CU - Cod.* 1656, p.77v-78

Cartografia

CARDOSO, Angelo dos Santos. Mapa geral da Capitania de Goiás. AHU_CARTm_008, D.867, 1753.

SOUZA, Thomaz (?). Região entre as vilas de Goiás e Mato Grosso. Mapa. 1774. AHU_CARTm_008, D. 0873

Goiás. Mapa. 1782. AHU_CARTm_008, D. 0878.

Planta da Aldeia de Santa Ana, na Capitania de Goiás, 1775. AHU_CARTm_008, D. 0874

Região entre os rios Claro e Pilões, 1772. AHU_CARTm_008, D. 0872, p.208

Aldeia Maria I, 1782. AHU_CARTm_008, D. 0875/876

Arquivo da Universidade de Coimbra.

Códice VI – III – I – I – 25

NORONHA, Marcos de (Governador). AHC - Coleção Conde dos Arcos. Códice VI – III – I – I – 25 Carta 01, p.13

NORONHA, Marcos de (Governador). AHC. Coleção Conde dos Arcos. Códice VI-III-I-I-25, p115v-116 [04.10.1750]

NORONHA, Marcos de (Governador). AHC. Coleção Conde dos Arcos. Códice VI-III-I-I-25, p.127v [17.12.1750]

NORONHA, Marcos de (Governador). AHC. Coleção Conde dos Arcos. Códice VI-III-I-I-25, p.130-131. [28.12.1750]

NORONHA, Marcos de (Governador). AHC. Coleção Conde dos Arcos. Códice VI-III-I-I-25, p.131v [28.12.1750]

NORONHA, Marcos de (Governador). AHC. Coleção Conde dos Arcos. Códice VI-III-I-I-25, p. 43 [02.01.1751]

NORONHA, Marcos de (Governador). AHC. Coleção Conde dos Arcos. Códice VI-III-I-I-25, Carta 03, p.44 [02.01.1751]

NORONHA, Marcos de (Governador). AHC. Coleção Conde dos Arcos. Codice VI – III – I – I – 25, Carta 67 p. 72 [22.04.1751]

NORONHA, Marcos de (Governador). AHC. Coleção Conde dos Arcos. Codice VI – III – I – I – 25, Carta 98 p. 82v [28.06.1751]

NORONHA, Marcos de (Governador). AHC. Coleção Conde dos Arcos. Codice VI – III – I – I – 25, Carta 129, p.155v 156 [20.12.1751]

NORONHA, Marcos de (Governador). AHC - Coleção Conde dos Arcos. Códice VI – Livro I, Carta 10, p.19v [24.01.1751]

NORONHA, Marcos de (Governador). AHC. Coleção Conde dos Arcos. Códice VI-III-I-I-25, Carta 21 p.52 [28.01.1751]

NORONHA, Marcos de (Governador). AHC. Coleção Conde dos Arcos. Codice VI – III – I – I – 25. Carta 2, p. 18 [25.01.1752]

NORONHA, Marcos de (Governador). AHC. Coleção Conde dos Arcos - Códice VI – III – I – I – 25. Carta 7, p. 25 [08.03.1752]

NORONHA, Marcos de (Governador). AHC. Coleção Conde dos Arcos, Códice VI – III – I – I – 25 Carta 129 p. 104 [11.08.1751]

NORONHA, Marcos de (Governador). AHC. Coleção Conde dos Arcos. Códice VI-III-I-I-25, p.115v-116 [04.10.1750]

NORONHA, Marcos de (Governador). AHC. Coleção Conde dos Arcos. Códice VI-III-I-I-25, Carta 176, p.127 [12.10.1751]

NORONHA, Marcos de (Governador). AHC. Coleção Conde dos Arcos. Códice VI-III-I-I-25 Carta 218 p. 151v e 152

NORONHA, Marcos de (Governador). AHC. Coleção Conde dos Arcos. Códice VI-III-I-I-25. Carta 8 p.55 [04.01.1752]

NORONHA, Marcos de (Governador). AHC. Coleção Conde dos Arcos, Códice VI – III – I – I – 25. Carta 31 p. 62 v ; 63 [22.02.1752]

NORONHA, Marcos de (Governador). AHC. Coleção Conde dos Arcos. Códice VI-III-I-I-25 Carta 49 p.73-73v [13.04.1752].

NORONHA, Marcos de (Governador). AHC - Coleção Conde dos Arcos. Códice VI – III – I – I – 25, Carta 60 p.79v [08.05.1752]

NORONHA, Marcos de (Governador). AHC. Coleção Conde dos Arcos. Códice VI-III-I-I-25 carta 103, p. 93 [15.07.1752]

NORONHA, Marcos de (Governador). AHC. Coleção Conde dos Arcos. Códice VI-III-I-I-25. Carta 126 p. 101 [07.08.1751].

NORONHA, Marcos de (Governador). AHC. Coleção Conde dos Arcos - Códice VI – III – I – I – 25 Carta 129. p.104 [11.08.1751]

NORONHA, Marcos de (Governador). AHC. Coleção Conde dos Arcos. Códice VI – III – I – I – 25, Carta 130 p. 104v-106 [11.08.1751]

NORONHA, Marcos de (Governador). AHC. Coleção Conde dos Arcos. Códice VI – III – I – I – 25. Carta 138 p. 110 v e 101 [24.08.1751]

NORONHA, Marcos de (Governador). AHC - Coleção Conde dos Arcos, Códice VI – III – I – I – 25. Carta 176. [12.10.1751]

NORONHA, Marcos de (Governador). AHC - Coleção Conde dos Arcos. Códice VI – III – I – I – 25 Carta 201 p.143 [12.11.1751]

NORONHA, Marcos de (Governador). AHC. Coleção Conde dos Arcos. Códice VI-III-I-I-25. Carta 222 p.145v 146 [20.12.1752]

NORONHA, Marcos de (Governador). AHC. Coleção Conde dos Arcos. Códice VI-III-I-I-25. Carta 226. p 149 [26.12.1752]

Códice VI-III-I-I-26

NORONHA, Marcos de (Governador). AHC. Coleção Conde dos Arcos. Códice VI-III-I-I-26. Carta 37, p.64v e 65 [08.03.1753]

NORONHA, Marcos de (Governador). AHC. Coleção Conde dos Arcos. VI-III-I-I-26 Carta 99 , pag. 98 [22. 05.1753]

NORONHA, Marcos de (Governador). AHC. Coleção Conde dos Arcos. Códice VI-III-I-I-26 Carta 64 p.75v-76 [1754]

NORONHA, Marcos de (Governador). AHC - Coleção Conde dos Arcos. Códice VI-III-I-I-26 Carta 87 p.91. [26.05.1754]

NORONHA, Marcos de (Governador). AHC.. Coleção Conde dos Arcos. Códice VI-III-I-I-26. Carta 112 p.104-107v [1754]

NORONHA, Marcos de (Governador). AHC. Coleção Conde dos Arcos. Códice VI-III-I-I-26. Carta 117, p. 109 [1754]
NORONHA, Marcos de (Governador). AHC - Coleção Conde dos Arcos. Códice VI-III-I-I-26 Carta 118 p109v-110 [09.07.1754]

NORONHA, Marcos de (Governador). AHC. Coleção Conde dos Arcos. Códice VI-III-I-I-26 Carta 137 p.116-116v [1754]

NORONHA, Marcos de (Governador). AHC. Coleção Conde dos Arcos. Códice VI-III-I-I-26. Carta 164, p. 128-128v [07.09.1754]

NORONHA, Marcos de (Governador). AHC. Coleção Conde dos Arcos. Códice VI-III-I-I-26. Carta 165 p.130 130v [07.09.1754]

NORONHA, Marcos de (Governador). AHC. Coleção Conde dos Arcos. Codice VI – III – I – I – 25, Códice VI-III-I-I-26 Carta 35 p.48 48v [1755]

NORONHA, Marcos de (Governador). AHC. Coleção Conde dos Arcos. Códice VI-III-I-I-26. Carta 54 p,49v até 54v [05.03.1755]

NORONHA, Marcos de (Governador). AHC.. Coleção Conde dos Arcos. Códice VI-III-I-I-25. Códice VI-III-I-I-26 Carta 58 p.55v-61v [09.03.1755]

NORONHA, Marcos de (Governador). AHC. Coleção Conde dos Arcos. Códice VI-III-I-I-26 Carta 53 p 48v-49v [07.03.1755]

NORONHA, Marcos de (Governador). AHC. Coleção Conde dos Arcos. Códice VI-III-I-I-26 Carta 114 p99v e 100 [24.06. 1755]

NORONHA, Marcos de (Governador). AHC. Coleção Conde dos Arcos. Códice VI-III-I-I-26 Carta 105 p. 97-97v [04.07.1755]

NORONHA, Marcos de (Governador). AHC. Coleção Conde dos Arcos. Códice VI-III-I-I-26 Carta 106 p.91 e 92 [07.07.1755]

BIBLIOTECA NACIONAL DO BRASIL

COLEÇÄO de notícias da capitania de Goiás, vindas à mãos de particulares assim por diários e cartas, como por cópias de papéis de ofício, e deduzidas por sua ordem. 1772-1777 – 174 páginas - Contém o diário do Barão de Mossâmedes escrito por Thomaz de Souza, dividido em três partes. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, coleção de manuscritos. O primeiro trata de sua Viagem do Rio de Janeiro para vila Boa de Goiás. O segundo sobre sua viagem pelos arraiais da Capitania em 1773. O terceiro e mais interessante para essa pesquisa trata da questão indígena em Goiás. BN. C.E.H.B. nº 6.563

ANDRADE, Joaquim José Freire de. Falas ao General em Congressos festivos da sua sala, que se transcrevem por parecer que a folhagem do elogio não lhes destroem a sincera, e considerável circunstancias de que resumem, e de algum modo confirmam o deduzido nessa Coleção. In SOUZA, Thomaz de. Coleção de notícias da Capitania de Goiás, vindas à mãos de particulares assim por diários e cartas, como por cópias de papéis de ofício, e deduzidas por sua ordem (1772-1777)

SOUZA, Thomaz de. Continuação das noticias subsequentes a Visita Geral da Capitania [25.04.1775 (?)]. In SOUZA, Thomaz de. Coleção de notícias da Capitania de Goiás, vindas à mãos de particulares assim por diários e cartas, como por cópias de papéis de ofício, e deduzidas por sua ordem (1772-1777) vila Boa de Goiás. BN. Loc. 07,4,070, p. 64-75.

CARVALHO, José de Almeida de Vasconcelos de Soveral e. Carta Dirigida ao Dr. Provedor da Real Fazenda da Capitania das Minas de Goiás, nomeando o Diretor Geral dos Índios [15.11.1774]. In SOUZA, Thomaz de. Coleção de notícias da Capitania de Goiás, vindas à mãos de particulares assim por diários e cartas, como por cópias de papéis de ofício, e deduzidas por sua ordem (1772-1777) BN. Loc. 07,4,070, p.85-97

CARVALHO, José de Almeida de Vasconcelos de Soveral e. Portaria nomeando ao Dr. Provedor da Real Fazenda para Diretor Geral dos Índios [15.11.1774]. In SOUZA, Thomaz de. Coleção de notícias da Capitania de Goiás, vindas à mãos de particulares assim por diários e cartas, como por cópias de papéis de ofício, e deduzidas por sua ordem (1772-1777). BN. Loc. 07,4,070, p. 98-99

FONSECA, Jozé Pinto da. Resumo de uma carta particular do Alferes de Dragões José Pinto da Fonseca, (01.01?.1775) In SOUZA, Thomaz de. Coleção de notícias da Capitania de Goiás, vindas à mãos de particulares assim por diários e cartas, como por cópias de papéis de ofício, e deduzidas por sua ordem (1772-1777), vila Boa de Goiás, 1775. BN. Loc. 07,4,070, p.100-103

CARVALHO, José de Almeida de Vasconcelos de Soveral e. Carta familiar do General com data no Arraial de Meia Ponte a 10 de Agosto de 1775, que se transcreve já neste lugar, por pertencer aqui o Capitulo Final da mesma". (10.08.1775) In SOUZA, Thomaz de. Coleção de notícias da Capitania de Goiás, vindas à mãos de particulares assim por diários e cartas, como por cópias de papéis de ofício, e deduzidas por sua ordem (1772-1777) Meia Ponte, 1775. BN. Loc. 07,4,070, p.104-106

CARVALHO, José de Almeida de Vasconcelos de Soveral e. Carta familiar do general dirigida a outra pessoa, e datada no Arraial de Meia Ponte a 28 do sobredito mês, e ano de 1775. [28.08.1775]. In SOUZA, Thomaz de. Coleção de notícias da Capitania de Goiás, vindas à mãos de particulares assim por diários e cartas, como por cópias de papéis de ofício, e deduzidas por sua ordem (1772-1777) Meia Ponte, 1775. BN. Loc. 07,4,070, p.106-107

FONSECA, Jozé Pinto da. Conta, que o Alferes comandante dirigiu da Ilha Conquistada ao seu General; e este a enviou logo a Corte com os juramentos dos *maiorais* das duas nações já subjugadas. Ilha de Santa Anna [04.08.1775]. In SOUZA, Thomaz de. Coleção de notícias da Capitania de Goiás, vindas à mãos de particulares assim por diários e cartas, como por cópias de papéis de ofício, e deduzidas por sua ordem (1772-1777) Meia Ponte, 1775 BN. Loc. 07,4,070, p.107-123

CARVALHO, José de Almeida de Vasconcelos de Soveral e, Carta do general dirigida ao *maioral* da Nação Karajá. In SOUZA, Thomaz de. Coleção de notícias da Capitania de Goiás, vindas à mãos de particulares assim por diários e cartas, como por cópias de papéis de ofício, e deduzidas por sua ordem (1772-1777). Vila Boa. BN. Loc. 07,4,070, p. 124-125

NONA, Abué. Resposta [03.08.1775]. In SOUZA, Thomaz de. Coleção de notícias da Capitania de Goiás, vindas à mãos de particulares assim por diários e cartas, como por cópias de papéis de ofício, e deduzidas por sua ordem (1772-1777). Ilha de Santa Anna, In SOUZA, Thomaz de. Coleção de notícias da Capitania de Goiás, vindas à mãos de particulares assim por diários e cartas, como por cópias de papéis de ofício, e deduzidas por sua ordem (1772-1777). Vila Boa de Goiás. BN. Loc. 07,4,070, p.125-126

SOUZA, Thomaz de. Resumo de mais duas cartas particulares do Alferes de Dragões Comandante da Conquista da Ilha, Nova Beira datadas na Capital de Goiás a 22 de Novembro, e 18 de setembro de 1775. In SOUZA, Thomaz de. Coleção de notícias da Capitania de Goiás, vindas à mãos de particulares assim por diários e cartas, como por cópias de papéis de ofício, e deduzidas por sua ordem (1772-1777). Vila Boa de Goiás. BN. Loc. 07,4,070, p.127-133

FONSECA, Jozé Pinto da. Carta particular do Alferes de dragões Jozé Pinto da Fonseca Comandante da Expedição e Conquista de Nova Beira [27.09.1776]. In SOUZA, Thomaz de. Coleção de notícias da Capitania de Goiás, vindas à mãos de particulares assim por diários e cartas, como por cópias de papéis de ofício, e deduzidas por sua ordem (1772-1777). Vila Boa de Goiás, BN. Loc. 07,4,070, p. 134-138

PEREIRA, José dos Santos. Conta que deu ao General o sacerdote padrinho do batismo de um dos dois *maiorais* [31.05.1776] In SOUZA, Thomaz de. Coleção de notícias da Capitania de Goiás, vindas à mãos de particulares assim por diários e cartas, como por cópias de papéis de ofício, e deduzidas por sua ordem (1772-1777). Traíras. BN. Loc. 07,4,070, p.138-141

SOUZA, Thomaz de. Relação dos provimentos, que se remeteram para a Conquista das Nações dos Índios do Continente da Nova Beira na expedição, que por ordem do Ihmo., e Ex.mo Senhor Jozé de Almeida de Vasconcelos de Soveral, e Carvalho, Governador e Capitão General da Capitania de Goiás se fez em 26 de abril de 1776, de cuja conduta foi encarregado o Alferes de Dragões José Pinto da Fonseca. BN. Loc. 07,4,070, doc. 19, p.142-147

ANDRADE, Joaquim José Freire de [Capelão da Esquadra e do aldeamento Nova Beira]. Falas ao General em Congresso festivo da sua sala que se transcrevem por parecer que a folhagem do Elogio não lhe destrói a sincera, e considerável circunstancia de que resumem e de algum modo confirmam, o deduzido nesta Coleção (26 de julho de 1774). In SOUZA, Thomaz de. Coleção de notícias da Capitania de Goiás, vindas à mãos de

particulares assim por diários e cartas, como por cópias de papéis de ofício, e deduzidas por sua ordem (1772-1777). BN. Loc. 07,4,070, p.148-156

TAQUES, Ignácio Joaquim. Ao Ex.mo Senhor Jozé de Almeida de Vasconcelos de Soveral e carvalho, Governador, e Capitão General de Goiás. Comendador na Ordem de Cristo, Senhor da Vila de Lapa, Decimo Terceiro Donatário de Mossâmedes , nodo Donatário do Couto do Vieiro, e do Reguengo da Lagoa = Vizeu no Algarve, restituindo-se a Capital depois de passados dois meses no Arraial de Meia Ponte [13.11.1774]. In SOUZA, Thomaz de. Coleção de notícias da Capitania de Goiás, vindas à mãos de particulares assim por diários e cartas, como por cópias de papéis de ofício, e deduzidas por sua ordem (1772-1777). p.172-174 BN. Loc. 07,4,070, p.163

SOUZA, Thomaz de. Cópia de uma espécie de memorial presentado em Lisboa no Verão de que resume o estado da atração efetiva, que já consta conseguir-se em parte do gentilismo do Continente de Goyaz” In SOUZA, Thomaz de. Coleção de notícias da Capitania de Goiás, vindas à mãos de particulares assim por diários e cartas, como por cópias de papéis de ofício, e deduzidas por sua ordem (1772-1777). BN. Loc. 07,4,070, p.172-174

Cartografia

ESCHWEGE; Wilhelm. Carte der Provinz Goyaz im Jahre 1777. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro <http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart174280/cart174280.jpg acesso em 03.11.2016>

BIBLIOTECA DIGITAL MARIO DE ANDRADE

Relação da Conquista do Gentio Xavante. Il.mo Ex.mo Senhor Tristão da Cunha Menezes, Governador, e Capitão General da Capitania de Goyaz, Oferecido ao Ilustrissimo e Excelentissimo Senhor Luiz Pinto de Sousa Coutinho, Senhor da Casa de Balfemão (Balsemão?), Ministro, e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, e de Guerra. Lisboa: Na Typolog. Nunesianna anno M. DCC. XC. , p.19. http://docvirt.com/DocReader.Net/DocReader.aspx?bib=LIVROSMP&Pasta=&pesq= acessado em 03.08.2016>

BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL

Biblioteca Nacional de Portugal. Miscelânea – Coleção das Leis do reinado da Rainha D. Maria I, incluindo o tempo da sua enfermidade, governo que findou em 15 de julho de 1799. Coleção Pombalina. *PBA461 Tomo I*, p.340-341v

Breves Instruções aos correspondentes da Academia das Ciências de Lisboa sobre as remessas dos produtos e noticias pertencentes a História da Natureza para formar um museu nacional. Lisboa: Regia Oficina Tipografica, 1781. BNP. <http://purl.pt/720 acessado em20.01.2015>]

Cartografia

Planta da aldeia de São José de de Mossamêdes, 1778. Biblioteca Nacional de Portugal. Coleção Iconografia, Cota D. 117 R. <ver http://purl.pt/892 21.04.2016>

MUSEU DA BANDEIRA

Aldeia São José de Mossâmedes (1776-1822). *Cota 04.01.014; Caixa 155*.

Documentos

Impressos

POHL, Johaan. *Viagem ao Interior do Brasil*. Belo Horizonte: Livraria Itatiaia Editora, 1976.

SAINT-HILAIRE, Auguste. Viagem à Província de Goiás. São Paulo: Edusp; Belo Horizonte: Itatiaia, 1975.

SILVA E SOUSA, Luiz Antonio da. Memoria sobre o descobrimento, governo, população, e cousas mais notaveis da Capitania de Goyaz. Revista Trimensal de Historia e Geographia ou Jornal do Instituto Historico e Geographico Brasileiro, tomo XII, 4ºtrimestre de 1849, p. 429-510. Rio de Janeiro: Typographia de João Ignacio da Silva. [2ª.edição 1872]

SOUZA, Gabriel Soares. Tratado descritivo do Brasil em 1587. Rio de Janeiro: Tipografia Universal de Laemmert, 1851.

VIEIRA, Antonio. *Cartas do P. Antonio Vieira da Companhia de Jesus*. Tomo I. Lisboa: Oficina da Congregação do Oratório, 1735.

Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo, 1942, v. 66. <http://bibdig.biblioteca.unesp.br/bd/bfr/or/10.5016_10-ORDCISP-43-66_volume_66/#/192/ acesso em 29.04.2016>

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO

RIHGB, 1862.

CAMPOS, Antonio Pires de. Breve noticia que dá o capitão Antonio Pires de Campos do gentio barbaro que ha na derrota da viagem das minas do Cuyabá e seu reconcavo. *Revista Trimensal do Instituto Historico Geographico e Ethnographico do Brasil*, tomo XXV, 3º. Trimestre, p. 437-449. Rio de Janeiro: Typ. de D. Luiz dos Santos Anna, 1862.

RIHGB, 1867.

FONSECA, José Pinto da. Carta que o alferes José Pinto da Fonseca escreveu ao Exmo. General de Goyazes, dando-lhe conta do descobrimento de duas nações de índios, dirigida do sitio onde portou (1846). RJ: *RIHGB*,, v. 8, n. 3, tomo VIII, 1867.

RIHGB, 1872.

SILVA, Luiz Antonio Sousa. Memória sobre o descobrimento, governo, população, e cousas mais notaveis da Capitania de Goyaz. *Revista Trimensal de Historia e Geographia ou Jornal do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*, tomo XII, 4º trimestre de 1849, p. 429-510. Rio de Janeiro: Typographia de João Ignacio da Silva. [2ª. edição 1872],

RIHGB, 1874.

MATTOS, Raymundo Cunha. Chorografia histórica da Província de Goiás. *RIHGB* Tomo 37 (Parte I), 1874.

RIHGB, 1891.

Carta de Francisco de Souza Coutinho a Martinho de Mello e Castro [08.03.1793]. In: Viagem de Thomaz de Souza Villa Real pelos rios Tocantins, Araguaia e Vermelho: acompanhada de importantes documentos oficiais relativos à mesma navegação . RJ: *RIHGB*, 1891, p.401-405.

Carta de Feliciano José Gonçalves, Manoel José da Cunha e Ambrozio Henriques ao governador do Grão Pará Francisco de Souza Coutinho [01.03.1793]. In: Viagem de Thomaz de Souza Villa Real pelos rios Tocantins, Araguaia e Vermelho: acompanhada de importantes documentos oficiais relativos à mesma navegação RJ: *RIHGB*, 1891, p.405-411

Thomaz de Souza Villa Real. Diario da navegação que fez Thomaz de Souza Villa Real pelos rios Tocantins, Araguaia e Vermelho, desde vila Boa, capital de Goiás, até à cidade do Pará. In. Viagem de Thomaz de Souza Villa Real pelos rios Tocantins, Araguaia e Vermelho: acompanhada de importantes documentos oficiais relativos à mesma navegação. RJ: *RIHGB*, 1891, p.411-422.

Thomaz de Souza Villa Real. Diário da viagem que se fez pelos rios Tocantins e Araguaia a transportar os índios silvestres de nação Carajás às suas habitações. In. Viagem de Thomaz de Souza Villa Real pelos rios Tocantins, Araguaia e Vermelho: acompanhada de importantes documentos oficiais relativos à mesma navegação. RJ: RIHGB, 1891, p.423-432

RIHGB, 1918.

Carta do governador e capitão general João Manuel de Melo ao Conde de Oeiras [30.12.1760] RJ: *RIHGB*, n.º137, 1918, p.70-81

Carta do governador e capitão general João Manuel de Melo a sua majestade José I. RJ: *RIHGB*, n.º137, 1918, p.81-86.

Carta do governador e capitão general João Manuel de Melo ao secretário de Estado Francisco Xavier de Mendonça Furtado [30.03.1765]. RJ: *RIHGB*, n.º137, 1918, p. 88-90.

Carta do governador e capitão general João Manuel de Melo ao secretário de Estado Francisco Xavier de Mendonça Furtado [22.06.1767]. RJ: *RIHGB*, n.º137, 1918, p. 90-92

Carta do governador e capitão general José d´Almeida de Vasconcelos Soveral e Carvalho ao secretário de Estado da marinha e do ultramar Martinho de Mello e Castro [20.06.1774] RJ: *RIHGB*, n.º137, 1918, p.96-98.

Carta do governador e capitão general José de Almeida Vasconcelos de Soveral e Carvalho ao Provedor da Real Fazenda Joaquim José Freire d´ Andrade. [15.11.1774]. RJ: RIHGB, n.º137, 1918, p.98-106

Carta de Luis da Cunha Meneses so Secretário Martinho de Mello e Castro [09.09.1781]. RJ: *RIHGB*, n.º137, 1918, p.143-145

Carta do governador e capitão general Luis da Cunha Meneses ao secretário de Estado da marinha e do ultramar Martinho de Mello e Castro [15.02.1783]. RJ: *RIHGB*, n.º137, 1918, p.147-152

Carta do governador e capitão general Tristão da Cunha Meneses ao secretário de Estado da marinha e do ultramar Martinho de Mello e Castro [17.07.1784]. RJ: *RIHGB*, n.º137, 1918, p.156-160

Reflexões economicas sobre as tabelas estatisticas da capitania de Goiás. pertencentes ao ano de 1804. E feitas no ano de 1806. RJ: *RIHGB*, n.º137, 1918.

Diretório dos Índios.

FURTADO, Francisco Xavier de Mendonça. *Diretório,* que se deve observar nas Povoações das Índias do Pará, e Maranhão em quanto Sua Majestade não mandar o contrário. Lisboa: Oficina de Miguel Rodrigues, 1757.

ANEXOS

Anexo I

OFÍCIO do [governador e capitão-general de Goiás], Luís da Cunha Meneses, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, sobre o aldeamento da Nova Beira, habitada pelos índios Karajás, Karijó e Javaés; as medidas tomadas para conter as hostilidades dos índios Kayapós e Xavantes e manter a amizade dos índios aldeados no presídio estabelecido sob o comando do alferes José Machado de Azevedo; as descobertas de salinas que prometem grande abundância e propondo a formação uma bandeira composta de índios, comandada pelo capitão de Pedestres José Luís Pereira, para tentar a pacificação dos índios Kayapós [?,03,1780] . *AHU_ACL_CU_008, Cx. 32, D. 1996***.**

Instruções que o Ilmo e Ex.mo Snr. Luis da Cunha Meneses Governador e Capitão General desta Capitania é servido mandar dar por forma de Regimento para a Bandeira que de baixo da Comandância do soldado pedestre Jozé Luis Pereira faz expedir para a Conquista dos Índios da Nação Kayapó no dia 15 do corrente mês.

1º Sairá a dita Bandeira da Aldeia de São Jozé, no dia que S. Ex.a tem determinado endireitando a sua marcha, por direção do dito Comandante, ao alojamento da referida nação, tratando na viagem a todos os soldados com brandura e suavidade, principalmente as línguas para que estas obrigadas de favor se prossigam em verificarem as boas esperanças, que mesmo Ex.mo Snr. tem das suas promessas.
2º Manda sua Sua Excelência a todos os soldados da referida bandeira que tanto na ocasião de falarem aos índios como na marcha pelo sertão, e em tudo o mais que ocorrer se sujeitem inteiramente a disposição, e ordens do dito Comandante Jozé Luis Pereira, e na sua falta a Ignacio Pires, Capitão dos Bororos, que vão na mesma expedição, com pena de que todo aquele que em qualquer leve matéria desobedecer, ou for motor de parcialidade, ou aconselhar alguma coisa contra a disposição dos mesmo comandantes ser severamente castigado, não só com prisão, mas com tudo o mais que S. Ex.a a seu arbítrio ordenar.
3º Chegada a bandeira a qualquer alojamento cuidaram o comandante em dispor aos soldados em boa forma e ver o melhor modo de falar as índios em ação de amizade como que não vai a ofende-los, e somente a propor-lhe as ofertas, que S. Ex.a o mandar fazer para as tirar da silvestre habitação dos matos, e conduzi-los a virem viver avassalados a S. Maj. Para este projeto se conseguir, será muito conveniente que o comandante exponha patente aos ditos índios o presente que S. Ex.a lhe remete para lhes facilitar a vontade e acreditarem a sinceridade com que o mesmo senhor os manda procurar insinuando as ditas línguas lhes digam que S. Ex.a lhes não quer fazer mal, e deseja viver com eles em amizade, e boa união, para favorecer e dar-lhes toda a ferramenta que precisarem de machados, foices e enxadas para trabalharem nas suas roças.
5º Que tem muita gente e grande força de armas para defender das outras nações suas inimigas, com que eles tenham guerra.
6º Que toda a guerra que até agora tem havido entre eles e a nossa gente ficará cessando por uma vez por meio desta aliança sem que em tempo algum possam pegar em Armas uns contra os outros.
Que S. Ex.a por se compadecer do erro e miséria da brutal vida em que vivem sem conhecimento do verdadeiro Deus, que nos criou os pretende tirar da habitação dos matos, para serem batizados, e os instruir na Doutrina, e lei dos Cristãos para como filhos da Igreja poderem alcançar o merecimento da bem aventurança para salvação das suas almas.
7º Que S. Ex.a, por se compadecer do erro e a miséria da brutal vida em que vivem, sem conhecimento do verdadeiro Deus, que nos criou, os pretende tirar da habitação dos matos, para serem, batizados, e os instruir na

Doutrina, e leis dos Cristãos, para como filhos da Igreja poderem alcançar o merecimento da Bem-aventurança, para salvação de suas almas.
8º Que serão aldeados em povoações como eles escolherem com boas casas para eles viverem com os seus parentes e famílias.
9º Que cada um escolhera mulher a seu gosto, para se casar com ela, e viverem juntos em casa separada com seus filhos
10º Que S. Ex.a os torna debaixo da sua proteção para os socorrer e remedia-los nas suas necessidades, não consentindo em tempo algum que os ofendam, nem lhes fação o menor prejuízo.
11º Que andarão todos vestidos, como andam os Akroâs, Chacriabás, Karajás e javaés, que se acham aldeados, e vivendo de baixo da proteção de S. Ex.a
12º Que para se lhes fazer todos estes favores hão de viver avassalados, reconhecendo por Senhora de todos estes Estados, e das nossas próprias vidas a S. Maj. F.
13º E quando se não queiram já certificar da certeza destas promessas que mandem seis ou sete, ou os que quiserem para virem com a bandeira, examinarem pessoalmente tudo quanto se lhes propõe, e poderão tão bem trazer mulheres se lhes parecer vindo seguros de que se lhes não fará o menor dano, e livremente os deixaram tornar a qualquer hora que quiserem para comunicarem aos mais o que por cá passão e como os tratam.
14º Que poderão vir seguros, por que S. Ex.a tanto pela autoridade do seu posto, como pela qualidade da sua pessoa, não usará com eles engano nem lhes faltará ao que lhe promete.
15º Que o dito comandante terá o maior cuidado em que na marcha, que fizer com a bandeira lhe fique Córrego algum que pela sua formatura mostre ter ouro sem mandar fazer as averiguações, ou experiências que se costumam fazer pelos três pretos, Pedro Angola, Jozé Mina e Joaquim Angola, que pata o mesmo fim deles vai encarregado levando as suas próprias ferramentas como são almocafres, alavancas e bateias, recomendando ao mesmo tempo o maior cuidado que deve ter nestes, tanto na sua subsistência, como em que não tenham algum descaminho, fazendo um assento das mostras que achar de ouro nos ditos córregos, e da sua situação para que sendo estas de conta S. Ex.a possa por estes ditos assentos, mandar o que for servido, em beneficio, e utilidade dos povos desta Capitania.
Todas estas proposições explicará o comandante aos línguas pata lhe propor, porém nunca os deixará sair, ou apartarem da Bandeira, e quando eles totalmente não queiram aceitar o convite. Recomenda S. Ex.a ao mesmo Comandante que veja o melhor modo com que poderá conduzir 5, 6, ou 7 índios para virem quando não queiram por vontade.
Como aqui se não pode providenciar algumas coisas, ou acontecimentos que na mesma viagem e com os mesmos índios possa ocorrer, recomenda S. Ex.a aos ditos Comandante a boa disposição, com que debe evitar alguma traição, e ao mesmo tempo, capacitar aos índios da nossa amizade, para se concluir com felicidade os projetos de S. Ex.a.

Anexo II

OFÍCIO do [governador e capitão-general de Goiás], Luís da Cunha Meneses, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, sobre a civilização dos índios Kayapós; o sucesso do aldeamento da dita nação; a criação da. Aldeia Maria I, e enviando plantas e estampas da dita aldeia [18.12.1782]. AHU_ACL_CU_008, Cx. 33, D. 2076.

Relação dos Índios da Nação Kayapó que se batizaram na Igreja Matriz de vila Boa de Goiás no dia de hoje 12 de Outubro de 1782.

	Casal nº1	
	Pai Cacique Angrayocha – Mãe Chiunequa	
		Padrinhos
1	João	O Ihmo Ec.mo Snr General Luis da Cunha Meneses
2	Antonio	O Capitão Francisco Xavier Leite do Amaral
3	Agostinho	Luis Antonio Ribeiro
4	Anna	O dito Francisco Xavier Leite

	Casal nº 2	
	Pai Chaquensman – Mãe Cequequai	
		Padrinhos
5	Amador	O Capitão Antonio de Souza Telles(?)
6	Anselmo	O Capitão Francisco Pereira Marinho
7	André	O dito Antonio de Souza Telles(?)
8	Adão	Fermiano José Furtado
9	Ambrozio	Ivão Pinto da Madre de Deus

	Casal nº	
	Pai Gueampia – Mãe Yamaroi	
		Padrinhos
10	Bento	Antonio de Sousa Faveira
11	Boaventura	O Dr Ignacio José Alb[e](?) de O. Livramento(?)
12	Barbara	Candido Alvaro José de Lima
13	Brizida	R. João Manoel da S.[a]

	Casal nº 4	
	Mãe Solteira Caçacabe	
		Padrinho
14	Bernardo	José Vicente Azevedo
15	Bibiana	O dito

	Casal nº 5	
	Pai Coimpa – Mãe Pembaque	
		Padrinho
16	Cândido	Candido Alvaro José de Lima
17	Candida	O dito
18	Cipriano	José Antonio de Matos

	Casal nº6	
	Pai Romexi – Mãe Xaquean	
		Padrinho
19	Domingos	Francisco Xavier Vianna
20	Damião	O Alferes Jozé da Silva Maldonado
21	Dionizio	O sargento-mor Domingos Diaz
22	Dorotheia	Francisco Xavier Vianna
23	Domingas	O Alferes Jozé da Silva Maldonado
24	Delfina	Jozé Antonio Baptista

	Casal nº7	
	Pai Yncrixiu(?) – Mãe Yngaptuai	
		Padrinho
25	Diogo	R. Vigário João Antunes Noronha

26	Damiana	O dito
27	Damazia	O Sargento-mor Domingos Diaz
28	Dionisia	José Antonio Baptista

	Casal nº 8	
	Pai Combono – Mãe Xuanampiae	
		Padrinho
29	Eufrasia	O tenente Jozé Claro dos Santos

	Casal nº 9	
	Pai Carampea – Mãe Pituba	
		Padrinho
30	Estevão	Manoel Roiz da Costa
31	Elias	O Dito
32	Eugenio	O dito
33	Escolástica	Francisco Xavier Vianna

	Casal nº 10	
	Pai Cambriopixom – Mãe Canapixo	
		Padrinho
34	Francisco Xavier	O Thezr^{re} g.^{al} Jozé Pedrozo Lisboa
35	Francisca	O Major Thomaz de Souza
36	Florencia	O dito Thezr^{re} g.^{al} Jozé Pedrozo Lisboa
37	Faustina	O Alferes Jozé da Silva Maldonado

	Casal nº 11	
	Pai Incapuim – Mãe Ruipanto	
		Padrinho
38	Feliciana	O Dr. Ignacio Jozé Otti(?) de Olivr^{a}

	Casal nº 12	
	Pai Patuaré – Mãe Potinci	
		Padrinho
39	Gertrudes	Jozé Vicente de Azevedo

	Casal nº 13	
	Pai Acotamaâ – Mãe Apluace	
		Padrinho
40	Gonçalo	Candido Alvaro Jozé de Lima
41	Genoveva	O Dito

	Casal nº 14	
	Pai Xecrâ – Mãe Onconâ	
		Padrinho

42	Hilario	O Alferes Jozé Gomes de Barros
43	Hedivirges	R. Dr. Vizitador

	Casal nº 15	
	Mãe solteira Tuuntu	
		Padrinho
44	Hipolito	O Cam Antonio de Souza Telles

	Casal nº 16	
	Pai Amixon – Mãe Panqueré	
		Padrinho
45	Ivaquim	José Pinto da Madre de Deus
46	Iosé	José Pinto da Fonseca
47	Isabel	O Capitão Francisco Xavier Leite

	Casal nº 17	
	Pai Emporû – Mãe Xampeu	
		Padrinho
48	Jerônimo	O Capitão de Dragões José de Mello

	Casal nº 18	
	Pai Poquea(?) – Mãe Bazeque	
		Padrinho
49	Luiz	Antonio Pinto de Castro
50	Lucas	O Major Thomaz de Souza
51	Liborio	O Thesoureiro g.^{al} Jozé Pedrozo Liboa
52	Luiza	O Tenente Jozé Claroduz(?) Santos
53	Leocadia	Ad^{v}(?) Escrivão José Pedroso

	Casal nº 19	
	Mãe Solteira Xaxiû	
		Padrinho
54	Luis Xavier	Francisco Xavier Vianna
55	Lourenço	Candido Alvaro José

	Casal nº 20	
	Pai Xapamapixixi – Mãe Banequere	
		Padrinho
56	Manoel	Bento Antonio de Carvalho
57	Maximiano	João Pinto da Madre de Deus
58	Miguel	O Sargento Domingo Diaz
59	Maria	O Dito
60	Martinha	O Alferes José Gomes de Barros

	Casal nº 21	
	Mãe solteira Xuxû	

		Padrinho
61	Margarida	Francisco Xavier Vianna
62	Matildes	Jozé Antonio Baptita
63	Monica	O Alferes Jozé da S.ª Mald.º

	Casal nº 22	
	Mãe solteira Caxique	
		Padrinho
64	Narciza	Joaquim Mansel de Passos
	Casal nº 23	
	Mãe solteira Incunan	
		Padrinho
65	Nataria	Candido Álvaro José de Lima

	Casal nº 24	
	Mãe solteira Canampuaxi	
		Padrinho
66	Onofre	Braz Martinho

	Casal nº 25	
	Pai Loyolo Mãe Chaponhece(?)	
		Padrinho
67	Pedro	O Dr. Ignacio Jozé Altz.(?)
68	Paulo	Bráz Martinho
69	Perpetua	O Cap.^{m} João Gaude

	Casal nº 26	
	Pai Xampea - Mãe Xataqueare	
		Padrinho
	Plácido	Jozé Vicente
	Patalião	Braz Martinho
	Pascoal	Joaquim Manoel de Pranos(?)
	Pulquerra(?)	O Ten^{e} Jozé Claro dos Santos

	Casal nº 27	
	Pai Pupuare – Mãe Caceterê	
		Padrinho
	Guiteria	O Ajudantes de Ordens José Pinto da Fonseca

	Casal nº 28	
	Pai Ecotpaem – Mãe Vxenpann(?)	
		Padrinho
75	Raimundo	O Dr. Int.^{e} Bernado Miguel de Souza Mag.^{es}
76	Romão	Jozé Antonio de Matos
77	Roque	O dito
78	Roza	O Cap. Francisco Per.ª(?) Marinho

79	Romana	O dito
80	Rita	Jozé Antonio Mattos

	Casal nº 29	
	Pai Inqueciare – Mãe Cananquete	
		Padrinho
81	Romualdo	Jozé Vicente de Azevedo
82	Roberto	Ivão Pinto da Madre de Deus
83	Rosaura	Jozé Vicente
84	Raymunda	O Cap. Raimundo da Silva Prado
85	Roberta	Braz Martinho

	Casal nº 30	
	Mãe solteira Poimie(?)	
		Padrinho
86	Sevirina	Candido Alvaro Jozé
87	Simão	Jozé Vicente
88	Simplicio	O dito

	Casal nº 31	
	Mãe solteira Mixiela	
		Padrinho
89	Tereza	O Ajud. de Ordem Jozé Pinto

	Casal nº 32	
	Mãe Solteira Pamquaque	
		Padrinho
90	Theodora	Jozé Antonio Baptista

	Casal nº 33	
	Pai Ponito – Mãe Conapicici	
		Padrinho
91	Ursula	O major Thomaz de Souza

	Casal nº 34	
	Pai Carampea – Mãe Cocri	
		Padrinho

92	Victoria	O ajud. de Ordem Jozé Pinto da Fonseca
93	Xisto	O Cap. Raimundo da Silva Prado
94	Xavier	O R. Dr. Vizitador

	Casal nº 35	
	Pai Puinta – Mãe Canampu	
		Padrinho
95	Zeferino	O Dr. Ignacio Jozé Alz(?)
96	Zacarias	O dito
97	Zisdora(?)	O dito

	Casal nº 36	
	Pai Jozé – *língua* desta nação – Mãe Francisca	
		Padrinho
98	Aleixo	O Alferes Jozé Gomes de Barros
99	Anacleto	O Capitão de Dragões Jozé de Mello